UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

# ANAIS DA SEMOC

27ª | CUIDAR DO OUTRO PARA CUIDAR DO MUNDO

Universidade Católica do Salvador
Salvador, Bahia, Brasil

21 a 25 de Outubro de 2024

# UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL

**Reitor**

Prof. Dr. Deivid Carvalho Lorenzo

**Pró Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho

**Pró Reitora de Graduação**

Profa. Dra. Germana Pinheiro de Almeida

## EQUIPE TÉCNICA

**Normalização gráfica**

Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Doutoranda: Marcella Pinto de Almeida – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

**Editoração**

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Doutoranda: Marcella Pinto de Almeida – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Doutorando: Matheus Martins de Oliveira – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

**O conteúdo desta publicação e normalização da ABNT é de inteira responsabilidade dos(as) autores(as) dos artigos científicos**

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S471 Semana de Mobilização Científica – SEMOC (27: 2024 out. 21 a 25: Universidade Católica do Salvador)
Anais da XXVII SEMOC - Semana de Mobilização Científica: Cuidar do Outro para Cuidar do Mundo: 21 a 25 de outubro de 2024 [recurso eletrônico]. - Salvador: UCSAL - Universidade Católica do Salvador, 2024.

Modo de acesso: http://www.ri.ucsal.br

ISSN 2448-1858

1. Cuidado Humano 2. Cidadania 3. Sociedade I. Universidade Católica do Salvador II. SEMOC – Semana de Mobilização Científica III. Título.

CDU 061.3:342.7

# ORGANIZAÇÃO

## Comissão Científica

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho (PPGTAS)

Prof. Dr. Tiago Silva de Freitas (PPGD)

Profa. Dra. Sumaia Midlej Pimentel Sá (PPGFSC)

Profa. Dra. Sinara Dantas Neves (PPGFSC)

Profa. Dra. Maria Gorete Borges Figueiredo (PPGPSC)

Profa. Dra. Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi (PPGTAS)

## SUMÁRIO

### EIXO 1 – A ÉTICA DO CUIDADO

**A DIGNIDADE E O RACISMO: O DEVER DE RESPEITO À CONDIÇÃO HUMANA À LUZ DA ALTERIDADE ..... 11**

*Pedro Henrique de Morais Ferreira*

**A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO FECHADO NA CIDADE DE SALVADOR: uma reflexão oportuna ..... 26**

*Cinara Agda Lisboa de Souza*

**ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM MULHERES GRÁVIDAS: REVISÃO INTEGRATIVA..... 43**

*Graziela Sena Dos Santos, Nayamar Oliveira De Souza, Rebeca Silva Cabral e Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas*

**CULTIVANDO A ÉTICA DO CUIDADO: RELATOS SOBRE A ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO DA SEMOC E AS SUAS REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTOINTERPESSOAL E PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES ..... 61**

*Elisa Lima Mascarenhas, Matheus Cortés Ribeiro Gonçalves Menezes, Vitor Cortés Gonçalves Girú Fernandes, Verena Loureiro Galvão e Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros*

**DIVERSIDADE DAS RELAÇÕES AFETIVAS, O AMOR COMO FATOR ESSENCIAL AO CUIDADO. ..... 72**

*Jairo de Jesus Menezes*

**FENOMENOLOGIA DO NASCIMENTO E RELAÇÕES FAMILIARES..... 86**

*Giancarlo Petrini*

**O DIAGNÓSTICO DE TEA E OS IMPACTOS FAMILIARES: RESSIGNIFICAÇÕES POR MEIO DO CUIDADO ..... 103**

*Rosana Assis dos Santos*

**O QUE NOS DISTANCIA DA ÉTICA DO CUIDADO NA SOCIOEDUCAÇÃO? ..... 114**

*Maria Ângela Costa Luna,_Lígia Nascimento Conceição, Raimary Prado B. Pereira e Rita Maria Borges A. Sales*

**PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE IDOSAS RESIDENTES EM UM CONVENTO NA CIDADE DE SALVADOR-BA ..... 126**

*Andreza Bastos Figueiredo Fagundes, Elaine Cristina Cartaxo Villas Boas, Gabriele Barbosa Morais, Jamille Hanna Xavier Lima, Renata Reis de Castro Matutino e Yamana Dias de Matos.*

## EIXO 2 – A EXPERIÊNCIA DO CUIDAR NA SAÚDE

**IMIGRANTES E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE JURÍDICO SOCIAL ACERCA DA ASSISTÊNCIA AOS IMIGRANTES NA CIDADE DE SALVADOR ..... 138**

*Giovana Mercuri Goes, Janderson dos Santos Barreto, Jéssica Hind Ribeiro Costa e João Pedro Pereira Rosado da Silva*

**O DIAGNÓSTICO "PSI" NA CONTEMPORANEIDADE: IMPLICAÇÕES À RACIONALIDADE CLÍNICA..... 152**

*Elaine Pedreira Rabinovich, Julia Maia de Brito e Saulo Machado Cunha*

**REPERCUSSÕES NEUROFUNCIONAIS E ABORDAGENS FISIOTERAPÊUTICAS EM CRIANÇAS COM MIELOMENINGOCELE: REVISÃO NARRATIVA..... 168**

*Beatriz Nascimento França, Camila Andrade Pontes, Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas, Mariana Assis dos Santos do Nascimento e Sabrina Carmo de Oliveira*

**UM OLHAR FEMININO NA PERSPECTIVA BDSM: O PERCURSO DO NORMATIVO ATÉ O COURO..... 183**

*Jennifer Benjamin Lima Almeida Silva e Eurides Simões Soares Hide*

## EIXO 3 – CUIDADO, TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO

**A EXTENSÃO COMO TRANSFORMAÇÃO CIDADÃ: ESTUDO DE CASO DO "MISTUR@Ê" COMO EXPRESSÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO NA UNIVERSIDADE ..... 218**

*Gabriel Cortés Ribeiro Goncalves Menezes, Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros, Mariana Victória Guimarães dos Santos Lima e Verena Loureiro Galvão*

**ANÁLISE ESPACIAL DOS FRAGMENTOS FLORESTAIS EM UM TRECHO URBANO DE SALVADOR - BAHIA - DADOS PRELIMINARES ..... 230**

*Igor José Lemos Marques e Katia Regina Benati*

**AVALIAÇÃO DO USUÁRIO DE ORIENTAÇÃO E USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E DOCUMENTAL .....240**

*Lucas Santos Reis, Mariane de Jesus Batista e Renata de Sousa Mota*

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DE PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE .....254**

*Amilcar Baiardi e Fábio Tadeu Cõrtes Morais*

**INTERNET DAS COISAS E APOIO À GESTÃO DE UM CAMPUS INTELIGENTE - UM ESTUDO PILOTO EM UM APARELHO DE AR-CONDICIONADO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL) .....265**

*Filipe Miranda de Oliveira, Flavio Dusse e Silvana Sá de Carvalho*

**PROTÓTIPO DE UMA CADEIRA ARTICULADA DE BANHO DEBAIXO CUSTO....275**

*Lucas Santos Reis, Mariane de Jesus Batista, Marlon Coelho Pita, Nilmar de Souza e Renata de Sousa Mota*

**EIXO 4 - FAMÍLIA E CUIDADO**

**A INVISIBILIDADE DA PESSOA IDOSA E A RESPONSABILIDADECIVIL COM O ABANDONO AFETIVO INVERSO .....288**

*Mateus Mozart Dórea de Jesus*

**A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO UM MEIO AUXILIADORNO COMBATE AO BULLYING ESCOLAR.....300**

*Diogo Lago Faria Costa, Julia Fonseca Porto Nunes, Lorena Lara da Silva Mata e Teresa Cristina Ferreira de Oliveira*

**ANÁLISE DO PROJETO DE LEI N° 543/2023 À LUZ DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....309**

*Marcos Calahari Borges de Souza*

**AS CARTAS FEMININAS: O CUIDADO DA FAMÍLIA DO BARÃO DE CAETITÉ NO FINAL DO PERIODO COLONIAL.....319**

*Diego de Jesus Santos Bispo*

**DINÂMICAS FAMILIARES DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SALVADOR/BA MUDANÇAS E (RE)CONSTRUÇÕES .....326**

*Maria de Fatima Santos Mônaco e Maria Gorete Borges Figueiredo*

**FAMÍLIA ACOLHEDORA: UMA ALTERNATIVA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS .....341**

*Edileide Maria Antonino da Silva*

**FAMÍLIA, GERAÇÃO E RELAÇÕES DE CUIDADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....354**

*Carine de Miranda Santos*

**INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: ENTRE A PERSPECTIVA FAMILIAR E A AUTONOMIAPESSOAL.....364**

*Ana Barreiros de Carvalho, Andressa de Sousa Santos Ferreira, Edson Couto de Oliveira Junior e Laíse da Cruz Macena Rayana de Jesus Alves*

**INTERFERÊNCIA DA MIGRAÇÃO NOS LAÇOS FAMILIARES:UMA ANÁLISE JURÍDICA .....381**

*Jessica Hind Ribeiro Costa e Pedro Santos da Silva*

**O CUIDADO E AS POSSÍVEIS CAUSAS DO ESTRESSE NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.....395**

*Rosa Maria da Motta Azambuja*

**OBJETOS BIOGRÁFICOS DA MEMÓRIA: NOTAS INTRODUTÓRIAS A UM ESTUDO EM ILPI .....405**

*Gabriel Nunes Seixas de Meirelles e Elaine Pedreira Rabinovich*

**PERSPECTIVA JURÍDICA ACERCA DA SOCIOAFETIVIDADE PARENTAL NO JUDICIÁRIO BAIANO .....422**

*Deivid Carvalho Lorenzo e João Pedro Pereira Rosado da Silva*

**UBUNTU: CONTEXTOS FAMILIARES QUILOMBOLAS, CUIDAR DO OUTRO PARACUIDAR DO MUNDO.....434**

*Ana Cristina de Jesus Santana e Elaine Pedreira Rabinovich*

**ANÁLISE COMPARATIVA DE ARANHAS DE SERRAPILHEIRA E SUB BOSQUE EM DOIS FRAGMENTOS DE MATA ATLÂNTICA.....449**

*Ágatha Xavier de Castro Campos, Ana Beatriz Lima Valença Dias, Camila Schramm Reis Maciel, Katia Regina Benati, Kauan Oliveira Cruz, Maria Alice Silveira Protasio e Nilza Karina Santos Serapião*

**ANÁLISE ESPACIAL DOS FRAGMENTOS FLORESTAIS EM UM TRECHO URBANO DE SALVADOR - BAHIA - DADOS PRELIMINARES .....461**

*Igor José Lemos Marques e Katia Regina Benati*

**COMPARAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DE ARANHAS (ARANEAE) EM FRAGMENTO FLORESTAL E ÁREA ANTROPIZADA DE SALVADOR, BAHIA, BRASIL .....471**

*Flora Machado Souza Silva, Jéssica Badaró de Oliveira Jesus, Kátia Benati, Rafael Góes Jansen e Raíssa Vieira Rebouças Lessa*

**COMPOSTAGEM URBANA: UM CUIDADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES.....484**

*Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi e José Jorge da Cruz Santos Patrícia Carla Barbosa Pimentel*

**IMPACTOS DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM SALVADOR: CUIDADO COM O APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS.....499**

*Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi e Elaine Conceição Santos*

**INTERSECÇÕES DAS AÇÕES INTERSETORIAIS DE SANEAMENTO BÁSICO E O RACISMO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO BRASILEIRO.....515**

*Joilson Santos Santana, Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi e Patrícia Carla Barbosa Pimentel*

**MICROPLÁSTICOS NO TRATO DIGESTIVO DE *OCTOPUS INSULARIS* (MOLLUSCA; CEPHALOPODA): UMA ANÁLISE NA COSTA DE SALVADOR - BAHIA .....527**

*Mariana Barbosa, Paula Dias, Isabelle Duarte, Marcio Mattos, Juan Gonçalves, Alexandre Lisboa e Eder Carvalho da Silva*

**NOVAS TECNOLOGIAS DOS RS PLÁSTICOS: CUIDADOS PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....535**

*João Paulo Barbosa da Silva e Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi*

**PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO A ACIDENTES DOMÉSTICOS COM ARANHAS.....547**

*Kauan Oliveira Cruz e Katia Regina Benati*

**USO DE ROTÍFERAS COMO BIOINDICADORES NA CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA NA LAGOA DO ABAETÉ E NA LAGOA DO URUBU EM SALVADOR-BA...558**

*Ágatha Xavier de Castro Campos, Ana Beatriz Lima Valença Dias, Nilza Karina Santos Serapião, Maria Alice Silveira Protasio e Eder Carvalho da Silva*

**MEDIDAS ADEQUADAS DE LIDAR COM OS RESÍDUOS TÊXTEIS PÓS CONSUMO PARA O CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE .....569**

*Aline Veiga Moita e Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi*

## EIXO 6 – O CUIDADO COMO DIREITO SOCIAL

**A CIDADANIA E SUAS DIFICULDADES NO COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ..... 586**

*Renan Alcantara Motta Coelho*

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO NA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC ..... 601**

*Ana Maria Fraguas Garcia*

**ACESSO E ADESÃO AO TRATAMENTO DE PACIENTES REUMÁTICOS: ESTUDODOCUMENTAL ..... 615**

*Amanda Ferreira de Castro Santos, Ana Luiza Queiroz Reis dos Santos, Mariana Victória Guimarães Dos Santos Lima, Mariana Araújo Santos, Mayelle Almeida de Oliveira, Raabe Oliveira Paixão e Verena Loureiro Galvão*

**DESAFIOS DA MÃE, MULHER, TRABALHADORA E ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA QUALIDADE DEVIDA ..... 625**

*Adalgiza Diana Barbosa Bafica e Elizete Evelyn Bonifácio Sá*

**DIREITO À LIBERDADE E À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÕES SUSPENSOS. MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS DOS MILITANTES DA ORM-POLOP DURANTE A LEGALIDADE AUTORITÁRIA DO AI-5, SALVADOR-BAHIA,1969 ..... 634**

*Gabriel Antonio Pereira Santos.*

**O CURRÍCULO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO PEÇA DE POLÍTICA PÚBLICA: REFLEXÕES À LUZ DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS ..... 651**

*Reginaldo Pereira dos Santos e Cristina Maria Macêdo de Alencar*

**CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ: CONEXÕES SOCIOEDUCATIVAS ..... 663**

*Liana Almeida de Arantes*

**O SEGUNDO CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO EM SALVADOR: AS PERSPECTIVAS DO RACISMO RELIGIOSO EM SALVADOR NO ANO DE 1937 .. 677**

*Julia Souza Lima da Silva..... 677*

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – PROPOSTAS, DESAFIOS E INCONSISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO SUJEITO ..... 688**

*Maria Gorete Borges Figueirêdo ..... 688*

## EIXO 7 – O CUIDADO E AS QUESTÕES URBANAS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS ESCORPIÕES E PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM ÁREAS URBANAS.....701**

*Islan Brandão Oliveira e  Katia Regina Benati*

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS: APONTAMENTOS A PARTIR DA *LAUDATE DEUM, DO* SANTO PADRE FRANCISCO.....712**

*Fernando Barreto Nunes Filho  e Maiesse Pinto El Sayegh*

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) E O DIREITO À MORADIA DIGNA EM CAMAÇARI/BA.....727**

*Cristianne Maria Oliveira Gomes Cunha  e Aparecida Netto Teixeira*

EIXO 1

# A ÉTICA DO CUIDADO

# A DIGNIDADE E O RACISMO: O DEVER DE RESPEITO À CONDIÇÃO HUMANA À LUZ DA ALTERIDADE

*Pedro Henrique de Morais Ferreira*

**RESUMO**

O presente trabalho tem a finalidade de analisar a relação entre a dignidade humana e os deveres fundamentais no combate ao racismo, através da ideia de reconhecimento do outro como pessoa humana. A ênfase dar-se-á através de uma visão constitucionalista e filosófica da questão atinente à igualdade e ao racismo, observando, a partir de tal viés, sua influência nos deveres tidos como fundamentais, com influência da carga axiológica do ordenamento interno, em especial a dignidade da pessoa humana. Para o aprofundamento desta análise, foram observados os métodos interpretativos mais utilizados pelo exegeta e os princípios constitucionais aplicados ao tema, tendo como pontos de partida o Direito Constitucional, os Direitos Humanos e a Filosofia Jurídica. Esta é uma pesquisa teórica, exploratória e de cunho qualitativo, alicerçada em fontes documentais, legislativas e bibliográficas, sendo adotada como técnica de pesquisa a documental indireta. A metodologia utilizada foi a lógico-dedutiva, partindo da análise dos efeitos diretos e indiretos do racismo e do princípio da dignidade da pessoa humana no complexo dos deveres fundamentais. Como resultado, sinaliza para a vital influência de tal princípio no rol dos direitos e deveres fundamentais, servindo aquele de base para estes, objetivando preservar a condição humana e a dignidade.

**Palavras-Chave:** Igualdade. Racismo. Dever. Fundamental. Dignidade.

**ABSTRACT**

The purpose of this work is to seek a relationship between human dignity and fundamental duties in the fight against racism, through the idea of recognizing the other as a human person. The emphasis will be on a constitutionalist and philosophical view of the issue relating to equality and racism, observing, from this perspective, their influence on duties considered fundamental, with the influence of the axiological burden of the internal order, in particular the dignity of the human person. To deepen this analysis, the interpretative methods most used by the exegete and the constitutional principles applied to the topic were observed. The focus will be on Constitutional Law, Human Rights and Legal Philosophy. This is a theoretical, exploratory and qualitative research, based on documentary, legislative and bibliographical sources, with indirect documentary research being adopted. The methodology used was logical-deductive, starting from the analysis of the direct and indirect effects of racism and the principle of human dignity in the complex of fundamental duties. As a result, it signals the vital influence of this principle on the list of fundamental rights and duties, serving as a basis for them, aiming to preserve the human condition and dignity.

**Keywords**: Equality. Racism. Duty. Fundamental. Dignity.

## 1. INTRODUÇÃO

Após inúmeras conquistas no campo dos direitos fundamentais, ao longo da história, se vê uma incredulidade do ser humano quanto à efetivação do plexo normativo que lhe garante uma estrutura mínima, condizente com a dignidade de cada um, especialmente quando se trata da questão racial.

O Estado vem falhando na efetivação dos direitos que a sociedade lhe impõe a preservação, ante a sua insuficiência para dar cabo de todas as necessidades com escassos recursos que administra, a se verificar um solapamento das garantias inerentes à condição humana, impondo, aos vulneráveis, uma erosão jurídica no seu terreno normativo.

Se observa uma dicotomia entre a vedação do excesso e o afastamento da proteção insuficiente, quando o Estado não consegue trazer, sozinho, o equilíbrio entre o que é esperado e aquilo que pode ser efetivado, enquanto mínimo garantista.

Dentro dessa realidade conflituosa há a necessidade de se verificar a responsabilidade de cada ser humano para com seu meio social, estabelecendo que este venha a participar ativamente do processo normativo, não só exigindo do Estado a implementação dos direitos que lhe é assegurado, mas contribuindo efetivamente para tal ocorrência, incluindo-o no processo social não somente como destinatário de políticas públicas, mas como executor e auxiliar das mesmas.

No enfrentamento da questão atinente às dificuldades enfrentadas pela população negra, no Brasil, há de se assegurar a condição de cada ser humano, bem como a dignidade que lhe é inerente, impondo a observação não só de direitos que visem albergar os interesses daqueles afetados pela discriminação em suas mais variadas facetas, mas a necessária implementação de deveres decorrentes da vida em uma sociedade alicerçada, dentre outros, pela fraternidade, pelo pluralismo e pelo combate ao preconceito[1].

[1] Conforme se verifica no preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que tem a seguinte redação: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.”

Nesta senda, se verifica uma cegueira deliberada quanto aos deveres que cada ser humano precisa observar para que o Estado possa efetivar os direitos elencados como fundamentais, a importar em uma atrofia do plexo protetivo e garantista, culminando em uma proteção insuficiente e, até mesmo, ineficaz por parte daquele ente em relação aos afetados pelo racismo.

Resta verificado, portanto, um plexo de deveres fundamentais, essenciais à manutenção do Estado e do meio comunitário de cada ser humano, a invocar uma função social que busca preservar, ao fim, a dignidade da condição humana.

A contribuição de cada ser humano, entendendo que estes precisam contribuir de acordo com suas possibilidades dentro de um estado de solidariedade social, revelará o alcance da coletividade quanto à observação dos direitos que lhes são caros, nas inúmeras esferas do direito, sendo alvo do presente estudo a questão racial, através da dignidade da pessoa humana, oriunda do reconhecimento do outro como ser humano e, por conseguinte, destinatário de direitos que lhe são inerentes.

Nesse sentido, verifica-se a pertinência intelectual de Edvaldo Brito ao tratar do tema, aduz que os direitos fundamentais são as prerrogativas inatas do ser humano, por isso, essenciais para preservar a sua existência com dignidade (Brito, 2020: 58).

Há de se observar uma inclusão efetiva do ser humano no processo social, como destinatário das políticas públicas de efetivação de direitos fundamentais, agindo, também, como executor das medidas de concretização que lhes sejam inerentes, a se verificar, assim, uma responsabilidade coletiva.

Portanto, o entendimento desta relação simbiótica entre direitos e deveres fundamentais é deveras importante para que se verifique o anteparo jurídico necessário à efetivação das prerrogativas inerentes ao ser humano, em suas mais variadas vertentes, em especial quando se busca desconhecer a humanidade do outro através do aspecto racial, objetivando lhe retirar sua dignidade e todo o plexo de direitos e deveres correlatos.

Se buscará observar, ainda, algumas políticas afirmativas para o enfrentamento da questão do preconceito e segregação racial, objetivando a afirmação de uma sociedade plural e fraterna com todos os seres humanos, independentemente de raça,

sexo, etnia religião ou qualquer traço distintivo, no afã de albergar a dignidade que é inerente a cada um.

Imbuído desta premissa, o presente trabalho analisará a questão racial no cenário brasileiro, verificando os impactos materiais e formais no que tange ao tema.

Utilizaremos, para conduzir a pesquisa, o método de abordagem dedutivo, partindo de uma premissa maior, cunhada em princípios constitucionais ligados à pessoa, em especial o da dignidade da pessoa humana e o da igualdade, em razão da atual ordem jurídica, estampada pelo neoconstitucionalismo, alinhando-se com as premissas do Texto Maior e a pertinência do arcabouço legal que busca combater o racismo no atual ordenamento jurídico.

No que tange ao método de procedimento, utilizar-se-á o histórico, na razão de observar o entendimento doutrinário e legal primevo com o atual, no afã de verificar uma evolução ou involução. Será alvo de utilização, também, o método monográfico, no qual se fará a análise de casos concretos, em que se observará a aplicação dos preceitos protetivos frente aos diplomas normativos que buscam assegurar a proteção dada à pessoa humana.

Deste modo, o trabalho será dividido em 04 (quatro) partes.

Num primeiro momento, imperiosa a observação do arcabouço filosófico e normativo acerca da pessoa humana e a dignidade que lhe é inerente.

A segunda parte consistirá na análise do reconhecimento do outro como ser humano e o critério da alteridade nesse processo. Na terceira parte, far-se-á uma análise do racismo em algumas de suas vertentes, bem como a verificação de seu objetivo de tirar do outro a condição de ser humano e, por conseguinte, a dignidade que lhe é inerente.

Já na quarta parte, se analisará a questão do princípio da dignidade da pessoa humana como valor fundante aos direitos e deveres fundamentais, irradiando efeitos tanto na verificação de políticas públicas como obrigações sociais à coletividade no combate ao racismo.

## 2. A PESSOA HUMANA E A DIGNIDADE QUE LHE É INERENTE

Como pressuposto lógico-transcendental para a verificação da dignidade da pessoa humana, objetivando assegurar o plexo de direitos e deveres que lhes é inerente, necessário delimitar o alcance do conceito de pessoa humana.

Tal tema é tratado, com muita propriedade, pela Filosofia do Direito, que ao longo da história buscou entender o fenômeno da pessoa humana através de inúmeras bases de pensamento, no afã de trazer seu conceito e desdobramentos, em especial na construção do Estado.

A dignidade da pessoa humana passa a ser a pedra fundamental da moderna teoria do Estado, ao passo que o conceito daquela está intimamente ligado a bases teológicas, tendo Carl Schimitt apontado que todos os conceitos significativos da moderna teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados (Schimitt, 2006, p. 43).

Tratando do conceito de pessoa humana no ocidente, através da secularização da crença judaico-cristã, do homem como imagem de Deus, através de um conceito teleológico, dando azo a uma dignidade da pessoa humana através da teologia (Barzotto, 2010, p. 19-20).

A corrente filosófica do jusnaturalismo, anterior as demais, já abordava a questão da pessoa humana através de uma ordem anterior às leis, superior, universal e inderrogável. São Tomás de Aquino pregava a igualdade dos homens perante Deus, bem como traz a questão da individualidade como traço característico da pessoa humana (Sarlet, 2015, p. 38).

A questão da racionalidade como traço inerente à pessoa humana é verificada com mais propriedade com Emannuel Kant, que ao analisar as leis naturais entende que estas correspondem às leis externas, cuja obrigatoriedade pode ser reconhecida, a priori, pela razão. Todos os direitos estão abrangidos pela liberdade, inerente a todo homem, em razão da sua humanidade (Fontes, 2022).

Desta forma, uma vez verificada a questão da humanidade na pessoa, se verifica, também, a sua dignidade, decorrente da sua condição humana. Trata-se de uma questão inata daquela, conforme sinalizado por Edvaldo Brito, já que a dignidade

é uma qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, lhe fazendo merecedor de respeito e consideração pelo Estado e pela comunidade, lhe outorgando, assim, direitos e deveres fundamentais (Sarlet, 2001, p. 60).

Trata-se a dignidade de um conceito relacional, ligado à condição humana, sendo necessário reconhecer o outro como pessoa, para, assim, afirmar seu valor ou dignidade que lhe é inerente. Desta forma, o reconhecimento se torna condição de efetividade da dignidade humana (Barzotto, 2010, p. 28-29).

## 3. O RECONHECIMENTO E A NOÇÃO DE ALTERIDADE

O conceito de pessoa é relacional, sendo necessária sua verificação através do outro, em sua relação intersubjetiva (Barzotto, 2010: 24). Diante dessa necessidade se verifica a importância do reconhecimento e da alteridade à condição humana e, por conseguinte, à dignidade que lhe é inerente (Barzotto, 2010, p. 24-25).

A ideia do outro (alteridade) é essencial ao próprio reconhecimento como pessoa, de sorte que para se invocar a dignidade que é inerente a cada ser humano é necessário que reconheçamos, primeiro, o outro como ser humano, para assim nos reconhecermos como tal.

O reconhecimento, para a dignidade da pessoa humana, é elemento essencial, já que é fato gerador de toda sistemática atinente ao ser humano. Uma vez reconhecida a condição de ser humano se verifica todo o plexo de direitos e deveres inatos a este.

Tal fato (reconhecimento) irradiará efeitos à dignidade humana, que servirá não como uma norma, mas como origem destas (Barzotto, 2010, p. 34-35).

A questão do reconhecimento também é valorada no pensamento de Hannah Arendt, que trabalha a questão/problema dos apátridas, que não são reconhecidos como nacionais de qualquer Estado, não sendo destinatários de nacionalidade, de sorte que, em razão disto, não existem perante a lei, já que não possui o vínculo necessário à ordem jurídica dos Estados (Lafer, 2020, p. 146-147).

O tema é trabalhado por Celso Lafer, que através da perspectiva arendtiana verifica que, diante da falta de reconhecimento do outro, através do status civitatis, há uma “expulsão” da comunidade humana (Lafer, 2020, p. 147- 148).

Assim, a ideia de reconhecimento é necessária a própria existência da pessoa humana, posto que uma vez afastado o seu reconhecimento como tal, não será destinatário de direitos e deveres, sendo “expulso” da comunidade, não podendo existir enquanto pessoa, pois precisa estar inserido em um contexto relacional para ser alçado a ser humano.

A alteridade (do reconhecimento do outro) será objeto de estudo, ainda, pela filosofia, sendo fundamento da ética, através do pensamento de Emmanuel Levinás, que através da relação com o outrem se verifica a própria espontaneidade (Lévinas, 2008, p. 30).

Ainda no pensamento levinasiano, coube a José Ricardo Cunha estabelecer a importância do outro na formação da pessoa, quando assinala que a presença do outro diante de mim é ato originário da constituição do humano, pois expressa a condição pela qual existimos no mundo: uma coabitação (Cunha, 2023, p. 09).

Dessa forma, resta patente que a constituição do eu, enquanto pessoa, depende do outro, sendo a alteridade e o reconhecimento uma valoração necessária à própria condição humana, que se dá de forma originária e relativa, ou seja, devo reconhecer o outro como ser humano para que possa ser reconhecido como tal.

Logo, uma vez reconhecido como pessoa humana, através da alteridade, a dignidade que lhe é inerente opera efeitos, irradiando efeitos sobre todo o ordenamento, razão pela qual se verifica a importância do reconhecimento como elemento fundante ao processo das relações intersubjetivas.

## 4. A QUESTÃO DO RACISMO E A NEGAÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA

A dignidade da pessoa humana encontra no reconhecimento uma importante ferramenta para sua verificação no mundo fenomênico. Logo, uma vez reconhecida a condição do outro como ser humano, a este se deferem todos os direitos e deveres

inerentes à sua natureza, cabendo a todos o devido respeito de tais prerrogativas, já que lhes são inatas (Brito, 2020, p. 58).

Entrementes, a ausência de reconhecimento retira do homem sua condição, solapando a dignidade e todo plexo normativo que lhe acompanha, razão pela qual resta excluído da comunidade e, por conseguinte, não é destinatário de proteção.

O racismo, em sua natureza, corrompe o reconhecimento do outro como ser humano, lhe retirando as qualidades que lhes são inerentes, posto que busca reduzir o homem a um de seus predicados, negando-lhe a igualdade para com os demais, atribuindo-lhe uma condição estranha à humanidade (Barzotto, 2010, p. 35).

Nesse sentido, necessário observar o conceito de racismo encampado por Silvio de Almeida:

> Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 22)

Trata-se de uma forma de discriminação que tem na raça seu alicerce, impondo gravames ou benesses ao grupo afetado, ao passo que no Brasil se verifica um escoamento do plexo protetivo à condição humana em desfavor da população negra, posto que, uma vez não reconhecida como humanos, não são destinatários de qualquer parcela de dignidade.

Ademais, a questão do racismo, no Brasil, ganha contornos que merecem ser mencionados, não se verificando como algo isolado ou inerente a apenas um elemento, mas algo entranhado no próprio modo de vida social, cabendo a devida elucidação.

Silvio de Almeida estabelece uma categorização do racismo, indicando 03 (três) concepções: individualista, institucional e estrutural (Almeida, 2019, p. 24).

Tratando da primeira concepção, qual seja, a individualista, se verifica uma “patologia” ou anormalidade, restrita a um indivíduo ou grupo isolado, combatido através de sanções civis. É entendido como preconceito (Almeida, 2019, p. 25).

No que se refere ao racismo institucional, trata-se de um avanço teórico no estudo das relações raciais, observando o comportamento das instituições, que conferem desvantagens e privilégios com base na raça (Almeida, 2019, p. 25-27).

Já no que tange à concepção estrutural, este se verifica na própria estrutura social, nas relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, havendo uma "normalização" do racismo (Almeida, 2019, p. 33-34).

Há, ainda, o racismo recreativo, que retrata a utilização do humor como veículo de segregação, através de piadas estereotipadas, criando mecanismos culturais e legais para impedir a mobilização política em torno da questão racial (Moreira, 2019, p. 63).

Percebe-se, portanto, que o mecanismo que busca assolar o reconhecimento da condição humana, qual seja, o racismo, extrapola o viés individual, sendo verificado no contexto social, quando não apenas um ser humano retira do outro a sua condição, mas a própria sociedade assim o faz, quando elenca quem será ou não reconhecido como destinatário de dignidade, afligindo a igualdade, já que passa a ser soberana na escolha dos indivíduos que serão albergados pela mesma.

Há de se observar que tal questão foi duramente combatida por Hannah Arendt, quando da análise da condição dos apátridas perante um Estado, não sendo reconhecidos como nacionais e não possuindo vínculo com aquele, tendo que cometer crimes para, então, possuírem alguma ligação com aquela sociedade, já que seriam disciplinados pelo Direito Penal (Lafer, 2020, p. 146-147).

No afã de fazer uma correlação com pensamento arendtiano, o racismo nega a condição humana do outro, considerando-o inferior e, até mesmo, não-humano, a retirar da pessoa os vínculos com aquele meio social, tornando-a "apátrida" de dignidade, solapando, assim, sua condição e os direitos e deveres que lhes são inerentes. Nesse sentido é possível, por exemplo, observar na história a completa desumanização dos escravizados no Brasil, destituindo-os de direitos e de reconhecimento enquanto sujeitos. Diante desta situação, a igualdade se desdobra como uma peça elementar de combate ao racismo, haja vista que o reconhecimento do outro como igual, logo um ser humano, impõe o dever de reconhecer sua dignidade, ao passo que a própria dignidade, quando verificada a condição humana (sem distinção de raça, sexo, cor, religião e demais predicados), impõe o dever de reconhecimento e igualdade.

## 5. A DIGNIDADE HUMANA E OS DEVERES FUNDAMENTAIS

O reconhecimento do outro como pessoa humana impõe o reconhecimento, também, de sua dignidade, a se estabelecer a observação de um sistema de normas inerente à tal condição, cabendo a todos a devida verificação.

A dignidade é uma qualidade inerente ao ser humano, independente de predicados e condições individuais, bastando em si mesma, haja vista que a pessoa, uma vez reconhecida como tal, possui tal característica, cabendo a todos o devido respeito e proteção (Novelino, 2021, p. 298).

Não apenas como fundamento da ordem normativa, quando irradia efeitos especialmente quanto aos direitos, a dignidade impõe, ainda, a verificação de deveres fundamentais, entre eles o de respeito, proteção e promoção (Novelino, 2021, p. 299-300).

Tais obrigações são destinadas não apenas ao Estado, mas à sociedade e aos indivíduos nela inseridos, de sorte que todas as pessoas devem: i) respeitar a dignidade do outro, combatendo condutas atentatórias à mesma; ii) protegê-la de violações, tanto pontuais quanto sistêmicas, bem como devem; iii) promover seu acesso a todos, através da igualdade.

Entrementes, quando se verifica a questão do racismo, os deveres fundamentais[2] impostos pela dignidade restam por inobservados, haja vista que as violações implementadas buscam solapar o respeito, a proteção e a promoção daquela, retirando da pessoa sua identidade humana. Há de se perceber que o Estado tenta, dentro de seus limites, observar os deveres fundamentais acima elencados, quando i) respeita a dignidade da população negra, impondo que as escolas de ensino fundamental e médio ensinem sobre história e cultura afro-brasileira[3]; ii) busca proteger a população negra,

[2] Entendido como a outra face dos direitos fundamentais, os deveres fundamentais integram a constituição da pessoa, sendo matéria dos direitos fundamentais e componente do "estatuto constitucional da pessoa". (Nabais, 2024, p. 86)
[3] Conforme se verifica na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

ao repudiar o racismo no texto constitucional[4]; iii) além de promover a dignidade dos negros através de ações afirmativas, a exemplo da política de cotas[5].

Todavia, a atuação estatal é deveras insuficiente, carecendo da manifestação social e individual, posto que os deveres fundamentais impostos pela dignidade humana não têm como destinatário tão somente o Estado, mas todas as pessoas.

Cumpre observar que o racismo busca negar a condição humana como um todo, não só daqueles que são destinatários das violações, mas também daqueles que fazem uso de suas “ferramentas”.

Há de se relembrar que o reconhecimento e a alteridade são essenciais à identificação da pessoa humana, uma vez que o ser se identifica como tal após verificar esta condição no outro. É um conceito relacional, ao passo que negando a condição humana do outro, através do racismo, necessariamente se nega a condição humana daquele que se vale desse expediente.

Logo, o racismo solapa a própria ideia de humanidade, ceifando, por conseguinte, a dignidade que lhe é inerente.

Nesta esteira, os deveres fundamentais inerentes à dignidade humana, em especial o de respeito, proteção e promoção buscam combater o racismo, assegurando a todos os seres humanos o seu reconhecimento como pessoa e, por conseguinte, destinatários de direitos e deveres fundamentais.

Diante desta realidade, o princípio da igualdade ganha especial destaque, haja vista que a todo ser humano é assegurada a dignidade, sendo imperioso o albergue normativo de todos aqueles que comungam de tal característica, cabendo o tratamento de todos esses indivíduos como iguais.

Ademais, as individualidades de cada ser humano não têm o condão de desnaturar sua condição de pessoa, mas de confirmá-la, já que a singularidade é inerente à dignidade. A alteridade pressupõe a diferença.

[4] Quando, no texto constitucional, o repúdio ao racismo é alçado a princípio da República Federativa do Brasil nas relações internacionais (Art. 4º, VIII), além de ser tratado como crime inafiançável e imprescritível (Art. 5º, XLII).
[5] Conforme se verifica na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Assim, ao ser humano não são destinados apenas direitos tidos por fundamentais, mas deveres que ostentam a mesma natureza, que devem ser observados por todos para assegurar a própria condição de pessoa e, por conseguinte, sua própria dignidade.

Logo, o reconhecimento e a alteridade despontam como fundamentos essenciais à condição humana, fortalecendo a dignidade e a igualdade dos homens enquanto pessoa, objetivando rechaçar distinções que tendem a assolar essa identidade, em especial o racismo, que tem na negação da humanidade sua força motriz, sendo imperioso combatê-lo, em razão dos deveres fundamentais de respeito, proteção e promoção.

## 6. CONCLUSÃO

Conforme observado, a condição de pessoa humana implica o reconhecimento de sua dignidade, uma vez que lhe é inerente, impondo a verificação de um plexo normativo consistente na implementação de direitos e deveres objetivando a preservação dessa, rechaçando qualquer situação que busque violar essa qualidade.

Nessa senda, a alteridade desponta como elemento fulcral na verificação da dignidade, haja vista que o reconhecimento do outro como pessoa humana induz o próprio reconhecimento como pessoa, posto que se trata de um conceito relacional.

Assim, para que se possa considerar pessoa humana necessariamente há de se verificar a pluralidade de indivíduos que ostente tal condição, já que a singularidade, no sentido de ausência do outro, solapa essa qualidade, já que imprescindível o critério social.

Diante disso, a igualdade se revela essencial à manutenção da condição de pessoa humana, posto que todos aqueles que ostentem esta característica devem ser tratados como tal, rechaçando-se discriminações que objetivem relativizar o caráter absoluto da dignidade inerente.

O racismo, em suas mais variadas vertentes (individual, institucional, recreativo e institucional), busca retirar da pessoa sua condição humana, já que relativiza tal conceito.

Aquele que é alvo do racismo deixa de ser uma pessoa para ser algo, sem identidade, inferiorizado, sem dignidade, já que esta só alcança aqueles que são considerados humanos. Logo, o racismo busca, em verdade, negar a própria humanidade.

Ocorre que, conforme já visto, o conceito de pessoa humana é relacional, dependendo do reconhecimento do outro como tal, para, após, considerar o próprio ser nesta condição. Assim, uma vez inexistindo o outro como pessoa humana não haverá o reconhecimento próprio como esta.

Desta feita, o racismo, utilizado para negar a condição de pessoa do outro, retira daquele que faz uso de suas “ferramentas” a sua própria humanidade, já que sem o outro não há como se reconhecer como ser humano, bem como todos os predicados que lhe são inerentes, em especial a dignidade.

Assim, objetivando albergar a condição humana, a dignidade impõe a todas as pessoas deveres fundamentais, consistentes na preservação dessa condição, em especial o de respeito, proteção e promoção.

Não apenas o Estado é destinatário de tais obrigações, mas a sociedade e cada pessoa que dela faz parte, posto que, conforme assinalado, a prática do racismo não se dá apenas de forma isolada, mas em um contexto social (estrutural), entranhado na própria estrutura do grupamento humano.

Logo, a todos são impostas obrigações no sentido de respeitar a dignidade humana, defendendo-a de condutas atentatórias à sua existência e manutenção, cabendo a proteção contra violações, em todos os sentidos, determinando-se, ainda, a promoção daquela, no sentido de torná-la acessível a todos, através da igualdade.

O reconhecimento e a alteridade se mostram fulcrais à condição humana, fortalecendo a dignidade e a igualdade dos homens enquanto pessoa, solapando distinções odiosas que busquem negar tal identidade, em especial o racismo, que tem na negação da humanidade sua força motriz, sendo imperioso combatê-lo, em razão dos deveres fundamentais de respeito, proteção e promoção.

Desta maneira, a dignidade traz a cada ser humano direitos e deveres fundamentais, necessário à proteção e manutenção desta condição, combatendo quaisquer violações que possam ser impostas à pessoa.

Resta verificado, portanto, um dever fundamental de rechaçar o racismo, em todas as suas vertentes, posto que a sua manutenção implicará no próprio esvaziamento da condição humana e, por conseguinte, da sua dignidade, não podendo a pessoa renunciar a sua natureza e condição, já que inatas à sua essência.

Trata-se de uma luta de todas as pessoas, já que o racismo é inimigo comum, pois tem como alvo a própria humanidade, impondo a implementação sistematizada de medidas efetivas de combate àquele, não só pelo Estado, mas pela sociedade e por cada indivíduo. Sendo assim, estamos preparados para esta batalha?

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARZOTTO, Luis Fernando. **Filosofia do Direito os conceitos fundamentais e a tradição jusnaturalista**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. Cap. 1 (p. 19-43).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Brasília, DF, 09 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRITO, Edvaldo. Direitos fundamentais na Pandemia. *In:* BAHIA, Saulo Casali *et al*. **Direitos e deveres fundamentais em tempos de coronavírus**. São Paulo: Editora Iasp, 2020, vol. 4.

CUNHA, José Ricardo. Ética da alteridade como fundamento extramoral para a política em tempos de ódio. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 19, e2307, 2023.

FONTES, Paulo Gustavo Guedes. **Pílulas de filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Lumen Juris, 2022.

LAFER, Celso. **Reconstrução dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2020. Cap. V (P. 146- 166).

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito.** Lisboa: Edições 70, 2008.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

NABAIS, José Casalta. **Estado de direito, estado fiscal e dever fundamental de pagar impostos.** Coimbra: Almedina, 2024.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de direito constitucional.** 16 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

SANTOS, A. N., ; MORAES, M. J. D. O pensamento do ético em Jacques Derrida: uma questão de hospitalidade. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 1(30), 20-34, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12ª ed. rev. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2001.

SCHIMITT, Carl. **Teologia política.** Tradução de Elisete Antoniuk: coordenação e supervisão Luiz Moreira. Belo Horizonte: Del Rey, 2006

# A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIOFECHADO NA CIDADE DE SALVADOR: UMA REFLEXÃO OPORTUNA

*Cinara Agda Lisboa de Souza*

**RESUMO**

A intersetorialidade ainda não é um princípio integralmente cumprido no atendimento socioeducativo, em que pese a sua imprescindibilidade na execução das políticas públicas.As parcerias com os atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos ainda encontram desafios para serem estabelecidas de forma efetiva, contribuindo para que o egresso do Sistema Socioeducativo seja vulnerabilizado, suscitando riscos de reincidência.O presente estudo se propõe a refletir sobre a importância da articulação das políticas públicas de forma intersetorializada e interdisciplinar na execução do atendimento aoadolescente em privação de liberdade na cidade de Salvador, assim como identificar os desafios e as potencialidades na implementação dessas políticas, no âmbito do atendimento socioeducativo em meio fechado. Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, delineado pela pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, tomando a apreciação de dados empíricos, extraídos dos Relatórios Mensais de Atendimento Socioeducativo, considerando as diversas dimensões que atravessam o atendimento desses adolescentes. Observou-se que há um esforço contínuo para promoção da articulação com as diversas políticas setoriais, provendo-os dos meios de acesso à educação, à saúde, à cultura, ao esporte e à assistência social. Contudo, apesar do esforço empreendido, constatou-se que há grandes dificuldades de acesso a estágios eatividades profissionais, cooperando para o isolamento e a exclusão social, o que poderia favorecer possíveis reincidências, diante das dificuldades para a empregabilidade, limitando o acesso aos bens de consumo e contribuindo para a perpetuação de desigualdades.

**Palavras-chave:** Adolescentes. Medida socioeducativa. Políticas públicas. Intersetorialidade.

**ABSTRACT**

The principle of intersectionality is not currently integrally applied in socio-educational services, which is visible in the execution of public policies. Partnerships with actors that comprise the Guarantee of Rights System continue to encounter obstacles of implementation, contributing to those who egress Socio-Educational System becoming vulnerable, resulting in recidivism risks. The present study purports to reflect on the importance of articulating of public policies in an intersectional and inter-disciplinary way as it relates to the scope of social services that adolescents participating in the juvenile justice system in the city of Salvador, may receive as well as identify the obstacles and opportunitiesin the implementation of these policies in the socio-educational context of a closed environment. This is an exploratory study, with a qualitative approach, outlined for bibliographical and documental searches, taking into account empirical data, extracted from the Monthly Report of Socio-educational Attendance, considering the myriad of dimensions, which adolescents experience through their attendance. A continued effort relating to the implementation of diverse intersectional policies was observed, providing adolescents with access to educational, health, cultural, sports, and social assistance. However, despite the effort undertaken, significant barriers of access to internships

and professional activities were found, leading to isolation and social exclusion, which can increase the likelihood of recidivism for those facing barriers of employability, limiting the access to consumer goods and contributing to the perpetuation of inequalities.

**Keywords:**adolescents; socio-educational measures; public policies; intersectionality.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade aos dias atuais, imensos avanços ocorreram no que diz respeito ao tratamento dispensado pela sociedade e pelo Estado à infância e a juventude. Esses indivíduos não eram entendidos como sujeitos de direitos, prevalecendo a lógica dos castigos e sofrimentos físicos para coibir ações que não estivessem em consonância com os princípios éticos e morais de uma determinada época.

A promulgação da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) contribuiu para ampliar as discussões sobre a garantia e a efetivação de direitos humanos de crianças e adolescentes e, considerando a natureza universal da legislação, também os direitos dos adolescentes autores de atoinfracional foram assegurados.

Tanto a Constituição quanto o Estatuto estabeleceram os dispositivos para a garantia dos direitos da infância e juventude em todos os níveis e com absoluta prioridade, responsabilizando conjuntamente a família, a comunidade e o Poder Público nessa tarefa.

Em que pese a sua imprescindibilidade na execução das políticas públicas, a intersetorialidade ainda não é um princípio integralmente cumprido no atendimento socioeducativo. As parcerias com os atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) ainda encontram desafios para serem estabelecidas de forma efetiva, contribuindo para que o egresso do Sistema Socioeducativo seja um ser vulnerabilizado, propiciando condições para reincidência.

Na estruturação desse trabalho serão abordadas as normativas garantistas de direitos e os desafios encontrados na implementação das políticas setoriais, assim

como serão apresentadas considerações acerca do princípio da incompletude institucional e a sua articulação com a intersetorialidade.

Nesse escopo, o presente estudo se propõe a refletir sobre a importância da interlocução e da articulação entre as políticas sociais voltadas ao atendimento do adolescente e do jovem em cumprimento de medidas socioeducativas e o Sinase, seus desafios e potencialidades no âmbito do atendimento socioeducativo em meio fechado na cidade de Salvador, de forma intersetorializada e interdisciplinar, como uma estratégia de gestão para mitigar os riscos de reincidências na prática infracional e estimular a emancipação cidadã de adolescentes e jovens, promovendoa garantia de direitos e a responsabilização desse público.

Contrariamente ao que é apregoado pelo senso comum, o adolescente autor de ato infracional[1] é responsabilizado pela conduta equiparada a crime ou contravenção penal, conforme o disposto no Art. 103 do Estatuto, consoante a previsão de aplicação de medidas socioeducativas[2], após a comprovação da materialidade de prática do ato infracional, das suas circunstâncias e da gravidade dofato.

A Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) é a entidade responsável pela gestão da política de atendimento ao adolescente em cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação e é vinculada à Secretaria de Justiçae Direitos Humanos do Estado da Bahia.

A Fundac realiza atendimento socioeducativo a adolescentes e jovens entre 12 e 21 anos incompletos e tem como missão “promover a responsabilização e contribuir para a emancipação cidadã dos adolescentes aos quais se atribui autoria de ato infracional, atuando na garantia dos direitos humanos” (Projeto Político Pedagógico da Fundac, 2023, p. 28).

---

[1] O ato infracional, disposto no Art. 103 do ECA, é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por adolescentes na faixa etária entre os 12 e 18 anos incompletos.

[2] As Medidas Socioeducativas são aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no Art. 112, Inc. I a VII do ECA. Se configuram em uma resposta à prática infracional, possuem um caráter híbrido, educativo e sancionatório.

I - advertência;
- obrigação de reparar o dano;
- prestação de serviços à comunidade;IV - liberdade assistida;
- inserção em regime de semiliberdade;
- internação em estabelecimento educacional;
- qualquer uma das previstas no Art. 101, Inc. I a VI.

O atendimento inicial aos adolescentes é realizado nas unidades de Pronto Atendimento, por meio do acolhimento realizado por profissionais de Psicologia e Serviço Social e, após as oitivas e a depender do veredicto das autoridades competentes, poderá ser liberado ou encaminhado a uma das unidades para cumprimento de medida cautelar de internação provisória ou, ainda, às unidades de execução de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade.

A Instituição possui jurisdição em todo o território da Bahia e há programas de atendimento para execução da medida de internação, denominados Comunidades de Atendimento Socioeducativo (Case) nos municípios de Salvador (Case Salvador e Case Feminina), Feira de Santana (Case Juiz Mello Mattos e Case Zilda Arns), Camaçari (Case Irmã Dulce) e Vitória da Conquista (Case Wanderlino Nogueira Neto), esta última gerida por meio da celebração de parceria com uma Organização Social.

A Fundac executa a medida de semiliberdade, por meio da celebração de parceria com Organizações Sociais, nos municípios de Salvador (Casa São Salvador), Feira de Santana (Unidade de Semiliberdade Resgate Cidadão), Itabuna (Casa Grapiúna), Vitória da Conquista (Um Novo Jeito de Ser) e Juazeiro (Semente do Amanhã).

Foi realizada uma revisão bibliográfica dos dispositivos contidos na legislação que visa garantir direitos, tanto a nacional, como as internacionais, das quais o Brasil é signatário, assim como publicações já existentes, visando granjear informações relevantes sobre a articulação e intersetorialização das políticas públicas no atendimento socioeducativo, assim como realizada análise documental, a partir dos dados contidos nos Relatórios Mensais de Atendimento Socioeducativo.

O RMAS é um instrumento que também se configura em um aporte relevante de consulta, pois delineia todas as ações desenvolvidas nas unidades finalísticas, as articulações e encaminhamentos efetivados no atendimento. Sobre a utilização da pesquisa documental, Gil (2002) aponta as vantagens da pesquisa documental, pois contém uma fonte abundante e permanente de dados.

Ademais, foram consideradas as informações contidas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, no período

compreendido entre dezembro de 2022 a novembro de 2023. A escolha dessas variáveis está em consonância com o previsto no Art. 8º da Lei 12.594 (2012)[3].

Em vista disso, foi escolhida a Case Salvador, unidade que acolhe adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, localizada na Capital.

Para tanto, optou-se por investigar as múltiplas ações realizadas em cada variável, no intuito de esmiuçar o alcance do atendimento nas várias esferas, considerando as diversas dimensões que atravessam o desenvolvimento do adolescente e jovem submetido à medida de internação.

De igual modo, foi possível granjear informações acerca do acesso desse público aos direitos sociais básicos, constitucionalmente garantidos, tendo em vista anecessidade de promover a sua responsabilização e, concomitantemente, a sua (re) inserção social e restauração dos vínculos familiares e sociocomunitários.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O Sinase foi regulamentado pela Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012 e objetiva a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, a sua integração social e a garantia de seus direitos individuais e sociais, assim como a desaprovação da conduta infracional. (Brasil, 2012). Considerando a inevitabilidade da aplicação da medida privativa de liberdade e sem subestimar o seu caráter aflitivo, que, inegavelmente, incorpora uma forma de controle social através da aplicação de uma sanção, torna-se oportuno efetivar ações baseadas naperspectiva da redução de danos e com atendimento voltado à sua integração social, através de uma prática educativa e inclusiva, promotora de direitos e responsabilização.

Sobre esse tema, Frasseto (2006) aduz que:

> Entender que a medida socioeducativa é sempre ruim por cortar a liberdade não implica qualquer renúncia à necessidade de humanizá-la, de tentá-la educativa enquanto durar. Não implica abrir mão de um projeto educativo para

[3] Art. 8º Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

> a medida que passou pelo filtro garantista do processo. (Frasseto, 2006, p.592).

O fio condutor dessa ação socioeducativa é a promoção da educação no sentido amplo, o estímulo ao protagonismo, na perspectiva de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (Delors, 2012). A atenção integral a essas necessidades será possibilitada através da execução efetiva das políticas sociais.

Desse modo torna-se necessário promover um atendimento articulado e integrado a esse adolescente/jovem e à sua família, identificando as suas necessidades, potencialidades, buscando, conjuntamente, possibilidades de retorno ao convívio social de forma ressignificada.

Para tanto, o fortalecimento e a articulação entre os entes que compõem o SGD e a execução das políticas de atendimento ao adolescente em cumprimento demedida, se mostra imprescindível, no sentido de contribuir, efetivamente, com o crescimento pessoal desse jovem, investindo no estímulo ao seu protagonismo. No Estado da Bahia, a Fundação da Criança e do Adolescente é a entidade responsávelpela execução da política de atendimento ao adolescente e ao jovem em cumprimento de medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade.

Vinculada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a Fundac também promove o Atendimento Inicial, a Medida Cautelar de Internação Provisória e o Acompanhamento ao Egresso.

Considerando a intenção exploratória, de abordagem qualitativa do presente estudo, delineada pela pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, foi tomada a apreciação de dados empíricos no período correspondente a dezembro de 2022 e novembro de 2023.

Para tanto foi eleita a Case Salvador, que acolhe adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, por ser a unidade mais antiga da Fundac, sendo fundada sob a égide do Código de Menores[4] e também por conter

[4] BRASIL. Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Revogado pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

dados detalhados, que representam o atendimento realizado nas demais unidades de internação.

Nesse período foram registrados 349 atendimentos a adolescentes/jovens, conforme levantamento dos dados constantes nos RMAS. Desse modo, foi somado o quantitativo de adolescentes a cada mês, durante os 12 meses investigados.

Os dados concernentes às ações socioeducativas também foram extraídos dos RMAS relativos ao programa de atendimento de internação de Salvador, visando realizar um panorama das ações internas e externas realizadas, verificar a sua incidência, assim como identificar as ações intersetoriais no âmbito do referido programa.

Nesse escopo, foram considerados os dados referentes às áreas de educação, cultura, esporte, saúde, assistência social e capacitação para o trabalho, no intuito de granjear informações sobre a articulação e intersetorialização das políticas públicas no meio fechado.

A Case Salvador foi fundada há 45 anos, sob a égide do Código de Menores, com o nome de Centro de Recepção e Triagem e possuía a finalidade de abrigar crianças e adolescentes carentes e em risco social, que eram acolhidos pela antiga Fundação de Assistência ao Menor do Estado da Bahia (Fameb).

O público atendido na Case Salvador corresponde a adolescentes do sexo masculino, submetidos à medida cautelar de internação provisória e à medida socioeducativa de internação, na faixa etária entre 12 a 21 anos incompletos, separados por idade, compleição física e gravidade da infração, conformedeterminado no Art. 123 do ECA.

Ao chegarem à unidade para cumprimento da medida socioeducativa de internação, os adolescentes são atendidos pela equipe multiprofissional, composta por Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Enfermeiro, Advogado e demais profissionais, imprescindíveis ao atendimento socioeducativo, numa perspectiva multidisciplinar e intersetorial, para a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA).

As ações de educação realizadas na Case Salvador estão em consonância com as previsões legais contidas na Constituição Federal, no ECA e no Sinase, assim como

seguem as recomendações contidas na Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016 do Conselho Nacional de Educação, que define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os dados obtidos entre os meses analisados revelam que a escolarização é ofertada nas dependências da unidade, distribuída nas modalidades de Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio.

A partir do cálculo da frequência relativa, das 349 matrículas realizadas no período, o Ensino Fundamental II registrou um total de 53% de matriculados, representando a maior incidência, seguido do Ensino Fundamental I com 27% de matriculados e o Ensino Médio com 20% de matrículas registradas.

As atividades de arte-educação também são ofertadas na unidade. É facultadaa inscrição em mais de uma modalidade, o que ficou evidenciado na majoração dos números obtidos. Das 413 participações, 94% corresponderam à realização de atividades internas nas modalidades de artes, artesanato, artes musicais (percussão, banda marcial e sopro). A realização de atividades externas de arte-educação corresponderam a um total de 6%.

Considerando que a educação é parte estruturante do desenvolvimento de adolescentes e um meio de construção de um projeto de vida, ela deve contribuir para promover seus direitos, favorecer a sua inclusão social, qualificá-lo para o trabalho e desenvolver a sua autonomia.

Sendo executada de forma humanizada, a educação realizada nas comunidades socioeducativas deve valorizar os seus saberes, desenvolver suas competências e habilidades, promovendo sua responsabilização, através de uma prática reflexiva e emancipadora, priorizando a autonomia, contribuindo para a transformação de atitudes e o exercício da cidadania.

A prática de esportes e o acesso às atividades de cultura estão previstos na Constituição Federal e nos diplomas legais que norteiam a garantia dos direitos da infância e juventude. Sua importância e finalidade, entretanto, extrapolam as margens delimitadas pela legislação, em razão dos benefícios que a prática esportiva e o acesso

à cultura ensejam no desenvolvimento biológico, psíquico e social de crianças e adolescentes.

Além dos benefícios à saúde, auxiliando na diminuição dos fatores de risco associados à doenças crônicas, a prática esportiva na adolescência contribui para o desenvolvimento da autoestima, da concentração, estimula a socialização, melhora a coordenação motora, contribui para o controle da ansiedade e da depressão (Alves, 2005).

De acordo com o PPP da Fundac, são realizadas parcerias com entidades para o beneficiamento das atividades físicas, ocorrendo a integração com as demais unidades socioeducativas. Essas parcerias possibilitaram o beneficiamento das atividades físicas, assim como serviram de incentivo aos adolescentes para participação em projetos internos, o que vem ocorrendo com a integração entre as diferentes unidades socioeducativas. Desde o ano de 2018 foram criados projetos como a Copa FUNDAC de Atletismo, o InterCases, o CASE do Mundo.

No que concerne às atividades esportivas, os dados apontaram que elas são realizadas, em sua maioria, dentro da unidade, correspondendo a 98% de incidência. Nessa variável foram verificadas 1257 participações durante o período analisado, considerando que os adolescentes praticaram mais de uma modalidade esportiva, sendo observada uma majoração dos dados nessa variável.

Há uma diversidade de modalidades esportivas ofertadas pela unidade: esportes de invasão, representaram a frequência de 28%, ginásticas tiveram a incidência de 23%, esportes de marca, 22%, esportes com rede divisória ou muro/parede de rebote, com 15% e jogos lúdicos, que representaram 10% do total.As atividades esportivas externas (Escolinha do Esporte Clube Jacuipense e Torneio InterCases de Futebol) apresentaram a frequência de 2%.

Quanto ao acesso às atividades culturais externas, os dados revelaram que dos 349 atendimentos realizados no período  pesquisado, apenas 25% tiveram acesso a saídas para atividades culturais. O documento analisado não continha informações que possibilitassem esclarecer o que motivou o número reduzido de adolescentes com acesso às atividades culturais externas, sendo os dados inconclusivos, nesse aspecto.

Também foram promovidas saídas para o teatro, visitas a museus (Museu da Música, Museu Afro-Brasileiro e Museu da Coelba), à concerto, participação na Conferência Livre da Juventude com a exibição do documentário “Pra quê me olhar assim?”, em parceria com a Cipó Comunicação Interativa, ocasião em que foram instados a refletir sobre as políticas públicas voltadas à população negra.

A atenção à saúde na Case Salvador é realizada, majoritariamente, dentro da unidade e há uma equipe multidisciplinar composta por médico clínico, médico psiquiatra, psicólogo, enfermeiro, técnico de enfermagem, odontólogo, fisioterapeuta, além de outros profissionais indispensáveis ao atendimento em saúde integral, que prestam o atendimento e realizam os encaminhamentos à rede externa, quando necessário, para as ações de média e alta complexidade.

Os dados da pesquisa atestaram que 1288 atendimentos individuais foram realizados pelos profissionais no período pesquisado. Desses, 21% foram realizados por psicólogos, 20% por enfermeiros, 17% por fisioterapeutas, 14% por médicos clínicos, 12% por odontólogos, 10% por técnicos de enfermagem e 6% dos atendimentos foram realizados por médicos psiquiatras.

Foram investigados os principais agravos à saúde que acometeram a população juvenil privada de liberdade na Case Salvador. A partir da identificação de 392 ocorrências, 32% apresentaram quadro de insônia persistente, 21% tiveram histórico de uso abusivo de substâncias psicoativas, 10% apresentaram quadro de ansiedade acentuada, 9% apresentaram indícios de déficits cognitivos.

Foram contabilizadas 7% das ocorrências com diagnóstico de transtorno mental, 4% desenvolveram quadros de abstinência, devido à dependência química, 4% tiveram diagnóstico de transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, 3% apresentaram episódios de automutilação/escarificação, 3% apresentaram quadro depressivo/humor rebaixado, 3% apresentaram indícios de psicose, 2% apresentaram indícios de psicopatia e 2% apresentaram quadro de ideação suicida.

No que se refere aos encaminhamentos realizados/providências adotadas, foram registradas 588 ocorrências. Desse total, foi identificado que 28% dos encaminhamentos foram relativos à necessidade de utilização de medicação psicotrópica, 19% referentes à vacinas, 16% relativos ao encaminhamento para

consultas na rede externa de saúde, 15% concernentes à participação de ações educativas.

Quanto aos encaminhamentos para exames na rede externa de saúde, foi verificado um total de 5%, seguido de 4% de encaminhamentos à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), 4% de encaminhamentos para realização de exames laboratoriais, 4% de realização de teste rápido para detecção de infecção sexualmente transmissível (IST), 3% de encaminhamentos para atendimentos de urgência/emergência clínica, 2% de encaminhamentos para atendimentos de urgência/emergência psiquiátrica.

Destaca-se, aqui, a importância do atendimento individualizado, a fim de identificar demandas, acompanhar o socioeducando no decurso da medida, mantendo parcerias, promovendo estratégias em conjunto com a família e realizando os encaminhamentos, quando forem necessários, à Rede de Atendimento Psicossocial para promoção dos cuidados adequados.

Os adolescentes e jovens atendidos nas unidades finalísticas da Fundac são originários de famílias de baixa renda e, “em sua maioria, provenientes de famílias inseridas em um contexto de vulnerabilidade social com baixo acesso a bens e serviços e a direitos básicos como saúde e educação (PPP Fundac, 2023, p. 29).

No que se refere à assistência social, foram apreciados os dados relativos às articulações e encaminhamentos realizados por Assistentes Sociais e/ou Psicólogos (as), com foco na rede socioassistencial (serviços, programas, projetos e benefícios vinculados ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS), no período entre dezembro de 2022 e novembro de 2023.

No período analisado foram realizados 349 atendimentos na Case Salvador, sendo identificadas 110 ações concernentes à Assistência Social. A maior parte dos encaminhamentos realizados corresponderam às ações relacionadas às famílias, sendo verificadas 81 ocorrências e, dessas, 36% se referiram ao encaminhamento ou acompanhamento familiar, 23% foram relativas à viabilização de transporte para visita, 17% foram referentes à articulação com a rede socioassistencial.

A busca ativa de familiares correspondeu a 6%, a articulação para visita familiar apresentou a incidência de 6%, a articulação para o pós-medida apresentou 6%, a solicitação de relatório correspondeu a 4%, o encaminhamento para o meio aberto apresentou 1% e a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), apresentou a incidência de 1%.

Das ações referentes aos adolescentes e jovens, foram identificadas 29 ocorrências. O acompanhamento para o meio aberto[5] correspondeu a 21%, seguido de articulação com a rede socioassistencial[6], contabilizando 14%, o acompanhamento familiar correspondeu a 14%.

As orientações para o meio aberto tiveram a frequência de 10% e o encaminhamento para cadastramento/atualização do CadÚnico apresentou a incidência de 10%, seguido de articulação para o pós-medida, com 7%, encaminhamento para o meio aberto, 7% e encaminhamento para perícia no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) correspondeu a 7%.

A articulação para visita familiar apresentou a incidência de 4%, a solicitação de informações sobre saúde mental, 3% e o encaminhamento para o INSS para percepção de Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), correspondeu a 3%.

Aqui é importante ressaltar que essas ações foram efetivadas a partir da identificação de necessidades e demandas apresentadas pelos adolescentes e seus familiares. A LOAS, diversamente do ECA, não possui caráter universal, mas se destina àqueles que dela necessitam, conforme disposto na Constituição Federal[7].

Nesse sentido, o atendimento às famílias e a garantia de sua participação no processo socioeducativo são ações relevantes a serem efetivadas, pois conhecendo as suas demandas, a realidade social na qual esses indivíduos estavam inseridos, as circunstâncias que o levaram não só à prática infracional, mas todo o contexto de

[5] Acompanhamento realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

[6] Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS (NOB/SUAS, 2012, p. 19).

[7] Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar.

desigualdade que permeou a sua vida, poderá auxiliar na definição e proposição de estratégias de enfrentamento e potencialização do núcleo familiar.

O Sinase também dispõe sobre a capacitação para o trabalho, assim como define que as escolas do Senac, Senai, Senar e Senat poderão ofertar vagas aos seus usuários, através de termos cooperação, celebrados entre os operadores dos Sistemas.

De acordo com o PPP da Fundac, a sua Política de Ensino da Educação Profissional está fundamentada pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

A Lei de Aprendizagem institui os parâmetros regulamentadores para a contratação de adolescentes e jovens, possibilitando que ingressem no mercado de trabalho ainda que não tenham experiência profissional, atuando como aprendizes.

A partir dessas circunstâncias, a Fundac criou o Programa Aprendizagem na Medida, que prevê a contratação de jovens e a sua inserção em cursos profissionalizantes, no intuito de incentivar a sua formação e qualificação profissional, unindo trabalho e educação, em consonância com a legislação vigente. O Programa conta com a parceria técnica da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE).

Os dados obtidos nessa variável revelam que a maioria das atividades relacionadas à capacitação profissional, distribuídas em oficinas de iniciação profissional (padaria, informática, corte e costura e curso livre de padaria) e cursos de qualificação profissional (com parceiros externos), são realizadas dentro da unidade. No período investigado, foi observada a ocorrência de 349 participações em cursos de iniciação profissional e 78 em qualificação profissional.

Nos cursos de iniciação profissional as maiores incidências foram observadas no curso de padaria, com 36%, barbearia, com 33%, corte e costura, com 21% e no curso de informática, com 8%, sendo constatado que esse curso foi ofertado até o mês de maio. Os cursos livres de padaria, com a frequência de 2%, só foi ministrado no mês de agosto.

Os cursos de qualificação profissional, ofertados por parceiros externos, foram distribuídos nas modalidades remota, presencial e ensino a distância (EAD). A maior

incidência, de 49%, foi observada na modalidade presencial, sendo oportuno registrar que a ação foi realizada em cooperação com o Projeto Nossa Travessia, uma iniciativa da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) em parceria com a Fundac.

O curso Introdução à Rede de Computadores, ministrado remotamente, apresentou a frequência 33% e o curso de Assistente de Planejamento, ministradona modalidade EAD e viabilizado pelo Senai, apresentou a frequência de 18%. A partir da análise de dados, foi possível observar que houve uma maior participação de adolescentes nos cursos de iniciação profissional, os quais são ministrados por instrutores pertencentes ao quadro de profissionais da própria unidade e voltados ao empreendedorismo, o que suscitou dúvidas no que concerne à viabilização para a aquisição dos instrumentos e equipamentos necessários à prática profissional no pós-medida, tendo em vista as condições socioeconômicas dos familiares desses adolescentes/jovens, o que poderia dificultar a sua inserção nomundo do trabalho.

Também foi investigada a disponibilização de trabalhos ou estágios externos, destinados a adolescentes em cumprimento de medida, todavia, mesmo com a previsão de cooperações com parceiros externos, foi demonstrado que não houve nenhuma disponibilização de vagas nessas áreas, evidenciando a exclusão desse público no que se refere a oportunidades profissionais, considerando a defasagem entre a escolaridade e as exigências do mercado.

Diante das desigualdades sociais, engendradas pelo modelo neoliberal, restou evidente que o futuro acesso desse contingente à oportunidades profissionais é dificultado, isolando esses indivíduos da participação social, excluindo-os do acesso aos bens e meios de consumo, empurrando-os em direção à margem. As ações de combate à criminalidade não devem estar dissociadas de políticas socioeconômicas que estimulem o crescimento e o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, melhoria da distribuição de renda, assim como ações que promovam a inclusão social da população.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista da amplitude e da multiplicidade de fatores que envolve a garantia de direitos da infância e juventude e, particularmente, do adolescente submetido ao cumprimento de medidas socioeducativas, o esforço para que a legislação e o conjunto de normativas sejam efetivados precisa ser coletivo, considerando o caráter intersetorial das políticas públicas.

Diante da inevitabilidade da privação de liberdade, as instituições que promovem o atendimento precisam estar aptas para lidar com os desafios intrínsecos ao atendimento socioeducativo, especialmente no que diz respeito à viabilização de articulação com as demais políticas públicas, com vistas ao acesso aos direitos constitucionalmente assegurados e à promoção do atendimento integral.

Durante o estudo observou-se que há um esforço contínuo para o fomento da articulação com a rede para o atendimento ao jovem privado de liberdade, compreendendo a responsabilidade sobre o desenvolvimento desses indivíduos, estimulando-os a descobrir novas habilidades, potencialidades, provendo-os dos meios de acesso à educação, à saúde, à cultura, ao esporte e à assistência social.

De outro modo, apesar do esforço empreendido, foi constatado que há grandes dificuldades de acesso a estágios e oportunidades profissionais, não havendo encaminhamentos nessa variável, o que contribui para isolar esses indivíduos da participação e inclusão social, o que poderia favorecer possíveis reincidências, diante das dificuldades para a empregabilidade, a limitação de acesso aos bens de consumo e a consequente perpetuação das desigualdades.

Importantes desafios se impõem para que o processo educativo desses adolescentes seja, de fato, emancipatório, transformador e promotor da autonomia. Ações que abarquem a escolarização formal, a educação para o trabalho, a cultura, as práticas esportivas, através do conhecimento sistematizado e do pensamento crítico, promovendo a orientação e formação de valores, numa perspectiva ética e emancipadora, poderão capacitá-los para enfrentar esses desafios que uma sociedade desigual e de escassas oportunidades lhes impõe. Ações voltadas para a promoção da saúde, escolarização, capacitação para o trabalho, esporte, cultura e lazer não devem ser vistas somente como parte do processo de ressocialização de indivíduos, mas como

direitos constitucionalmente assegurados e que devem ser efetivamente implementados, através da intersetorialidade e horizontalidade das políticas públicas.

Desse modo poderá existir a expectativa de que a responsabilização de adolescentes possua, de fato, um caráter educativo, possibilite a interrupção da trajetória infracional e restitua direitos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. G. B. et al. **Prática de esportes durante a adolescência e atividade física de lazer na vida adulta**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 11, n. 5, p. 291–294, set. 2005.

BRASIL**. Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Senado

_____. **ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069 de 13 de Julhode 1990.

_____. **Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o demaio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 04jan. 2024.

_____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 03 jan. 2024.

_____. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016.** Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Disponível em https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1899/resolucao-cne-ceb-n-3. Acesso em 04 jan. 2024.

DELORS, Jacques (Coord.). **Educação, um tesouro a descobrir:** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução de EUFRÁZIO, José Carlos. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: Unesco, 2012.

FRASSETO, Flávio Américo. Execução da medida socioeducativa de internação: Primeiras Linhas de Uma Crítica Garantista. *In:* Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD); Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude (ABMP) (Org.). **Justiça, Adolescente e Ato Infracional:** socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006. 592p.

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Projeto Político Pedagógico**. Salvador, 2023. Disponível em: http://www.fundac.ba.gov.br/?page_id=7821. Acesso em: 4 dez. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

# ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM MULHERES GRÁVIDAS: REVISÃO INTEGRATIVA

*Graziela Sena Dos Santos*[1]

*Nayamar Oliveira De Souza*[2]

*Rebeca Silva Cabral*[3]

*Elaine Cristina Cartaxo Villas Bôas*[4]

## RESUMO

**Objetivo:** Descrever a atuação da fisioterapia na prevenção da IU em mulheres grávidas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada no período de março de 2023 a junho de 2024. As bases de dados utilizadas foram PubMed, BVS, PEDro e Scielo. Foi utilizado o operador Booleano and. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cincos anos, que abordaram tratamento fisioterapêutico na incontinência urinária gestacional assim como artigos nos idiomas portugûes e inglês que associaram terapias complementares à Fisioterapia. Os critérios de exclusão compreenderam artigos duplicados, com intervenções cirúrgicas e tratamentos medicamentosos. **Resultados**: Foram encontrados 223 artigos nas bases de dados. Após leitura dos resumos foram eliminados 89 artigos por se tratarem de tratamento medicamentoso e 18 que estavam repetidos nas bases de dados. Restaram para leitura na íntegra 116 estudos. Destes foram eliminados 95 artigos por não correlacionarem com mulheres grávidas. A amostra final resultou em 21 estudos. Em relação aos desenhos de estudo, dois são observacionais, oito transversais, um estudo de caso, dois exploratórios, dois de abordagem quantitativa e quatro randomizados. Vinte estão em português e um na língua inglesa. **Considerações finais:** Treinamento dos músculos do assoalho pélvico, exercícios de Kegel, Método Pilates são intervenções com resultados positivos para a IU conforme estudos apresentados. Sugere-se a realização de novas pesquisas que se aprofundem nessa temática a fim de que se identifique o efeito de intervenção fisioterapêutica em cada período gestacional.

**Palavras-chave:** Fisioterapia.Gestante.Incontinência Urinária.Assoalho Pélvico.

## ABSTRACT

**Objective:** Describe the role of physiotherapy in preventing UI in pregnant women. **Materials and Methods:** This is an integrative review of the literature carried out from March 2023 to June 2024. The databases used were PubMed, VHL, PEDro and Scielo. The Boolean operator and was used. Articles published in the last five years were included, which addressed physiotherapeutic treatment in gestational urinary incontinence as well as articles in Portuguese and English that associated complementary therapies with Physiotherapy. The

1 Acadêmica da Universidade Católica do Salvador. E-mail: grazielas.santos@ucsal.edu.br,
2 Acadêmico da Universidade Católica do Salvador. E-mail: nayamar.souza@ucsal.edu.br
3 Acadêmico da Universidade Católica do Salvador. E-mail: rebeca.cabral@ucsal.edu.br
4 Fisioterapeuta, Mestre, Docente da Universidade Católica do Salvador. E-mail: elaine.boas@pro.ucsal.br

exclusion criteria comprised duplicate articles, with surgical interventions and drugtreatments. **Results:**223 articles were found in the databases. After reading the abstracts, 89 articles were eliminated because they dealt with drug treatment and 18 that were repeated in the databases. 116 studies remained to be read in full. Of these, 95 articles were eliminated because they did not correlate with pregnant women. The final sample resulted in 21 studies. Regarding study designs, two are observational, eight are cross-sectional, one is a case study, two are exploratory, two have a quantitative approach and four are randomized. Twenty are in Português and one in English. **Final considerations:** Pelvic floor muscle training, Kegel exercises, Pilates Method are interventions with positive results for UI according to studies presented. It is suggested that further research be carried out to delve deeper into this topic in order to identify the effect of physiotherapeutic intervention in each gestational period.

**Keywords:** Physiotherapy, Pregnant women, Urinary Incontinence and Pelvic Floor

## 1 INTRODUÇÃO

A incontinência urinária (IU) é definida como qualquer perda involuntária de urina[1-4].Trata-se de uma condição de saúde mais comum no sexo feminino, sucetivel a qualquer pessoaindependente da idade. A incidência de IU em mulheres em idade reprodutiva atinge aproximadamente 30% e destes, 13% apresentam incontinência urinária de esforço (IUE),com risco de 4% de necessitar tratamento cirúrgico durante a vida.[5]Em relação a prevalência, esta é maior entre as mulheres (60%) do que nos homens (30%)[5] e na gestação pode alcançar até 75%, mas essa taxa varia de acordo com o período investigado. Estima-se que 50% das mulheres apresentem sintomas de IU ao longo da vida independente da classificação clínica.[6]

As disfunções do assoalho pélvico (DAP) durante a gestação ocasiona modificações estruturais e funcionais e podem provocar o desencadeamento de incontinência urinária (IU). Um grande incômodo para quem sofre desse problema devido à presença de sintomas miccionais, que interfere negativamente no bem-estar durante o período gestacional.[4] Esses sintomas estão associados ao efeito da pressão do útero gravídico sobre a bexiga, que reduz significativamente a capacidade vesical. Além disso, as alterações hormonais, posturais na região do assoalho pélvico e coluna lombo sacral são fatores relevantes que interferem diretamente na IU no período gestacional. Vale ressaltar que, o enfraquecimento dos músculosdos assoalhos pélvicos também contribui para o desenvolvimento da IU.[15]

A IU é classificada em três tipos de acordo com a Sociedade Internacional de Continência (ICS): incontinência urinária de esforço (IUE), relacionada com a elevação da pressão abdominal, incontinência de urgência (IUU), relacionada com bexiga hiperativa, com ou sem hiperatividade do detrusor e incontinência urinária mista (IUM), quando existe componente de esforço e de urgência reunidos.[5] Em relação ao diagnóstico nosológico este é essencialmente clínico e está baseado em uma anamnese detalhada e exame físico direcionado[1] enquanto o diagnóstico fisioterapêutico é feito através da avaliação funcional dos músculos do assoalho pélvico (MAP) para então prosseguir para o plano de tratamento fisioterapêutico.[4] Este pode ser de forma não invasiva e invasiva, de maneira segura e confortável para a puérpera, com o objetivo de melhorar a função muscular da região perineal, a fim de manter atuantes as funções urinárias, fecal e sexual.[3] Para tal, são utilizados diversos recursos como a cinesioterapia, exercícios proprioceptivos e cones vaginais.6

A perda involuntária de urina provoca problemas psicoemocionais, e seus efeitos, como ansiedade e medo, limitam as atividades de vida diária (AVD's) da gestante e interferem na interação social, além de afetar a autoavaliação da saúde e sua qualidade de vida. Desta forma, se faz necessário conhecer os recursos fisioterapêuticos mais utilizados para prevenir aincontinência urinária e seus tipos neste público. As ações fisioterapêuticas vão desde orientação, conscientização até a implementação de exercícios para fortalecimento muscular específico para prevenir a ocorrência desta afecção em todo o período gestacional. Para tanto, o objetivo deste estudo é descrever a atuação da fisioterapia na prevenção da IU em mulheres grávidas.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados PubMed, BVS, PEDro e Scielo. Foram utilizados os descritores "gravidez", "incontinência urinaria", "fisioterapia", "tratamento fisioterapêutico" e seus correlatos na língua inglesa. As associações foram feitas com operador Booleano and: incontinência urinária and gestantes, incontinência urinária and fisioterapia, tratamento fisioterapêutico and incontinência urinária.

A coleta de dados ocorreu no período de março de 2023 a junho de 2024. Foram incluídos no estudo artigos publicados nos últimos cincos anos, que abordaram tratamento fisioterapêutico na incontinência urinária gestacional nos três trimestres de gestação ,assim como artigos nos idiomas portugûes e inglês que associaram terapias complementares à Fisioterapia. Os critérios de exclusão compreenderam artigos duplicados, com intervenções cirúrgicas e tratamentos medicamentosos.

## 3 RESULTADOS

Foram encontrados 223 artigos nas bases de dados. Após leitura dos resumos foram eliminados 89 artigos por se tratarem de tratamento medicamentoso e 18 que estavam repetidos nas bases de dados. Restaram para leitura na íntegra 116 estudos. Destes foram eliminados 95 artigos por não correlacionarem com mulheres grávidas. A amostra final resultou em 21 estudos. Em relação aos desenhos de estudo, dois são observacionais, oito transversais, um estudo de caso, dois exploratórios, dois de abordagem quantitativa e quatro randomizados. No que diz respeito à língua, 20 estão em português e um na língua inglesa. Ascaracterísticas metodológicas dos estudos encontram-se dispostas na tabela I (Apêndice A).

## 4 DISCUSSÃO

A atuação da fisioterapia na prevenção da incontinência urinária em mulheres grávidas evidencia resultados na melhora da atividade dos músculos do assoalho pélvico, como também é possível notar a importância da realização dos exercícios perineais como efeito positivo na redução da incontinência. As categorias para a discussão desse presente estudo sãoprevalência, período gestacional, idade, fatores de risco e tratamento fisioterapêutico.

À medida que a gestação avança, observa-se aumento da compressão da bexiga devido ao crescimento do bebê, o que favorece o desenvolvimento de IU com consequente aumento da dos sintomas urinários e diferenciação dos tipos de IU . Este dado é evidenciado no estudo de Rett et al.,[14]2022. Ao avaliar 96 puérperas

constataram que 53,1% referiram IU com maior prevalência para IUE com representação de 39,5% contra 13,5% para IUU durante as últimas quatro semanas gestacionais. Outro ponto de destaque foi a presença de sintomas como noctúria (90,6%), urgência (82,3%), polaciúria (71,9%), e sensação de esvaziamento incompleto (62,5%) independente do número de gestações anteriores. Para Caruso et al.,[13] 2020, a prevalência de incontinência foi de 18,3% (13 pacientes). Destas 76,9% queixaram-se de IUE e 53,8% de urgência. Quanto aos sintomas urinários houve mais destaque para a frequência diária diurna em relação à noctúria o que diverge do estudo anterior que apresentoualta prevalência para frequência urinária noturna. No que se refere ao tipo de incontinência observa-se uma crescente para a prevalência de incontinência urinária de esforço apesar de haver diferença no tamanho da amostra com IU entre os estudos.

Vale ressaltar que Santini et al.,[12] 2019 e Thomé et al.,[9] 2021 divergem dos autores acima quando afirmam que a IU mista tem maior representatividade. Santini et al.,[12] 2019 destacam que a prevalência de IU mista foi de 61,8% seguida da IUE com 31,8% e IUU 6,4% enquanto para Thomé et al.,[9] 2021 a IU mista alcançou 87,2% de um total de 227 mulheres. No entanto, corrobora com as pesquisas acima quanto ao aumento da prevalência neste público. Estes autores identificaram uma prevalência de 49,8% após entrevistarem 950 mulheres e destas 472 relataram perdas urinárias durante a gravidez principalmente no terceiro trimestre da gestação e 41% relataram perder urina sem perceber. A constatação de IU no terceiro trimestre da gestação também foi verificada pelos autores Ribeiro et al.,[15] 2023. Além disso, identificaram que ainda existe um grande déficit relacionado ao que a população feminina sabe a respeito dessa condição.

No que se refere à idade observa-se que a presença de incontinência urinária acomete as mulheres, de várias faixas etárias, com predominância em multíparas e mulheres que engravidam em idades mais tardias. Estes dados são observados no estudo de Ribas et al.,[2] 2019. Participaram deste estudo 20 mulheres gestantes com média de idade de 25.4+/- 7,64 anos e foi observado que 80,0% das gestantes foram diagnosticadas como incontinentes. Em concordância Silva et al.,5 2022, enfatizam que a idade materna avançada está associada com o aumento da IU durante a gravidez,

bem como no pós-parto, visto que nos dias de hoje, a mulher tende a engravidar cada vez mais tarde, assim como Thomé et al.,9 2021.

Nesse estudo, os pesquisadores confirmam os dados que mulheres que apresentaram sintomas têm média de idade mais alta que as continentes, muitas vezes em decorrência do processo natural de envelhecimento juntamente com a pressão exercida no assoalho pélvico durante o ciclo gravídico. Outro dado evidenciado relaciona-se a multiparidade como um fator facilitador para o desenvolvimento da IU durante e após o período gestacional, principalmenteatrelado aos partos vaginais e o processo de trabalho de parto. Neste sentido, a maioria dessas mulheres teve um número considerável de partos vaginais =2162 (71,4%) e destas, 146(64,3%) passaram por procedimento de episiotomia. Em discordância às pesquisas apresentadas Dantas et al.,[10]2020 destacam que a IU é comum em mulheres a partir dos 38 anos. A IU pode ocorrer em mulheres a partir de 18 anos, porém é mais comum em multíparasacima dos 30 anos visto que, do ponto de vista biológico, a idade ideal para engravidar é dos 18 anos até os 30 anos, a partir disso o sistema reprodutor feminino lentamente começa a declinar e torna-se mais suscetível aos tipos de IU em comum a IUE.

Em relação aos fatores de risco, estes são de suma importância pois interferem diretamente naqualidade de vida da gestante e estão associados a diversas outras disfunções no organismo feminino. De acordo com Dantas et al.,[10] 2020, os fatores de risco identificados após aplicação do questionário International Consultation on Incontinence Questionnaire-Urinary 9 Incontinence Short Form [ICIQ-UI SF]) foram idade avançada, etnia branca, obesidade, partos vaginais, deficiência estrogênica, menopausa, condições associadas a aumento da pressão intra-abdominal, tabagismo, doenças do colágeno, neuropatias e histerectomia prévia. Este questionário também foi utilizado na pesquisa de Alves et al.,[11] 2022 a partir da análise de prontuários de mulheres portadoras de IUE. Além dos fatores de risco supracitados destacou-se renda, IMC e número de gestações.

Já Santini et al.,[12] 2019, aplicaram, em uma maternidade, um questionário estruturado com perguntas sobre a ocorrência de IU, seus tipos, fatores de riscos e momentos que ocorreram as perdas urinárias. Os resultados chamam atenção para o tabagismo, em que as gestantes que fumam apresentam uma chance 4,5 vezes maior

de apresentar IU do que aquelas que não fumavam. Uma das possíveis maneiras de explicar o achado é por meio de uma das consequências do tabagismo - a tosse crônica - que aumenta a sobrecarga à musculatura do assoalho pélvico, já estressada pelo processo gravídico, o que favorece assim as perdasurinárias. O tabagismo também foi apontado no estudo Caruso et al.,[13] 2020, realizado com 70 pacientes mulheres nulíparas entre 12 e 20 semanas de gestação. Foi constatado que 18,3% do grupo possuía IU e fazia o uso do tabaco. Trata-se de um fator de risco independente para o desenvolvimento da IU em gestante em relação a outros fatores analisados como hipertensão, Diabetes Mellitus gestacional e procedimentos cirúrgicos prévios. Sendo assim, não foram significativamente associados à perda urinária nessa população, discordando dos autores supracitados. Os fatores de risco agravam significativamente os sintomas da IU na gravidez, e quanto mais fatores associados mais grave será o quadro geral da paciente.

Quanto ao tratamento fisioterapêutico para IU o foco consiste na preparação e manutenção da musculatura do assoalho pélvico (MAP) antes e durante a gravidez. Para evitar os sintomas e agravamento da incontinência urinária são utilizados treinamentos direcionados aos músculos do assoalho pélvico (TMAP), exercício complementar Kegel e Método Pilates. Relativo ao TMAP, Stafne et al.,[16] 2022, realizaram um ensaio clínico randomizado e controlado mediante aplicação de um protocolo estruturado de exercícios que incluiu o TMAP ou cuidados pré-natais padrão durante a gravidez. A intervenção consistiu em um programa de exercícios durante 12 semanas que associou atividade aeróbica, treinamento de força e exercícios de relaxamento. O treinamento de força dos MAP, seguiu as recomendações para dosagem eficazde treinamento com três séries de 8–12 repetições, três vezes por semana acompanhadas por 10um fisioterapeuta. Os resultados de curto prazo denotaram que a inclusão do TMAP em um programa de exercícios pré-natais, de intensidade moderada, reduziu a IU no final da gravidezalém de ter um efeito protetor com efeitos até o período pós-parto precoce, especialmente em mulheres com IU pré-existente.

De modo semelhante, Santos et al.,[17] 2021, aplicaram TMAP via aplicativo e via cartilha em seu estudo clínico randomizado controlado. A duração também foi de 12

semanas com frequência de três vezes nas seis semanas iniciais, porém nas últimas seis semanas houve a frequência aumentou para quatro vezes. Os pesquisadores concluíram que os dois grupos foram capazes de manter a força e pressão de contração. Relativo às queixas urinárias e sexuais, o grupo TMAP app apresentou melhores resultados na questão sexual e que ambos os grupos foram eficazes para manter a força dos MAP. Ambos os estudos obtiveram sucesso no TMAP durante as 12 semanas de intervenção, mesmo havendo diferença quanto ao aumentoda frequência do treinamento nas últimas seis semanas na pesquisa de Santos et al., 2021 e maior detalhamento dos exercícios. Destaca-se que para esta categoria não houve discordânciaquanto ao tempo de intervenção.

No que se refere aos exercícios de Kegel, quando associado a fisioterapia este é considerado um métodos complementares para fortalecimento do assoalho pélvico em mulheres grávidas. Jaffar et al.,[18] 2022 pesquisaram mulheres grávidas com 26-27 semanas de gestação, com IUEou IUM para utilização do aplicativo KEPT que continha um vídeo educacional do TMAP, cronômetro de treinamento, gráfico de progresso, notificação de lembrete diário e perguntas frequentes. Trata-se de um aplicativo interativo, viável e simples de usar durante oito semanasque demonstrou uma melhora significativa na gravidade dos sintomas de IU. Além disso, os pesquisadores evidenciaram que o desempenho correto do TMAP pode ajudar as gestantes pela primeira vez a encurtar o primeiro e o segundo estágio do trabalho de parto. De fato, o mesmo exercício pode prevenir disfunções do assoalho pélvico, por exemplo, incontinência urinária, que comumente ocorre no final da gravidez e no início do período pós-parto.

Em concordância Yount et at.,[19] 2021, afirmam que os exercícios de Kegel são benéficos na redução da gravidade e/ou presença da IU e são considerados o tratamento de primeira linha para IU. Estes autores ressaltam que a terapia muscular do assoalho pélvico ou exercícios musculares do assoalho pélvico são termos que podem ser usados de forma intercambiável 11com exercícios de Kegel e recomendam um regime diário de 30 Kegels uma a três vezes ao dia durante um mínimo de 3 meses para tratar a IU. O tratamento fisioterapêutico baseado no método Kegel é um dos métodos mais simples, de fácil entendimento e acesso para ospacientes, pois uma vez

que a paciente grávida entende a maneira correta de contrair e relaxar os MAP combinando com exercícios de cinesioterapia, torna-se cada vez mais eficaz seu tratamento e prevenção antes, durante e após a gravidez.

O Método Pilates, por sua vez, também promove ganhos para as mulheres grávidas que cursam com incontinência. Trata-se de um método que utiliza a respiração diafragmática em

associação ao fortalecimento da musculatura abdominal, paravertebral e assoalho pélvico. Com base no estudo de Ghandali et al.,[20] 2021, 110 mulheres primíparas, da 26ª à 28ª semana de gestação foram divididas em grupo intervenção (n=55) e controle (n =55). O grupo intervenção realizou exercícios de Pilates da durante oito semanas, enquanto o grupo controle não realizou nenhum exercício. Foi demonstrado que o treinamento regular fortalece os músculos do assoalho pélvico e aumenta sua função estrutural, desde que a mulher grávida saiba como contrair e relaxar a musculatura do assoalho pélvico.

Em concordância Sneha et al.,[21]2024 acompanharam 38 puérperas com idade acima de 18 anos, que tiveram parto vaginal e diagnóstico de IU. As puérperas foram divididas em grupo experimental que recebeu aulas de Pilates e grupo controle que realizou exercícios de Kegels. A intervenção durou quatro semanas para os dois grupos, porém o Pilates teve duração de 30 minutos com frequência de cinco vezes por semana enquanto os exercícios de Kegels foram realizados uma vez por semana durante 30 minutos. Ao final do estudo a análise estatísticados dados quantitativos mostrou diferenças significativas nos dois grupos. O valor médio do pós-teste ICIQ-UI SF no grupo Pilates foi de 4,16, enquanto foi de 6,74 no grupo de exercícios de Kegels. Isso indica que o grupo de treinamento Pilates foi significativamente maior que o grupo de exercícios Kegels, com valor de p 0,0001. As descobertas sugerem queo treinamento de Pilates é mais benéfico do que o exercício de Kegel na redução da incontinência urinária e no fortalecimento dos músculos pélvicos, o que auxilia na incontinência urinária em mulheres submetidas a parto vaginal normal.

O tratamento da IU associado ao Método Pilates ajuda na reabilitação da paciente caso apaciente já venha acompanhada por um fisioterapeuta pélvico, o método

vem ganhando destaque nos últimos anos pois os resultados e são eficazes no tratamento da IU e, melhoram significativamente as atividades de vida diária da gestante. Isto se deve ao alívio das dores na coluna, suporte melhor do peso da barriga, melhora a circulação, dá maior oxigenação para o bebê, fortalecimento muscular global, redução do edema, melhora a respiração e diminui o risco de incontinência urinária durante a gravidez e no período pós parto.

As vantagens do estudo foram mostrar algumas intervenções, bem como suas variações e sua eficácia na atuação da fisioterapia em mulheres com incontinência urinária na gravidez.Contudo, apresentou como limitação o pequeno tamanho amostral de alguns estudos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da fisioterapia na IU em mulheres grávidas têm papel importante na resolução da fraqueza da musculatura do assoalho pélvico. Treinamento dos músculos do assoalho pélvico, exercícios de Kegel, Método Pilates são intervenções com resultados positivos para a IU conforme estudos apresentados. Com a melhora do quadro evita-se constrangimentos sociais agestante além de otimizar a qualidade de vida deste público. No entanto, sugere-se  a realização de novas pesquisas que se aprofundem nessa temática a fim de que se identifique o efeito de intervenção fisioterapêutica em cada período gestacional. Faz-se necessário, o acompanhamento fisioterapêutico antes, durante e após a gestação para que haja menosdesconforto à grávida além de reduzir as chances de complicações advindas da gestação.

Para tanto, este estudo poderá servir de base para a comunidade científica na escolha de abordagens terapêuticas mais eficazes na atuação da fisioterapia em mulheres grávidas com incontinência urinária e gerar diretrizes para a prática clínica voltada a essa condição específica. Ademais, sugere-se realizar estudos comparativos com um número amostral mais expressivo para identificar abordagens com resultados mais significativos, e classificá-las por ordem de eficácia e custo, pois, dessa forma, permitirá às gestantes de diferentes condições financeiras o acesso e a escolha do tratamento.

## REFERÊNCIAS

20. Ghandali,NY ; Iravani,M ;Habibi,A;Cheraghian,B. A eficácia de um programa de exercícios de Pilates durante a gravidez nos resultados do parto: um ensaio clínico randomizado e controlado rev.BMC Gravidez Parto 21: 480. Disponivel em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8253242/( 2022)

21. Sneha.T, Kotteeswaran.K, Kabilan.R. Effect of Pilates Training for Urinary Incontinence in Postpartum Mother. Indian Journal of Physiotherapy and Occupational Therapy / Volume18,Disponivel em: https://www.researchgate.net/publication/377585173_Effect_of_Pilates_Training_for_Urinar y_Incontinence_in_Postpartum_Mother( 2024

1. Almeida, LL; Souza, C de, Thiago; De Oliveira Netto, Aline. Conhecimento sobre aincontinência urinária e fisioterapia em gestantes: revisão de literatura. Revista InterSaúde,.1(2):48-60. Disponível em: https://portal.fundacaojau.edu.br:4433/journal/index.php/revistasanteriores/article/view/400/4 30. (2020.)

2. Alves RA, Machado M, Moura T, Brasil CA, Lemos AQ, Lordelo P. Perfil clínico de mulheres com incontinência urinária de esforço em centro de referência. Rev Pesq Fisio. v.11,n.2, p.351-60. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/3714 ( 2021)

3. Caruso, FB; Schreiner, L Todescatto, AD; Crivelatti,I Oliveira,JM. Fatores de risco para incontinência urinária na gravidez: Um estudo de caso controle Local:Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brazil, 42 (12) Disponível em: : https://www.scielo.br/j/rbgo/a/ppwqfHCcNcLK69xMhvMC36H/?lang=en# (2020)

4. Dantas MA, Dias C, Nascimento EGC. Frequência da incontinência urinária em mulheres na idade produtiva. Rev Enferm Atenção Saúde, v. 9, n. 2, 16-27.Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/norma,+%233521+pt.pdf ( 2020)

em:https://doi.org/10.1590/1806-93042019000400013 (2019)

5. Epaminondas, LCS.; Negrão, LN; Costa, SA dos S; Macêdo, RC de. As repercussões da incontinência urinária na qualidade de vida em gestantes: uma revisão sistemática. Revista Pesquisa em Fisioterapia, 2019. 9(1):120–128. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/2142/2304 ( 2019)

6. Jaffar,A; Sidik,SM; Foo,CN; Muhammad,NA; Manaf,RA; Suhaili,N. Eficácia preliminar do treinamento muscular do assoalho pélvico baseado em aplicativo mHealth entre mulheres grávidas para melhorar a adesão aos exercícios: um ensaio

piloto randomizado de controle.Int J Environ Res Saúde Pública; v 19(4): 2332. Disponível em:https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8872112/( 2022)

Lopes,MHBM;Damasceno,Conhecimento, Atitude E Prática De Gestantes Sobre Incontinência Urinária: Estudo ObservacionaL. revista ESTIMA Brazilian Journal ofEnterostomal Therapy. 21.13 Local:Universidade Federal do Ceará Disponivel: https://doi.org/10.30886/estima.v21.1324_PT (2023)

7. Organização Mundial Da Saúde (OMS) -Incontinência urinária Biblioteca Virtual de Saúde(BVS)- junho de 2018. Disponível em:http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saúde/2733-incontinencia-urinaria

8. Pereira, EMS; Silva, FAB, Bianchi, MS; Liberalesso, YA; Sathler, NSTB. Incontinência urinária, senso de controle e autonomia, e participação social em idosos residentes na comunidadeRev.bras.geriatr.gerontol.25(5).Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/bYgpcZqv8j6PDRXb4shkGxt/abstract/?lang=pt.( 2022)

9. Rett, MT; Santana,JM; Paplinskie,SA; Salgados,MC; Lima ,EAN; Gallo, RBS; Alves, AT.Prevalência e impacto dos sintomas urinários na qualidade de vida durante o último mês de gravidez. Local:Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brazil, 35,8,. Disponivel em:https://doi.org/10.1590/fm.2022.35143( 2022)

10. RIBAS, L.L, et al. Impacto da Incontinência Urinária na Qualidade de Vida das Gestantes. Revista Multidisciplinar e de Psicologia,v. 13, n. 3, p. 1-2,. Disponivel em : https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1545/2266; ( 2019.)

11. Ribas, LL et al. Impacto da Incontinência Urinária na Qualidade de Vida das Gestantes. Revista Multidisciplinar e de Psicologia V.13, N. 43, p. 431-439,Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1545/2266. (2019)

12. Ribeiro,GM;Firmiano,MLV;Vasconcelos,CTM; Vasconcelos Neto,JAV;

13. Santini,ACM; Santos,ES; Vianna,LS; Bernardes,JM; Dias,A. Prevalência e fatores associados à ocorrência de incontinência urinária durante a gravidez. Rev. Bras. Saúde Mater.Infantil. 19 (4), Out-Dez 2019 local:Botucatu, SP Disponivel

14. Santos,A; Mota,Lb. Comparação Dos Efeitos Do Treinamento Da Musculatura Do Assoalho Pélvico Em Gestantes Realizado Por Aplicativo De Celular E Orientações Escritas: Ensaio Clínico Randomizado.Local:Uberlândia-MG Disponível em://repositório.ufu.br/bitstream/123456789/33203/1/Compara%c3%a7%c3%a3o Efeitos Treinamento.pdf (2021)

15. Silva,CP ; Gruendling,M, Coelho,FN ; Kalil,PS; Noronha,JAPN. Incontinência urinária:

16. Silva,Epm; Borim,Fsa; Bianchi,M;Yassuda,Ms; Neri,Al; Batistoni,Sst. Incontinência urinária, senso de controle e autonomia, e participação social em idosos residentes na comunidade.Rev. bras. geriatr. gerontol, v. 25, n. 5, p. 01- 13 Local:Campinas, SP, Brasil. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-22562022025.210207.pt (2022)

17. Stafne,SN; Dalbye, R; Kristiansen,OM; Hjelle,Y; Salvesen,KA, Morkved,S; Johannessen,HH. Treinamento muscular pré-natal do assoalho pélvico e incontinência urinária: um estudo randomizado controlado de acompanhamento de 7 anos V. 33 , páginas 1557–1565, Disponivel:https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/aogs.14010 ( 2022)

18. Thomé, BI; Assis, GM; Souza,GN; Moser, ADL. Histórico gestacional de mulheres com incontinência urinária. Cogitare.Enferm.2021; 26: (e75803),1-10. Local-Paraná UFPR Disponível em:https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.75803. (2021)

uma breve revisão da literatura Incontinência urinária: uma breve revisão da literatura . Local:Escola de Medicina da PUCRS, [7],. Disponivel em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/05/883713/iu-final_rev.pdf 38(2): ( 2017)

19. Yount,SM ;A,RA; Kissler,KJExperiência pré-natal e pós-parto, conhecimento e envolvimento com Kegels: um estudo longitudinal, prospectivo e multilocal Local:J Saúde da Mulher (Larchmt)30(6): 891–901. Disponivelem:https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8336225/(2021)

## APÊNDICE A

Tabela I- Característica metodológica dos estudos utilizados na construção do artigo Atuação da fisioterapia na incontinência urinária em mulheres grávidas: Revisão Integrativa. Salvador-Ba, 2024.

| Título | Autor/ano | Metodologia | Objetivo | Principais resultados |
|---|---|---|---|---|
| Impacto da Incontinência Urinária na Qualidade de Vida das Gestantes | Ribas et al./ 2019 | Estudo observacional, de corte transversal | Averiguar o impacto da incontinência urinária na qualidade de vida de gestantes. | As puérperas que apresentaram a diástase eram multíparas, multigestas, com idade entre 19 e 30 anos, tendo seus filhos por meio de partos normais, com intervalos curtos entre as gestações |
| Incontinência urinária, senso de controle e autonomia, e participação social em idosos residentes na comunidade. | Silva,Epm; Borim,Fsa; Bianchi,M;Yassuda ,Ms; Neri,Al; Batistoni,Sst/2022. | Estudo transversal | Identificar a presença de sintomas de incontinência urinária (IU) e testar um modelo de associações diretas e indiretas com as variáveis psicossociais senso de controle/autonomia e participação social em idosos residentes na comunidade. | Efeitos diretos foram encontrados entre controle e autonomia e participação social. Efeitos indiretos entre escolaridade e participação foram mediados pela presença de IU. |
| Histórico gestacional de mulheres com incontinência urinária. | Thomé, BI; Assis, GM; Souza,GN; Moser, ADL/2021 | Estudo exploratório | Identificar a presença de sintomas de incontinência urinária (IU) e testar um modelo de associações diretas e indiretas com as variáveis psicossociais senso de controle/autonomia e participação social em idosos residentes na comunidade. | Efeitos diretos foram encontrados entre controle e autonomia e participação social. Efeitos indiretos entre escolaridade e participação foram mediados pela presença de IU. |
| Frequência da Incontinência urinária em mulheres na idade reprodutiva. | Dantas, MAD; Dias, CD; Nascimento, EGCN./2020 | Pesquisa descritiva exploratória, transversal e com abordagem quantitativa | Conhecer a frequência da incontinência urinária em mulheres em idade produtiva na cidade de Pilões/RN, | O presente estudo nos proporcionou conhecer a frequência da incontinência urinária em mulheres em idade produtiva na cidade de Pilões/RN. |

Tabela I- Característica metodológica dos estudos utilizados na construção do artigo Atuação da fisioterapia na incontinência urinária em mulheres grávidas: Revisão Integrativa. Salvador-Ba, 2024.(Continuação)

| Título | Autor/ano | Metodologia | Objetivo | Principais resultados |
|---|---|---|---|---|
| Perfil clínico de mulheres com incontinência urinária de esforço em centro de referência | Alves RA, Machado M, Moura T, Brasil CA, Lemos AQ, Lordelo P. /2021 | Estudo transversal descritivo | Descrever a frequência da IUE em um centro especializado na cidade de Salvador, assim como apontar as características clínicas, fatores de risco e comorbidades associadas à IUE | Mulheres de meia idade, pardas, menopausadas, obesas, hipertensas, multíparas, que realizaram parto vaginal com episiotomia, constipadas e que ingerem cafeína são mais propensas a desenvolver a incontinência urinária de esforço. Houve uma maior prevalência de incontinência urinária leve |
| Prevalência e fatores associados à ocorrência de incontinência urinária durante a gravidez. | Santini,ACM; Santos,ES; Vianna,LS; Bernardes,JM; Dias,A /2019 | Estudo transversal | Determinar a prevalência de incontinência urinária (IU) durante a gestação, identificar e quantificar os fatores associados à IU gestacional. | Alta prevalência de IU no período gestacional. Esta condição esteve fortemente associada a fatores como hábitos de vida e morbidades gestacionais.. |
| Fatores de risco para incontinência urinária na gravidez. | Caruso,FB; Schreiner,L Todescatto, AD; Crivelatti,I Oliveira,JM./2020 | Estudo de caso | O objetivo deste estudo foi determinar a prevalência de IU em gestantes nulíparas e identificar fatores de risco associados a essa população | A incontinência urinária pode trazer prejuízos para pacientes durante o período da gestação. O tabagismo foi identificado como fator de risco para o desenvolvimento de IU em gestantes, o que denota mais um motivo para encorajar as pacientes a abandonarem o hábito. |

Tabela I- Característica metodológica dos estudos utilizados na construção do artigo Atuação da fisioterapia na incontinência urinária em mulheres grávidas: Revisão Integrativa. Salvador-Ba, 2024.(Continuação)

| Título | Autor/ano | Metodologia | Objetivo | Principais resultados |
|---|---|---|---|---|
| Prevalência e impacto dos sintomas urinários na qualidade de vida durante o último mês de gravidez. | Rett,MT ; Santana,JM;Papli nskie,SA; Salgados,MC; ,Lima,EAN; Gallo,RBS; Alves,AT | Estudo transversal retrospectivo | Determinar a prevalência de sintomas urinários e o impacto da incontinência urinária (IU) na QV durante o último mês de gravidez. | Quase a totalidade das mulheres relatou algum tipo de sintoma urinário e os mais prevalentes foram noctúria, urgência, polaciúria, sensação de esvaziamento incompleto e IUE e/ou IUU. A IUE foi mais prevalente entre mulheres com duas ou mais gestações e durante a tosse foram significativamente maiores. |
| Incontinência urinária, senso de controle e autonomia, e participação social em idosos residentes na comunidade. | Ribeiro,GM;Firmian o,MLV;Vasconcelos, CTM; Vasconcelos Neto,JAV; Lopes,MHBM;Dama sceno,AKC/2023 | Estudo observacional | Avaliar o conhecimento, a atitude e a prática (CAP) de gestantes sobre incontinência urinária (IU), identificar a prevalência de IU durante a gestação, avaliar seu impacto na qualidade de vida (QV) e identificar os fatores associados ao CAP inadequados em relação à IU. | O conhecimento sobre causas, prevenção e tratamento da IU é insuficiente e interfere no manejo dessa condição. |
| Treinamento muscular pré-natal do assoalho pélvico e incontinência urinária. | Stafne,SN; Dalbye,R , Kristiansen,OM; Hjelle,Y; Salvesen,KA, Morkved,S; Johannessen,HH/ 2022 | Ensaio clínico randomizado e controlado | Explorar se um programa de exercícios pré-natais incluindo TMAP teve efeitos a longo prazo na IU e avaliar possíveis fatores associados à IU 7 anos após o parto. | Mulheres incontinentes que praticam exercício físico regular tinham duas vezes mais probabilidade de praticar exercício em níveis de intensidade mais baixos do que as mulheres continentais |

Tabela I- Característica metodológica dos estudos utilizados na construção do artigo Atuação da fisioterapia na incontinência urinária em mulheres grávidas: Revisão Integrativa. Salvador-Ba, 2024.(Continuação)

| Título | Autor/ano | Metodologia | Objetivo | Principais resultados |
|---|---|---|---|---|
| Comparação dos efeitos do treinamento da musculatura do assoalho pélvico em gestantes realizado por aplicativo de celular e orientações escritas. | Santos,a;Mota,l b. /2021 | Ensaio clínico randomizado | Comparar o efeito de diferentes modos não presenciais de treinamento da musculatura do assoalho pélvico (TMAP) durante a gestação sobre questões urinárias e sexuais. | O TMAP orientado por aplicativo de celular ou por orientações escritas foi eficaz para manter a força dos MAP e não modificaram as queixas urinárias em gestantes, sendo a orientação por aplicativo de celular superior para a manutenção da função sexual. |
| Eficácia preliminar do treinamento muscular do assoalho pélvico baseado em aplicativo mHealth entre mulheres grávidas para melhorar a adesão aos exercícios. | Jaffar,A; Sidik,SM; Foo,CN; Muhammad,NA; Manaf,RA; Suhaili,N. /2022 | Ensaio piloto randomizado de controle | avaliar a viabilidade e eficácia preliminar da condução de um ensaio completo para um aplicativo de treinamento muscular do assoalho pélvico (PFMT) recém-desenvolvido entre mulheres grávidas com incontinência urinária (IU) na Malásia | Este estudo piloto demonstrou as estratégias que precisam ser implementadas para a viabilidade do nosso futuro RCT Incentivos adicionais e triagem de elegibilidade nos primeiros trimestres (segundo trimestre) podem melhorar as taxas de recrutamento. |
| Experiência pré-natal e pós-parto, conhecimento e envolvimento com Kegels: | Yount,SM ;A,RA; Kissler,KJ/ 2022 | Estudo longitudinal, prospectivo e multilocal | Descrever a gravidade da IU, como as mulheres adquiriram conhecimento sobre Kegels, as influências que impactam os exercícios de Kegel durante a gravidez e pós-parto e caracterizar o desempenho das mulheres nos Kegels. | Os participantes foram 368 mulheres predominantemente multíparas e brancas. Aproximadamente 20% das mulheres relataram IU pré-gestacional. Mulheres multíparas relataram taxa de incidência semelhante de IU, independentemente da história de nascimento. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| A eficácia de um programa de exercícios de Pilates durante a gravidez nos resultados do parto | Ghandali,NY; Iravani,M ;Habibi,A;Cheraghian,B/ 2021 | Ensaio clínico randomizado e controlado | Examinar o efeito do Pilates no processo de parto e seus resultados em mulheres primíparas. | Os resultados do estudo mostraram que o exercício de Pilates durante a gravidez reduz significativamente a intensidade da dor do parto, a duração da fase ativa e da segunda fase do trabalho de parto e aumenta a satisfação materna com o processo de parto ( p <0,05) |

Tabela I- Característica metodológica dos estudos utilizados na construção do artigo Atuação da fisioterapia na incontinência urinária em mulheres grávidas: Revisão Integrativa. Salvador-Ba, 2024.(Continuação)

| Título | Autor/ano | Metodologia | Objetivo | Principais resultados |
|---|---|---|---|---|
| Effect of Pilates Training for Urinary Incontinence in Postpartum Mother. | Sneha.T, Kotteeswaran.K, Kabilan.R. | Caso clínico | Encontrar o efeito do treinamento de Pilates na incontinência urinária em puérperas. | Os resultados sugerem que o treino de Pilates é mais benéfico do que o exercício de Kegel na redução da incontinência urinária e no fortalecimento dos músculos pélvicos. |

# CULTIVANDO A ÉTICA DO CUIDADO: RELATOS SOBRE A ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO DA SEMOC E AS SUAS REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTOINTERPESSOAL E PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES

*Elisa Lima Mascarenhas*

*Matheus Cortés Ribeiro Gonçalves Menezes*

*Vitor Cortés Gonçalves Girú Fernandes*

*Verena Loureiro Galvão*

*Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros*

**RESUMO**

Este artigo explora a aplicação da ética do cuidado no desenvolvimento interpessoal e profissional dos estudantes durante a organização da Semana de Mobilização Científica (SEMOC) na Universidade Católica do Salvador (UCSal). Utilizando o método de relato de experiência, a pesquisa aborda como a atuação na execução da SEMOC contribuiu para o desenvolvimento interpessoal e profissional dos estudantes participantes. A ética do cuidado, conforme desenvolvida e discutida por alguns autores como Nel Noddings e Carol Gilligan, foi integrada às práticas de organização e gestão, enfatizando a importância da empatia e da responsabilidade social. As implicações dessa abordagem para a formação acadêmica e o desenvolvimento de políticas institucionais foram analisadas, destacando como a prática da ética do cuidado pode reforçar a formação de habilidades sociais e profissionais dos estudantes. O estudo também propõe sugestões para aprimorar futuras edições da SEMOC, com a finalidade de aumentar a eficiência do evento, aprimorando a experiência dos participantes e consolidando a aplicação da ética do cuidado nas práticas institucionais.

**Palavras-chave:** Ética do Cuidado. SEMOC. Desenvolvimento.

## 1 INTRODUÇÃO

A ética do cuidado, para estudiosos como Nel Noddings e Carol Gilligan, enfatiza a centralidade das relações humanas na formação ética e moral. Essa perspectiva transcende as abordagens éticas convencionais, que muitas vezes priorizam regras e princípios abstratos, focando-se em uma moralidade baseada na responsabilidade e no cuidado pelos outros. De acordo com Noddings (1984) e Gilligan (1982), no ambiente acadêmico, essa ética apresenta aos estudantes a importância de desenvolver a

empatia, uma habilidade crítica que permite a compreensão e o respeito pelas perspectivas e necessidades dos outros. Noddings (1984, p. 79) enfatiza que:

> A ética do cuidado envolve uma preocupação genuína com o bem-estar do outro e o reconhecimento de nossa responsabilidade em responder às suas necessidades. O cuidado, nesse sentido, é tanto uma prática quanto uma virtude moral, que orienta nossas ações e decisões (Noddings, 1984, p. 79).

Essa abordagem ressalta que o conceito discutido vai além de ações isoladas, configurando-se como uma atitude contínua e integral que molda a maneira como interagimos e nos relacionamos com os outros. Integrar a ética do cuidado em práticas diárias e profissionais contribui para criar um ambiente mais empático e responsivo, onde as necessidades e o bem-estar das pessoas são devidamente priorizados. Esse enfoque enriquece não apenas as relaçõesinterpessoais, mas também fundamenta uma base ética sólida e humana, especialmente relevante em contextos profissionais como a educação.

Quando aplicado ao ambiente acadêmico, promove hábitos mais inclusivos, tratando as diferenças como oportunidades ao invés de barreiras (Noddings, 2015). Alunos que internalizam esses princípios são mais propensos a construir uma cultura de apoio mútuo, onde o bem-estar coletivo é priorizado (Noddings, 2003). Isso contribui para que a comunidade acadêmica torne-se mais unida e capaz de enfrentar os desafios de forma colaborativa.

No campo profissional, a ética do cuidado assume um papel ainda mais crucial. Profissões que envolvem interações humanas intensas – como a educação,o serviço social, a psicologia e a saúde – exigem uma abordagem que combine competência técnica com uma profunda sensibilidade às necessidades humanas, mas também respeitem e promovam a humanidade daqueles a quem servem(Tronto, 1993). Essa perspectiva também é crucial para a promoção de práticasprofissionais éticas e responsáveis. Profissionais que incorporam a ética do cuidado em suas práticas tendem a priorizar a dignidade e o respeito em todas as interações, reconhecendo a importância de estabelecer relações de confiança (Noddings, 2003). Além de sua aplicação em contextos profissionais específicos, a ética do cuidado também abrange a organização e a gestão institucional, afetando a formacomo as instituições desenvolvem suas políticas e práticas. Segundo Joan Tronto(1993), para implementar a ética do cuidado em instituições, é necessário promoveruma mudança

estrutural que possibilite a valorização do cuidado como uma responsabilidade compartilhada por todos os membros da organização. Isso implicaem práticas que promovam não apenas o bem-estar dos indivíduos diretamenteatendidos, mas também daqueles que desempenham funções de cuidado, criando um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável.

A ética do cuidado, quando integrada à prática profissional, também promove a autorreflexão contínua dos profissionais. Essa prática reflexiva é essencial para que os profissionais possam avaliar continuamente suas ações, decisões e a qualidade das relações que mantêm com aqueles a quem atendem. Conforme Annatjie Botes (2000), a autorreflexão possibilita que os profissionais elaborem uma consciência crítica sobre a repercussão de suas ações e façam ajustes necessários para assegurar que suas práticas estejam alinhadas com os princípios do cuidado. Logo ressalta-se a necessidade de uma abordagem ética que transcende a mera aplicação de normas, envolvendo um compromisso constante com o crescimento pessoal e profissional.

Além disso, é importante ressaltar que a ética do cuidado tem implicações significativas para o desenvolvimento de políticas públicas. Tronto (2013) argumenta que as políticas públicas devem ser orientadas pelo cuidado, especialmente em áreas que afetam diretamente o bem-estar das populações vulneráveis, como saúde, educação e assistência social. A incorporação da ética do cuidado na formulação de políticas assegura que as necessidades das pessoas sejam o foco central, promovendo equidade e justiça social. Dessa forma, garantem-se políticas que, além de atender às necessidades básicas, também valorizam a dignidade e a autonomia dos indivíduos.

Por fim, a ética do cuidado também pode ser considerada uma resposta às limitações das abordagens éticas tradicionais, que muitas vezes negligenciam o contexto relacional e emocional das decisões morais. Gilligan (1982) critica as teorias éticas tradicionais por sua ênfase em princípios abstratos e universalistas, argumentando que essas abordagens falham em capturar a complexidade das experiências humanas. A ética do cuidado, por outro lado, reconhece a importância das relações e das responsabilidades contextuais, proporcionando uma visão mais abrangente e inclusiva da moralidade.

Da mesma forma, a Semana de Mobilização Científica (SEMOC), promovida anualmente pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) desde 1998, tem se

consolidado como um dos principais eventos acadêmicos da instituição. Com a participação ativa de docentes, discentes e colaboradores, a SEMOC busca fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de promover o intercâmbio de conhecimento intra e interinstitucional. Ao longo de suas edições, a SEMOC tem se destacado não apenas pela diversidade e relevância dos temas abordados, mas também pelos impactos gerados na comunidade acadêmica e na sociedade em geral.

Este trabalho utiliza o método de relato de experiência, uma abordagem qualitativa que permite a descrição e análise reflexiva de vivências práticas em contextos específicos. Em consonância com Minayo (2010), esse método possibilita que os envolvidos no processo educativo compartilhem suas percepções e aprendizagens, oferecendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas presentes. No presente estudo, a experiência dos estudantes na organização da SEMOC é narrada e analisada, destacando as competências adquiridas e suas implicações no desenvolvimento interpessoal e profissional. A análise é fundamentada em registros documentais, observações participantes e depoimentos, proporcionando uma visão abrangente do impacto do evento na formação dos estudantes à luz da ética do cuidado.

A organização da SEMOC oferece aos estudantes uma oportunidade única de vivenciar a integração entre teoria e prática em um ambiente acadêmico. Essa experiência não apenas amplia o conhecimento técnico dos participantes, mas também promove o desenvolvimento de competências interpessoais e profissionais essenciais para sua atuação no mundo contemporâneo. Ao documentar e analisar essas vivências, este relato de experiência contribui para a compreensão de como eventos acadêmicos podem se configurar como ferramentas fundamentais na formação dos estudantes, capacitando-os para enfrentar os desafios da vida profissional de maneira mais consciente e preparada.

Para tanto, o presente artigo tem como objetivo geral relatar como a atuação na execução da SEMOC contribuiu para o desenvolvimento interpessoal e profissional dos estudantes participantes. Especificamente, busca-se identificar as competências adquiridas pelos estudantes durante a organização e execução do evento, analisar como essas competências se relacionam com os princípios da ética do cuidado e explorar as repercussões dessa experiência no desenvolvimento pessoal e profissional

dos estudantes, tanto em termos de habilidades práticas quanto de valores éticos e responsabilidade social.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 CONTEXTO E ORGANIZAÇÃO DA SEMOC

Ao longo de cinco dias, de segunda-feira a sexta-feira, o evento conta com uma programação abrangente, nos períodos matutino, vespertino e noturno, contando com mesas redondas virtuais e presenciais, jornadas de pesquisa e sessão científica, salão interativo e minicursos.

A Mesa Redonda é um método de discussão no qual um grupo de especialistas, acadêmicos ou profissionais se reúne para examinar um tópico específico de maneira colaborativa e interativa (Dewey, 1933). Este formato é amplamente utilizado tanto em contextos virtuais quanto presenciais. Nas mesas virtuais, o estudante voluntário desempenha o papel fundamental de garantir que a videoconferência ocorra sem problemas, configurando corretamente a sala online. Nas mesas presenciais, o estudante é responsável por organizar o espaço e recepcionar os participantes.

A Jornada de Pesquisa segue, basicamente, o mesmo modelo da mesa redonda, com o diferencial que é proposto a partir de um grupo de pesquisa ativo, podendo convidar pesquisadores de outras instituições para estabelecer uma interlocução entre as pesquisas (Boote; Beile, 2005). Nesta categoria, o aluno deve acompanhar o cronograma da Jornada, cumprindo com o prazo estabelecido previamente pela organização do evento, além de orientar os participantes a respeito de suas dúvidas.

O Salão Interativo é o espaço onde os expositores apresentam suas mercadorias, como roupas, jóias, alimentos e desenhos. Além disso, os alunos, em sua maioria, mostram trabalhos relacionados às matérias cursadas durante o semestre (Kirkpatrick; Kirkpatrick, 2006). As apresentações acadêmicas variam conforme o curso, semestre e docente, adotando o formato de maquetes, jogos educativos, folders, campanhas e vários outros modelos. O aluno voluntário desempenha o papel de gerenciar as mesas alugadas previamente separadas, auxiliar os expositores a montarem seus equipamentos, ajudar os alunos na organização de suas apresentações e garantir um ambiente saudável para todos.

Os Minicursos são atividades educacionais pagas, com duração de 4 a 8 horas, geralmente realizadas no período da tarde. Esse tipo de tarefa proporciona o aprendizado de conteúdos teóricos e/ou práticos e o monitor precisa organizar a salade aula, auxiliar nas atividades práticas e registrar os participantes para garantir a certificação dos mesmos (Peters, 1998).

## 2.2 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO GRUPO

Ser universitário e estar na organização de um evento de grande porte comoa Semana de Mobilização Científica é, com certeza, algo que todos os acadêmicos poderiam experimentar. Essa jornada oferece uma gama de situações-problema que incitam o aluno a desenvolver a habilidade de resolutividade rápida e trabalho em equipe. Entretanto, um evento não pode ocorrer sem uma comissão organizadora coesa.

A harmonia em equipe e a divisão eficiente de tarefas são fundamentais e necessárias para o sucesso de qualquer projeto ou evento, seja em contextos acadêmicos e/ou profissionais. Uma comunicação aberta e constante entre os integrantes da equipe é fundamental para que esse processo aconteça. Quando as responsabilidades são bem distribuídas, aproveitam-se melhor as habilidades individuais, evitando sobrecarga e garantindo que todos os aspectos do evento sejam cobertos com eficiência. Quando a comunicação é eficiente, os membros da equipe podem coordenar seus esforços e ajustar estratégias conforme necessário, garantindo que todos estejam alinhados com os objetivos comuns. Segundo o estudo de Carvalho e Melo (2010), ao valorizarmos a empatia e a responsabilidade mútua, a ética do cuidado torna-se um princípio inevitável na eficácia do trabalho colaborativo.

O crescimento profissional dentro da organização da SEMOC se manifesta claramente através da passagem entre as funções e responsabilidades ao longo das edições do evento (Kolb, 1984). Inicialmente, começamos as nossas atividades como monitores, desempenhando funções de suporte e aprendizado. A partir do momento em que nos propusemos a essa função, representamos uma parte do evento e da Universidade Católica do Salvador. Sabendo disso, compreendemos que nossas ações refletem diretamente na imagem do evento e da instituição, e que devemos nos portar

de forma educada e respeitosamente com todos os presentes, sejam docentes, discentes, palestrantes, expositores e/ou visitantes.

Com o tempo e a demonstração de competência, avançamos para a posição de líder de monitor, onde assumimos responsabilidades adicionais, como coordenar e orientar novos monitores. Nesta função, garantimos que as tarefas dos monitores fossem realizadas de maneira eficiente e servimos como ponto de contato para solucionar problemas e dúvidas. Essa posição nos exigiu habilidades de liderança e comunicação aprimoradas, pois precisávamos assegurar que todos estivessem alinhados com os objetivos do evento e seguissem os procedimentos estabelecidos (Lima; Silva, 2016).

À medida que ganhamos mais experiência e reconhecimento, fizemos a transição para a comissão organizadora, assumindo um papel mais ativo na estruturação e planejamento do evento. Neste momento, nossa participação tornou-se essencial na definição das estratégias e na coordenação das diversas atividades necessárias para a realização bem-sucedida da SEMOC. O envolvimento na comissão organizadora nos permitiu aprimorar habilidades de gestão e comunicação, além de desenvolver um entendimento mais profundo dos requisitos eexpectativas do evento.

Ao final dessa etapa, com o reconhecimento do nosso desempenho e comprometimento, passamos a integrar a equipe executiva. Nesta posição, nossa responsabilidade se expande ainda mais, envolvendo a supervisão geral do evento ea tomada de decisões estratégicas críticas. A experiência acumulada nas etapas anteriores, aliada ao nosso comprometimento contínuo, nos capacita a enfrentar desafios de maior complexidade e a garantir que a SEMOC alcance seus propósitos com excelência. A progressão nas funções evidencia o valor do crescimento contínuo e do desenvolvimento profissional, destacando como o reconhecimento e acompetência são essenciais para alcançar sucesso em cargos de maior responsabilidade.

Essa evolução profissional preparou-nos não apenas para gerenciar tarefas e equipes, mas também para lidar com as interações diretas com pessoas, uma competência fundamental para a realização bem-sucedida de eventos. Dito isso, lidar com o público não é uma tarefa fácil, pois cada indivíduo se porta de uma forma específica, o que pode dificultar a adaptação às suas necessidades e expectativas.

Logo, foi essencial nos atentarmos às particularidades de cada um, praticando a ética do cuidado, ao proporcionar um atendimento individual, eficaz e acolhedor.

Liderar um grande evento nos capacita a interagir com um público diversificado e, muitas vezes, exigente, apresentando-nos obstáculos comuns e frequentes do mercado de trabalho (Maxwell, 1998). Além disso, é importante ressaltarmos que o aprimoramento da capacidade de realizar networking surgiu como uma necessidade profissional na SEMOC, com muita facilidade, visto que possibilitou a construção de uma ampla rede de contatos ao conectar pessoas de diferentes cursos, semestres, idades, profissões e experiências (Almeida, 2007).

Durante toda a jornada, o princípio de cuidar dos outros foi fundamental para garantir um ambiente de trabalho colaborativo e respeitoso. A prática de escutar atentamente às necessidades dos participantes e membros da equipe, e de responder com empatia e eficiência, não só facilitou o processo de organização, como também contribuiu na produtividade da equipe (Noddings, 1984). A abordagem cuidadosa e atenciosa foi essencial para coordenarmos e lidarmos com as diversas demandas da SEMOC, evidenciando a importância desse princípio para uma maior eficiência na gestão de eventos. Dessa forma, essa perspectiva destaca como a ética do cuidado é essencial para o nosso desenvolvimento de habilidades sociais.

Em suma, quando realizamos um trabalho gratificante, alcançando resultados esperados, utilizar essa ética como base de vida reforça um forte senso de parceria. A experiência compartilhada sob a face do cuidado e respeito mútuo contribuem para uma maior confiança recíproca, ao incitar a eficiência da equipe em futuros projetos, estabelecendo um ciclo contínuo de cuidado, desenvolvimento e êxito.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos relatar como a atuação na execução da SEMOC contribuiu para o desenvolvimento interpessoal e profissional dos estudantes participantes. Especificamente, buscou-se identificar as competências adquiridas pelos estudantes durante a organização e execução do evento, analisar como essas competências se relacionam com os princípios da ética do cuidado e explorar as

repercussões dessa experiência no desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, tanto em termos de habilidades práticas quanto de valores éticos e responsabilidade social.

A incorporação da ética do cuidado no desenvolvimento interpessoal e profissional dos estudantes oferece uma base sólida para a formação de indivíduos que não só possuem competência técnica, mas também uma profunda sensibilidade ética. Esse enfoque prepara os estudantes para contribuir de maneira significativa em suas futuras carreiras, promovendo práticas que priorizam o bem-estar humano e a justiça social. Ao adotar essa perspectiva, as instituições de ensino não só educam para a profissão, mas também para a vida, formando cidadãos que estão verdadeiramente preparados para cuidar do outro e, assim, cuidar do mundo.

Ao longo da Semana de Mobilização Científica, adquirimos valiosas experiências que refletiram diretamente no nosso crescimento interpessoal e profissional. Aprendemos a lidar com uma variedade de situações desafiadoras, desde a coordenação de atividades complexas até a interação com um público diverso. A prática constante destacou habilidades essenciais como liderança, comunicação e organização, fundamentais para o sucesso em eventos futuros e em nossa carreira. O evento nos apresentou oportunidades valiosas para o desenvolvimento de competências cruciais, especialmente voltadas para a inserção no mercado de trabalho, estimulando a pesquisa educacional, fortalecendo o currículo acadêmico e profissional, e aprimorando uma soft skill indispensável: o networking (Granovetter, 1973).

Além disso, percebemos a importância da colaboração e do trabalho em equipe para o êxito de eventos de grande porte. Aprendemos que uma comunicação clara e eficaz é crucial para a coordenação das atividades e para a resolução de problemas. Ademais, a habilidade de adaptação às necessidades e expectativas individuais dos participantes foi fundamental para garantir um atendimento eficiente e acolhedor. Essas lições são aplicáveis não apenas a eventos acadêmicos, mas também em diversos contextos profissionais (Noddings, 1984).

Para futuras edições da SEMOC, seguem sugestões: a) continuar com a implementação de treinamentos específicos e prévios para os voluntários, focados em habilidades de atendimento ao público e resolução de situações-problema; b) recomendamos um aprimoramento nos processos de feedback para melhor captação

e utilização das opiniões dos participantes e expositores, a fim de trabalhar continuamente a organização e a execução do evento; c) fechar a programação até, no máximo, uma semana antes; d) planejar marketing visando maior captação do público externo (Kotler; Keller, 2012); e) melhorar a automatização na emissão dos certificados (Laudon; Laudon, 2014); f) a criação de um manual detalhado sobre as responsabilidades de cada função pode contribuir para uma maior eficiência e coordenação entre os membros da equipe (PMI, 2017). Essas medidas visam não apenas aumentar a eficácia e a eficiência do evento, mas também aprimorar a experiência dos participantes e consolidar a aplicação da ética do cuidado nas práticas institucionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. de S. **O Networking na Gestão de Carreiras e Projetos**. São Paulo: Atlas,2007. Acesso em: 26/08/2024.

BOOTE, D. N.; BEILE, P. Scholarly Works on Research Methodology. **Educational Researcher**, 2005. Acesso em: 28/08/2024.

BOTES, A. A comparative analysis between the ethics of justice and the ethics of care. **Journal of Advanced Nursing,** vol. 32, nº 5, p. 1071-1075, 2000. Acesso em: 17/08/2024.

CARVALHO, M. I. da S.; MELO, J. E. F. **Educação e Formação de Professores**: Perspectivas e Práticas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. Acesso em: 27 ago. 2024.

DEWEY, J. How We Think. **Heath & Co.**, 1933. Acesso em: 25 ago. 2024.

GILLIGAN, C. **In a Different Voice**: Psychological Theory and Women's Development. Cambridge: Harvard University Press, 1982. p. 100. Acesso em: 20 ago. 2024.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, 1973.Acesso em: 17 ago. 2024.

KIRKPATRICK, D. L.; KIRKPATRICK, J. D. **Evaluating Training Programs**. Berrett-KoehlerPublishers, 2006. Acesso em: 21 ago. 2024.

KOLB, D. A. **Experiential Learning**: Experience as the Source of Learning and Development. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984. Acesso em: 22 ago. 2024.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Marketing Management**. 14ª ed. Pearson Education, 2012.Acesso em: 16 ago. 2024.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Management Information Systems**: Managing the DigitalFirm. 13ª ed. Pearson, 2014. Acesso em: 22 ago. 2024.

LIMA, M. de L.; SILVA, J. C. **Desenvolvimento de Competências Profissionai**s: Liderançae Comunicação. São Paulo: Editora XYZ, 2016. Acesso em: 28 ago. 2024.

MAXWELL, J. C. **The 21 Irrefutable Laws of Leadership**. Nashville: Thomas Nelson, 1998. Acesso em: 27 ago. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed.São Paulo: Hucitec, 2010. Acesso em: 28 ago. 2024.

NODDINGS, N. **Caring**: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education. 1ª ed. Berkeley: University of California Press, 1984. p. 79. Acesso em: 21 ago. 2024.

NODDINGS, N. **Caring**: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education. 2ª ed. Berkeley: University of California Press, 2003. Acesso em: 27 ago. 2024.

NODDINGS, N. The caring relation in teaching. *In*: **Handbook of research on teaching**. 5ª ed. Washington, DC: American Educational Research Association, 2015. p. 781-797. Acesso em: 19 ago. 2024.

PETERS, O. **Learning and Teaching in Distance Education**. Routledge, 1998. Acesso em:25/08/2024.

PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **A Guide to the Project Management Bodyof Knowledge (PMBOK Guide)**. 6ª ed. Project Management Institute, 2017. Acesso em: 23 ago. 2024.

TRONTO, J. C. **Caring Democracy**: Markets, Equality, and Justice. New York: New YorkUniversity Press, 2013. Acesso em: 24 ago. 2024.

TRONTO, J. C. **Moral Boundaries**: A Political Argument for an Ethic of Care. New York: Routledge, 1993. Acesso em: 16 ago. 2024.

# DIVERSIDADE DAS RELAÇÕES AFETIVAS, O AMOR COMO FATOR ESSENCIAL AO CUIDADO.

*Jairo de Jesus Menezes*[1]

**RESUMO**

Este artigo tem **finalidade** em discutir sobre a relevância do amor na sociedade contemporânea, nas suas diversas relações afetivas. Tendo como **objetivo** investigar a trajetória e o relevo das posturas de amor, compreendersua importância na formulação da pessoa e, perceber, os pontos de convergências e distância entre amor e sexualidade, analisar as fragilidades dos vínculos afetivos, compreender a noção do amor/sexualidade numa perspectiva antropológica-filosófica e psicológica. Utiliza-se como **metodologia** o enfoque na pesquisa bibliográfica, cujo referencial teórico está alicerçado em autores da filosofia, sociologia e psicologia, o que possibilita um olhar macro para a presente temática. Obtendo como **resultados** a aplicabilidade da influência das três dimensões da ética relacionadas ao amor, entender que a psicoeducação auxilia no processo de individuação e formação da pessoa. Que o amor ocorre em umarelação dual entre dois egos e, por fim, compreender que a melhor forma de descrever o amor é, por meio, de uma postura que abarque a diversidade.

**Palavras-chave**: Amor, Vínculos afetivos,diversidade-sexualidade.

**ABSTRACT**

This article had purpose to discuss about the importance of love in contemporary society, in its various affective relationships. Aiming to investigate the trajectory and relief from love postures, understand your importance in the formation of the person, and realize, the points of convergence and distance between love and sexuality, analyze the weaknesses of the affective links, understand the concept of love/sexuality ina anthropological-psychological and philosophical perspective. It was used as the focus on bibliographical research, whose theoretical framework was based on authors of philosophy, sociology and psychology, allowing a macro look to this theme. Getting results the applicability of the influence of the three dimensions of ethics related to love, Getting results the applicability of the influence of the three dimensions of ethics related to love, understandthat psychoeducation assists in the process of individuation and formation of the person. That love occurs on a dual relationship between two egos and, finally, understand that the best way to describe the love is,a posture that embraces diversity.

**Keywords**: Love, affective Ties, diversity-love.

## 1 INTRODUÇÃO

[1] Doutor em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal) e professor de Filosofia e Teologia da (UCSal) e da Faculdade são Bento da Bahia. E-mail:jairo.menezes@pro.ucsal.br

O grande desafio da família contemporânea é certamente o de conciliara individualidade e a conjugalidade, a expressão da sexualidade numcontexto dual e, ao mesmo tempo, reconduzir o amor entre os esposos e oamor dos pais para com os filhos numa unidade afetiva que garante adiversidade da relação. A mutação nas relações decorrem, consequentemente, de uma sociedade líquida, marcada por relacionamentos tênues (Bauman, 2004); e, para outros, elas se encontram num contexto noqual as relações são vividas segundo um processo de democratização davida privada (Giddens, 1993). Para Giddens, “a democratização da vida pessoal como um potencial estende-se de um modo fundamental àsrelações de amizade e, crucialmente, às relações entre pais, filhos e outrosparentes”.

O amor ocupa, portanto, um lugar central na relação afetiva, e torna-seo seu fundamento. A sexualidade é aspecto discursivo qualificativo como fundamento para a criação da identidade no processo de desenvolvimento da pessoa humana. A pluralidade nas relações amorosas sempre foram questões que garantiram suas análises na academia e a transformação na qual se encontra a sociedade moderna e contemporânea tem um fundamento. A respeito dessas mudanças, Petrini (2005, p.29) aponta:

> A sociedade moderna caracteriza-se por mudanças de grande porte nos campos da economia, da política e da cultura, com repercussões significativas em todos os aspectos da existência pessoal e social. [...] Trata-se de mudanças profundas e permanentes, que dizem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, até à socialização das novas gerações, ao universode valores e critérios que orientam a conduta no quotidiano. Essas mudanças, concentradas e aceleradas, repercutem significativamente na vida familiar, desde a concepção de masculinidade e feminilidade e a forma de compreender a sexualidade e a relação entre os sexos, até a maternidade e a paternidade, a relação entre as gerações, principalmente no tocante à atividade educativa e de socialização.

Os vínculos afetivos são constituídos em primeiro lugar pelo amor pessoal, em segundo lugar, pelos vínculos de amor que se estendem sobre todos os outros seres, o amor é o que se tem de mais inclusivo, unitivo. O vínculo amoroso é a expressão essencial do exercício qualificativo que permite ao homem e a mulher de responderem mutuamente às expectativas de cada um na sua individualidade. Porém, a sociedade contemporânea atribui à relação afetiva mais autonomia e, por consequência, a satisfação de cada pessoa é vista a partir desta concepção própria decorrente pelas mudanças socioculturais que, de certa forma, afetam as relações afetivas. Assim, para

Guidens (1993) “o amor rompe com a sexualidade, embora a abarque; a ‘virtude’ começa a assumir um novo sentido para ambos os sexos, não mais significando apenas inocência, mas qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como “especial” (Giddens,1993, p. 51). “Quanto mais o amor confluente consolida-se em uma possibilidade real,mais se afasta da busca da “pessoa especial” e o que mais conta é o “relacionamento especial”. [...] o amor confluente presume na doação e no relacionamento emocional” (Giddens, 1993, p. 72).

A complexidade da realidade amorosa se insere num contexto sociocultural no qual a busca de autonomia e liberdade pessoal não diminui a capacidade de compromisso para com as pessoas que se amam, pelo contrário, favorece uma construção em prol de uma conscientização do caráter dinâmico do relacionamento interpessoal e a promoção de uma educação para um agir responsável. Portanto, estamos diante de uma noção que nos conduz ao conceito essencial do amor na sociedade contemporânea e, de consequência, à sua influência na relação afetiva, na qual, a diversidade é considerado comoum fator unitivo para a reestruturação continua de uma existência plural.

Para termos uma análise “vasta” a respeito do bem pessoal, que é objetopróprio da ética humana, reportemos o que o Estagirita propõe como noção. O objeto de pesquisa da filosofia humana é o bem último, ou seja, uma realidadeque pode finalizar o outro como pessoa, uma realidade ontológica.

O bem em si, “basta-se a si mesmo”. Isto significa, para Aristóteles, que o bastar a si mesmo “não entendemos apenas aquilo que é suficiente para um homem isolado, que leva uma vida solitária, mas também para seus pais,filhos, esposa e, em geral, para seus amigos e concidadãos, pois o homem é por natureza político” (Aristóteles, 2001, p.26). E, o “autossuficiente” consiste em ser “considerado à parte de todo o resto, torna a vida desejável por nãoser carente de coisa alguma” (p.26), realidade esta totalmente alheia à condição humana. O “autossuficiente”, na sua dinâmica relacional, sente a necessidade do outro, o seu ser é limitado. O Estagirita prossegue a sua indagação sobre o bem afirmando que “a felicidade é o bem mais desejável de todos, sem estar dentro do conjunto dos bens; se fosse assim, ela se tornaria obviamente mais desejável mediante a adição do menor dos bens” (Aristóteles, 2001,

p.26). Essa noção do bem, de fato, nos ajuda a perceber que nos vínculos amorosos o que se busca é o bem de cada um de modo pessoal e o bem de todos ao mesmo tempo.

O ponto de partida de toda verdadeira amizade humana é a experiência da pessoa com o outro, o seu semelhante, na busca pela felicidade. O que é a felicidade?. A felicidade, sendo o bem supremo do homem, surge da experiência que este tem com o seu semelhante.

> Alguns identificam a felicidade a algo aparente e visível, como oprazer, a riqueza ou as honrarias; para uns é uma coisa, para outros uma outra coisa; muitas vezes a mesma pessoa identifica o bem com coisas diferentes, dependendo das circunstâncias com a saúde, quando ela está doente, e com a riqueza, quando empobrece; cônscias, porém, de sua ignorância, elas admiram aqueles que propõem alguma coisa grandiosa e acima de sua compreensão. Há quem pense que, além destes muitos bens, há outro, bom por si mesmo, e que também é a causa da bondade de todos os outros. (Aristóteles, 2001, p.19, EN).

O que consiste então a vida segundo esse dom pessoal que, na vida afetiva, corresponde ao dom do outro? De fato, consiste em descobrir gradativamente como o amor que um sente pelo outro pode finalizar, completar e preencher toda a vida humana. Organizar a vida a dois de modo tal que esta esteja totalmente orientada a uma felicidade pessoal que é também de ordem transcendental.

> A união é própria do amor enquanto que, pela complacência do apetite, o amante se refere ao que ama, como a si mesmo ou a algo de si. Por onde, é claro que o amor não é a relação mesma da união, antes, esta é consequência daquela. Por isso diz Dionísio, que o amor é uma virtude unitiva; e o Filósofo que a união é um efeito do amor. (Aquino, 2003, p.337, 3v).

O amor nasce da atração incondicional do amante com o amado, mas esse é somente um dos aspectos fundamentais, pois o princípio que constitui a amizade é o que se tem de íntimo, o segredo que um revela ao outro. Nisso consiste a qualidade de uma relação que se quer verdadeira, a profundidade dosegredo que um transmite ao outro. Uma coisa é uma relação em que o fundamento não toca o que se tem de mais último na vida das pessoas que se amam. Quando se ama alguém, brota desse afeto sincero e verdadeiro, um desejo de comunhão no que toca a felicidade e como alcançar essa felicidade. Os amigos colocam em comum os segredos do seu coração. Porém, toda amizade humana está essencialmente vinculada ao corpo, não é somente desejo, mas exige para ser vista, manifestada, pois é um vínculo de uma pessoa à outra, e o

corpo faz parte essencial da pessoa humana. É pelo corpo que esse movimento, imanente à ação daquele que ama, se manifesta para o amado.

> O amor é algo próprio ao apetite, pois ambos têm por objeto o bem; por onde, qual a diferença do apetite, tal a do amor. Ora, há uma espécie de apetite não consequente à apreensão do apetente, mas à de outrem; e este se chama apetite natural [...]. Ora, em qualquer destes apetites, chama-se amor ao princípio do movimento tendente para o fim amado. (Aquino, 2003, p. 335, 3v)

Com efeito, o amor que nasce no coração da pessoa humana, no seu apetite transcendental, na sua vontade, não pode ser separado do amor passional, instintivo, imaginativo. Mas ele pode assumir esses amores de diversas maneiras, com uma maior ou menor lucidez. A amizade é o lugar no qual o exercício das paixões alcança o seu ápice, pois elas são então orientadas ao verdadeiro exercício do amor de amizade entre duas pessoasque se amam.

O amigo nunca deve se separar do amor que se tem por ele e que ele tem em relação aos outros; amar uma pessoa que, através do seu corpo, pode manifestar a sua alteridade, isto permite descobrir o amigo no que se tem de mais profundo, acima de toda modalidade que percebe esse mesmo amor. O amor entre duas pessoas possui esse grande realismo e objetividade. Não é primeiramente a semelhança que permite ao homem amar uma mulher, de ser atraído por ela. É, na verdade, uma complementaridade objetiva que é exigida para amar uma pessoa de outro sexo e, por este motivo, respeitar o que ela é plenamente. “O Desejo do Outro, que nós vivemos na mais banal experiência social, é o movimento fundamental, o elã puro, a orientação absoluta, o sentido”. (Lévinas, 1993, p. 57).

Esta descoberta do outro não é uma alteridade que limita ou meça o que “eu sou”, mas permite, no profundo acolhimento que implica o amor de um pelo outro, amar alguém que, na sua pessoa, não é absolutamente conatural um ao outro nas suas determinações. Mas se está diante do despertar no que se tem de mais dual.

## 2 A RELEVÂNCIA DO AMOR PARA OS DIAS ATUAIS: FATORES DEUNIÃO E/OU SEPARAÇÃO DE CONCEITOS PESSOAIS.

Se nos propusemos a discutir o amor, numa perspectiva filosófica, buscando a relevância para o mesmo, será que conseguiríamos concebê-lo de tal forma que nos ajudasse a unir ou mesmo separar as diversas nuances a nossa volta?

Se olharmos para a história que nos antecede, principalmente no contexto filosófico, a perspectiva do amor, sempre foi encarada de forma homogênea, causando assim, dificuldade em encontrar um sentido linear para tal. Encontraremos perspectivas diversas, que nos ajudam a pensar a sociedade atual, que, através de tantos autores, nos mostra o 'vazio' (Lipovetsky, 1989) ou a 'liquidez' (Baumam, 2004) que existe ao se tratarde definições, principalmente se a que procuramos se chama: Amor. Diantedesta dificuldade de conceituar tudo e todos a sociedade contemporânea adotou palavras para tentar expressar de maneira genérica aquilo que são tomados no campo da família, afetos, sentimentos etc. Com o amor não foi diferente, se tornou para os nossos tempos uma dessaspalavras 'pop's' que, vazia de significado, é aplicada a tudo e a todos (Bauman, 2004).

Todavia, dada essa complexidade, não iremos aqui conceituar o amor, mas sim, apresentar indicações para pensar, no contexto atual, como o amor é concebido atualmente e, como a filosofia nos ajuda a pensá-lo para melhor experimentá-lo.

Cabe-nos, inicialmente, estabelecer a diferença entre Amor e Amar, pois, pela semelhança que há entre as palavras podemos cair num erro semântico de concebê-los da mesma forma. Mas, a filosofia e a onda moderna de desconstruir conceitos, nos permite apresentar indicações diferentes de palavras tão semelhantes como essas. Podem até ser conceitos que se aproximam, mas que podem, através dos contextos, se distanciar e tornarem-se antagônicos.

Ao utilizar a palavra amor, entende-se normalmente, através do senso comum, algum tipo de emoção que acontece na pessoa, ou seja, o amor ele acontece independentemente da pessoa mesmo sem ela querer quando mesmo se espera se vê efetivamente envolvida com outra pessoa (Petrini, 2005). E ao usarmos a palavra 'acontece' significa que não é necessariamente produzido, aspirado ou mesmo desejado pela pessoa queo experimenta. Acontece porque acontece, às vezes sem poder dizer por quais razões está acontecendo.

Por outro lado, temos a palavra Amar perpassa pela razão, para assim chegar à prática, pois ao experimentar uma circunstância de afetividade que leva a uma comoção

extrema, que, por vezes, desestabiliza o interior humano, então a razão deve avaliar o que está por detrás deste sentimento afetivo? Como poderá evoluir? Quais as considerações devem ter? Para essa reflexão, não se pode levar em conta, apenas um fator da realidade, mas, tudo deve ser analisado, pois usar a razão significa levar em consideração todos os fatores, todas as circunstâncias, tudo aquilo que está envolvido. Amar é a decisão diante da realidade e das conjunturas a qual estamos inseridos (Petrini, 2005).

Ao ter diante de nós, como pano de fundo, essa breve diferenciação de amor e amor, podemos perceber que hoje em dia, o amor se tornou líquido, e escorre pelas nossas mãos. Numa época que preza pela 'desconstrução'de valores e paradigmas, conceitos tão petrificados são questionados, debatidos e descartados em vista da construção de outros, ou, deixar a que cada um invente conceitos para suas próprias conclusões.

O amor romântico, neste sentido, dar lugar ao amor pluralista e completamente sem conceito definido, abrindo espaço ao que o filósofo polonês Zygmunt Bauman (2004) conceituou de 'amor líquido', o qual não cabe em um conceito cristalizado, mas deve-se expandir a tal ponto de não ousar conceituar, apenas sentir. Com isso, instaura-se em nossa sociedade uma fragilidade nos vínculos com as pessoas e consigo mesmo.

Diante dessa fragilidade que se instaura é que ficamos "doentes", ressentidos com a vida que queríamos levar, mas não conseguimos obter, restando apenas recordar de momentos bons já vividos ou mesmo recordar para sentir a dor de existir num mundo que não consigo firmar com sucesso. Diante disso, a dor que é como um câncer, se instaura e infecciona. Para isso, instaurou-se como médico contra o ressentimento o filósofo alemão Friedrich Nietzsche.

Ele coloca o amor, como cura a essa doença de rebaixar-se a tal ponto de querer persistir em "um sentimento suscitado por uma injúria, uma injustiça, acompanhado de um desejo de vingança" (Quillet, 1970). Será o amor ao destino (Amor-fati) a cura desta doença. Um amor que há de positivo na vida sem rejeitar, também, os ataques negativos que cotidianamente sofremos. Mas, ao falar em aceitar, é sem ressentir-se pelo que aconteceu! Nietzsche é claro quando diz:

> Quero cada vez mais aprender a ver como belo aquilo que énecessário nas coisas. Amor-fati [amor ao destino]: seja este, doravante, o meu amor! Não quero fazer guerra ao que é feio. Nãoquero acusar, não quero nem mesmo

> acusar os acusadores. Que minha única negação seja desviar o olhar! E, tudo somado e em suma: quero ser, algum dia, apenas alguém que diz Sim!“ (Nietzsche, 2001, §276)

Ao propor essa aceitação diante da vida e dos acontecimentos dizendo sim, o filósofo da suspeita quer nos colocar numa condição madura diante da realidade, por acreditar que temos potências capazes de nos mover para frente e superar qualquer tipo de fracasso já vivido sem lamentar-se é que o Sim deve ser sempre renovado. Afirmar a vida é saber que nela pode haver instabilidades, mas que mesmo assim, tudo se torna mais fácil se damos conta da força que habita em cada um e faz ser aquilo que somos.

A filosofia, em sua sabedoria que perpassa anos e anos de estudos com diversas correntes, através deste amor a sabedoria (philosophia), nos permite ‘criar conceitos’ que julga-se cabível para nossos paradigmas e anseios pessoais. Razão essa que por vezes constatou está em eclipse, ou mesmo, ser reduzida ao nada. Se concebermos essa primeira premissa, a qual exclui a razão de sua relação com o amor, possibilitando a percepção crítica do mesmo, seremos sempre governados por paixões e impulsos.

Sobre isso já na modernidade o filósofo alemão Immanuel Kant (2002) advertia para o perigo de ser governado por ‘inclinações’, desprezando completamente a razão. Por isso que compreender o valor da razão e seus limites foi sem dúvidas um dos maiores contributos desenvolvido por Kant para a Filosofia. Segundo ele, tudo deve passar pelo crivo crítico da razão para que nada venha de emoções ou inclinações. Devemos, portanto, tomar como ponto de partida o que Kant (2001) estabelece na Crítica da Razão Pura, quando diz que '*o meu eu pensante deve poder acompanhar as minhas representações*', pois assim podemos construir uma vontade racional fora do campo das emoções que são passageiras e podem nos enganar.

Mas, o que torna o amor relevante para os nossos tempos não é a capacidade que ele tem de, desestabilizar o indivíduo a tal ponto de levá-lo a doar-se a si e aos outro como dom total e sincero? Pois, normalmente nas etapas da vida, vamos amando e sendo amado de várias maneiras. Na adolescência, por exemplo, desperta-se como desejo de possuir a alguém.

Fazer dela um mero instrumento de prazer. Podemos afirmar que é uma das maneiras mais primitiva e grosseira de viver o amor.

Por isso que vale a pena investir e decidir-se por um amor que não seja instrumentalizado e, assim, reduzido e banalizado a apenas um momento. Por intermédio da razão, deve-se subir de degrau em degrau para passar do amor entendido como emoção arrebatadora que quer para si a “coisa” amada, tendencialmente reduzida a um mero objeto, para finalmente chegar a viver o amor efetivamente verdadeiro que, passa pelo crivo críticoda razão e se torna um dom sincero do eu com o eu e com os outros.

Pela perspectiva filosófica, poderíamos refletir mais sobre este tema, apresentando percepções diversas sobre o amor. Mas, o itinerário feito até aqui, contribui para nos despertar para uma percepção mais clara sobre a concepção de amor, que tida como distorcida, tendência nos a desvalorizá-lo ou mesmo caricatura-lo como qualquer coisa. Até aqui, apresentamos indicações para tratar, brevemente, sobre a relevância atual deste tema. Podemos agora avançar para perceber, através da psicologia uma nova forma de conceber a relevância do amor diante do ego.

## 3 A EXPERIÊNCIA DA SEXUALIDADE NO EGO E SEUS IMPACTOS

A ontologia do campo amoroso é uma arena com múltiplas configurações, nela, percebe-se discursões biológicas, sociais, psicológicas e religiosas. Ravanello e Martinez (2013) salientam a partir de uma perspectiva psicanalítica, que, engloba ainda conceitos de sexualidade, amor, libido,afeto e pulsão. Em seu texto discute que a psicanálise, desde de sempre, percebe o amor como possibilidade de desenvolvimento psicossocial do homem. Ao analisar algumas concepções sobre a relevância do amor, percebe-se que a discussão sobre esse tema está escrita na base transferencial de cada sujeito. Para Freud (1907/1996, p. 125 *apud* Ravanello; Martinez, 2013, p. 160) “muito antes da puberdade já está completamente desenvolvida na criança a capacidade de amar”. A formação da personalidade de cada sujeito passa pelo crivo da experiência amorosa, que consiste, no recebimento de afetos, sentimento de pertencimento a um grupo familiar e social, e numa atmosfera que possibilite o desenvolvimento emocional desta criança. Tal vivência com o amor, na infância e adolescência, poderá promover na vida adulta vários impactos, entre eles: transmitir ou não carinhos para com seus filhos(as) e esposos(as), reter ou expor afetos vividos, compreender o outro, se permitir ou não a novos relacionamentos, se autoconhecer,

promover alta ou baixa estima, reconhecer ou não seu corpo, entre outros, pois a sexualidade infantil é a extensão da sexualidade da vida adulta. Nessa perspectiva percebe-se uma relevância na esfera psicológica em falar e viver o amor nas diferentes situações da vida cotidiana.

Outro ponto que se deve relatar é sobre o tabu principalmente religioso em falar sobre sexualidade e amor. Segundo Quadros (2017) falar de sexualidade ainda causa espanto na opinião popular, pois as concepções adultas sobre sexualidade, na maioria dos casos, estão correlacionadas a questão dos aspectos genitais. Porém a psicanálise apresenta um olhar maisamplo do que só a genitalidade. Freud (1910a/1996, p. 234 *apud* Ravanello; Martinez, 2013, p.162) apresenta o seguinte argumento: “usamos a palavra ‘sexualidade’ no mesmo sentido compreensivo que aquele em que a língua alemã usa a palavra *lieben* (‘amar’).” Portanto, falar de sexualidade é comunicar como a inflação da reflexão sobre a sexualidade possibilita pensar que o amor envolve as questões biológicas, genitais, perceptíveis, emocionais, existenciais, aspectos relacionados a carinhos, a pulsões e a sentimentos. Para Lacan (1957-1958/1999, p. 376, *apud* Ravanello; Martinez, 2013, p.161) “todo mundo demanda amor”. Implica afirmar que todo o ser possui um desejo inerente, elementar de ser reconhecido, amado, respeitado, acolhido no qual é chamado pelo sociólogo Giussani (2009, p.24) de experiência elementar. Ao comentar sobre a experiência elementar diz que:

> Toda experiência da minha humanidade e da minha personalidade passa pelo crivo de uma “experiencia original”, primordial que constitui o meu rosto ao confrontar-me com tudo. Aquilo que cada homem tem o direito e o dever de aprender é a possibilidade o hábito de comparar cada proposta com esta sua ’experiência elementar’.Em que consiste esta experiência original, elementar? Trata-se de um conjunto de exigências e evidencias com as quais o homem é lançado no confronto com tudo que existe (Giussani 2009, p.24)

É importante pensar que a reflexão da relevância do amor passa pela peneira da individuação, nesse caminho, cada homem deve perceber quemé, e, quem é o outro.

Byington (2015), analista junguiano, comenta que o ego é fruto do desenvolvimento pessoal e de sua interação com o meio, visto que, ele começa a se desenvolver na vida intrauterina ao receber inúmeras projeções de seus cuidadores, sendo alimentado em outras etapas do desenvolvimento humano (Byington, 2015, p. 89). Assim sendo, observa se que a falta de nutrição de amor deste ego, poderá influenciar em uma má percepção do não ego. “O ego de uma criança ainda é fraco e

está em processo de construção" (Bettelheim, 2014, p. 80). Nesse sentido, necessita de suporte orientador, principalmente da família. Winnicott (2011), em seu livro: A família e o desenvolvimento individual, apresenta a importância da segurança, que consiste na manutenção de um lar unido, para a formação desta criança e proteção de seus impulsos.

A família é uma instituição que promove a socialização, a diversidades de idades, gostos, valores, gêneros e, é, por meio destas múltiplas possibilidades do tecido familiar que garante o aprendizado do amor, da valorização e do respeito ao outro. Reconhecer a relevância do amor, implica, refletir os pressupostos filosóficos antropológicos e psicológicos que influenciam o homem. Se o homem é o ser da relação, entende-se que relacionar aludir reconhecer no não ego, a possiblidade de afirmação de si.

## 4 A ÉTICA DA INDIVIDUAÇÃO E O AMOR

A liquidez dos afetos, os posicionamentos frívolos, a dificuldades em viverem coletividade, a ascensão da individualidade são alguns dos imperativos que marcam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, o homem padece deste fenômeno cultural contemporâneo reduzindo a sua capacidade de racionalizar, ou seja, de exercer sua capacidade dar-se conta do real (Giussani, 2009). Se uma das marcas da sociedade atual é a individualidade, há um hiato entre o amor e a pessoa, pois amar implica reconhecer a si e ao outro sujeito. "Em nosso mundo de furiosa "individualização", os relacionamentos são bençõesambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como determinar quando um se transforma no outro" (Bauman, 2004, p. 08). A redução da abertura dialogal permite ao homem viver sem reconhecer o outro. É importante pensar que para uma ética do inter-humano é necessária uma ontologia da relação (Bubuer, 2001), ou seja, para que as relações de afetos ocorram é necessário reconhecer a grandeza do outro. Buber (2001, p. 30) em sua ética do inter-humano, traz que o homem se relaciona com o outro por meio de duas palavras-princípios:

> As atitudes, como veremos adiante, se traduzem pela palavraprincípio Eu-Tu e pela palavra princípio Eu-Isso. A primeira é um atoessencial do homem, atitude de encontro entre dois parceiros na reciprocidade e na confirmação mútua. A segunda é a experiência ea utilização, atitude objetivante. Uma é a atitude de cognoscitiva e outra atitude ontológica. (Buber, 2001, p. 30)

Com a acentuada posição da **subjetividade pós traumática**, que consiste em não está diante do real, não exercer uma ética da individualidade, coloca o sujeito em um grande paradoxo: uma relação de diálogo e monólogo consigo e com os outros, autoconhecimento ou negação deste, fuga do encontro e desejo existencial por ele, enfim, o homem imerso neste trauma subjetivo não consegue reconhecer que o amor é fonte basilar para proporcionar um posicionamento ético. Para superar esta **nostalgia do humano** (Buber, 2001, p.43), que consiste na crise que o homem enfrenta no mundo: crises existenciais, relacionais, negações de tradições, falta de percepção de si entre outros, o homem necessita reconhecer sua história de vida, acolher o outro e perceber como as relações de afetos cooperam em seu desenvolvimento psicossocial, pois a novidade ocorre no encontro, é por meio deste veículo que o homem desenvolve sua existência na vida (Guissani, 2009). A vida pressupõe relacionamento, é por meio desta relação que o homem se reconhece homem e, reconhecer a si, é acolher e buscar responder suas questões existências mais profundas. Refletir sobre a importância da reflexão do amor é analisar como o processo educativo familiar e social impactar no desenvolvimento dos afetos, tanto na vidainfantil, quanto na vida futura.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por este estudo a respeito das relações amorosas no que diz respeito a diversidade, amor, união, bem pessoal, bem do outro e pluralidade sexual,pudemos analisar a diversidade a partir de uma perspectiva multidisciplinar,filosófica, psicologia e ética pessoal. À questão “o que é o bem?” obtivemosuma noção a partir de como esse bem se dá para o outro, ou seja, norelacionamento amoroso, conservando a diversidade e explorando-a sempre mais na medida em que o amor busca fundamentos pois o bem é o quetodos desejam, duas pessoas que se amam, encontram-se e elegem um aooutro como o seu bem pessoal e, por conseguinte, como fruto desse amorverdadeiro. Surge, nesse sentido, a estrutura, a partir do seu fundamento, daresponsabilidade a partir de uma visão dual do que é o outro. Portanto, buscou-se também estabelecer um itinerário que contribuísse para nosdespertar à uma percepção mais clara sobre a concepção de amor, poisbanalizada nos dias atuais, pode desvalorizá-lo ou mesmo caricatura-locomo qualquer coisa, a noção de amor é o que orienta e funda a vivência nasua dualidade. .Por fim, a partir de uma

visão mais psicológica do amorvimos que a pessoa que ama, ama na sua totalidade, exigindo pluralidade aoexternalizar esse sentimento, sendo assim, não se pode abarcar uma experiência afetiva numa única noção de amor, a diversidade é o que promove a riqueza no manifestar para o outro o que sente por ele/ela, falar então de sexualidade, ainda que cause espanto na opinião popular, é o que garante, no entanto, uma reconfiguração do próprio amar. Quer seja pela educação familiar, pela relação que, aos poucos, alcança maturidade afetiva e por fim, pela conscientização que ambos adquirem no encontro de si mesmo no outro, o outro diz algo de inaudito para aquele(a) que ele ama.

## REFERÊNCIAS


AQUINO, Thomás de. **Suma Teológica**. São Paulo, 2001.

ARIÈS, P. **O amor no casamento.** Em Ariès, P. e Béjin, A.(Orgs) Sexualidades Ocidentais (pp.153-162). São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**, São Paulo, Martin Claret, 2001.

_____. **Os Pensadores.** São Paulo, Nova Cultura, 1987.

BAUMAN, Z. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Amor liquido**. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. São Paulo: Paze terra, 2014.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2001.

BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. **Psicologia Simbólica Junguiana**. A viagem de humanização do cosmos em busca da iluminação. II edição. São Paulo: edição do autor, 2015

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo, Unesp, 1993.

GIUSSANI, Luigi. **O senso religioso**. Brasília: Editora Universa,2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** 5ª Edição. Trad.: Valério Rohdene Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: ed.70, 2002

LIPOVETSKY, G(1983). **A era do vazio** - Ensaio sobre o individualismo Contemporâneo. Lisboa: Relógio D'Água Editores Lda, 1989

MENEZES (org), José Euclimar Xavier, **Família, sexo e poder, entre saberes e polémicas.** São Paulo, Paulinas, 2009.

MOREIRA, Lúcia (orgs), Ana M. Cavalcante, **Família, subjetividade,vínculos.** São Paulo, Paulus, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência** (tradução de Paulo César deSouza). São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2001.

PETRINI (org) João Carlos, **Familia, sociedade e subjetividades**: umaperséctiva multidisciplinar, Petropolis-RJ, Vozes, 2005.

QUADROS. EMÉRICO ARNALDO DE. **Psicologia e Desenvolvimento Humano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

QUILLET. **Dictionnaire Encyclopédique Quillet**. Pr–Sta. Paris: Librairie Aristide Quillet, 1970.

RAVANELLO, Tiago. MARTINEZ, Maria de Costa. **Sobre o campo amoroso: um estudo do amor na teoria freudiana**. Cad. Psicanál.-CPRJ,Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, p. 159-183, jul./dez. 2013. Disponível em file:///C:/Users/vera%20e%20neto/Desktop/Sobre%20o%20campo%20amo roso%20um%20estudo%20do%20amor%20na.pdf Acesso em: 25 set. 2018.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. IV edição.São Paulo: Martins Fontes, 2011

# FENOMENOLOGIA DO NASCIMENTO E RELAÇÕES FAMILIARES

*Giancarlo Petrini*

**RESUMO**

O artigo apresenta o pensamento de Hannah Arendt e Maria Zambrano e comentadores a respeito do evento “nascimento” como origem de um paradigma alternativo ao ser-para-a morte. A categoria do nascimento traz no seu bojo as experiências do dom, da relacionalidade, do pertencimento, originando a amizade, entendida, na linha dos filósofos gregos, como compartilhamento de problemas com abertura ao mundo, que configuram um novo agir político. São apresentadas, portanto, reflexões para uma nova abordagem da antropologia, mais adequada aos desafios do nosso tempo, servindo de antídoto às aventuras totalitárias.

**Palavras chave:** nascimento, dom, relacionalidade, amizade,antropologia.

**ABSTRACT**

The article presents the thoughts of Hannah Arendt and Maria Zambrano and commentators regarding the event “birth” as the origin of an alternative paradigm to being-towards-death. The category of birth brings with it the experiences of gift, relationality, belonging, originating friendship, understood, in the line of Greek philosophers, as sharing problems withopenness to the world, which configure a new political action. Therefore, reflections are presented for a new approach to anthropology, more suitable for the challenges of our time, serving as an antidote to totalitarian adventures.

**Keywords:** birth, gift, relationality, friendship, antropology.

**RESUMEN**

El artículo presenta los pensamientos de Hannah Arendt y María Zambrano y comentaristas sobre el evento “nacimiento” como origen de un paradigma alternativo al ser-hacia-la-muerte. La categoría de nacimiento trae consigo las experiencias de don, de relacionalidad, de pertenencia, de amistad originaria, entendidas, en la línea de los filósofos griegos, como compartir problemas con apertura al mundo, que configuran una nueva acción política. Por tanto, se presentan reflexiones para un nuevo enfoque de la antropología, más adecuado a los desafíos de nuestro tiempo, que sirva como antídoto a las aventuras totalitarias.

**Palabras clave**: nacimiento, don, relacionalidad, amistad, antropología.

## 1 INTRODUÇÃO

A cultura ocidental foi construída durante milênios, tendo a morte como centro inspirador. Silvano Zucal (2017) dedica muitas páginas para relatar a centralidade da morte, desde a antiga Grécia até filósofos do século passado, no seu livro “*Filosofia della Nascita*”.

Hannah Arendt, a partir dos anos cinquenta, começou a escrever sobre o nascimento, de maneira esparsa em diversas obras, nunca reunindo num livro ou num

capítulo ou em artigo as suas reflexões a respeito do nascimento. Somente no final do século, foi publicado um livro que recolhia essa temática por Alessandra Papa (1993) que em seguida dedicou outros dois livros ao tema do nascimento (Papa, 2011; 2018). Arendt e Maria Zambrano, quase simultaneamente, escreviam obras centradas no tema do nascimento, convergindo com a perspectiva de ir alémdo paradigma do ser-para-a-morte, até então dominante.

O texto que Arendt pronunciou em Hamburgo, em 1959, quando lhe foi conferido o prêmio Lessing, foi publicado, em italiano, com o título de *L'umanitá in tempi bui* (2006). A Autora procura compreender, neste texto, bem como em toda a sua obra, a catástrofe históricae política que atingiu o mundo inteiro no século passado e, de modo especial, seu país de origem, a Alemanha, com o holocausto nazista, além de diversos regimes totalitários, uma guerra mundial de proporções nunca vistas antes e que a afetou de maneira direta. Ela se pergunta: "A questão é saber qual medida de realidade deva ser mantida mesmo num mundo que se tornou desumano, se não quisermos reduzir a humanidade a uma frase vazia ou a fantasma" (Arendt, 2006, p. 79, tradução nossa)[1]. E o modo de não perder o sólido terreno da humanidade é constituído por pessoas que não ignoram o que aconteceu, mas o partilham na amizade, assim, "produziu-se uma faísca de humanidade num mundo que se tornou desumano" (Arendt, 2006, p. 83, tradução nossa)[2] e introduz o novo lá onde dominavam homens submissos aos superiores que executavam sem vacilar ordens para aniquilar pessoas inocentes.

## 2 COM ARENDT EM DIÁLOGO COM O AMBIENTE SOCIAL E POLÍTICO

O contexto sociopolítico atual é muito diferente do tempo no qual viveu Hannah Arendt e ao qual ela se refere em suas obras. Mas tornam-se cada vez mais presentes desafios que ameaçam as conquistas das liberdades individuais, das democracias em grande parte dos países e da paz. Por isso, as preocupações de Arendt se revestem de uma extraordinária atualidade.

[1] *La questione è sapere quale misura di realtá occorra mantenere anche in um mondo divenuto disumano, se non si vuole ridurre l'umanitá a vuota frase o fantasma.*
[2] *Si è prodotta una scintilla di umanità in un mondo divenuto inumano.*

Afinal, a cultura de massa oferece quotidianamente produtos cuja marca é a superficialidade juntamente com certa retórica de vulgaridade. “É inevitável reconhecer, na esteira de Hannah

Arendt, certa conexão entre a cultura da banalidade e o vertiginoso crescimento da violência urbana” (Petrini, *apud* Valentini *et al.*, 2010, p. 37). Parece interessante delinear, ainda que de maneira sucinta, os desafios que a cultura e a sociedade contemporâneas enfrentam, para dispor de um ponto de referência que ilumine o estudo, de maneira semelhante a como a Segunda Guerra Mundial e o nazismo constituíam um contraponto às ponderações que Arendt ia escrevendo nos anos cinquenta e sessenta.

Hannah Arendt identificou o evento “nascimento” como carregado de significados e de implicações que vão muito além da afetividade privada. Nascer implica relações que são constitutivas de um novo ser e relações significativas com outros adultos que participam, em alguma medida, do processo do seu desenvolvimento. Todo o desenvolvimento do recém nascido até a idade adulta e o crescimento até conquistar autonomia de movimentos e de decisões dependem das relações que vive no quotidiano e que vão delineando, no nascido, a percepção dinâmica da existência, de potencialidades ativadas graças a encontros, diálogos, partilhas capazes de estruturar a sua personalidade.

## 3 “NASCIMENTO”: PASSOS PARA UMA NOVA VISÃO DO SER HUMANO

Tomando como ponto de partida a obra de Hannah Arendt e continuando com outros Autores, tais como Maria Zambrano, Michel Henry, Jean Luc Marion, Romano Guardini, o filósofo Silvano Zucal escreveu a grande obra *Filosofia della Nascita* a respeito do tema que até então não tinha recebido muita atenção.

Logo, no início do seu trabalho, ele escreve: “Foi afirmando-se também um paradigma alternativo, não mais centrado na morte, mas antes, no nascimento, focalizando, portanto, não o estatuto existencial do homem como “ser-para-a-morte” mas sim, ser-para-o-nascimento” (Zucal, 2017, p. 7, tradução nossa)[3]. Esta vertente,

[3] *È andato però affermandosi anche un paradigma alternativo, non più focalizzato sulla morte ma piuttosto sulla nascita. Non più quindi, al centro, lo statuto esistenziale dell’uomo come ‘essere-per-la-morte’ ma, piuttosto, come ‘essere-per-la-nascita’.*

que se assemelhava inicialmente a um rio submerso, pouco conhecido, já conta com diversos comentaristas e autores que explicitam diversos aspectos da existência humana. Por isso, Arendt pode ser considerada como a mãe do pensamento a respeito do nascimento, pois, “os homens, mesmo devendo morrer, não nascem para morrer, mas para começar. [...] O milagre que preserva o mundo, a esfera das atividades humanas da sua ‘natural’ ruina, é o fato da natalidade, em que está ontologicamente enraizadaa faculdade de agir” (Arendt, 2008, p. 182, tradução nossa)[4].

Nesse sentido, Manuela Moretti afirma: “O pensamento feminino contemporâneo, graças às reflexões de grandes pensadoras, como Hannah Arendt e Maria Zambrano, põe em evidencia o evento natal em chave positiva, com leituras extraordinariamente fecundas e ricas de sugestões filosófico-políticos” (Moretti, 2020, p. 1, tradução nossa)[5]. Vale a pena notar que Moretti faz alusão ao fato que esta categoria, o nascimento, entrou no campo da reflexão filosófica graças ao pensamento feminino contemporâneo. Além disso, ela focaliza a relevância das relações humanas constitutivas de um novo ser, abrindo caminho para aprofundar a relacionalidade como um aspecto implícito na categoria de “nascimento”. Afirma Moretti: “Para Arendt, a natalidade torna-se a condição crucial da existência mesma. Colocando ao centro o nascimento, Arendt recupera, com efeito, também a relacionalidade originária” (Moretti, 2020, p. 2, tradução nossa)[6]. Por fim, Moretti evidencia o pensamento de Arendt que considera o nascimento como início de uma existência que não esgota suas possibilidades no âmbito individual, mas está aberto à dimensão política e pode ser portador de novidade no contexto político e social. Afirma ela:

> Colocando ao centro a natalidade e recuperando este termo do esquecimento filosófico, Arendt se distancia radicalmente do seu mestre [...]. O evento natal revela
> se, portanto, para Arendt, um verdadeiro antidoto contra qualquer forma de totalitarismo, já que repropõe a dimensão originária do ‘início’, que deve ser sempre considerado na sua relacionalidade, e que se revela como a única capaz de iniciar algo

*[4] Gli uomini, anche se devono morire, non sono nati per morire ma per incominciare. [...] Il miracolo che preserva il mondo, la sfera delle faccende umane, dalla sua normale, ‘naturale’rovina è in definitiva il fatto della natalità, in cui è ontologicamente radicata la facoltà di agire.*
*[5] Il pensiero femminile contemporaneo, grazie alle riflessioni di grandi pensatrici, come Hannah Arendt o MariaZambrano, ha ricentrato la riflessione filosofica sulla nascita, evidenziando l’evento natale in chiave positiva, conletture straordinariamente feconde e ricche di suggerimenti filosofico-politici.*
*[6] Per Arendt la natalità diviene la condizione cruciale dell’esistenza stessa. Mettendo al centro la nascita, Harendt ricupera infatti anche la relazionalità originaria.*

> inédito no interior de um mundo já configurado, tornando-se, dessa maneira, um claro indício de um 'novo mundo no mundo existente (Moretti, 2020, p. 2, tradução nossa)[77].

O primeiro capítulo da obra de Zucal, nos oferece um olhar sintético a respeito do nascimento.Em seguida, depois de apresentar os Autores que focalizaram a morte, ele recolhe o pensamento de diversos autores que refletiram sobre o evento nascimento, a começar de Hannah Arendt. Seu pensamento é analisado no nono capítulo e tem como tema "Hannah Arendt, o nascimento como início e como revolução." (Zucal, 2017). O capítulo décimo apresenta o pensamento de Jean Luc Marion, Emmanuel Levinas e Michel Henry, tendo como título: Fenomenologia do nascimento (Zucal, 2017). Em seguida, no décimo primeiro capítulo, o Autor analisa o pensamento relativo ao nascimento na obra de Maria Zambrano: Ser para o nascimento. A virada de um paradigma dominante (Zucal, 2017). E, o último capítulo, o décimo segundo, é dedicado a Romano Guardini e tem como título, Nascimento e confiança (Zucal, 2017).

Segundo Zucal, vai configurando-se, pouco a pouco, um novo olhar sobre o ser humano e sobre a maneira de interagir com os outros e com o mundo, desde os ambientes do quotidiano até a convivência na sociedade e na política.

Claudio Tarditi escreveu um trabalho breve e intenso que tem como título "Nascer" e que inicia colocando questões que a temática do nascimento levanta. Afirma ele: "O que significa, então, nascer e qual é o seu sentido originário? Trata-se, talvez de um falso problema, de uma obviedade destituída de interesse ou, afinal de contas, representa um dos "grande ausentes" do panorama filosófico contemporâneo?" (Tarditi, 2013, p. 9, tradução nossa)[8]. O mesmo Autor dá diversas respostas a essas perguntas ao longo do texto. Cabe citar uma que resulta particularmente significativa:

> Nascer significa não somente "vir ao mundo", ou seja, aceder à intra-temporalidade, mas também "vir ao evento", isto é, ser exposto pela primeira vez ao "chamado" que inaugura a aventura da própria existência [...] como abertura e possibilidade de

---

*[7] Ponendo al centro la natalità, e recuperando questo termine dall'oblio filosófico, Harendt si discosta pertanto nettamente dal suo maestro. [...] L'evento natale si rivela dunque, per Harendt, un vero e próprio antidoto contro ogni forma di totalitarismo, poichè ripropone la dimensione originaria dell"inizio', che va sempre considerata anche nella sua relazionalità e che si rivela l'unica in grado di iniziare qualcosa di inedito all'interno di un mondogià configurato, divenendo così un chiaro indizio di 'un nuovo mondo nel mondo esistente'.*

*[8] Che cosa significa dunque nascere e qual è il suo senso originario? Si trata forse di un falso problema, di un'ovvietà priva di interesse oppure, in fin dei conti rappresenta uno dei 'grandi assenti dalla scena filosófica contemporanea?*

> qualquer outra possibilidade mais originária que se manifesta como abertura e possibilidade de qualquer outra possibilidade factual (Tarditi, 2013, p. 37, tradução nossa)[9].

Ainda, Zucal afirma que o evento do nascimento não é apenas um fato de tipo biológicopróprio da reprodução, mas "instaura um vínculo generativo entre os pais e o filho/a" (Zucal, 2017, p. 16, tradução nossa)[10]. Assim, os pais que geram um filho para a vida, também lhe dãoum nome e um sobrenome, que identificam uma pertença. Quem nasce não se coloca no mundo sozinho, o nascimento contém no seu bojo, a dimensão relacional como constitutiva. O Autor comenta que este "deslocamento filosófico da morte ao nascimento conduz à demolição da lógica auto afirmativa, individualista e solipsista do Eu, para chegar à dimensãofundadora do humano existir como relação originariamente intersubjetiva e dialógica" (Zucal, 2017, p. 17, tradução nossa)[11]. Nesse horizonte, para Zucal adquire evidência a insensatez doindividualismo.

No final do primeiro capítulo, Zucal cita Salvatore Natoli, um filósofo que dedicou anos a escrever a respeito da dor, que se pergunta: como se pode continuar a viver na situaçãode dor? Que sentido tem viver? Ele mesmo dá uma resposta surpreendente:

> Viver significa pertencer a um horizonte de sentido [...] E como a humanidade é duração, e ainda dura, ela encontrou no sofrimento, quem sabe, não respostas, mas
> pelo menos a possibilidade de resistências, boas razões para continuar a viver. Quer dizer: os homens aguentam o sofrimento, se aguentam, em virtude do fato que, ainda não se quebraram todos os vínculos. Permaneceu algum fio, que permite resistir à vida (Natoli *apud* Zucal, 2017, p. 34, tradução nossa)[12].

No fundo, mais importantes do que as circunstâncias adversas que provocam dor e sofrimento são os vínculos de pertencimento que dão significado à existência e ajudam a enfrentar e, se possível ultrapassar, aquelas circunstâncias. A observação de

---

*[9] Nascere significa non solo 'venire al mondo', ossia accedere all'intra-temporalità, ma anche 'venire all'evento', cioé essere per la prima volta esposto alla 'chimata che inaugura l'avventura della propria esistenza [...] come apertura e possibilità di ogni altra possibilità fattuale.*

*[10] Instaura un legame generativo tra i genitori e il figlio(a).*

*[11] Lo slittamento filosofico dalla morte alla nascita porta a una demolizione della logica auto-affermativa, individualistica e solipsistica dell'io per accedere alla dimensione fondativa dell'umano esistere come relazione originariamente intersoggettiva e dialogica. Vivere significa appartenere ad un orizzonte di senso. [...] E siccome l'umanità è durata e ancora dura, essa ha trovato nella sofferenza magari non rispte, ma almeno possibilità di resistenza, buone ragioni per continuare a vivere. Come dire: gli uomini reggono alla sofferenza, se reggono, in virtù del fato che ancora, non si sono rotti tutti i legami. È rimasto del filo, che permette di ritessere alla vita.*

Natoli merece ser aprofundada, porque oferece uma possibilidade muito relevante para vencer o medo que é provocado pela dor, tanto física quanto psicológica e espiritual.

O medo da dor pode ter efeitos mais amplos do que a própria dor efetivamente experimentada, incentivando a busca de diversas formas de “distração” não sempre saudáveis. Natoli observa que pessoas sobrevivem às situações de dor e ele atribui esta capacidade de resistência ao fato de “pertencer a um horizonte de sentido”, dispondo de alguns “vínculos”que lhes permitem perceber-se em um contexto humano que delineia algum sentido. Os vínculos oferecem conforto, solidariedade, fortaleza para enfrentar as circunstâncias dolorosas, gerando a percepção de que existe algo positivo, mais importante que a negatividade da dor: os vínculos que vencem a solidão e tornam possível resistir e, talvez, superar.

## 4 A CONTRIBUIÇÃO DE HANNAH ARENDT E COMENTADORES

Depois desta breve panorâmica do ingresso do evento nascimento no ambiente filosófico, vale a pena aprofundar o pensamento de Hannah Arendt a respeito desse tema.

Afinal, foi Arendt quem abriu corajosamente o caminho de inovar o foco da reflexão filosófica, falando do nascimento como evento que abre infinitas possibilidades para desenvolver com liberdade e criatividade ações que não eram previsíveis no quadro sociocultural que estava dado, podendo inovar todos os aspectos da existência, desde aconvivência quotidiana até o horizonte da política (Papa, 2011).

A filosofa e cientista política Antonia Grunenberg escreveu *Hannah Arendt e Martin Heidegger: História de um Amor* (Grunenberg, 2019). A Autora descreve, em mais de quatrocentas páginas, a relação entre Arendt e Heidegger, na qual se entrelaçavam trêsfatores, que oscilaram ao longo do tempo e que terminaram com certo distanciamento: um cerrado debate filosófico, uma complexa relação afetiva e o posicionamento dos dois frente aocontexto político da modernidade e da Alemanha nazista.

Grunenberg, descrevendo a construção de “Ser e Tempo”, relata a introdução do temada morte em Heidegger, Ele pondera que a morte deve ser aceita não recorrendo a Deus, mas como certeza que possibilita sentido (Grunenberg, 2019). Arendt

considera seu professor eamigo Heidegger como um pensador do existencialismo individualista, como o último dosromânticos que, “face ao seu diagnóstico do ‘ser para a morte’, buscou refúgio, de maneira, por assim dizer consequente, na superstição naturalista (a comunidade do povo alemão), nointuito de recompor o mundo em pedaços do ser-aí que caminha para a morte” (Grunenberg, 2019, p. 258).

A entrada de Heidegger no Partido nazista em 1933 e a disposição da elite alemã a cooperar com o nacional-socialismo provocou uma grande desilusão em Arendt que teveseus reflexos duros no debate intelectual e abriu caminho para avançar na centralidade do evento natalidade em suas obras. A partir dos anos 50, Arendt passou a procurar as condições sob as quais um novo início em termos políticos seria possível, depois do colapso marcado pela Segunda Guerra Mundial e pelos totalitarismos.

Foi Alessandra Papa, pesquisadora da Universidade Católica de Milão, que já em 1993 escreveu o livro *Hannah Arendt, per una filosofia della vita.* (Papa, 1993). Quase vinte anos mais tarde, Papa publicou *Nati per incominciare, vita e política in Hannah Arendt*, no qual recolhe e interpreta as passagens nas obras que Arendt escreveu desde 1952, a partir do seu diário intelectual onde aparece a primeira referência ao tema do “nascimento”. Na segunda edição alemã de “As origens do totalitarismo”, em 1958, fica mais explícita a conexão entre nascimento e política e “toma força a ideia da natalidade como o que salva da desertificação de um mundo ameaçado pelas tempestades de areia do terror ideológico” (Papa, 2011, p. XIV,tradução nossa)[12].

Adriano Pessina, professor da Universidade Católica de Milão e líder do Grupo de Pesquisa no interior do qual Papa desenvolveu seu trabalho, escreveu a introdução ao seulivro, que considera uma preciosa contribuição, de grande respiro teórico e define como um estudo denso e articulado. E, ainda ele afirma: “Mérito de Arendt é ter compreendido que somente deixando aberta a pergunta a respeito da subjetividade, do seu caráter de imprevisibilidade e de irredutibilidade [...] se torna possível conter qualquer forma de totalitarismo e repensar as categorias da política” (Pessina *in* Papa, 2011, p. VIII, tradução nossa)[13].

---

[12] *Prende forza l’idea della natalitá come ciò che salva dalla desertificazione di un mondo minacciato dalle tempeste di sabbia del terrore ideológico.*

[13] *Merito di Arendt, come demostra questo denso e articolato studio di Papa, é aver compreso che soltanto*
*lasciando aperta la domanda sulla soggettività, sul suo carattere di imprevedibilità e di irriducibilità [...] diventa possibile arginare ogni forma di totalitarismo e ripensare le categorie della politica.*

Ao escrever a respeito do nascimento, Arendt passa ao largo dos afetos que cercam a chegada ao mundo de um novo ser humano, próprios dos contextos das intimidades familiares e apresenta uma contribuição original pela relevância social e política atribuída ao nascimento. Ela fala do nascimento como de um novo início na convivência que começa no quotidiano e vai expandindo-se ao ambiente social e à ação política, "como promessa e suprema capacidadedo homem diante da ameaça do terror ideológico" (Papa, 2011, p. 5, tradução nossa)[14].

Arendt escreve tendo presentes os séculos de filosofia centrados no tema da morte que produz silêncio, solidão e inação e ao conjunto de tragédias que marcaram o mundo e a sua existência no século passado, pondo ao centro de sua reflexão o tema do nascimento. Ela valoriza o uso da palavra, a tessitura de relações e a capacidade de agir, como expressões intrinsecamente associadas ao evento do nascimento. Ela critica o racionalismo de Descartes, entendido como uma das principais colunas de uma longa reflexão filosófica que não soube contrastar o totalitarismo "por ter cancelado a autonomia das consciências, tendo apertado os indivíduos no espaço fechado de uma lógica meramente dedutiva privada de experiência" (Cavalieri *apud* Zucal, 2017, p. 324, tradução nossa)[15].

Os totalitarismos desenvolveram-se a partir de ideologias que conjugaram diversos interesses e medos, mas Arendt entende que o racionalismo ofereceu ambiente filosófico inadequado para prevenir e conter. "Um elemento determinante para a afirmação de um regimetotalitário – afirma Zucal, referindo-se a Arendt – não é tanto a coerção física mas a bem mais sutil 'coerção lógica', [...] isto é, a coerção interior que é a tirania da logicidade à qual nada mais se opõe a não ser a grande capacidade humana de dar início a algo de novo" (Zucal, 2017, p. 326, tradução nossa)[16]. Neste horizonte, afirma Papa:

> A fenomenóloga reclama de Descartes por ter transformado o ser humano numa criatura fictícia, incorpórea, que nem parece ter, em algum momento, nascido. Contraa duvidosa criatura cartesiana, toda contraída em si mesma e dobrada sobre a própria consciência, Arendt insiste no louco que aparece,

*[14] Come promessa e suprema capacità dell'uomo di fronte alla minaccia del terrore ideológico*
*[15] Per aver cancellato l'autonomia delle coscienze e stretto gli individui nello spazio chiuso di uma logica meramente dedutiva priva di esperienza.*
*[16] Un elemento determinante per l'affermazione di un regime totalitário non è tanto la coerzione física ma la ben più sottile coerzione logica [...] Questa coerzione interiore è la tirannia della logicità, alla quale non si oppone altro che la grande capacità umana di dare inizio a qualcosa di nuovo.*

> que vem à luz, ao qual ela restitui aconfiança nos sentidos (Papa, 2011, p. 4, tradução nossa)[17].

Arendt cita em *Vita Activa* uma expressão de Agostinho em *De Civitate Dei* que constitui uma espécie de síntese e de programa da sua reflexão filosófica: “Para que houvesse um início foi criado o homem, antes do qual não existia ninguém”. (Agostinho *apud* Arendt, 2008, p. 129, tradução nossa)[18].

O novo nascido não entra genericamente na vida, ele vem ao mundo, “inicia, insere-se assim numa trama de narrativas e de relações fortes levando consigo a sua história de vida [...] o menino que nasce põe em circulação a palavra viva e obriga ao diálogo quem o acolhe no mundo” (Papa, 2011, p. 27, tradução nossa)[19]. Dessa maneira, vão sendo delineadas algumas implicações do evento nascimento que por sua natureza é plural, nasce de relações que o antecedem e desde o primeiro choro ao nascer, estabelece relações decisivas para a suaexistência. Afirma Zucal:

> -
> O *quem* individual e particular de cada ser que vem ao mundo é desde logo inserido numa rede reacional, num mundo comum verbalmente qualificado. Assume os traços intersubjetivos da filiação que evocam, simultaneamente, maternidade e paternidade assim como sororidade e fraternidade. Rede que, em seguida se estenderá àsocialidade mais ampla na ótica arendtiana da “pluralidade”. Porque sempre em Arendt temos esta presença simultânea de “singularidade” e de “pluralidade” (2017, p. 339-340, tradução nossa)[20].

Ao primeiro evento do nascimento, que já inaugura uma nova presença humana no mundo, segue o segundo nascimento, que se poderá repetir muitas vezes e que se concretiza através da palavra e da ação, quando a pessoa toma a iniciativa junto com outros. “Com a palavra e com o agir, nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é um segundonascimento” (Arendt, 2008, p. 128, tradução nossa)[21]. Este interagir com outros, denominado de segundo nascimento, não é imposto pela necessidade, como é o trabalho e nem é sugerido pela utilidade, como é nosso operar. “Pode ser estimulado,

---

*[17] La fenomenologa rimprovera a Cartesio di aver trasformato l’essere umano in una creatura fittizia, incorporea, che non sembra essere neppure mai nata. Di contro alla dubbiosa creatura cartesiana, tutta contratta su se stessa e ripiegata sui processi della propria coscienza, Arendt insiste sul folle che appare, che viene alla luce, a cui restituisce la fidúcia nei sensi.*

*[18] Initium, ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nullus fuit*

*[19] Inizia, si inserisce cioé è in una trama di narrazioni e di relazioni forti portando con se la sua storia di vita. [...] Il bambino che nasce è quindi dotato di capacità eccezionali, poichè mette in circolo la parola viva e costringe al dialogo chi lo accoglie nel mondo.*

*[20] Il chi individuale e particolare di ogni essere che viene al mondo è da subito inserito in una rete relazionale, in un mondo comune verbalmente qualificato. Assume i tratti intersoggettivi della filiaslità che evocano insieme maternità e paternità così come sororità e fratellanza. Rete relazionale primaria che poi si estenderà alla socialità più ampia nell’ottica barendtiana della ‘pluralità.’ Poichè sempre in Arendt abbiamo questa compresenza di ‘singolarità’ e di ‘pluralità’.*

*[21] Con la parola e con l’agire ci inseriamo nel mondo umano, e questo inserimento è come una seconda nascita.*

afirma Arendt, pela presença de outros dos quais desejamos gozar a companhia, mas nunca é condicionado por eles" (Arend, 2008, p. 128, tradução nossa)[22]. Todas as circunstâncias da vida podem ser objeto de diálogo, de conversação, não em clima de conversas fúteis, de charlatães, mas com o interesse a compreender, partilhar, interagir em conjunto a partir de avaliações, juízos, decisões. Dessa maneira, é fortalecida a subjetividade individual e gera-se uma subjetividade social, cujo alcance ganhará dinamismo e plasticidade na medida do horizonte dessa partilha. De qualquer modo, afirma-se nesse ambiente, a humanidade de cada um e do conjunto e um modo humanamente mais adequado para lidar com cada circunstância da existência humana. Até mesmo a dor, física, psicológica, espiritual, é enfrentada de maneira mais positiva nesseambiente de diálogo. "O objeto da liberdade é *o destino*, afirma Arendt nos *Quadernos e Diários*, citados em Zucal, e o destino nada mais é que o prosseguimento do que iniciamos em liberdade" (Arendt, *apud* Zucal, 2017, p. 347, tradução nossa)[23].

No capítulo intitulado "Perder o mundo, a dor e o nascimento", Papa retoma textos de Arendt para falar da dor que pode ser narrada, tornando-se compartilhada e, se for o caso, objeto de ação conjunta, ou pode ser vivida solitariamente, tornando-se trágica e provocando aperda do mundo, isto é, a perda do contexto humano no qual, graças ao discurso e à ação planejada juntos, abre-se caminho ao novo.

O novo nascido dispõe desta extraordinária potencialidade porque ontologicamente é um ser relacional, não somente no processo que o levou a nascer, mas nas diversas etapas da própria existência, a começar da primeira etapa do seu desenvolvimento, quando provoca, com seus gritos e choros, a intervenção e os cuidados de adultos, geralmente os pais, aprende uma língua e os elementos básicos que lhe permitem usar sua razão, graças a relações que podem ser compreendidas como constitutivas do seu ser. E em todas as etapas sucessivas, poderá crescer na medida em que interage, estabelecendo relações especialmente significativas, tomando a iniciativa para partilhar aspectos relevantes e desafios da vida. Papa, interpretando os escritos de Arendt, a esse respeito afirma:

---

*[22] Può essere stimolato dalla presenza di altri di cui desideriamo godere la compagnia, ma non ne è mai condizionato.*

*[23] L'oggetto della libertà è il destino, e il destino non è altro che la prosecuzione di ciò che abbiamo iniziato in libertà. [...] Il destino è soltanto il modo in cui facciamo esperienza delle conseguenze di una libertà.*

> Com o nascimento, a criança irrompe no jogo do mundo e se apresenta diante de todos. Mais ainda, este sentimento do trágico revela-se no *segundo nascimento*, isto é, quando a fenomenóloga nos descreve um ser humano que volta a nascer por meio da palavra e que com o diálogo entra em relação com outros *quem* para decidir, escolhere querer *junto* com os outros (Papa, 2011, p. 43, tradução nossa)[24].

No terceiro capítulo do seu livro, Alessandra Papa retoma o discurso que Hannah Arendt pronunciou por ocasião do prêmio Lessing, publicado na edição italiana, com uma ampla introdução de Laura Boella (Arendt, 2006). Nesse texto, Arendt escreve páginasadmiráveis a respeito da amizade, no sentido dado pelos filósofos da antiga Grécia, como disponibilidade para compartilhar o mundo com outros seres humanos, dialogando a respeito de quem somos e que buscamos, para estar dentro dos tempos obscuros com uma esperança que renasce do diálogo aberto, da partilha de palavras, de atitudes e ações decididas em conjunto e que trazem alguma luz. Laura Boella retoma, na sua introdução ao livro, o tema da amizade, sintetizando o pensamento de Arendt:

> A amizade, da qual o ensaio sobre Lessing é um dos mais intensos escritos, não é privada, mas política, não é comunhão das almas ou sublime entendimento entre dois seres, mas tem em si os caracteres da relação intersubjetiva imediata e concreta, o caráter de experiência vivida, e a realidade de um mundo no qual é impossível que o vínculo entre os seres humanos se torne palavra de ordem ou fé doutrinária: igualdade, fraternidade, comunidade (Boella, *in* Arendt, 2006, p. 33, tradução nossa)[25].

Somente a amizade entre os seres humanos abre espaços nos quais as relações não são determinadas pelas funções socialmente definidas e nem pelo cálculo do interesse de cada um. Dessa maneira, as relações respeitam a dignidade de cada pessoa e dão vida a um sujeito político, portador de direitos e capaz de dialogar. Afinal, "é somente a palavra entre amigos que distingue entre humanos e não humanos, entre político e impolítico" (Papa, 2011, p. 70,tradução nossa)[26].

O tema abordado é de tal maneira rico que exige outros estudos, mas ainda vale a pena recordar palavras importantes como promessa e perdão. A promessa é decisiva

---

*[24] Con la nascita il bambino, infatti, irrompe nel gioco del mondo e si presenta di fronte a tutti. Più ancora, però,questo senso del tragico si rivela nella seconda nascita, quando cioè la fenomenologa ci descrive un essere umanoche torna a nascere per mezzo della parola e che con il dialogo entra in relazione con altri chi per decidere, scegliere e volere insieme agli altri.*

*[25] L'amicizia, di cui il saggio su Lessing offre una delle più intense trattazioni, non è privata, ma politica, non è comunione delle anime o sublime intesa tra due esseri, ma tiene in sè l'immediatezza e la concretezza della relazione intersoggettiva, il suo carattere di esperienza vissuta e la realtà diun mondo costituito dalla impossibilità che il legame tra gli esseri umani diventi parola d'ordine o fede dottrinaria: uguaglianza, fraternità, comunità.*

*[26] É solo la parola tra amici che distingue tra umano e inumano, tra politico e impolítico.*

para vencer a tentação do individualismo, porque a promessa sempre envolve duas ou mais pessoas. Ao mesmo tempo, a promessa evita atitudes nas quais o indivíduo solitário pode considerar-se livre para exercer seu poder pessoal desconectado de um acordo com outros em volta de um objetivo comum. O perdão, afirma Arendt em *Vita Activa*, "é o remédio contra a irreversibilidade. [...] A redenção da aporia da irreversibilidade – não conseguir desfazer o que foi feito, mesmo sem saber o que se estava fazendo - está na capacidade de perdoar" (Arendt, 2008, p. 175, tradução nossa)[27]. Portanto, perdoar e prometer são ações relevantes nopresente, uma para não ser determinados pelo passado e a outra é remédio contra as incertezasdo futuro. Papa sintetiza afirmando: "O perdão e a promessa devem intervir para que, no presente, o homem possa continuar a regenerar-se. Sem as faculdades de prometer e de perdoar não seria possível um *segundo nascimento.* [...]. Sem a promessa e o perdão não poderia voltar a renovar-se o milagre da natalidade" (Papa, 2011, p. 85, tradução nossa)[28].

Apesar da relevância atribuída por Arendt ao perdão como possibilidade de recomeçar,sem sofrer impasses por erros ou pecados do passado, ela se alinha ao debate que foi desenvolvido depois da Segunda Guerra Mundial, considerando imperdoável o extermínio nazista de hebreus. Papa resume afirmando: "O mal impunível [...] é o mal imenso que nenhuma pena pode conter, o horror gerado por homens de fazer zelante que renunciaram a pensar para fabricar cadáveres" (Papa, p. 88, tradução nossa)[29]. Tratava-se homens querenunciaram a pensar, afirma Papa, a julgar os atos que eles materialmente concretizavam, submetendo-se passivamente a ordens de superiores para operar estruturas de morte produzidaescala industrial.

Arendt acompanhou de perto o julgamento do criminoso nazista, Adolf Eichmann, realizado em Jerusalém em 1961. Ela afirma que muitos eram como Eichmann, um tipo novo de criminoso "que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado. [...] Muitos não

---

*[27] Il rimedio contro l'irreversibilità [...]. La redenzione possibile dall'aporia dell'irreversibilità – non riuscire a disfare ciò che si è fato anche se non si sapeva, e non si poteva sapere, che cosa si stesse facendo – è nella facoltà di perdonare.*

*[28] È necessário che intervengano il perdono e la promessa affinchè nel presente l'uomo possa continuamente rigenerarsi. Senza le facoltà del promettere e del perdonare non sarebbe, cioè possibile la seconda nascita. [...] Senza la promessa e il perdono non potrebbe tornare a rinnovarsi il miracolo della natalitá.*

*[29] Il male impunibile [...], il male immenso che nessuna pena può contenere, l'orrore generato da uomini dal fare zelante che hanno rinunciato a pensare per fabbricare cadaveri.*

eram nem pervertidos e nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais" (Arendt, 1999, p. 299).

## 5 NASCIMENTO E RELAÇÕES FAMILIARES

O ambiente sociocultural das últimas décadas caracterizou-se por um crescenteindividualismo, em grande medida motivado pelos estilos de trabalho e de vida nos grandes centros urbanos, legitimado pela cultura veiculada nos meios de comunicação e pela mídia social. Diversos estudiosos analisaram estas tendências individualistas e se tornaram, a partir de diversas perspectivas teóricas, seus porta-vozes (Rossi e Mazzucchelli, in Terenzi, 2012). Apesar das diferenças, nota-se uma significativa convergência quando falam das relações familiares. Elas aparecem fluidas, de acordo com a linguagem de Lipovetsky (1989), ou líquidas, segundo a expressão de Bauman (2004), caminhando para a individualização, na visão de Singly (2007). Vai na mesma direção Giddens (1993) que define as relações afetivas como "puras", isto é, livres de normas jurídicas ou religiosas que obriguem a permanecer na relação quando a pessoa avalia que não é mais gratificante e vantajosa (Moreira; Petrini, 2020).

Se tomamos o nascimento como evento focal, as relações adquirem uma consistência maior, especialmente quando são acolhidas em ambiente de reflexividade, aberto para pensar anatureza das relações, a importância de constituir um Nós que aceite e valorize o envolvimento. O Nós configura-se como uma subjetividade social da qual emerge como primeira propriedade, o sentido de pertença entre os membros da relação. O Nós assim constituído desenvolve vínculos que orientam o conjunto para o dom recíproco e a cooperaçãoem vista do bem comum, numa interdependência que é percebida como gratificante e como protetiva. Essa subjetividade é reconhecida por outros e adquire certa institucionalização, que abraça a totalidade da existência de cada membro, partilhando a intencionalidade de realizar um percurso de vida como companhia ao destino de cada um, explica Prandini (Prandini, in Terenzi, 2012).

Não se trata de elaborar um sonho para reeditar um dever-ser para a família do tempopresente, mas de observar no horizonte da abordagem relacional experiências de casais que,mesmo no intenso debate interno, são generativos, põem em existência bens relacionais. É possível verificar que a família constitui um recurso para as pessoas

e gera capital humano esocial, contribuindo para a sustentabilidade do desenvolvimento social (Petrini et al., 2023).

Observando o ambiente ao redor do recém-nascido, emergem relações que podem ser definidas como constitutivas e que contribuem para a reelaboração da identidade das pessoas envolvidas. Ao lado do recém-nascido está uma mulher que é mãe. A estas relações não correspondem somente prestações de serviços que o ordenamento jurídico, de alguma maneira,tenta garantir com prescrições legais. Essas relações, via de regra, carregam afetos, esperanças,planos para o futuro, medos e preocupações, memórias de diálogos, de satisfações, de responsabilidades. Elas adquirem sempre mais as características de um envolvimento total,que não indica apenas um conjunto de operações protocolarmente delineadas, mas indicam identidade das pessoas, agora reconfigurada pela entrada em cena dessas relações. A mulher começa a identificar-se como mãe, consolidando a consciência de uma nova identidade que a liga ao filho e ao pai. Deixando de lado nesta sede as exceções de rejeição e abandono, essas relações constituem a família como recurso para a pessoa e para a sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do nascimento, está crescendo de maneira surpreendente a partir de sua origem em Hannah Arendt e Maria Zambrano. Arendt era movida pela preocupação com o drama humano e social constituído pela Grande Guerra, os totalitarismos e o holocausto nazista, Zambrano pela peregrinação de exiliada do regime ditatorial espanhol. No tempo presente, diversos observadores da realidade sociopolítica assinalam uma “emergência antropológica” que demanda atenções maiores. O evento nascimento, com sua intrínseca dimensão de dom, derelacionalidade, de diálogo e de capacidade de agir, sem condicionamentos que possam inibira autonomia de pensar, julgar e tomar decisões, pertencendo a um horizonte de sentido, com abertura para fazer promessas e perdoar, constituem o esboço de uma nova abordagem da antropologia, como um convite para pensar melhor a pessoa e suas relações, mas também a política, entendida não como jogos de poder mas como paixão para dialogar e partilharnecessidades e hipóteses de resposta em vista do bem comum. As relações

familiares podem, nesse horizonte de reflexividade, renovar-se para aceder à experiência de dons relacionais maisgratificantes e estáveis.

## REFERÊNCIAS


ARENDT, Hannah. **Heichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. SãoPaulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **L'umanitá in tempi bui.** Milano: Raffaello Cortina Editore, 2006 ARENDT, Hannah. **Vita Activa.** La condizione umana. Milano: Ed. Bompiani, 2008.

BARCELLONA, P.; SORBI, P.; TRONTI, M; VACCA, G. **Emergenza Antropologica**. Per uma nuova alleanza tra credenti re non credenti. Milano: Ed. Angelo Guerrini e Assoc., 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DONATI, Pierpaolo (Org.). **La relazione di coppia oggi**. Uma sfida per la famiglia. Trento:Erikson, 2012.

ESPOSITO, Costantino. **O Niilismo de Nosso Tempo**. São Paulo: Edições Loyola, 2023. GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

GRUNEMBERG, Antonia**. Hannah Arendt e Martin Heidegger**. História de um amor. SãoPaulo: Ed. Perspectiva, 2019.

HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro:** sociedade, percepção e comunicação hoje. Petrópolis: Vozes, 2022a.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. 2017.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia:** digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes,2022b.

HASLAM, Nick & LOUGHNAN, Steve. Dehumanization and Infrahumanization. **Annu. Rev. Psycol**. 2014.65:399-423, downloaded form www.annualrewiews.org by Universite Catholique de Louvain UCL – Bibl. des Sciences Exates on 08/27/14.

LIPOVETSKY, Gilles**. O Império do Efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARIOM, Jean Luc, TARDIVEL, Emilie, (BRENTARI Carlo org). **Fenomenologia del dono.** Brescia: Edit. Scholé, 2018.

MOREIRA Lucia V. de C. e PETRINI, Giancarlo (Org.). **Relações e Políticas familiares**.Belo Horizonte: Dialética, 2020.

MORETTI, Manuela; VERGANI, Mario; ZUCAL, Silvano (Org.). **Filosofie della nascita.**

MORETTI, Manuela**.** Hannah Arendt. La nascita come antidoto al terrore ideológico. **DIOTIMA per amore del mondo** n. 17, 2020, pg. 1-9.

PAPA, Alessandra**. Hannah Arendt. Per uma filosofia della vita.** Parigi-Lecce: iusEAed,1993.

PAPA, Alessandra. **Nati per incominciare**. Vita e política em Hannah Arendt. Milano: Vita ePensiero, 2011.

PAPA, Alessandra. **Natum esse.** La condizione umana. Milano: Vita e Pensiero, 2018.

PETRINI G.; CARVALHO, A.B. de; MACENA, L. da C. Relações Familiares e desenvolvimento Social Sustentável. **Contribuiciones a las Ciencias Solciales**. São José dos Pinhais. V. 16, n. 9, p. 16387-=16-401, 2023.

SINGLY, François. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TARDITI, Claudio. **Nascere**. Torino: Edit. Ananke, 2013.

TERENZI, Paolo (Org.). **Percorsi di Sociologia Relazionale**. Milano: Fr. Angeli, 2012.

UNIVERSIDADE de Trento. **Studi e Ricerce 28**. Trento: Editora Científica di Ateneo, 2022.

VALENTINI, V.; BORBA, F.; ALVES, J. A. de S. (Org.). **A Missão e a identidade da Universidade Católica no mundo atual**. São Paulo: Edusc, 2010.

ZAMBRANO, Maria. **Per amore e per la libertá**. Scritti sulla filosofia e sull'educazione. Milano-Genova-Marietti, 2008.

ZUCAL, Silvano. **Filosofia della Nascita**. Brescia: Edit. Morcelliana, 2017.

# O DIAGNÓSTICO DE TEA E OS IMPACTOS FAMILIARES: RESSIGNIFICAÇÕES POR MEIO DO CUIDADO

*Rosana Assis dos Santos*

**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo analisar a importância da oferta de cuidado às famílias de crianças diagnosticadas com o TEA. O cuidado dispensado às famílias pode ajudá-las a superar as frustrações causadas pelo diagnóstico e ressignificar suas dores, por meio do conhecimento das possibilidades que estão por trás das limitações impostas pelo transtorno. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura e traz como conclusão que o acolhimento profissional às famílias do sujeito com TEA, além de ajudá-las a elaborar o luto da perda do ideal de filho, auxilia na ressignificação das limitações e orienta no investimento das potencialidades que estão por trás do diagnóstico.

**Palavras-chave:** TEA. Diagnóstico. Impacto familiar. Ressignificações.

## 1 INTRODUÇÃO

As famílias de crianças diagnosticadas com TEA geralmente necessitam, antes de tudo, de suporte emocional para ressignificar as possíveis perdas de um ideal de filho que foi traçado, exercitando a confiança nas possibilidades do desenvolvimento do filho, recorrentes do investimento multidisciplinar.

Este artigo tem por objetivo discorrer acerca da importância do cuidado às famílias frente aos impactos familiares causados pelo diagnóstico de TEA. O suporte emocional por parte dos profissionais da saúde e da educação contribui para o estabelecimento da parceria em prol do desenvolvimento das crianças autistas e sua inserção nos espaços sociais.

A metodologia apresentada é uma revisão de literatura de artigos e livros que abordam a temática do autismo e suas implicações.

O artigo está dividido em três subtópicos referentes ao TEA: o diagnóstico, os impactos familiares e as ressignificações.

Para falar do diagnóstico, o texto traz o conceito de autismo, segundo a psiquiatria, discorrendo acerca dos primeiros estudos sobre o assunto, na década de 40, e a atual versão do DSM-V, englobando o autismo no chamado Transtorno do

Espectro Autista (TEA) com sua classificação de suporte e os critérios para o diagnóstico.

Os impactos familiares são trazidos à baila por meio da frustração e luto pelofilho idealizado.

As ressignificações são apresentadas a partir do acolhimento familiar com os esclarecimentos acerca do transtorno e das possibilidades de um favorável prognóstico por meio de um atendimento multidisciplinar.

O atendimento clínico é discutido considerando as duas abordagens mais utilizadas para se trabalhar com o autismo: a abordagem psicanalítica e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA).

As considerações finais retomam a temática do texto, enfatizando aimportância de intervenções que potencializem as capacidades do sujeito com autismo e o levantamento de redes de apoio às famílias que estabeleçam a parceria na ajuda à inserção dos filhos nos espaços sociais.

## 2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

### 2.1 O DIAGNÓSTICO

Autismo é um termo derivado da palavra grega *autos*, que significa "si mesmo". O termo passou a ser empregado pela psiquiatria para descrever o conjunto de condições e alterações relacionadas ao desenvolvimento cerebral, que dificulta a cognição, a linguagem e a interação social, comprometendo as habilidades sociais, comunicativas e comportamentais. Sua causa continua desconhecida, porém as ciências médicas consideram atualmente um transtorno heterogêneo, de origem genética, neurológica e até social da criança, cujos fatores de risco ambientais são a idade avançada dos pais, hipoxia neonatal, obesidade materna, gestações sucessivas em pouco espaço de tempo, diabetes e uso de valproato durante a gestação (Brandão; Santana, 2024; Pontis, 2022; Orrú, 2019; Pinto *et al*., 2016).

Em 1943, o psiquiatra austríaco Léo Kanner iniciou os primeiros estudos de crianças nos EUA com comportamentos diferentes de todas as síndromes psiquiátricas

conhecidas na época, tendo como características predominantes o isolamento ou dificuldade para se relacionar, comportamentos estereotipados, ecolalias e atividades ritualizadas (Machado, 2022; Pontis, 2022; Orrú, 2019). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana (DSM) foi criado pela Associação Americana de Psiquiatriapara orientar os profissionais da área de saúde no diagnóstico dos transtornos mentais.

Após vários estudos sobre o autismo, publicados no DSM desde a primeira versão, em 2013 foi apresentada a quinta e atual versão (DSM-V), alterando os "Transtornos Globais do Desenvolvimento" para a categoria única denominada "Transtorno do Espectro Autista" (TEA), valendo-se da ideia de espectro da psiquiatra inglesa Lorna Wing, pelo fato do transtorno atingir as pessoas em diferentes níveis, variando numa mesma categoria, em intensidade e grau, convertendo o autismo num transtorno do neurodesenvolvimento, cujas características são marcadas pelas alterações qualitativas e quantitativas na comunicação, com déficits persistentes tanto na comunicação como na interação social e no comportamento, com inabilidade para desenvolver e compreender relacionamentos (Brandão; Santana, 2024; Machado, 2022; Orrú, 2019; Miele; Amato, 2018).

Os primeiros sintomas que apontam o diagnóstico de TEA são observados antes do segundo ano de vida, na falta de resposta ao ser chamado, confundindo com problema de audição, no desenvolvimento tardio da fala, ficando mais evidente nos anos seguintes, principalmente ao ingressar no contexto escolar, observando o prejuízo na fala comunicativa, além de comportamentos atípicos, repetitivos e estereotipados, padrão de inteligência variável e labilidade emocional. É possível também a existência de comorbidades como a deficiência intelectual, que acentua déficit na área social, cognitiva e adaptativa (Miele; Amato, 2018; Maia *et al*., 2016; Pinto *et al*., 2016).

O DSM-V traz a classificação de suporte do TEA conforme os níveis de comprometimento e apoio, sendo que o nível 1 é considerado autismo leve; no geral os sujeitos apresentam dificuldades para manter e seguir normas sociais; têm pontos inflexíveis, além de interesses restritos e dificuldade de interação social; geralmente têm habilidade de linguagem e comunicação razoavelmente intactas, exigindo pouco suporte. Já o nível 2, considerado autismo moderado, geralmente os sujeitos têm comportamento social atípico, rigidez cognitiva e hiperfoco em objetos, pessoas ou

temas, além da dificuldade de comunicação e interação social, exigindo apoio substancial. No nível 3, considerado autismo grave ou severo, os sujeitos apresentam dificuldades graves no dia a dia, déficit profundo na comunicação e na interação, além dos comportamentos repetitivos, necessitando de apoio muito substancial. Esses dois últimos níveis, 2 e 3, geralmente apresentam comorbidades: depressão, TDAH, TOC, deficiência intelectual, dificuldades motoras (Garcia, 2024; Silva, 2023; Orrú, 2019).

As possíveis razões para o aumento do número de diagnóstico de autismo, especificamente no Brasil, podem estar nas ampliações dos critérios para o diagnóstico, melhor precisão nas avaliações, no acesso a informações sobre os sintomas clínicos por parte dos pais e da sociedade e no desenvolvimento de serviços especializados no transtorno (Silva, 2023; Pinto *et al.*, 2016).

Brandão e Santana (2024) comentam acerca da importância de umdiagnóstico seguro de TEA, que facilite, uma precisão mais eficiente, bem como um tratamento adequado.

> Os principais elementos que colaboram para o diagnóstico médico deautismo são uma história clínica bem detalhada geralmente fornecidapelos pais, relatando todos os principais marcos e dificuldades no desenvolvimento juntamente com observações clínicas da criança atéo período atual (Brandão; Santana, 2024, p.124).

O diagnóstico precipitado pode contribuir para fortalecer o estigma proveniente da falta de conhecimento acerca do TEA, dando lugar para o capacitismo, discriminando o sujeito com autismo.

Segundo Pinto (2016), a revelação do diagnóstico à família precisa ser planejada para ser feita de uma maneira acessível à compreensão que possa facilitare ampliar as informações para além da patologia, viabilizando a aceitação por meio do conhecimento das formas de tratamento, visando as estratégias de enfrentamento (Pinto *et al*., 2016, p.2).

Para Pinto (2016), faz-se necessária a compreensão principalmente das consequências do autismo, pois quando não há um ambiente favorável pode

prejudicar a relação entre o profissional e a família impossibilitando que a mesma se sinta segura para expressar seus sentimentos e pedir esclarecimentos sobre o transtorno e o tratamento (Pinto *et al*., 2016, p.4). “Expectativas positivas ou negativas quanto ao desenvolvimento e futuro do filho podem ser influenciadas pelo entendimento

das informações e recursos oferecidos, necessários ao bom desenvolvimento da criança" (Pinto *et al*., 2016, p.4).

Afirma Pinto (2016) que a importância do diagnóstico precoce está na possibilidade de obter evoluções nas áreas prejudicadas pelo transtorno: comportamento, nas habilidades motoras, interação social, comunicação funcional, mas para isso, a família precisará estimular o filho com autismo, inserindo-o na sociedade (Pinto *et al*., 2016, p.5).

Entretanto, a aceitação do diagnóstico, por meio do conhecimento das limitações e possibilidades do sujeito com autismo, ajudará a família na busca do tratamento eficaz e seguro.

## 2.2 OS IMPACTOS FAMILIARES

A chegada de uma criança a um lar, é geralmente cheia de expectativa. Da gravidezao nascimento, os pais projetam muitos sonhos para o ser que nascerá. Além dos sonhos, em muitas situações, surgem também o medo da indesejada deficiência, a qual nem sempre se manifesta durante a gestação e o nascimento, como o autismo. Os sintomas para o diagnóstico de autismo são geralmente identificados no decorrer do desenvolvimento infantil. Estudos apontam que quando um filho édiagnosticado com o TEA, geralmente o ambiente familiar passa por crise, afetando diretamente as relações parentais e os demais membros da família. Primeiramente o impacto emocional, por se tratar de uma situação inesperada, seguida de categóricasnegativas, a não aceitação, e quando esta acontece, vem acompanhada de umsentimento de enlutamento, de perda de um ideal de filho (Hilário; Azevedo; Souza, 2021; Fiamenghi Jr., Messa, 2007).

Orrú (2019) ressalta que "o TEA pode se manifestar de maneira semelhante e, ao mesmo tempo, distinta em cada indivíduo. E que cada pessoa é única, sendo que o TEA é uma das singularidades que compõe a subjetividade de cada pessoa" (Orrú, 2019, p.22-23).

Da mesma maneira, Freitas, Oliveira e Silva (2024) afirmam que "é importante lembrar que cada criança autista é única, e o que funciona para uma criança pode não funcionar para outra" (Freitas; Oliveira; Silva, 2024, p.4).

O conhecimento das características do autismo e dos níveis de suporte às pessoas com TEA, não pode estigmatizar, nem rotular o sujeito que está por trás do diagnóstico. Os profissionais que trabalham com esse público precisam conhecer, difundir e investir nas potencialidades desses sujeitos, dando suporte e orientação às suas famílias.

Faz-se necessário oferecer recursos e apoio adequados para ajudar a famíliaa olhar o sujeito com autismo como um sujeito de possibilidades, por meio de atendimento multidisciplinar para o filho, com objetivo não meramente comportamental, na tentativa de um enquadramento social, porém muito mais para potencializar capacidades.

A oferta de um acolhimento adequado aos pais após o diagnóstico do filho com TEA pode favorecer o enfrentamento do diagnóstico e do luto nas suas diferentes fases: desde o choque, passando pela negação, em seguida pela tristeza e ansiedade para assim chegar aos dois últimos estágios: reorganizando-se por meio da aceitação da situação, assim como do filho (Fadda; Cury, 2019; Maia *et al*., 2016).

De acordo com Miele e Amato (2018), existem alguns eventos passíveis de estresse diante do diagnóstico de TEA: os cuidados, as mudanças de rotina tanto no que se refere às relações familiares, sociais, profissionais, como nos hábitos e gastos, sobrecarregando física e mentalmente os familiares e/ou cuidadores.

Assim sendo, o cuidado às famílias, principalmente ao membro que dispensa o maior tempo cuidando da criança com autismo, é imprescindível para ressignificar as dores, buscando o tratamento adequado para o ente familiar e fortalecendo o cuidado consigo mesmo.

## 2.3 AS RESSIGNIFICAÇÕES

Rodrigues e Spencer (2015) salientam que o desenvolvimento da criança com autismo depende da estimulação, do atendimento especializado e do conhecimento apropriado de como lidar com as situações do seu dia a dia.

O tratamento para o autismo é geralmente feito com uma equipe multidisciplinar, que orienta terapias para cada sujeito, conforme suas necessidades específicas.

Bartira Ribeiro (2018), citada por Brandão e Santana (2024), afirma não ser o autismo uma doença ou deficiência, e sim uma forma de estar no mundo, devendo ser considerada a singularidade do sujeito, a sua relação com os objetos, com seus duplos e com seus interesses específicos, com sua linguagem e com seu pensar emimagens.

Segundo Miele e Amato (2018), a qualidade de vida das famílias será determinada conforme a qualidade dos serviços à sua disposição, às redes de apoio, aos recursos financeiros, bem como à gravidade do quadro sintomatológico do transtorno.

Miele e Amato (2018) citam alguns exemplos de suporte aos familiares visando o bem-estar, principalmente o materno, como os programas educacionais que ofertem manejo do estresse e grupos de orientação disponibilizando informações relacionadas ao TEA com o fim de promover a conscientização sobre a necessidade de suporte social.

Miele e Amato (2018) ratificam que para o manejo diário e diminuição do estresse se faz necessário o apoio emocional às famílias, a promoção e o desenvolvimento de técnicas de abordagem e o esclarecimento sobre os limites da criança com TEA.

Entre esse apoio está o dos profissionais de educação que lidam diariamente com alunos com autismo. Aproximar-se das famílias para conhecer suas dinâmicas familiares e saber lidar com suas dificuldades de aceitação e negação das limitações ou potencialidade do filho. Promover eventos que acolham essas famílias no ambiente escolar, trazendo informações pertinentes, dando a estas também a possibilidade de expressão e participação, quando for o caso, da rotina da escola.

Os profissionais da saúde têm sua participação do atendimento multidisciplinare entre eles está o atendimento clínico por meio de diferentes abordagens, entre elas estão a psicanalítica e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), sobre as quais discutiremos em seguida.

### 2.3.1 Abordagem psicanalítica

Uma das abordagens clínicas que têm prevalecido atualmente na busca de uma ressignificação do transtorno para uma efetiva inserção social é a psicanalítica. A abordagem psicanalítica se opõe à adequação da criança autista a uma norma,

reconhecendo os seus automatismos, considerando a importância de dar voz e vez a esses sujeitos; a intervenção parte das estereotipias e não da supressão delas; considera também os interesses da criança para sustentar um efeito de identificação; faz uso de brincadeiras, dos jogos sociais para favorecer a constituição da sua subjetividade e estímulos sensoriais afetivos, tratando o deslocamento das excitações para que o simbólico possa se inscrever e se estabeleça o laço social (Brandão; Santana, 2024).

Eglailza Sobral (2017), citada por Brandão e Santana (2024), considera a importância da psicanálise na atenção primária ao autismo, evitando a patologização e a medicalização infantil.

Afirma Brandão e Santana (2024) que para a psicanálise “o autismo pode ser uma condição provisória na infância, podendo haver, através da clínica, uma mudança de posição do sujeito” (Brandão; Santana, 2024, p.126).

Os autores citam o projeto PREAUT, um protocolo criado na França, que se dedica à identificação precoce de bebês com risco de apresentar autismo, auxiliando profissionais da saúde e da educação nessa identificação a partir do quarto mês e antes dos três anos, para intervenção precoce, aproximando dos conceitos da neuroplasticidade e da epigenética (Brandão; Santana, 2024, p.126).

Quanto mais precoce for o diagnóstico, mais cedo serão as intervenções que favoreçam o curso do desenvolvimento infantil.

### 2.3.2 Análise do Comportamento Aplicada (ABA)

Outro tratamento, direcionado para crianças com TEA, que vai de encontro à psicanálise, porém tem sido bastante divulgado, é o treinamento parental, que apresenta um conjunto de técnicas de ensino aos pais ou cuidadores, baseado na Análise do Comportamento Aplicada (ABA).

De acordo com Moreira (2023), “o uso dessa ferramenta possibilita o número de horas de intervenção intensiva, aplicação de programas de atividade de vida diária e generalização de respostas” (Moreira, 2023, p.63). Moura (2023) destaca a importância da psicoeducação como um dos passos fundamentais no planejamento individual de intervenção.

> A psicoeducação consiste numa mediação terapêutica que abrange instrumentos psicológicos e pedagógicos com o objetivo de ensinar paciente e cuidadores sobre a patologia física e/ou psíquica, bemcomo seu tratamento. Esse processo leva à maior compreensão do transtorno, ao entendimento de uma experiência vivida, ao engajamento no plano terapêutico e à melhora na qualidade de vida de todos os envolvidos. Funciona como método educativo, tanto para o paciente quanto para os seus cuidadores (Moura, 2023, p.166).

A Coordenadoria de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED) tem oferecido às escolas municipais um trabalho de psicoeducação com as famílias dos alunos com deficiência, durante o qual são abordados temas que vão do diagnóstico, perpassando pelo enfrentamento,tratamento e autocuidado.

O trabalho de psicoeducação com as famílias de crianças com TEA ajuda-as a se instrumentalizarem, promovendo um ambiente familiar acolhedor, prevenindo comportamentos disruptivos e disfuncionais, criando estratégias de comunicação e inclusão em atividades diárias, estimulando comportamento verbal, aprendendo assim a trabalhar com a neurodiversidade tanto em casa como em outros ambientes, por meio da estimulação (Moura, 2023, p.167).

Entretanto, é importante atentar para o equívoco do enquadramento da criança autista a um comportamento que descaracterize a sua subjetividade. Todas as intervenções devem primar pelo desenvolvimento da autonomia do sujeito e o fortalecimento das suas potencialidades. E esse fortalecimento começa pelo cuidado dispensado às famílias para que as mesmas consigam se implicar no tratamento da criança, contribuindo para o desenvolvimento da sua autonomia.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, ao longo do texto, o desenvolvimento de um debate acerca dos impactos que o diagnóstico de autismo na criança pode causar em uma família. Para tanto, discorremos sobre o diagnóstico desde o DSM-IV até a versão atual do documento que, no novo molde (DSM-V), abre o leque quando traz os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (Autismo, TDI, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett) para um único diagnóstico: o TEA.

A seguir, foi discutido o impacto do diagnóstico na família que passa, então, a viver o enlutamento pela perda do filho ideal. E concluímos com apontamentos importantes sobre as possíveis ressignificações que a família vivencia.

Nesse contexto de ressignificações, apresentamos duas abordagens que tem se fortalecido neste diálogo: a psicanalítica e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). A psicanálise propõe que a ressignificação do autismo se configure como uma oportunidade para a família reavaliar as expectativas que têm de seus filhos e construírem uma nova narrativa em torno de suas capacidades.

Já na segunda abordagem terapêutica citada, a ABA, a ressignificação surge na ideia de que os comportamentos podem ser modificados (ou aprendidos) por meiode métodos específicos.

O diagnóstico de TEA continua sendo prescrito pela psiquiatria e, apesar dos muitos estudos desenvolvidos até aqui, na busca da causa e de eficazes intervenções, a dificuldade para lidar com as especificidades do autismo tem sido o maior desafio, principalmente para os familiares.

O acolhimento profissional às famílias do sujeito com TEA, além de ajudá-las a elaborar o luto da perda do ideal de filho, auxilia na ressignificação das limitações e orienta no investimento das potencialidades que estão por trás do transtorno, para que o diagnóstico não venha sobrepujar a singularidade e subjetividade do indivíduo.

As intervenções para o tratamento do autismo precisam considerar o modo de ser do sujeito autista, fortalecendo suas potencialidades, sem enquadrá-lo numa suposta e imposta normalidade.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, J.Z.; SANTANA, B. dos S. A psicanálise como terapêutica no autismo: revisitando a literatura. **Estilos da Clínica**, 2024, V. 29, nº 1, p. 119-133.

FADA, G. M.; CURY, V. E. A Experiência de Mães e Pais no Relacionamento com o Filho Diagnosticado com Autismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, Brasília, 2019.

FIAMENGHI JR., G. A.; MESSA, A. A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relaçõesfamiliares. **Psicol. cienc. prof.,** Brasília, v. 27, n. 2, p. 236-245, junho, 2007.

FREITAS, W. F., OLIVEIRA, S. M. de F., SILVA, G. B. de C. Vivência e cuidados de pais e familiares com indivíduos autistas. **Revista Ciências da Saúde**, Volume 28 – Edição 132/MAR 2024.

GARCIA, S. **O que são níveis de suporte no TEA e como eles podem auxiliar no diagnóstico.** Autismo e Realidade, 2024. Disponível em https://autismoerealidade.org.br/. Acesso em 20.06.2024.

HILÁRIO, A. S., AZEVEDO, I. H., SOUZA, J. C. P. Autismo nas relações parentais: os impactos psicossociais vivenciados por pais de crianças diagnosticadas com TEA. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.6, p.24819-24831, nov./dec. 2021.

MACHADO, L. V. **Políticas do autismo:** efeitos sobre o lugar da criança no imaginário social. São Paulo: Benjamin Editorial, 2022.

MAIA, F.A. et al**.** Importância do acolhimento de pais que tiveram diagnóstico do transtorno do espectro do autismo de um filho. **Cad. Saúde Colet**., 2016, Rio de Janeiro, 24 (2): 228-234.

MIELE, F.G.; AMATO, C.A. de la H. Transtorno do Espectro Autista: qualidade de vida eestresse em cuidadores e/ou familiares - revisão de literatura. **Cadernos de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.16, n.2, p. 89-102, 2016.

MOURA, K.G.de. A importância da psicoeducação para cuidadores de crianças com TEA sob a perspectiva psicológica. *In:* STRAVOGIANNIS, Andrea Lorena (coord.). **Autismo** – uma maneira diferente de ser. São Paulo: Literare Books Internacional, 2023.

ORRÚ, S. E. **Aprendizes com autismo:** aprendizagem por eixos de interesse em espaçosnão excludentes. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

PINTO, R.N.M. et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Rev Gaúcha Enferm**. 2016; set;37(3):e61572.

PONTIS, M. **Autismo:** o que fazer e o que evitar: guia rápido para professores e professoras do Ensino Fundamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SILVA, A. Transtorno do Espectro Autista – o que eu preciso saber. *In:* STRAVOGIANNIS, Andrea Lorena (coord.). **Autismo** – uma maneira diferente de ser. São Paulo:. Literare Books Internacional, 2023.

# O QUE NOS DISTANCIA DA ÉTICA DO CUIDADO NA SOCIOEDUCAÇÃO?

*Maria Ângela Costa Luna*[1]

*Lígia Nascimento Conceição*[2]

*Raimary Prado B. Pereira*[3]

*Rita Maria Borges A. Sales*[4]

*"O oposto do amor não é o ódio, mas a indiferença".*

*Leonardo Boff – Fórum Social Mundial 2009.*

**RESUMO**

Este artigo aborda como a comunicação afeta a Ética do Cuidado na saúde mental do trabalhador da socioeducação, com base nos atendimentos realizados no Núcleo Psicossocial da Gestão de Pessoas da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC/BA e na prática dos Círculos de Construção de Paz realizados por assistente social e psicóloga do setor, a partir de uma escuta qualificada e da perspectiva de que Comunicação Não Violenta é fundamental para estabelecer relações mais saudáveis no ambiente de trabalho. Nos atendimentos, foram relatadas situações apontando para relações interpessoais fragilizadas na Instituição como um todo, como também nas equipes de trabalho, devido a ruídos comunicacionais, afetando o êxito nas atividades desenvolvidas nas áreas de atuação. Com a metodologia do Círculo de Construção de Paz, criou-se um espaço onde os socieducadores puderam expor suas dificuldades e conflitos nos diversos âmbitos, sentindo-se cuidados e acolhidos, ressignificando, assim, seu "lugar" na Instituição. Considerou-se tanto a escuta qualificada nos atendimentos aos servidores no NPS, como na metodologia de Construção de Círculos de Paz, percebeu-se que é fundamental a construção de um ambiente organizacional pautado na escuta, na cultura de empatia e da comunicação não violenta para que a atividade laboral não incorra em prejuízos à saúde mental do trabalhador.

[1] Psicóloga pela Universidade Federal da Bahia. Especialização em Linguagem pela UNEB. Certificada no TDH Instituto Terre des Hommes) como facilitadora de Círculos Restaurativos e Construção da Paz. Psicóloga Clínica e Psicanalista, atua Núcleo Psicossocial de Gestão de Pessoas—FUNDAC/BA. e-mail: angelacostaluna@glail.com

[2] Psicóloga e Mestre em Educação pela UFBA. Doutora em Educação pela UNEB, membro do Grupo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Representações Sociais- Geppe-rs- certificado pelo CNPq. Atua na UNEB (Campus XIV como professora substituta. e-mail:ligianconceicao@gmail.com

[3] Assistente Social pela Universidade Católica do Salvador- UCSAL. Especialização em Psicologia Social Pichoniana e Especialização paraOperadores do Sistema Socioeducativo pela Faculdade de Ciências da Bahia – FACIBA. Certificada no TDH (Instituto Terre des Hommes) como facilitadora de Círculos Restaurativos e Construção da Paz. Atua no Núcleo Psicossocialda Gestão de Pessoas – FUNDAC/BA. e-mail: raimarypereira@gmail.com

[4] Assistente Social pela Universidade Católica de Salvador- UCSAL. Especialização em Administração Hospitalar pelo SENAC/UFBA. Atua na Fundação José Silveira e no Núcleo Psicossocial da Gestão de Pessoas – FUNDAC/BA. e-mail: ritaborges2001@yahoo.com.br

**Palavras-chave:** Ética. Cuidado. Comunicação. Socioeducação.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo emergiu da possibilidade de apresentar **"O que nos distancia da Ética do Cuidado na Socioeducação",** na Semana de Mobilização Científica - SEMOC da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, sob o Eixo temático 1: A Ética do Cuidado.

Para tanto, foi utilizada a metodologia qualitativa a partir dos dados dos atendimentos a servidores, com base na escuta qualificada, onde se buscou acolher, conhecer e analisar as demandas apresentadas, com vistas à redução de danos.

Através dos dados teórico-práticos, neste artigo, tecemos reflexões sobre o trabalho na socioeducação estabelecendo enlaces entre a Ética do Cuidado, a Comunicação Não Violenta e os Círculos de Construção de Paz, com vistas a apresentar constatações das situações pelas quais os socioeducadores vivenciam que necessitam de atenção e cuidado para mitigar prejuízos à sua saúde mental.

## 2. A RELAÇÃO HOMEM- TRABALHO: ASPECTOS PSICODINÂMICOS

De forma genérica, podemos conceituar trabalho como qualquer atividade física ou intelectual, realizada pelo ser humano, objetivando fazer, obter ou transformar algo para realização pessoal e desenvolvimento econômico.

Segundo Hanna Arendt (2014), a condição humana está relacionada a três atividades fundamentais que caracterizam a vida na terra: "trabalho", "obra" e "ação". Cada uma dessas atividades está diretamente relacionada às condições básicas nas quais a vida foi dada ao homem na terra. A obra corresponde à não-naturalidade da existência humana e proporciona um mundo "artificial" e dentro de suas fronteiras é abrigada cada vida individual. A ação é a atividade que corresponde à condição humana da pluralidade, devido ao fato de que a Terra e o mundo são habitados não pelo homem, mas por homens e mulheres portadores de uma singularidade única – iguais enquanto humanos, mas radicalmente distintos e irrepetíveis. O trabalho é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, tem a ver com as

necessidades vitais produzidas e introduzidas no processo da vida. Nos diz a autora, que a condição humana do trabalho é a própria vida.

Coadunando com a perspectiva de Arendt (2014), pontua Merlo (2014), que o trabalho ocupa lugar relevante na vida dos sujeitos, daí a sua relação direta com as condições de saúde tanto física quanto mental. Diz ainda o autor que por ser um dos fatores centrais na construção da subjetividade humana, afeta a relação de prazer e sofrimento e pode contribuir para a saúde ou para o adoecimento.

Dejours (1992), no campo da psicodinâmica do trabalho, assinala que a organização do trabalho produz sobre o homem ações específicas em seu aparelho psíquico, tendo em vista que, em determinados contextos de trabalho, surge um sofrimento em decorrência do choque entre os desejos pessoais do sujeito que trabalha e uma organização que não acolhe os seus sonhos e projetos. Nesse veio, para Freud (1920/1987), a felicidade está relacionada à noção de prazer no trabalho.

Desse modo, o prazer no trabalho é o destino feliz do sofrimento no trabalho; ele é o produto secundário do sofrimento quando a sublimação é social e eticamente possível. Em “Mal-estar da civilização”, Freud (1930, p. 118) define que:

> A sublimação das pulsões constitui um dos traços que mais sobressaem do desenvolvimento cultural; é ela que permite as atividades psíquicas elevadas, científicas, artísticas ou ideológicas, desempenhando um papel bastante importante na vida dos seres civilizados.

Esse pressuposto é explicitado por Freud (1930), quando aborda o modo como o sujeito percebe o trabalho: [...] a atividade profissional constitui fonte de satisfação se for livremente escolhida, isto é, por meio de sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes, de impulsos instintivos (pulsionais) persistentes ou constitucionalmente reformados (Freud, 1930, p.37).

Desta forma, o trabalho não é lugar só do sofrimento ou só do prazer, mas, proveniente da dinâmica interna das situações e da organização do trabalho, ou seja, é produto desta dinâmica, das relações subjetivas, condutas e ações dos trabalhadores, permitidas pela organização do trabalho. Assim sendo, cada categoria profissional está submetida a um modelo específico de organização do trabalho, o qual pode conter elementos homogêneos ou contraditórios, facilitadores ou não da saúde mental do trabalhador. Esta definição depende dos interesses econômicos, ideológicos

e políticos daqueles que dominam o processo produtivo (Dejours, 1992, p.62). Prossegue o autor apontando a dialética existente no centro da relação saúde – trabalho, quando nos diz que, a vivência do trabalhador ocupa um lugar particular que lhe é conferido pela posição privilegiada do aparelho psíquico na economia psicossomática: produzir, simultaneamente, satisfações concretas e simbólicas. As satisfações concretas dizem respeito à proteção da vida, ao bem-estar físico, biológico e nervoso, isto é, à saúde do corpo. As satisfações simbólicas: desta vez, trata-se da vivência qualitativa da tarefa. É o sentido, a significação do trabalho que importam nas suas relações com o desejo. Não é mais questão das necessidades como no caso do corpo, mas, dos desejos ou das motivações. Isto depende do que a tarefa veicula do ponto de vista simbólico.

Segundo Mendes (1995, p.38):

> [...] o sofrimento ou as defesas se instalam no momento em que os trabalhadores não têm a possibilidade de utilizar o processo de mobilização subjetiva, ou sentir prazer resultante do prazer sublimatório, seja por restrições da sua estrutura de personalidade, seja pelas imposições do modelo de organização do trabalho.

. Afirma ainda a autora, que no estudo dos aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho, não se pode menosprezar que as vivências de prazer-sofrimento decorrentes do trabalho são dialéticas e por isso não podem ser estudados separadamente. Enfatiza que, não obstante, podemos identificar elementos específicos da organização do trabalho que possa favorecer uma ou outra experiência, bem como a dinâmica delas decorrente. Daí a importância dada a escuta aos trabalhadores, ao seu discurso manifesto e latente, a análise da palavra, que se constitui mediadora entre representações psíquicas e a realidade.

## ~~3~~ A ÉTICA DO CUIDADO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Para tecermos reflexões acerca da Ética do Cuidado, partiremos da seguinte inquietação: é possível aplicar a Ética do Cuidado dentro da instituição? A ética do cuidado é um conceito originário na filosofia moral e na psicologia. (Gilligan,1982), enfatiza a importância das relações e da responsabilidade mútua, sugerindo que as decisões devem considerar o contexto das relações interpessoais e a necessidade de cuidado com o outro. Para a psicóloga, a ética do cuidado aparece empiricamente, vinculada ao feminino, mas, não trataremos aqui desta questão.

Para Piaget (1978), o cuidado é extensão de um processo mental humanizado e sensível, implicando na ideologia de que um mundo ético se faz a partir da autonomia moral, da empatia, da reciprocidade, do respeito, da educação. Envolvendo um contexto que contempla a formação e as práticas profissionais, baseadas no respeito as diferenças, a pluralidade, a diversidade, a alteridade, os direitos ao exercício democrático e responsável da construção da cidadania.

Held, V. (2006) destaca que a nossa concepção de direitos humanos é herdeira de uma visão individualista e violenta da tradição liberal, na qual o sujeito solitário vai enfrentar sozinho as forças do mundo, incluindo a natureza e às outras pessoas. Uma ética do cuidado, pela sua característica de reconhecer nossa situação necessária de vulnerabilidade e de interdependência.

A ética do cuidado é norteada por valores morais como a justiça e respeito à autonomia, sensibilidades às emoções e relações humanas. Mais do que uma teoria abstrata ou de uma filosofia, a ética do cuidado reconhece a importância da preocupação genuína com o bem-estar do outro e no ambiente de trabalho, essa abordagem pode promover relações mais produtivas e contribuir para a criação de um local onde possam se sentir valorizados e respeitados.

Dentro desse contexto, diretores, gestores devem ser capacitados para lidar com as demandas dos funcionários, suas preocupações e os desafios que enfrentam, para que as soluções sejam pensadas em conjunto.

Segundo Tronto. J.C. (1993), no ambiente de trabalho, a ética do cuidado pode ser aplicada em várias dimensões. Nos relacionamentos interpessoais, onde gestores e colegas são incentivados a se preocupar com o bem-estar dos outros, criando um ambiente mais colaborativo e menos competitivo. As tomadas de decisões são feitas, considerando o impacto que terão sobre o indivíduo e as comunidades, em detrimento de priorizar só o lucro ou a eficiência. Em políticas que promovam a saúde mental e o bem-estar dos funcionários como programas de atendimento psicológico, flexibilização do trabalho e a promoção de um equilíbrio saudável entre vida profissional e pessoal. Diferentes indivíduos têm diferentes necessidades e experiências.

A implementação eficaz dessa ética tem muitos desafios e críticas, segundo os autores. Embora a ética do cuidado seja vista como uma abordagem positiva para criar um ambiente de trabalho mais humano, ela enfrenta o desafio de equilibrar a eficiência

e o cuidado. Em alguns casos, as empresas ou instituições podem achar difícil equilibrar as necessidades dos funcionários com as exigências da produtividade e lucratividade.

Outro desafio é garantir que a ética do cuidado não se torne paternalista ou excessivamente intrusiva onde a intenção do “cuidar” dos funcionários poderia, paradoxalmente, limitar sua autonomia e capacidade de tomada de decisões.

A aplicação dessa ética do cuidado nos ambientes corporativos representa uma abordagem progressista e humanista. Ao promover essa cultura de empatia, respeito e responsabilidade mútua, as organizações podem criar ambientes de trabalho mais saudáveis e inclusivos, onde seus membros possam ser valorizados e apoiados. No entanto, a implementação eficaz dessa ética requer uma cuidadosa consideração dos desafios e um compromisso genuíno por parte das lideranças.

A psicologia e o serviço social, do Núcleo de Atendimento Psicossocial (NPS) da FUNDAC não podem se furtar de sua missão, que implica em compreender os processos subjetivos envolvidos tanto na Instituição, como também com os servidores atendidos, visando desenvolver formas de intervenção que possam contribuir dentro de uma perspectiva ética. Dessa forma, esse lugar é necessariamente ético e não só técnico, já que lidamos com seres humanos aos quais devemos endereçar nossas práticas.

## 4 A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA O CUIDADO

Na perspectiva da ética do cuidado, a comunicação desempenha um papel desafiador e fundamental no mundo do trabalho. Cada palavra, cada mensagem que transmitimos podem impactar positiva ou negativamente em nossos relacionamentos pessoais e profissionais.

Visando promover ambientes de trabalho mais saudáveis e inclusivos, faz-se necessária uma comunicação assertiva e eficaz, baseada em uma escuta ativa, contribuindo assim com melhores resultados de cuidado e bem-estar emocional de todos os envolvidos.

Comunicação pressupõe a troca de informações entre duas ou mais pessoas; as pessoas se comunicam o tempo todo, seja por meio de palavras, gestos, atitudes.

Nesse sentido, “Comunicação não é o que se diz, mas o que o outro entende” (Pimenta, 2015). Isto posto, ao se comunicar, é extremamente relevante desenvolver a capacidade de entender as necessidades e sentimentos do outro. Portanto, os conflitos oriundos de uma mensagem “mal dita” poderiam ser evitados se houvesse mais compreensão, empatia e colaboração nas relações pessoais, profissionais e até com nós mesmos.

A prática da **Comunicação Não-Violenta** *(*manual prático desenvolvido por Marshall Bertram Rosenberg (2006,) e uma equipe internacional de colegas, inspirada nos trabalhos de resistência não-violenta de Gandhi e Martin Luther King, que apoia o estabelecimento de relações de parceria e cooperação), contribui para a resolução de conflitos de forma simples e eficaz, ensinando a nos colocarmos no lugar do outro, promovendo, assim, uma Cultura de Paz, tendo como base os quatro componentes descritos por Marshall Rosenberg:

- Observação - é necessário “observar claramente, sem acrescentar nenhuma avaliação...” (Marshal B. Rosemberg,2006, p. 50), o que realmente está acontecendo em determinada situação.
- Sentimento - é preciso entender qual sentimento a situação desperta depois da observação. Rosemberg (2006, p. 66) diz: “Os benefícios de enriquecer o vocabulário de nossos sentimentos são evidentes não apenas em relacionamentos íntimos, mas também no mundo profissional”.
- Necessidades - “reconhecer a raiz de nossos sentimentos”; o sentimento está ligado a uma necessidade (“sinto-me assim porque eu...” (Rosemberg,2006, p.83).
- Pedido – pedir o que irá satisfazer nossas necessidades.

Este método possibilita que diferentes maneiras de agir, pensar e se comunicar, possam se relacionar de forma compassiva, com verdade e gentileza. Ao contrário, a comunicação violenta advém do uso de linguagem agressiva, intimidadora, comentários preconceituosos, antiéticos e desrespeitosos. Agindo desta forma, pessoas que utilizam esse tipo de comunicação, impactam negativamente no ambiente de trabalho, nas relações interpessoais, na autoestima e na saúde mental dos seus pares.

As organizações precisam ter um olhar atento e cuidar das pessoas que fazem parte de seus quadros, promovendo um ambiente de paz através de uma escuta

qualificada, onde se possa fazer perguntas, expressar angústias e receber acolhimento e orientações objetivas.

## 5. A REALIDADE DA SOCIOEDUCAÇÃO E OS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ

No Brasil, a lei federal n.12.594 de 2012 que implementa o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, objetiva o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, defendendo a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada em bases éticas e pedagógicas.

A Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC tem como missão promover a responsabilização e contribuir para a emancipação cidadã dos adolescentes aos quais se atribuem autoria de ato infracional no Estado da Bahia, atuando na garantia dos Direitos Humanos. Tem como princípios básicos: a promoção e universalização dos Direitos Humanos em um contexto de desigualdades; a ética, a transparência e a abertura institucional no cotidiano do trabalho, o ser humano é um hólon, um todo que se identifica consigo mesmo como ser autônomo e, igualmente, como um elemento participante de totalidades maiores – o físico, o intelecto, as emoções e o espírito constituem as dimensões indissociáveis da pessoa humana; o compromisso com a qualidade do serviço público de execução de medida socioeducativa de internação dos adolescentes aos quais se atribui autoria de ato infracional.

Segundo o SINASE (2013, p 102)

> [...] o êxito nas atividades desenvolvidas nos programas está diretamente relacionado com a qualidade de seus processos de gestão. O impacto social de seus serviços será maior ou menor conforme a capacidade de planejar com eficiência, de definir sua missão com clareza, de formatar seus serviços atendendo adequadamente a necessidade de seus destinatários (os adolescentes).

Com relação ao eixo Recursos Humanos, o SINASE dispõe que os programas de atendimento socioeducativo deverão buscar profissionais qualificados para o desempenho das funções e ainda oportunizar e oferecer formação e capacitação específica para o trabalho socioeducativo e em serviço. Trata, ainda, da necessidade de uma supervisão externa e/ou acompanhamento das Unidades, coordenada por

especialistas extra institucionais, criando assim um espaço onde os agentes socioeducativos podem expor suas dificuldades e conflitos nos diversos âmbitos (afetivo, pessoais, relacionais, técnicos, grupais, institucionais) da prática cotidiana, com o objetivo de redirecionamento dos rumos, visando à promoção dos princípios ético-políticos da comunidade socioeducativa.

Partindo dessas premissas, observa-se que existe uma distância entre o que dita a Lei do SINASE e a prática da gestão socioeducativa, visto que, nos atendimentos realizados no NPS foram relatadas situações apontando para relações interpessoais fragilizadas na instituição como um todo, como também nas equipes de trabalho, afetando o êxito nas atividades desenvolvidas.

A partir da prática de Círculo de Construção de Paz, criou-se um espaço onde os socioeducadores puderam expor suas dificuldades e conflitos nos diversos âmbitos, sentindo-se acolhidos e cuidados. Esses Círculos proporcionam um processo de juntar as pessoas como iguais para falar de assuntos difíceis em uma atmosfera de respeito e preocupação por todos. Assim, criam um espaço em que todas as pessoas, independentemente de seus papéis, podem estender a mão um para o outro como iguais e conseguem reconhecer a interdependência mútua na batalha para viver de um modo bom (Boyes-Watson, 2001;2008).

Segundo Leoberto Brancher (Núcleo de Justiça Restaurativa Escola da Magistratura da AJURIS), ao distinguir de forma não excludente os distintos campos de aplicação das práticas circulares e das práticas restaurativas, a concepção reforça a conexão estratégica entre ambos, possibilitando difundir mais amplamente as práticas circulares aplicadas a situações não conflitivas, e ao mesmo tempo abrindo caminho para introduzir as práticas propriamente restaurativas. Isso porque, quanto mais fizerem uso das práticas circulares, mais nossas instituições e comunidades poderão, progressivamente, amadurecer um autêntico modelo de democracia interna, promovendo experiências dialógicas valiosas por si só, mas também propícias à fertilização do ambiente comunitário e à formação de um quadro de colaboradores aptos a facilitarem as práticas propriamente restaurativas, quando se tornem oportunas e necessárias.

A Organização das Nações Unidas, por meio de um de seus Conselhos, definiu as práticas restaurativas como “quaisquer processos no qual vítima e ofensor, bem

como, demais outros indivíduos ou membros da comunidade que foram afetados pelo conflito em questão participam ativamente na resolução das questões oriundas desse conflito, geralmente com ajuda de um facilitador". (Resolução 2002/12 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas). Além da mediação de conflitos e violências, existem outras práticas, sobretudo, os processos circulares de resolução de conflito e de atos violentos, como os Círculos de Paz e Círculos Restaurativos.

Os processos circulares são muito mais do que a organização de pessoas em círculos, constituindo-se em metodologias de conexão profunda, respeitosa e igualitária entre os participantes, pois, se encontram na mesma posição - um ao lado do outro. Os Círculos de Construção de Paz são um conjunto de processos circulares inspirados nos costumes dos povos tradicionais da América e da Nova Zelândia. Existem vários tipos de Círculos de Paz, cada um relacionado a um objetivo distinto (Círculo de Diálogo, Círculo de Apoio, Círculo de Celebração, Círculo de Tomada de Decisão, Círculo Restaurativo, etc.)

A partir da conclusão do curso realizado pela FUNDAC em parceria com o Instituto Terre des Hommes - TDH Brasil - Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz, as profissionais do NPS experienciaram essa metodologia, como facilitadoras na realização de 10 Círculos de Construção de Paz. Após o término do curso, outros 04 Círculos foram realizados a partir de demandas de gestores de algumas Unidades de atendimento socioeducativo, tendo em vista a existência de conflitos relacionais.

Durante todas as vivências, foram relatadas situações que apontaram para relações interpessoais fragilizadas, alto nível de estresse, ansiedade, falta de empatia, ruídos comunicacionais, causando conflitos entre colegas e gestores, afetando a saúde mental do trabalhador e o clima organizacional da Instituição. Observamos que estes Círculos possibilitaram o desenvolvimento da autorreflexão, juntamente com um sentimento crescente de consciência do *self* em relação ao outro, contribuindo para um olhar empático, com a intenção de cuidar de quem cuida, indo ao encontro da Ética do Cuidado.

## 6 CONSIDERAÇÕES (IN) CONCLUSIVAS

O presente artigo nomeado: **O que nos distancia da Ética do Cuidado na Socioeducação?** abordou, a partir de uma metodologia qualitativa, as inquietações dos profissionais do NPS frente à escuta aos discursos e demandas dos socioeducadores no exercício de suas atividades, assim como, a experiência vivenciada nos Círculos de Construção de Paz, especificamente, em relação ao não atendimento da Instituição aos seus desejos e motivações nas suas práticas profissionais e o mal estar daí advindos pelas falhas na comunicação na relação trabalhador e organização (gestores, coordenadores e funcionários entre si), o que, ao nosso ver, dificulta a vivência de prazer no trabalho pela via da sublimação, como estratégia defensiva, propiciando sofrimento pelas vias de processos patológicos.

Constatando que a Instituição está voltada para a execução da Lei do SINASE (12.594/2012), verificamos que, no que se referem aos Recursos Humanos, existe um descompasso entre o que está descrito nos Princípios desta Lei, fundamentados nos Direitos Humanos com bases éticas e o que efetivamente é executado. A Instituição não prioriza o socioeducador como sujeito de fala, na sua prática cotidiana, o coloca numa posição de submissão e o deixa na condição de vulnerabilidade emocional, afetando sua saúde física e mental.

Diante desta constatação, retornamos à questão que moveu este artigo: **O que nos distancia da Ética do Cuidado na Socioeducação?** Tendo como resposta as fragilidades no cuidado com o socioeducador, por parte da Instituição, o que se reflete diretamente na ética.

## REFERÊNCIAS

BASTIANI, F. de (tradução) - **Círculos de justiça restaurativa e construção de paz.** Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

BOYES-WATSON, C. **No coração da esperança: guia de práticas circulares:** o uso de círculos de construção de paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis/Carolyn Boyes-Watson, Kay Pranis; tradução: Fátima De Bastiani. - [Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas], 2011.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de Psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez,1992.

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão/ O mal-estar na civilização** (1927-31) Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974, XXI. pp. 174.

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC. **Coletânea de Leis da Criança e do Adolescente em Conflito com a Lei**, 2013.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente:** psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

MENDES, A. M. B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Revista:** Psicologia Ciência e Profissão. n. 1, 2 e 3. Ano 15. 1995.

MERLO, A. Bottega & PEREZ, K. **Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora:** cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde.2014. Porto Alegre: Evangraf. Disponível em: https://renastonline. Ensp.fiocruz.br) (blog) lançamento. Acesso em: 10 ago. 2024.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança:** imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PIMENTA, M. A. **Comunicação Empresarial.** 8. Ed. Campinas: Alínea, 2015.

ROSEMBRG, M. B. **Comunicação não-violenta:** técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais/ Marshall B. Rosemberg; (tradução Mário Vilela). – São Paulo: Ágora, 2006.

SINASE. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível: em: http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

TERRE des HOMMENS. Círculos Restaurativos, **Guia metodológico para facilitadores.** Fortaleza, Ceará: 2011.

TRONTO, J. C. **Limites Morais**: Um Argumento Político para uma Ética do Cuidado. Routledge, Nova York,1993.

# PERFIL CLÍNICO E FUNCIONAL DE IDOSAS RESIDENTES EM UM CONVENTO NA CIDADE DE SALVADOR-BA

*Andreza Bastos Figueiredo Fagundes,*

*Elaine Cristina Cartaxo Villas Boas,*

*Gabriele Barbosa Morais,*

*Jamille Hanna Xavier Lima,*

*Renata Reis de Castro Matutino*

*Yamana Dias de Matos.*

**RESUMO**

Introdução: O processo natural de envelhecimento ocorre de forma gradativa ao longo dos anos e maiores dificuldades de saúde são observadas quando o envelhecer resulta em elevados níveis de declínio funcional (DF). A vulnerabilidade causada pelo DF está relacionada às modificações fisiológicas, fatores sociodemográficos, limitações à autonomia e à independência da pessoa idosa. Objetivo: Conhecer o perfil clínico e funcional de idosas residentes em um Convento na cidade de Salvador-Ba. Métodos: Trata-se de um estudo quantitativo descritivo, transversal realizado no mês dejunho de 2024. Foram incluídas freiras com idade igual ou superior a 70 anos, que integram o programa de Estágio de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador. Os instrumentos de coleta compreenderam um questionário, elaborado pelas autoras, contendo dados sociodemográficos e clínicos, o Mini Exame do Estado Mental (MEEM), a Escala de Barthel Modificada e a Escala Visual Numérica de Dor. Resultados: Participaram deste estudo 24 freiras com média de idade de 89 anos, com idade mínima de 71 anos e a máxima de 97, a maioria procedente do interior da Bahia com nível de escolaridade 2º grau completo. Todas apresentaram comorbidades, entre as mais frequentes estão ahipertensão arterial sistêmica e osteoporose. Foi observado que a maioria (75%) apresenta déficit cognitivo, 50% destas classificadas como grave. Todas as idosas apresentaram algum grau de dependência funcional sendo 37,5% totalmente dependentes. Das 12 Irmãs que foram capazes de responder, 58,3% relataram algum tipo de dor. Considerações Finais: Limitações à autonomia e à independência da pessoa idosa, tornam-as mais vulneráveis com maiores riscos de quedas, maior procura por serviços de saúde, hospitalizações, incapacidades físicas e óbitos. Dessa forma, o conhecimento do perfil clínico-funcional poderá servir de base para a comunidade científica, para instituições que tratam idosos com olhar na prevenção e promoção da saúde e para o direcionamento de políticas públicas que permitam um envelhecer ativo.

**Palavras-chave:** Idosas. Funcionalidade.Déficit Declínio. Envelhecimento. Dependência. Dor.

## 1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e também um grande desafio à saúde pública à medida que implica em mudanças na

comunidade, na família e no contexto dos serviços de saúde (Brito et al, 2013) (World Health Organization, 2005). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa com 60 anos ou mais de idade chegou a 15,6% no ano de 2022, um aumento de 56,0% em relação a 2010 (OMS, 2005). Este aumento da expectativa de vida precisa ser acompanhado por políticas públicas que permitam um envelhecer ativo e, associado a isso, o setor de saúde deve estar preparado para dar respostas nos campos da prevenção e promoção da saúde dos idosos. (Brito et al, 2013)

O processo natural de envelhecimento ocorre de forma gradativa ao longo dos anos e maioresdificuldades de saúde são observadas quando o envelhecer resulta em elevados níveis de declínio funcional (DF). A vulnerabilidade causada pelo DF está relacionada às modificações fisiológicas, fatores sociodemográficos, limitações à autonomia e a independência da pessoa idosa, tornando-as mais vulneráveis com maiores riscos de quedas, maior procura por serviços de saúde, hospitalizações, incapacidades físicas e óbitos. (Lucenteforte et al., 2017; Tan et al., 2017; Martins; Mestre, 2016).

O declínio funcional e o déficit cognitivo estão intimamente interligados, pois, a relação entreesses dois fenômenos pode ser entendida através de perspectivas que incluem a fisiologia do cérebro, a interdependência de funções cognitivas e motoras, e os impactos sociais e psicológicos do envelhecimento. O declínio cognitivo, evoluindo para demência ou não, pode provocar diversos prejuízos, sintomas comportamentais, depressão e apatia. (Trindade, 2013; Santos, 2021)

Nem todos os idosos possuem disfunções significativas, mas algumas mudanças leves nas funções cognitivas são comuns com o envelhecimento. Esse motivo leva o indivíduo a  ter dificuldades em lembrar-se de fatos recentes, de calcular e déficit de atenção. Além de ferramentas padronizadas, a observação direta e as entrevistas com o idoso e seus familiares são cruciais para entender a extensão do declínio cognitivo e funcional. (Pereira, 2020)

Além disso, considerada pela Associação Internacional de Estudos da Dor (IASP) como uma experiência desagradável, sensitiva e emocional, a dor é um problema comum e frequentemente subestimado em idosos que pode afetar significativamente a qualidade de vida, a mobilidade e a independência. Relacionada a vários problemas de

saúde mental e física, essa associação é bidirecional, pois, enquanto a dor pode causar ou agravar essas condições, também podem exacerbar a percepção e a intensidade da mesma. (Celich, 2009; Ferretti, 2019)

Dessa forma, o comprometimento dos principais sistemas funcionais do idoso pode gerar comorbidades e, por conseguinte, as grandes síndromes geriátricas: a disfunção cognitiva, insuficiência familiar, iatrogenia, instabilidade postural, imobilidade, incontinência, dor e incapacidade comunicativa (Moraes, 2012). A baixa funcionalidade do indivíduo em relação às realizações de atividades de vida diária (AVD's), aumentam a sua dependência para a execução das funções laborais e cotidianas, com impacto sobre o bem-estar e qualidade de vida. (Lana et al, 2021) Com o aumento da taxa de envelhecimento, o declínio funcional, déficit cognitivo e outras comorbidades associadas à perda de autonomia e independência dos idosos, faz-se necessário o mapeamento do perfil clínico-funcional que servirá de base para a comunidade científica e para instituições que tratam do público idoso. Este estudo tem como objetivo conhecer o perfil clínico e funcional de idosas residentes em um Convento na cidade de Salvador-Ba, assim, rastrear possíveis déficits cognitivos, avaliar a funcionalidade das idosas e analisar a dimensão da dor.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo quantitativo descritivo de cunho transversal realizado com Freiras residentes na Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC), na cidade do Salvador-Ba, no mês de Junho do ano de 2024.

Para a realização dessa pesquisa, foram incluídas 24 freiras com idade igual ou superior a 70 anos, que residam na Congregação e participem do programa de fisioterapia da Universidade Católica do Salvador. Foram excluídas as freiras que não faziam parte do programa, as que se negaram a participar do estudo ou as que porventura desistiram de participar da pesquisa.

Os instrumentos de coleta da pesquisa compreenderam um questionário elaborado pelos autores contendo dados sociodemográficos e clínicos, o Mini Exame

do Estado Mental (MEEM), a Escala de Barthel Modificada e a Escala Visual Numérica de Dor.

As variáveis analisadas no questionário sociodemográfico e clínico foram: idade categorizada em anos, escolaridade em anos, profissão anterior, ocupação, naturalidade, tempo de residência no Convento em anos, comorbidades (HAS, DM, osteoporose, quedas, depressão, câncer), entre outros. Este instrumento foi aplicado a idosa ou cuidador. (Apêndice A).

Para informações sobre a funcionalidade de cada idosa, utilizou-se a escala modificada de Barthel, um instrumento válido para avaliar o grau de independência em relação à execução de dez atividades de autocuidado, sendo avaliado a alimentação, higiene pessoal, vestir-se, capacidade de subir escadas, etc. A classificação dessa escala integra um máximo de 50 e uma baixa de 0 pontos, enquadrando o nível de autonomia pessoal (nove primeiras questões) e o nível de mobilidade (seis últimas questões). A soma de pontos mensura o nível de dependência que o indivíduo possui. (Girondi et al., 2014) (Apêndice B).

Foi utilizado o MEEM, como teste de rastreio cognitivo para pessoas adultas e idosas, e tem como objetivo avaliar o estado mental do indivíduo, dando ênfase aos sinais de demência, rastreando a função cognitiva de forma rápida e padronizada. A avaliação do escore obtido varia de 0 a 30 pontos obtidos, onde o ponto de corte é baseado no nível de escolaridade relacionada a um possível déficit cognitivo. Assim, os pontos de corte são: 20 pontos para analfabetos, 25 pontos para idosos com um a quatro anos de estudo, 26.5 pontos para idosos com cinco a oito anos de estudo, 28 pontos para aqueles com 9 a 11 anos de estudo, 29 pontos para aqueles com mais de 11 anos de estudo. (De Melo; Barbosa, 2015) (Apêndice C).

O uso de instrumentos que possibilitam a mensuração da dor nos seus diversos aspectos, é fundamental para a compreensão do quadro álgico, implementação da terapêutica e apreciação de sua eficácia, já que a dor é uma experiência pessoal, subjetiva e multidimensional. Então, foi empregado a Escala Visual Numérica que consiste em um instrumento simples auxiliar na quantificação da intensidade da dor no paciente. O paciente é questionado quanto ao seu grau de dor, sendo que 0 significa ausência total de dor e 10 o nível de dor máxima suportada. (Andrade et al.,2006) (Apêndice D)

A coleta de dados ocorreu em um ambiente tranquilo na própria Congregação, com frequência de uma vez por semana, durante duas semanas, no turno matutino. A coleta teve início mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos de acordo com a Resolução 466/12, assim como as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo participante da pesquisa ou responsável do mesmo e Declaração de Anuência por parte da Congregação.

As variáveis do banco de dados criado no Excel ®, foram analisadas pelo software R.v3.1.3. Baseou-se no valor de pontos de cada escala utilizada e as informações obtidas através do questionário sócio-demográfico. Assim, efetuada uma análise descritiva (frequência absoluta/relativa,média aritmética/desvio padrão) com a finalidade de identificar características gerais e específicas da amostra estudada e os resultados apresentados em forma de tabelas e gráficos para melhor entendimento.

## 3 RESULTADOS

Participaram deste estudo 24 freiras com média de idade de 89 anos, sendo a idade mínima de 71 anos e a máxima de 97, a maioria procedente do interior da Bahia com nível de escolaridade 2º grau completo. Para a avaliação de possível déficit funcional, foi considerado se conseguiam realizar a higiene pessoal, alimentação, subir escadas, utilizar o toalete e deambular. Foram observadas as categorias e tiradas o ponto de corte através da escala modificada de Barthel para caracterizar o grau de dependência. Na tabela 2, observa-se que majoritariamente todas as idosas que aceitaram participar do estudo apresentam declínio funcional, variando em graus de dependência leve a total.

**Tabela 1.** Valores de frequência simples para dependência funcional (Escala modificada de BARTHEL) em idosas (n=24) e classificação dos graus do declínio (%). Salvador, BA, Brasil, 2024.

| Apresentam dependência | N° de Amostras |
|---|---|
| Sim | 24 |

| | |
|---|---|
| Não | 0 |

| Grau de dependência | N° de Amostra (%) |
|---|---|
| Leve | 8 (33,3) |
| Moderada | 3 (12,5) |
| Severa | 4 (16,7) |
| Total | 9 (37,5) |

O rastreamento e interpretação dos resultados de déficit cognitivos foram considerados idade, a capacidade de responder às perguntas propostas pelo examinador e a sua pontuação baseada no nível de escolaridade, pois esses fatores podem afetar o desempenho e auxiliam na classificação dos graus.

Na tabela 2, percebe-se que a maioria das idosas que se disponibilizaram a participar do estudo apresentaram déficit cognitivo, dessas que obtiveram o resultado positivo para o declínio foram classificadas em leve, moderado e grave (figura 1).

**Tabela 2.** Valores de frequência de declínio cognitivo (Escala do Mini Exame Estado Mental) em idosas (n=24) e sua classificação (%). Salvador, BA, Brasil, 2024.

| Possuem déficit cognitivo. | N° de Amostras |
|---|---|
| Sim | 18 |
| Não | 6 |

| Grau de déficit cognitivo | N° de Amostras (%) |
|---|---|
| Leve | 6 (33,3) |
| Moderado | 3 (16,7) |
| Grave | 9(50,0) |

A tabela 3 apresenta os números de idosas que referiram dor (apresentam quadro álgico), não referiram dor (não apresentam quadro álgico) e as incapazes de responder decorrente a déficits cognitivos após a avaliação quantitativa através da escala numérica da dor.

**Tabela 3.** Valores sobre a presença de dor (%) após a aplicação da Escala Visual Numérica da dor em idosas (n=24). Salvador, BA, Brasil, 2024.

| Variáveis | N° de Amostras (%) |
|---|---|
| N° total de Amostras | 24 (100) |
| Refere Dor | 8 (33,3) |
| Não Refere Dor | 5 (20,8) |
| Incapaz de Responder | 11 (45,8) |

## 4 DISCUSSÃO

A dependência funcional em idosos compete à necessidade de assistência ou suporte para realizar atividades diárias básicas devido a limitações físicas, mentais ou cognitivas. Sendo um problema comum em populações mais velhas, e pode variar amplamente em termos de gravidade e impacto na qualidade de vida. (Cunha et al, 2009)

A incidência do declínio funcional no presente estudo foi prevalente em todas as idosas, tendo diferenciações em relação ao grau de dependência, onde idosas de 70 a

80 anos tiveram grau de dependência leve a moderada, mas que mantiveram sua autonomia preservada e na faixa etária de 82 a 98 anos de severa a total, destacando a falta de autonomia e independência na maioria das idosas, essas que se encontravam acamadas.

Propriamente vinculada a cinesiofobia, onde a evasão de movimentos devido à dor gera a perda de condicionamento físico, dito por Cliche e Gordon et al, a dor é um fenômeno multifatorial que confronta diretamente a vulnerabilidade do idoso, modificando prontamente os seus comportamentos físicos e sociais, alterando a forma de realizar as atividades de vida diária. A falta de exercício regular resulta em fraqueza muscular, rigidez articular, diminuição da resistência cardiovascular e redução da flexibilidade, contribuindo para um ciclo de declínio funcional (Talmelli et al, 2010).

A dor em idosos está estreitamente relacionada ao declínio funcional, pois o quadro álgico reduz a mobilidade e a capacidade de realizar as atividades diárias. Notou-se que as idosas avaliadas apresentam quadro álgico decorrente a suas limitações funcionais, tempo demasiado sobre o leito e doenças associadas à velhice.

Esse processo pode ter um impacto significativo na qualidade de vida da pessoa afetada e pode variar em termos de velocidade e severidade de acordo com a causa subjacente e outros fatores individuais. Achado esse que é evidenciado através do estudo de Pereira et al, que por mais que o processo de envelhecimento dependa de questões multifatoriais, o declínio da funcionalidade teve correlação direta no déficit cognitivo.

O declínio cognitivo relaciona-se à diminuição das habilidades mentais, como memória, raciocínio, atenção e linguagem, que ocorre com o envelhecimento ou devido a condições médicas específicas. Foi observado que idosas acamadas têm um declínio cognitivo maior que idosas não acamadas, devido ao risco de quedas proveniente às limitações funcionais, sendo menor ainda em idosas que não praticam nenhum tipo de atividade complementar e com baixa escolaridade.

Apresentando também características que confirmam Santos et al., onde um estudo feito com 516 idosos acamados, com baixa escolaridade e doenças associadas são mais propensos a terem um grau de déficit cognitivo maior, evidenciando a associação da limitação nas atividades de vida diária e déficit cognitivo.

Portanto, idosas que têm menos autonomia e independência são mais propensas a terem um declínio cognitivo grave. Sendo afirmado essa contestação, através do estudo de Celich e Golon et al, onde é reconhecida a influência do nível de escolaridade diante ao acesso de informação que garante uma autonomia e autocuidado daqueles que obtiveram o processo de alfabetização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que o processo de envelhecimento ocorre de forma progressiva e dinâmica, observam-se maiores dificuldades de saúde relacionados a níveis de incapacidade e declínio funcional, limitando a autonomia e a independência. No presente estudo foram observados que todas as idosas apresentam dependência funcional, em alguns casos com ocorrência de dor e em suma maioria déficit cognitivo grave.

Identificar sinais precoces de declínio funcional e cognitivo, e intervir de maneira adequada pode ajudar a minimizar as consequências negativas e melhorar a qualidade de vida do idoso. Uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais de saúde, familiares e cuidadores, é essencial para desenvolver estratégias personalizadas que atendam às necessidades individuais e promovam a autonomia e a dignidade na velhice.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mariana Asmar et al. Perfil dos idosos residentes em uma instituição de longa permanência. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, p. 785-796, 28 fev. 2022.

ANDRADE, Fadé; PEREIRA, L.V.; SOUSA, F. A. E. F. Mensuração da dor no idoso: uma revisão. Associations With Healthcare Burden. J**ournal Of The American Medical Directors Association**, [S.L.], v. 18, n. 7, p. 583-587, jul. 2017. Elsevier BV.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Tábuas Completas de Mortalidade para o Brasil** –. 2023.

CELICH, K. L. S.; GALON, C. Dor crônica em idosos e sua influência nas atividades da vida diária e convivência social. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 12, p. 345–359, 2009.

CUNHA, F. C. M. da, Cintra, M. T. G., Cunha, L. C. M. da, Giacomin, K. C., & Couto, É. de A. B. (2009). Fatores que predispõem ao declínio funcional em idosos hospitalizados. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, 12(3), 475–487.

DE MELO, D. M.; BARBOSA, A. J. G. O uso do Mini-Exame do Estado Mental em pesquisas com idosos no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 12, p. 3865–3876, 2015.

BRITO, M.C.C., FREITAS, C.A.S.L, MESQUITA, K.O. & LIMA, G.K. (2013, junho). Envelhecimento populacional e os desafios para a saúde pública: análise da produção científica. **Revista Kairós Gerontologia**,16 (3), pp.161 - 178. Online ISSN 2176 - 901X. Print ISSN 1516 - 2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC - SP

FERRETTI, F. et al. Chronic pain in the elderly, associated factors and relation with the level and volume of physical activity. BrJP, v. 2, p. 3–7, 2019.

GIRONDI, J. B. R. et al. O uso do Índice de Barthel Modificado em idosos: contrapondo capacidade funcional, dependência e fragilidade. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 2, n. 4, p. 213–217, 2014.

LANA, Leticia Dalla; ZIANI, Jarbas da Silva; AGUIRRE, Thayná Fonseca; TIER, Cenir Gonçalves; ABREU, Daiane Porto Gautério. Fatores de Risco para Quedas em Idosos: revisão integrativa. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 309-327, 27 fev. 2022.

LÁZARI, M. R. DE et al. Prevalência e incidência de déficit cognitivo em pessoas idosas: associações com atividade física no lazer. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 25, n. 5, 2022.

LUCENTEFORTE, E. et al. Inappropriate pharmacological treatment in older adults affected by cardiovascular disease and other chronic comorbidities: a systematic literature review to identify potentially inappropriate prescription indicators. **Clinical interventions in aging**, v. 12, p. 1761–1778, 2017.

MARTINS, R., & MESTRE, M. (2016). Esperança e Qualidade de Vida em Idosos. Millenium - **Revista de Educação, Tecnologias e Saúde** , (47), 153-162. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8116

MORAES, Edgar Nunes de. ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO: Aspectos Conceituais. 2012. Disponível em: https://apsredes.org/pdf/Saude-do-Idoso-WEB1.pdf.

PEREIRA, E. E. B., Souza, A. B. F. de, Carneiro, S. R., & Sarges, E. do S. N. F. (2014). Funcionalidade global de idosos hospitalizados. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, 17(1), 165–176.

PEREIRA, X. DE B. F. et al. Prevalência e fatores associados ao deficit cognitivo em idosos na comunidade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 2, 2020.

SANTOS, B. P. dos, Amorim, J. S. C. de, Poltronieri, B. C., & Hamdan, A. C. (2021). Associação entre limitação funcional e deficit cognitivo em pacientes idosos hospitalizados. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 29.

TALMELLI, L. F. da S., Gratão, A. C. M., Kusumota, L., & Rodrigues, R. A. P. (2010). Nível de independência funcional e déficit cognitivo em idosos com doença de Alzheimer. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 44(4), 933–939.

TAN, Li Feng et al. Screening for frailty and sarcopenia among older persons in medical outpatient clinics and its associations with healthcare burden. **Journal of the American Medical Directors Association**, v. 18, n. 7, p. 583-587, 2017.

TRINDADE, A.P.N.T. da et al. (2013) Repercussão do Declínio Cognitivo na Capacidade funcional em idosos institucionalizados e Não institucionalizados, **Fisioterapia em Movimento**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fm/a/RNMm5fd6GmX3bYd3WpppYmd/

World Health Organization. Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2005. 8p.: il.

EIXO 2

# A EXPERIÊNCIA DO CUIDAR NA SAÚDE

# IMIGRANTES E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE JURÍDICO SOCIAL ACERCADA ASSISTÊNCIA AOS IMIGRANTES NA CIDADE DE SALVADOR

*Giovana Mercuri Goes*

*Janderson dos Santos Barreto*

*Jéssica Hind Ribeiro Costa*

*João Pedro Pereira Rosado da Silva*

**RESUMO**

O presente trabalho aborda a migração e o refúgio, destacando suas definições e os aspectos jurídicos relacionados. A migração é um fenômeno intrínseco à humanidade, historicamente motivado por fatores como busca por melhores condições de vida, conflitos bélicos e desastres naturais. No contexto brasileiro, a Lei nº 9.474/97 regulamenta o reconhecimento de refugiados,seguindo os princípios da Convenção de 1951 da ONU, e estabelece critérios para a admissão, exclusão e extensão dessa condição aos familiares dependentes. A pesquisa destaca que a migração forçada é uma realidade complexa, que inclui refugiados, imigrantes e apátridas, frequentemente vítimas de vulnerabilidades extremas e violações de direitos humanos. No Brasil, políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e programas específicos, visam garantir acesso a cuidados básicos e saúde mental para migrantes e refugiados, embora ainda existam desafios na sua implementação prática, especialmente nas cidades com maior concentração de migrantes, como Salvador. O trabalho discute também o papel das organizações da sociedade civil e de iniciativas locais, como o Núcleo de Apoio ao Migrante e Refugiado (NAMIR) e o Centro de Apoio e Referência ao Imigrante (CRAI). Por fim, a pesquisa evidencia a necessidade de aprimorar as políticas públicas de acolhimento, promover açõesque garantam o acesso efetivo aos direitos e reforçar a importância de um apoio psicológico e psiquiátrico adequado aos migrantes e refugiados, para mitigar os impactos do trauma e assegurar uma integração digna e sustentável na sociedade de acolhimento.

**Palavras-chave:** Direito. Internacional. Constituição Federal. Imigrantes. Salvador.

## 1 INTRODUÇÃO

A migração e o refúgio são fenômenos antigos e inerentes à trajetória da humanidade, movidos por fatores como busca por melhores condições de vida, conflitos, perseguições e desastres naturais. No Brasil, essas questões ganham relevância crescente, especialmente à luz da legislação nacional e internacional que busca proteger os direitos dos migrantes e refugiados. A Lei nº 9.474/97, alinhada com

a Convenção de 1951 da ONU, estabelece critérios específicos para o reconhecimento e proteção de refugiados, ampliando a compreensão sobre a complexidade das migrações contemporâneas.

Entretanto, apesar de existir um arcabouço jurídico abrangente, ainda há desafios significativos na aplicação prática dessas normas, particularmente no que se refere à proteção integral e ao acesso a serviços essenciais, como saúde e assistência social. Diante desse cenário, este trabalho busca analisar as condições dos migrantes e refugiados no Brasil, destacando as lacunas existentes entre a legislação e sua efetividade prática, e a importância de iniciativas locais e nacionais que promovam a inclusão social, proteção de direitos e suporte psicológico para essas populações vulneráveis, notadamente na cidade do Salvador.

Promulgada a Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, o Brasil, imerso numa revolução democrática, institui um novo *modus operandi* para o Estado Democrático de Direito, que acabara de nascer. Assim, o ordenamento jurídico que passa a viger trata de preceitos básicos inerentes à personalidade, à dignidade da pessoa humana, à igualdade social, à defesa do direito da criança e do adolescente e etc. O art. 5° da referida Carta, famoso pelos seus setenta e oito incisos, trata logo em seu *caput* da igualdade, equiparando todos perante a lei.

Destarte, até mesmo os estrangeiros são igualmente abraçados pelo seio materno da constitucionalidade que se instaura, garantindo-lhes o direito à vida, à liberdade, à segurança e etc.: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”:

Deste modo, dadas as transformações mundiais, o fenômeno migratório, emsuas diversas peculiaridades, apresentam diversas problemáticas das mais variadas formas, dentre elas consta o objeto de estudo deste artigo, a perspectiva jurídica e social acerca da assistência prestada aos imigrantes em âmbito federal, traçando a trajetória estadual e chegando a esfera municipal, quando trata-se de núcleos assistenciais presentes na cidade do Salvador e região metropolitana que prestam apoio a tais grupos.

## 2 MIGRANTES, IMIGRANTES E REFUGIADOS

Etimologicamente tratando, migrante é aquele que “migra”, ou seja, o indivíduo que translada-se de um local a outro, seja dentro do mesmo país, estado, região ou entre países, por motivos diversos: trabalho, família, saúde e etc. Já os imigrantes, tratam objetivamente dos migrantes que saíram de seu país de origem para um país estrangeiro, em busca de novas oportunidades.

O refugiado, por sua vez, é uma condição jurídica a qual abarca o imigrante que deixou tudo para trás em busca de um futuro melhor, seja por conta de conflitos, perseguições, catástrofes, guerras e etc. No Brasil, o refúgio é legitimado pela Lei n° 9.474/97 que, por sua vez, trata da recepção da Convenção Relativa ao Estatuto Dos Refugiados do ano de 1951. O art. 1° da referida legislação conceitua o entendimento do ordenamento legal brasileiro acerca do refúgio, vejamos:

> Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
>
> I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou
> não queira acolher-se à proteção de tal país;
> II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde
> antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso
> anterior;
> III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para
> buscar refúgio em outro país.

Assim, chega-se ao entendimento de que todo refugiado é um imigrante e todo imigrante é um migrante e pode ser um refugiado, dependendo dos motivos os quais levaram-no a migrar, bem como do procedimento administrativo de ingresso e pedido derefúgio na respectiva nação. Assim, a lei supracitada traz todos os pressupostos de admissão, exclusão e extensão da condição de refugiado, neste último caso, estende-se tal condição ao “cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim comoaos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional”.

## 3 BREVE ANÁLISE DOS REFUGIADOS: A MIGRAÇÃO, O BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A humanidade enfrentou, ao longo da história, fenômenos como escassez de alimentos, desastres climáticos e outros eventos naturais, como terremotos e erupções, forçaram populações inteiras a debandar de onde se encontravam em busca de lugares com condições mais favoráveis à sobrevivência. Com a sedentarização das populações em localidades em que se adequaram melhor, surgiram as primeiras aldeias, cidades e sociedades desenvolvidas, em sua maioria à beira de rios, dando início ao processo de pertencimento e nacionalização — Isto é, a criação e inserção desses indivíduos em uma cultura comum que se adaptou ao espaço habitado por eles. Entretanto, o processo não foi linear a todos, ocasionando a disparidade territorial entre alguns.

Concomitantemente, a migração continuou sendo um aspecto comum da jornada humana, tendo como um dos seus fatores nesta etapa os conflitos bélicos para expansão territorial. As guerras são, há muito, um forte motivo de deslocamento forçado de indivíduos, gerando baixas não só entre os militares, mas também aos civis. Sabe-se que no terceiro século depois de Cristo, os hunos avançavam para a Europa, vindos do norte, e conseguiram sobrepujar os godos, fazendo-os recorrer à Roma, omaior império do mundo naquele tempo.

O imperador Valente permitiu a estadia deles na província da Trácia, onde hoje é a Bulgária, Turquia e Grécia, o que os manteve a salvo. Outrossim, a migração forçada ocorre, em maioria, por causa de fenômenos naturais, como as secas que assolaram o nordeste brasileiro em 1877-78 e outra em 1915, causando milhares de mortes e imigração em massa. A *Grande Seca*, como também é conhecido o evento, era considerado o maior desastre natural do Brasil em número de mortos até a pandemia de COVID-19, sua principal causa foi o fenômeno *El Niño* e causou o deslocamento forçado de aproximadamente 190 mil pessoas.

Com a propagação dos Estados-Nações, e a evolução tecnológica da indústria bélica, conflitos internacionais, motivados principalmente por território, tornaram-se mais comuns e devastadores, por conseguinte, crises de imigração também se proliferaram pelo mundo. Só na guerra de independência do Brasil, nas batalhas ocorridas na Bahia em 1823, refugiados da capital foram para o recôncavo baiano, na

cidade de Cachoeira, para fugir do conflito iminente entre brasileiros e portugueses. Mais de 2 mil pessoas morreram.

Destarte, sentencia-se que a condição migratória do ser humano é inerente atrês fatores principais: o sentimento de pertencimento, que remete ao período de sedentarização humana, a adaptação humana ao ambiente que oferta alimento e segurança com fartura ou escassez e a estabilidade pacífica da convivência com as demais sociedades.

O Brasil é, desde sua origem, um país de imigrantes, a síntese do povo brasileiro é formada pela miscigenação de muitos povos, justificando a afirmação de ser um país multicultural, multifacetado e com potencial a adentrar o próximo estágio da sociedade humana globalizada, o cosmopolitismo.

Conhecido por ser um país pacífico e receptivo, sendo um dos principais destinos de imigrantes que buscam ajuda humanitária ou refugiados que fogem de conflitos em seus países de origem, um exemplo clássico foi durante as guerras mundiais, quando alemães, italianos, japoneses e indivíduos de muitos outros povos se mudaram para a América, sendo o Brasil o rumo final.

Nessa direção, a constituição diz, em seu artigo 5°, que todos são iguais perante a lei, inclusive os estrangeiros que se encontrarem sob jurisdição brasileira. A carta magna de 1988 institui o aspecto participativo do Brasil na comunidade internacional e seu compromisso com todos os indivíduos, inclusive aqueles que não ostentam o gentílico brasileiro, um dos grandes exemplos recentes é o Haiti.

O Brasil comandou uma operação internacional para restaurar a ordem e a democracia no país durante 13 anos, porém, apesar dos imensos esforços, o Haiti afunda cada vez mais na insegurança, muitos haitianos buscaram asilo em terras brasileiras ao longo da década de 2010, evidenciando o aspecto acolhedor brasileiro ea condição fragilizada do Haiti nas atuais circunstâncias.

É estimado que mais de 161.000 haitianos estejam vivendo no Brasil, muitos vindo no período mais crítico da crise humanitária que dominou o país, entre 2010 e 2018, necessitando a invocação da lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que antevê a situação de refugiados e a criação do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE em consonância ao estabelecido na Convenção de 1951 da ONU, que através da

Resolução da Assembléia Geral criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Destarte, evidencia o compromisso do Brasil em se adequar às normas internacionais para atender aos refugiados largamente, tendo uma das legislações mais completas do mundo no assunto.

## 4 AMPARO NACIONAL AOS IMIGRANTES COM ÊNFASE NA CIDADE DO SALVADOR: UMA QUESTÃO DE SAÚDE E DE JUSTIÇA

No Brasil, as políticas públicas voltadas para refugiados, imigrantes e apátridas refletemuma ênfase significativa na saúde mental e nas preocupações psicossociais. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), juntamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Coordenação Geral do Comitê Nacional para Refugiados (CG-Conare), desempenha um papel essencial nessa área. Uma excelente ilustração dessa dedicação é o lançamento da publicação intitulada “Assistência em Saúde Mental e Cuidados Psicossociais para a População Migrante e Refugiada no Brasil: a rede de apoio da sociedade civil” em 26 de agosto de 2024. Este documento visa facilitar o desenvolvimento de iniciativas, treinamentos e políticas que melhorem o recebimento de Saúde Mental e Cuidados Psicossociais (SMAPS), ressaltando a necessidade de uma rede de apoio forte e bem coordenada.

Como uma estrutura crucial de saúde pública no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é universal, garantindo acesso completo à assistência médica para todos os indivíduos, incluindo migrantes, refugiados e apátridas. Recentemente, o Ministério da Saúde divulgou uma nota técnica com o objetivo de auxiliar os gestores e profissionais da rede na prestação de cuidados abrangentes e culturalmente sensíveis a esse grupo demográfico. As principais recomendações incluem registrar indivíduos no e-SUS APS sem considerar a documentação que possuem, utilizar o endereço da unidade de saúdequando o comprovante de residência não estiver disponível e oferecer recursos multilíngues para melhorar a compreensão dos serviços prestados.

A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) serve como base para essas diretrizes, garantindo acesso equitativo aos serviços públicos de saúde e assistência social. Essa legislação marca uma conquista significativa que fortalece os direitos dos migrantes ao mesmo tempo em que estabelece princípios distintos para a criação de políticas

públicas voltadas à inclusão e proteção dessas comunidades. Nesse contexto, há um forte foco no reconhecimento das nuances culturais e sociais dos migrantes, o que abrange honrar suas crenças, práticas alimentares e costumes religiosos, bem como abordar situações de vulnerabilidade, como indicadores de violência, com sensibilidade.

O presente trabalho se debruça sobre o tema a partir do recorte regional da cidade de Salvador, que assim como o estado da Bahia, enfrenta inúmeros desafios em relação ao apoio e à recepção fornecidas aos migrantes forçados. Investigações realizadas e desenvolvidas em parceria pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) apontam que apenas 6% das organizações localizadas na Bahia são de caráter religioso e realizados por Universidades sem apoio governamental ,demonstrando uma significativa falta de políticas públicas específicas e uma conscientização insuficiente entre as instituições sobre a existência e as condições de vida desses indivíduos. Essa negligência institucional é particularmente alarmante , especialmente porque muitas leis e portarias federais projetadas para proteger os direitos desses migrantes permanecem desconhecidas ou não são efetivamente aplicadas pelas autoridades locais e estaduais. A disparidade entre regulamentações federais e sua execução no nível local ressalta a necessidade crítica de iniciativas que chamem a atenção para essas deficiências e defendam o estabelecimento de mecanismos que garantam os direitos dessa população da diáspora.

Entre os direitos garantidos aos migrantes internacionais está a capacidade de acessar o Sistema Único de Saúde (SUS), que teoricamente fornece serviços de saúde universais e equitativos a todos, independentemente de sua nacionalidade ou status migratório. No entanto, as experiências reais dos migrantes, particularmente aqueles que enfrentam migração forçada, frequentemente envolvem negligência e exclusão dos serviços de saúde. Muitos indivíduos não têm consciência de seu direito de utilizar o SUS e, em certos casos, são impedidos de obter cuidados devido a informações insuficientes ou ao medo de detenção decorrente de seu status migratório irregular ou ausência de documentação adequada. Essa combinação de medo e ignorância setorna ainda mais urgente durante emergências, como a pandemia de COVID-19, quando o acesso ao sistema de saúde é essencial.

No entanto, vários imigrantes enfrentam barreiras para obter cuidados vitais porque nãopossuem residência permanente ou conexões de emprego no Brasil, que são frequentemente obrigatórias para se qualificar para tais serviços. Essa situação contradiz diretamente as estipulações descritas no Artigo 5º da Constituição Federal, que garante que todos os indivíduos, independentemente de serem residentes brasileiros ou estrangeiros, têm direito aos direitos invioláveis de vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

Através da lei 9.474/97, o Brasil se comprometeu a atender aos refugiados em suas necessidades básicas, seguindo primariamente a constituição federal, notadamente osartigos pétreos 3°, 4° e 5°. Conforme a nota técnica lançada pelo

Ministério da Saúde em abril de 2024, o SUS deve atender a todos, inclusive migrantes,refugiados e apátridas, haja vista seu cunho universal. Em Salvador, ações institucionais como o *NAMIR* — Núcleo de Apoio ao Migrante e Refugiado, da UFBA (Universidade Federal da Bahia), ajudam na integração daqueles que estão longe de suas terras e lares forçosamente por motivos fora de suas vontades.

O NAMIR, assim como outras ações institucionais em Salvador, auxiliam os migrantes, refugiados e apátridas na adoção das medidas cabíveis para solicitar asilo e expedir cartões do SUS para que tenham acesso pleno aos postos de saúde e hospitais da cidade, em especial o Hospital Universitário Professor Edgard Santos — HUPES, da UFBA.

## 5 ESTRATÉGIAS EM SAÚDE MENTAL DIRECIONADAS AOS REFUGIADOS

O acesso a um sistema de saúde é imprescindível para que os desafortunados tenham seu direito à dignidade humana preservado, principalmente nas necessidades mais básicas, abarcando de ginecologia/urologia, vacinação e pediatria até atendimento psicoterapêutico visando amenizar os impactos traumáticos sofridos no processo de migração, busca por refúgio ou apatridia. A saúde mental destes é preocupante, pois é comum que pessoas nestas situações desenvolvam estresse pós-traumático, crises severas de ansiedade e até depressão profunda. Segundo o Oficial Sênior de Saúde Mental da ACNUR, Pieter Ventevogel (2016), em entrevista ao editor do website global da instituição, entre 15 ou 20% dos deslocados de modo forçoso desenvolvem

problemas de saúde mental, porém, de 3 a 4% têm transtornos sérios, como bipolaridade ou psicose. O sentimento de perda contínua e de abandono destrói a esperança de que as coisas possam melhorar, podendo levar a quadros depressivos e de estresse constante.

Quando tratamos da perspectiva psicológica na situação dos imigrantes, devemos pensar principalmente no trauma, no medo, nas perdas. Aquele indivíduo que pelas adversidades da vida foi obrigado a deixar sua cultura, linguagem e costumes para adentrar numa nova realidade detém grandes perdas que devem ser tratadas.

Na esperança de uma vida melhor, essas pessoas deixam tudo o que tem para se adaptar a uma nova realidade, a adaptação é um dos fatores de maior reflexão no campo psicológico. As crianças em geral têm um nível de adaptação melhor que os adultos, principalmente por estarem  em grau de formação. Os traumas, por sua vez, são marcas difíceis de superar, trata-se do engessamento de condições, uma paralisação. Tudo aquilo que transtorna a vida é considerado transtorno, o transtorno faz com que não consigamos prosseguir.

A gestação, por exemplo, é um momento que deve reservar grande delicadeza tanto para com a genitora quanto com o rebento. Episódios de grande estresse em período gestacional podem acarretar em complicações futuras ao nascimento da criança. Gestações tranquilas tendem a gerar filhos calmos e serenos, já momentos de estresse, devido a elevação dos níveis de cortisol, podem gerar crianças mais irritáveis, com grande propensão ao desenvolvimento de transtornos  comportamentais, ansiedade e depressão.

Imaginemos, portanto, uma imigrante em gravidez, que passa por um longo período de estresse, fome, ansiedade e sintomas depressivos, por deixar sua cultura, sua família, sua história em busca de uma nova chance. Danos inimagináveis a sua prole está apta a desenvolver por esse processo desgastante.

## 5.1 TERAPIA

Assim, visto o processo de enorme desgaste o qual a diaspórica imigração expõe, normalmente os indivíduos tendem a apresentar sintomas de depressão e

ansiedade. O luto que se configura a partir das perdas de tamanha importância, imerge tais pessoas num sentimento de incapacidade, inaptidão, paralisam o ser.

Dados tais fatos, a terapia se faz um meio eficaz de busca pelo sentido de vida, um propósito. Assim, através de determinada ação o indivíduo encontrará um novo começo, seu lugar na sociedade. É o caso do atendimento prestado pela Pastoral doMigrante e do Centro Comunitário Monsenhor José Hamilton (CCMJH) na ParóquiaAscensão do Senhor, localizada no Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador/Ba.Anualmente a paróquia realiza a Semana do Migrante, evento que reúne os migrantes atendidos pela pastoral (venezuelanos, haitianos, senegaleses e árabes) emrodas de conversa, exposições e vendas de feiras, onde têm a oportunidade de venderprodutos artesanais, oriundos de sua cultura. Assim o artesanato, as rodas deconversa, as palestras e feiras fazem um meio terápico de grande valia, um método dereafirmação da identidade fragilizada desses indivíduos e de valorização do seu conhecimento e cultura.

## 5.2 INTERVENÇÃO PSIQUIÁTRICA

No Brasil, a intervenção e a terapia psiquiátrica são componentes essenciais do suporte de Saúde Mental e Cuidados Psicossociais (SMPS) para migrantes e refugiados, especialmente em situações marcadas por maior vulnerabilidade. Para identificar os esforços das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nessa área, foi realizada uma pesquisa utilizando um questionário online direcionado à estrutura brasileira de apoio a migrantes e refugiados. Este questionário consiste em 56 perguntas elaboradas para coletar insights quantitativos e qualitativos, abordando aspectos como a assistência oferecida, estruturas organizacionais, eficácia da rede, desafios encontrados e as repercussões da COVID-19.

Vale ressaltar que este mapeamento incluiu iniciativas que se estendem para além do Sistema Único de Saúde (SUS), incorporando feedback de ONGs, associações, universidades, projetos de extensão e comitês locais que envolvem vários stakeholders.Isso facilitou uma perspectiva mais ampla sobre métodos de intervenção psiquiátrica e terapêutica além do sistema de saúde público, destacando organizações que oferecem diretamente esses serviços.

O Centro de Apoio e Referência ao Imigrante (CRAI), localizado em Lauro de Freitas, Bahia, exemplifica um esforço comunitário que oferece assistência social, jurídica e psicológica a mais de 400 imigrantes venezuelanos. Como pioneiro na região Nordeste, este centro foi implementado para fornecer suporte urgente ao mesmo tempo em que reforça as conexões familiares e comunitárias, utilizando uma abordagem holística que abrange serviços de saúde mental e intervenção psiquiátrica.

Estabelecer e executar espaços como o CRAI é crucial para fornecer aos migrantes e refugiados o suporte necessário para enfrentar os desafios psicológicos decorrentes da mudança imposta. Os serviços terapêuticos e psiquiátricos fornecidos por essasorganizações desempenham um papel vital no alívio dos impactos do trauma,ansiedade e vários problemas de saúde mental que frequentemente assolam essegrupo demográfico. Portanto, avaliar e mapear as iniciativas atuais representam umpasso fundamental no desenvolvimento de um sistema de suporte mais eficaz eholístico que possa abordar os requisitos intrincados de saúde mental de migrantes erefugiados no Brasil.

## 6 CONCLUSÕES FINAIS

Assim chega-se ao entendimento da importância da Constituição como um manto que cobre e acolhe a todos os cidadãos, brasileiros e estrangeiros, conferindo inclusive aos migrantes certo suporte. Assim, vê-se a importância da ação de determinados grupos no auxílio aos indivíduos em trânsito.

Tratando do acesso à saúde, aos migrantes regulares, após todo o processo administrativo de admissão fronteiriça, são entregues documentações como o RNE (Registro Nacional do Estrangeiro) que lhes dão pleno acesso à saúde pública, através do cadastro no SUS - Sistema Único de Saúde. Que, apesar dos percalços cotidianamente observados, garantem o amplo atendimento nas mais variadas especialidades médicas, fenômeno que não se observa em quase nenhum país no mundo quando tratamos de ações governamentais de fomento ao acesso à saúde pela população migracional.

Especificamente em Salvador observa-se a falta de ações administrativas de recepção, auxílio e direcionamento dos imigrantes. Como destacado, tal trabalho é

realizado por determinados grupos religiosos, firmados na caridade, dependendo diretamente de doações avulsas. Pendem projetos municipais e/ou estaduais que garantam suporte adequado a esses indivíduos, sobretudo quanto à Saúde Mental.

Diante dos tamanhos traumas os quais os imigrantes são submetidos no processo de trânsito, gerando-lhes o sentimento de luto, de perda e medo, faz-se de tamanha necessidade o acompanhamento psicológico e psiquiátrico para a reduçãodas moléstias mentais as quais tal processo pode originar.

Assim a ação dos grupos supracitados faz-se de extrema importância, a terapia sobretudo é um método essencial para ressignificar traumas. Assim, urgem ações concretas de grupos administrativos, com ações baseadas em projetos como o existente na Paróquia Ascensão do Senhor, prestando o auxílio necessário aos imigrantes na adaptação à nova realidade, sendo necessária a escuta ativa, o ensino e o apoio para que haja reinserção social.

## REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE de São Salvador da Bahia. **Semana do Migrante na Paróquia Ascensão do Senhor.** Arquidiocese de São Salvador da Bahia, 2019. Disponível em:https://arquidiocesesalvador.org.br/semana-do-migrante-na-paroquia-ascensao-do-senhor/. Acesso em 26 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 19 agosto 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Função da lei. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de Julho de 1997. P. 15822.Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%
20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%AAncias.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ministério da Justiça e Segurança Pública lança mapeamento sobre assistência em saúde mental de migrantes e refugiados no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-lanca-m apeamento-sobre-assistencia-em-saude-mental-de-migrantes-e-refugiados-no-brasil/aesm_final_online.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

COELHO, D. G. P. **Depoimento** [ago. 2024]. Entrevistador: João Pedro Pereira Rosado da Silva. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2024. 1 arquivo. Mp3 (17 min). Entrevista concedida para pesquisa sobre direitos humanos e saúde mental.

CRP-P. **Guia de Orientação** - Atendimento Psicológico a Imigrantes . CRP-P, 2024. Disponível em: https://crppr.org.br/guia-de-orientacao-atendimento-psicologico-a-imigrantes/.

DEURSEN, Felipe V. Como uma Crise de Refugiados Destruiu o Império Romano. **Superinteressante**, 2019. Disponível em: https://super.abril.com.br/coluna/contaoutra/como-uma-crise-de-refugiados-destruiu-o-imperio-r omano#google_vignette. Acesso em: 19 ago. 2024

EDWARDS, Adrian. Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. **ACNUR**, Brasil. 1 out. 2015. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-t ermo-correto/.

ENCICLOPÉDIA Significados. **A Formação do Povo Brasileiro.** Enciclopédia Significados. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-62007314. Acesso em: 20/08/2024.

JURSA, Érika. O migrante em salvador: As condições da imigração em meio a pandemia. O momento - **O diário do povo**, 2021. Disponível em: https://omomento.org/o-migrante-em-salvador-as-condicoes-da-imigracao-em-meio-a-pandemia/. Acesso em: 19 fevereiro 2021.

KENKEL, Kay. “Interesses e identidades na participação do Brasil em operações de paz”. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 2, p. 9-33, 2011.

MENEZES, J . E. X. Salvador, **Cidade-Refúgio?** Notas sobre o acolhimento social de estrangeiros, 2020. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/download/7994/4662/30789.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. OMI lança mapeamento sobre assistência em saúde mental para migrantes e refugiados. **Nações Unidas Brasil**, 2021. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/141875-oim-lan%C3%A7a-mapeamento-sobre-assist%C3%AAncia-e m-sa%C3%BAde-mental-para-migrantes-e-refugiados. Acesso em: 26 ago. 2021.

QUEIROZ, Laísa. **Saúde lança nota técnica com orientações de atendimento a migrantes, refugiados e apátridas**. GOV, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/saude-lanca-nota-tecnica-com-orien tacoes-de-atendimento-a-migrantes-refugiados-e-apatridas. Acesso em: 02 abril 2024.

SANTANA, Laerte. **NOVO CRAI:** projeto pioneiro centraliza acompanhamento social de imigrantes em Lauro de Freitas. Núcleo de Apoio a Migrante e Refugiados - NAMIR/UFBA, 2022. Disponível em: https://namir.ufba.br/noticias/novo-crai-projeto-

pioneiro-centraliza-acompanhamento-social-de-i migrantes-em-lauro-de. Acesso em: 31 maio 2022.

SILVEIRA, Evanildo. POR QUE A BAHIA COMEMORA A INDEPENDÊNCIA EM 2 DE JULHO. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: https://www.significados.com.br/formacao-do-povo-brasileiro/. Acesso em: 20/08/2024

TRAD, L. A . B . **Processo Migratório e Saúde Mental:** Rupturas e Continuidade na Vida Cotidiana. 2003. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/627/3/2003.artigo2.pdf.Acesso em: 2020.

Wikipedia. **Grande Seca**. Wikipédia, 29/05/2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Seca. Acesso em: 20/08/2024

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a professora Jessica Hind Ribeiro por toda a presteza e auxílio na escrita deste artigo, pela sua dedicação e compromisso.

# O DIAGNÓSTICO “PSI” NA CONTEMPORANEIDADE: IMPLICAÇÕES ÀRACIONALIDADE CLÍNICA

*Elaine Pedreira Rabinovich*

*Julia Maia de Brito*

*Saulo Machado Cunha*

**RESUMO**

Vivemos uma era em que o sofrimento psíquico é frequentemente traduzido em categorias clínicas que se encontram em um constante estado de redefinição. Manuais estatísticos, tais quais o DSM-5 e o CID-11, desempenham um papel central, designando como nomeamos e entendemos o sofrimento. Noentanto, isso levanta questões importantes sobre como esses diagnósticos refletem os valores socioculturais da nossa época. No primeiro momento do artigo, exploramos a ideia de que os conceitosde saúde e doença são noções interligadas e impermanentes, fortemente influenciadas pelo contexto histórico e cultural. Discutimos como a medicina evoluiu para se tornar uma ferramenta de biopolítica, gerenciando corpos e populações em nome da saúde pública, a partir das contribuições de Michel Foucault em “Microfísica do poder” (1979). Além disso, questionamos a racionalidade diagnóstica atual, que tende a excluir o paradigma do conflito psíquico em prol de explicações neuroquímicas. Portanto, o que está em jogo não é apenas a nomeação dos sintomas, mas também como essa nomeação influencia a subjetividade, os modos de vida e as relações sociais. Esperamos que esta discussão nos ajude a refletir criticamente sobre as bases epistemológicas que sustentam a atual práticada clínica psiquiátrica e a considerar as implicações políticas e culturais dos diagnósticos que utilizamos.

**ABSTRACT**

We are now in an era where psychological suffering is often translated into clinical categories that are in a contast state of revision. Statistical manuals such as DSM-5 and CID-11 have played a central role in shaping how we name and understand suffering. However, this raises important questions about how this diagnoses reflect the socio-cultural values of our time. In the first part of the article, we explore the idea that the concepts of health and ilness are interconnected and fluid notions, strongly influenced by historical and cultural context. We discuss how medicine has become a tool of biopolitics, managing bodies and populations in the name of public health, drawing on Michel Foucault’s contributions on “The Microphysics of power” (1979). We also question the current diagnostic rationality, which tends to exclude the paradigm of psychic in favor of neurochemical explanations. Thus, we are not only concerned with symptomatology, but also with how this naming affects subjectivities, lifestyles and social arrangements. We hope that this discussion will help us to critically reflect on the epistemological bases that sustain current clinical practice, and to consider the political and cultural implications of the diagnosis we use.

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o sofrimento psíquico tem tomado gramáticas de compreensão que muitas vezes derivam à pura descrição dos fenômenos, na reestruturação constante de categorias clínicas e em propostas interventivas que não deixam brechas para uma leitura dinâmica e subjetiva acerca dos fatores que determinam o aparecimento desintomas na história de vida dos sujeitos. É uma era de pluralização e pulverização de diagnósticos baseados em manuais estatístico-descritivos como o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e o CID-11 (Classificação Internacional de Doenças), que acabam por ditar as modalidades de nomeação do sofrimento em nossa época.Neste artigo, compreende-se que os conceitos de saúde/doença são impermanentes, fenômenos interligados e intimamente relacionados à sociedade e a cultura. A definição de saúde não é universal — ela varia conforme período histórico, local, classe social, etnia, gênero, influenciada por valores pessoais, bem como por concepções filosóficas, científicas ereligiosas. O modelo vigente na compreensão dos fenômenos no âmbito da saúde e doença nasce no decorrer do renascimento científico do século XIX, se consolidando no século XX como paradigma biomédico.

Segundo Foucault (1984), que examinou a evolução histórica da medicina, o controle social sobre os indivíduos era exercido por meio do corpo e com o corpo, refletindo a importância da biopolítica no sistema capitalista. Nesse contexto, o corpo tornou-se uma realidade política e a medicina uma estratégia para gerenciar essa realidade. Nasegunda metade do século XVIII, os hospitais passaram a ser o principal local de sistematização da experiência clínica, trazendo a noção de salubridade e higiene pública, ocasionando o que Foucault chamou de “transformação de nosopolítica” (1984a). Esse período, marcado pelo mercantilismo e o advento do capitalismo (e, portanto, o entendimentodo corpo enquanto força de trabalho) trouxe um novo foco na prevenção de doenças e na saúde enquanto responsabilidade individual, conferindo ao médico uma autoridade crescentesobre a sociedade. Foucault (1984) descreve esse processo como medicalização hospitalar: o foco volta-se para o conhecimento da doença, gerando o desenvolvimento de procedimentos como observação, registro, normalização e controle, fundamentais para a sistematização do conhecimento médico e a consolidação do modelo científico moderno.

Foucault (1984) destrincha como a medicina social serve enquanto estratégia biopolítica, que tem como seu objeto o funcionamento de uma população, armazenando dados sobre o estilo de vida, formulando ideais de funcionalidade, catalogando e segregando corpos e, por fim, produzindo narrativas por meio do conhecimento técnico-científico.

Com Foucault (1984), pode-se dizer que o biopoder, antes ligado à sanitização públicae à higienização, operando o controle social em nome da salubridade urbana, adquiriu uma nova proporção com a expansão das ciências médicas e sua forma de consolidação foi o que podemos chamar de biopolítica. Diretamente relacionada ao sistema econômico, a biopolítica,atualmente, baseia-se no ideal do bem estar, onde a saúde é um valor supremo e máximo a ser alcançado, haja vista a concepção de saúde segundo a OMS, que idealiza um completo bem-estar biopsicossocial. A partir do desenvolvimento de tecnologias de rastreio e diagnóstico, a experiência de estar em risco de doença, transformou-se na doença em si, gerando o fenômeno da medicalização e tratamento precoces. Segundo Lingiardi (2021, p.13), o avanço científico com suas descobertas e tecnologias têm mudado silenciosamentenossa relação com o diagnóstico: “não mais o nome de ‘algo que tenho’, mas de ‘algo que terei’”.

Neste artigo, preocupamo-nos em discutir a racionalidade diagnóstica no campo da saúde mental a partir do crescente número de diagnósticos neste campo, bem como debater as bases epistemológicas utilizadas em psicopatologia que fundamentam majoritariamente a clínica atual. Identificamos quatro pontos de discussão a serem aprofundados, sendo eles (1) aintrínseca relação entre a clínica, a política e o discurso econômico; (2) uma racionalidade clínica baseada na psicopatologia descritiva; (3) a exclusão do paradigma do conflito psíquicoem prol de uma explicação neuroquímica e; (4) um sentido estabilizado de diagnóstico.

Portanto, a maneira como se nomeia, seleciona, agrupa e categoriza sintomas está eminentemente ligada a valores socioculturais, o que determina a intrincada relação entre clínica e cultura e, portanto, expressa o valor político da clínica e de seu fazer. Sendo assim, a estratégia de nomeação preconizada pelo enfoque médico-científico influencia a subjetividade, os modos de se viver e as relações sociais,

determinando a relação do sujeito com o próprio sintoma (Safatle *et al.*, 2021; Freitas; Reuter, 2021).

## 2 DIAGNÓSTICO E CONTEMPORANEIDADE

> Uma das causas mais comuns de todas as doenças é o diagnóstico.
>
> - Karl Kraus

Diagnosticar é um ato clínico (do grego *klíno,* inclinar-se) estabelecido ao longo da história humana para nomear, classificar e promover com o tratamento adequado aquilo que se desajusta, que dói e/ou incomoda o corpo. Diagnosticar é também nossa maneira de dar sentido, de se familiarizar, identificar, de agrupar sinais e sintomas que indicarão possíveis tratamentos. Uma palavra que “modifica o rumo de nossas vidas” (Lingiardi, 2021, p. 7) eque não se restringe à adequação do paciente à nosologia ou vice-versa.

Lingiardi (2021), em seu livro *Diagnóstico e Destino*, comenta que muito já se escreveu sobre doenças e estar doente, mas pouco se fala sobre diagnósticos e ser diagnosticado: “menos ainda sobre autodiagnosticar-se, sobre cibercondríacos exploradores do corpo e de seus sintomas” (2021, p. 14). Para se ter uma ideia do quanto a palavra ‘diagnóstico’ tem circulado no laço social e o quanto os transtornos mentais passaram a fazerparte da vida cotidiana, basta considerar que ao longo dos últimos 70 anos o manual diagnóstico mais utilizado em psiquiatria passou de 106 diagnósticos em 1952 (APA, 1952)para mais de 300 em sua última versão, o *DSM-5-TR* (APA, 2013). Autores como Welch,Schwartz e Woloshin (2008) chegam a falar em “epidemia de diagnósticos” e segundoMcGrath, J. J. *et al*. (2023), metade da população terá um transtorno de saúde mental até os75 anos.

Não é indiferente que para os profissionais clínicos de diversas áreas uma questão bastante contemporânea se coloque: neste século, estamos adoecendo mais? Nossa *práxis* dispõe de mais tecnologias e meios para identificação e diagnóstico de doenças ou nos tornamos *experts* em classificar/taxonomizar doenças e/ou transtornos,

de modo que hoje lidamos com manuais diagnósticos que descrevem um sem número de doenças? Enfim,estamos mais doentes ou mais ágeis em dar nome às coisas?

Como qualquer outra palavra, ‘diagnóstico’ carrega uma história e se entrelaça na trama de sentidos e significações imbricadas ao laço social e seu imaginário. Segundo o dicionário Houaiss (2009), diagnóstico é “taxonomia de uma doença” e também “o processo desenvolvido para identificar e localizar a doença dentro dessa taxonomia”. No dicionário Dicio Online (2023), encontra-se também: “determinação de uma doença a partir da descrição de seus sintomas e da realização de diversos exames”; e “procedimento através do qual o médico faz exames, durante a consulta, buscando encontrar a razão e a natureza da afecção, da doença”. Em sua etimologia, a palavra vem do grego ‘conhecer através’, indicando a ideia de um procedimento. Estas são definições mais gerais e estáveis que podemos encontrar atreladas à palavra diagnóstico ao longo do tempo.

Se apresentamos as definições ‘mais gerais e estáveis’ aceitas contemporaneamente, isso não significa que se compreende, aqui, o diagnóstico como algo estanque no tempo e livre de implicações históricas e sociais. Ao contrário, parte-se do pressuposto de que as significações atribuídas ao diagnóstico e ao ato de diagnosticar estão condicionadas às condições de produção sociais, discursivas, históricas, econômicas, políticas, científicas etc. Para Sancho *et al.* (2019, p. 4) “é também na memória discursiva, e na relação de forças, que algum(ns) sentido(s) se faz(em) estável(is) e evidente(s)”. Um exemplo disto é pensar que o que hoje se conhece como AIDS foi primeiro classificada como *Gay-Related Immune Deficiency* (GRID). Tomada como exclusiva de um grupo social (os “loucos”, as “histéricas”), a nomeação diagnóstica muitas vezes implica uma história de estigmas e opressão que o incorporam como categoria moral subserviente à modos de violência estruturais no interior da sociedade.

Ao longo da história da psiquiatria, diagnósticos que atestavam ‘doenças mentais’ eram o álibi necessário para afastar da vida social todos aqueles que questionavam os ditos valores ‘tradicionais’ e se opunham aos regimes de vida que regulavam modos de prazer, configurações familiares, instituições sociais como o casamento, religião e trabalho e que compunham certa imagem ideal do que é ser e estar no mundo. É quando, propriamente, o diagnóstico não se diferencia de uma

“categoria sociomoral habitada por metáforas punitivas”(Lingiardi, 2021, p. 26). Como se, para cada loucura, para cada idiossincrasia, se tivesse um nome para extraditar a estranha diferença e salvaguardar o social de desejos indizíveis.

De todo modo, há diagnósticos vazios de evidência, políticos, preconceituosos, temidos, procurados, negados, aumentados, apaziguantes, coloniais, cômodos etc. Mas que, quando sai da boca de um médico, especialista ou mesmo de um questionamento despretensioso de um amigo, o diagnóstico é um impacto com uma palavra capaz de mudar o curso de uma vida e é, sobretudo, “um momento decisivo para o conhecimento de si”(Lingiardi, 2021, p. 7).

No próprio uso da linguagem cotidiana, pode-se notar que existem palavras que, impronunciáveis, pairam como fantasmas e evocam mitologias pessoais e/ou coletivas muitas vezes associadas a sentimentos como medo, aversão e nojo. Pronunciar a palavra que dánome à doença pode produzir importantes efeitos na relação consigo mesmo e nas relações com os outros. Assim, pensar a questão diagnóstica está muito além da crença de que a nosologia e a ciência taxonômica espelham com suas entidades clínicas e abstratas uma verdade do mundo natural. Ao contrário, categorias, diagnósticos, entidades clínicas sãoproduzidas socialmente, agenciadas por discurso x ou y, como fica claro, por exemplo, nas grandes convenções em torno da produção dos manuais diagnósticos que provocam debates e negociações acerca de critérios do que é normal e patológico (Rosenberg, 2002).

## 2.1 POLÍTICA DO DIAGNÓSTICO

Contemporaneamente, o diagnóstico articula categorias morais e psicológicas que acompanharam a ascensão do discurso neoliberal desde os anos 1970, em que se observou a reconstrução das categorias clínicas e se configurou com características como: “[...] o apagamento das neuroses, a hegemonia da depressão, a redução da psicose à forma unitária da esquizofrenia, a consolidação dostranstornos borderline [...] (Safatle *et al.*, 2021)

Ao crescimento exponencial de categorias diagnósticas no campo da saúde mental subjaz um tipo de organização, direção e administração do sofrimento que agenciam asformas dos sujeitos de lidar com suas próprias questões de ordem psíquica

e emocional. É preciso marcar que não se faz diagnóstico sem determinada compreensão psicopatológica que orienta a direção do tratamento. Nesse nível, o diagnóstico é a estratégia de uma política. Cabe perguntar: o que acontece com a compreensão diagnóstica no campo da saúde mental nacontemporaneidade e quais os efeitos desta compreensão nos modos como os sujeitos lidam com o sofrimento?

Em relação ao diagnóstico na contemporaneidade, é a tradição de Galeno, da escola médica grega sicílico-cnídica — que ressaltava os aspectos orgânicos da doença e sua localização no corpo e que primeiro tratou de nomear e tipificar as doenças, chegando a cunhar o termo 'diagnóstico científico' — aliada à influência Mercantilista estabelecida no Renascimento — na qual o médico passou a fazer uso das classificações ajustando o paciente à ela e com generalizações da aplicação — que hoje sustenta de modo hegemônico nossa compreensão do diagnóstico atrelado à prática clínica (Balint *et al.*, 2006; Biggart, 1971; Sancho *et al.*, 2019).

Além disso, o que antes se restringia ao tratamento de doenças, hoje se expande à lógica do *enhancement*, aquela do aprimoramento (eterno) de si, da potencialização das performances e da introjeção da exploração como auto realização (Safatle *et al.*, 2021; Han, 2015). O panorama discursivo que captura nossos modos de pensar a clínica e suas categorias diagnósticas perpassa um sistema de valores sociais, exteriores à clínica, e tem se expressado conforme uma lógica econômica (Safatle *et al*., 2021). Segundo Safatle *et al*., (2019, p. 3), isso se traduz numa "política para nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento". Deste ponto de vista,política e clínica se articulam na medida em que a clínica está fundamentada em princípios e orientações que se resguardam certo modo de compreensão do sofrimento psíquico.

A própria constatação da psicologia como ciência pré-paradigmática, com inúmeras escolas de pensamento, diversos modelos de terapias oferecidas como objetos de consumo nos estandartes do capitalismo, os sistemas de explicações religiosos ou místicos etc, fazem índice da pluralidade dos modos de compreensão do que é o sofrimento, de onde ele vem e como se faz para que o mal-estar desapareça ou diminua. A fé, crença ou incredulidade em cada um desses modos ditam também como os sujeitos lidam com as próprias questões.

Sendo assim, é preciso apontar quais direções a psicopatologia tem tomado no interior do discurso científico e seus efeitos no campo da vida social, de modo a evidenciar o jogo de interesses políticos, econômicos e sociais que sustentam as práticas clínicas em que sebaseiam. Neste ponto, questiona-se se a clínica e o campo das práticas de cuidado em saúdemental oferecidas hoje implica um horizonte de emancipação ou alienação dos sujeitos acercado sofrimento psíquico.

## 2.2 A EXCLUSÃO DO CONFLITO: A PSICOPATOLOGIA DESCRITIVA E O PARADIGMA NEURONAL

Neste artigo, assume-se que explorar o debate atual sobre compreensão psicopatológica pode auxiliar na contextualização da experiência do sofrimento psíquico dentro das relações sociais. Um fenômeno interessante é, por exemplo, o filme *Divertidamente 2*, do diretor Kelsey Mann, que introduz na trama da personagem uma nova 'emoção' chamada ansiedade. O fato é interessante pois faz índice de como os termos da psicopatologia adentram e passam a fazer parte vida social; mais que isso, aponta como a nomeação de um estado de afetação adquire certa função imaginária e simbólica no campodas relações humanas.

No mundo ocidental contemporâneo, concebemos as alterações no campo da vida psíquica como manifestações de um transtorno mental. A psicopatologia hegemônica é a psicopatologia descritiva, preocupada em descrever e classificar os fenômenos (sinais e sintomas) e autores como Leal *et al.* (2006), apontam uma desconexão da forma como a psicopatologia descritiva é usada em relação às suas bases epistemológicas: se ora ela foi concebida englobando significados pessoais e da experiência subjetiva, na prática o indivíduoé tomado de forma isolada; possui o foco na presença ou não dos sintomas; a sintomatologia étomada como prejudicial e faz referência a padrões de normativos; dissocia a crise do tratamento; parte de intervenções *standard's* e/ou protocolares.

Ao longo do século XX, a psiquiatria norte-americana começa a se desviar de muitas tradições e valores que compartilhava com a psiquiatria européia, inicialmente devido a uma ênfase muito maior em princípios psicanalíticos, especialmente em comparação com a Grã-Bretanha. Na década de 60 e 70, estudos como o US-UK Study

e o International Pilot Study of Schizophrenia alegavam que a ênfase psicodinâmica havia ido longe demais, resultando em imprecisão diagnóstica e avaliação inadequada dos sinais e sintomas da psicopatologia. Nesse contexto, foi desenvolvido o DSM-III, sob a liderança de instituições que mantinham abordagens mais tradicionais britânicas e europeias (como a Universidade de Washington e Iowa) (Andreasen, 2007).

Embora os criadores originais do DSM-III reconhecessem que o manual representava uma tentativa que melhor pudesse representar um sistema diagnóstico conforme as discussõesinternacionais em vez de uma "verdade absoluta", o manual começou a receber totalautoridade nos programas de treinamento e nos sistemas de atendimento à saúde. Desde apublicação do DSM-III em 1980, há um declínio constante no ensino de uma avaliaçãoclínica cuidadosa, voltada para os problemas e o contexto social do indivíduo e enriquecidapor um bom conhecimento geral de psicopatologia. Os estudantes são ensinados a memorizaro DSM em vez de aprender com os grandes psicopatologistas do passado. Em 2005, odeclínio tornou-se tão severo que pode ser referido como "a morte da fenomenologia nos Estados Unidos", berço da psicopatologia descritiva (Andreasen, 2007).

Há razões bastante evidentes para isso: os sintomas específicos do diagnóstico foram retirados do contexto de suas descrições e da história de vida do paciente; o DSM passou a serutilizado como um manual didático de psiquiatria, o que distorceu a formação dos estudantes ao reduzir as doenças mentais a meras listas de sintomas, eliminando a história da doença e suas manifestações. O resultado disso é a compreensão hegemônica da psicopatologia contemporânea, onde há o pressuposto de uma origem biológica do sofrimento e mal-estar.

As neurociências e a psicofarmacologia fazem parte da construção de um discurso queadmite a psiquiatria na potencialidade científica da medicina através (e exclusivamente) de uma base biológica necessária para legitimá-la não só como ciência médica mas como especialidade médica (Birman, 1999). Dito isto, a interpretação psicopatológica é eminentemente redutível ao funcionamento cerebral e "representado numa linguagem bioquímica" (Birman, 1999, p. 40). É preciso voltar à política para apontar aqui o que Byung Chul-Han (2018) chamou de "violência neuronal": a causa do sofrimento psíquico é imanente ao sistema, o sujeito aqui se 'autoexplora', 'autorealiza', 'autodestrói', e parece produzir uma *mea culpa*: 'sou culpado pelo meu sofrimento, mas

não é bem eu, é um *déficit* cerebral, bioquímico'. Isto tende a evoluir muito rapidamente para perguntas como "tenho TDAH?", "sou autista?"; exemplos de diagnósticos que se popularizaram nos últimos dez anos.

O problema deste tipo de compreensão do mal-estar é que este tende a encobrir os conflitos subjacentes a toda e qualquer relação humana, a individualizar questões sociais (o problema não está, por exemplo, no hipercapitalismo e seus modos extenuantes de produção, mas no sujeito que não o acompanha), e a tamponar a possibilidade do sujeito de subjetivar sua história. Nesse modelo, a dimensão narrativa, relacional e ética ficam subjugadas ou mesmo elididas do tratamento. Excluída a dimensão do conflito psíquico, o sujeito tende a alienar-se em um discurso de que o seu sofrimento é ineficaz, improdutivo, inútil: é um *déficit* a ser corrigido pelo fármaco.

Uma psicopatologia que se interessa somente pelos sintomas e síndromes constitui seus parâmetros em torno do psicofármaco e não possui em seu horizonte a etiologia do transtorno/doença:

> Neste novo recorte, operado pela medicina clínica, é omedicamento, como instrumento supostamente "eficaz" sobre um conjunto articulado de sintomas, que passa a ser areferência maior para a *nomeação* e a *construção* da síndrome. A etiologia passa, neste novo contexto, a ocupar um lugar secundário. Os modernos textos de clínica médicadesde os anos 70 e 80, são já construídos nesta moderna orientação metodológica. Enfim, as diferentes modalidades de mal-estar corpóreo são delineadas e classificadas como síndromes, se fundando para isso na ação terapêutica do medicamento, constituindo-se, pois, uma outra concepção nosográfica (Birman, 1999, p. 42, grifo do autor)

Se a psicopatologia utilizada para compreensão dos fenômenos psíquicos muda, a racionalidade clínica também muda e, portanto, o fazer diagnóstico. Noções transversais em psicopatologia como a temporalidade também ficam implícitas e mesmo subjugadas no paradigma moderno; o passado da anamnese e o futuro do prognóstico são tratados de forma secundária, já que a funcionalidade sobrepõe a etiologia. Isto muda o sentido da racionalidadeclínica que passa da cura à regulação do mal-estar (Birman, 1999).

Neste ponto, ao modo de uma conclusão, a maneira como se toma o diagnóstico do sofrimento psíquico situa-se num lugar chave para as coordenadas do tratamento, de maneira que pode-se perguntar: o diagnóstico tem ocupado um lugar de alienar o sujeito a certo discurso sobre seu sofrimento e mal-estar ou pode abrir espaço para que este possa selocalizar um tanto mais acerca de suas questões e conflitos? No âmbito

da família, foco deste artigo, que efeitos produz um diagnóstico? Tais efeitos caminham na direção de uma cronificação do sofrimento ou abrem a possibilidade de mudança nas relações e no modo dese viver?

## 2.3 DIAGNÓSTICO: DO ‘SENTIDO ESTABILIZADO’ À NARRAÇÃO

Citando Jaspers, Lingiardi (2021, p.31) diz que o diagnóstico “deveria ser um tormento”. Na contramão do que se tem observado em termos da exponencial produção de diagnósticos nos últimos anos, a posição do psiquiatra Jaspers provoca-nos a repensar a relação com o diagnóstico e a partir do diagnóstico. Definitivamente, o diagnóstico hoje é marcado pela banalização que tende a colocá-lo mais ao lado de um conjunto de identificações em massa em torno de determinadas características.

Lingiardi (2021) compreende que o tormento, do lado do clínico, diz respeito à capacidade de sustentar uma “posição incômoda” (2021, p. 31) entre o impacto do diagnóstico e a capacidade do paciente de conhecê-lo. A preocupação de Lingiardi parece recair sobre o momento em que o diagnóstico é dado ao paciente e quais os efeitos desta nomeação. Isto parece crucial pois compreendemos aqui que o diagnóstico pode ser tanto fim quanto meio.

A maneira como o paciente interpreta o diagnóstico produz efeitos sobre como este irálidar com o tratamento. Se o diagnóstico é logo integrado como fazendo parte de umapersonalidade, de certo modo de ser, e explica uma série de fenômenos que ocorriam, mas nãoencontravam explicação, o diagnóstico talvez surja aí como alívio. O risco de uma posição como essa é que uma identificação é também alienante: o sujeito acredita que descobriu uma resposta para o seu Ser, e corre o risco de passar uma vida explicando suas idiossincrasias a partir de uma generalização nosográfica; a síndrome, o transtorno. Nesse sentido, o sujeito se aliena ao que a ciência oferece como explicação para o que lhe atravessa. Para Lacan (1964/1985), este é um mecanismo estrutural que estabelecemos nas relações com os outros desde muito pequenos, quando nos identificamos a traços e características nomeadas pelos outros, daí o papel central da linguagem nesse processo.

De outro modo, o diagnóstico pode significar uma ruptura, marcar um antes e um depois, dividir o sujeito a ponto de empurrá-lo na direção de uma implicação com a vida; instaura uma crise que abre a possibilidade de ressignificações diversas. Um exemplo comum é pensar em pessoas que ao receberem o diagnóstico de uma doença grave mudam completamente de vida: viajam, trocam de emprego, mudam de cidade, se divorciam etc. Estaé uma posição na qual a pessoa tende a se perguntar sobre como tem vivido a vida, convocando-a.

Um outro exemplo para pensar tais posições frente a um diagnóstico é refletir sobrecomo as pessoas tendem a atribuir sentido ao que lhe acontece no corpo. Uma taquicardiapode ser tomada como o início de uma crise de ansiedade, de pânico ou como efeitos do café sobre o corpo. Nesse sentido, uma crise de ansiedade pode ser interpretada como parteconstituinte da personalidade da pessoa (“sou ansiosa”) ou pode convocá-la a pensar sobre o por quê ela sente o que sente, em quais momentos, o que está em implicitamente em jogo emsua relação com os outros e com o mundo que a faz produzir tais sintomas. Na primeira, a generalidade da nosografia eclipsa o sujeito, na segunda, tem-se uma chance para que o sujeito possa falar por si mesmo e sobre si mesmo.

É preciso destacar que a relação que se estabelece com o diagnóstico é mais importante do que o diagnóstico em si. Nessa direção, implicamos o diagnóstico e “seu sentido estabilizado que sustenta o processo de medicalização presente de forma marcante na sociedade atual: um nome de doença implica um nome de remédio para curar essa doença diagnosticada” (Sancho *et al*., 2019, p. 4). Entende-se que este “sentido estabilizado” do diagnóstico na contemporaneidade corresponde a lógicas de alienação do sujeito acerca do seu sofrimento psíquico, cronificando estados de mal-estar ao tratá-los somente como uma desregulação bioquímica.

Sustentamos aqui uma posição ética distinta frente ao diagnóstico, seguindo as indicações dos autores Sancho *et al*. (2019, p. 5):

> Aderimos a uma das interpretações vigentes sobre o funcionamento do diagnóstico que é o de tomá-lo como uma narração. No diagnóstico, o médico narra alguma coisa do paciente. E narra também alguma coisa de si – uma vez que só pode falar do paciente apartir de seu olhar – afetado já pelo olhar do outro sobre si e sobre ele. Filiamo-nos a uma formação discursiva hipocrática, em que diagnosticar é “conhecer através”: através de um olhar, de uma relação, de um acontecimento na clínica que não passa, necessariamente, por nomear uma doença. Na narrativa, o médico pode

> assumir o papel de autor, o de leitor, ou de ambos. O autor é responsável pelo texto. O leitor é responsável por fazer o texto público, ele o lê. Essa autoria/leitura é, para nós, a construção de um espaço de relação entre o médico, o paciente e seu entorno: conhecimento compartilhado, laço, responsabilidade pelo processo de estabelecimento da saúde na prática clínica. Diagnosticar não é somente dar nome a uma doença, mas estabelecer uma relação ética na direção de um conhecimento compartilhado que institui condições de produção para que o paciente se encontre em uma posição saudável, sendo a referência do que é saudável construída na prática clínica de acordo com as possibilidades e sentidos compartilhados

Consideramos que a posição apresentada pelos autores acima: (a) implica o fazer clínico apontando que o diagnóstico é construído através de uma relação; (b) que essa relaçãodeve criar condições de produção de uma posição saudável; (c) levando em consideração que 'saudável' é a condição singular dos próprios fatos, dados e referências na relação estabelecida.

No campo do sofrimento psíquico, tal perspectiva preconiza que o profissional tenhaem vista que é o sujeito quem melhor pode dizer sobre o que lhe acomete e por mais quecolocar em palavras o que acontece não seja tarefa fácil, tem-se em vista que ao menos oespaço para algo possa ser dito e escutado se estabeleça na relação com os profissionais desta área. Consideramos que essa direção desloca a posição de cuidado e de saber: de cuidadoporque os pacientes passam a ser sujeitos de cuidado e não somente objetos, de saber porqueo profissional, não tão seguro acerca de seu conhecimento sobre o que acomete o paciente,possa deixar espaço para que o paciente possa subjetivar seu sofrimento, não somente pela viacientífica-diagnóstica, mas também pelo o que ele encontra de engodo, falta de palavras, conflitos e incertezas sobre si e sobre sua vida. Deslocar-se dessa posição de saber e cuidado é propriamente sustentar a "posição incômoda" defendida pelo Lingiardi (2021, p. 31).

Enquadrado pela nosologia biomédica, a abordagem padrão do sofrimento psíquico sugere que a cura ou o controle da condição está diretamente vinculada aos critérios diagnósticos e à terapêutica padronizada correspondente. Isso pode levar a um modelo de atendimento que, muitas vezes, reduz a anamnese do paciente a uma mera queixa e a conduta médica a uma prescrição de medicamento, sem uma consideração mais profunda do diagnóstico em si (Sancho *et al.*, 2019).

Em análise histórico-ideológica, Sancho *et al.* (2019) indicam que esse modelo de "atendimento queixa-conduta" silencia a própria formulação do diagnóstico. Mais que

isso, a direção do tratamento sucumbe na trilha do fármaco e o nome do transtorno (classificação) substitui o “conhecer através”, a narração singular que daria abertura à experiência do paciente. “[...] este é o ponto nodal de nossa compreensão: este ‘outro’ que seinstala no lugar da autoria/leitura do diagnóstico, tal como viemos definindo o que entendemos como diagnóstico – o conhecer através – é o fármaco” (Sancho *et al.*, p. 7).

A prescrição do fármaco, nesse contexto, torna-se o novo “autor/leitor” do diagnóstico, o que reitera a leitura biológica preconizada pela medicina e suprime a importância da relação profissional-paciente na construção diagnóstica.

As autoras tocam num ponto-chave que dialoga com a posição aqui defendida dentro do campo: a problemática não se justifica em torno do diagnóstico em si mas sim na redução deste ao nome de uma doença. No limite, o fármaco se igualou ao diagnóstico e “metaforiza asaúde” (2019a, p. 8) na medida em que restringe a prática clínica e a responsabilidade profissional à prescrição e as necessidades do paciente ao remédio. Esse modelo de atendimento pauta-se na história política do diagnóstico que cada vez mais tem se fechado dentro do imaginário atual de formação discursiva biomédica. Nesse sentido, o diagnóstico fecha-se no nome de um transtorno ao contrário de ressaltar a potencialidade de sua polissemia, isto é, implicar uma série de processos subsequentes.

No entanto, é crucial reconhecer que a posição que considera o diagnóstico como umanarração construída entre médico-paciente e que busca estabelecer uma relação ética entre essas partes, não oferece uma solução definitiva ou uma salvação frente ao discurso biomédico dominante. Em vez disso, propõe uma alternativa que visa criar condições para o paciente poder subjetivar seu sofrimento e participar ativamente da construção de sentido da sua própria saúde.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se é verdade que no último século as doenças como entidades se tornaram mais bem definidas e plausíveis, bem como justificam intervenções terapêuticas pré-determinadas (Rosenberg, 2002), no campo do sofrimento psíquico entendemos que a construção diagnóstica caminha na direção de uma relação pautada na singularidade. Consideramos que os transtornos descritos nos manuais e tratados não coincidem com

o sofrimento apresentado cotidianamente nas clínicas e serviços de saúde e que a realidade clínica é mais discursiva do que algorítmica (Lingiardi, 2021).

Apesar de o diagnóstico ser definido como uma referência necessária para condução de tratamentos, a experiência e o discurso contemporâneo, embasados pelo pressuposto de certa generalização nosológica, a ideais de saúde universais, ao empuxo à evidência e à biologia tem costumeiramente colocado o diagnóstico como horizonte de uma clínica apoiada na estrita redução e/ou desaparecimento dos sintomas. Correndo-se o risco de cronificação de certa posição diante o mundo na medida em que o saber técnico-científico o reduz à explicação dos modos de ser e sofrer.

Do ponto de vista de um consenso internacional sobre transtornos/doenças que acometem a humanidade, nosologias descritivas são as mais bem ajustadas às estatísticas, elaboração de políticas de saúde, planos de ação e conscientização acerca de doenças etc, permitindo à comunidade científica certo senso de coesão, planejamento e estratégias. No entanto, a forma de narrar como e porque sofremos está diretamente relacionada aos modos como sentimos e enfrentamos o sofrimento.

Neste artigo, propusemo-nos a entender as implicações da abordagem diagnóstica nacontemporaneidade sem o objetivo de esgotar toda a potencialidade de discussão acerca dotema. A discussão pautou-se em três eixos, quais sejam: a política, a racionalidade clínica e a psicopatologia. Apontou-se que a nomeação diagnóstica influencia a subjetividade, os modos de vivenciar o sofrimento e as relações sociais. Esperamos que esta discussão nos ajude arefletir criticamente sobre as bases epistemológicas que sustentam a atual prática na clínica psiquiátrica e a considerar as implicações políticas e culturais dos diagnósticos que utilizamos.

## REFERÊNCIAS

ANDREASEN, N. C. DSM and the death of phenomenology in America: an example of unintended consequences. **Schizophrenia Bulletin**, v. 33, n. 1, p. 108-112, jan. 2007. DOI: 10.1093/schbul/sbl054. Publicado online em 7 dez. 2006.

BIRMAN, J.. A psicopatologia na pós-modernidade. As alquimias no mal-estar da atualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 2, n. 1, p. 35–49,jan. 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder** (org.e trad. Roberto Machado). São Paulo: Graal, 1984.

HAN, B-C. **Sociedade do Cansaço**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

LACAN, J. **O Seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LEAL, E. M. et al.. Psicopatologia da autonomia: a importância do conhecimento psicopatológico nos novos dispositivos de assistência psiquiátrica. **Revista Latinoamericanade Psicopatologia Fundamental**, v. 9, n. 3, p. 433–446, jul. 2006.

LINGIARDI, V. **Diagnóstico e Destino** (trad: Julia Scamparini). Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

MCGRATH, J. & AL-HAMZAWI, A. & ALONSO, J. & ALTWAIJRI, Y. & ANDRADE, L. H. & BROMET, E. & BRUFFAERTS, R. & CALDAS DE ALMEIDA, J. & CHARDOUL, S. & CHIU, W. & DEGENHARDT, L. & DEMLER, O. & FERRY, F. & GUREJE, O. & HARO, J. & KARAM, E. & KARAM, G. & KHALED, S. & KOVESS-MASFETY, VI. & ZASLAVSKY, A. **Age of onset and cumulative risk of mental disorders:** a cross-nationalanalysis of population surveys from 29 countries. *The Lancet Psychiatry*, 2023. DOI: 10.1016/S2215-0366(23)00193-1.

ROSENBERG, C. E. **The Tyranny of diagnosis:** specific entities and individual experience. *Milbank Q*, 80(2):237-60. 22, 2002.

SANCHO, K. A.; PFEIFFER, C. R. C.; CORRÊA, C. R. S.. Medicalização, diagnóstico clínico e queixa-conduta – redes de significação em jogo. **Interface - Comunicação, Saúde,Educação**, v. 23, p. e170633, 2019.

WELCH, G; SCHWARTZ, L; WOLOSHIN, S. O que está nos deixando doentes é uma epidemia de diagnósticos. **Jornal do Cremesp**, p. 12, fev, 2008. (texto publicado no The NewYork Times, em 02/01/2007; tradução de Daniel de Menezes Pereira).

# REPERCUSSÕES NEUROFUNCIONAIS E ABORDAGENS FISIOTERAPÊUTICAS EM CRIANÇAS COM MIELOMENINGOCELE: REVISÃO NARRATIVA

*Beatriz Nascimento França*[1]

*Camila Andrade Pontes*[2]

*Elaine Cristina Cartaxo VillasBôas*[3]

*Mariana Assis dos Santos do Nascimento*[4]

*Sabrina Carmo de Oliveira*[5]

**RESUMO**

Essa revisão narrativa teve como objetivo descrever as repercussões motoras e neurais, e identificar abordagens fisioterapêuticas em pacientes pediátricos com mielomeningocele (MMC). O estudo trata-se de uma revisão de literatura narrativa,de natureza básica e caráter exploratório e qualitativo, no período de setembro a novembro de 2023. Foram incluídos artigos publicados nos últimos dez anos que correlacionam MMC do tipo espinha bífida aberta com procedimento cirúrgico e a abordagem fisioterapêutica, tal qual a utilização de Fotobiomodulação e Treino de marcha, assim como os artigos que associam o processo de desenvolvimento neurofuncional à patologia. Foram excluídas dissertações e teses, com abordagemna atuação da enfermagem, além de artigos com foco na meningocele e espinha bífida fechada e MMC em adultos. Foram encontrados 7810 artigos publicados. Destes, exclui-se 7795 por não se enquadrarem nos critérios de inclusão. Restaram 15 estudos: dez na língua inglesa, três em português e dois em espanhol. Emrelação ao desenho de estudo, obteve-se um estudo analítico, uma pesquisaexploratória, um estudo experimental, dois estudos clínicos randomizados, doisestudos observacionais, dois estudos transversais, uma pesquisas de coorte, doisestudos retrospectivos um estudo de caso e duas revisões bibliográficas, adicionadas pela sua grande relevância. Diante das repercussões neuromotorasapresentadas é de extrema importância a atuação fisioterapêutica, como uso dacinesioterapia, no intuito de diminuir possíveis complicações, como repercussões posturais e alterações no crescimento. Contudo, há necessidade de mais estudos, que apresentem outras prováveis repercussões e alternativas benéficas de abordagens que viabilizem uma melhor qualidade de vida para a criança.

**Palavras-chave:** Abordagem fisioterapêutica. Mielomeningocele. Crianças. Repercussões neuromotoras. Espinha bífida.

**ABSTRACT**

This narrative review aimed to describe the motor and neural repercussions and identify physiotherapeutic approaches in pediatric patients with myelomeningocele (MMC). The study

[1] Fisioterapeuta graduada pela Universidade Católica do Salvador. beatriznascimentofranca.fisio@gmail.com

[2] Fisioterapeuta graduada pela Universidade Católica do Salvador. camilaandradepontes@outlook.com

[3] Fisioterapeuta, Mestre, Docente da Universidade Católica do Salvador.elaine.boas@pro.ucsal.br

[4] Fisioterapeuta graduada pela Universidade Católica do Salvador. marianaassis.nascimento@ucsal.edu.br.

[5] Acadêmica da Universidade Católica do Salvador.sabrinacarmo.oliveira@ucsal.edu.br

is a narrative literature review, of a basic nature and exploratory and qualitative character, from September to November 2023. Articles published in thelast ten years that correlate MMC of the open spina bifida type were included. with a surgical procedure and a physiotherapeutic approach, such as the use ofPhotobiomodulation and gait training, as well as articles that associate the process of neurofunctional development with pathology. Dissertations and theses, with an approach to nursing practice, were excluded, as well as articles focusing on meningocele and closed spina bifida and MMC in adults. 7810 published articles were found. Of these, 7795 were excluded as they did not meet the inclusion criteria. 15 studies remained: ten in English, three in Portuguese and two in Spanish. Regarding the study design, one analytical study, one exploratory research, one experimental study, two randomized clinical studies, two observational studies, two cross-sectional studies, one cohort research, two retrospective studies, one case study and two bibliographical reviews, added due to their great relevance. In view of the neuromotor repercussions presented, physiotherapeutic action, such as the useof kinesiotherapy, is extremely important in order to reduce possible complications, such as postural repercussions and changes in growth. However, there is a need for more studies, which present other likely repercussions and beneficial alternative approaches that enable a better quality of life for the child.

**Keywords:** Physiotherapeutic approach. Myelomeningocele. Children. Neuromotor repercussions. Spina bifida.

## 1 INTRODUÇÃO

A mielomeningocele (MMC) é o tipo mais grave de espinha bífida. Trata-se de uma malformação do tubo neural durante o processo embrionário.[1,14] Pode ser classificada em espinha bífida oculta ou fechada decorrente do revestimento do tubo neural por tecido epitelial e espinha bífida aberta com a exposição do tecido neural. Essa malformação pode ocasionar limitações funcionais e neurais para a criança como alterações cognitivas, dificuldade na deambulação, fraqueza muscular, diminuição da mobilidade articular e hidrocefalia. [1,8]

A prevalência da MMC no Brasil pode variar entre 1,4 e 1,5 por 10.000 nascidos, enquanto a taxa de incidência de espinha bífida é de 1,139 em cada mil nascidos vivos. Após a análise dos dados estatísticos, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária em 2002, regulamentou a suplementação de farinha com ácido fólico, ondeas farinhas precisariam conter 0,15mg de ácido fólico na sua composição, diante regulamentação obteve diminuição de 40% na taxa de prevalência.[1,2] Comumente, em torno de 14% dos portadores de mielomeningocele cursaram com óbito antes do quinto ano de idade, e a taxa de mortalidade de crianças com alteração do tronco cerebral poderá ultrapassar 35%. Com a finalidade de minimizar o índice de óbitos causados frequentemente por

infecções do trato urinário, pulmonares e do líquido cefalorraquidiano, se faz necessário a realização de um diagnóstico precoce para diminuir a taxa de mortalidade. [2,3]

O diagnóstico é realizado precocemente através dos testes de alfa-fetoproteína (AFP) e exames de imagem como ultrassom morfológico. Caso obtenha a confirmação da MMC opta-se pelo parto cesáreo e desta forma o recém-nascido é encaminhado para o centro cirúrgico para que o tecido nervoso seja posicionado dentro do canal, a fim de preservar suas condições funcionais para evitar ou diminuir possíveis complicações da patologia. [1,4]

Algumas das repercussões da MMC são bexiga e intestino neurogênico, paralisia em membros inferiores, distúrbios renais, hidronefrose e refluxo vesicouretral. Consequentemente a criança irá apresentar um déficit de força muscular, e quando houver um quadro de hidrocefalia poderá cursar com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor associado a um déficit de coordenação do tronco.5,14 Com base nas repercussões sofridas pelo paciente com MMC, observa-se a importância de uma abordagem fisioterapêutica para o auxílio do processo neuropsicomotor.

Devido às alterações regularmente acometidas e citadas á cima, é imprescindível a atuação fisioterapêutica para o fortalecimento muscular, a fim de obter uma efetiva funcionalidade do sistema musculoesquelético.[11,12] A literatura abrange diversas abordagens fisioterapêuticas como: fotobiomodulação, terapia baseada na estimulação reflexa, treino de marcha, cinesioterapia, estabilização articular com órtese, estimulação de movimentos e sustentação de peso com membros inferiores, assim, visa auxiliar no processo de adquirir e manter o bom funcionamento motor e neurofuncional da criança com espinha bífida.[11-13] As crianças com MMC se beneficiam com o tratamento fisioterapêutico devido a diminuição das disfunções ocasionadas, com isso o paciente poderá obter uma melhor inserção na sociedade.

Contudo, compreende-se que esta análise agregará aos leitores conhecimento para identificar repercussões neurofuncionais dos portadores da patologia referida, e adquirir maior embasamento sobre as condutas fisioterapêuticas, para assim, auxiliar no desempenho profissional em traçar um planejamento eficaz para o tratamento. Para tanto, este estudo tem como objetivo descrever as repercussões motoras e neurais, além de identificar abordagens fisioterapêuticas em pacientes pediátricos com mielomeningocele.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo trata-se de uma revisão de literatura narrativa, de natureza básica e caráterexploratório e qualitativo. Para realização da pesquisa, validaram-se os artigos indexados nas bases de dados Scientific Electronic Library (Scielo), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Pubmed e Physiotherapy Evidence Database (PEDro). Foram empregados os descritores *mielomeningocele, intervenção precoce, criança, fisioterapia, reabilitação* e seus correlatos na língua inglesa e espanhola. Para associação dos descritores foiutilizado o operador booleano AND.

A coleta de dados ocorreu no período de setembro a novembro de 2023. Foram incluídos no estudo artigos publicados no últimos 10 anos, onde tem ressalva de dois artigos do ano de 2008 e um de 2009 por apresentar grande relevância, os artigos que correlacionam MMC do tipo espinha bífida aberta com procedimento cirúrgico e a abordagem fisioterapêutica, assim como os artigos que associam o processo de desenvolvimento neurofuncional à patologia. Foram excluídos artigos de língua japonesa e francesa, dissertações e teses, foco em terapias medicamentosas, abordagem na atuação da enfermagem, além de artigos com foco na meningocele e espinha bífida fechada e MMC em adultos.

## 3 RESULTADOS

Após pesquisa nas bases de dados foram encontrados 7810 artigos. Dentre eles, 17 estudos foram subtraídos por se repetirem nas bases de dados, 565 foram eliminados por abordarem a MMC em adultos, 771 com exclusividade na atuação da enfermagem, 2.028 por relacionarem meningocele e espinha bífida fechada, dois por apresentarem estudos semelhantes aos já utilizados, quatro por não apresentarem abordagens benéficas, quatro na língua francesa, dois na língua japonesa, eliminados pela difícil acessibilidade da tradução e pouca relevância, 96 com foco na terapia medicamentosa, 2.348 com mais de 10 anos de publicação e 1.958 porserem teses. A análise da seleção dos artigos excluídos e incluídos constam no fluxograma disponibilizado na figura I (Apêndice I).

Logo, restaram 15 artigos para leitura na íntegra. Destes, dez estão na língua inglesa, três em português e dois em espanhol. Em relação ao desenho de estudo obteve-se um estudo analítico, uma pesquisa exploratória, um estudo experimental, dois estudos clínicos randomizados, dois estudos observacionais, dois estudos transversais, uma pesquisa de coorte, dois estudos retrospectivos, um estudo de caso e duas revisões bibliográfica, adicionadas pela sua grande relevância. As características metodológicas dos estudos utilizados encontram-se dispostos natabela I (Apêndice II).

## 4 DISCUSSÃO

Foi observado que crianças com mielomeningocele, apresentam repercussões que afetam o sistema motor e neural, com isso, após serem expostas a abordagens fisioterapêuticas como a cinesioterapia, com foco no ganho da independência funcional, obtiveram uma melhora significativa no desenvolvimento neuromotor. Posto isso, se faz necessário abordar variáveis como: manifestações ortopédicas, exames para diagnóstico, patologias secundárias, abordagem fisioterapêutica, alteração da deambulação e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.

A patologia abordada pode acarretar disfunções neurais, limitações funcionais e alterações ortopédicas. De acordo com Freitas et al.,[6] 2017 crianças com MMC tendem a manifestar paralisia de membros inferiores, pé torto congênito, luxação congênita do quadril, escoliose, comprometimento motor e contraturas musculares generalizadas. No entanto, os pesquisadores Swarup et. al.,[7] 2022 analisaram as taxas de escoliose, anomalia do quadril, pé torto, e acrescentaram torção tibial e cifose como um caráter de pesquisa. Este estudo foi realizado com 183 mulheres elegíveis para procedimento cirúrgico de reparação tecidual pré natal (91 pacientes)e pós natal (92 pacientes). Diante do exposto, o segundo autor traz uma informação adicional de que pacientes tratados com os reparos não apresentam diferenças em taxas analisadas. Com isso, notou-se exposição em ambos os artigos às disfunções osteomioarticulares devido a patologia, independente da intervenção cirúrgica realizada.

É de extrema importância o acompanhamento médico durante o período pré natal para diagnóstico precoce de diversas patologias maternas ou fetais. Conforme Bizzie Machado.,[1] 2012, para o diagnóstico  da MMC, destaca-se a ecografia fetal que

visa avaliar o desenvolvimento da anatomia interna e externa do feto, e assim ter a capacidade de detectar alterações cranianas. Além deste exame destaca-se a dosagem de alfafetoproteína que, atualmente encontram-se em desuso devido elevação percentual de AFP em diversas condições clínicas fetais, apresentam um falso positivo, e de acordo com o diagnóstico incompleto através da ultrassonografia fetal é preferível realização da ressonância magnética devido a alta resolução das imagens fetais. No entanto, León et. al.,[8] 2013 enfatizam que em casos graves de MMC é indicado realização de ultrassonografia transvaginal ainda no primeiro trimestre da gestação, porém o diagnóstico tardio pode ser dado devido a não ossificação completa do sacro durante este período. Visto isso, os principais exames para detecção da patologia em questão são exames laboratoriais, ressonância magnética e ultrassonografia. Entretanto, torna-se não prioritário a realização da RM em primeira instância dado o seu alto custo.

Dada sua complexidade, a mielomeningocele pode acarretar em patologias secundárias, como afecções uroginecológicas, hidrocefalia e hidrosiringomielia. Desta forma, Caminiti et.al.,[9] 2018 cita que os pacientes que possuem a lesão na região lombar superior podem desenvolver hipoplasia dos membros inferiores, infecções recorrentes do trato urinário e insuficiência renal crônica, além de apresentar distúrbios nutricionais que podem repercutir em sobre peso, expondo que a prevalência de obesidade entre pacientes com MMC é de 42%. Deste modo, podem cursar com redução da mobilidade e da qualidade de vida e gerar consequências metabólicas como, intolerância a carboidratos, diabetes, dislipidemia,hipertensão arterial, síndrome da apneia obstrutiva do sono e elevação do risco de patologias cardiovasculares. Do mesmo modo, Longo et.al.,[10] 2008 relatam que o quadro clínico inclui déficits de força muscular e sensibilidade abaixo do nível da lesão, bexiga e intestino neurogênicos, disfunção sexual e déficits cognitivos. No estudo foram analisados 33 pacientes que apresentavam MMC com idades entre 6 e 23 anos, como resultado foi notada uma dismetria acentuada da função manual, além da diminuição na força de preensão em pacientes com mielomeningocele, quando comparados com indivíduos normais. Este autor também afirma que existem patologias secundárias que são frequentemente encontradas como a hidrocefalia e hidrosiringomielia cervical, respectivamente em, 81,8% e 45,8% dos pacientes. Perante o exposto, retorna-se a importância do diagnóstico precoce para ocasionar uma diminuição do surgimento de doenças

secundárias. Contudo, o aparecimento de novas patologias pode acarretar em alterações neuropsicomotoras ecinéticofuncionais.

No que diz respeito à abordagem fisioterapêutica, destaca-se a utilização de algumas técnicas terapêuticas, dentre elas a fotobiomodulação, fisioterapia convencional e terapia reflexa. Deste modo, os autores Silva et.al.,[11] 2023 descrevema utilização da fotobiomodulação em 20 participantes com idades de 2 a 12 anos, diagnosticados com MMC nos níveis lombar inferior e sacral, dentre esses foram divididos em dois grupos de 10 crianças, no primeiro foi realizado a cinesioterapia combinada com led ativo, enquanto no segundo realizou-se apenas a cinesioterapia com uma simulação de led. A fotobiomodulação é realizada com o paciente em decúbito ventral e consiste na aplicação de fontes de luz com comprimento de onda de 850 nm na região que não apresenta processos espinhosos, o qual é possível identificar através da palpação. A abordagem fisioterapêutica contou com um total 24sessões, realizadas numa frequência de 2 vezes semanais, com duração de 45 a 60 minutos cada. As intervenções foram focadas no fortalecimento muscular; na manutenção do tempo máximo de permanência nas posições de sedestação, engatinhar, ajoelhar e de ortostase; e em transferências para as seguintes posições: rolamento, pronação, sedestação, engatinhar e ajoelhar. Após a finalização do estudo, concluiu-se que os dois grupos apresentaram melhoras significativas para mobilidade funcional, função motora grossa e no aumento da atividade elétrica muscular do reto femoral, tibial anterior e gastrocnêmio lateral , anunciado que a melhora exposta não foi intensificada com a utilização do LED, visto que ambos demonstraram a mesma evolução. Finaliza-se observando que trata-se de uma terapia não invasiva e de baixo custo, além de comprovar a eficácia do efeito placebo.

Os autores Aizawa et al.,[12] 2017 expõem um estudo realizado com 12 participantesde maneira que comparou-se dois grupos: grupo controle onde abordou a fisioterapiaconvencional e o grupo experimental abordado a fisioterapia baseada na estimulação reflexa, obtido em cada análise 6 pessoas, a abordagem constou com 10 sessõessemanais de 45 minutos cada. O grupo controle focou-se no fortalecimento muscular,controle postural, correção de posicionamento com órteses e foi realizado manutenção e transferências das posições igualmente ao autor 12 acima, diferenciado-se somente a exposição da quantidade de repetições das mudanças posturais com a realização de 3 a 10 repetições para cada transição. Divergente a isso, o grupo

experimental objetivou auxiliar somente no início das mudanças posturais associado ao alongamento muscular, antes e durante a contração, relacionada a cinesioterapia resistida baseada na Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva (FNP). Diante conclusão do estudo apresentou-se que ambos os grupos obtiveram melhora no controle postural, principalmente nas posições de: prono, supinação e sedestação. E o grupo experimental obteve uma melhora mais acentuada em relação à função motora grossa e uma maior resposta motora, dada pelo possível aumento da informação sensorial periférica. Visto isso, o grupo experimental obteve um maior resultado devido a melhora efetiva na função motora dada pela resistência aplicada na musculatura. Destoante ao anterior, quando não há possibilidade da aplicabilidade da cinesioterapia resistida é indicado movimentos passivos ou assistidos. Com isso, entende-se a eficácia de ambos os tratamentos no desenvolvimento da criança para que esta adquira mobilidade articular, controle de tronco, consciência e fortalecimento de membros inferiores suficientes para alcançar habilidades motoras básicas, dentre elas sentar, engatinhare andar.

A alteração da deambulação dependerá conforme o nível da lesão, segundo Brandãoet. al.,[13] 2009 crianças com MMC localizada na região lombar baixa apresentam melhor prognóstico da marcha, portanto os pacientes que apresentam lesões em regiões mais altas também podem adquirir a deambulação, através do tratamento precoce. Este, é realizado por meio do treino de marcha, que deve ser iniciado com a criança em posição ortostática, com apoio em parede, para que esta acostume-se com a posição, visto que realize a deambulação posteriormente de forma pausada, além de manter a frequência cardíaca do paciente e ficar atento para a prescrição de dispositivos auxiliares de marcha caso haja necessidade. Complementando a isto, a análise feita por Silva et al.,[11] 2023 expõem que ambos os grupos apresentaram melhoria na condução elétrica dos músculos reto femoral, tibial anterior e gastrocnêmio lateral, o que gerou uma marcha independente em 11 dos 20 participantes do estudo. Contraposto a isso Aizawa et al.,[12] 2017 analisaram um estudo com 53 crianças com idades entre 3 a 11 anos que apresentavam MMC, durante a análise foi observado que dessas 31 atingiram o nível da deambulação almejada, e apenas 22 expuseram um rendimento pior do que esperado. Visto isso, a intervenção fisioterapêutica pode diminuir as alterações da marcha e assim, gerar uma independência funcional.

Relativo ao atraso neuropsicomotor é evidente que as crianças com MMC tenham dificuldade de adquirir a posição de sedestação e ortostática em função da privação dos reflexos primitivos, e um comprometimento no controle de tronco efetivo e no controle cervical. Posto isso, o estudo realizado por Ferreira et al.,[14] 2018 afirma que 75% das lesões causadas pela MMC são encontradas em região lombar onde cursam com déficit no quadro motor e cognitivo e no controle vesical e intestinal, onde entende-se que as lesões com níveis mais baixos, a força muscular e a mobilidade são preservadas parcialmente. De acordo com Sá et al.,[15] 2014 a MMCna apresentação clínica pode ter manifestações como déficit leve na parte sensorial distal, disfunção esfincteriana ou até paralisia completa abaixo do nível da lesão e é possível ocorrer incapacidade de sustentação da cabeça, déficit na ativação da musculatura flexora e extensora que pode estar relacionada com a hidrocefalia com repercussão no atraso do desenvolvimento neuropsicomotor. Logo, é possível identificar uma deficiência na porção esfincteriana e motora em ambos artigos como repercussões da patologia, além do alcance da sedestação e da ortostase alterada devido ao comprometimento medular.

Este estudo apresentou como vantagem um baixo investimento de capital por terem sido utilizados como referências artigos gratuitos, além de tratar- se de uma temática que apresenta facilidade em busca, por haver uma quantidade suficiente e relevante para a realização da pesquisa. As limitações referem-se ao reduzido número de artigos em formato de estudo de caso sobre abordagem fisioterapêutica em crianças com Mielomeningocele, e à escassez de estudos que definissem uma delimitada faixa etária.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo, as repercussões neurais e motoras mais apresentadas em pacientes com MMC são manifestações ortopédicas, como pé torto congênito, luxação de quadril e escoliose, incluindo alterações posturais e no crescimento. Comisso, é de extrema importância a atuação fisioterapêutica, em abordagens como o uso da cinesioterapia, estimulação reflexa, fotobiomodulação, e treino de marcha, nointuito de diminuir estas possíveis complicações.

Portanto, esse estudo poderá servir de base para a comunidade científica por contribuir sobre um melhor entendimento das eventuais disfunções e possibilidades de

condutas fisioterapêuticas utilizadas no público alvo. Contudo, há necessidade demais estudos, que apresentem outras prováveis repercussões e alternativas benéficas de abordagens que possam viabilizar uma melhor qualidade de vida para a criança.

## REFERÊNCIAS

1 Bizzi J, Machado A. Mielomeningocele: conceitos básicos e avanços recentes. J. bras. neurocir. Porto Alegre, 2012.

2 Salomão R, Cervante T, Salomão J, Leon S. The mortality rate after hospital discharge in patients with myelomeningocele decreased after implementation of mandatory flour fortification with folic acid. Arquivos De Neuro-psiquiatria. 2017; 75(1),20–24.

3 Figueiredo L, Andrade T, Abreu A, Melo B, Cruz I. Rev. Soc. Bras. Clín. Méd. 2019;17(4): 171-173.

4 Meller C, Covini D, Aiello H, Izbizky G, Portillo M, Otaño L. Update on prenatal diagnosis and fetal surgery for myelomeningocele. Arch Argent Pediatr. 2021;119(3): 215 - 228.

5 Szopa M, Szopa A, Siwiec A, Czerwieniec I, Schreiber L, Dabek J. Effects of Whole-Body Vibration Training on Lower Limb Blood Flow in Children with Myelomeningocele-A Randomized Trial. J Clin Med. 2021; 10(18):4273.

6 Freitas G, Sena R, Silva J, Castro F. Rehabilitation of children and adolescents withmyelomeningocele: the daily life of mothers-caregiversRehabilitation of children and adolescents with myelomeningocele: the daily life of mothers-caregivers. Rev GaúchaEnferm. 2017; 37(4): 60310.

7 Swarup I, Talwar D, Howell L, Adzick N, Horn B. Orthopaedic outcomes of prenatal versus postnatal repair of myelomeningocele. J Pediatr Orthop B. 2022; 31(1):87-92.

8 León L, León O, Dominguéz N, Monterrey I, Portal Y, Campo A. Agenesia sacraasociada a disrrafismo espinal e hidrocefalia. Rev Cubana Pediatr. Ciudad de la Habana. 2013; 85( 2 ): 265-272.

9 Caminiti C, Saure C, Weglinski J, Castro F, Campmany L. Body composition andenergy expenditure in a population of children and adolescents with myelomeningocele. Arch Argent Pediatr. 2018; 116(1):8-13.

10 Longo E, Castelo A, Silveira G, Nakayama M, Fernandes DG. Anormalidades del sistema nervioso central y alteraciones de los miembros superiores en pacientes conmielomeningocele. Rev Neurol. 2008; 46(9):525-30.

11 Silva T, Tobelem D, Malavazzi T, Mendonça J, Andreo L, Chavantes M, et al. Effect of Photobiomodulation Combined with Physiotherapy on Functional

Performance in Children with Myelomeningo-Cele-Randomized, Blind, Clinical Trial. J

Clin Med.2023; 12(8):2920.

12 Aizawa C, Morales M, Lundberg C, Moura M, Pinto F, Voos M, et al.

Conventional physical therapy and physical therapy based on reflex stimulation showed similar results in children with myelomeningocele. Arq Neuropsiquiatr. 2017; 75(3):160-166.

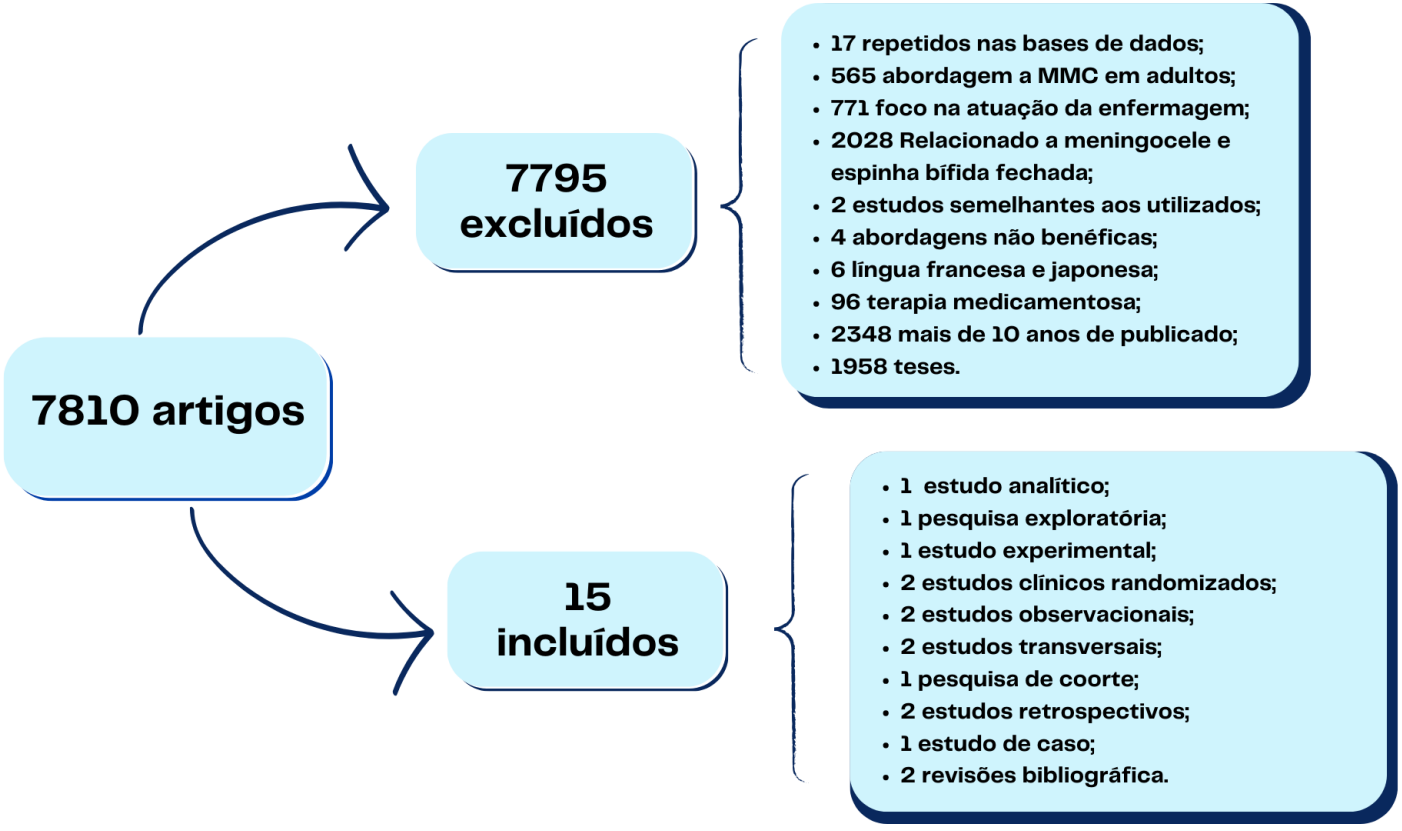
13 Brandão A, Fujisawa D, Cardoso J. Características de crianças com mielomeningocele: implicações para a fisioterapia. Rev Fisio.mov, 2009; 22 (1):96-75.

14 Ferreira F, Bexiga F, Martins V, Favero F, Sartor C, Artilheiro M, et al. Independência funcional de crianças de um a quatro anos com mielomeningocele. Fisioter Pesqui. 2018; 25(2):196–201.

15 Sá M, Ribeiro C, Fracho F, Pereira R, Ferreira A, Orsini M. Rev. bras. neurol. 2014; 50(1): 8-14.

## APÊNDICE I

Figura I. Fluxograma de seleção dos artigos.



## APÊNDICE II

Tabela I. Característica metodológica dos estudos utilizados para construção do artigo.

| Título | Autor/Ano | Metodologia | Objetivo | Participantes | Principais resultados |
|---|---|---|---|---|---|
| Rehabilitation of children and adolescents with myelomeningocele: the daily life of mothers-caregiversRehabilitation of children and adolescents with myelomeningocele: the daily life of mothers-caregivers | Giselle Freitas, Roseni Sena. et al. 2017 | Pesquisa Exploratória | Analisar o cotidiano de mães cuidadoras de crianças e adolescentes com mielomeningocele no domicílio. | Foram analisadas 16 mães de crianças e adolescentes com mielomeningocele por meio de entrevistas e observação no período de maio a agosto de 2015, em municípios de Minas Gerais, Brasil. | Analisar o cotidiano das mães de crianças com MMC revelou que a continuidade do cuidado vai além da execução das técnicas no domicílio. As atividades contínuas de cuidado cotidiano transformam profundamente a vida dessas mulheres em diversos aspectos familiares, emocionais, econômicos e sociais. |
| Orthopaedic outcomes of prenatal versus postnatal repair of myelomeningocele | Ishaan Swarup, Divya Talwar. et al. 2022 | Estudo de Coorte | Determinar as taxas de condições ortopédicas em pacientes com reparo pré-natal e pós-natal de mielomeningocele, bem como comparar as taxas de tratamento necessário para condições ortopédicas. | Os dados da coorte completa de 183 pacientes foram analisados (91 pré-natais, 92 pós-natais | Não houve diferença nas taxas de escoliose, cifose, anomalia do quadril, pé torto ou torção tibial entre pacientes tratados com reparo pré-natal ou pós-natal. No entanto, a taxa de discrepância no comprimento das pernas foi menor no grupo de reparo pré-natal aos 12 meses e aos 30 meses |
| Agenesia sacra asociada a disrrafismo espinal e hidrocefalia | Lisett León, Odalys León. et al. 2013 | Estudo de Caso | Analisar a associação entre disrafismo espinhal e hidrocefalia. | Recém-nascido do sexo masculino, filho de mãe multípara, nascido de parto cesáreo por apresentação pélvica com 39,4 semanas, peso 4.100 g e Apgar 8:9 | AS anomalias ósseas dos membros inferiores foram as mais marcantes, assim como a presença de hidrocefalia associada à malformação de Chiari tipo II e mielomeningocele. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Body composition and energy expenditure in a population of children and adolescents with myelomeningocele | Carolina Caminiti, Carola Saure. et al. 2018 | Estudo Analítico | Descrever, em uma população de pacientes com mielomeningocele atendidos no Hospital Nacional de Pediatría "Prof. Dr. Juan P. Garrahan", composição corporal, gasto energético em repouso (GER) e distúrbios metabólicos, e comparar pacientes com mielomeningocele e obesidade com uma população controle com obesidade multifatorial. | Foram avaliados 131 pacientes com idade entre 0,7 e 18,6 anos;; eles foram classificados de acordo com o escore Z do índice de massa corporal em baixo peso (15%), peso normal (42%), sobrepeso (12%) e obesidade (31%). | O estudo demonstrou uma alta prevalência de obesidade na população com mielomeningocele que foi atendida no estudo.Indicadores baseados em dobras cutâneas e circunferência do braço apresentaram associação estatisticamente significativa com MG% e MM absoluta. Pacientes obesos com mielomeningocele apresentaram menor GER em comparação ao GER previsto e à população de pacientes obesos multifatoriais |
| Abnormalities in the central nervous system and alterations in the upper limbs in patients with myelomeningocele | E. Longo Melo, A. Castelo Araújo. et al 2008 | Estudo Transversal | Descrever as alterações dos membros superiores e anormalidades do sistema nervoso central em pacientes com mielomeningocele. | Foram analisados 33 pacientes com mielomeningocele, com idade superior a 6 anos, em acompanhamento no Centro de Reabilitação Sarah Fortaleza, Brasil, | Hidrocefalia, malformação de Chiari tipo II com ou sem torção cervicomedular , hidrosiringomielia e atrofia medular e cerebral foram as alterações mais frequentemente encontradas. |
| Características de Crianças com Mielomeningocele: implicações para a fisioterapia | Aline Brandão, Dirce Fujisawa, et al. 2009 | Estudo Retrospectivo | Analisar as características clínicas, socioeconômicas, terapêuticas e de independência funcional de crianças com mielomeningocele com o intuito de possibilitar a intervenção da fisioterapia mais adequada e efetiva. | Foram analisados os prontuários de 42 crianças com o diagnóstico de mielomeningocele, no ambulatório de um Hospital Universitário. | Os resultados demonstraram que a ocorrência de luxação do quadril e de fratura está associada ao segmento neurológico afetado lombar alto e torácico. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Conventional physical therapy and physical therapy based on reflex stimulation showed similar results in children with myelomeningocele | Carolina Aizawa, Mariana Morales. et al. 2017 | Estudo Experimental | Investigar se bebês com mielomeningocele melhoraram sua capacidade motora e independência funcional após dez sessões de fisioterapia e comparar os resultados da fisioterapia convencional (CPT) com um programa de fisioterapia baseado na estimulação reflexa (RPT). | Foram analisadas doze crianças, alocadas em FC (6 participantes com média de 18,3 meses de idade) ou FR (6 participantes, com média de 18,2 meses de idade). | Em ambos os grupos o controle postural melhorou, principalmente em prono, supino e sentado. Não foi possível observar diferenças significativas entre CPT e RPT |
| Effect of Photobiomodulation Combined with Physiotherapy on Functional Performance in Children with Myelomeningo-Cele-Randomized, Blind, Clinical Trial | Tamiris Silva, Daysi Tobelem. et al. 2023 | Ensaio Clínico Randomizado | Avaliar a atividade elétrica dos músculos reto femoral, tibial anterior e gastrocnêmio lateral durante a tarefa de sentar e levantar e a mobilidade funcional após protocolo de fisioterapia neurofuncional associado à FBM. | Foram analisadas 20 crianças com idades entre 2 e 12 anos, essas foram alocadas aleatoriamente para PBM ativo + fisioterapia (n = 10) ou simulação de PBM + fisioterapia (n = 10). | Nosso estudo mostra que a fisioterapia com ou sem FBM pode melhorar a atividade elétrica dos músculos reto femoral, tibial anterior e gastrocnêmio lateral em ambos os grupos e nos membros mais e menos comprometidos. |
| Independência funcional de crianças de um a quatro anos com mielomeningocele | Fabiane Ferreira, Fernanda Bexiga. et al. 2018 | Estudo Observacional | Descrever a independência funcional e o nível de lesão de 15 crianças de seis meses a quatro anos com lesão medular completa causada por mielomeningocele. | Foram avaliadas 15 crianças, sendo seis meninos e nove meninas, com idade entre 1 a 4 anos, com diagnóstico de mielomeningocele | A hipótese do estudo era que quanto mais alto for o nível da lesão, maior será o comprometimento funcional. Em contrapartida, os achados não estão de acordo com essa afirmação, pois algumas crianças com lesão torácica apresentaram maiores escores do que crianças com lesão lombar nos domínios autocuidado e função social. |
| Age of independent sitting posture acquisition of children with myelomeningocele | Miriam Sá, Carla Ribeiro. et al. 2014 | Estudo Transversal | Estudar a aquisição da postura sentada independente em pacientes com mielomeningocele (MMC) nos segmentos torácicos e lombares altos. | Estudo transversal em crianças com idade entre 6 meses e 4 anos dedicadas com MMC. | A maior parte da amostra adquiriu postura sentada independente, incluindo o nível torácico, que atingiu esse objetivo com a idade menor do que a encontrada na literatura. |

# UM OLHAR FEMININO NA PERSPECTIVA BDSM: O PERCURSO DO NORMATIVO ATÉ O COURO

*Jennifer Benjamin Lima Almeida Silva*

*Eurides Simões Soares Hide*

**RESUMO**

O prazer, constantemente, não se sustenta ao se adequar a padrões. Sempre irá haver uma excentricidade no processamento desse desejo, sendo eles por uma ideia de pertencimento ou até mesmo curiosidade a respeito do que seria fora do comum, uma experiência que muitas vezes se torna mais atrativa. Na condição da libido não ser atendida, ela se expurga de outras formas, e o que é chamado de excêntrico é apenas uma forma de dar forma a essa libido, esse prazer. Pautada nisso, essa pesquisa buscou compreender como os indivíduos vivenciam suas experiências por trás da comunidade BDSM (bondage, discipline, domination, sadism, submission, masochism). Para isso, foi utilizada como metodologia o estudo de caso com praticantes dessa comunidade, para alcançar os participantes foi utilizado o método bola de neve, após a identificação dos praticantes seguiu inicialmente na pesquisa questionário sociodemográfico para em seguida a realização de uma entrevista semiestruturada, a análise dos dados foi repartida  em categorias em prol da facilitação dos resultados. Concluindo que há uma carência de estudos a respeito da temática e é de extrema relevância que esse grupo depessoas tenham mais possibilidades de participarem de estudos que sejam destinados a compreender suas vivências.

**Palavras-chave:** sexualidade; BDSM; prazer; saúde mental; libido; dinâmica de poder

**ABSTRACT**

The pleasure constantly does not support suitable techniques. There is an exception of the desire, this being an exception of the desire, being the one of the ideas of belonging or even curiosity regarding what would be out of the common, an experience that is often proof of being more attractive. If that libido is not sacred, it will be purple in other ways, and which is called eccentric is only a way to form this libido, this pleasure. Based on this, this research sought to understand how individuals live their experiences in the BDSM community (bondage, discipline, domination, sadism, submission, masochism). For this, it was used as a methodology, the case study with practitioners of this community, to reach the participants was used the snowball sampling method, after the identification of practitioners followed initially in the survey sociodemographic questionnaire to then conduct semi-structured interviews, the data analysis was divided into categories for the facilitation of the results. Concluding that there is a lack of studies regarding the theme and is extremely relevant that this group of people have more possibilities to participate in studies that are intended to understand their experiences.

**Keywords:** sexuality; BDSM; Pleasure; Mental health; Libido; Dynamics of power

## 1 INTRODUÇÃO

Existe uma perspectiva homogênea e heteronormativa, promovida pelos chamados *baunilhas* - não praticantes da comunidade - a respeito do BDSM. O conceito é que o êxtase da sexualidade apenas se constroiconstrói a base do sexo, focado apenas em reações corporaisgenitais, e idealmente, o sexo definido apenas como penetração. Apesar de que a realização de fetiches seja malquistos, a sociedade selecionou o que seria definido como mais aceitável dentro de uma relação sexual e se adaptaram como ideais de prazer regular, algo descrito como “apimentar a relação”, além de serem comercializados como parte de um todo, o que seria estipulado como recursos para complementação de uma interação sexual, como algemas, chicotes, cordas. Embora tenham sido originados como instrumento de uso para obtenção de prazer pela comunidade (Zilli, 2007).

O BDSM é um termo cuja aparição se deu em anúncios pessoais de revistas no início da década de 1970, e se tornou objeto de discussões entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 em grupos de internet, tendo como principal o soc.subculture.bondage-bdsm. A sigla BDSM – variante da língua inglesa – pode ser traduzida como: (BD) *Bondage* (sendo definido como restrição física, usando cordas, algemas, slings, ou não física, por ordem estabelecida); Disciplina Dominação e Submissão (DS); Sadismo e Masoquismo (SM) (Freitas, 2011). Mais do que os estímulos físicos, as relações referidas incluem situações de dominação e submissão em contextos consensuais, praticadas por adultos e regidas por um conjunto de regras relacionadas à sanidade, segurança e consensualidade, referidas pelo acrônimo “SSC” (São, Seguro, Consensual) (Facchini, 2013).

O vocábulo, usado para descrever tipos de práticas e relações que fugiam do comum e beiravam o exótico, foi usado oficialmente no início dos anos 2000 para englobar toda a comunidade, que descrevia as práticas como atividades que giravam em torno de troca de poder, prazer, conexão e expressão corporal, do seu interior e sexualidade (Taormino, 2012).

O BDSM vai além das práticas sexuais; ele se inicia com planejamento, com um reforço de conforto e limites pré-estabelecidos antes de qualquer tipo de relação (tópico que será abordado com maior detalhe na análise dos dados). Ademais, é dividido em categorias, baseadas em identificação e preferências, sendo ainda uma prática ampliada, onde o prazer é subjetivo e priorizado; entretanto, não necessariamente

concentrado em órgãos genitais para seu alcance, mas sim, em diversos estímulos - por vezes, mais de um.

As práticas BDSM necessitam de um preparo psicológico e emocional, como também comunicação e predisposição. Bruno Zilli (2007) ressalta que há uma valorização da subjetividade do outro quanto a sua preferência, sendo importante ainda a imposição epriorização das próprias limitações, em qualquer âmbito da dinâmica; e quando isso não acontece, ocorre uma certa repreensão. Para os participantes, é entendido que todo processode entrada e permanência parte do desenvolvimento de seu autoconhecimento, tanto para entender o que o satisfaz e o que pode causar aversão, compreendendo e respeitando seus próprios limites.

Equitativamente, com concepções semelhantes, Henry Miller (1940) aborda a sexualidade como um instrumento de autoconhecimento, quando se entende como defrontá-la. A sexualidade se estende além do prazer genital, ela transpassa a identidade, conectando-se a pensamentos, necessidades, desejos, impulsos. Assim, o que diferencia a atração dita carnal - entre corpos - da que irrompe os estímulos genitais e se compreende numa experiência manifestada por todo o indivíduo? Miller ressalta que a repressão desse impulso é desastrosa por si só, pois para se libertar dele é preciso desejá-lo. Para o autor, a realização deve ser sutil, entendendo-se e estabelecendo seus prazeres e limites, pois o papel que o sexo tem vai além do desejo natural, é um papel inclinado a variações que dependem do individuo. Todo sujeito deseja, mas a percepção desse desejo ora inconsciente pode afetá-lo de alguma forma e, devido a isso, entende-se que, para ter um meio de enfrentá-lo é necessário tomar consciência de sua existência, da satisfação dessa atração, o que pode, gradativamente, trazer uma sensação positiva ao indivíduo, incluindo um sentimento de pertencimento.

Tendo em vista a construção desses pontos a respeito da sexualidade humana e sua forma de se expressar, esta pesquisa buscou compreender as motivações individuais por trás da vivência na comunidade BDSM e os enquanto aos específicos, relacionar a influência quea comunidade tem em suas relações interpessoais, quando fora do meio. Para tal, encontramosuma comunidade de praticantes que se organizam em espaços de socialização próprios, cujas normas sociais, regras de conduta, dinâmicas de poder travadas, rituais e elementos simbólicos observados podem ser

tomados como aspectos organizacionais que se encontram articulados à vivência da sexualidade, característicos de uma organização erógena.

Ainda assim, o BDSM, enquanto um estilo de vida, e seus adeptos, não deixam de ser alvo de críticas, preconceitos e estigmas por parte da sociedade, apesar da grande atenção voltada para a temática. Por isso, o debate acerca da sexualidade se encontra longe de ser esgotado; uma vez que se encontra resistência ao falar sobre ela, de forma aberta e não estereotipada, seja dentro ou fora da academia; e que é necessário que o façamos. Na condição de pessoa não-binária e bissexual, especialmente, acredito que esta problematização não seja somente necessária para dissipar preconceitos e evitar estigmas, mas também para que seja possível a manifestação da diversidade humana na sua condição mais vivaz. Já que a sexualidade se encontra no âmago da existência humana, a possibilidade do exercício de uma vida plena a coloca no centro das discussões em todos os cantos, tornando-a política.

Diante do exposto, entende-se a necessidade de estudos voltados à esta temática, visto que há certa deficiência de pesquisas a respeito de uma comunidade deveras estigmatizada, que possui poucos estudos nacionais voltados ao indivíduo interessado em suas práticas sem que este interesse seja patologizado, bem como carece de materiais acadêmicos para estudo a respeito de relações excêntricas. Portanto, o presente trabalho buscou responder a questão norteadora: “Como os praticantes do BDSM vivenciam suas experiências e de que forma isso influencia para a permanência na comunidade?”

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Entende-se que os praticantes usam seus próprios corpos para expor suas vontades e propósitos. O corpo se revela pela linguagem, que muitas vezes expressa sua realidade tanto em seu interior quanto no exterior. Já o modo como o corpo se manifesta depende de como o indivíduo se põe a respeito da sua realidade, seus valores e suas sexualidades. Um sujeito que reprime seus sentimentos e desejos comunicará a ausência dessa satisfação por outro meio, sendo as expressões de seu corpo, como ele se comporta para o mundo (Soares, 2006). Seo interior e o exterior

estão em desacordo, será expurgado de alguma forma, mesmo que o indivíduo não compreenda como.

A sexualidade é uma maneira de expressão do desejo e atração do próprio indivíduo, sobretudo, é ainda uma construção social, embasada em culturas, como ainda em construções morais e religiosas. As sensações e prazeres físicos também estão diretamente vinculados à extensão moral e social, com o que é construído para ser certo e o que é definido como antinatural, estipulado pelo padrão normativo (Heilborn, 2002). Percebe-se, ademais, que a sexualidade é fluida e baseia-se em padrões normativos implementados pelo social, porém, independe daquilo dito como correto ou imoral. A civilização construiu um modelo a ser alcançado não apenas de desejo, bem como de condicionamento do afeto, idealizando sentidos relacionados à excitação, estruturando-se uma forma de regulação social, como traz Foucault (1984) em “História da Sexualidade”

Da mesma forma, Foucault (1984) ressalta que essa restrição se modela por meio de uma norma implícita em ser socialmente aceito, o que ocorre suprimindo condutas sexuais para ser integrado ao social e a seus valores morais, regra esta que se delimita dependendo desua cultura, baseando-se em uma implicação de modo e lugar destinado aos atos de prazer, além do querer. Por conseguinte, Foucault em seus escritos apresenta as formas de subjetivação nas práticas de si, as relações de poder-resistência e os regimes de saber, ao mesmo tempo em que em alguns elementos analíticos da abordagem foucaultiana de análise do discurso abordam que existe uma repressão social, e ela se estende a uma autorregulação constante para encaixar em uma padronização.

As práticas não precisam ser totalmente sexuais, sendo sujeitas também a jogos de poder e concessão da responsabilidade pelo seu próprio êxtase. Este último sempre cativou minha atenção, encaminhando curiosidade à prática; como neurodivergente, o conforto do planejamento, bem como a compreensão através de descrições detalhadas e do conceito de umconjunto de estímulos que constrói o prazer, também fizeram parte da motivação. Não obstante, uma vez inserido no espectro da assexualidade, o desvínculo do prazer com o sexo dito normativo foi um fator pertinente, que me fez considerar quantas pessoas, assim como eu, teriam suas próprias instigações ao participarem da comunidade. Essa cadeia de pensamentos trouxe meu interesse à

pesquisa e, principalmente, à comunidade. Faz-se ciência de que a percepção de um conjunto de fatores sexuais e não sexuais atraem as pessoas a se juntarem a uma comunidade na qual se identifiquem e possam partilhar vivências, estando libertas de serem vistas com estigma e com conceitos pré-estabelecidos e edificados sobre uma desinformação estrutural, reafirmada por um meio socionormativo.

A execução dos interesses da comunidade é muito ampla, dando oportunidade para que cada um sinta-se livre para exercer qualquer prática que seja adequada aos seus desejos. Cada pessoa desempenha sua subjetividade consciente de que há pessoas no meio que também se expressam da mesma forma, ainda que com intensidades diferentes, conquanto seja viável que haja esse sentimento mútuo de pertencimento e identificação, uma vez que ele faz os participantes permanecerem na prática, contrastando como eles são vistos pelos ideais sociais e normativos. Dito isto, para mim, é de interesse a compreensão dos motivos e das vivências em particular que fizeram os indivíduos não só buscarem, mas permanecerem em uma comunidade tão singular e distante dos valores sexuais padronizados socialmente.

## 2 PODER, SABER E SEXUALIDADE: O BDSM EM PERSPECTIVA

A historicidadeda comunidade BDSM se derivou de clubes de motociclistas gays, no período pós-segunda guerra, e se estendeu a bares gays ou clubes de sexo, nos quais seus frequentadores se encontravam para ter experiências exóticas. Esses locais foram denominados de clubes de couro, título que servia ao propósito de encobrir do que se tratava os encontros, sendo referido por tal até meados dos anos 1950, mas ainda reconhecido dessa forma atualmente (Taormino, 2012). Entretanto, ainda que o movimento registrasse crescimento na defesa da liberdade e escolhas sexuais, este sofreu oposições, a mencionar a opressão de agentes policiais, que vinculavam os praticantes à criminosos por aderirem a estética de motoqueiros, e os assediavam por tal motivo. Outra vanguarda que entrou em conflito foi o movimento feminista radical, no final da década de 1970, que se opôs aos ideais desses clubes, uma vez que se posicionavam contra a pornografia e práticas sadomasoquistas. Esse embate ideológico foi denominado “guerra dos sexos”, tendo como a principal linha de argumento do movimento feminista a crença de que o sadomasoquismo reforçava o estigma de mulheres em papéis subservientes (Nunes; Pereira, 2017).

O termo sadomasoquismo, direcionado às pessoas envolvidas a prática na comunidade, cunha-se se de pesquisas fomentadas por Richard von Krafft-Ebing, psiquiatra que descreve o envolvimento sexual baseando o prazer nos ideais da medicina, usando também parâmetros de normatividade sexual e tendo por referência obras de Foucault sobre a história da sexualidade. O acrônimo S/M, de uso ainda atual, têm como origem os termos utilizados para descrever a conjunção dos limiares de dores com o prazer, compreendendo o erotismo fora de um padrão cultural, mas tendo enfoque em indivíduos atormentados por desejos singulares que eram mal-vistos socialmente (Costa, 2009).

De acordo com Taormino (2012), o BDSM expressa relações de dominância/submissão, sadismo/masoquismo, as quais compõem outras práticas, como as restrições, que originam o termo “bondage”, este que dá início à sigla, seguido pelos demais: submissão/sadismo, dominação/disciplina, masoquismo. De acordo com Cramer (2013), a comunidade possui algumas siglas que definem as dinâmicas consensuais e saudáveis, tendo como o principal e mais importante dos princípios a S.S.C., levando em conta que as performances demandam confiança, estar em si para consentir e a segurança dos envolvidos seja preservada.

Dentro desse princípio, as dinâmicas de consentimento e segurança visam proteger dois aspectos fundamentais para os indivíduos participantes: a integridade física e psicológica. A integridade psicológica é preservada em ocasiões em que as práticas consistem em relações consensuais e de simetria de poder entre os envolvidos (Kennedy, 2001). A integridade física, no entanto, passa por uma relativização de sua ocorrência, na medida em que certas práticas podem produzir danos parciais à pele. Estes riscos são de conhecimento e consentimento prévio entre as partes envolvidas. Defende-se ainda que a prática é segura por garantir medidas de biossegurança e treinamento em primeiros socorros (Abreu, 2017).

Todavia, existem outras siglas quem que abarcam e asseguram partes da comunidade que não se encaixam na definição tradicional de segurança e integridades supracitadas (Ríos; Amundaray; Arenas, 2019). a R.A.C.K - “Risk-Aware Consensual Kink”, traduzido para algo semelhante a "Perversão Consensual de Risco Conhecido”. Essa adição influenciou na inserção de uma outra sigla, buscando incluir praticantes que tinham seus interesses voltados à ausência de responsabilidade pessoal, além do

risco em si: “Personal Responsibility Informed Consensual Kink” - em outras palavras “Perversão Consensual com Responsabilidade Pessoal Informada”, ou P.R.I.C.K.

Todas as práticas são realizadas à base do consentimento, entretanto, há alguns kinks que oferecem riscos à integridade física e psicológica dos praticantes, e outros onde a pessoa decide, de forma espontânea, abdicar das responsabilidades sobre seu próprio corpo, as atribuindo à parte dominante dentro da relação (Taormino, 2012). Ao se referir a fetiches específicos da comunidade, usa-se o termo kink, que engloba as formas de interesse dentro do sadomasoquismo, nas relações de dominação e submissão, jogos sexuais - os quais são chamados de play, práticas excêntricas e expressões eróticas individuais, denominados de cena ou sessão - período destinado às dinâmicas de poder, podendo conter, ou não, jogos sexuais. São também chamados de “torções” o interesse em dinâmicas de relações (Taormino, 2012).

O interesse pode surgir como uma curiosidade sobre experiências específicas de práticas da comunidade, muitas que são adaptadas para uma vida com práticas sexuais tradicionais. Essas dinâmicas são nomeadas pela comunidade como “baunilha”, referência a um sabor mais neutro, como exemplo o bondage, que seria mais bem descrito como um conjunto de restrições físicas ou psicológicas, níveis mais baixos de dor, utilizando instrumentos de nível leve como o chicote (Cramer, 2013). Percebe-se que esses instrumentos e possíveis jogos são os mais socialmente aceitos e incrementados como adicional de uma vida sexual mais completa.

A ingressão na comunidade BDSM, principalmente aos jogos e cenas, inicia-se com estudos sobre a base de cada dinâmica de relação. Caso o interessado se identifique com os aspectos da prática da dominação, seus roteiros de estudo vão se basear no bem-estar do submisso e nos jogos sexuais que constituem a comunidade. É crucial que a pessoa envolvida tenha certeza se aquela prática a agrada, a fim de saber como realizá-la da devida forma, evitando erros na execução. Por outro lado, se o praticante tem entusiasmo pela submissão, os estudos são modulados pelo interesse das práticas e a intensidade em que elas podem ser prazerosas (Taormino, 2012).

As sessões1 são compostas por plays que interessem ambas as partes, uma vez que todas as práticas consideradas são dialogadas previamente e os limites são impostos em conversas que antecedem as cenas. Tanto para a dominação quanto à submissão, os interessados são direcionados a um treinamento, que consiste em um

período, não padronizado, onde o participante irá instruir-se das práticas do interesse do mesmo e de seu parceiro, caso haja algum. O treinamento tem a função de construir uma confiança e determinar o tipo de relação entre as partes envolvidas, bem como elucidar como cada prática vai ser elaborada (Cramer, 2013)

A dominação precisa ser planejada, tendo a compreensão, para além dos limites da dor, de que toda dinâmica precisa ser fundamentada no diálogo e consenso quando feita com parceiros casuais, assim como toda sessão realizada com parceiros fixos deve valorizar o fácil diálogo e a atenção aos limites rígidos de cada um (Easton; Hardy 2001) De modo igual, a submissão também precisa ser treinada para atingir performances, entender em que papel da submissão o indivíduo pertence, além de compreender seus próprios termos ao que se refere à prática (Easton; Hardy, 2001). Dentro da dinâmica D/s, residem singularidades no que se trata dos fetiches, como a dor, humilhação, degradação e jogos com prazer.

Para melhor compreensão dessas ações, são disponibilizados livros para estudo, tanto destinado a dominação quanto a submissão, além dos instrumentos e jogos, para que, além das dinâmicas, se entenda os riscos; ademais, é indicado a procura de assistência de um membro veterano, que pode ceder uma parte do seu tempo e conhecimento para treinar o praticante iniciante. É importante ressaltar que as práticas, plays e jogos dentro da comunidade só são aprovadas para adultos, ou seja, maiores de 18 anos, para que haja uma garantia de consentimentos e limites sendo respeitados (Taormino, 2012).

A dinâmica de poder que é proposta pelo BDSM, também é entendida pela teoria psicossexual de Freud, onde ele menciona que a libido, a qual é responsável pela tensão sexual e sua atuação no indivíduo em âmbitos de desejo, seria a principal causa da angústia relacionada ao amor e luxúria, pois essa excitação derivaria a uma frustração a quem não há possibilidade de interação sexual, porém ajusta-se na mesma intensidade a quem não tem vontades dessas interações, é descrito que quando essa libido está em descontrole não se enxerga o que é bom para si e nem para o outro, apenas cede com a promoção dessa luxúria (Kennedy, 2001). 1 Sessões ou cenas são períodos destinados à realização de jogos ou plays, privados ou não.

Parafilias são descritas dessa forma, onde o sujeito sente uma atração - nesse caso, um fetiche, direcionado a algo que não é socialmente padronizado, fora do

contexto de estímulo genitais, mas também que cause algum nível de sofrimento a si ou ao outro em busca desse prazer. Freud descreve-as como um mecanismo de defesa para situações não resolvidas na infância, como também refere à presença de medos e ansiedades que são pivô para o aparecimento/desenvolvimento de comportamentos sexuais atípicos (Yasuhara, 2013).

As parafilias se caracterizam por fantasias, desejos sexuais por objetos, atividades ou situações atípicas (APA, 2013), Segundo Kafka (2010), elas se repetem com um padrão e interferem na vida social, profissional, incluindo a si mesmo. Já Freud (2006, p. 15) categoriza como comportamentos sexuais disfuncionais, que podem ser originadas por pulsões sexuais reprimidas, quando suprimidas elas extravasam de outras formas, encontram outros caminhos para serem saciadas (Kennedy, 2001).

A teoria da sexualidade envolve a ideia de que a libido, quando não trabalhada corretamente, ou seja, sendo reprimida ou liberta de maneira descuidada, pode desenvolver um sentimento de angústia. A libido, na vertente da sexualidade, tem a função de indicar onde está direcionada essa atração sexual, podendo tal sofrimento ser derivado de uma vontade de expurgar a luxúria, ou na intenção de não ter nenhum interesse nesse desejo. Em ambos os casos, seria responsável por um sofrimento psíquico (Kennedy, 2001). Entende-se também que esses impulsos sexuais resultam em uma insensibilidade, onde se perde o anseio de fazer o melhor por si, a visão do que seria bom para si e para o outro, muito semelhante à descrição do que seria identificado como parafilia.

Entendem-se como preferências sexuais parte dos comportamentos que agradam os indivíduos. Para Taormino (2012), a aceitação dos próprios fetiches, o interesse sexual nas práticas é subjetivo e é referentes aos gostos e predileções como outras formas de obter prazer normativas, descreve como da mesma forma que há variações em interações sexuais normativas, as dinâmicas de relações dentro do BDSM, são diversificados e atendem o gosto de cada um, e compartilhando com quem tem o mesmo interesse.

As práticas da comunidade utilizam de meios psicológicos para garantir certos efeitos, como por exemplo o uso da expectativa e ansiedade para causar o efeito de antecipação no submisso, ou a dor consensual manuseada como uma alavanca para o prazer. Taormino (2012) afirma que, dentro do BDSM, a dor é catalogada de maneira

positiva e negativa. A “dor boa” se faz presente quando há uma expectativa por ela, onde esta sensação é ansiada e aproveitada. Também existe a “dor erótica”, onde qualquer estímulo que cause dor é convertido a prazer sexual. As dores boas e eróticas compõem cenas de treinamento, plays e punições, e geralmente podem ser expurgadas por meio da catarse, que ocorre quando o submisso consegue libertar sentimentos ou estresse durante uma sessão - de forma intencional ou não. Nem todo submisso consegue alcançar a catarse, levando em consideração que é um estado de completa confiança e entrega de responsabilidade (Cramer, 2013).

A “dor ruim” se dá em sua aplicação forçada, para além dos limites acertados. A exemplo, pode-se supor uma situação em que um submisso, que tem limites rígidos em impact play, recebe de seu parceiro artifícios de golpes físicos como punição ou jogo (Cramer, 2013). A dor para alguns não praticantes pode ser vista como desagradável, entretanto, em um contexto sexual, para BDSMer, é acompanhada por uma carga química de neurotransmissores que resulta em excitação, levando a uma tolerância à dor muito maior (Taormino, 2012). A expressão que melhor descreveria esse tipo de prática/comportamento é a algolagnia, onde a dor é convertida em prazer sexual, causando um tipo de relaxamento.

Dentro da comunidade BDSM, a dor é encarada como componente de um ciclo. Nenhuma dor é contínua, ela inicia com propósito e se encerra com uma finalidade. O desenvolvimento dessa experiência, envolvendo essas nuances de dor, gera uma resposta, ou ainda uma reação procurada para lidar com outros aspectos fora da vida sexual - a catarse, como é conhecido dentro do grupo praticante. A catarse envolve uma situação de expurgação de emoções e estresse, intencional ou não, dentro de uma cena, geralmente estimulada pelos membros e com mais chances de acontecer dentro de sessões de impact plays[1], apesar de também podem ser alcançados em plays com maior estímulo emocional (Cramer, 2013)

A partir da perspectiva de utilização da dor como maneira de extravasar e dar lugar ao prazer ligado ao erotismo, pode-se compreendê-la como um meio de lidar com o externo, uma estratégia, usada pelo sujeito para lidar com certas demandas, reduzindo seu estresse e focando em um componente diferente, sendo esse a dor ou o

[1] Impact play: toda prática envolvida com instrumentos de açoites, golpes físicos leves, moderados ou intensos em qualquer área do corpo, conhecido também por spanking.

prazer, não direcionado a resolução da situação estressante. A intenção é obter um retorno que não seja a resposta ao stress, mas sim ao deleite das práticas; uma maneira de se adaptar a determinado modelo de vida, não apenas com a dor, mas com dinâmicas e ajustes sociais nos quais o participante se enxerga, ou entende-se como pertencente. Não há uma relação direta de vínculo entre uma dinâmica e outra, ou seja, nem todo submisso é, necessariamente, masoquista, assim como nem todo sádico é dominador.

## 3 MÉTODO

Para elaborar a pesquisa, foi utilizado um modelo de estudo de caso, com métodos qualitativos. Robert Yin (1984) reforça que a leitura adequada de um estudo de caso, quando bem interpretado em seus pontos fortes e fracos, se torna uma ferramenta de pesquisa bem fundamentada. Esse método se progride por meio da definição do problema, seguido pelo delineamento da pesquisa, coleta e análise de dados, a composição e por fim a apresentação dos resultados. Yin (1983) conduz que esse tipo de pesquisa contribui para o entendimento deum fenômeno.

Em referência a pesquisa quantitativa, Yin (2010) também descreve que esse tipo de pesquisa tem uma abertura para se aprofundar em uma variedade de conteúdos, além da própria liberdade na escolha do problema estudado, levando em consideração os outrosmétodos de pesquisa, sendo tão produtivo quanto os outros. Entretanto, há uma acuidade no modo de pesquisa, já que o método qualitativo estuda o significado da vida das pessoas no contexto em que elas vivem.

Elaborou-se um questionário online (APÊNDICE A) na plataforma *Google Forms*, compartilhado nas redes sociais através de convite e usando a técnica de abordagem bola de neve, devido a baixa visibilidade de seus membros, por diversos motivos, sendo alguns deles associados a comportamento ilegal ou socialmente estigmatizado. Essas populações são normalmente denominadas escondidas, e não possuem um sistema de referências do qual se possa retirar uma amostra probabilística.

A amostragem em bola de neve utiliza-se das ligações entre os membros da população para conseguir, partindo de alguns indivíduos membros da população, obter uma amostra dela. O método funciona a partir da indicação por parte de algum indivíduo

da população a outros que também fazem parte, e assim sucessivamente, caracterizando-se num formato semelhante ao de uma bola de neve que vai acumulando os flocos de neve ao rolar, setornando cada vez maior

Para o público-alvo, foram utilizados os critérios de inclusão: a) Possuir idade maior ou igual a 20 anos; b) Ser brasileiro(a); e c) ser praticante a mais de um ano do BDSM. A entrevista semiestruturada foi composta por cinco seções: 1ª Seção: Título da pesquisa e requisitos para participação; 2ª Seção: Objetivo da pesquisa e autorização do uso de dados; 3ª Seção: Dados sociodemográficos; 4ª Seção: Informações sobre papel exercício na prática BDSM participantes; 5ª Seção: Opinião sobre as atribuições na prática.

Foi oferecida a opção de os participantes escolherem seus pseudônimos, dito isso, as participantes Mel, Srta. Moon e Mia Feyre tiveram a autonomia de escolherem como seriam referidas. Todas atendiam aos critérios estabelecidos para a participação, tendo uma variação de idade de 25 a 45 anos, com mais de 1 ano de experiência no meio BDSM. São brasileiras e residem no Brasil, respectivamente em Minas Gerais, Pernambuco e Brasília.

Foi obtido pelo questionário sociodemográfico os dados informativos a respeito das participantes, todas mulheres cisgênero, na devida ordem brancas e parda, solteiras e uma divorciada, uma panssexual e as outras duas heterosexuais, as duas últimas com o ensino superior completo, e com uma renda mensal entre R$1.640,00 a R$20.000,00. Enquanto a primeira tem o ensino superior incompleto. Exercem a profissão de supervisora administrativa, designer e psicóloga clínica. Dentro da perspectiva da comunidade, duas delas se declaram *switch,* enquanto a outra se identifica como *bottom*, ativas na comunidade após pelo menos dois anos de estudo. Entretanto, apenas duas delas deram retorno para seguir com a segunda etapa da pesquisa, sendo a entrevista semiestruturada.

Posteriormente, foi realizada a entrevista semiestruturada, na intenção de que os participantes pudessem descrever as partes mais importantes dessa trajetória, levando em consideração o que é julgado pelo contexto inserido e como elas se sentiram desde o momento de descoberta até os dias atuais. A escolha dessa forma de entrevista se deu pela liberdade que os participantes teriam ao elaborar suas respostas sem uma limitação. Para Benjamin (1936) a narrativa depende dos fatos que

podem ser evocados pelo narrador, como ele interpreta os acontecimentos dependendo da sua subjetividade e, portanto, independem de linearidade.

Foram tratados temas referentes ao descobrimento da comunidade e ao entendimento do desejo em ingressar, como ainda os métodos de estudos utilizados, a exemplo das questões: “Você pode contar como foi o processo de conhecimento da comunidade?”, “Você percebeu alguma mudança na sua autopercepção/autoestima depois de entrar na comunidade?” “Fora do âmbito da comunidade, você percebe uma mudança de tratamento em comparativo a quem é do mesmo meio?” (conforme APÊNDICE C). O intuito foi delinear umpercurso, desde o conhecimento do desejo até a identificação dentro da própria comunidade, como ainda a compreensão dos limites rígidos, e as possíveis mudanças que o BDSM trouxe para o indivíduo, tendo como base a definição de autoconhecimento fornecida pela Organização Mundial de Saúde, sendo ela um entendimento sobre si mesmo, capaz de se reconhecer considerando caráter e suas próprias características (OMS, 1997). Foi utilizado um limite por data para a coleta das respostas, ficando disponível durante 15 dias.

As entrevistas foram gravadas e transcritas com a permissão dos participantes. Em todas as etapas, foi possível a abertura do sujeito entrevistado para que elaborasse melhor suasrespostas baseando-se em sua vivência, sem exigências de cronologia dos acontecimentos, tendo a liberdade para inserir informações lembradas posteriormente. As perguntas foram norteadoras para guiar os participantes na temática abordada, ou seja, foram semiestruturadas (Manzini, 1990/1991).

O participante teve conhecimento sobre a temática e o objetivo da pesquisa, assim como também foi informado sobre seus direitos e riscos como sigilo de sua identidade e o direito de abandonar a participação da pesquisa a qualquer momento, além da possibilidade devazamentos de dados por meio das redes de contato. Estes fatores foram reforçados no início da entrevista, sendo esta prosseguida apenas após a confirmação e consentimento dos participantes.

As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, enquanto as informações permanecerão em sigilo, visto que foi utilizado o gravador do celular pessoal do pesquisador, o qual apenas ele tem acesso. O anonimato da identidade e sigilo das falas são garantidos. Ademais, os dados dessa pesquisa serão destruídos

cinco anos após a finalização do estudo, em conformidade com a orientação do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012, 2016).

O processo de análise de dados seguiu a análise de conteúdo embasada em Bardin (1977), decorrendo numa “leitura flutuante”, vendo o material de pesquisa como um todo. A partir disso, iniciou-se às hipóteses baseadas nos objetivos e na coleta, e logo após, a exploração desse conteúdo para categorizar os dados, na intenção de compreender os registros. Para finalizar a última etapa, foi realizada uma investigação dos significados dos dados obtidos, com o propósito de captar e analisar como um todo o fenômeno pesquisado e aligação de recorrência (Souza; Santos 2020).

A análise foi dividida em três categorias, sendo elas: a) autoentendimento, b) poder para si mesmo, c) identificação e pertencimento, definidas dessa forma por razões de uma adequação com as perguntas realizadas e os dados obtidos. A primeira categoria se define pela jornada de descobrimento da prática BDSM e o que levou ao entendimento dos próprios sentimentos e desejos em relação a relização, o entendimento dos fetiches até onde se identifica com o *kink,* e a autodescoberta levando em consideração a percepção de uminteresse fora do que é dito normativo e ideal.

Já na segunda categoria, foi selecionada por meio do processo de estudos das práticas, segurança e limites no contexto do BDSM, a construção desse aprendizado de utilizar um sistema de segurança entre os interessados, palavras de seguranças e a verbalizar seus próprios limites, e como isso interfere diretamente nas relações fora do meio e na imagem de si mesmo, da mesma forma que traz um empoderamento direto ao indivíduo praticante, entender seus limites e a importância de verbalizá-los para se sentir seguro, assim como esse empoderamento interliga-se com a autoestima.

Por conseguinte, na terceira e última categoria foi pensado na identificação das participantes dentro da comunidade BDSM, como se sentiram acolhidas pelos membros que interagiram, comparando com o comportamento de pessoas de fora do meio e como idealizam e verbalizam a respeito das práticas e praticantes, dessa forma a identificação e acolhimento leva ao pertencimento, que é um dos fatores que levam essas pessoas permanecerem dentro da comunidade, pois além de se sentirem respeitadas, sentem-se valorizadas e parte domesmo movimento.

### 3.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O projeto foi submetido ao sistema CEP/CONEP através da Plataforma Brasil, obedecendo todas as diretrizes e normas apresentadas pelas resoluções nºs 466/12 e 510/16, e aprovado sob o número CAAE: 79101724.5.0000.5628 do Conselho Nacional de Saúde(CNS), também para a realização da segunda etapa por meio virtual, a atual pesquisa atende as orientações do Ofício Circular Nº 23/2022/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS. Foi apresentadoo Termo de Confidencialidade Livre e Esclarecido - TCLE na primeira etapa, no questionáriosociodemográfico, e a condição de continuar a participação apenas após a confirmação.

Os participantes foram devidamente avisados sobre os possíveis riscos, sendo eles desconforto, invasão de privacidade, acesso a memórias desagradáveis e constrangimento. para minimização dos riscos o participante será encaminhado para acolhimento psicológico ofertada por parte da Unidade de Atendimento em Psicologia Professora Silvana Maria Grisi Sarno.

Como benefício da participação, é esperado que, a partir da entrevista, os participantes tenham a oportunidade de refletir sobre a vivência que experimentaram dentro do meio BDSM e reconhecer as influências que a comunidade tem em seu cotidiano, deforma que possam expressar a respeito de suas práticas sem sentirem-se julgadas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização da coleta de dados, as análises foram realizadas tendo em consideração as temáticas divididas por categorias, sendo elas: (a) autoentendimento (percepção talvez); (b) poder para si mesmo; (c) identificação e pertencimento. A escolha dessas categorias se originou por meio da definição das perguntas para obtenção de respostas que atendessem aos objetivos e, dado a percepção de cada participante a respeito de si mesmo, assim como a ordem que elas se compõem que se destaca em como cada uma conversa com a outra.

A seguir será apresentado as categorias e suas respectivas considerações:

## 4.1 AUTOENTENDIMENTO

O sujeito é subjetivo quanto ao seu desejo e precisa ser percebido e entendido antes dedecidir o que fazer com esse sentimento. Para a comunidade, entende-se que o interesse no BDSM parte de algum lugar, entretanto, quando levamos em conta o que seria socialmente padronizado e esperado que seja o normal para todos, há mais dificuldade em acessar a descoberta desse interesse incipiente, e no momento em que ele é descoberto, parte doindivíduo permitir-se se irá vivenciá-lo. Miller (1940) traz essa auto descoberta como uma inquietude do desejo em ser reprimido, e indica que quando ele é percebido há um entendimento de si, uma euforia para vivenciá-lo, mas também parte de uma satisfação poder descrever esse desejo. Srta. Moon aborda isso ao falar sobre sua experiência no seu próprio entendimento:

> Eu já vivia dentro daquilo, eu só não sabia que tinha um nome. Eu acho que issoacontece com 90% das pessoas que praticam. A gente sabe que tem, a gente gosta de uma coisa diferente, a gente acha que somos estranhos diante de outras pessoas, e até somos, mas isso aí não importa. Cada um sabe de si. Quando eu comecei aestudar sobre, foi num antigo relacionamento meu, que a pessoa me apresentou ao mundo, e eu, muito curiosa, fui estudar muito, assim, de maneira obcecada. Então, eu fui pesquisar, eu fui entender, aí eu comecei a ligar os pontos, tipo, meu Deus, isso aqui, que eu gosto, tem esse nome? Então, o conjunto de tudo isso aqui, que eu gosto, se chama BDSM?

Essa autodescoberta também pode levar a uma agitação no entendimento do próprio desejo, argumento reforçado pelas participantes, que relataram a percepção de que algumas práticas eram atrativas à princípio, todavia, ao realizá-las, elas perceberam que não se identificavam com estas. Ainda, as entrevistadas entenderam que há processos que exigem uma compreensão melhor de si mesmo para entender em que posição se colocam.

Srta. Moon aborda sobre sua descoberta a respeito da própria dinâmica dentro dacomunidade:

> Uma amiga minha olhou pra mim e falou assim, qual é a tua posição? Ai eu faleiassim: eu sou bottom. Ela: não, você não é, você não é bottom. E eu com minha coleira enorme de ferro, com corrente no pescoço. E ela: não, você tá errada. Porque eu não queria dar braço a torcer, que eu tinha um lado dominante. Até que, um amigo dela, que estava lá, meu sapato desamarrou. Aí, ele ajoelhou pra amarrar o meu sapato. Aí, eu fiz: Eita! eu acho que ela tá certa. E, cada dia é uma descoberta diferente, então, é bem interessante.

Enquanto Mia Feyre relata sobre sua percepção sobre suas práticas:

> Eu super achava que eu era super masoquista e eu descobri que não, eu indo descobrir, por exemplo, o que eu falo, né, eu sempre, a primeira coisa que eu falava quando eu conhecia, conversava uma relação ou pra uma negociação de play ou dequalquer evento, é, olha, eu não lido bem com dor, mas eu lido bem com dor pra caramba, a ponto de descobrir que numa brincadeira de impacto, se eu não tiver uma comunicação muito legal com o top, eu vou ficar marcada, eu vou ficar roxa, porque eu suporto muito mais dor do que eu mesma achava que eu suportava, mesmo não sendo masoquista

A sexualidade se manifesta além do interesse e atração, ela é uma expressão de si mesmo, um modo de se comunicar através do próprio corpo. Foucault (1984) aborda que a sexualidade é natural e não deve ser encarada como tabu, independente dos manejos sociais; mesmo que sejam vistos como atípicos, depois do acordo social implícito, é entendível que não existem variações no desejo do outro, e sim a contenção. A compreensão de desejar algo fora do comum pode desencadear sentimentos conflitantes, ora no receio da exclusão, ora no entusiasmo de descobrir não se trata de um desejo proveniente de uma experiência individual,entretanto ele não deixa de existir apenas por estipulações sociais, e a comunidade entende que existe esse fator, mas não deixa de vivenciá-lo, assim como trouxe Srta Moon em suafala:

> Eu acho que, eu vejo muito das pessoas aqui, essa problemática de ai meu Deus, vamos botar os panos em cima de tudo aquilo que a gente sente, porque, meu Deus, isso é muito errado, eu vou me olhar estranho porque eu gosto de bater, porque eu gosto de apanhar, porra, quem que paga as minhas contas? Srta Moon de quatro anos atrás, jamais pensaria isso. Jamais falaria isso. Nunca. Nunca. Então foi uma virada de chave muito grande pra mim. Conhecer a comunidade, participar, e fazerparte disso tudo.

O desejo reprimido, após a imersão do inconsciente, pode ter riscos ao indivíduo que oesconde de si mesmo, pois quando se tem ciência de sua existência e não é abordado com sutileza e aos poucos, ele lidera o indivíduo, o ser é dominado pelo desejo, vivendo em funçãodele.

## 4.2 PODER PARA SI MESMO

A comunidade BDSM constantemente precisa se reafirmar e desvincular-se da agressão e do abuso - temáticas vinculadas às interações do meio -, necessitando reforçar que as práticas são consentidas e qualquer situação que ultrapasse o acordado é totalmenterepudiada. Compreender e respeitar limites é um dos fatores mais cruciais do BDSM, portanto, parte da base do estudo volta-se a compreender os próprios limites

rígidos  e respeitar o de outrem, enquanto se aprende não apenas a reconhecer-se, como ainda a verbalizar em virtude de alguma restrição (Zilli, 2007). Esse aprendizado é gradual e se inicia com um sistema de cores, seguido pela escolha de uma palavra de segurança, além da utilização do *checking-in,* que consiste em conferir durante a cena se as partes ainda estão consentindo com a prática*,* uma vez que se compreende a possibilidade de alteração durante a sessão, ou ainda o ultrapassar de um limite, mesmo que tenham sido discutidos em um momento anterior àquele (Taormino, 2012).

Ambas as participantes reforçam a importância dessa disciplina da comunidade, concordando que, dessa forma, se preserva o respeito para todas as partes envolvidas, Srta. Moon inclusive traz um exemplo próprio acerca de suas estipulações de segurança, não deixando apenas a sua palavra de segurança, mas trazendo todas as informações importantes previamente:

> Eu tenho uma ficha de sete páginas com quatro palavras de segurança, três telefones para contato em caso de emergência, com meu nome completo, minha idade, minha orientação, com as minhas alergias, os remédios que eu tomo, o meu histórico médico, os alimentos que eu gosto, os alimentos que eu não gosto, o que me acalma, o que não me acalma, os meus gatilhos, os meus limites rígidos e flexíveis. Tudo. Tudo. A ficha leva tudo que você imaginar. Na D/s, a pessoa disse o seguinte: quero que você faça uma lista, tudo que você imaginar, até o que for mais bobo de gatilhos, o que pode lhe prejudicar, o que você... Tudo. Coloque tudo. Ele tem sete páginas e ainda editando. Porque todo dia a gente aprende uma coisa diferente, a gente entende uma coisa diferente. Mas eu... eu tento passar isso para quem chega até mim, novatos. Para eles terem essa noção, porque a gente não pode deixar... Tem muita gente que entra no BDSM e sai traumatizado por falta de orientação. Isso é muito perigoso.

Já na experiência de Mia Feyre ela fala sobre seus acordos previos e como eles sãomeios de segurança para que ela se sinta confortavel ao participar:

> Pra mim, funciona primeiro numa conversa, inicial e informal, sobre quem é aquela pessoa, né? E aí, eu acabo percebendo que a gente primeiro entra num lugar muito básico, assim, de o que você gosta, do que eu gosto, e como é que funciona isso, até afinar, né? Mas precisa ser, primeiro, né, pra funcionar, precisa ser numa [...], numa horizontalidade. Então, eu já corto qualquer que seja a possibilidade, porque eu não me sinto segura. [...] de alguma forma tem que ter algum tipo de vinculação pra mim. Então, eu preciso sair desse primeiro escopo de, ah, você gosta disso? Eu também gosto. Funciona, temos áreas de interesse, temos os limites pré-estabelecidos. Entender se aquela pessoa também tá um pouco alinhada. Não precisa ser muito, mas alinhada ao ponto de eu me sentir um pouco emocionalmente mais segura. E aí, pra mim, contratos verbais podem ser suficientes. Eu nunca precisei, eu tive só um contrato realmente mais, eu diria, formal, assim, de sentar e, teoricamente, não, assinar. Contrato verbal funciona, mas eu preciso sentir que aquela pessoa principalmente vai respeitar, respeitar limites, pra mim só funciona se eu percebo que essa pessoa entende.

As duas participantes relataram que desenvolveram a habilidade de dizer “não” após aentrada na comunidade, tendo em consideração que essa fixidez veio a ser aprendida nos estudos de introdução, sendo levada a outros âmbitos e relacionamentos; desta forma, a imposição de seus limites ocasionou na sensação de maior segurança quanto a verbalizaçãode desconforto em situações fora das práticas.

Ainda na experiência de Mia Feyre, ela relata como ter aprendido a dizer não dentrodas práticas da comunidade, se estendeu a percepção de outras relações:

> Foi através do BDSM que eu me dei conta de uma série de relações abusivas queeu tinha à minha volta no mundo baunilha. Foi entendendo que eu podia dizer não e perceber, inclusive, o quanto que eu entrei, por exemplo, em 2014, extremamente permissiva. É isso, eu fiz uma cena de suspensão e tinha desconforto presente, eu não identifiquei, não nomeei, não consegui falar, não houve cuidado das outras partes de identificação disso e foi depois, em terapia, olhando pra essa cena, não, então, hoje, é isso, eu tenho claramente muito mais bordas, contornos e limites porque eu aprendi nas cenas a falar, não, para, né, dentro das safes, mas até comunicar mesmo, assim, o shibari é muito esse lugar de troca, né? Eu tô sentindo isso, é, preciso de um ajuste aqui, né? Porque, principalmente, dentro da minha, do meu recorte como mulher hetero cis, de 41 anos, eu não aprendi que eu podia virar efalar, olha, não tá gostoso? Para, né? Eu fingi orgasmos até conhecer meu ex-maridoem 2009, assim, eu tive uma vida sexual extremamente ativa e parecia muito, né, para as pessoas, nossa, ela é super bem resolvida e eu não gozava, eu não conseguia me comunicar no sexo, né? [...]. Então foi através da comunidade que eu fui me dando conta que eu podia, em outras relações, também trazer esse limite claro, sabe? E entender que se a pessoa não respeitava, isso já era abuso. Foi muito através da comunidade do BD e lendo textos onde eu comecei a falar.

Assim como também influenciou Srta. Moon em sua vida cotidiana:

> Sim. Saber dizer não. Saber dizer não é a coisa mais incrível que existe. Ainda tenho um pouco de dificuldade, porque gosto de ajudar as pessoas e eu tento de tudoajudar todo mundo. E não pode. Mas em comparação, há um ano atrás, como estavaa minha rotina, a minha vida, hoje em dia, eu digo que 50% eu já consigo dizer que não posso. Antes eu não conseguia nem falar direito. Quanto mais eu, não posso. Entendeu?

O modelo de vida estabelecido pela comunidade altera inclusive a visão de si mesmo. Se para o social existe um padrão de beleza implementado baseado no inalcançável, abarcando também o que é sensual, no que seria belo dentro da obtenção dessa satisfação, além da vestimenta também influenciar no que é dito apropriado para ser atraente, no BDSM há um padrão de vestimenta dependente da dinâmica selecionada, mas há um entendimento que como o prazer é subjetivo, independente de padrões corporais; ocorre uma desconstruçãoe reformulação do conceito daquilo que é belo, ponto reforçado por ambas as participantes, que discorreram a respeito de

suas relações com a autoestima sofrendo modificações positivas após a entrada na comunidade, Mia Feyre aborda também a ausência de um padrão corporal ampliou essa perspectiva de autoestima:

> Foi uma, o fato de eu ter integrado que a minha sexualidade era saudável, era, né, a minha expressividade com o que eu gosto, inclusive, de uma estética que é uma estética mais sensual, mais sexual, me ajudou muito a me empoderar do meu corpo,ver corpos diversos, porque na normatividade o que a gente vê são corpos esteticamente desenhados e muito padrão, então assim, ter contato e ver, assim, ver todos os corpos gozando, pessoas gordas, magrelas, altas, pessoas com deficiência e ver que todas elas estavam ali em profundo êxtase foi extremamente empoderador pra mim, né, foi muito, me ajudou muito a integrar o meu corpo com todas as dificuldades que são minhas e que fazem que eu seja quem eu sou, então sim.

A autoestima é um sentimento poderoso, que dá liberdade para o indivíduo agir mais como si mesmo, vivenciar experiências sentindo-se mais confortável, dentro dos seus próprios termos, sem um comparativo de como se apresentar ou agir. As duas participantes concordaram que o BDSM trouxe novas percepções sobre como elas se viam e como agem atualmente, principalmente entendendo e respeitando o valor de si mesmas.

## 4.3 IDENTIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO

De acordo com Tavares (2014), a participação social vai além do vínculo biológico e das circunstâncias do desenvolvimento humano. A psicologia social declara que o indivíduo como ser sociável necessita de um convívio básico onde se sinta incluído e valorizado, de modo que, quando suas subjetividades não são incluídas em um meio, se desenvolve uma incapacidade de se sentir pertencente a essa comunidade, divergindo daquilo que é almejado pela sociedade. A busca por um padrão não é apenas estético e abrange muitos conceitos da vida, incluindo o sexual. A exclusão do sujeito por conta de suas escolhas de estilo de vida sexual não é estruturada pelo desentendimento a respeito da prática, mas sim por um valor moral adaptado aos conceitos sexuais, Foucault (1984) aborda isso quando considera que a sociedade é regulada em prol de um manejo social.

Ambas as participantes tiveram experiências semelhantes a respeito de sentirem-se parte do meio, sem esse fardo social do excentrismo. Srta. Moon fala um pouco sobre conhecer pessoas já dentro da comunidade:

> Quando eu comecei a ter contato com pessoas de dentro do meio de fato aqui, foium rolê muito louco. Porque eu via essas pessoas, eu como novata, eu via essas pessoas acima de tudo em qualquer coisa. Tanto é que tem uma galera que são bemantigas, eu brinco dizendo que quando eles entraram no BDSM em Recife, era umapangeia. Era tudo mato, capivara e dinossauro. Mas eu tenho um enorme respeito por eles.[...] Eu cheguei até eles no nível, não no nível de conhecimento, mas eu consegui falar com eles. E ter a aprovação deles. A aprovação da supremacia da nata do BDSM.

Enquanto Mia Feyre traz a perspectiva de normalidade dentro das interações dos praticantes BDSM:

> As pessoas do BDSM são como eu, trabalham e vivem os kinks e voltam, né, então, o quanto que conhecer essas pessoas me trouxe, só houve uma sensação só isso, de integração, de que tudo bem e que é só uma coisa diferente, gente, o bote éamarrado, não sei, é só uma característica, como o cabelo das meninas, a gente tem alturas diversas [...] foi essa normalização que eu conheci as pessoas, porque elas eram pessoas normais, então, eles me explicam um monte de coisa, eu falei assim,
> ah, bom, sabe, porque é isso, assim, a gente, na fantasia vai imaginar que a gente vai encontrar pessoas muito esquisitas e a ideia ainda do couro, do látex, e como se essas pessoas vivessem em hierarquia. Não. Não, por óbvio.

Entretanto o desejo é independente dos conceitos sociais implantados ao longo das construções de civilizações, mas depende dos conceitos morais para que ele seja realizado, a atração sexual é constituída por quem é o indivíduo, ela se difere muito da libido e do desejo sexual, este que por sua vez independe de outras pessoas, é a manifestação da libido, enquantoa atração ela é direcionada a uma ou mais pessoas, partindo dessa perspectiva, existe uma ligação esse desejo e dessa atração sexual, entendendo que mesmo a partir da vivência do desejo em forma do ideal sexual, a atração delimita onde é entregue esse êxtase. E pelo ideal que é introduzido desde as aparições de possíveis comportamentos sexuais, o que escapa dessa norma, é fracionado como atípico, as participantes têm vivências diferentes em referência aos comportamentos de outros sobre suas práticas, entretanto ambas afirmam que suas preferências são tão normais e comuns como qualquer outra, mas ainda há um tratamentodiferente quando se trata de não praticantes.

Srta. Moon relata sobre as falas de pessoas próximas, mesmo que ela expresse que lide bem, ainda existem essa visão mais limitada a respeito das práticas:

> Meus chefes, sabem? Ficam tirando onda comigo, me chamando de chicotada,chicotinho. Não arrumam. E porque, na verdade, essa galera toda é uma galera curiosa. Eles querem saber o que acontece, mas eles não têm coragem de ir para vercomo funciona. Porque acham que é bagunça ou qualquer outra coisa do tipo. E nãoé, na verdade, somos bem organizados, e éticos. Sim. Temos duas páginas de regrasda casa com coisas que, tipo, nem celular você pode usar. Sim. Então, a ética dentroda comunidade existe, é uma coisa primordial. Parece que no contexto do BDSM, não tem nada a ver com o contexto sexual. É como se a gente fosse circo. Que eles pagassem a entrada para poder, tipo, se divertir de uma forma diferente da gente.

Enquanto Mia Feyre aborda as falas que são direcionadas a ela, de forma que seusinteresses são minimizados:

> Não precisa ter que me botar de esquisito, ninguém está te convidando. Então, as pessoas... Quando eu estava falando sobre isso numa mesa, os meus... Primos, eles vão pra dois lugares. O primeiro é um lugar de choque e depois é quase como se rolasse uma... desqualificaçãozinha. Ai, a Mia…[...] e essas coisas estranhas dela, sabe? A Mia e esses negócios (..) cheguei na casa do meu pai e ele, ai, uma eterna adolescente com 40 anos, tu não vai parar não? Aí eu, não. Então rola uma, sabe, do tipo, a Mia é essa pessoa meio esquisita, que faz essas coisas meio diferentes, como se eu estivesse falando pra chocar, eu falo, gente, eu não tô falando pra chocar não, tô falando que existe, inclusive, assim, né? Inclusive, aí eu falo assim, Inclusive. Gosto de muita coisa.

Partindo do pressuposto de que praticantes da comunidade BDSM não tem necessariamente um padrão visual e os chamados *baunilhas* não conseguem identificá-los, apenas baseiam-se no que conhecem do básico da comunidade, é necessário que alguém do meio se identifique, mas isso reforça que muitas pessoas da comunidade tem vivênciascomuns fora do BDSM e não diferem do dito normativo, a não ser que queiram, entretanto como foi percebido pelo resultado das entrevistas, houve influência no cotidiano a um ponto que crenças da comunidade como o não julgamento de fetiches alheios, a imposição e respeito de limites, consentimento e segurança acima das práticas, que as trespassaram de modo que isso foi em implantado em suas experiências no cotidiano.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito do BDSM, percebe-se que é um nicho estruturado por uma comunidade organizada de acordo com as identificações e preferências dentro de dinâmicas de poder, se estendendo a um estilo de vida, sendo crucial para sua imersão a passagem por estudos, direcionamentos e treinamentos, até que se possam exercer

as práticas e se adequar aos papéis. É inquestionável a necessidade de medidas de segurança praticadas e reforçadas por ambas as partes envolvidas na maior parte dos *plays*.

Não obstante, entende-se que há um contraste cultural ao se comparar a organização da comunidade, clubes, workshops e treinamentos no Brasil com a que se encontra em países Norte Americanos e Europeus. Há um desenvolvimento mais amplo e com mais conteúdo nesses países, com a abertura de espaços destinados apenas às interações de participantes da comunidade. No Brasil existe uma carência, inclusive de conteúdo, destinado a estudo para os praticantes, algo que se replica no ramo acadêmico, quando posto o estudo sobre o BDSM emcomparação a outras culturas. Regionalmente, também se nota uma discrepância no Brasil, tendo em consideração que lugares como o Centro-Oeste oferecem mais eventos e lugares destinados aos participantes do que o Nordeste.

Com essa perspectiva em mente, é compreensível a dificuldade de ter acesso a esse público, fato salientado pela complexidade em alcançar os participantes desta atual pesquisa. Dentro dos critérios de inclusão não foi estipulado gênero, entretanto, um dado interessante apresentado nas participantes foi a similaridade entre vários de seus aspectos. As três que participaram da primeira fase da pesquisa foram mulheres cisgênero, duas delas que performam como *switch* e apenas uma como *bottom*. É válido informar que uma delas nãodeu retornos quanto a segunda parte da pesquisa, que consistia na entrevista, assim sendo inabilitada de permanecer como participante. Apesar disso, as participantes que seguiram a entrevista relataram que o gênero é sim um fator que influencia na prática de sua maneira, como no exemplo da *switch,* que relatou já ter sido considerada incapaz de exercer um papel de dominação por outros dominadores, julgamento esse unicamente direcionado ao fato dela ser mulher. Entretanto, a participante afirmou não se deixar abalar por isso, principalmente levando em consideração que ela é a única especialista em *wax play*[2] em sua região. Já no caso da *bottom,* ela abordou sentir que há dominadores que a enxergam com potencialsubserviência, apenas por ser mulher. Compreendendo sua posição como

[2] play envolvendo cera de vela quente em partes específicas do corpo, é utilizado uma cera específica que tem um ponto de fusão menor do que a de parafina.

mulher heterossexual, a participante informou que esse discurso sexista acaba por afetar na busca de parceiros para práticas.

O fator cultural acaba não só afetando em uma questão de conteúdo, mas também em como esses participantes irão interagir entre si, como as práticas são vistas beiradas ao absurdo. As fontes de estudo também são fatores importantes para esse comportamento, pois uma vez que se concentram a maior parte dos assuntos e tópicos de estudo em outra língua, são limitadas as fontes de procura, corroborando com a dificuldade ao acesso daquelesinteressados em se educarem o bastante para exercer seus papéis na comunidade. Essa escassez de materiais prejudica também a compreensão de questões de segurança, como primeiros socorros, não tão procurados quanto em outros países.

Dessa forma, entende-se que esta pesquisa traz uma perspectiva sobre mulheres dentroda comunidade, somando um grande benefício, não exclusivamente para o meio acadêmico, mas para a comunidade BDSM em si. Para pesquisas futuras, percebe-se que há uma necessidade de mais dados e mais fontes de estudos nacionais a respeito de temáticas focadas nos praticantes e suas vivências subjetivas, dentro da comunidade ou fora dela.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Sara, **BDSM:** No Limiar do Consentimento Sexual. [s.l.: s.n.], 2017.

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** - DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 1977. Acesso em: 25 março de2024.

BENJAMIN, Walter, **O contador de histórias**, [s.l.]: Editora Hedra , 2020.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisasem Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2016. Acesso em: 13/04/2024.

CAROLINA, Rafael Diogo Pereira. Conflitos e tensões entre BDSM efeminismo: algo mudou?, **Ufmg.br**, 2015.

COSTA, Eduardo, Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica desadismo, **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 12, n. 2, p.379–386, 2009.

CRAMER, Elizabeth, **Dom's Guide To Submissive Training**, [s.l.]: Living Plus Healthy Publishing, 2013.

EASTON, Dossie; HARDY, Janet W, **The New Bottoming Book**, [s.l.]: SCB Distributors,2001.

EASTON, Dossie ; HARDY, Janet W, **The New Topping Book**, [s.l.]: SCB Distributors, 2001.

FACCHINI, R. Praticamos SM, repudiamos agressão: classificações, redes e organizaçãocomunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana**, n. 14. ago., 2013, p. 195-228.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II :** o uso dos prazeres, Rio De Janeiro (Rj): Graal, 2009.

FREITAS, F. R. A. de. **BDSM on-line:** sexualidades quando a internet é o campo. Trabalho de conclusão de curso apresentado para o programa de CiênciasSociais – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. [Monografia]

FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 18. Imago Editora, 2006. GUILHARDI, Hélio José. Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. **Comportamento humano**: tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor, p. 63-98, 2002

HEILBORN, Maria Luiza. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. **CadernosCepia**, v. 5, p. 73-92, 2002.

JACINTO, Marcelle ; CRÍSTIAN, Antonio, Pensando corpo, gênero e sexualidade em contexto sado-fetichista, **Ponto Urbe**, n. 15, 2014., KENNEDY, Roger, **Libido**, [s.l.]: IconBooks, 2001.

KAFKA, M. P. Hypersexual disorder: A proposed diagnosis for DSM-V. **Archives of Sexual Behavior**, [S.l.], v. 39, n. 2, 2010.

KENNEDY, Roger. **Libido**. [s.l.]: Icon Books, 2001.

MILLER, Henry. **O mundo do sexo**, [s.l.]: José Olympio, 2019.

MORGAN, Sophie, **The diary of a submissive**, London: Penguin, 2012.

MOTA, Ana ; OLIVEIRA, Alexandra, **Área Temática:** Sexualidade e GéneroPara Além da Dor: Fantasias De Prazer, Poder e Entrega. Um estudo sobre Sadomasoquismo, [s.l.: s.n., s.d.].

MOTA, Ana ; OLIVEIRA, Alexandra, **Repensar o BDSM para além da Dor:** Sadomasoquismo e Direitos Sexuais, [s.l.: s.n., s.d.].

MOTA, Geraldo Santos, Assexualidade: orientação ou disfunção sexual?, **Brazilian Journalof Health Review**, v. 2, n. 4, p. 2709–2728, 2019.

RASPUTIN - DOMINADOR INICIANTE, Glossário - Parte 1 - A-F, **Dilemas de um Dominador Iniciante.** Blogspot.com, disponível em: http://dilemasdeumdominiciante.blogspot.com/2014/05/glossario-parte-1-f.html. acesso em: 17 de junho de 2023.

RASPUTIN - DOMINADOR INICIANTE, Glossário - Parte 1 - G-Z, **Dilemas de um Dominador Iniciante.** Blogspot.com, disponível em: http://dilemasdeumdominiciante.blogspot.com/2014/05/glossario-parte-1-f.html. acessoem: 17 de junho de 2023.

RÍOS, Victoria; AMUNDARAY, Alejandrina ; ARENAS, Ysamary, Vivencias de las prácticas sexuales asociadas al BDSM: los límites contemplados dentro de lo Sano, Seguro yConsensuado, **Ciência & Saúde Coletiva (Impresso)**, v. 24, n. 5, p. 1679–1688, 2019.,

ROSANA CARNEIRO TAVARES, O sentimento de pertencimento social como um direito básico e universal, **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 15, n.106, p. 179–179, 2014.

ROSANA MARIA MENDES ; GIARETTA, Rosana, A análise de conteúdo como uma metodologia, **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, 2017.

SECCHI, Kenny; BRIGIDO VIZEU CAMARGO ; RAQUEL BOHN BERTOLDO, Percepção da imagem corporal e representações sociais do corpo, **Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 229–236, 2009.SILVA, Catarina Marujo. Fluidez Sexual em Praticantes de BDSM e o Modelo de Sexualidade Heteronormativo. 2022.

SIMIÃO, A. R. M.; SIMANKE, R. T.. Extrato de estudo em História da Psiquiatria: o fetichismo na *Psychopathia Sexualis* de Richard von Krafft-Ebing. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 24, n. 1, p. 164–187, jan. 2021.

SOARES, Maria Luisa Couto. **Expressões do corpo**. Fundação Engenheiro António de Almeida, 2006.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer.** Pesquisa e Debate em Educação, Juiz deFora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. Disponível em: https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Acesso em: 16 março de 2024.

TAORMINO, Tristan, **The ultimate guide to kink : BDSM, role play and the erotic edge**,Berkeley, Calif.: Cleis Press, 2012.

YASUHARA, Isabela O. ; BORGES, Thais S., **DOR, HUMILHAÇÃO E CONTROLE: EXPLORANDO A COMPLEXIDADE DO MASOQUISMO E DO SADISMO COMO EXPRESSÕES SEXUAIS**, [s.l.: s.n., s.d.].

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015. Acesso em: 18 maio de 2024

ZILLI, Bruno Dallacort, A perversão domesticada: estudo do discurso de legitimação do BDSM na Internet e seu diálogo com a psiquiatria, **Uerj.br**, 2024.

## APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

### ***SEÇÃO 1: Formulário de dados Sociodemográficos***

**1.** Código de identificação da participante (pseudônimo):
**2.** Nacionalidade:
**3.** Naturalidade (Cidade e Estado):
**4.** E-mail:
**5.** Idade:
**6.** Orientação sexual
**7.** Situação conjugal (Casada, União estável, viúva, divorciada/separada, solteira)
**8.** Raça e cor (Amarela, branca, indígena, parda, preta)
**9.** Formação acadêmica**:**
- Ensino fundamental completo
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós doutorado
- Outros:

**10. Ocupação:**
**11. Situação atual de emprego**
- Trabalha de meio turno
- Trabalha em tempo integral
- Autônomo
- Aposentada
- Desempregada
- Estudante

**12.** Renda financeira pessoal:
**13.** Beneficiário(a) de programas sociais:

## APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Você pode contar como foi o processo de conhecimento da comunidade?
2. O que mais te chamou a atenção nas práticas
3. Como você acha que a comunidade te auxiliou no processo de autoconhecimento?
4. Como você definiria a importância das realizações dos fetiches/kinks 5. Poderia me contar como funcionam os procedimentos de segurança ( contratos, acertos, acordosfixos e não fixos)
6. Para você a comunidade teve participação no estabelecimento de limites nas suasinterações fora do meio?
7. Você percebeu alguma mudança na sua autopercepção/autoestima depois de entrar nacomunidade
8. Sobre os estudos/treinamentos você poderia como foi realizado até você se sentirsegura tanto para relações fixas como para casuais?
9. Como foi a experiência de conhecer mais pessoas do meio?
10. Quais mudanças mais significativas você percebeu nas relações interpessoais apósa ingressão
11. Fora do âmbito da comunidade você percebe uma mudança de tratamento emcomparativo a quem é do mesmo meio?
12. Como é pra você a importância do space (subspace, top space) na prática BDSM?
13. Levando em consideração a sua identificação nas dinâmicas de papéiscomo você definiria o aftercare?
14. Como as práticas lhe proporcionam momentos de êxtase, como por exemplo uma catarse?
15. Para você qual a importância dos limites rígidos?
16. Ainda levando em consideração sua identificação na comunidade, comovocê descreveria o efeito que seu gênero tem nas dinâmicas?
17. Você poderia descrever algumas das motivações que te fizeram decidir permanecerna comunidade?

## APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu, Jennifer Benjamin Lima Almeida Silva, graduanda do curso de Psicologia da Universidade Católica do Salvador - UCSal e supervisionada pelo Prof. Dr. Euride Simões Soares Hide, convido você a participar como voluntário/a/e da pesquisa: “Um olhar feminino na perspectiva BDSM: o percurso do normativo até o couro”. Este estudo tem como objetivo analisar as vivências individuais relacionadas às motivações para a introdução às práticas BDSM.

**Caso aceite participar, agendaremos uma entrevista**, que poderá ocorrer de maneira presencial ou online, de acordo com a disponibilidade dos participantes. A entrevista online será uma videoconferência via Google Meet, tendo duração de aproximadamente, 1

hora à 2 hora e 30 minutos, onde o pesquisador realizará algumas perguntas e registrará as respostas, essa videoconferência será gravada.

A primeira etapa será composta pelo levantamento dos dados sociodemográficos, a segunda etapa da entrevista será composta por uma entrevista semiestruturada sobre a sua experiência na comunidade BDSM. Com o intuito de manter a privacidade, nosso encontro, mesmo que por videoconferência, será em um espaço reservado, com apenas o pesquisador e você, que seja silencioso e de acesso controlado essas ações garantem o sigilo da pesquisa e melhor aproveitamento do nosso encontro, será gravada no intuito de transcrição para pesquisa.

A entrevista presencial será gravada, também acontecerá em um espaço reservado, silencioso e de acesso controlado, pelas mesmas motivações a fim de não ter interrupções; Osparticipantes têm garantido seu direito de acesso aos resultados da pesquisa, que poderão ser solicitados através das formas de contato indicadas ao final deste documento. Garantimos também a manutenção de seu anonimato, assim como do sigilo e da privacidade de seus dados, em todas as etapas da pesquisa.

Antes de iniciar o preenchimento, é necessária a leitura atenta e aceitar o Termode Consentimento Livre e Esclarecido, dessa forma, basta clicar em “Sim, autorizo a minha participação voluntária e a recolha das minhas respostas, ao uso da minha voz e imagem”.

Os dados derivados da entrevista e do questionário serão **acessados apenas pelos pesquisadores e serão guardados em pendrive**, durante um período de cinco anos,

na residência do pesquisador responsável. **Depois desse período, os dados serão devidamente destruídos.**

A sua participação é livre e voluntária e você pode se recusar a participar ou atémesmo desistir a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Além disso, é garantido a você o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa. Caso queira, você tem o direito de acessar o conteúdo do roteiro de entrevista e do questionário, antes de responder às perguntas, para uma melhor tomada de decisão.

Você não terá nenhum gasto e não receberá remuneração, mas se tiver alguma despesa ou dano, decorrente da participação na pesquisa, terá garantido o ressarcimento, terá ainda o direito à indenização nos termos do item Lei conforme indicado nas Resoluções CNS 466/12

e 510/16.

No entanto, um dos **riscos possivelmente oferecidos pela prática aos participantes** seria a exposição de dados pessoais identificadores, que são informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (como número de telefone para contato). Outro risco bastante pertinente seria ter proximidade com questões sensíveis, resultando ter contato com sentimentos de vergonha, desconforto e uma possibilidade de constrangimento.

**Como estratégia para minimizar os riscos** serão utilizados antivírus nos computadores que serão utilizados para armazenamento e manipulação das informações, também será utilizado antivírus durante as entrevistas virtuais, os participantes precisarão assinar a duas vias deste TCLE, na qual, uma será mantida com o participante, **os participantes são orientados a utilizar antivírus nos computadores que utilizarão para responder o questionário sociodemográfico e durante a entrevista.** Além disso, orienta-se que, durante toda a duração da entrevista online, os participantes utilizem fones de ouvido e estejam em um cômodo de acesso restrito.

**Os possíveis riscos serão minimizados pelo TCLE exposto até o momento**. Caso você se sinta desconfortável, podemos interromper a entrevista. Haverá oferecimento de amparo psicológico por parte de um profissional da **Unidade de Atendimento em**

**PsicologiaSilvana Sarno (UNIAPSI)**, sem nenhum ônus ao participante em questão, em consonância aos aspectos éticos preconizados pela **Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)**.

Para tanto, este projeto oferece benefícios para a investigação científica do que diz respeito de levantar as concepções relacionadas a prazer e dor em praticantes. Os participantestambém terão a oportunidade de dialogar, de maneira saudável, sobre um assunto que influencia suas ações cotidianas.

Ao participar, você está promovendo um impacto positivo tanto na sociedade quanto no campo acadêmico, fomentando pesquisas adicionais sobre conjugalidade e relações fora daperspectiva normativa.

Para maiores informações sobre os pesquisadores ou seu orientador, ou em caso de dúvidas ou denúncias, você poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)** da Universidade Católica do Salvador - UCSal, que autorizou a realização desta pesquisa. O CEP fica localizado no Campus de Pituaçu, **Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituaçu, CEP: 41.740-090 - Salvador/BA**. Funciona de segunda a sexta-feira das 08:00 às 16:00. **Tel.:** +55 (71) 3206-7830. **E-mail:** cep@ucsal.br. **E-mail da orientadora:**

eurides.hide@pro.ucsal.br**. E-mail do pesquisador:** jenniferlima.silva@ucsal.edu.br

## APÊNDICE F - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

**Título do projeto**: “Um olhar feminino na perspectiva BDSM: o percurso do normativo até o couro”

**Pesquisador responsável**: Eurides Simões Soares Hide

**Demais pesquisadores:** Jennifer Benjamin Lima Almeida Silva

**Instituição/Departamento:** Universidade Católica do Salvador (UCSal);

**Curso de Psicologia**

**Local da coleta de dados:** online

Os pesquisadores do projeto intitulado “Um olhar feminino na perspectiva BDSM: o percurso do normativo até o couro ”, se comprometem a garantir a privacidade das participantes da pesquisa - cujos dados serão coletados através de entrevistas gravadas e preenchimento de questionário, por meio de videoconferência realizada na própria instituição supracitada ou em local reservado que garanta o sigilo, concordam com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto e seus produtos (relatórios, artigos e capítulos de livro). Além disso, informam que a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados, bem como os termos de consentimento livre e esclarecido, mantidos na residência do pesquisador localizada na Rua das Orquideas, nº 9, Buri, CEP. 42804873, Camaçari-BA, e por outros motivos caso seja necessário será mantido pela orientadora responsável, no endereço Alameda Praia de Velha Boipeba Stella Maris, 146 casa 05, Salvador-BA, CEP. 41600105 por um período de 5 anos sob a responsabilidade de Jennifer Benjamin Lima Almeida Silva. Após este período, os dados serão destruídos, conforme acordado entre pesquisador e participante da pesquisa no ato da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**Salvador, _____ de 2023** .

| **Nome do membro da equipe executora** | **Assinatura** |
|---|---|
| Eurides Simões Soares Hide | gov.br Documento assinado digitalmente EURIDES SIMOES SOARES HIDE Data: 29/04/2024 15:05:12-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br |
| Jennifer Benjamin Lima Almeida Silva | gov.br Documento assinado digitalmente JENNIFER LIMA ALMEIDA SILVA Data: 29/04/2024 14:29:00-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br |

# APÊNDICE G - TERMO DE ATENDIMENTO

UCSAL
UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DO SALVADOR
VERITATI

## TERMO DE COMPROMISSO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

**Eu, Ricardo Souza Cruz, brasileiro, casado, psicólogo, inscrito no CRP sob n° 03/19.414 e no CPF sob n° 702.701.715-68, comprometo-me a atender os pacientes da pesquisa intitulada "Um olhar feminino na perspectiva BDSM: o percurso do normativo até o couro" conduzida pelo pesquisador Jennifer Benjamin Lima Almeida Silva, caso exista algum desconforto psicológico diretamente causado pela sua participação na referida pesquisa. Em decorrência do isolamento social adotado como medida de prevenção a COVID-19, além da possível distância geográfica entre este profissional e os participantes da pesquisa, o atendimento poderá ser realizado em formato remoto, utilizando-se de uma vídeo-chamada ou dos aplicativos do Google meet ou Zoom a depender da preferência do entrevistado. O atendimento ocorrerá em data e horário a ser ajustado com o participante. Salienta-se que tal atendimento não implicará em ônus ao participante.**

_____

**Ricardo Souza Cruz**

**Psicólogo Docente (CRP. 03/19.414)**

**Salvador/Ba, 17 de março de 2024**

EIXO 3

# CUIDADO, TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO

# A EXTENSÃO COMO TRANSFORMAÇÃO CIDADÃ: ESTUDO DE CASO DO “MISTUR@Ê” COMO EXPRESSÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO NA UNIVERSIDADE

*Gabriel Cortés Ribeiro Goncalves Menezes*[1]

*Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros* [2]

*Mariana Victória Guimarães dos Santos Lima*[3]

*Verena Loureiro Galvão*[4]

**RESUMO**

A Extensão na Universidade deve propiciar experiências de cidadania e pertencimento aos alunos. Este estudo tem como objetivo entender como a extensão universitária pode atuar como um catalisador para a aprendizagem efetiva em gestão e promoção da interação multidisciplinar, incluindo o cuidado e a inovação tecnológica. Para isso, foi realizado um estudo de caso com abordagem qualitativa descritiva para analisar o impacto do evento "Mistur@ê" na formação de competências em gestão, cidadania, e cuidado. A pesquisa concentra-se nas experiências e percepções do grupo organizacional da Universidade Católica do Salvador (UCSal), composto por coordenação de extensão, professores e alunos envolvidos na realização da feira interdisciplinar. Utilizando uma abordagem interpretativista, foram coletados dados através de grupos focais e análise de documentos relacionados ao evento, como planos de trabalho e feedback dos participantes. Ao explorar essas dinâmicas, o estudo visa evidenciar como iniciativas de extensão podem ser instrumentos eficazes na formação de competências essenciais para a prática profissional e a cidadania. Os resultados destacam que a extensão universitária, por meio de eventos como o "Mistur@ê", desempenha um papel significativo na formação profissional e cidadã dos envolvidos, ao mesmo tempo em que integra conceitos de cuidado, tecnologia e inovação. O evento possibilitou a integração entre diferentes áreas do conhecimento e criou um ambiente colaborativo, promovendo o desenvolvimento de habilidades de gestão, cuidado e inovação tecnológica. A experiência prática oferecida pelo evento proporcionou uma compreensão mais profunda das dinâmicas de gestão e cuidado, resultando na formação de líderes e gestores mais capacitados e engajados. Este relato evidencia a importância das iniciativas de extensão na educação superior para enfrentar desafios contemporâneos com competência e empatia, destacando a relevância do cuidado e da inovação tecnológica no processo formativo.

**Palavras-chave:** Gestão. Cidadania.Formação profissional.

[1] Graduando em enfermagem - Universidade Católica do Salvador (gabriel.menezes@ucsal.edu.br)
[2] Mercadóloga - Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (lea.medeiros@ucsal.br)
[3] Graduanda em Enfermagem - Universidade Católica do Salvador (marianavictoria.lima@ucsal.edu.br)
[4] Fisioterapeuta - Doutora em Medicina e Saúde Humana (verena.galvao@pro.ucsal.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem é um processo vivenciado no qual é essencial a observação de diferentes modelos de ensino para abranger a variabilidade das formas de apreensão de conhecimento (cinestésico, auditivo e visual). É essencial que o educador possa reconhecer estas diferenças para que possa propiciar ao indivíduo melhores perspectivas de aprender, de se relacionar, de lidar com seus pares e resolução de problemas. A integralização da aprendizagem propicia uma amplitude relacionada ao sentido da formação e é um instrumento eficaz para a emancipação humana. (Azevedo e Zampa, 2021). As estratégias extensionistas possibilitam uma complementação do ensino teórico e propiciam uma aprendizagem significativa, uma vez que os alunos podem experimentar e exercer parte de seu papel social (Arruda-Barbosa et al., 2019) quando se aproxima da comunidade oferecendo esclarecimentos e prestação de serviços qualificados e, principalmente, quando o próprio aluno pode criar e objetivar suas ações de maneira sequenciada e colaborativa por parte da universidade.

O ensino das habilidades e competências para a tríade do ensino, pesquisa e extensão são fundamentais no conceito da universidade para uma formação humanística. A capacidade de extrapolar o conteúdo didático para propiciar o refinamento de emoções sociais e empatia, faz com que o egresso possa se tornar um profissional mais qualificado. O desenvolvimento das competências deve estar voltado para que haja um maior pensamento crítico e reflexivo por meio de experiências educativas pela racionalidade técnica dos conteúdos teóricos fundamentais do processo. (Silva et al., 2018). Dentre as abordagens educacionais, o reconhecimento das diferenças, assim como a redução das diferentes barreiras (sociais, físicas, ambientais, tecnológicas) pode ser uma ação concreta da vivência da limitação e da deficiência, ampliando o valor da diversidade para romper as tensões culturais, promovendo uma maior convivência entre as diferenças (Silva, 2022).

Participar de atividades de extensão universitária proporciona uma rica oportunidade para aplicar conhecimentos em cenários reais, aprimorando suas habilidades práticas e colaborativas. Engajar-se em eventos como o "Mistur@ê" permite que haja exploração de novos interesses e desenvolvimento de competências que são altamente valorizadas no mercado de trabalho. Além disso, essas experiências

promovem um contato direto com a comunidade, incentivando uma visão mais ampla e crítica sobre o impacto do seu trabalho. Ao se envolver, o estudante não só contribui para projetos significativos, mas também constrói um perfil mais robusto e diversificado para sua futura carreira.

Ao organizar uma feira, os alunos têm a oportunidade de se tornarem protagonistas de sua própria aprendizagem. Eles podem selecionar um tema relacionado ao conteúdo teórico estudado em sala de aula e desenvolver projetos práticos para apresentar ao público. Isso requer pesquisa, análise crítica e síntesede informações, o que fortalece a compreensão do conhecimento teórico. Uma feira acadêmica também permite que os alunos se expressem de maneira criativa e inovadora. Eles podem utilizar diferentes formatos de apresentação, como pôsteres, maquetes, demonstrações práticas, experimentos, protótipos, entre outros, para compartilhar seu aprendizado de forma atrativa e envolvente. Essa abordagem dinâmica desperta o interesse dos participantes e torna a experiência de aprendizagem mais significativa. O projeto "Mistur@ê" da Universidade Católica do Salvador (UCSal) se destaca como uma iniciativa inovadora de extensão universitária que visa integrar a universidade com a comunidade local de maneira significativa e enriquecedora. Realizado anualmente durante dois dias no campus Pituaçu, o evento gratuito é uma vitrine do potencial acadêmico e cultural dos estudantes, oferecendo uma programação diversificada que inclui oficinas, exposições, shows e uma feira de empreendedorismo.

Este evento proporciona um ambiente fértil para o diálogo e a colaboração entre acadêmicos e a comunidade, facilitando a aplicação prática de teorias acadêmicas em contextos reais. Através de atividades como oficinas de produção artesanal, exposições culturais, apresentações musicais e workshops interativos, o "Mistur@ê" não só promove o compartilhamento de conhecimentos, mas também fortalece o vínculo entre a universidade e a sociedade. Ao oferecer um espaço onde a teoria acadêmica se encontra com a prática comunitária e tecnológica, o "Mistur@ê" não apenas enriquece a formação dos estudantes, mas também reafirmao compromisso da UCSal com a promoção de atividades que contribuem para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico. O evento destaca o impacto positivo da extensão universitária na formação de líderes e gestores, preparando-os para enfrentar os desafios contemporâneos com competência, empatia e inovação. Destaforma, este estudo tem como objetivo entender

como a extensão universitária pode atuar como um catalisador para a aprendizagem efetiva em gestão  e promoção da interação multidisciplinar, incluindo o cuidado e a inovação tecnológica.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa descritiva para analisar o impacto do evento na formação de competências em gestão, cidadania, e cuidado. Realizado por meio de amostra de conveniência e relatos obtidos nas experiências e percepções do grupo organizacional do evento extensionista da Universidade Católica do Salvador (UCSal), composto por coordenação  deextensão, professores e alunos envolvidos na realização da feira interdisciplinar. Para compreender o impacto desse evento, foram realizadas entrevistas com participantes que incluíam alunos e monitores envolvidos na organização  e execução do evento. As entrevistas fornecem uma visão detalhada sobre como a experiência prática contribui para o desenvolvimento profissional e pessoal dos participantes.

A coleta de dados foi realizada no período compreendido entre maio e julho do  ano de 2024, logo após a realização do evento. e, para isso, foram realizadas seis perguntas em cada entrevista, abordando aspectos diversos da experiência universitária e da participação no evento Mistur@ê. As temáticas das perguntas incluíam: a experiência acadêmica e envolvimento com atividades e grupos universitários; a interpretação e expectativas em relação ao Mistur@ê; o significado do evento em uma palavra; a percepção sobre a preparação para o mercado de trabalho; os aspectos aprendidos durante o Mistur@ê; e a experiência de networking proporcionada pelo evento.

Os dados foram analisados qualitativamente, categorizando as respostas conforme as temáticas das perguntas. As respostas foram agrupadas em temas principais como experiência universitária, expectativas e percepções sobre o Mistur@ê, e impactos na preparação para o mercado de trabalho. A análise envolveu a identificação de padrões e diferenças nas percepções dos participantes, destacando o

impacto do Mistur@ê no desenvolvimento acadêmico e profissional dos entrevistados, utilizando uma abordagem interpretativista.

Os entrevistados foram alunos matriculados na universidade, com idades variando entre 20 e 25 anos. Todos têm atuado como monitores em eventos acadêmicos, com diferentes níveis de envolvimento e experiência em eventos desse tipo. Enquanto alguns possuem experiência significativa em cargos de liderança e organização, outros são relativamente novos nesse tipo de atividade. Os perfis dos entrevistados incluem fundadores e presidentes de ligas acadêmicas, monitores de extensão e membros ativos de ligas estudantis, refletindo uma variedade de papéis e responsabilidades dentro da universidade.

Os resultados do estudo revelaram que o evento "Mistur@ê" teve um impacto positivo significativo na formação de competências dos participantes. A análise qualitativa das entrevistas indicou que a experiência proporcionada pelo evento foi crucial para o desenvolvimento das habilidades de gestão, cidadania e cuidado dos envolvidos. Os participantes relataram que o "Mistur@ê" não apenas consolidou seu aprendizado acadêmico, mas também ofereceu uma plataforma para aplicar e aprimorar suas habilidades práticas. Muitos destacaram que o evento facilitou uma compreensão mais profunda das dinâmicas de trabalho em equipe e liderança, além de proporcionar oportunidades valiosas para o networking e a construção de conexões profissionais. A integração de diferentes áreas do conhecimento foi especialmente valorizada, permitindo que os participantes vivenciassem a importância da multidisciplinaridade e da inovação tecnológica. As percepções revelaram que o evento contribuiu significativamente para a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, destacando a relevância de atividades extensionistas para o desenvolvimento profissional e pessoal. A análise evidenciou que a experiência prática do "Mistur@ê" fortaleceu a formação acadêmica, preparando melhor os participantes para enfrentar desafios futuros com uma visão mais ampla e integrada de suas competências e responsabilidades.

Em relação à **experiência universitária**, um dos entrevistados expressou um sentimento de profunda gratidão pela oportunidade de fundar e participar de umaliga acadêmica, além de atuar como monitor de extensão. Outro participante destacou sua

função como presidente de uma liga acadêmica e monitor de extensão, manifestando gratidão pelo aprendizado adquirido ao longo do curso. Um terceiro entrevistado mencionou sua participação em diversas ligas e o sentimentode constante descoberta e aprendizado proporcionado pela vida universitária.

Esses depoimentos ilustram como a experiência universitária vai além do aprendizado formal, envolvendo a participação em atividades que desenvolvem habilidades práticas e interpessoais. A diversidade de papéis desempenhados pelos entrevistados reflete a amplitude da formação universitária e como o envolvimento em diferentes grupos e atividades contribui para uma educação mais completa e enriquecedora.

Quando questionados sobre a **expectativa e interpretação do evento,** o primeiro entrevistado percebe o Mistur@ê como uma excelente oportunidade para conhecer pessoas de outros cursos, com expectativas elevadas em relação às inovações e surpresas do evento, incluindo as novas tecnologias e práticas de cuidado apresentadas. O segundo entrevistado vê o Mistur@ê como um evento onde os alunos mostram o que aprenderam durante o semestre e espera que cada edição supere a anterior, mantendo um nível de inovação constante, especialmente nas práticas de cuidado e uso de tecnologias emergentes. O terceiro participante considera o evento como uma grande plataforma de conhecimento, esperando sempre a riqueza de temas e problemas atuais, incluindo as inovações tecnológicas e as novas abordagens no cuidado.

As expectativas e interpretações dos entrevistados destacam a importância do Mistur@ê como um espaço de troca de conhecimentos, inovações tecnológicas e práticas de cuidado. A visão positiva e as altas expectativas em relação ao evento evidenciam seu papel crucial em promover um ambiente de aprendizado dinâmico e multidisciplinar, onde a atualização e o aprimoramento contínuos são valorizados.

Quando perguntado sobre o **significado** do evento para o primeiro entrevistado, o Mistur@ê representa essencialmente networking e a oportunidadede explorar novas tecnologias. O segundo entrevistado compartilha a mesma visão, enquanto o terceiro vê o evento como uma fonte de conhecimento sobre inovaçõese cuidados.

A percepção do Mistur@ê como uma plataforma de networking, conhecimentoe inovação tecnológica sublinha sua eficácia em conectar pessoas e promover o aprendizado. Essa dualidade de função – como um espaço de construção de redes, um centro de conhecimento e um laboratório de inovação tecnológica – demonstra a versatilidade e o impacto positivo do evento na formação dos participantes.

A respeito do efeito do Mistur@ê na **experiência profissional**, o entrevistado acredita que o Mistur@ê tem sido fundamental para sua preparação para enfrentar o mercado de trabalho, proporcionando experiência prática valiosa, incluindo o uso de novas tecnologias e abordagens de cuidado. O segundo participante também sente que o evento o preparou bem para o mercado de trabalho, especialmente na gestão de situações imprevistas e na colaboração em equipe, com um foco crescente na integração tecnológica. O terceiro entrevistado destaca que estar envolvido em um evento de alto nível que incorpora inovação tecnológica eleva as exigências e contribui para a preparação profissional.

Os depoimentos ressaltam como o Mistur@ê serve como uma preparação prática para o mercado de trabalho, oferecendo aos participantes uma experiência realista e desafiadora. A capacidade de lidar com imprevistos, colaborar eficazmentee integrar novas tecnologias e práticas de cuidado são habilidades críticas que o evento ajuda a desenvolver, preparando os alunos para enfrentar as demandas do mercado de trabalho com confiança.

No que tange aos **aspectos aprendidos**, o primeiro entrevistado identificou a solução de problemas, o manejo de pessoas, a administração do tempo e a aplicação de tecnologias inovadoras como habilidades importantes adquiridas durante o evento. O segundo participante aprendeu a lidar com  imprevistos, trabalhar com diferentes pessoas, a importância da comunicação eficaz e a integração de novas tecnologias. O terceiro não forneceu detalhes específicos sobreos aspectos aprendidos.

Sobre a **importância do networking**, o primeiro entrevistado conseguiu construir uma rede de contatos significativa com pessoas de diversos cursos e semestres, o que considerou essencial para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. O segundo participante também fez várias novas conexões, tanto com colegas de diferentes semestres quanto de outros cursos, e destacou a relevânciade trocar

experiências sobre inovação tecnológica e práticas de cuidado. O terceiro destacou que o Mistur@ê proporcionou uma experiência única de troca de conhecimento sobre novas tecnologias e abordagens de cuidado entre pessoas que,de outra forma, não teriam a oportunidade de interagir.

Os depoimentos do primeiro e do segundo entrevistados ressaltam como a experiência do "Mistur@ê" prepara os alunos para enfrentar desafios do mercado de trabalho, oferecendo uma perspectiva realista e prática sobre a gestão de eventos e a interação com diversos públicos, além da integração de inovações tecnológicas e práticas de cuidado. A experiência do terceiro entrevistado reforça o papel do eventona promoção do conhecimento e no desenvolvimento de uma compreensão mais profunda das dinâmicas profissionais e tecnológicas.

A análise das respostas indica que a participação no Mistur@ê não só prepara os alunos para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, mas também enriquece suas habilidades interpessoais e de gestão, ao mesmo tempo em que integra novas tecnologias e práticas de cuidado. A prática de networking foi amplamente valorizada, demonstrando sua importância na construção de redes de contatos profissionais e no desenvolvimento pessoal. Assim, o evento serve como um exemplo eficaz de como a extensão universitária pode ser um catalisador para a aprendizagem multidisciplinar, o crescimento profissional utilizando a inovação tecnológica e acadêmica.

Os aspectos aprendidos destacam a relevância prática do Mistur@ê, com foco em habilidades essenciais como a resolução de problemas, a gestão do tempo, a aplicação de tecnologias inovadoras e a integração de práticas de cuidado. Além disso, o networking promovido pelo evento é claramente valorizado pelos participantes, evidenciando sua importância no desenvolvimento acadêmico e profissional. A construção de redes de contatos enriquecidas pelo evento proporciona aos participantes oportunidades valiosas para o futuro.

A construção de redes de contatos, como enfatizam Hall (2013) em seu livro 'Networking for Success', é um ativo valioso no mercado de trabalho. O Mistur@ê proporcionou aos participantes a oportunidade de expandir suas redes, fortalecer suas habilidades de relacionamento interpessoal e integrar inovações tecnológicas epráticas de cuidado.

Além disso, as entrevistas realizadas com alunos e monitores envolvidos no "Mistur@ê" ilustram de maneira clara o impacto positivo que o evento tem na formação social e profissional dos participantes. Os relatos evidenciam como a experiência prática proporcionada pelo evento contribui para o desenvolvimento de habilidades essenciais em gestão, cuidado, e apresentam o quanto inovação tecnológica é fator fundamental.

As habilidades desenvolvidas pelos participantes do Mistur@ê, como a resolução de problemas, o trabalho em equipe e a aplicação de tecnologias inovadoras, são fundamentais para o sucesso profissional, conforme apontam autores como Chiavenato (2018). Essa experiência prática permite aos alunos aplicarem na prática os conceitos teóricos aprendidos em sala de aula, como defendem Mintzberg et al. (2010) em 'O processo de tomada de decisão'.

O "Mistur@ê" serve também como uma plataforma eficaz para a aplicação prática de teorias acadêmicas e inovações tecnológicas, oferecendo aos alunos a oportunidade de integrar conhecimentos e habilidades em um ambiente colaborativo. A experiência de participar na organização e execução do evento permite aos alunos desenvolverem competências valiosas, como a resolução de problemas, a gestão de tempo, o trabalho em equipe e a incorporação de novas tecnologias e práticas de cuidado.

O "Mistur@ê" desempenha um papel crucial na formação de profissionais gestores, destacando a importância da gestão interdisciplinar como um componente essencial do processo educativo. Ao envolver os alunos em atividades que cruzam múltiplas áreas de conhecimento, o evento oferece uma experiência prática que aprimora suas habilidades de liderança e gestão. Essa abordagem interdisciplinar permite aos estudantes uma compreensão mais holística das dinâmicas de liderança, proporcionando insights valiosos sobre a integração e coordenação de diferentes competências em projetos complexos.

Além disso, o "Mistur@ê" é um espaço amplo para o desenvolvimento das competências relacionadas ao cuidado, incorporando tecnologias e inovações na promoção de atendimentos de saúde em enfermagem, nutrição e fisioterapia. O evento aproxima a comunidade dos estudantes e integra tecnologias emergentesem práticas de cuidado, destacando como a inovação pode ser aplicada na saúde e no bem-estar.

A experiência acumulada por meio do projeto demonstra como a extensão universitária pode cultivar habilidades de cuidado, ampliando a capacidadedos alunos de atuar com sensibilidade e responsabilidade em seus futuros papéis profissionais. A integração de tecnologias inovadoras com práticas de cuidado no "Mistur@ê" evidencia a relevância de preparar os alunos para um ambiente profissional em constante evolução.

O "Mistur@ê" não apenas enriquece a formação dos estudantes, mas também fortalece o vínculo entre a universidade e a comunidade, exemplificando como a extensão universitária pode ser um catalisador para a aprendizagem multidisciplinar, a inovação tecnológica e o crescimento profissional. Esta abordagemnão só amplia as competências dos alunos, mas também contribui para a formação de líderes e gestores mais preparados para enfrentar os desafios contemporâneos com competência, empatia e inovação. Como apontam Kaplan e Norton (2006) em 'O Jeito Harvard de Ser Líder', a empatia e a capacidade de integrar inovações são ferramentas fundamentais para a liderança, pois permitem aos líderes mobilizar pessoas para um objetivo comum enquanto enfrentam as demandas de um ambiente em constante evolução.

A presente pesquisa trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que, por sua vez, apresenta como principais vantagens ser de baixo custo, grande abrangência e atinge um tema recorrente na sociedade atual referentes a esse tipo de abordagem. A pesquisa qualitativa é utilizada quando o objeto de estudo não é bem conhecido ou não foram formuladas hipóteses precisas, pois a partir da coleta de dados novos aspectos podem surgir permitindo ir ao fundo do significado e de estar na perspectiva do sujeito, e assim possibilita descobrir novos nexos e explicar significados. (SERAPIONI, 2000). Como limitações, um pequeno grau de controle referente a uma situação de coleta de dados; inadequada compreensão do entrevistado do significado das perguntas; inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente; disposição do entrevistado em fornecer as informações necessárias; influência exercida, consciente ou inconscientemente, pelo pesquisador, devido ao seu aspecto físico, suas atitudes, ideias e opiniões.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evento "Mistur@ê" promovido pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) é um exemplo notável de como a extensão universitária pode impactar a formação de competências em gestão, cuidado, tecnologia e cidadania.

A experiência do evento "Mistur@ê" demonstrou ser uma oportunidade altamente valiosa para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos participantes, com uma integração significativa de cuidado, tecnologia e inovação. As entrevistas revelaram que a integração prática oferecida pelo evento contribui significativamente para a formação de competências essenciais em gestão, resolução de problemas e inovação tecnológica que eleva a performance do cuidado. Os entrevistados destacaram como o Mistur@ê proporciona uma plataforma para aplicar teorias acadêmicas em um ambiente realista e colaborativo, reforçando a importância da experiência prática no contexto universitário.

Recomenda-se, portanto, a todos os alunos que tenham a oportunidade de participarem eventos semelhantes a se envolver ativamente. A experiência adquirida em contextos práticos, como o Mistur@ê, é essencial para consolidar a formação acadêmica e preparar os estudantes para uma carreira bem-sucedida. A combinação de aprendizado teórico com experiência prática, além da chance de estabelecer conexões valiosas e explorar novas tecnologias e práticas de cuidados –diretos e indiretos – , é um diferencial significativo que contribui para a formação de líderes e profissionais competentes e adaptáveis ao mercado de trabalhocontemporâneo.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA-BARBOSA, L. de. et al. Extensão como ferramenta de aproximação da universidade com o ensino médio. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 49, n. 174, p. 316–327, out. 2019.

AZEVEDO, D. G. de; ZAMPA, M. F. A teoria da aprendizagem experiencial de David Kolb na educação profissional e tecnológica: contemplando os estilos de aprendizagem em uma sequência didática. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória - ES, v. 5, n. 3, p.5-30, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.36524/profept.v5i3.779

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração:** Teoria, Processo e Prática. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

HALL, David. **Networking for Success**. 1. ed. São Paulo: Qualitymark, 2013.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **O Jeito Harvard de Ser Líder.** Rio deJaneiro: Elsevier, 2006.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPERT, Joseph. **O Processo de Tomada de Decisão.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SILVA, J. S. S. D. Deficiência, diversidade e diferença: idiossincrasias e divergências conceituais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, p. e 36551, 2022.

SILVA, K. L. da. et al.. Entre experimentações e experiências: desafios para o ensino das competências para a promoção da saúde na formação do enfermeiro. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 22, n. 67, p. 1209–1220, out. 2018

# ANÁLISE ESPACIAL DOS FRAGMENTOS FLORESTAIS EM UM TRECHO URBANO DE SALVADOR - BAHIA - DADOS PRELIMINARES

*Igor José Lemos Marques*

*Katia Regina Benati*

**RESUMO**

A Mata Atlântica ocupava aproximadamente 15% do território nacional, mas devido ao processo de fragmentação, que reduz a área em diferentes manchas de formato e tamanho variado, restam apenas 12,4% da sua área original. Esse estudo mapeou os fragmentos florestais ao redor da Avenida Luís Viana Filho (Av. Paralela), em Salvador, BA. Os fragmentos foram identificados por imagens satélites e, utilizando o programa QGIS, foram quantificados e analisados via cálculos das métricas da paisagem (Formato, área, perímetro, índice de circularidade (IC) e grau de isolamento), além de demarcar os pontos de ligação entre eles. Foram mapeados 21 fragmentos, sendo 5 deles avaliados como “grande”, por possuírem uma área maior que 100 ha. Dentre as áreas estudadas, 16 apresentavam um baixo grau de isolamento, estando a uma distância menor do que 60 metros de outro fragmento. Quanto ao IC, que avalia o formato do fragmento, 16 áreas foram classificadas como “alongadas”, por possuir um IC entre 0,0 e 0,2, possuindo um maior perímetro, o que aumenta o efeito de borda sobre o fragmento, indicando que os fragmentos ao redor da Av. Paralela, e os organismos que utilizam essas áreas, podem sofrer um forte impacto da fragmentação. Foram identificados 33 pontos que podem servir de conexão entre áreas, que podem funcionar como trampolins ecológicos, melhorando a conectividade funcional entre as áreas. Apesar da maioria dos fragmentos serem alongados, muitos deles têm área maior que50 ha, fazendo deles, importantes refúgios da biodiversidade, além de melhorar a qualidade do ambiente.

**Palavras-chave**: Métricas da paisagem. Mata Atlântica. Fragmentação Florestal.

## 1 INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica ocupa aproximadamente 15% do território nacional, porém atualmente possui apenas 12,4% da sua área original (SOS Mata Atlântica, 2021). A exploração dos recursos dessa região foi responsável pela grande degradação da área, que passa pelo processo de fragmentação florestal e sofre com os impactos da urbanização e do efeito de borda (Santos et al., 2017).

A fragmentação florestal afeta negativamente diversas espécies, influenciando suas relações e comportamentos no ambiente, favorecendo indivíduos melhores adaptáveis às mudanças no ambiente e pode levar a extinção de espécies mais

especializadas e sensíveis, além de reduzir a área de ocorrência dessas espécies gerando mais competição por espaço e recursos (Espírito-Santo et al., 2002).

Esse processo faz com que a paisagem seja fragmentada em pequenas manchas rodeadas por diferentes tipos de matrizes (Tabarelli et al., 2010). A modificação da estrutura florestal na borda de fragmentos florestais é uma das principais consequências desse processo (Massoli; Statella; SANTOS, 2016), principalmente em ambientes urbanos onde a matriz é heterogênea e o efeito de borda pode ser intensificado, podendo favorecer, inclusive, encontros ocasionais de animais silvestres em meio urbano.

Os sistemas urbanos se caracterizam por esse mosaico entre regiões urbanizadas e remanescentes florestais, que funcionam como refúgio da biodiversidade, abrigando diversas espécies inaptas a sobreviver em meio urbano (Vasconcelos et al., 2009).

Analisar a quantidade e a qualidade desses fragmentos, através do tamanho, forma, conectividade outras variáveis geram fortes indicadores do grau de fragilidade dessas regiões e os impactos que a fragmentação e efeito de borda trazem para essas áreas (Calegari et al., 2010; Fengler et al., 2015).

Estudos avaliando indicadores da paisagem em áreas urbanas, têm mostrado que os menores fragmentos acabam sendo mais suscetíveis a interferências externas (Da Silva, 2019) e possuem maior proporção de borda por área, sendo que os fragmentos grandes apresentam densidade de borda inversamenteproporcional a sua área, sendo que esses possuem maior grau de preservação (Juvanhol et al. 2011).

Nesse sentido, o estudo teve como objetivo analisar os fragmentos florestais ao redor da Avenida Luís Viana Filho (Av. Paralela), em Salvador, BA, utilizando das métricas da paisagem (área, forma e isolamento etc.), a fim de gerar dados que possam subsidiar a conservação dessas áreas e consequentemente a manutenção da biodiversidade nesses ambientes.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1 ÁREA DE ESTUDO

Foram amostrados os fragmentos florestais presentes na região da Avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela (como será tratado daqui em diante), que está localizada na cidade de Salvador-BA. A avenida possui 13 Km de extensão e começou a ser construída na década de 1970, tornando-se o principal trajeto para o Aeroporto da cidade e faz ligação com outros trechos importantes da cidade.

Na região estão presentes alguns dos maiores fragmentos da cidade, a exemplo do Parque Metropolitano de Pituaçu (PMP), que possui 392 ha e o 19o Batalhão de Caçadores Pirajá, com aproximadamente 240 ha.

## 2.2 OBTENÇÃO, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O estudo foi realizado em 3 etapas: 1. foi realizado o mapeamento dos fragmentos, a fim de identificar os fragmentos da região da Av. Paralela; 2. foi realizar o cálculo das métricas da paisagem para a coleta dos dados; 3. foi realizado a tabulação dos dados e um comparativo entre as áreas de acordo com cada métricada paisagem.

### 2.2.1 MAPEAMENTO DOS FRAGMENTOS

Para mapear os fragmentos florestais presentes ao redor da Av. Paralela, foram utilizadas as imagens de satélite obtidas através do complemento “QuickMapServices” que projeta imagens do Google Earth PRO© no software do QGIS.

### 2.2.2 MÉTRICAS DA PAISAGEM

Através das imagens de satélite e das ferramentas disponibilizadas pelo QGIS, os fragmentos florestais foram identificados e separados. Inicialmente, foram traçadas poligonais sobre todos os fragmentos encontrados que possuíam conexão com a Av. Paralela, a fim de obter o tamanho desses fragmentos. Em seguida, os fragmentos foram quantificados e analisados de acordo com suas características (área, perímetro, conectividade, grau de isolamento), além de demarcar os pontos deligação entre eles.

Para calcular a área, perímetro e o IC foi utilizada a ferramenta “calculadora de campo” disponibilizada no QGIS. Para chegar ao índice de circularidade (IC) foi utilizada a área e o perímetro do fragmento, utilizando a fórmula: $12{,}57 \cdot \frac{\text{Área}}{\text{Perímetro}^2}$

Como resultado, será encontrado valores que podem variar de 0,0 a 1,0 que apontam o grau de proximidade do formato da mata com o formato circular, sendo que, quanto mais próximo do valor 1, mais circular é o formato do fragmento. Esse padrão foi estabelecido, pois em um círculo, a área da borda se torna menor que a área total, desse modo, seria menor o efeito de borda. (Etto et al. ,2013; Fengler et al., 2015; Silvério Neto et al., 2015).

A ferramenta “calculadora de campo” disponibilizada no QGIS, também já oferece fórmulas salvas no programa, como a fórmula para calcular a área e o perímetro que foram utilizadas nesse estudo, além disso, o programa  também permite medir a distância entre dois pontos na ferramenta “Medir”, que foi utilizada para avaliar o isolamento de cada fragmento, avaliando a distância entre a área analisada e o fragmento mais próximo.

Os fragmentos analisados serão divididos em categorias de acordo com amétrica analisada:

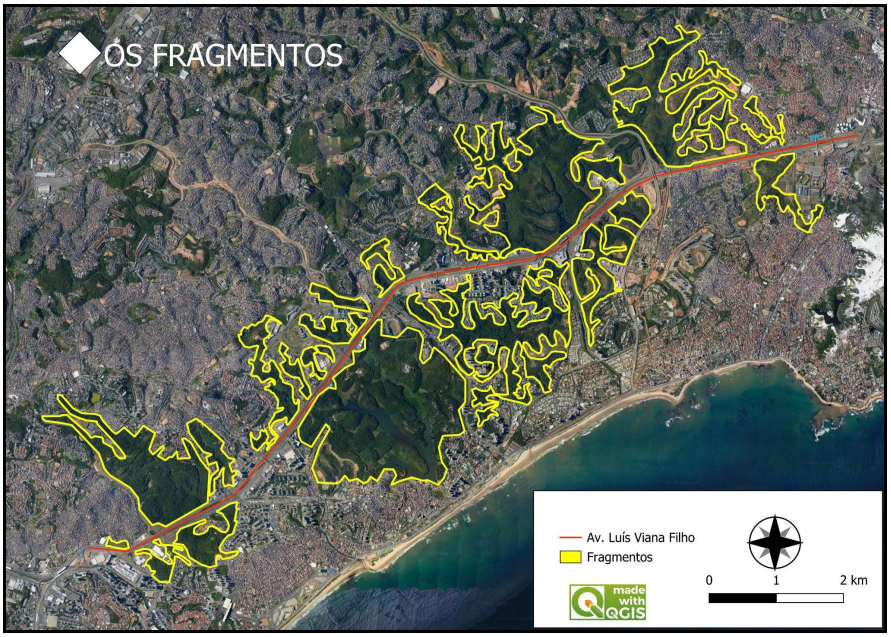
Tamanho: sendo Muito Pequeno (5 ha); Pequeno (5 ha; 10 ha); Médio(10ha; 100 ha) ; Grande (100 ha) (JUVANHOL et al. 2011). Isolamento: Baixo (60 m); Médio (60; 120 m); Alto (120;  200 m ); Muito alto ( 200 m) (Da Silva; Souza, 2023).

Índice de Circularidade: Alongado 0,0 a 0,2; Pouco Alongado 0,3 a 0,5; Baixa Circularidade 0,6 a 0,8; Alta circularidade 0,9 e 1,0. Medida de comparação desenvolvida para esse trabalho.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram mapeados 21 fragmentos conectados diretamente às vias principais da avenida Luís Viana Filho (Imagem 1), que, através da ferramenta “Calculadora de campo” do programa QGIS, foi possível calcular as métricas de paisagem desejadas e categorizar esses fragmentos.

Imagem 1: Fragmentos florestais conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques.

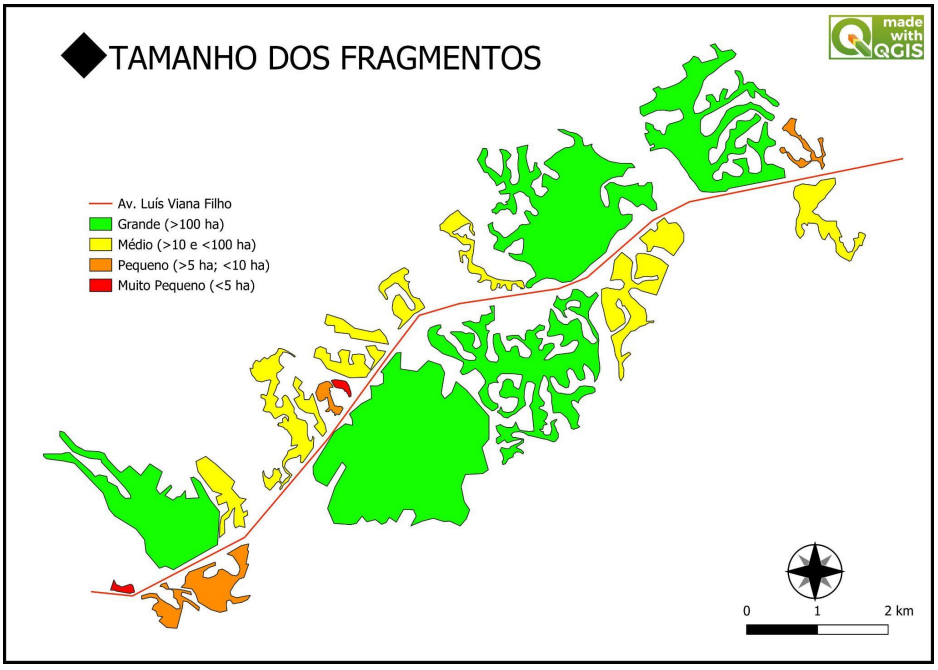



Em relação ao tamanho de cada área, 5 fragmentos apresentam um tamanho grande de acordo com a classificação deste estudo, sendo que os fragmentos mais conhecidos como o parque Metropolitano de Pituaçu (PMP) e o 19o Batalhão de Caçadores Pirajá estão entre os grandes fragmentos conectados à Av. Paralela. Os fragmentos grandes possuem uma área maior que 100 hectares, sendo que os maiores fragmentos possuem uma área de 396 ha e 253 ha; 12 fragmentos possuem um tamanho médio, com área entre 10 a 100 hectares; os demais fragmentos foram classificados como “Pequenos” ou “Muito pequenos” (Imagem 2), (Tabela 1).

Tabela 1: Tamanho dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador – BA; Por: Igor Marques.

| Classificação | Quantidade de fragmentos conectados à Av. Paralela |
|---|---|
| Muito Pequeno (5 ha) | 2 |
| Pequeno (5 ha; 10 ha) | 2 |
| Médio (10 e 100 ha) | 12 |
| Grande (100 ha) | 5 |

2: Tamanho dos fragmentos mapeados conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como AvenidaParalela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques

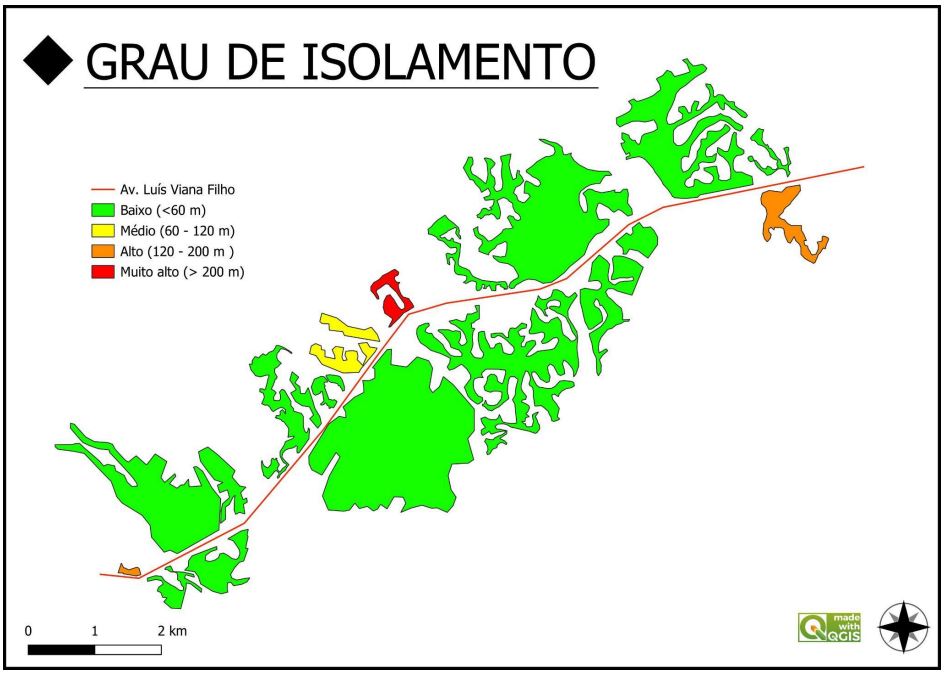



Em relação ao isolamento, 16 fragmentos foram classificados como tendo um baixo grau de isolamento, ou seja, estavam a uma distância menor que 60 metros do fragmento mais próximo; 2 foram classificados como médio (60;  120 m); 2 possuem um alto grau de isolamento (120;  200 m) e 1 possuía uma distância maior que 200, sendo assim, considerado como “muito alto”. É importante ressaltar que a Av paralela possui em média 200 metros de largura, sendo assim,  as distâncias mais baixas entre as áreas estudadas foram encontradas mais afastadas da Av. (Imagem 3) (Tabela 2).

Tabela 2: Grau de isolamento dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador – BA

| Classificação | Quantidade de fragmentos conectados à Av. Paralela |
|---|---|
| Baixo (60 m) | 16 |
| Médio (60 - 120 m) | 2 |
| Alto (120 - 200 m ) | 2 |
| Muito alto ( 200 m) | 1 |

Imagem 3: Grau de isolamento dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques.



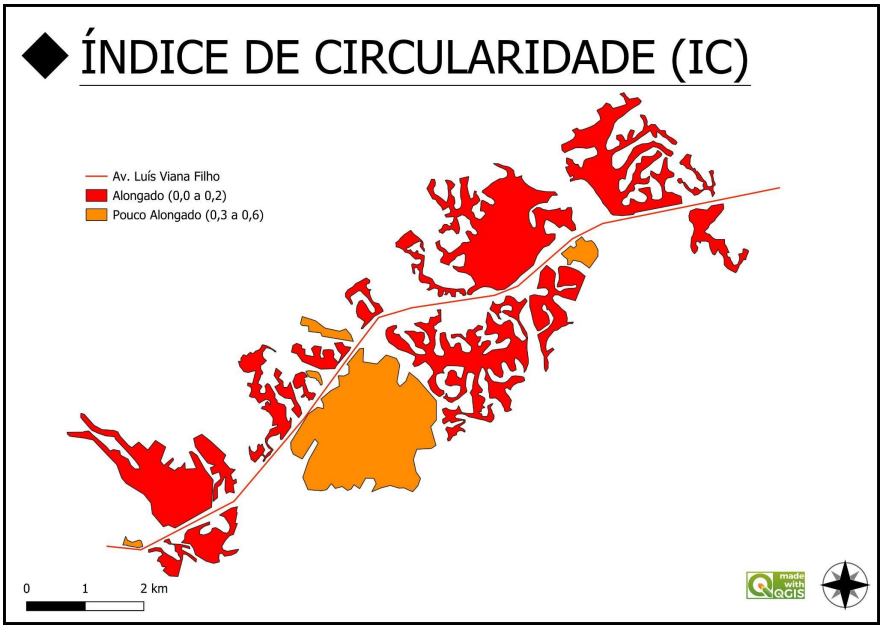

Quanto ao Índice de Circularidade, 16 fragmentos apresentam um IC entre 0,0 e 0,2, sendo assim, possuem um formato mais alongado, com maior perímetro, e os outros 5 apresentam IC entre 0,3 e 0,5, que ainda configura uma área pouco alongada (Imagem 4) (Tabela 3). Nenhum dos fragmentos conectados à Av. Paralelapossui um formato mais circular. De acordo com estudos, áreas com baixo IC tendem a possuir um maior perímetro, sendo assim, o efeito de borda e da fragmentação sobre esses fragmentos se torna mais intenso (ETTO et al. ,2013; FENGLER et al., 2015; SILVÉRIO NETO et al., 2015).

Tabela 3: Índice de Circularidade dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida comoAvenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador – BA

| Classificação | Quantidade de fragmentos conectados à Av. Paralela |
|---|---|
| Alongado (0,0 a 0,2) | 16 |
| Pouco Alongado (0,0 a 0,2) | 5 |
| Baixa Circularidade(0,6 a o,8) | 0 |

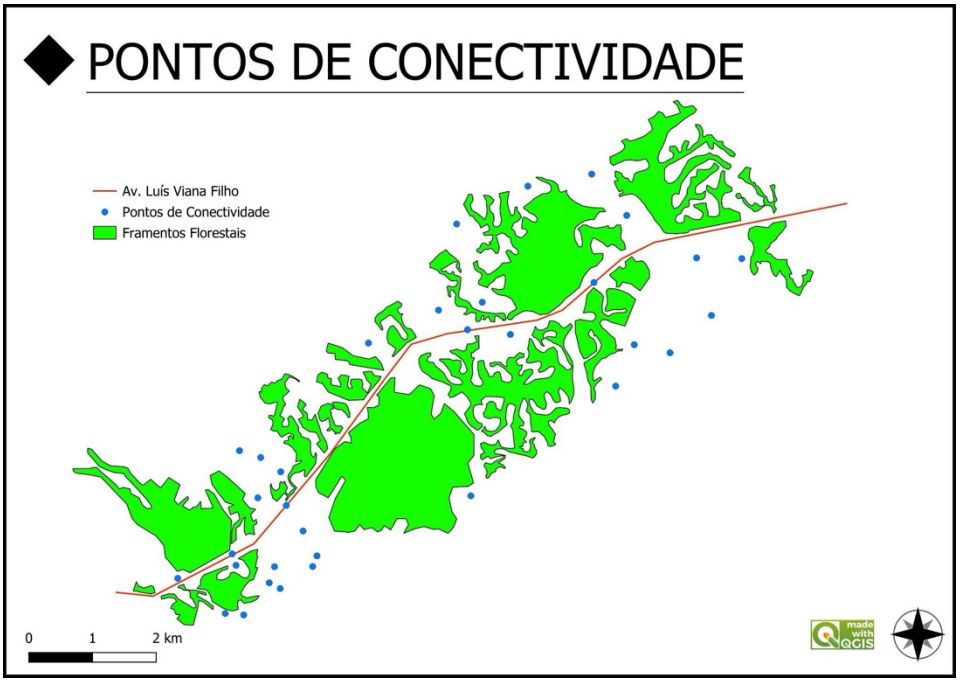
| | |
|---|---|
| Alta circularidade (0,9 e 1,0) | 0 |

Imagem 4: Índice de Circularidade dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques.




Analisando as imagens por satélite das regiões próximas à avenida e aos fragmentos, foram encontrados 33 pontos que podem servir de conexão entre áreas, podendo funcionar como trampolins ecológicos, melhorando a conectividadefuncional entre as áreas (Imagem 5), sendo 4 deles encontrados entre as vias da Av.Paralela.

Imagem 5: Pontos de Conectividade entre os fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecidacomo Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques



## 4 CONCLUSÃO

De acordo com os resultados apresentados, nota-se que a maioria dos fragmentos mapeados apresentam áreas “Mediana” ou “Grande”, tornando essas áreas importantes refúgios da biodiversidade, além de melhorar a qualidade do ambiente.

É visível através dos dados coletados, que, apesar da importância dessas áreas, elas hoje possuem um formato mais alongado, indicando uma intensificação do efeito de borda sobre esses fragmentos.

Por conta da largura da Av. Paralela os fragmentos apresentam-se pouco conectados entre eles e, embora tenham sido encontrados pontos de ligação entre os fragmentos próximos, se faz necessário aumentar a quantidade de pontos de conexão (trampolins ecológicos) entre essas áreas ao longo da avenida a fim de garantir o fluxo de espécies entre as áreas e melhorar a variabilidade genética dos fragmentos que encontram-se isolados.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Kátia, cuja orientação e apoio foram fundamentais para a realização deste projeto. Agradeço também à Universidade Católica do Salvador e a à bolsa fornecida pelo PIBIC UCSal, que tornou possível a execução deste trabalho e me permitiu dedicar-me à pesquisa.

## REFERÊNCIAS

DA SILVA, Alessandra Leite et al. Classificação de fragmentos florestais urbanos com base em métricas da paisagem. **Ciênc. Florest**., [S. l.], 2019.

DA SILVA, Maria; SOUZA, Rosemeri. PADRÕES ESPACIAIS DE FRAGMENTAÇÃO FLORESTAL NA FLONA DO IBURA – SERGIPE. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 121 a 137, set./dez. 2014.

ESPÍRITO-SANTO, F.D.B, OLIVEIRA-FILHO, A.T. (de), MACHADO, E.L.M, SOUZA, J.S., FONTES, M.A.M.L. & MARQUES, J.J.G. de S. 2002. Variáveis ambientais e a distribuição de espécies arbóreas em um remanescente de Floresta Estacional Semidecídua Montana no Campus da Universidade Federal de Lavras, MG. **Acta bot. bras**. 16(3): 331-356.

ETTO, T. L. et al. Ecologia da paisagem de remanescentes florestais na bacia hidrográfica do Ribeirão das Pedras - Campinas -SP. **Revista Árvore** , Viçosa, MG, v. 37, n. 6, p. 1063-1071, dez. 2013.

FENGLER, F. H. et al. Environmental quality of forest fragments in Jundiaí-Mirim river basin between 1972 and 2013. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, CampinaGrande, v. 19, n. 4, p. 402-408, abr. 2015.

JUVANHOL, Ronie Silva et al. Análise Espacial de Fragmentos Florestais: Caso dos Parques Estaduais de Forno Grande e Pedra Azul, Estado do Espírito Santo. **Floresta e Ambiente,** [S. l.], p. 353 - 364, 2011.

MASSOLI, J. V.; STATELLA, T.; SANTOS, V. S. Estimativa da fragmentação florestal na microbacia Sepotubinha, Nova Marilândia - MT, entre os anos de 1990 a 2014. **Caminhos de Geografia**, v. 17, n. 60, p. 480-60, 2016.).

SANTOS, João et al. Fragmentação florestal na Mata Atlântica: o caso do município de Paraíba do Sul, RJ, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 15, n. 3, p. 151-158, 1 set. 2017.

SILVÉRIO-NETO, R. S. et al. Caracterização da cobertura florestal de Unidades de Conservação da Mata Atlântica. Floresta e Ambiente, **Seropédica**, v. 22, n. 1, p. 32-41, 2015.).

TABARELLI M, Aguiar AV, Ribeiro MC, Metzger JP, Peres CA. **Prospects for biodiversity conservation in the Atlantic Forest:** lessons from aging human-modified landscapes.

VASCONCELOS, Rodrigo; PERES, Marcelo; BARBOSA, Elaine. Borboletas do parque metropolitano de Pituaçu, Salvador, Bahia, Brasil. **Sitientibus** série ciências biológicas, set. 2009.

# AVALIAÇÃO DO USUÁRIO DE ORIENTAÇÃO E USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E DOCUMENTAL

*Lucas Santos Reis*[1]

*Mariane de Jesus Batista*[2]

*Renata de Sousa Mota*[3]

**RESUMO**

A falta de formação e informação dos profissionais que trabalham com Tecnologia Assistiva (TA), reflete na grande taxa de abandono dos recursos de TA. É importante que seja realizado um serviço de avaliação ao usuário de forma adequada para que se reduza essa rejeição aos dispositivos. Para isso, o processo avaliativo deve considerar todas as habilidades, necessidades e rotinas dos usuários, além do contexto psicossocial e do impacto na inclusão social. Diante dessas colocações, essa pesquisa tem como objetivo discutir sobre as pesquisas relacionadas ao processo de avaliação de usuários de produtos de TA para orientação e indicação desses recursos nos últimos anos. A metodologia do trabalho envolve uma pesquisa bibliográfica e bibliométrica com leitura de artigos, análise deinstrumentos de avaliação e análise das avaliações realizadas no curso de Engenharia de TA e Acessibilidade. A pesquisa enfrentou desafios com a escassez de publicações sobre o tema, principalmente nacionais e a disponibilidade limitada de instrumentos de avaliação emalguns artigos. Porém, os resultados destacam a importância de uma avaliação bem direcionada e multidisciplinar, com a participação do usuário, familiares e cuidadores, para garantir a escolha adequada e o desenvolvimento de um dispositivo de TA.

**Palavras-chave:** Avaliação. Tecnologia Assistiva. Deficiência.

## 1 INTRODUÇÃO

A *International Organization for Standardization* (ISO-9999:2016), define as tecnologias assistivas (TA) como dispositivos, equipamentos, instrumentos ou tecnologias de software que melhoram as oportunidades de participação e a qualidade de vida das pessoas com deficiência (PCD). Na TA também estão incluídas as metodologias, estratégias e práticas visto que também pode ser considerada uma área

[1] Bacharel em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, UFRB, lucasreis@aluno.ufrb.edu.br.
[2]Bacharelanda em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, UFRB, marianebatista@aluno.ufrb.edu.br
[3] Doutora em Medicina e Saúde Humana, UFRB, renatamota@ufrb.edu.br.

de conhecimento de característica interdisciplinar com o objetivo de possibilitar a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social do público-alvo que inclui PCD, pessoas com incapacidades e mobilidade reduzida (Galvão Filho, et al, 2009).

A Organização Mundial da Saúde afirma que um bilhão de pessoas precisam de produtos assistivos e até 2030 esse número chegará a dois bilhões. Além disso, o uso de produtos de TA traz benefícios socioeconômicos ao reduzir os custos diretos de saúde, apoio social e ao melhorar o acesso dos usuários ao trabalho, o que indiretamente estimula o crescimento econômico. Em contrapartida, sabe-se que indivíduos que não têm acesso a esses produtos de forma adequada são menos saudáveis, mais isolados da sociedade e com menor qualidade de vida (Zorrilla *et al*., 2022).

Barbet *et al*. (2022) em sua pesquisa mostra que a taxa de abandono dos dispositivos de TA é estimada em um terço após um ano de aquisição, o que é resultado de uma interação complexa entre quatro fatores: 1. fatores individuais (idade, sexo, diagnóstico, auto expectativas, expectativas do grupo social, aceitação da deficiência, maturidade emocional/motivação interna, progressão da incapacidade, gravidade da incapacidade, mudança na gravidade da incapacidade, uso de múltiplos dispositivos); 2. fatores ligados a qualidade e aparência do dispositivo; 3. fatores relacionados ao ambiente de uso (apoio do grupo social, obstáculos físicos, presença de oportunidades, procedimentos de mercado para dispositivos); 4. fatores relacionados à intervenção profissional (consideração da opinião dos usuários, instrução e treinamento, processo correto de provisionamento e instalação, duração do prazo de entrega, acompanhamento do serviço).

Essas observações levam a compreender que os dispositivos de TA não são adaptados ou construídos para atender às necessidades dos usuários, o que, por consequência contribui no aumento das taxas de abandono que, não pode ser combatida por abordagens e métodos convencionais, como por exemplo os modelos tradicionais de desenvolvimento e avaliação de produtos, pois a maioria desses dispositivos, são construídos de forma para atender singularidades dos seus usuários.

Para isso, um processo de avaliação direcionada pode ajudar a determinar quais os produtos de TA são mais apropriados e eficazes para atender às necessidades de tarefas em contextos específicos. O ideal é que as avaliações sejam conduzidas de

forma a identificar e avaliar todas as habilidades, necessidadese rotinas em que os produtos de TA serão utilizados, como também o contexto psicossocial da aplicação da tecnologia e seu impacto na inclusão social e no bem estar do usuário (Dirks *et al*, 2022). Esse processo de união entre os dispositivos assistivos e as pessoas, é um processo complexo e requer a colaboração de diferentes profissionais como os da área da saúde, da educação, da informática e engenharia para que juntos consigam indicar e orientar o melhor recurso de TA parao usuário.

Para realizar essa avaliação de forma mais assertiva, surge no Brasil em 2018a formação em ensino superior em Engenharia de Tecnologia Assistiva eAcessibilidade (ETAA) em que, além da formação geral na engenharia, é um curso interdisciplinar direcionado ao desenvolvimento de produtos e serviços voltados para a atividade e participação de pessoas com deficiência, promovendo mais acessibilidade para a sociedade. Essa profissão possibilita estar mais próximo da realidade do usuário, o que junto com formação multidisciplinar, contribui com o desenvolvimento de tecnologias. Além disso, estes profissionais utilizam dos conceitos do *Design Thinking*, onde o usuário é o centro no processo de desenvolvimento do produto, o que reduz as chances de erro na criação do produto emaximiza a possibilidade de aceitação, já que o público-alvo poderá participar ativamente do processo de criação e com isso poderá auxiliar o desenvolvimento de diversos instrumentos para PCD.

A fim de contribuir com a formação do engenheiro de tecnologia assistiva e acessibilidade, como também de outros profissionais de TA, esse artigo tem como objetivo geral discutir sobre as pesquisas relacionadas sobre o processo de avaliação de usuários de produtos de TA para orientação e indicação desses recursos nos últimos anos. Como objetivos específicos, tem-se: conhecer os instrumentos de avaliação utilizados pelos profissionais de TA; analisar as experiências dos profissionais e discentes que, direta ou indiretamente, avaliam o público-alvo da TA.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Como metodologia, escolheu-se a pesquisa bibliográfica que abrange toda bibliografia pública em relação ao tema de estudo, oferecendo “meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas

onde os problemas não se cristalizaram suficientemente" e ainda facilita "o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações(Lakatos; Marconi, 2003).

Para agregar como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa bibliométrica é uma técnica estatística e quantitativa com o objetivo de apresentar índices de produção e de disseminação do conhecimento científico. A utilização de um método bibliométrico facilita a investigação da relação entre a colaboração da pesquisa e as variáveis relacionadas ao problema de pesquisa e do ambiente de pesquisa (Subramanyam, 1982 *apud* Quevedo-Silva *et al*, 2016).

Diante disso, foi selecionada a pesquisa bibliográfica exploratória juntamente com a pesquisa bibliométrica para nortear este trabalho envolvendo 4 etapas: 1. Revisão bibliográfica na base de dados *Web of Science*; 2. Leitura dos artigos selecionados e pesquisa bibliométrica; 3. Análise dos instrumentos de avaliação; 4. Análise das avaliações realizadas no projeto de extensão de avaliação do usuário do curso de Engenharia de TAA.

Na primeira etapa de revisão bibliográfica das ferramentas de avaliação, foi constituída por uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa para identificare analisar as diferentes formas de se avaliar os produtos de TA para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos. Definiu-se um recorte temporal dos últimos cinco anos na base de dados *Web of Science* com as palavras-chaves previamente selecionadas: “Avaliação de TA”, “Recomendação de TA”; “Guia de TA”; “Protocolo de TA” e “*Design Thinking* e TA”.

Na segunda etapa, ocorreu a leitura dos artigos encontrados no repositório, onde foram selecionados a partir da leitura prévia de seus títulos e resumos, afunilando os resultados encontrados para aqueles que tinham maior afinidade com tema por apresentar seus modelos ou processos de avaliação, bem como suas fichas de avaliação de forma gratuita, o que possibilita a análise desses instrumentos de avaliação de recursos de TA, que fez parte da etapa 3.

Ainda nessa etapa, utilizou o *Vosviewer* um software para construção e visualização de mapas baseados em redes bibliométricas, com o intuito de quantificar e analisar literatura científica (Luiz, Henning e Kalbusch, 2023). Com isso foi possível

construir e analisar os gráficos 3 ao 7, presentes nos resultados e discussão, com as palavras chaves dos artigos escolhidos para leitura completa.

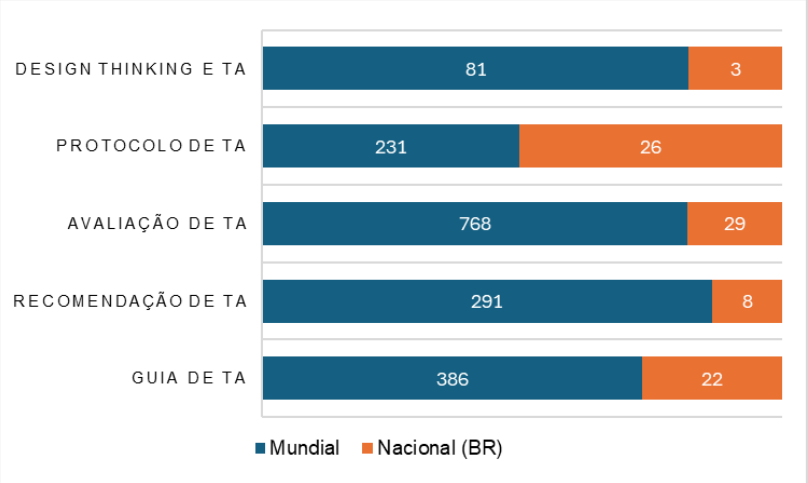
Na terceira etapa, os instrumentos de avaliação encontrados nos artigos foram analisados através da leitura na íntegra de seus documentos, para maior compreensão de como os profissionais de TA realizavam esse processo deavaliação.

Para que a quarta etapa da pesquisa fosse realizada, utilizou-se um recorte do Projeto de pesquisa do curso de ETAA, intitulado “Avaliação, Acompanhamento e Desenvolvimento de Usuário de Produto de TA” com aprovação do comitê de ética em pesquisa com seres humanos da UFRB (CAAE: 68470423.7.0000.0056). Foram utilizados os dados das avaliações de 11 participantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento.

## 2.2 RESULTADOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As buscas no *Web of Science* foram realizadas com os descritores em inglês, entre janeiro e março de 2024, com aplicação de filtros de região para se obter as publicações nacionais, visto que a base de dados reunir todos os trabalhos publicados no mundo, e um outro filtro de data de publicação (últimos 5 anos). Após essas definições, foram encontrados os seguintes resultados exibidos nos gráficos abaixo:

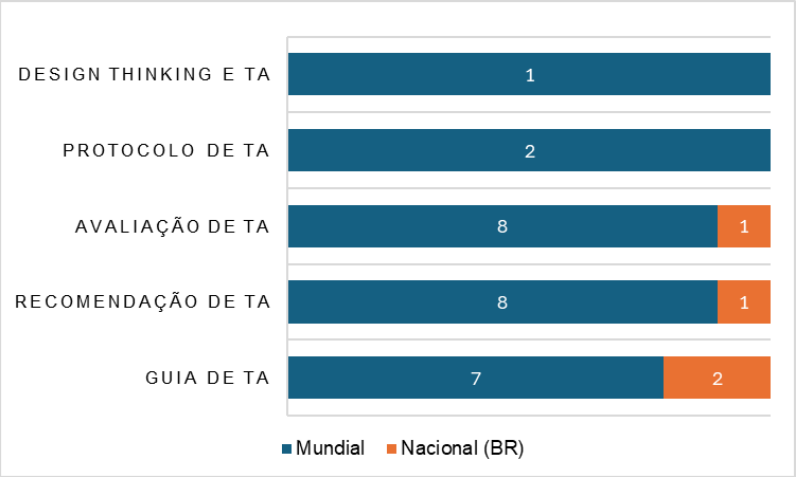
Gráfico 1: Resultados da pesquisa no *Web of Science*




Fonte: *Web of Science*, 2024

Realizada a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados foram selecionadas 30 produções que apresentavam afinidade com o tema da pesquisa e foram separados para serem lidos na sua totalidade. Os resultados desta seleção estão exibidos no próximo gráfico.

Gráfico 2: Seleção dos artigos para leitura




Fonte: Web of Science, 2024

Observa-se a baixa produção de artigos relacionados ao tema de avaliação de recursos de TA para PCD esses últimos 5 anos, principalmente em relação às produções nacionais, na qual pode-se não encontrar pesquisas envolvendo algumas palavras chaves, como no caso da combinação de "*Design Thinking* e TA*"*, que éuma abordagem considerada similar ao processo de desenvolvimento de recursos de TA.

Em uma análise panorâmica dos artigos, notou-se que alguns trabalhos já destacam a importância de uma equipe multi ou interdisciplinar na realização de projetos de TA, formada por profissionais das áreas da saúde, como fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, como também dos profissionais da educação e das engenharias. Também se percebe a presença dos familiares e cuidadores dos usuários, durante a avaliação, em especial daqueles que não possuem autonomia para se comunicar, como contribuintes nas informações detalhadas advindas da convivência.

Os temas "Inteligência Artificial (IA)" e o "*Design Thinking*" começam a aparecer nos relatos dos autores, apesar de alguns não utilizarem os termos correspondentes, como no caso do termo "*Design Thinking*", em que durante o processo avaliativo as

abordagens realizadas com o usuário sendo o centro do desenvolvimento dos produtos de TA, mostra a característica principal dessa abordagem metodológica. Em relação a IA, o termo vem ganhando espaço, no que se refere a tornar a seleção do recurso de TA mais fácil e rápida, diminuindo o processo de avaliação. Porém ainda é necessário a análise do profissional de TA que irá se certificar se realmente o produto atende as necessidades do usuário, fazendo com que se tenha um equilíbrio entre a IA e os serviços de avaliação dos profissionais que já atuam na área.

A maioria dos autores compreende que o desenvolvimento dos recursos de TA, perpassam por vários domínios de conhecimento. Santos e Silveira (2020) resumem a intersecção desses domínios da seguinte forma:

> [...] o domínio da saúde, por meio dos profissionais envolvidos, como terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, protéticos, e seus respectivos conhecimentos e habilidades específicas; b) O domínio da engenharia, representado, entre outros, por engenheiros ou técnicos mecânicos, de produção, de fabrico e de materiais, com os seus conhecimentos e competências técnicas; (c) o domínio da família e cuidadores, marcado pela experiência de conviver mais diretamente com o usuário final, suasdemandas e necessidades; (d) o domínio do usuário, ocupando uma posição central é caracterizado pela experiência muito particular do indivíduo com sua diversidade funcional e as necessidades que ela acarreta (Santos; Silveira, 2020).

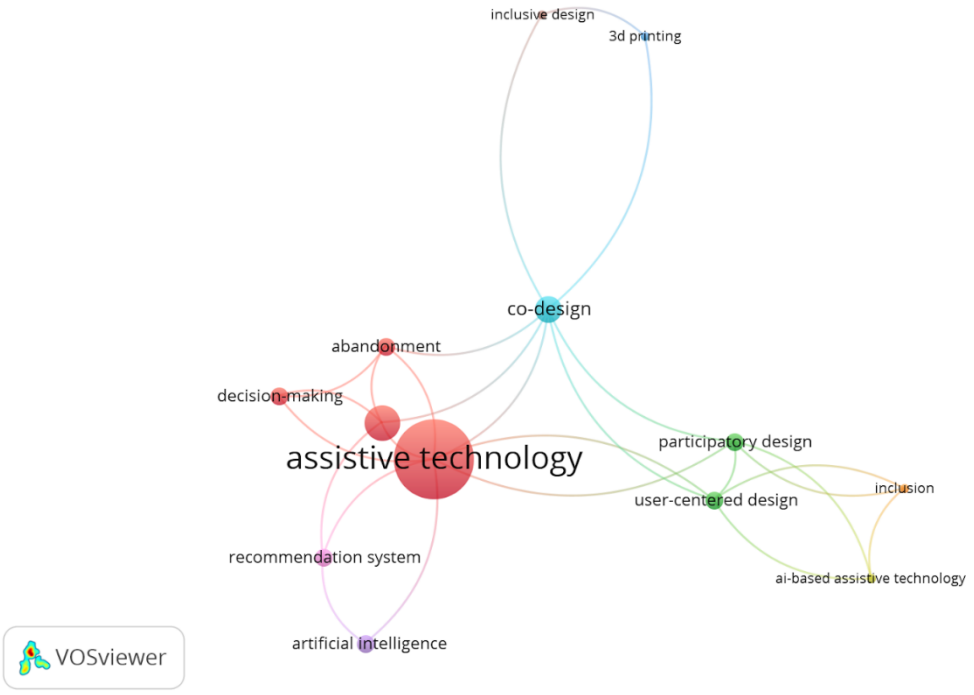
Todos esses domínios fazem parte das etapas de avaliação para que um recurso de TA seja escolhido de forma que atenda às necessidades dos usuários que serão observadas durante o processo de avaliação, podendo acontecer em várias sessões avaliativas. Em alguns casos, existem avaliações específicas como, para cadeiras de rodas ou para tecnologias utilizadas na educação, mas em termos gerais, o modelo *Matching, Person & Technology* (MPT) se aproxima de uma avaliação mais generalista de recursos de TA.

Em sua pesquisa sobre as etapas de um processo de desenvolvimento de dispositivos de TA, Santos e Silveira (2020) também perceberam algumas limitações de autores, a citar o processo avaliativo. Entre elas estão a falta de utilização ou a ausência de uma descrição mais detalhada sobre a aplicação de ferramentas e técnicas de projeto, especialmente na identificação e gestão dos requisitos dos usuários, na geração de ideias e conceitos para o produto e na seleção das soluçõesmais adequadas e viáveis.

## 2.2 ANÁLISE DOS MODELOS DE AVALIAÇÃO DE TA E PESQUISABIBLIOMÉTRICA

Após a leitura completa dos 30 artigos pesquisados, seis trabalhos foram contemplados por sua coerência com o tema da pesquisa e apresentaram no escopo do artigo os instrumentos de avaliação utilizados nas suas pesquisas, facilitando a visualização completa do que foi produzido. Como o software *Vosviewer*, analisou-se as palavras chaves dos artigos lidos (gráfico 3), constatando a ligação entre as recentes pesquisas publicadas sobre a temática de avaliação.

Gráfico 3 Análise das palavras chaves dos artigos selecionados




Fonte: VOSviewer, 2024

A expressão "*assistive technology*" (tecnologia assistiva) é o termo em comum com todos os grupos de palavras no mapa, devido a sua característica interdisciplinare relação direta com o processo de avaliação. Quando selecionada a palavra "*abandomet*" (abandono), a configuração do gráfico se altera (gráfico 4) revelando a relação do abandono dos recursos de TA pelas PCD com a seleção desses recursos e

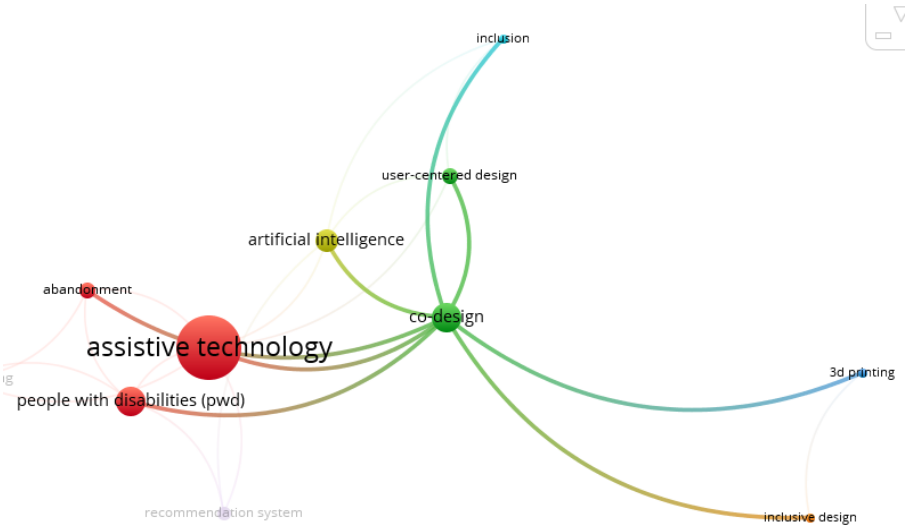
a sua criação participativa (*co-design*), corroborado com que foi apresentado em seus textos, sobre como a falta de participação dos usuários de TA colaboram comas taxas de abandono desses produtos.

Gráfico 4: Relações com a palavra “abandomet”

Fonte: VOSviewer, 2024

Ao se destacar a palavra “*co-design*”, um novo grupo de palavras surgem com novas relações. Com o termo “*user-centered design”* entende-se o usuário com deficiência como parte central dos projetos de TA, promovendo a inclusão e possibilitando a presença do desenho universal nas etapas de confecção do produto (*inclusion e incluse design*). Percebe-se também o aparecimento da IA (*artifical intelligence*) colaborando com sugestões e agilidade na escolha dos dispositivos assistivos e a impressão 3D (*3d printing)* com a prototipação rápida e barata desses produtos.

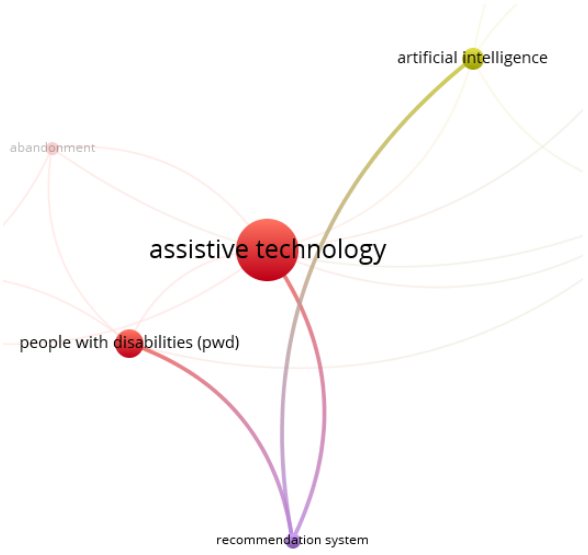
Gráfico 5: Relações com a palavra “co-design”




Fonte: VOSviewer, 2024

Outro destaque importante é a palavra “*recommendation system*” (sistema de recomendação), que se conecta com os termos de “tecnologia assistiva”, “pessoa com deficiência” e “inteligência artificial”, mostrando essa modernização dos novos sistemas de tomada de decisão para os recursos assistivos, utilizando a IA para colaborar com os profissionais de TA na escolha do produto mais adequado para seus usuários (Gráfico 6).

Gráfico 6: Relações com a palavra “recommendation system”




Fonte: VOSviewer, 2024

## 2.3 ANÁLISES DOS RELATÓRIOS DO PROJETO DE AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE USUÁRIO DE PRODUTO DE TA

Este projeto origina-se do trabalho que vem sendo desenvolvido por docentes e discentes dos cursos de Bacharelado em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, e do Mestrado em Educação Científica, Inclusão e Diversidade exercidos no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Este trabalho tem como proposta central a avaliação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ou idoso, o desenvolvimento de recursos para promoção da autonomia e independência de baixa e média complexidade tecnológica e o acompanhamento do usuário deste

recurso, em um período de 10 anos. Para tanto, são utilizados espaçosde laboratórios já existentes, assim como recursos humanos que já possuem a expertise na área da TA.

Os dados selecionados desse projeto foram coletados durante o ano de 2023, juntamente com as práticas da disciplina de “Avaliação da necessidade de TA e acompanhamento de usuários” do curso de ETAA da UFRB. Na tabela 1 são apresentadas as informações gerais das avaliações realizadas no ano de 2023.

Tabela 1: Informações gerais das avaliações de 2023

| **PERÍODO DE ATIVIDADE** | Março a Outubro de 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| **PARTICIPANTES** | **Crianças** | **Adolescentes** | **Adultos** | **Total** |
| **QUANTIDADE** | 3 | 4 | 4 | 11 |
| **IDADE** | entre 3 a 7 | entre 14 a 17 | entre 20 a 30 | |

Fonte: Autoria Própria, 2024

Apesar da participação de 11 pessoas com deficiência, ocorreram 14 avaliações, devido a realização de outras sessões avaliativas por motivos de mudança ou entrega do recurso de TA desenvolvido, para verificação do funcionamento do mesmo. Durante o processo de avaliação foi utilizado a “Ficha de Avaliação do Usuário de Tecnologia Assistiva”, na maioria dos encontros, exceto emuma avaliação realizada no Hospital de Doenças Neurológicas da Baiana, em Salvador. A Tabela 2 apresenta quantidade de avaliações realizadas e seus respectivos locais.

Tabela 2: Quantidade e Locais das Avaliações

| **Local** | **Contexto domiciliar** | **Contexto escolar** | **LABTAA** | **Extra local (Hospital)** | **Remota (on-line)** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Quantidade** | 1 | 4 | 6 | 2 | 1 |

Fonte: Autoria Própria, 2024

Durante o processo avaliativo, notou-se a diferença da aplicação do questionário dentro do Laboratório de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade(LABTAA) no CETENS e nos outros locais. Um ambiente controlado, fora do contexto social e escolar dos usuários e com poucos estímulos visuais e sonoros, namaioria dos casos analisados, facilitou a dinâmica da entrevista estruturada pela ficha de avaliação. A presença de recursos de TA do LABTAA contribuiu no momento de avaliação quando era notado de que dado produto poderia ser utilizado pelo usuário para a atividade que ele necessitava. No caso específico da avaliação no contexto domiciliar, a avaliação teve o objetivo de verificar se a adaptação do recurso de TA tinha sido feita corretamente.

No contexto escolar a avaliação dos usuários ocorreu dentro da sala de aula, com todas as pessoas sendo avaliadas ao mesmo tempo de forma conjunta. Com essa dinâmica, o processo avaliativo foi mais rápido, devido a presença de muitos estímulos visuais e sonoros. O avaliador precisava ser mais objetivo e não tornar a avaliação longa ou que possibilitasse a perda da atenção do usuário. Outro caso específico foi a realização da avaliação remota devido a longa distância do usuárioao LABTAA e ao curto período que o usuário passava em Feira de Santana, que nãopermitia a realização de uma avaliação presencial.

A avaliação no Hospital de Doenças Neurológicas da Baiana, ocorreu de uma forma não estruturada, também realizada de uma forma mais rápida, devido ao fluxo contínuo de pessoas no local. A avaliação aconteceu em conjunto com os profissionais que trabalham no local, discentes e docentes do curso de Engenhariade TAA.

Como um dos resultados do projeto de avaliação, a equipe obteve êxito na entrega de dois produtos oriundos do processo de avaliação. Um dos produtos foi uma mesa inclinada para cadeira de rodas, totalmente desenvolvida com recursos do LABTAA e o outro produto foi resultado de uma adaptação a um dispositivo de TAque não estava sendo utilizado pelo usuário, juntamente com a orientação de como instalar e utilizar esse dispositivo que proporciona comunicação por meio do seu computador.

Diante das análises dos casos do projeto de avaliação, percebe-se a pluralidade de pessoas atendidas neste período, assim como as necessidades que formam relatadas pelos usuários. Realizar a avaliação num ambiente controlado facilita a investigação da real precisão a aquisição de uma tecnologia assistiva, assimcomo a orientação de outros produtos que podem ajudar o usuário.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da escassez de publicações sobre o tema, principalmente nacionais e a disponibilidade limitada de instrumentos de avaliação em alguns artigos, as pesquisas encontradas mostram que a presença de diversas áreas de conhecimento,o contexto familiar e social e principalmente a presença da pessoa com deficiência durante o processo avaliativo são elementos fundamentais para que a avaliação ocorra de modo proveitoso e que se consiga encontrar a melhor tecnologia assistiva para esse usuário.

Acredita-se que com a junção desses elementos e uma equipe multidisciplinar, possam contribuir para que as taxas de abandono dos recursos de TA possam ser amenizadas, trazendo benefícios socioeconômicos ao reduzir os custos diretos de saúde, apoio social e ao melhorar o acesso dos usuários ao trabalho, o que indiretamente estimula o crescimento econômico (Barbet et al., 2022). Como o crescimento da população com deficiência, os pesquisadores da área da tecnologia assistiva, podem encontrar mais soluções que contribuam com a temática da avaliação, visto que ainda é considerado um tema complexo entre os acadêmicos devido a diversidade desse público-alvo. Quanto a esse trabalho, acredita-se na proposta de estabelecer um instrumento para nortear os profissionais de TA na melhor escolha do dispositivo assistivo, a fim de que a acessibilidade se torne maispresente no cotidiano das pessoas com deficiência e se aumente a taxa de aceitação desses produtos. Espera-se que os achados dessa pesquisa contribuam na área da Tecnologia Assistiva e na disseminação dessa temática.

## REFERÊNCIAS

DIRKS, S.; BÜHLER, C.; HEUMADER, P.; MIESENBERGER, K. Development, evaluation and assessment of assistive technologies. In: MIESENBERGER, K.; KOUROUPETROGLOU, G.; MAVROU, K.; MANDUCHI, R.; COVARRUBIAS RODRIGUEZ, M.; PENÁZ, P. (org.). Computers helping people with special needs: ICCHP-AAATE, 2022. Cham: Springer, 2022. **Lecture Notes in Computer Science**, v. 13342). Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-08645-8_30.

GALVÃO FILHO, Teófilo *et al.* **Conceituação e estudo de normas**. In: BRASIL, Tecnologia Assistiva. Brasília: CAT/SEDH/PR, 2009, p. 13-39. Disponível em: www.galvaofilho.net/livro tecnologia-assistiva_CAT.pdf

BARBET, I.; HARTMANN, L.; DEVILLE, D.; FERREIRA, M. S. Design of an assessment tool for implementing assistive technology (AT) reuse programs in France. **Resources, Conservation & Recycling Advances**, v. 15, 2022, p. 200094. ISSN 2667-3789. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667378922000323.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: Pesquisa Bibliográfica. *In*: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. cap. 9, p. 174-214. ISBN 85- 224-3397-6. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia i/historia-ii/china-e-india.

LUIZ, Isabela das Chagas; HENNING, Elisa; KALBUSCH, Andreza. Desvendando o Vosviewer: Uso de um Software de Bibliometria o Estudo do Consumo de Água. **Anais do 33º Seminário de Iniciação Científica Universidade do Estado de Santa Catarina**, [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/16931/DESVENDANDO_O_VOSVIEWER_
USO_DE_UM_SOFTWARE_DE_BIBLIOMETRIA_NO_ESTUDO_DO_CONSUMO_DE_GUA_16950466260603_16931.pdf.

ZORRILLA, M.; AO, J.; TERHORST, L.; COHEN, S. K.; GOLDBERG, M.; PEARLMAN, J. **Using the lens of assistive technology to develop a technology translation readiness assessment tool (TTRAT)™ to evaluate market readiness**. Disability and Rehabilitation: Assistive Technology, 2022. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17483107.2022.2153936.

QUEVEDO-SILVA, F.; BIAGI ALMEIDA SANTOS, E.; MOLL BRANDÃO, M.; VILS, L. Estudo bibliométrico: orientações sobre sua aplicação. **Revista Brasileira de Marketing,** v. 15, n. 2, p. 246-262, abr./jun. 2016. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4717/471755312008.pdf.

SANTOS, A.V.F., SILVEIRA, Z.C. AT-d8sign: methodology to support development of assistive devices focused on user-centered design and 3D technologies. ***J Braz. Soc. Mech. Sci. Eng,*** 2020. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s40430-020-02347- w.

# DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DE PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

*Amilcar Baiardi*

*Fábio Tadeu Cõrtes Morais*

**RESUMO**

A implementação de prontuários eletrônicos em Unidades Básicas de Saúde representa uma evolução significativa no Sistema Único de Saúde, visando melhorar a eficiência e qualidade do atendimento primário. Este estudo analisa os desafios e oportunidades dessa implementação, objetivando compreender sua evolução histórica, identificar vantagens e desafios, e explorar o potencial de novas tecnologias como chatbots. Utilizando uma revisão sistemática da literatura, o estudo revela uma adoção gradual de sistemas digitais, com 70% das instalações usando alguma forma de registro eletrônico, mas apenas 22% totalmente digitalizadas. A interoperabilidade emerge como questão central, mencionada em 78,58% dos artigos revisados. O Programa Brasileiro de Telessaúde demonstra-se crucial na integração de tecnologias digitais. Conclui-se que, apesar dos avanços, persistem desafios em infraestrutura, capacitação e segurança de dados, indicando a necessidade de investimentos contínuos e adaptação de processos para uma implementação efetiva.

**Palavras-chave**: Prontuários Eletrônicos. Unidades Básicas de Saúde. Telemedicina.

## 1 INTRODUÇÃO

A evolução dos prontuários médicos no Brasil reflete a transformação digital do sistema de saúde nas últimas décadas. Partindo de registros em papel, o país testemunhou uma transição gradual para Registros Médicos Eletrônicos (EMRs), liderada por instituições como o Hospital das Clínicas da FMUSP. Esta mudança propor-se não apenas digitalizar documentos, mas criar um modelo informacional abrangente, conectando dados de saúde, percursos de atendimento e resultados em um sistema dinâmico e interligado, permitindo uma visão da saúde do paciente e facilitando decisões clínicas mais fundamentadas.

A implementação de prontuários eletrônicos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) representa um marco na modernização do Sistema Único de Saúde (SUS), visando melhorar a eficiência e a qualidade do atendimento primário. Contudo, esta transição enfrenta desafios significativos, como a necessidade de infraestrutura

adequada, capacitação profissional e garantia de segurança dos dados. Pesquisas recentes indicam uma implementação parcial, com muitas UBS ainda utilizando sistemas híbridos. Neste contexto, iniciativas como o Programa Brasileiro de Telessaúde têm sido fundamentais, integrando tecnologias digitais ao cotidiano das UBS. Paralelamente, a introdução de *chatbots* e inteligência artificial emerge como uma fronteira promissora, oferecendo novas possibilidades para a interação paciente sistema, triagem inicial e gestão de informações, embora também suscite questões importantes sobre ética e privacidade. O objetivo principal é avaliar como essas tecnologias podem melhorar o cuidado em saúde na atenção primária, investigando simultaneamente os aspectos éticos e de privacidade envolvidos. A pesquisa abordaa evolução histórica dos prontuários médicos no Brasil, as vantagens e desafios da implementação de sistemas eletrônicos nas UBS, e o potencial dos chatbots na interação paciente-sistema, buscando compreender como essas inovações podem otimizar a detecção precoce e o encaminhamento de casos de depressão e ansiedade.

A metodologia adotada para este estudo foi a revisão de literatura, permitindo uma análise abrangente das pesquisas mais recentes e relevantes sobre o tema. Foram examinados artigos científicos que abordam a implementação de prontuários eletrônicos no contexto brasileiro, com ênfase especial nas publicações dos últimos cinco anos. Esta abordagem possibilitou uma visão do estado atual da digitalização dos registros médicos no Brasil, incluindo os avanços do Programa Brasileiro de Telessaúde e as iniciativas de integração de IA e chatbots nos sistemas de saúde. A revisão também contemplou estudos internacionais comparativos, fornecendoinsights sobre melhores práticas e desafios comuns na adoção dessas tecnologias. Ao longo do trabalho, buscou-se estabelecer conexões entre os diferentes aspectos da implementação de prontuários eletrônicos, desde questões técnicas de interoperabilidade até considerações éticas e de usabilidade, visando oferecer uma análise crítica e propositiva para o avanço da saúde digital no Brasil.

Os resultados esperados deste estudo, se busca primeiramente, avaliar a aceitabilidade e usabilidade dos *chatbots* integrados a prontuários eletrônicos, considerando tanto as perspectivas dos pacientes quanto os profissionais de saúde. Este resultado objetiva identificar potenciais barreiras e facilitadores para a implementação dessas tecnologias no âmbito do Sistema Único de Saúde. De maneira

secundária, espera-se uma análise das implicações éticas e de privacidade do uso de IA e chatbots na triagem de saúde, visando contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que garantam a implementação responsável dessas inovações tecnológicas, em conformidade com os padrões éticos e legaisvigentes.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 EVOLUÇÃODOS PRONTUÁRIOS MÉDICOS - PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS DE SAÚDE.

A evolução dos prontuários médicos no Brasil reflete as mudanças nas práticas de saúde e o avanço tecnológico. Os registros médicos, inicialmente em papel, passaram por transformações com o advento da era digital. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP) contribuiu para essa transição, impulsionando o desenvolvimento de Registros Médicos Eletrônicos (EMRs). Cobello et al. (2023) apontam que essa mudança visava aprimorar o gerenciamento e a análise dos dados de saúde dos pacientes, especialmente em ambientes públicos. A implementação dos EMRs nos hospitais brasileiros buscava criar um modelo informacional que conectasse dados de saúde, percursos de atendimento e resultados, formando um sistema dinâmico e interligado.Essa abordagem permitiu uma visão mais abrangente da saúde do paciente, facilitando o acompanhamento e a tomada de decisões clínicas. A integração de centros de telemedicina foi um passo importante, possibilitando aos pacientes acessarem suas agendas de consultas, dados médicos e resultados de exames, além de oferecer canais de comunicação com os profissionais de saúde. Neste ponto, o trabalho de Raquel e Murtinho (2023) destaca que as novas tecnologias transformam nossa relação com o acesso às informações sobre saúde, impactando diretamente o campo da comunicação e, consequentemente, a evolução dos registros eletrônicos de saúde no Brasil.

Com a disseminação dos EMRs, surgiram novos desafios e oportunidades. Barbalho et al. (2023) apontam que a interoperabilidade entre sistemas emergiu como uma questão central, sendo mencionada em 78,58% dos artigos revisados emseu estudo. A capacidade de diferentes sistemas de saúde trabalharem em conjuntotornou-se um objetivo, visando melhorar a continuidade do cuidado e evitar a fragmentação

das informações médicas. Ademais, a segurança e a privacidade dos dados dos pacientes ganharam destaque, com a implementação de recursos de permissão para visualização de dados tornando-se uma prioridade. Esse aspecto é particularmente relevante no contexto brasileiro, onde a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) passou a regular o tratamento de informações sensíveis. Outro ponto sensível é que a falta de dados precisos para testar os EMRs foi identificada como um obstáculo ao desenvolvimento e aprimoramento desses sistemas.

Neste aspecto, Raquel e Murtinho (2023) ressaltam que a pandemia da COVID 19 no Brasil exemplificou como o excesso de informações e a desinformaçãona saúde podem ser uma ameaça, evidenciando os desafios no gerenciamento de registros eletrônicos de saúde. Essa situação destacou a necessidade de sistemas robustos e confiáveis em lidar com grandes volumes de dados e informações na saúde, especialmente em momentos de crise.

O avanço tecnológico continua a moldar a evolução dos prontuários eletrônicos no Brasil. Barbalho et al. (2023) mencionam diversas abordagens inovadoras sendo exploradas, como métodos avançados de criptografia de dados, algoritmos de aprendizado de máquina para análise de grandes volumes de dados de saúde e tecnologia *blockchain*[1] para compartilhamento seguro de informações entre instituições e mais recente o uso das inteligências artificiais (IA). Essa mudança de paradigma ocorre com a rápida inovação tecnológica no campo da informação e comunicação, com implicações socioeconômicas na saúde que são fatores-chave na evolução dos EMRs no Brasil. Neste contexto, os autores destacam que a saúde digital é uma realidade que promete otimizar gastos e expandir o acesso aos serviços, mas também apresenta incertezas que precisam sermelhor compreendidas.

## 2.2 VANTAGENS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

[1] Blockchain é uma tecnologia de registro digital distribuído que armazena transações de forma segura em uma rede descentralizada de computadores, onde cada bloco contém um conjunto de transações, um carimbo de data/hora e um código único que identifica o bloco anterior, garantindo imutabilidade e segurança , com transparência para todos os participantes e mecanismos de consenso para validar transações, sendo aplicado em diversas áreas além de criptomoedas, como gestão de cadeias de suprimentos, contratos inteligentes e finanças descentralizadas.

Embora a implementação de Prontuários Eletrônicos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Brasil representa uma evolução significativa no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido em 1990 pela Constituição Federal Brasileira para garantir acesso integral, universal e gratuito à saúde para toda a população;esta mudança tecnológica traz consigo uma série de vantagens e desafios que merecem análise detalhada. Uma das principais vantagens é a melhoria na gestão eacesso às informações de saúde dos pacientes. Com a digitalização dos registros, torna-se possível uma visão mais completa e integrada do histórico de saúde de cada indivíduo, facilitando diagnósticos mais precisos e tratamentos mais eficazes. Além disso, a implementação de prontuários eletrônicos favorece a continuidade do cuidado, permitindo que diferentes profissionais de saúde acessem e atualizem as informações do paciente de forma rápida e segura. No entanto, ARY et al. (2018) apontam que, apesar do potencial de aquisição de dados, os registros eletrônicos desaúde no Brasil são utilizados principalmente para apoiar funções administrativas e de cobrança, não armazenando informações clínicas em um formato pronto para análise de dados por máquina. Esta situação representa um desafio importante, poislimita o uso efetivo desses dados para pesquisa, planejamento de saúde pública e melhoria contínua dos serviços oferecidos.

A transição para prontuários eletrônicos nas UBS está em andamento, mas enfrenta desafios consideráveis. Uma pesquisa recente citada por Ary et al. (2018) revelou que 70% das instalações que utilizaram a Internet nos últimos 12 meses no Brasil possuem algum tipo de registro eletrônico para informações médicas, indicando uma mudança gradual para registros digitais de saúde. No entanto, o mesmo estudo mostrou que em 48% das instalações, os registros estão parcialmente em papel e parcialmente digitais, enquanto sistemas de informação totalmente digitais estavam presentes em apenas 22% das instalações, com uma taxa ligeiramente superior de 33% para instalações privadas. Esta transição parcial evidencia os desafios logísticos e operacionais enfrentados pelas UBS na implementação completa de sistemas eletrônicos. Entre esses desafios, destacam-se a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada, a capacitação dos profissionais de saúde para o uso eficiente dos novos sistemas e a garantia da segurança e privacidade dos dados dos pacientes. Além disso, a interoperabilidade entre diferentes sistemas de saúde emerge como um

desafio técnico e organizacional, essencial para garantir a continuidade do cuidado e a eficiência do sistema de saúde como um todo.

Para enfrentar esses desafios e maximizar as vantagens da implementação de prontuários eletrônicos nas UBS, iniciativas como o Programa Brasileiro de Telessaúde (BTP) desempenham um papel importante. Conforme destacado por Haddad et al. (2023), o BTP foi desenvolvido em alinhamento com a Política Nacionalde Educação Permanente em Saúde (PNEPS), integrando ensino e aprendizagem à rotina diária das organizações de saúde e sistemas de prestação de serviços. A evolução do programa em três etapas principais, cada uma orientada por editais específicos, reflete o crescimento e a integração progressiva da telessaúde aosistema nacional de saúde.

A segunda etapa do programa, em particular, focou na implementação do Programa Nacional aplicado à atenção primária à saúde, baseando-se nos resultados do projeto piloto e visando melhorar a eficácia clínica e a qualidade da atenção primária (HADDAD et al., 2023). Esta abordagem demonstra como o desenvolvimento de tecnologias de saúde digital, incluindo prontuários eletrônicos, pode ser integrada a estratégias mais amplas de melhoria do sistema de saúde. As vantagens dessa relação incluem o suporte remoto a profissionais de saúde em áreas remotas, a facilitação da educação continuada e a melhoria da coordenação entre diferentes níveis de atenção à saúde. No entanto, para que essas vantagens se concretizem plenamente, é necessário superar desafios como a resistência à mudança, a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e capacitação, e a adaptação dos processos de trabalho nas UBS para incorporar efetivamente as novas tecnologias em sua rotina diária.

Deste modo, à medida que essa transição progride, novas tecnologias emergem para complementar e expandir as funcionalidades dos sistemas de saúde digitais. Nesse contexto, os *chatbots*[2] surgem como uma ferramenta promissora para melhorar a interação paciente-sistema, oferecendo um novo canal de comunicação e acesso à informação. Essa tecnologia tem o potencial de abordar alguns dos desafios mencionados anteriormente, como a sobrecarga dos profissionais de saúde e a

[2] Um chatbot é um programa de computador projetado para simular uma conversa com usuários, geralmente por meio de mensagens de texto. Ele pode ser encontrado em sites, aplicativos de mensagens e redes sociais, e é usado para responder perguntas, fornecer informações ou ajuda em tarefas específicas.

necessidade de tornar as informações de saúde mais acessíveis aos pacientes. Essas ferramentas eletrônicas podem atuar como uma interface intuitiva entre os pacientes e os complexos sistemas de prontuários eletrônicos, facilitando o acesso ainformações básicas de saúde, agendamento de consultas e até mesmo triagem inicial de sintomas. Ao explorar seu uso no contexto das UBS, é possível vislumbrar uma evolução na forma como os pacientes interagem com o sistema de saúde, potencialmente aumentando a eficiência dos serviços e melhorando a experiência do usuário. No entanto, assim como a implementação dos prontuários eletrônicos, a integração de *chatbots* no sistema de saúde também apresenta seus próprios desafios e considerações éticas, que serão examinados em detalhes no próximo capítulo.

## 2.3 *CHATBOTS* E INTERAÇÃO PACIENTE-SISTEMA

As inovações trazidas pelos prontuários eletrônicos nas UBS enfrentam também desafios relacionados à gestão e comunicação de informações. Os pacientes da rede de saúde pública brasileira frequentemente encontram obstáculos na obtenção de informações antes, durante e após consultas médicas. Mesmo quando recebem informações, a dificuldade em compreendê-las pode impedir o acesso aos serviços disponíveis. Para abordar essa questão, pesquisadores têm explorado o uso de tecnologias como *chatbots* e inteligência artificial (IA) para melhorar a comunicação e o acesso às informações de saúde.

Fontainha et al. (2023) propõem o desenvolvimento de um sistema de *chatbot* que utiliza IA simulando dados dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa abordagem visa facilitar o acesso às informações de saúde, considerando as práticas da linguagem simples. A construção do *chatbot* em um ambiente isolado permite demonstrar como a apresentação das informações pode ser aprimorada. Esta iniciativa busca analisar o problema da perspectiva do cidadão/ usuário do sistema público de saúde e propor uma solução que reduza as dificuldades encontradas por esse público.

O uso de *chatbots* na área da saúde oferece vários benefícios. Ankar et al. (2023) destacam que essas soluções permitem interação imediata entre pacientes e médicos com alta precisão, proporcionando um ambiente seguro dentro dos sistemas hospitalares e clínicos. Essas ferramentas fornecem informações básicas sobre

sintomas, medicamentos e consultas médicas, além de contribuir para a educação do paciente e o treinamento de profissionais de saúde sobre estratégias de atendimento.

Os chatbots podem realizar uma classificação virtual de doenças, priorizar casos combase na gravidade e auxiliar os pacientes na comunicação com profissionais de saúde de maneira simples e direta.

A disponibilidade desses assistentes virtuais 24 horas por dia, 7 dias por semana, permite que os pacientes busquem informações e esclareçam dúvidas a qualquer momento, reduzindo a ansiedade associada à incerteza sobre questões médicas (Ankar et al., 2023). Além disso, a natureza interativa dos chatbots facilitaa participação ativa dos pacientes no gerenciamento de sua saúde, incentivando-os a adotar medidas preventivas e uma abordagem proativa em relação ao bem-estar.

No contexto dos prontuários eletrônicos, Athavale et al. (2023) observam queo gerenciamento da caixa de entrada dos registros eletrônicos de saúde (EHR) tem sido associado à insatisfação e ao esgotamento dos médicos. Tecnologias como o ChatGPT elevaram a interface entre humanos e IA tentando fornecer informações relevantes em uma conversa textual semelhante à humana. Esta tecnologia tem potencial para impactar diversos aspectos da assistência médica, incluindo educação do paciente, pesquisa, redação científica, consultas pré e pós-visita e assistência na documentação.

Para avaliar o potencial dessa tecnologia no auxílio ao atendimento de perguntas de pacientes e no gerenciamento da caixa de entrada de EHR, pesquisadores elaboraram questionários abordando perguntas médicas administrativas e não complexas, bem como perguntas médicas complexas sobre tópicos específicos. O desempenho de chatbots disponíveis publicamente foi classificado em relação ao seu potencial para auxiliar no gerenciamento da caixa de entrada de EHR, tornando viável a solução.

No melhor cenário, o *ChatGPT*[3] pode fornecer informações precisas e completas em vários idiomas e em diferentes graus de complexidade (Athavale et al., 2023). Isso

[3] ChatGPT é uma ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pela OpenAI que simula conversas com usuários por meio de mensagens de texto. O nome "ChatGPT" vem da expressão "Transformador Pré-treinado Generativo", refletindo sua capacidade de gerar respostas em linguagem natural a partir de uma vasta base de dados de textos disponíveis na internet. Essa tecnologia utiliza redes neurais e aprendizado de máquina para entender e responder a perguntas sobre diversos assuntos, criar textos, resolver problemas e até gerar conteúdos criativos, como histórias e poemas. O ChatGPT é

tem o potencial de disseminar informações críticas de uma maneira facilmente compreensível pelo usuário e ajudar a preencher algumas das lacunas de comunicação que podem reduzir a qualidade da prestação de cuidados de saúde. Noentanto, para que essa tecnologia seja integrada aos sistemas de EHR, é necessário garantir a conformidade com a Lei de Portabilidade e Responsabilidade de Seguros de Saúde (HIPAA), realizar treinamento supervisionado por especialistas no assunto e implementar salvaguardas contrainformações fabricadas.

A implementação de chatbots e IA na gestão de informações de saúde representa uma oportunidade para melhorar a comunicação entre pacientes e profissionais de saúde, facilitar o acesso a informações importantes e otimizar o gerenciamento de prontuários eletrônicos. No entanto, é importante considerar os desafios éticos, de privacidade e de segurança associados a essas tecnologias. À medida que os sistemas de prontuários eletrônicos evoluem, a integração cuidadosa dessas ferramentas pode contribuir para uma assistência à saúde mais eficiente e centrada no paciente nas unidades básicas de saúde.

## 3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a evolução dos prontuários médicos no Brasil, focando na adoção de Registros Médicos Eletrônicos (EMRs) e na integração de tecnologias como inteligência artificial (IA) e chatbots para melhorar o cuidado na atenção primária. A pesquisa revelou um cenário de transição gradual para sistemas digitais no setor de saúde brasileiro. No entanto, existe um longo caminho a ser percorrido.O Programa Brasileiro de Telessaúde demonstrou ser uma iniciativa importante, integrando ensino e aprendizagem à rotina das organizações de saúde e apoiando a implementação de tecnologias digitais no setor. Os resultados também apontaram para o potencial dos chatbots e IA, como o ChatGPT, em melhorar a interação paciente-sistema e auxiliar no gerenciamento de EMRs, embora desafios persistam em áreas como infraestrutura, capacitação profissional e segurança de dados.

amplamente utilizado em aplicações de atendimento ao cliente, educação e automação de tarefas, permitindo interações mais naturais e eficientes com os usuários

Além disso, a pesquisa discute as contribuições e limitações do estudo sobre a implementação de tecnologias digitais no sistema de saúde brasileiro, destacando a análise do Programa Brasileiro de Telessaúde como fonte de insights valiosos. As limitações incluem possíveis restrições no acesso a dados recentes, falta de captura de nuances regionais e ausência de dados primários de profissionais e pacientes. O estudo também reconhece a escassez de pesquisas robustas sobre a eficácia alongo prazo das tecnologias analisadas no contexto brasileiro.

Sugere-se para o futuro, a realização de estudos de caso detalhados em diferentes regiões do Brasil, pesquisas longitudinais sobre o impacto da adoção de EMRs, avaliações da eficácia de chatbots e IA na comunicação paciente-sistema e investigações sobre as implicações éticas e de privacidade dessas tecnologias. Essas linhas de pesquisa visam contribuir para uma compreensão mais profunda da transformação digital no setor de saúde brasileiro, respondendo aos objetivos apresentados na introdução e comprovando as inferências do estudo.

## REFERÊNCIAS

ANKAR, T. C.; TOWFEK, S. K.; ABDELHAMID, A. A. An Overview of the Evolution and Impact of Chatbots in Modern Healthcare Services. Mesopotamian. **Journal of Artificial Intelligence in Healthcare**, v. 2023, p. 71-75, 2023. DOI: 10.58496/MJAIH/2023/014.

ARY, S. N. et al. Primeiro datathon brasileiro em cuidados intensivos**. Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 1, p. 6-8, 2018. DOI: 10.5935/0103-507X.20180006.

ATHAVALE, A. et al. O potencial dos chatbots no gerenciamento de pacientes com doença venosa crônica. **JVS-Vascular Insights**, v. 1, 2023. DOI: 10.1016/j.jvsvi.2023.100019.

BARBALHO, I. et al. Registros eletrônicos de saúde no Brasil: perspectivas e desafios tecnológicos. **Fronteiras na Saúde Pública**, 2022. DOI: 10.3389/fpubh.2022.963841.

DE BONI, R. B.; FALCÃO, M. Z.; MURTINHO, **R. Debatendo a saúde digital no Brasil.Reciis**, v. 17, n. 3, 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i3.3979.

FONTAINHA, T.; SILVA, N.; CAPPELLI, C. SUSI-Carioca: **Chatbot de pós-atendimento deconsultas no SUS usando práticas de linguagem simples**. 2023.

HADDAD, A. E. et al. Acompanhamento do Avanço da Legislação na Implementação do Programa Brasileiro de Telessaúde. **Revista da Sociedade Internacional de Telemedicinae eHealth**, 2016.

VILSON, C. J. et al. Building and revolutionising public healthcare: A living ecosystem to link and improve patient health data and outcomes in a Brazilian hospital. **International Journal for Population Data Science**, v. 8, n. 2, 2023. DOI: 10.23889/ijpds.v8i2.2352.

# INTERNET DAS COISAS E APOIO À GESTÃO DE UM CAMPUS INTELIGENTE - UM ESTUDO PILOTO EM UM APARELHO DE AR-CONDICIONADO DAUNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL)

*Filipe Miranda de Oliveira*

*Flavio Dusse*

*Silvana Sá de Carvalho*

**RESUMO**

**Contexto:** Campus Inteligentes adotam tecnologias avançadas para controlar e monitorar automaticamente instalações no campus e fornecer serviços de alta qualidade e sustentáveis para a comunidade acadêmica. Um exemplo de melhoria de qualidade para um campus de uma universidade seria o uso efetivo e sustentável de seus equipamentos eletrônicos, por exemplo, aparelhos de ar-condicionado. **Objetivo:** Realizar um projeto piloto que consiste em desenvolver um protótipo de gerenciamento inteligente, que otimiza o uso de um aparelho e reduz custos, por meio da automação e IoT. **Método:** Usar microcontroladores ESP32, conectados a internet, para coletar informações sobre a sala e tornar possível a ativação e desativação dos aparelhos de ar-condicionado remotamente. **Resultados Parciais**: A partir de um navegador web, é possível ativar e desativar o aparelho de ar-condicionado da marca Carrier, obter informações de temperatura, umidade e o horário doúltimo movimento na sala, alocado na Fábrica de Software da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

**Palavras-chave**: Campus Inteligente, Automação, IoT, MQTT.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o conceito de Cidade Inteligente tem ganhado destaque em discussões sobre o futuro da urbanização e do desenvolvimento sustentável. Uma Cidade Inteligente integra tecnologias avançadas para melhorar a eficiência dos serviços, promover a sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida da população (Kanter; Litow, 2009, apud Weiss; Bernardes; Consoni, 2013, p. 7). Dentro desse contexto, os campus universitários têm se tornado laboratórios vivos, experimentando com tecnologias de automação e Internet das Coisas (IoT) para se transformarem em Campus Inteligentes.

A automação pode ser definida como um sistema de controle no qual os mecanismos são responsáveis por verificar sua própria operação e auto regulação, sem intervenção humana. Ou seja, vai além da mecanização, em que há apenas a

substituição do esforço físico por máquinas na execução de tarefas. (Roggia, 2016). Quando é utilizada a rede mundial de computadores, a automação desses mecanismos é chamada de Internet das Coisas (IoT).

A Universidade Católica do Salvador (UCSAL) é uma instituição de ensino superior privada e sem fins lucrativos de grande porte e conta com centenas de aparelhos de ar-condicionado, projetores e luzes. Cotidianamente, a ação de ligar e desligar manualmente esses aparelhos se torna uma tarefa repetitiva e ineficiente, gerando custos extras que podem ser evitados.

Este artigo faz parte de um trabalho de iniciação científica que propõe uma solução prática para o controle remoto de aparelhos eletrônicos de um Campus Inteligente, considerando requisitos como eficiência energética e conforto térmico. Utilizando os conceitos de Cidade Inteligente, Campus Inteligente e IoT, foi desenvolvido um protótipo que permite controlar remotamente a temperatura e o desligamento do ar-condicionado por meio de uma aplicação hospedada na Internet para facilitar seu manuseio e restringir seu uso somente quando for necessário. A comunicação entre a aplicação e o dispositivo é realizada utilizando o protocolo MQTT, amplamente utilizado em aplicações de IoT por sua eficiência e leveza.

Foi feito um estudo piloto em um aparelho de ar-condicionado da UCSAL da marca Carrier que está alocado na sala da Fábrica de Software da Universidade (B315). No estudo foi possível ligar o aparelho, mudar sua temperatura e o desligar apartir de um *Uniform Resource Locator(URL)*[1] no navegador. Também foi possível aferir a hora da última movimentação próximo do sensor, temperatura e umidade locais.

Em seguida, esse artigo traz o desenvolvimento do piloto e seus resultados, perpassando pelos conceitos utilizados no trabalho; e por fim as considerações finaise os trabalhos futuros que ainda serão implementados no escopo da iniciação científica mencionada.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 CONCEITOS

Seguem os fundamentos teóricos utilizados neste trabalho:

[1] "...serve como o nome mundial de página. Os URLs têm três partes: o protocolo (também conhecido como esquema), o nome DNS da máquina em que a página está localizada e o caminho para identificar exclusivamente a página específica (um arquivo para ler ou um programa para rodar na máquina)."(Tanenbaum*et al*, 2021).

### 2.1.1 Cidades Inteligentes

Segundo Justi (2020), as Cidades Inteligentes, do inglês *Smart Cities*, são cidades que utilizam as tecnologias de informação e comunicação para compartilhar informações com o público e gerar mais eficiência operacional e qualidade de vida para a população. Outro conceito, é que são cidades (Kanter; Litow, 2009, p. 2) "capazes de conectar de forma inovativa as infraestruturas físicas e de TIC, de formaeficiente e eficaz, convergindo os aspectos organizacionais, normativos, sociais e tecnológicos a fim de melhorar as condições de sustentabilidade e de qualidade de vida da população" (apud Weiss; Bernardes; Consoni, 2013, p. 7). É possível observar que nos dois conceitos, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é uma ferramenta indispensável para a transformação das cidades em lugares mais confortáveis e que permitam uma melhor qualidade de vida.

Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa CIM (*City Information Modelling*, que explora os conceitos de Cidades Inteligentes e as novas perspectivasde gestão urbana com base no uso de inovação e tecnologia para a solução de problemas urbanos e favorecimento da participação cidadã. (Santiago, 2022)

### 2.1.2 Campus Inteligente

Campus Inteligente, do inglês *Smart Campus*, é um conceito englobado por *Smart Cities* e pode ser definida como uma área universitária que oferece serviços em tempo hábil, reduz o esforço e reduz os custos operacionais. O Campus Inteligente implica que a instituição adotará tecnologias avançadas para controlar e monitorar automaticamente instalações no campus e fornecer serviços de alta qualidade para a comunidade do campus, ou seja, estudantes e funcionários. Isso levou a aumentar a eficiência e a capacidade de resposta do campus e ter uma melhor tomada de decisão, utilização do espaço e experiência dos alunos (Abuarqoub *et al*, 2017).

Assim como as Cidades Inteligentes, os Campus Inteligentes utilizam os conceitos de TIC para prover a melhoria da qualidade, a sustentabilidade e a segurança de um campus universitário.

### 2.1.3 IoT

A subárea da TIC que mais dá suporte às Cidades Inteligentes é a Internet das Coisas (IoT), do inglês *Internet of Things*, é definida por Gokhale *et al* (2018) como

- uma rede de objetos — dispositivos, instrumentos, veículos,construções e outros itens integrados com eletrônicos, circuitos, software, sensores que permitem a esses objetos coletar e trocar
- informações. A Internet das Coisas permite que os objetos sejamdetectados e controlados remotamente por meio de uma
- infraestrutura de rede existente, criando oportunidades de uma integração mais direta do mundo físico em sistemas baseados em computadores, resultando em uma melhora de eficiência e precisão.

A IoT é importante para cidades inteligentes por permitir o sensoriamento de lugares e objetos, fazendo o levantamento de dados de grande importância para a melhor gestão de objetos e ambientes.

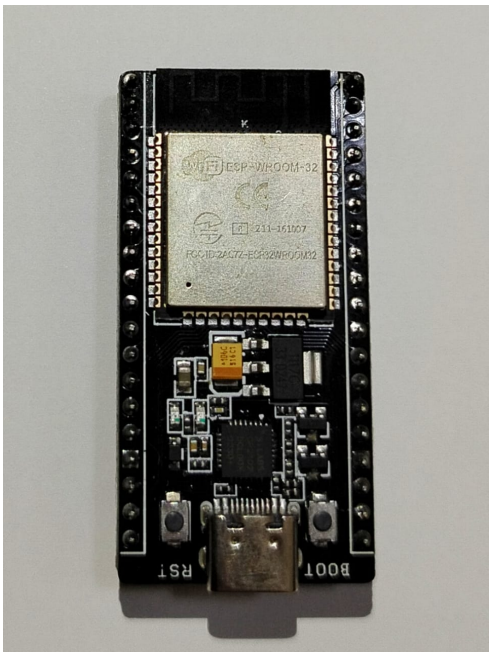
### 2.1.4 ESP32

ESP32, do inglês *Espressif Systems 32 bits*, é uma série de microcontroladores de baixo custo e alta performance desenvolvidos pela Espressif Systems. O ESP32 é amplamente utilizado em projetos de IoT devido às suas capacidades integradas de Wi-Fi e Bluetooth, tornando-o ideal para aplicações que requerem conectividade sem fio (Espressif, 2024).

Além disso, o ESP32 é conhecido por sua versatilidade, possuindo múltiplos núcleos de processamento, GPIOs (pinos de entrada e saída) configuráveis, suporte a diversos protocolos de comunicação, e uma ampla gama de periféricos integrados, como ADCs (Conversores Analógico-Digitais), DACs (Conversores Digital-Analógicos), PWM (Modulação por Largura de Pulso). Por essas razões, o ESP32 tornou-se uma

escolha popular entre desenvolvedores de sistemas embarcados e projetos de automação, tanto em ambientes acadêmicos quanto industriais.

Figura 1:ESP32




Fonte: De autoria própria

### 2.1.5 MQTT

MQTT, do inglês *Message Queuing Telemetry Transport*, é um protocolo de comunicação lançado pela IBM em 1999 que utiliza o padrão publicador/subscritor. Foi planejado para enviar dados em conexão com grande atraso e baixa largura de banda. A arquitetura do protocolo envolve os clientes, que podem ser publicador ou subscritor, e um *broker*, que é responsável por receber as mensagens, filtrá-las e enviar aos clientes interessados (Soni, Makwana, 2017).

Arquiteturas baseadas em MQTT mostram-se escaláveis, permitindo a integração de outros dispositivos de IoT ao sistema no futuro.

## 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo Cereda Junior (2015), *Campi* Universitários são um exemplo claro de uma unidade-territorial muitas vezes esquecida nas discussões sobre organização

territorial, planejamento físico e segurança das instalações e, principalmente, do **ativo** mais importante para a Universidade: os cidadãos, sejam do corpo acadêmico, técnico ou a população que consome tais espaços. “Uma mini-cidade” algunspodem dizer. Uma verdadeira cidade, podemos afirmar, uma vez que a população de algumas é realmente maior que boa parcela dosmunicípios brasileiros.

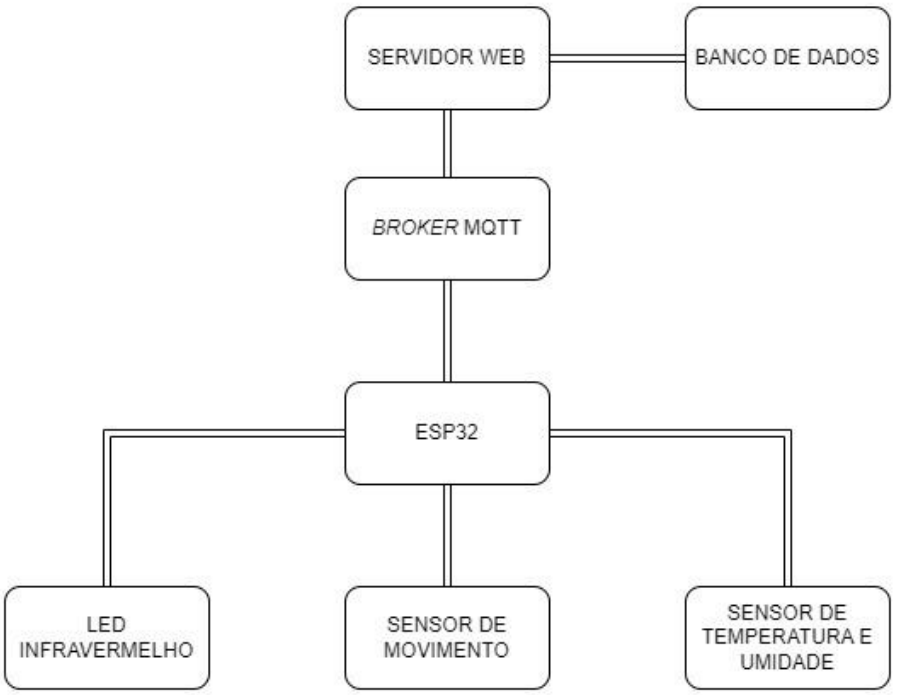
Trazendo uma visualização dessa afirmação, dados do documento UFBA em números (UFBA, 2022), mostram a universidade com uma população universitária de mais 61 mil pessoas entre docentes, discentes, corpo técnico e terceirizados. Em contrapartida, uma notícia da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que mais da metade dos municípios baianos possuem menos de 20 mil habitantes.

## 2.2 MÉTODOS E FERRAMENTAS

### 2.2.1 Arquitetura do projeto

O projeto pode ser dividido em 4 partes, que juntas fornecem um jeito fácil de controlar os aparelhos de ar-condicionado remotamente. São elas, o ESP32 junto com sensores e atuadores, sendo a interface de ligação entre o mundo físico e o mundo virtual. O *broker* MQTT, que faz a ligação entre o servidor WEB e os microcontroladores. O servidor WEB, responsável por manipular as informações recebidas e entregá-las aos usuários. E, por fim, o banco de dados, que armazena informações das salas e informações sobre o uso dos aparelhos.

Figura 2: Arquitetura do projeto




Fonte: De autoria própria

### 2.2.2 Ferramentas utilizadas

Para captar as informações de umidade e temperatura utilizou-se um sensor DHT11, para captar os movimentos utilizou-se o sensor Hc-sr501 e para enviar os códigos infravermelho para o ar-condicionado utilizou-se um led infravermelho 5mm. Esses 3 componentes são conectados à placa microcontroladora, responsável por gerenciar essas informações e mandar para o *broker* MQTT. Para a leitura dos comandos infravermelho do ar-condicionado foi utilizado um receptor infravermelho TSOP1838.

Para hospedar o servidor *WEB,* o banco de dados e o *broker* MQTT foi utilizado um *notebook* com o sistema operacional Ubuntu. O *broker* escolhido foi o Eclipse Mosquitto, uma escolha fundamentada em sua robustez e confiabilidade em aplicações MQTT (Eclipse Mosquitto, 2024). Para o banco de dados foi utilizado o PostgreSQL, um banco de dados relacional conhecido por sua eficiência e conformidade com padrões de mercado. Ambos os softwares são de código aberto ede uso gratuito, o que facilita a replicabilidade e acessibilidade da solução proposta.

A programação feita no servidor *WEB* foi utilizando a linguagem JAVA, com o feita utilizando a linguagem C++ com o *framework* Arduino e a *IDE* Arduino IDE.

Essas ferramentas foram escolhidas devido à sua eficiência, robustez e ampla aceitação na comunidade de desenvolvimento, proporcionando um ambiente de desenvolvimento integrado e facilitado.

## 2.3 RESULTADOS PARCIAIS

No atual estágio do projeto, é possível obter informações de temperatura, umidade e o horário do último movimento na sala a partir de um navegador,acessando o IP da máquina que hospeda o servidor WEB, dentro de uma rede local.

Já há uma base de dados com o mapeamento de todas as salas do campus da UCSAL e seus respectivos aparelhos de ar-condicionado. O servidor web foi desenvolvido com *endpoints*, que são pontos de acesso específicos dentro de uma API (Interface de Programação de Aplicações) que permitem a interação com o sistema. Esses *endpoints* foram configurados para recuperar as informações detalhadas de prédio, sala e aparelhos. Além disso, o servidor conta com um *endpoint* dedicado para receber comandos, interpretá-los e posteriormente enviá-los como mensagens ao *broker* MQTT, facilitando a comunicação e o controle dos dispositivos conectados.

No ESP32, há rotinas para atualizar as variáveis de umidade e temperatura a cada um segundo e atualizar a variável de tempo do último movimento sempre que ele for identificado. A cada 2 segundos essas variáveis são enviadas para o *broker* que as encaminha para o servidor WEB. Há também uma rotina para ler as mensagens recebidas pelo *broker* e enviar um comando infravermelho para o ar-condicionado.

# 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou a viabilidade de integrar tecnologias de IoT para automação de aparelhos de ar-condicionado em um Campus Inteligente. O protótipo desenvolvido, utilizando o protocolo MQTT, provou ser uma solução eficiente e de baixo custo para o controle remoto de ar-condicionado, promovendo economia de energia e melhorando a gestão do ambiente.

Como trabalhos futuros, sugere-se a expansão do protótipo para incluir outras funcionalidades, como: integrar com outros sensores, por exemplo sensor de presença; desenvolver algoritmos para otimização do consumo de energia, além de escalar para todas as marcas de ar-condicionado em todas as salas do campus. Portanto, este projeto representa uma ferramenta inovadora no apoio à gestão, à medida que possibilitará um melhor controle operacional sobre os aparelhos, podendo ser ampliado para englobar diferentes dispositivos e ser adaptado para novos espaços. Além disso, também demonstra o uso da tecnologia como instrumento cooperador na otimização de recursos e redução de custos, utilizandoum gerenciamento inteligente.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fapesb – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – pelo suporte financeiro e à UCSal – Universidade Católica do Salvador, em especial aos professores da Escola de Tecnologia (e mais especial ainda ao Prof Marcos Câmara), à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, ao setor de Tecnologia da Informação e ao setor de Manutenção e Obras – pelo apoio logístico no desenvolvimento da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABUARQOUB, Abderlrahman; ABUSAIMEH, Hesham; HAMMOUDEH, Mohammad; ULIYAN, Diaa; ABU-HASHEM, Muhannad; MURAD, Sharefa; AL-JARRAH, Mudhafar; AL-FAYEZ, Fayes. **A survey on Internet of Things enabled Smart Campus applications**. In: Proceedings of the International Conference on Future Networks and Distributed Systems. 2017. p. 1-7.

CEREDA Junior, A. **Planejamento e Gestão em Campi Universitários: inteligência Geográfica em Tempos de Geografia das Coisas**. Revista MundoGeo, nov. 2015.

ECLIPSE MOSQUITTO. **Eclipse Mosquitto™ An open source MQTT broker.** Disponívelem: https://mosquitto.org/ . Acesso em 30 de agosto de 2024.

ESPRESSIF. **ESP32 Wi-Fi & Bluetooth SoC.** Disponível em: https://www.espressif.com/en/products/socs/esp32 . Acesso em 30 de agosto de 2024.

GOKHALE, Pradyumna; BHAT, Omkar; BHAT, Sagar. **Introduction to IoT**. International Advanced Research Journal in Science, Engineering and Technology, v. 5, n. 1, p. 41-44, 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/330114646_Introduction_to_IOT. Acesso em: 30 deagosto de 2024.

JUSTI, Alexander. CIM (City information modeling): é o futuro (e presente) do urbanismo. 2020. Disponível em: https://alexjusti.com/cim-city-information-modeling/. Acesso em: 06 nov. 2023.

ROGGIA, Leandro; FUENTES, Rodrigo Cardozo. **Automação industrial.** Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Rede e-Tec Brasil, 2016.

SANTIAGO, Thalita Emanuele Teixeira; DE CARVALHO, Silvana Sá. **Cidades Inteligentes, Gestão Urbana e Geotecnologias: Cadastro de Uso do Solo do Município de Madre de Deus-BA**. Revista Contemporânea, v. 2, n. 5, p. 1028-1050, 2022.

SEI/BA - Mais da metade dos municípios baianos possuem menos de 20 mil habitantes. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.** Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2511:mais-da-metade dos-municipios-baianos-possuem-menos-de-20-mil-habitantes&catid=10&Itemid=565&lang= pt. Acesso em: 01 de setembro de 2024.

SONI, Dipa; MAKWANA, Ashwin. **A survey on MQTT: a protocol of Internet of Things (IoT)**. In: **International conference on telecommunication, power analysis and computing techniques (ICTPACT-2017).** 2017. p. 173-177.

TANENBAUM, Andrew; FEAMSTER, Nick; WETHERALL, David. **Redes de computadores**. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2021, p. 443. *E-book*. Disponível em:https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 de agosto. 2024.

TAVARES, Bruno Odate. **Otimizando procedimentos com uso da IOT no gerenciamentointeligente das salas de aula da Esma**t. 2020.

TORRES, Andrei; ROCHA, Atslands; DE SOUZA, José Neuman. Análise de desempenho de brokers mqtt em sistema de baixo custo. In: **Anais do XV Workshop em Desempenho de Sistemas Computacionais e de Comunicação.** SBC, 2016. p. 2804-2815

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **UFBA em números 2022: ano base 2021**. Salvador, 2022. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/ufba-em-numeros-2022.pdf. Acesso em: 04/05/2024

WEISS, Marcos Cesar; BERNARDES, Roberto Carlos; CONSONI, Flavia Luciane. Cidades inteligentes: a aplicação das tecnologias de informação e comunicação para a gestão de centros urbanos. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 9, n. 18, 2013.

# PROTÓTIPO DE UMA CADEIRA ARTICULADA DE BANHO DEBAIXO CUSTO

*Lucas Santos Reis*[1]

*Mariane de Jesus Batista*[2]

*Marlon Coelho Pita*[3]

*Nilmar de Souza*[4]

*Renata de Sousa Mota*[5]

**RESUMO**

O projeto desenvolveu um protótipo de cadeira articulada de banho utilizando canos de PVC e componentes impressos em 3D, com o objetivo de atender às necessidades de acessibilidade para idosos. A metodologia aplicada incluiu pesquisa de mercado, análise documental de normas de acessibilidade (ABNT NBR 9050/2021) e modelagem tridimensional no software Fusion 360. O uso de manufatura aditiva foi essencial para a criação de componentes personalizados, como as travas, que garantiram a segurança e funcionalidade do protótipo. O resultado foi um produto de baixo custo, adaptável e seguro, pronto para ser testado em ambiente real, com potencial para melhorar a qualidade de vida dos idosos e contribuir com práticas inovadoras em tecnologia assistiva.

**Palavras-chave:** Idosos. Tecnologia Assistiva. Modelagem.

## 1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população Brasileira tem sido o resultado de diversos fatores, entre eles a diminuição das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, impulsionados por melhorias nos cuidados de saúde e nas condições socioeconômicas. Embora essa tendência seja global, a transição demográfica no Brasil está acontecendo de forma especialmente acelerada. De acordo com os últimos dados do Censo 2022, evidenciou um aumento significativo na população idosa do Brasil, que são as pessoas de 60 anos ou mais, representando 10,9% da população total, um

[1] Bacharel em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, UFRB, lucasreis@aluno.ufrb.edu.br.
[2] Bacharelanda em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, UFRB, marianebatista@aluno.ufrb.edu.br
[3] Bacharelanda em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, UFRB, marloncoelho202@gmail.com.
[4] Doutor em Mecatrônica, UFRB, nilmar@ufrb.edu.br.
[5] Doutora em Medicina e Saúde Humana, UFRB, renatamota@ufrb.edu.br.

crescimento de 57,4% em comparação a 2010, quando essa faixa etária era de 7,4% (IBGE, 2022). Além disso, a proporção de idosos subiu de 11,3% para 14,7% (Galvão, 2023). Em contraste, a proporção de jovens (0-14 anos) diminuiu, refletindo uma queda nas taxas de natalidade. A expectativa de vida ao nascer também aumentou, alcançando aproximadamente 77 anos, o que contribui para o envelhecimento populacional.

Essa mudança demográfica tem implicações em diversos aspectos da sociedade brasileira. Por um lado, o aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de natalidade representam conquistas significativas em termos de saúde e qualidade de vida. No entanto, esse cenário também traz desafios específicos em termos de acessibilidade e adaptação de infraestruturas quando se pensa no grupo de idosos. Um dos problemas críticos que emergem é a necessidade de instalações adequadas para garantir a sua segurança e a autonomia, especialmente no ambientedomiciliar, com isso tende a crescer a necessidade de se tornar os espaços mais acessíveis.

O envelhecimento é um processo natural de modo progressivo e permanente, que pode ser dividido em: somático e psíquico. Quando acontece de acordo com a ação do tempo no organismo, o envelhecimento somático tem características de ser implacável e ativo, podendo ser irreversível. O envelhecimento psíquico também depende da passagem do tempo, mas, sobretudo, do esforço pessoal contínuo na busca do autoconhecimento e do sentido da vida. Consequentemente, a idade cronológica não pode ser um indicador correto para o envelhecimento. Algumas pessoas aparentam ser mais velhas ou mais novas do que a sua idade cronológica. No âmbito desta discussão, o conceito de idade biológica emerge como um indicadordo desempenho fisiológico individual, em que o “processo de envelhecimento é de natureza multifatorial e dependente da programação genética e das alterações que ocorrem em nível celular-molecular, causando mais vulnerabilidade do organismo às agressões externas e internas.” (Moraes, Moraes e Lima, 2010).

A acessibilidade no ambiente doméstico é uma preocupação fundamental para garantir a qualidade de vida e a autonomia das pessoas com mobilidade reduzida e dos idosos. Entre os espaços críticos que demandam adaptações, o banheiro se destaca como um local de potencial risco, onde  a falta de acessibilidade pode resultar em quedas, lesões e limitações na realização das atividades diárias de higiene pessoal.

Sendo assim, a cadeira articulada para banho surge como uma dasrespostas a essa demanda, oferecendo uma alternativa prática, econômica e adaptável para tornar o banho mais acessível e seguro.

Diante do exposto, o presente artigo propõe explorar a viabilidade e os benefícios desta solução, com foco na utilização de canos de PVC como material principal, devido ao seu baixo custo. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar um protótipo de uma cadeira articulada para banho, por meio de um projeto detalhado utilizando canos de PVC, abordando desde o planejamento do design até a construção do protótipo. A ideia surgiu a partir de uma visita técnica na disciplina de Gerontecnologia a uma instituição de longa permanência para idosos em Feira de Santana/Bahia, onde notou-se a viabilidade da instalação de uma cadeira de banho de modo a atender as necessidades previamente avaliadas pelos discentes do curso de Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Esse artigo torna-se relevante visto que além de promover qualidade de vida para esse grupo da população, vem com uma proposta inovadora na contribuição de conhecimentos e práticas de acessibilidade no ambiente doméstico.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A metodologia utilizada neste artigo consiste em uma pesquisa-ação em que os pesquisadores e os participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo para uma resolução de uma situação ou problema (Anastácio, 2014). Esse tipo de metodologia veio para suprir a necessidade entre teoria e prática, unido ambos os campos, desenvolvendo conhecimento guiado pela parte prática. Uma das características deste tipo de pesquisa é que através dela conseguimos interferir na realidade, ocorrendo como parte do processo de pesquisa e não apenas como consequência do trabalho final, portanto, a pesquisa-ação visa produzir conhecimento e resolver um problema prático (Mello et. al., 2012), (Engel, 2000).

Para a resolução do desenvolvimento do protótipo da cadeia articulada de banho, ocorreram as seguintes etapas: 1. Benchmarking; 2. Pesquisa documentaldas normas de acessibilidade 3. Desenvolvimento no software Fusion 360; 4. Construção do protótipo.

Através da aplicação da técnica de benchmarking, realizou-se um estudo comparativo de cadeiras de banho disponíveis no mercado, visando a identificação de um modelo que atendesse aos requisitos do projeto. A seleção do produto de referência baseou-se em critérios de funcionalidade, segurança e conforto, com o objetivo de atender às necessidades específicas da população idosa da instituição. A norma técnica ABNT NBR 9050/2021 foi consultada a fim de estabelecer as dimensões e características técnicas mínimas a serem consideradas no desenvolvimento do protótipo.

O processo de modelagem foi realizado no Fusion 360 utilizando como base as especificações normativas de dimensionamento do produto, assegurando que todas as medidas e características estruturais sejam compatíveis com os requisitos de acessibilidade e segurança. A construção do protótipo foi executada utilizando canos de PVC, material escolhido por sua durabilidade, resistência à água e facilidade de manuseio. Somando a essas características os canos de PVC têm baixo custo, são leves, têm resistência à umidade e facilidade de manipulação, e são facilmente encontrados, características que o tornam ideal para a construção de dispositivos assistivos no contexto do banheiro. O processo de construção do protótipo incluiu o corte dos canos, modelagem e impressão de peças na impressora3D, montagem e fixação das peças, seguindo rigorosamente o projeto modelado.

## 2.1 RESULTADOS

O modelo de mercado encontrado no estabelecimento “PHD Barras de apoio” tem como características: acabamento em aço inox 304 de 1.¼ polegada de diâmetro externo, espessura de 1,5mm (polido, escovado ou com Pintura Epóxi Branca) e possui o valor de R$ 1.454,00.

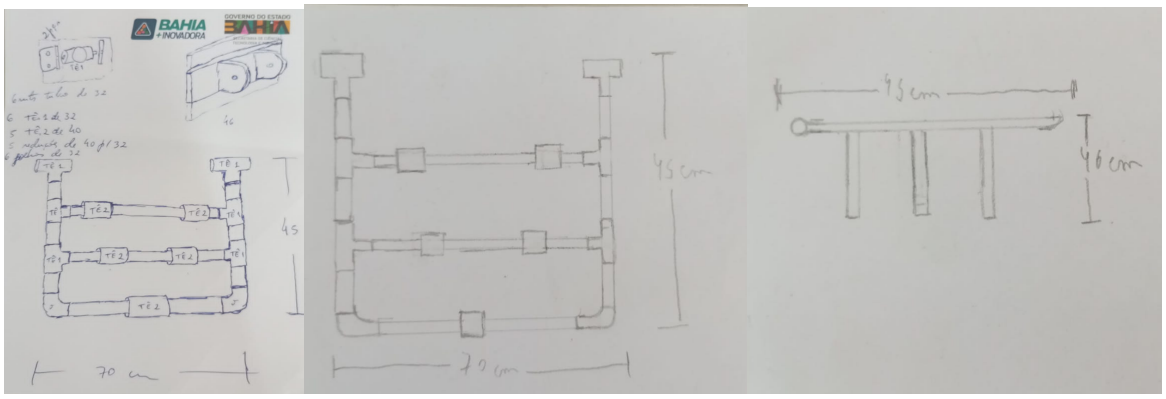
Figura 01: Modelo de mercado da cadeira articulada para banho

Fonte: PHD Barras de apoio

Com base no produto existente no mercado (figura 1), foi realizado um esboço, incorporando abordagens de desenho técnicos fundamentais para garantir a funcionalidade do projeto. Este esboço serviu como ponto de partida para o desenvolvimento da cadeira articulada para banho (figura 2). Ademais, o esboço manual possibilitou a visualização preliminar do design, facilitando a identificação de possíveis melhorias e ajustes necessários antes da construção do protótipo no software. A análise do produto existente no mercado também permitiu a identificação de características essenciais, tais como mecanismos de fixação, materiais utilizados, e soluções inovadoras que pudessem ser adaptadas ou melhoradas no novo projeto.

Além disso, a adoção de uma abordagem sistemática no desenho, asseguroua conformidade com as normas de segurança e acessibilidade vigentes, tais como as especificadas pela ABNT NBR 9050/2021. Esta norma proporciona diretrizes para a construção de produtos acessíveis, garantindo que todas as medidas e características estruturais do protótipo fossem compatíveis com os requisitos de acessibilidade e segurança.

Figura 2: Esboços iniciais da cadeira

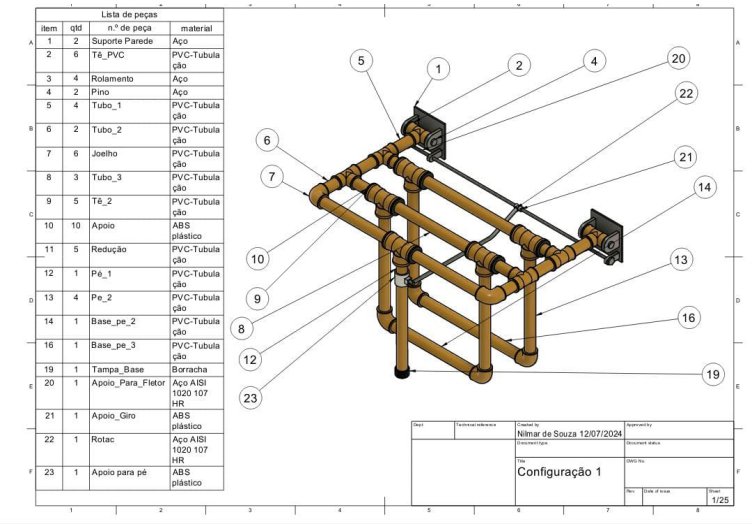



Fonte: Autoral, 2024

Com o auxílio do software Fusion 360, foi desenvolvido um protótipo em 3D para proporcionar uma visualização mais realista e detalhada do projeto (Figura 03).A utilização deste software de modelagem tridimensional permitiu a criação de um modelo virtual que reflete com precisão todas as especificações técnicas e estruturais planejadas para a cadeira de banho. Através do Fusion 360, foi possível simular as dimensões, formas e mecanismos do protótipo, facilitando a identificação de possíveis falhas e a realização de ajustes necessários antes da fase de construção física. Além disso, o software permite a realização de análises estruturais e de resistência dos materiais, garantindo que o protótipo final atenda aos critérios de segurança e durabilidade exigidos para o uso cotidiano dos idosos.

Ademais, a visualização tridimensional do protótipo auxiliou na comunicação entre os membros da equipe de desenvolvimento, possibilitando um entendimento claro e compartilhado do design proposto. A precisão e o detalhamento obtidos como Fusion 360 foram fundamentais para a confecção de peças personalizadas e paraa integração eficiente dos componentes do protótipo.

Figura 03 - Projeto da cadeira articulada de banho em 3D



Lista de peças

| item | qtd | n.º de peça | material |
|---|---|---|---|
| 1 | 2 | Suporte Parede | Aço |
| 2 | 6 | Tê_PVC | PVC-Tubulação |
| 3 | 4 | Rolamento | Aço |
| 4 | 2 | Pino | Aço |
| 5 | 4 | Tubo_1 | PVC-Tubulação |
| 6 | 2 | Tubo_2 | PVC-Tubulação |
| 7 | 6 | Joelho | PVC-Tubulação |
| 8 | 3 | Tubo_3 | PVC-Tubulação |
| 9 | 5 | Tê_2 | PVC-Tubulação |
| 10 | 10 | Apoio | ABS plástico |
| 11 | 5 | Redução | PVC-Tubulação |
| 12 | 1 | Pé_1 | PVC-Tubulação |
| 13 | 4 | Pe_2 | PVC-Tubulação |
| 14 | 1 | Base_pe_2 | PVC-Tubulação |
| 16 | 1 | Base_pe_3 | PVC-Tubulação |
| 19 | 1 | Tampa_Base | Borracha |
| 20 | 1 | Apoio_Para_Fletor | Aço AISI 1020 107 HR |
| 21 | 1 | Apoio_Giro | ABS plástico |
| 22 | 1 | Rotac | Aço AISI 1020 107 HR |
| 23 | 1 | Apoio para pé | ABS plástico |

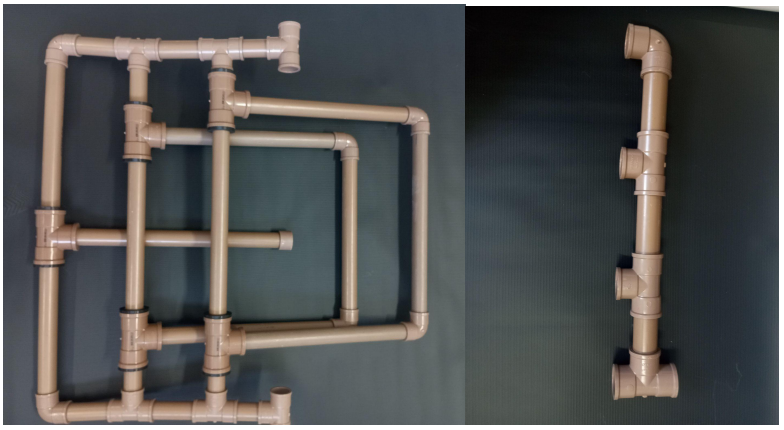


Fonte: Autoral, 2024

A quarta etapa do processo consistiu na construção do protótipo, seguindo as especificações desenvolvidas nas fases anteriores. A construção do protótipo envolveu a utilização de canos de PVC, escolhidos por suas propriedades de durabilidade, resistência à água e facilidade de manuseio, características essenciais para a aplicação em ambientes úmidos como banheiros. O uso de PVC também se justifica pelo seu custo-benefício e pela possibilidade de personalização e adaptação conforme as necessidades específicas do projeto.

O processo de construção iniciou-se com o corte dos canos de PVC, de acordo com as medidas detalhadas no modelo tridimensional desenvolvido no software Fusion 360. Esta etapa exigiu precisão e cuidado para assegurar que todas as peças se encaixassem perfeitamente, garantindo a estabilidade e a segurança do protótipo. Em seguida, as peças foram montadas e unidas utilizando técnicas de fixação adequadas, como colagem e encaixes mecânicos, assegurando uma estrutura robusta e estável (Figura 04).

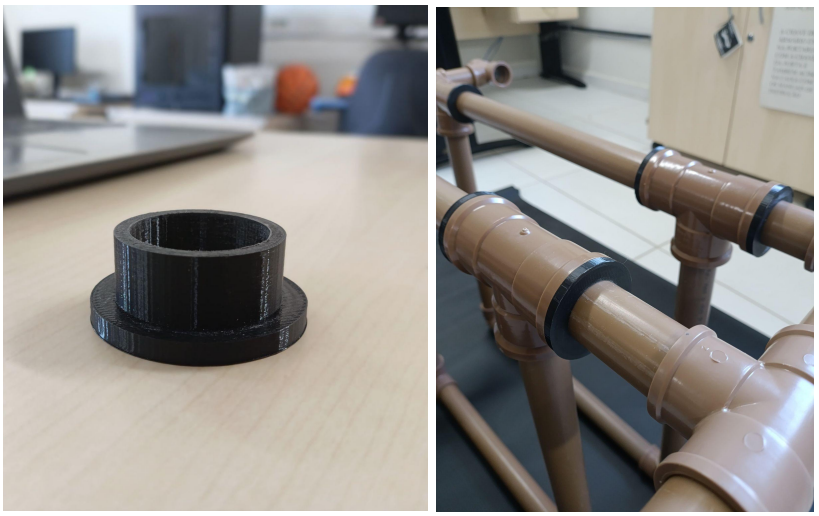
Figura 04 - Canos PVC



Fonte: Autoral, 2024

Além das peças em PVC, o protótipo também incorporou componentes produzidos por manufatura aditiva, projetados no software Fusion 360. A utilização da impressão 3D possibilitou a criação de componentes personalizados, que seriam inviáveis de produzir utilizando métodos convencionais de manufatura. Entre as peças desenvolvidas, destacam-se as "travas" — elementos críticos que limitam o movimento das articulações, assegurando a funcionalidade e segurança da cadeira de banho.

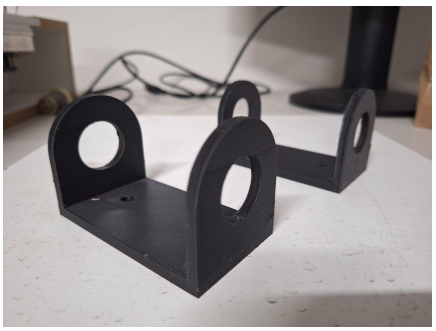
Figura 05 - Trava em modelagem 3D



Fonte: Autoral, 2024

Outro componente desenvolvido no software foi a trava para fixação na parede (figura 06). Trata-se de um modelo que, posteriormente, será fabricado utilizando tubo e chapa de aço, garantindo a segurança estrutural da cadeira.

Figura 06 - Trava para fixação em impressão 3D



Fonte: Autoral, 2024

Nesse primeiro momento, para o protótipo, essa peça serve como um modelo preliminar para a versão definitiva. Esse modelo inicial permite avaliar a viabilidade técnica, as dimensões e o ajuste adequado, além de facilitar possíveis ajustes antes da fabricação da peça final em aço, assegurando assim a conformidade com os requisitos de segurança e funcionalidade do projeto. Isso reduz custos e tempo, uma vez que ajustes podem ser feitos de forma mais simples e rápida, garantindo que a versão definitiva atenda plenamente aos requisitos de segurança e desempenho.

Uma das dificuldades encontradas na construção do protótipo foi a definição do assento, visto que o material deveria ser impermeável e resistente ao peso do usuário, além de atender as normas da ABNT NBR 9050/2021. Existiam duas alternativas: a primeira foi desenvolver esse material no laboratório de materiais da universidade com um material de fibra de vidro e resina, que depois de um processo de aquecimento se torna de alta resistência. A segunda alternativa seria utilizar um dos assentos da cadeira universitária que estava em desuso, mas com boas condições. Devido à dificuldade de processo para o desenvolvimento da primeira opção e o alto custo, se optou por escolher a segunda alternativa pela viabilidade de tempo e material disponível. Vale ressaltar que para o projeto final, será utilizada a primeira opção, passando pelo processo devido garantindo segurança aos usuários.

Figura: 07: Assento de cadeira universitária reutilizado

Fonte: Autoral, 2024

Cada fase da construção foi documentada e revisada para garantir a conformidade com as normas de acessibilidade e segurança estabelecidas pela ABNT NBR 9050/2021, representando a materialização do projeto, transformando os desenhos e modelos virtuais em um protótipo que posteriormente será confeccionadoo produto funcional e seguro, pronto para ser utilizado e avaliado em ambiente real. Este processo destacou a importância de cada etapa do desenvolvimento, desde o planejamento e modelagem até a execução prática, culminando em um protótipo que proporciona acessibilidade e segurança para os usuários finais.

Figura 08: Protótipo Final

Fonte: Autoral, 2024

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios do envelhecimento humano, é essencial lidar com as necessidades de acessibilidade e infraestrutura dos idosos. O envelhecimento, além de ser um processo natural, progressivo e permanente, manifesta-se em aspectos somáticos e psíquicos, sendo um conceito complexo que transcende a gerontologia.

A acessibilidade no ambiente doméstico maximiza a qualidade de vida e autonomia dos idosos. O desenvolvimento de uma cadeira articulada para banho, utilizando canos de PVC, surge como uma possível solução prática, econômica e adaptável para atender a essas necessidades. A metodologia aplicada neste trabalho, envolvendo planejamento detalhado das etapas de desenvolvimento (pesquisa de mercado, análise documental das normas de acessibilidade e modelagem em software), resultou na confecção de um protótipo funcional, atingindo o objetivo proposto.

Em trabalhos futuros, será realizada uma avaliação da eficácia do produto com base no feedback dos usuários e dos profissionais de saúde da instituição. Este feedback abordará aspectos como a adequação do design às necessidades dos idosos, a facilidade de uso e a durabilidade do material. Os resultados dessa avaliação serão usados para possíveis melhorias no produto e para a elaboração de um manual de construção a ser disponibilizado.

Portanto, este projeto não apenas pode promover a qualidade de vida dos idosos, mas também contribui com conhecimentos e práticas de acessibilidade, destacando a importância de soluções inovadoras e personalizadas. Ao possibilitar a execução de tarefas diárias de maneira segura e independente, o desenvolvimento de tecnologias assistivas como a cadeira articulada para banho é essencial para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional no Brasil. Assim, evidencia-sea necessidade de um enfoque multidisciplinar e integrado, envolvendo engenharia e gerontologia, para assegurar uma infraestrutura adequada às demandas de uma população em envelhecimento.

## REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Bruna Santana. PESQUISA-AÇÃO: um relato de experiência. EntreVer, Florianópolis, v. 4, ed. 6, p. 208-2015, 2014.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. Educar, Curtiba, ed. 16, p. 181-191, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/dDzfLYyDpPZ3kM9xNSqG3cw/?format=pdf&lang=pt. Acessoem: 6 ago. 2021.

GALVAO, Julia. Dados do IBGE revelam que o Brasil está envelhecendo. Jornal da USP, [S.l.], 11 jul. 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-revelam-que-o brasil-esta-envelhecendo/. Acesso em: 11 jul. 2024.

IBGE (ed.). Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. [S. l.]: IBGE, 27 out. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade cresceu-57-4-em-12-anos. Acesso em: 11 jul. 2024.

MELLO, Carlos Henrique Pereira; TURRIONI, João Batista; XAVIER, Amanda Fernandes; CAMPOS, Danielle Fernandes. Pesquisa-ação na engenharia de produção: proposta de estruturação para sua condução. Production, São Paulo, v. 22, ed. 1, p. 1-13, 2012. DOI https://doi.org/10.1590/S0103-65132011005000056. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prod/a/BN5Yt8YSxPVk5RJZ3hNZmXK/?lang=pt. Acesso em: 6 ago.2021.

MORAES, Edgar Nunes de; MORAES, Flávia Lanna de; LIMA, Simone de Paula Pessoa. Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. Rev Med Minas Gerais, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 67-73, 10 fev. 2010. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/197.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

EIXO 4

# FAMÍLIA E CUIDADO

# A INVISIBILIDADE DA PESSOA IDOSA E A RESPONSABILIDADE CIVIL COM O ABANDONO AFETIVO INVERSO

*Mateus Mozart Dórea de Jesus*[6]

**RESUMO**

O presente artigo traz uma análise da responsabilidade civil frente ao abandono afetivo inverso. Estudo esse que aprofunda de forma objetiva as consequências jurídicas quanto ao acontecimento de tal abandono em que os filhos praticam para com pais em sua maioria idosos. Foi adotado como método bibliográfico e documental para este estudo, aplicando uma abordagem qualitativa e o método dedutivo trazendo à baila a atenção dos filhos como também de toda a família que praticam este ato nefasto. Tem ainda como objetivo a máxima de chamar a responsabilidade para com as aplicações legais. O resultado do artigo vai evidenciar a possibilidade da aplicação da responsabilidade civil quando este abandono for praticado levando em relevância o princípio da dignidade da pessoa humana de uma população que vem a cada ano crescendo cada vez mais.

**Palavras-chave:** Responsabilidade. Idosos. Dignidade da PessoaHumana.

## 1 INTRODUÇÃO

Existe uma grande parcela de crescimento populacional da pessoa idosa em todo o mundo. Aqui no Brasil não seria diferente. Dados estatísticos demonstram tal fenômeno quanto ao grande exponencial para com esse público brasileiro. Com esse nível de envelhecimento, o direito vem na contemporaneidade se preocupando pois os problemas naturalmente poderão acontecer frente a defesa de um público que se torna relativamente vulnerável aos demais.

São diversos os casos que ocorrem e que ferem direitos da pessoa idosa. Abandonos e maus tratos fazem parte como parcela significativa destes atos. Muitas vezes essas agressões originam-se de pessoas que deveriam fazer o inverso. Filhose parentes mais próximos são os autores frequentes de tais ações.

O drama em envelhecer eleva a preocupação para os que assim são chamados de idosos a partir dos 65 anos de idade em nosso país. As preocupações são diversas como: com quem morar? quem irá cuidar? quem irá socorrer se uma urgência ocorrer? tais questionamentos vêm à tona e o se fazer refém é a pior parte. A dor de perder

[6] Bacharel em Direito pela Ucsal, Pós-graduado em Direito de Família e Sucessões, Advogado, professor de ensino técnico, mateusmozart.adv@gmail.com

afetos é a primeira consequência do envelhecimento pois é na família que os laços são construídos, que o caráter é construído, que o futuro é pensado.

Faz-se salutar elencar que tais acontecimentos acontecem em qualquer classe social do nosso país. Idosos ricos ou pobres têm a mesma preocupação, porém, nem sempre as mesmas oportunidades. De um lado alguém que pode adentrar a um asilo com todo aparato e, de outro, um idoso que não tem para ondeir, olhando para o horizonte, sem os afetos e sem suporte.

É fundamental olhar o idoso ainda mais como sujeito de direito. Sujeito esse que, na sua dignidade amparada constitucionalmente, deve ser mantida até o findar da sua vida. Olhar para os mesmos sem distinção de classe, cor ou religião. Garantir a assistência igualitária e de preservação para com a vida. É no âmbito dos Direitos Humanos e da Constituição Federal que essa defesa deve ser garantida.

A promulgação da Constituição Federativa Brasileira em 1988 foi de tamanha relevância para com a garantia de direitos fundamentais para toda a sua população. Paralelo à ela, tem-se as legislações infraconstitucionais como por exemplo a Lei 8.842 que trata da Política Nacional do Idoso e a Lei 10741 que solidifica os direitos desta população, titulado como Estatuto da Pessoa Idosa. Foi neste momento que o idoso passou a ser visto como especial aos demais.

Apresenta-se neste artigo a real situação idosa conforme dados do último Censo Demográfico - 2022, a defesa perante a Constituição Federal, as leis infraconstitucionais e as consequências no olhar da responsabilidade civil pelo abandono afetivo inverso. Essa base definirá a conclusão para com a aplicação de sanções cabíveis na esfera judicial para quem assim acometer.

Faz-se mister concluir quanto a aplicação para com penalidades. O abandono não pode ser encarado como uma simples ação. Deve ser encarado com responsabilidade afetiva e com a inclusão de pessoas que na idade de vulnerabilidade social devem ser assistidas, amparadas e correspondidas. A vida em sua proteção é a máxima para com a defesa de direitos em paralelo a liberdade individual de cada ser humano.

## 2 PESSOA IDOSA NO BRASIL: ESTATÍSTICA E PREOCUPAÇÃO

Antes de apresentar quaisquer dados, faz-se *jus* definir a pessoa idosa. É no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003 que essa definição se dará onde diz que: “Idoso é toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. (Brasil, 2003). De outro lado, a OMS (Organização Mundial da Saúde (2002) define a pessoaidosa como pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento, e com 65anos aos inseridos nos países desenvolvidos.

Em 2022 o país passou por mais um Censo Demográfico em que foi realizado todo levantamento de dados estatísticos para com a sua população. Não seria diferente com a população idosa. Foi constatado que a população da “terceira idade”é a que mais vem crescendo não só no mundo, como também aqui no Brasil. Como critério, o IBGE utilizou um parâmetro de idade para com os 60 anos. Logo, pessoas com essa idade acima fizeram parte do levantamento para com a conclusão adquirida.

São no total 32.113.490 pessoas idosas em todo o país representando um acréscimo de 56% para com o Censo Demográfico de 2010. 17.887.737 (55,7%) são mulheres e 14.225.753 (44,3%) são homens. Tal crescimento dessa população reflete ao resultado para com o crescimento inicial. Tem-se brasileiros controlando a natalidade, reduzindo relativamente o número médio de filhos.

Importante destacar como essa população idosa cresce a cada dia que passa quando, por exemplo, se faz a análise do ano de 1980 onde o Brasil tinha 6,1% dessa população. Em 2010, os idosos correspondiam a 10,8% e no ano de 2022, 15,8%. Em paralelo, quando se fala no controle médio de filho, em 1980 tínhamos 38,2% de crianças com até 14 anos, já em 2022 totalizou somente 19,8%, vejamos:

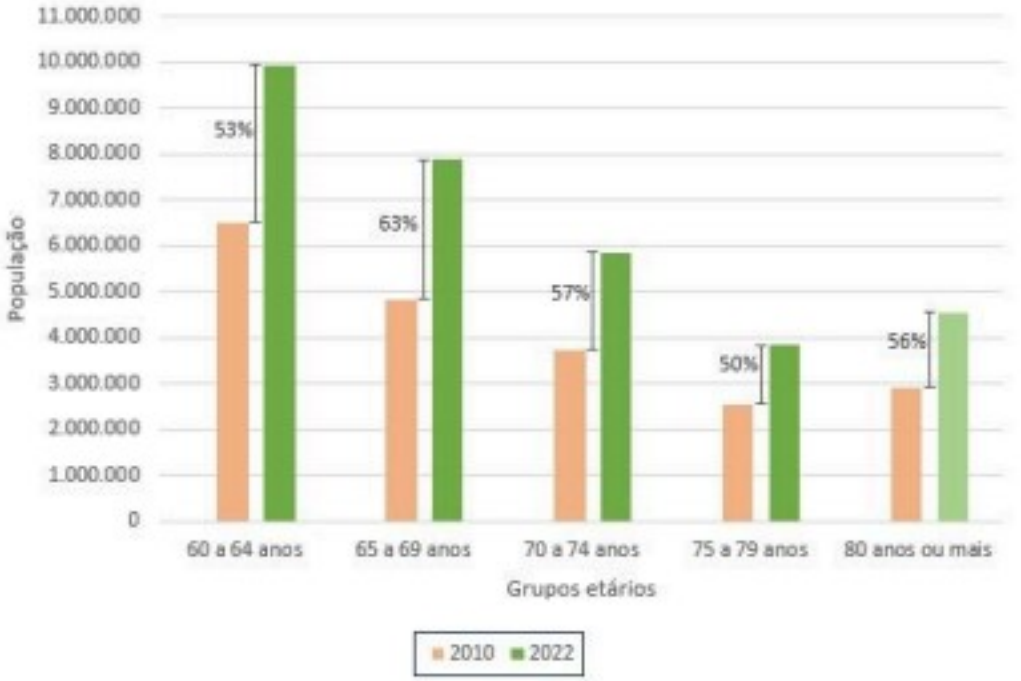
**Tabela 1 - Proporção da população residente por grupos etários específicos - Brasil - 1980/2022**

| Ano | População de 0 a 14 anos (%) | População de 15 a 59 anos (%) | População de 60 anos ou mais de idade (%) |
|---|---|---|---|
| 1980 | 38,2 | 55,6 | 6,1 |
| 1991 | 34,7 | 58,0 | 7,3 |
| 2000 | 29,6 | 61,9 | 8,6 |
| 2010 | 24,1 | 65,1 | 10,8 |
| 2022 | 19,8 | 64,4 | 15,8 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

No gráfico de número 1, abaixo, pode-se verificar que a população da faixaetária dos 60 aos 64 anos é o que mais vem crescendo como os de 65 a 69 anos:

**Gráfico 1: População total e variação do total populacional por grupos etários acima de 60 anos de idade**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, 2022.

A região nordeste - em que a capital soteropolitana está inserida - é asegunda na posição de mais pessoas idosas no Brasil:

**Tabela 2 - Proporção da população residente por grupos etários específicos, segundo as Grandes Regiões - 2022**

| Nível geográfico | População de 0 a 14 anos (%) | População de 15 a 59 anos (%) | População de 60 anos ou mais de idade (%) |
|---|---|---|---|
| **Brasil** | **19,8** | **64,4** | **15,8** |
| Norte | 25,2 | 64,4 | 10,4 |
| Nordeste | 21,1 | 64,4 | 14,5 |
| Sudeste | 18,0 | 64,3 | 17,6 |
| Sul | 18,5 | 63,9 | 17,6 |
| Centro-Oeste | 20,9 | 65,9 | 13,2 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tendo em vista tais informações em estatística emitida pelo IBGE no Censo Demográfico de 2022, a população idosa no território nacional e, em especial, no nordeste tem altos índices de crescimento em contrapartida ao baixo número da população jovem, o que eleva a máxima da preocupação. Na Bahia, por exemplo, essa população idosa corresponde a 13,26% dos 14 milhões de habitantes. Tal porcentagem traduzida em números corresponde a quase 2 milhões de pessoas e 99% dos municípios em nível de envelhecimento. O Censo por sua vez deixa claro que a população idosa na Bahia aumentou em 50% comparado ao Censo de 2010.

## 3 A INVISIBILIDADE DA PESSOA IDOSA

É na família que a formação do ser se concretiza. Nela, portanto, a união se estabelece com objetivos em comum do cuidado para com a vida antes, durante e até o falecimento. A naturalidade para com a formulação familiar é de extrema importância frente ao seu surgimento como define Lacan:

> [...] Surgimento inicialmente como um grupo natural de indivíduos unidos por uma dupla relação biológica: a geração, que dá os componentes do grupo; as condições do meio que o desenvolvimento dos jovens postula e que mantém o grupo na medida em que os adultos geradores asseguram essa função. (Lacan,, 1985, p.7)

Porém, surge uma preocupação quando essa entidade familiar vai crescendo, se desenvolvendo e deixando de lado os que outrora proporcionaram tal evolução. Essas

pessoas que assim contribuíram estão inseridas no contexto de população idosa. Em uma sociedade onde o individualismo cada vez fala mais alto como o enfraquecimento das relações pessoais frente a virtualização do entrosamento, ter atenção para com essa população se tornou uma preocupação como também um “fardo”.

A invisibilidade pode ser vista como uma caracterização da exclusão social de indivíduos em uma sociedade. Tal exclusão resulta no ser humano como um invisívelao meio em que está inserido. Fernando Braga fala que esse fenômeno da invisibilidade é entendido como “espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens”. Aos olhos da sociedade o fenômeno soa como imperceptível até chegar ao seio familiar. Essa “cegueira” tende a transformar asrelações pessoais em meras relações como se objeto fossem.

O ser humano que assim se enquadra como “apagado” pela sociedade, vê o seu *status* de cidadão ser totalmente negligenciado como também inexistente. O depender de alguém o faz refém de uma vida em que muitas vezes pode se encadear à depressão. Nesse sentido, a pessoa idosa se enquadra por ser muitas vezes caracterizada pelas diferenças no pensar, no agir e até mesmo no ser.

Com essa atuação, com o número populacional dessa comunidade que só cresce no território nacional, é necessário a discussão de como as famílias estão se preparando para a não invisibilidade com as pessoas idosas que irão surgir em suas tutelas. A igualdade, o princípio constitucional da isonomia deve ser cada vez mais investigado nos seios familiares. Tal investigação corresponderá a proteção e a preservação dessas vidas para que não se resulte no abandono afetivo inverso.

## 4 ASPECTOS LEGAIS

No território nacional a legislação em proteção à pessoa idosa vem cada vez mais sendo implantada e discutida. Foi na promulgação da Constituição Federal de 1988 que tal observância se deu de forma mais objetiva possível. O Código Civil de 2002 por sua vez se aplica como também as leis correlatas: Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), Lei nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso) e a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social).

Na Constituição Federal, a carta magna vigente em nosso país, se preocupou em dar autonomia às formas familiares individuais que possam existir, saindo do conceito de outrora e ultrapassado quanto ao patriarcado. O idoso é tido como cidadão comum, sem distinção alguma quanto a sua idade frente a proteção para com o princípio da dignidade da pessoa humana elencado no artigo 1º, inciso III, da CRFB/88 com um ampara mais amplo possível em seus artigos 229 e 230:

> Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
>
> Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar aspessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.
> § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executadospreferencialmente em seus lares.
> § 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos (Brasil, 1988).

Olhando constitucionalmente, tais dispositivos supracitados, é de aplicabilidade imediata ensejando na proteção urgente e humana para com uma população que se torna vulnerável com o passar dos anos. Faz-se necessário ainda esclarecer que não só a família como o Estado deverão manter a vigilância para coma tutela garantista dessa proteção.

No Código Civil Brasileiro, o idoso é comum como qualquer outra pessoa se comparado a sua capacidade em personalidade. No artigo 11 do Código Civil por exemplo, fala muito bem sobre o direito dessa personalidade que são intransmissíveis: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.” (Brasil, 2002). Definindo assim a responsabilidade familiar em garantir à pessoa do idoso a sua autonomia na escolha e decisões pessoais.

A idade não pode ser motivo de suprimento para com direitos em que faz *jus* a população idosa. A determinação de incapacidade só se dará mediante processo judicial para atestar a ocorrência. Foi nesse viés da autonomia da vontade como também ao princípio isonômico que o Supremo Tribunal Federal no presente ano de 2024 determinou o fim da obrigatoriedade da separação de bens em casamentos de pessoas com mais de 70 anos (art. 1641, CC/02). Essa restrição se dava dentro do

Código Civil onde constrangia tais pessoas idosas a uma tutela reducionista e discriminatória frente a sua idade.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) traz para a população a proteção voltada exclusivamente à comunidade idosa em seus respectivos direitos à dignidade, respeito, saúde, proteção, alimentação etc. Porém, para Cielo e Vaz (2009) o intuito foi na universalização da cidadania:

> Criado com o objetivo de garantir dignidade ao idoso, [...] o Estatuto do Idoso [...] veio em boa hora, com objetivo de dar continuidade ao movimentode universalização da cidadania, levando até o idoso a esperança de que seus anseios e necessidades estão de fato garantidos. (Cielo; Vaz, 2009, p. 42).

É no Estatuto do Idoso que a responsabilidade da sociedade: família e Estado está cada vez mais expressa. No seu artigo 9º vai trazer a definição para com a obrigação em que o Estado está incluso: “É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”. É na qualidade de vida do idoso que o Estatuto se preocupa.

Com a Lei Orgânica da Assistência Social 8.742/1993, inaugurou-se uma aplicação mais direta dos dispositivos elencados nos artigos 6º, 194 e 203 da carta magna de 1988. Nesses artigos pode-se encontrar a exigência para com os direitos sociais e, em especial a seguridade social como fundamento principal da efetivação para com a dignidade humana. Por exemplo, é assegurado à pessoa idosa com mais de 65 anos de idade e que nunca tenha contribuído para a Previdência Social, um benefício assistencial de um salário mínimo para a sua subsistência conforme amparado no artigo 34 do Estatuto do Idoso:

> Art. 34. Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Loas. (Vide Decreto nº 6.214, de 2007) (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do caput não será computado para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.

## 5 A RESPONSABILIDADE CIVIL

A palavra responsabilidade tem origem do latim que quer dizer: *respondere*, prometer em troca ou até mesmo a obrigação de responder por atos próprios. O

Estatuto do Idoso deixa claro que é responsabilidade da família a aplicação de tal observância e, garantia da “efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

A responsabilidade primeira é para com os filhos se, por acaso, irem contra os direitos e garantias aos idosos onde tal responsabilidade estará pautada no Código Civil Brasileiro. É no artigo 186 desse dispositivo que pode-se perceber a aplicabilidade: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Como também o artigo 927 onde diz que “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Sobre a responsabilidade civil, é importante trazer à baila a conceituação de Gagliano e Pamplona Filho que diz: “[...] a noção jurídica de responsabilidade pressupõe a atividade danosa de alguém que, atuando *a priori* ilicitamente, viola uma norma jurídica preexistente (legal ou contratual), subordinando-se, dessa forma, às consequências do seu ato (obrigação de reparar)”.

Tal obrigação de reparar na responsabilidade civil do tema aqui tratado neste artigo, ainda não é aplicada, existindo porém um projeto de Lei de nº 4.294/2008 na Câmara dos Deputados que propõe a responsabilização dos pais que decidem abandonar seus filhos. A reparação, segundo o projeto de Lei, se dará por indenização por dano moral. Equivale também para o abandono dos filhos com seus genitores - alterando assim o Estatuto do Idoso e o Código Civil para prever tal tipificação.

Há entendimentos diversos para com a responsabilização monetária. De um lado, doutrinadores e magistrados que defendem a não aplicabilidade pois a dor não tem preço. De outro lado, propostas para que a responsabilidade pese no bolso daquele que assim cometer. Além do mais, há ainda os que defendem a não obrigação de amar. Logicamente que o valor monetário não trará de volta o amor ou restabelecerá os vínculos não criados. Porém, há um caráter pedagógico.

O abandono afetivo inverso tem um contexto de violação do direito do idoso em estar em família. A aplicação é totalmente cabível por conta da causalidade de uma violência moral como também o sofrimento de uma depressão. A responsabilidade em

questão é muitas vezes a subjetiva onde associa-se à culpa, ocorre quando a prejudicialidade é feita de forma intencional. Em alguns contextos pode haver a responsabilidade objetiva onde não exige a culpa, mas sim o dolo - a intenção - e o nexo de causalidade.

Logo, presente os requisitos, há a aplicação da responsabilidade cível para com os filhos que abandonarem seus  pais. Claro que a reparação pecuniária nãofará com que a população idosa se sinta bem ou que tenha novamente o convívio familiar restabelecido com os afetos que nutriu. Porém, a responsabilidade mais umavez deve ser encarada como sanção onde leve os sujeitos - passíveis a cometerem esse dano - a pensarem antes mesmo de consumar tal violação.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi desenvolver um entendimento do parâmetro atual para com a estatística da população idosa em nosso país como também a responsabilização cível daqueles que assim cometerem o abandono afetivo inverso. Nesse sentido, foi realizada uma revisão bibliográfica como também a explanação de dados estatísticos oriundos do IBGE em seu último Censo Demográfico de 2022.

Na base da atual população idosa, conclui-se que está em ascensão em contrapartida ao baixo número de crescimento dos jovens. Ainda tem-se como preocupação os cuidados com essas pessoas. Logo, a aplicabilidade das leis já existentes devem estar cada vez mais em evidência como por exemplo: os princípios fundamentais da Constituição Federal e o Estatuto do Idoso.

Mesmo com benefícios e garantias existentes, ainda há muito o que se preocupar quando se fala do  abandono. A depressão pode ser crucial para os idosos, logo, a aplicação terapêutica com psicólogo após os 65 anos deve ser garantido no Sistema Único de Saúde como também nas redes particulares em prioridade. Nota-se ainda um projeto de lei que garante a condenação ao pagamentode danos morais a quem assim cometer o abandono para com seus pais. Lei essa que ainda não foi votada.

Em suma, conquistas devem ser comemoradas ao longo desse período de defesa e proteção, como: o atendimento preferencial, o atendimento prioritário para com

pessoas que tenham 80 anos ou mais, recebimento de medicamentos pelo Estado, a proibição do reajuste do plano de saúde por conta da idade do usuário idoso, transportes públicos e privados adaptados para acomodação e com gratuidade, proteção contra violência, criação das delegacias dos idosos, conselhos municipais da pessoa idosa, o direito a um salário mínimo se hipossuficiente entre outros direitos.

## REFERÊNCIAS


BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto do idoso**. – 2. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da saúde, 2006. p. 8.

BRASIL. **Constituição**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15ago. 2024.

BRASIL. **Decreto no 6214.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cciviL_03////_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm. Acessoem: 15 ago. 2024.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens Invisíveis:** Relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004, p. 63.

DINIZ, Maria Helena. **Código civil anotado**. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

Disponível em: https://www.saude.ba.gov.br/2024/06/15/com-aumento-de-populacao-idosa-bahia-avanca-e m-acoes-para-envelhecimento-saudavel/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Censo,co m%20maior%20n%C3%BAmero%20de%20centen%C3%A1rios. Acesso em: 15 ago. 2024.

DONATO, R. **Fim da obrigatoriedade da separação de bens em casamento de pessoas com 70 anos ou mais**. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-fev-12/fim-da-obrigatoriedade-da-separacao-de-bens-em-c asamento-de-pessoas-com-70-anos-ou-mais/. Acesso em: 15 ago. 2024.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil**; volume único. São Paulo: Saraiva, 2017.

IBDFAM: **Comissão da Câmara aprova indenização por dano moral em caso de abandono afetivo**; texto abrange filhos ou pais idosos. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/8954. Acesso em: 15 ago. 2024.

L10406 compilada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em: 15 ago. 2024.

L10741. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 14 ago.2024.

LACAN, Jacques. **Os Complexos Familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

# A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO UM MEIO AUXILIADORNO COMBATE AO BULLYING ESCOLAR

*Diogo Lago Faria Costa*

*Julia Fonseca Porto Nunes*

*Lorena Lara da Silva Mata*

*Teresa Cristina Ferreira de Oliveira*

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo, analisar a importância da mediação de conflitos como método auxiliar ao combate ao bullying dentro do ambiente escolar . Desse modo, utilizou-se a revisão de literatura, através de livros, artigos científicos e a legislação pertinente a temática. Na sociedade contemporânea, a violência vem sendo observadas dentro e fora do contexto escolar. Torna-se necessário desenvolver, dentro das unidades escolares, uma educação destinada a convivência pacífica e a gestão positiva de conflitos, a fim de construir uma orientação voltada para uma política de promoção a cidadania e cultura de paz

**Palavras-chave**: Família, violência escolar, bullying, mediação de conflitos

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade na contemporaneidade vem apresentando transformações significativas, como os avanços das tecnologias, da inteligência artificial, urbanização, as configurações familiares e tantas outras que afetam as famílias (Petrini, 2003; Oliveira, 2017).

A família é a primeira mediadora entre o ser e a cultura, ela é a base da sociedade, alicerce onde o indivíduo, nasce , cresce e se desenvolve. O aprendizado das primeiras leis da vida começa pela família, pois é na relação familiar que se aprende as normas da socias e morais que afetam toda sociedade diretamente (Ferreira, 2011; Oliveira 2017; 2020).

Nas últimas décadas a família mudou o modo de viver o amor, a sexualidade, a conjugalidade, maternidade e paternidade, o que a torna vulnerável. Com as interferências externas as relações familiares estão abaladas levando às vezes, o desequilíbrio emocional e individual (Sarti, 2004; Petrini , 2010; Oliveira 2020).

Segundo Petrini (2003,p.79) “a convivência familiar apresenta conflitos, disputas, ausências, escassez de recursos materiais, agressividade e, em alguns casos, desvio de comportamentos e violência”. Diante dessa realidade, a famíliamuitas vezes encontra dificuldades para cumprir, suas tarefas de socialização entre seus membros. Assim, o autor pontua a necessidade de utilizar métodos pacíficospara as soluções dos conflitos.

Esses conflitos são oriundos do aumento da falta de limites às vontades dos filhos, e a diminuição da autoridade parental. A simples negação do objeto de desejo pode ser motivo para confusões e distanciamento, muitas vezes irreversíveis, entre os membros da família. Com isso não se pode dissociar estes desafios da família e seus valores, aliados à educação.

O papel da família é muito importante no processo educativo, se as famílias não contemplam toda a formação de uma criança ou adolescente, a escola passa a exercer o papel coformador ensinando o conhecimento científico (Tavares,2010; Santos,Oliveira , 2018).

Segundo Oliveira, et.al (2022,p 119) “ a educação é um fenômeno complexo, o desenvolvimento das habilidades e potencialidades do indivíduo que devem surgir de dentro para fora e de  fora para dentro.” A família e a educação estão interligadas com o propósito de oferecer formação adequada ao desenvolvimento social, afetivo e cognitivo ao indivíduo.

Assim, percebe-se que essas mudanças na família afetam diretamente o comportamento da vida escolar de crianças e adolescentes. Por isso, os conflitos são inevitáveis na sociedade contemporânea e refletem diretamente na educação.

## 2 O BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

O ambiente escolar é um lugar privilegiado para socialização e nesse espaço pode ocorrer muitos conflitos, envolvendo os sujeitos que compõem a comunidade educativa: discentes, docentes, pais ou responsáveis, equipes administrativas, pedagógicas e gestoras (Souza, Oliveira, 2022).

> Segundo Chrispino e Chrispino (2011, p. 38), o conflito, em geral, só é percebido quando se manifesta de forma violenta. Quando assim se concretiza, é um forte indicativo de que o conflito já existia na forma de

> divergência ou antagonismo e não foi identificado, ou quando é identificado é coibido ou mal resolvido, podendo se repetir.

O ambiente escolar é um lugar privilegiado para socialização e nesse espaço pode ocorrer o desenvolvimento de sentimentos, afetos e emoções que podem gerar conflitos. Estes podem ser criados em consequência da globalização e da individualização provocados igualmente pela falta de limites que se acentuam continuamente. As violências escolares podem assumir três ramificações: violência na escola, violência da escola e violência contra a escola.

A primeira, refere-se aos confrontos relacionais no espaço escolar. A segunda está ligada à violência simbólica, que envolve aspectos discriminatórios, autoritáriose de exclusão. Já a terceira é perpetrada pela pouca valorização social da escola e dos profissionais da educação (Giordani 2015; Souza, Oliveira, 2022).

A violência escolar, também está diretamente relacionada com a saúde pública, pois interfere nos processos de desenvolvimento dos jovens estudantes, sejam eles vítimas ou agressores. As consequências podem ser diversas como cognitiva, psicossocial e mental, acarretando quadros depressivos ou até mesmo o suicídio, observado sob o ponto de vista da violência autoinfligida (AMES, 2018). No sentido pedagógico, as violências escolares comprometem o aprendizado, e por consequência podem resultar na reprovação e/ou evasão escolar (Milani, 2003; Giordani, 2015; Lima, Junior; 2015; Souza, Oliveira, 2022).

Um dos conflitos escolares mais frequentes é o bullying, compreendido como o abuso reiterado pelo ofensor com maior poder em relação ao ofendido, esses abusos ocorrem por meio de agressões físicas, verbais e psicológicas (Ifanger, 2014;Sena,et.al, 2022) . Temos diversos modos de bullying, como a: violência física: agressões corporais; violência verbal: xingamentos, ameaças; violência indireta, exclusão social e cyberbullying (Freire, Simão; Ferreira, 2006; Ifanger, 2014 Rondina;Moura; Carvalho, 2016; Neto, 2017, Sena,et.al, 2022).

A Lei n° 13.185, de 06 de novembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), no seu artigo 2º, trouxe outras condutas caracterizadoras do bullying, além dos já mencionados atos de intimidação, humilhação ou discriminação: [...] I - ataques físicos; II - insultos pessoais; III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; IV - ameaças por quaisquer meios;

V - grafites depreciativos; VI - expressões preconceituosas; VII - isolamento social consciente e premeditado; VIII – pilhérias1 (Brasil, 2015, p. 1).

De forma exemplificativa, a Lei 13.185, de 06 de novembro de 2015 o [...] Art. 3º aborda a intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente; II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores; III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar; IV - social: ignorar, isolar e excluir; V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar; VI - físico: socar, chutar, bater; VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem; VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social. (Brasil, 2015, p. 1).

O Instituto Brasileiro de Geográfia e Estátistica (IBGE) realizou uma pesquisa com os estudantes em 2019: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE, sobre a prática do bullying na escola tem sido fator de grandes problemas entre os estudantes, nas escolas públicas e nas escolas privadas. O IBGE realizou uma pesquisa com os estudantes em 2019: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE;

Da pesquisa, destacamos: “Sobre ser esculachado, zoado, mangado,intimidado ou caçoado pelos colegas tanto que ficaram magoados, incomodados, aborrecidos, ofendidos ou humilhados, 23,0% dos escolares afirmaram que duas ou mais vezes se sentiram humilhados por provocações dos colegas nos 30 dias anteriores à pesquisa”. (Educa IBGE, 2020).

Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), divulgados pela Agência Brasil em novembro de 2023, houve um aumento de 50% nos casos de violência escolar em 2023, totalizando mais de 50.000 incidentes relatados, um aumento de 143,5% em relação ao ano anterior. Conforme denúncias no Disque 100 as crianças e adolescentes foram 74% das vítimas de bullying.

Em 12 de janeiro de 2024 foi sancionada a Lei 14.811/2024, que inclui os crimes de bullying e cyberbullying no Código Penal e transforma crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em hediondos, como o sequestro e a indução à automutilação. O Art. 6º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código

Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 146-A: “Intimidação sistemática (bullying)

> Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo,mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais:
>
> Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave.
>
> Intimidação sistemática virtual (cyberbullying)
> Parágrafo único. Se a conduta é realizada por meio da rede decomputadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real:
> Pena - reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se aconduta não constituir crime mais grave.

Diante disso, Souza e Oliveira (2022) afirmam que as brigas, no ambiente escolar, são o tipo de violência com maior número de episódios, as brigas podem começar a partir de bate-bocas, agressões físicas graves, assim, quando as brigas são consideradas pela escolacomo um evento normal, tende-se a abrir um espaço para a banalização da própria violência, legitimando-a como meio para a resolução dos conflitos. O conflito emerge em toda situação social em que se compartilham espaços, nem sempre o conflito é um fenômeno da violência, embora, em muitas ocasiões, quando não abordado de forma adequada, pode chegar a a eclodir uma violência multiforme. Uma excelente oportunidade de trabalhamos valores e regras é quando temos uma situação de conflitos no cotidiano da sala de aula, pois são encarados como positivos e necessários para mudanças comportamentais do grupo (Oliveira,2017).

A parceria entre a família e a escola é necessária para contribuir com a criação de grupos de pais e professores, com bases na cultura do diálogo e no respeito mútuo, assim, poderão propor soluções de pacificação social para uma boa convivência.

## 3 DA MEDIAÇÃO INTERDISCIPLINAR

A Mediação de conflitos tem o foco o ser humano e suas interrelações, considerando a especificidade de cada indivíduo, auxiliando as pessoas a reconhecerem suas dificuldades, resgatarem seus desejos e dignidade, capacitando-as a resolveram os conflitos entre elas, sem a necessidade de imposição de modelos ( Vezzulla, 2003; Oliveira;2017)..

A mediação é uma técnica que preza pela soluções dos conflitos de uma forma consensual, em que as partes, com auxílio de um mediador, buscam a retomada do canal decomunicação por meio do diálogo. Para Cezar-Ferreira (2011, p.149), a prática da mediação “admite a existência de diferenças, respeita as individualidades e ajuda as pessoas em conflito, ou outras entidades sociais, a encontrarem soluções para seus problemas, sem que se resolva o passado”.

A mediação é voluntária, porque só pode ocorrer se as partes aceitarem expressamente, pois são elas que decidem esse caminho. Quando se inicia e quando se interrompe. É uma das técnicas mais recomendáveis para solucionar situações de conflitos nos mais variados contextos, com elevado envolvimento emocional e necessidade de preservar as relações. Assim, a mediação contribui de modo preventivo na aplicabilidade dos diversos formatos das relações sociais, a fim de que os conflitos não se transforem em impasses e cheguem ao Judiciário.

Algumas questões requerem uma observação diferenciada na atuação de profissionais de várias áreas do conhecimento, como é o caso da educação, da escola e da família. Segundo Dias (2020), no que diz respeito à família, é importante a atuação conjunta de diversos profissionais da área jurídica com outros de psicologia, pedagogia, serviço social, etc.

Assim, “o aporte interdisciplinar, ao ampliar a compreensão do sujeito, traz ferramentas valorosas para a compreensão das relações dos indivíduos, sujeitos e operadores do direito, com a lei” (Dias, 2011, pg 84).

Nas escolas, essas mediações contam com o apoio principalmente dos professores,funcionários e alunos, pois muitas crianças e adolescentes passam por violência e são vítimas do bullying, ficando calados e sem coragem de revelar o corrido por medo de retaliação do agressor. Há ainda a violência entre professores e alunos contra a escola, em todos os sentidos, também é crescente e necessita de apoio da família em busca de uma política para pacificação social.

A mediação familiar e escolar é um mecanismo que pode auxiliar na pacificação dos conflitos, constitui um instrumento relevante no auxílio para um bom andamento das relações nesses ambientes plurais. No ambiente escolar, a mediação interdisciplinar tem-se apresentado como uma alternativa de intervenção que busca apaziguar conflitos e permite que aos envolvidos conhecerem uma educação voltada

para a cidadania, em que direitos e deveres de cada um devem ser colocados em prática por meio das suas ações. (Oliveira; Souza 2020).

Retomando o objetivo geral analisar a importância da mediação de conflitos como auxiliar no combate bullying escolar, por meio de uma educação voltada para a mediação entre as partes.

As famílias com filhos envolvidos em situação de conflito dispõem atualmente da mediação interdisciplinar, que busca a resolução de suas dificuldades por meio do diálogo entre as partes envolvidas de forma mais amigável, desde que a escola acione profissionais que tenham condições de mantê-los, a depender da sua realidade.

O combate ao bullying dentro do ambiente escolar é muito comum na sociedade contemporânea entre os jovens, é extremamente necessária a qualificação interdisciplinar dos profissionais que atuam na mediação, pois a intervenção mais humanizada junto as famíliasrequerem conhecimentos oriundos de várias áreas.

Importante salientar que somente uma legislação não irá sozinha coibir as violências no ambiente escolar, é imprescindível os estudos que aprofundem as questões sobre a mediação na escola, temas paralelos e a capacitação de profissionais que atuem na área de pacificação social através da mediação com auxiliar no combate ao bullying escolar. Assim, por maior que seja o conflito a medição na interdisciplinaridade ainda é uma grande alternativa para levar o diálogo e a harmonia para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.140, de 26 de junho de 2015**. Lei de Mediação**. Brasília 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm acesso em: 01de abr. 2021.

CESAR- FERREIRA, Verônica A. da Motta. Família**, Separação e Mediação, uma visãopsicojuridica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2011.p.149.

CHRISPINO, Alvaro; CHRISPINO, Raquel S. P. **A mediação do conflito escolar**. São Paulo: Biruta, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 7.ed.São Paulo: Editora Revistados Tribunais, 2010.

FALECK, Diego; TARTUCE, **Fernanda. Introdução histórica e modelos de mediação. Estudos Avançados de Mediação e Arbitragem.** Editora Campus Jurídico, 2014.

FREIRE, I. P.; SIMÃO, A. M. V. & FERREIRA, A. S. O estudo da violência entre pares no 3o ciclo do ensino básico: um questionário aferido para a população escolar portuguesa. **Revista Portuguesa de Educação**, 19(2): 157-183, 2006

GIORDANI, Jaqueline Portella. Violência escolar: Formas de manifestação e fato-res associados. 2015. 86f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia**) – Instituto de Psico-logia,Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em:

IBGE https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/21460-a-escola-e-o bullying.html Acesso em 16/08/2024

KMITTA, D. Pasado y futuro de la evaluación e los programas de resolución de conflitos escolares. In: BRADONI, F. (Comp.). **Mediación escolar**. Buenos Aires: Paidos, 1999.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 70–87, 3 dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rieb/a/jfYd7V5qLByWf9bY4MgCbqC/. Acesso em: 20 agosto. 2024.

NETO, Waldemar Brandão. **Prevenção do Bullying no contexto escolar: construção, implementação e avaliação de um programa de intervenção mediado pelos Círculosde Cultura** . Universidade Federal do Pará. Pará, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34060/1/TESE%20Waldemar%20Brand%C3%A3o%20Neto.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Helder Risler de. BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. Educação em Direitos Humanos, Mediação Escolar no marco da construção da convivência e a prevenção da violência. **Revista Psicologia**, Diversidade e Saúde, Salvador: abr. 2013. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/211 acesso em: 25 de agosto 2024

OLIVEIRA,Teresa Cristina Ferreira. Souza, Ariande de Aaraújo. **Mediação de Conflitos Escolares: Educação para Cidadania e Direitos Humanos**. Multidireito I Editora Mente Aberta, 2017.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família. Um itinerário de compreensão**. Bauru, SP, Edusc ,2003.

SALES, Lilia Maia de Morais. **Mediação de conflitos escolares: uma proposta para aconstrução de uma nova mentalidade nas escola**s. Pensar, Fortaleza [revista], v. 9, n.9, p. 89-96. Jan. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270024771_Mediacao_de_conflitos_escolares_-_uma_proposta_para_a_construcao_de_uma_nova_mentalidade_nas_escolas acesso em:30 de out. 2020.

SANTOS, É. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/8pQkJ9rFx8cLKswHFWPfVTG/#. Acesso em: 29 agosto . 2024.

SARTI. Cynthia Andersen. **Algumas questões sobre a família e políticas sociais. Famíliaem Mudança**. Org. Christine Jacquet. Livia Fialho Costa. P 194.

SENA, **Mediação E Bullying Escolar: Um Desafio Na Tutela Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente** https://www.researchgate.net/publication/367316839_Mediacao_e_bullying_escolar_um_desafio_na_tutela_dos_direitos_da_crianca_e_do_adolescente/fulltext/63cbe42ed7e5841e0be6 f a15/Mediacao-e-bullying-escolar-um-desafio-na-tutela-dos-direitos-da-crianca-e-do adolescente.pdf acesso dia 26 de agosto de /2024

SENA, Michel Canuto, et. al ***Bullying*** **entre crianças e adolescentes: a questão dos direitos .humanos e dos conflitos escolares.** Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-bullying-entre criancas-e-adolescentes-a-questao-dos-direitos-humanos-e-dos-conflitos escolares,bcf11c0d-66ae-4775-b366-fdb0fd19183c. Acesso em: 02 de abril de 2024.

SOUZA ,Dener Rodrigues; OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira de Oliveira. **Mediação de conflitos educacionais: um caminho de redução da violência e promoção da cultura de paz nas escolas.** https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/05/capitulo-direito 16.pdf Acesso em 17de agosto de 2024

VEZZULLA, Juan Carlos. **Mediação. Guia para Usuários e Profissionais**. São Paulo IMAB, 2003

# ANÁLISE DO PROJETO DE LEI N° 543/2023 À LUZ DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

*Marcos Calahari Borges de Souza*

**RESUMO**

A violência de gênero é um problema público que assola a sociedade brasileira e demanda complexa análise dos diversos fatores que estão implicados nas suas formas de exteriorização (violência física, psicológica, patrimonial, entre outras). As mulheres vítimas de violência no seio familiar, em parte considerável dos casos, apresentam dificuldade de encerrar esse ciclo, sobretudo porque os seus agressores costumam dividir com elas o mesmo lar. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivos discutir a relevância e urgência da tramitação do Projeto de Lei n.º 543/2023, que propõe a alteração da Lei n.º 8.231/91, acrescentando-lhe o art. 60-A, com a finalidade de conceder o benefício de Auxílio por Incapacidade Temporária pelo prazo de até seis meses, a contar do afastamento do trabalho, para as mulheres em situação de violência doméstica, bem como verificar a sua validade frente ao sistema de proteção social (Seguridade Social) previsto na Constituição Federal de 1988. O estudo aponta a necessidade criação e aprimoramento de políticas públicas - como a do PL n.º 543/2023- que contribuam com a discussão do assunto e para mudanças comportamentais na sociedade como um todo, a fim de desarticular e impedir a reprodução de ciclos de violência no âmbito familiar.

**Palavras-chave:** Violência Doméstica, Projeto de Lei 543/2023; ConstituiçãoFederal; Auxílio Temporário.

**ABSTRACT**

Gender violence is a public problem that plagues Brazilian society and demands a complex analysis of the various factors that are involved in its forms of externalization (physical, psychological, patrimonial, among others). Women who are victims of violence within the family, in a considerable number of cases, have difficulty ending this cycle, especially because their aggressors tend to share the same home with them. In this sense, the objectives of this article consist in discussing the relevance and urgency of processing Bill No. 543/2023, which proposes the amendment of Law No. 8,231/91, adding art. 60-A, with the purpose of granting the benefit of Temporary Disability Assistance for a period of up to six months, counting from the absence from work, for women in situations of domestic violence, as well as verifying its validity in relation to the social protection system (Social Security) provided for in the Federal Constitution of 1988. The study highlights the necessity for the creation and improvement of public policies – such as Bill No. 543/2023 – that contribute to the discussion of the subject and to behavioral changes in society as a whole, in order to dismantle and prevent the reproduction of cycles of violence within the family.

**Keywords:** Domestic Violence; Bill n. 543/2023; Federal Constitution; TemporaryDisability Assistance.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é considerada um problema global de saúde pública, consistindo em uma epidemia mundial, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (Reis De Oliveira et al., 2018). O feminicídio emerge como o resultado mais drástico de reiteradas condutas violentas, que se manifestam sob diversos aspectos, sejam eles o físico, o psíquico, sexual, moral e/ou até mesmo a esfera patrimonial.

Segundo dados do Atlas da Violência 2023, no ano de 2021, 3.858 mulheres foram assassinadas no Brasil. No que tange ao período da pandemia do SARS COV 19, o número quase dobrou: foram 7.691 vidas femininas assassinadas no país. Por outro lado, na série histórica de 2011 a 2021, mais de 49.000 mulheres tiveram suas vidas interrompidas por condutas criminosas em uma década (IPEA, 2023).

No ano de 2006, foi aprovada no Brasil a Lei n.º 11.340 (Brasil, 2006), amplamente designada de Lei Maria da Penha, cujo intuito fulcral foi a criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito doméstico e familiar, em consonância com princípios constitucionais fundamentais como a igualdade, dignidade da pessoa humana, proteção da mulher, e do dever de proteção da família por parte do Estado.

A lei federal dispõe expressamente que o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses. (art. 9, §2°, II, da Lei n.º 11.340) (Brasil, 2006).

No entanto, percebe-se uma omissão do Poder Legislativo, que silenciou quanto à responsabilidade pela manutenção do pagamento dos valores para fins de subsistência da mulher vítima de violência doméstica no período de afastamento, de modo que não se encontra expressamente no texto legal a quem caberá custear as quantias a serem disponibilizadas às vítimas, se o Instituto Nacional do Seguro Social ou se os seus empregadores.

Nesse sentido, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 543/2023 (Brasil, 2023), recebido na Comissão de Trabalho (CTRAB), em 02.05.2023, que propõe a inserção do art. 60-A à Lei n.º 8.213/91 (Brasil, 1991), com o fulcro de assegurar à segurada empregada, vítima de violência doméstica - nos termos do art. 7º

e incisos da Lei n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Brasil, 2006) – o benefício de Auxílio por Incapacidade Temporária pelo prazo máximo de até 6 (seis) meses, acontar da data do afastamento do local de trabalho.

Cumpre destacar que, conquanto reconhecida a relevância social e política do benefício concedido na Lei Maria da Penha, este não se encontra elencado no rol das prestações previdenciárias do artigo 18 da Lei Geral de Benefícios (Lei n.º 8.213/91), fator que poderá contribuir para o esvaziamento da proteção pretendida pela norma.

O presente artigo, portanto, visa analisar e discutir a relevância e atualidade do Projeto de Lei n.º 543/2023, sobretudo da inserção do art. 60-A à Lei n° 8.213/91, com o objetivo de fazer constar expressamente no texto de lei a garantir à segurada empregada, vítima de violência doméstica, o Auxílio por Incapacidade Temporária por prazo de até 6 (seis) meses da data do afastamento das dependências laborais.

A metodologia empregada na elaboração deste artigo consiste na análise e discussão principiológicas e legal acerca da proteção conferida à mulher vítima de violência doméstica à luz do Projeto de Lei n.º 543/2023, bem como a análise do texto constitucional e princípios relacionados.

Além da leitura e análise de documentos legislativos federais, realizou-se o acesso à tramitação do PL no site da Câmara dos Deputados, desde o seu recebimento perante a Comissão de Trabalho – CTRAB – em 02.05.2023.

Foram feitas leituras de artigos científicos, de convenções que dispõem sobreo tema – a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (ONU, 1979), promulgada pelo Decreto n.º 4.377/2002 (Brasil, 2002), e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994), promulgada pelo Decreto n.º 1.973 /1996 (Brasil, 1996b).

Por fim, coletou-se dados acerca dos números da violência doméstica noBrasil, através do acesso ao Atlas da Violência do ano de 2023 (IPEA, 2023).

## 2 O PROJETO DE LEI N° 543/2023 À LUZ DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA CONSTITUCIONAL

A nova ordem constitucional, fruto do poder constituinte originário, instaurada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, consagrou diversos dispositivos que asseguram direitos e garantias fundamentais, os quais são a base para a criação de políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitoshumanos no país.

O Brasil adotou a Política Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996 (Brasil, 1996a), sob a égide do Ministério da Justiça, estabelecendo diretrizes paraa política nacional de direitos humanos. Tal medida representou uma ação implementada, à época, pelo governo brasileiro em alinhamento com os compromissos internacionais assumidos pelo país na promoção dos Direitos Humanos. Atualmente o PNDH está na sua terceira edição - Decreto n.º 7.037, de 21de dezembro de 2009 (Brasil, 2009).

A República Federativa do Brasil possui, no rol dos seus objetivos, a promoção do bem de todos os cidadãos, independentemente de condições atinentes à idade, raça, ao sexo, origem e à cor da pele. A CF/88, com efeito, horizontalizou a proteção de outros direitos fundamentais, dentre os quais situa-se a Seguridade Social, atualmente inserida no âmbito dos direitos sociais (art. 7º)

Nesse sentido, o atual arcabouço da Seguridade Social tem como lastro o primado do trabalho e como finalidade precípua a promoção do bem-estar e justiça sociais aos cidadãos. Desta forma, revela-se como base norteadora para a reafirmação dos ideais republicanos de igualdade e da dignidade da pessoa humana,bem como do dever constitucional de assegurar proteção previdenciária correspondente às adversidades dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A concessão de proteção previdenciária eficiente traduz-se como elemento crucial de um sistema de segurança social que almeja alinhar-se aos valores e normas alicerçados no texto constitucional. Ademais, o arcabouço protetivo advindo da Carta Política de 1988 consagrou a vida humana e as suas possibilidades de preservação digna como o bem maior a ser tutelado pelo ordenamento jurídico.

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), criada com a finalidade de criar mecanismos e estimular a punição adequada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, é um instituto jurídico de grande valia para a construção deuma sociedade

justa, igualitária e para combater as diversas formas de violênciasoriundas do patriarcalismo, e assegura, no seu art. 9°, à mulher vítima de violênciadoméstica e familiar a manutenção do seu vínculo trabalhista, por até 6 (seis) meses, quando necessário o afastamento do local de trabalho:

> Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.
>
> § 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:
>
> II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

A análise e discussão do artigo legal permite verificar que, conquanto haja garantia expressa da manutenção do vínculo trabalhista pelo prazo de até seis meses, o legislador foi silente ao deixar de apontar, de forma expressa, de quem seria a responsabilidade legal pelo pagamento do salário no período em que a empregada segurada estaria afastada. A lacuna normativa, portanto, aponta que tal responsabilidade deve recair na pessoa do empregador.

O PL n.º 543/2023 (Brasil, 2023) aspira mudança significativa na legislação,no sentido de alterar a responsabilidade do pagamento do benefício previdenciário, que, de acordo com o projeto proposto, ficará sob responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (Estado), como forma de garantir a plena aplicação do direito pretendido, afastando-se as possibilidade de cerceamento de direitos ou retaliações no âmbito das empresas privadas contra as empregadas vítimas de violência doméstica.

Na década de 2011 a 2021, mais de 49 mil mulheres foram vítimas de homicídio no Brasil. No que tange às mulheres negras, 2.601 vieram a óbito em decorrência de homicídios, o que representa 67,4% do total de mulheres assassinadas e 4,3 para cada 100 mil habitantes (Brasil, 2023).

As mulheres constituem, quando comparadas aos homens, grupo mais vulnerável a ter o vínculo empregatício desconstituído por diversos fatores. Nesse sentido, o objetivo do legislador de tornar expressa a responsabilidade do Estado (INSS), em vez de o empregador quanto ao pagamento do benefício previdenciário em razão do afastamento temporário, quando verificada a situação de violência

doméstica e familiar contra a empregada segurada constitui política pública de importante relevância.

Ciente que a violência contra a mulher dá-se no nível relacional e societal, requerendo mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento e um olhar sob categorias como raça/etnia e nível socioeconômico, o INSS, enquanto Autarquia Federal, poderá proceder ao levantamento do número de benefícios deferidos neste contexto, o perfil das beneficiárias (cor da pele, grau de instrução, renda mensal, grupo familiar, etc.), as regiões do país que concentram os maiores índices de solicitações. Tal medida possibilitará, por exemplo, a criação de outros mecanismos de combate à violência de gênero, bem como o monitoramento e aprimoramento das políticas públicas já existentes.

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), apesar de conter previsão expressa da manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, o Auxílio por Incapacidade Temporária em situações de violência domésticae familiar não está no rol de benefícios do art. 18 da Lei n.º 8.213/91 (Brasil, 1991), gerando, por conseguinte, considerável lacuna normativa.

É válido asseverar que o PL n.º 543/2023 dispõe acerca do benefício por incapacidade temporária em contexto de violência doméstica e familiar às seguradas empregadas do RGPS (Brasil, 2023). Todavia, o legislador foi silente no que atine às demais categorias de seguradas não estão livres ou menos suscetíveis de sofrerem alguma espécie de violência doméstica.

Por fim, a Lei Geral de Benefícios (Lei n.º 8.213/1991), no art. 120, prevê expressamente que a Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 1991). Portanto, a alteração legislativa objeto do PL não trará prejuízo para os cofres públicos, já que os agressores serão obrigados a ressarcir a Administração Pública com as quantias despendidas para a cobertura do risco social.

## 3 CONCLUSÃO

O conceito de violência contra as mulheres previsto no art. 1º da Convenção de Belém do Pará (1994) dispõe que ela consiste em “qualquer ação ou conduta,

baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado" (OEA, 1994).

Medidas governamentais para o enfrentamento à violência contra as mulheres devem compreender uma gama de políticas públicas amplas e articuladas, que compreendam as nuances e complexidades da violência de gênero. Nesse diapasão, tais ações perpassam pela atuação conjunta dos diversos atores estatais envolvidos com a temática (áreas da saúde, segurança pública, justiça, educação e assistência social, por exemplo), no sentido de formular e pôr em prática condutas que despertem para a mudança comportamental da sociedade como um todo e, de formaa garantir um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência, o que, efetivamente, inclui a oferta de Auxílio Temporário em prol das vítimas, até para que elas possam ter condições mínimas de sair do mesmo ambiente domiciliar do agressor.

É válido asseverar a necessidade de discutir e propor políticas públicas específicas voltadas para as seguradas negras, porquanto consiste em um segmento populacional que sofre com os maiores índices de violência quando comparado ao conjunto de mulheres não pretas e pardas. Nesse diapasão, a existência de grupo de trabalho no âmbito do INSS, voltado para debater o racismo e todas as formas de preconceito e discriminação é medida salutar para reafirmar os valores constitucionais da igualdade e justiça social, como forma de reparar historicamente a vulnerabilidade imputada às mulheres pretas ao longo do processo de formação do Estado brasileiro.

O projeto de lei é constitucional, porquanto em harmonia com valores e princípios esculpidos na Carta Política, quais sejam a Dignidade da Pessoa Humana, a cidadania, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, livre da pobreza e da marginalização, assegurando a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, I e III, CF/88). Além disso, filia-se ao núcleo essencial dos direitos consagrados em caráter de absoluta prioridade e em regime de proteção especial, pelos artigos 6º, *caput*, (direito à saúde), 7º, IV (Previdência Social), e 226, § 8º (proteção das famílias), todos da CF/88 (Brasil, 1988).

Mister salientar que o PL n.º 543/2023 assegura, apenas, o benefício por incapacidade temporária em contexto de violência doméstica e familiar às seguradas

empregadas (Brasil, 2023). Porém, verifica-se que ele é silente com relação a outras categorias de seguradas- segurada facultativa ou especial- que também se encontram em situação de violência doméstica e que, por estarem, de igual forma, filiadas ao RGPS, deveriam gozar de similar proteção. Percebe-se que a situação poderá gerar um descompasso no que atine ao princípio da universalidade, ocasionando privilégio previdenciário para determinado segmento de trabalhadoras, fato que não se coaduna com a proteção constitucional ofertada na CF/88.

Por fim, há de se pontuar que há outros projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que versam sobre a matéria objeto da presente nota técnica, tais como os Projetos de Lei n.º 886/2019 e n.º 5388/2019.

A proposição n° 886/2019 propõe, de igual rota, alteração significativa no art. 9°, da Lei n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006 e no art. 18° da Lei n.º 8.213/91, para a criação do denominado Auxílio Maria da Penha, o que reforça a necessidade da criação do referido instituto (Brasil, 2019a).

Proposta semelhante verifica-se no texto do projeto de lei 5388/2019, que propõe a concessão de auxílio-doença para a segurada vítima de violência domésticaque, em razão de medida protetiva, se afaste do trabalho ou de suas atividades habituais (Brasil, 2019b).

Esclareça-se o Projeto de Lei n.º 543/2023 (Brasil, 2023) está apensado a ambos os projetos acima mencionados (886/2019 e 5388/2019), em razão da identidade de matérias.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5388/2019**. Acrescenta §§ 9º e 10 ao art. 59 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que será devidoo auxílio-doença para a segurada vítima de violência doméstica que ficar afastada do seu trabalho ou da sua atividade habitual por decretação de medida protetiva. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2224079. Acesso em: 10. jun. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 543/2023**. Acrescenta art. 60-A àLei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.). Brasília: Câmara dos Deputados,2023. Disponível

em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2348875. Acesso em: 09. jun. 2024.

BRASIL, Presidência da República. **DECRETO Nº 1.904, DE 13 DE MAIO DE 1996.** Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Brasília, DF: Presidência da República, 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 07. abr. 2024.

BRASIL, Presidência da República. **DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE1996.** Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1996b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 07. abr. 2024.

BRASIL, Presidência da República. **DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 01. abr. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 886/2019**. Altera o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; e altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192364. Acesso em: 12. jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:30. jun. 2024

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizadosde Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências..Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004- 2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 17. jun. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica. **Atlas da Violência 2023:** Violência contra Mulher. Brasília, DF: IPEA, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf. Acesso em: 13. mai. 2024.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher** ("Convenção de Belém do Pará"). Belém do Pará, Brasil: OEA, 1994. Disponível em: https://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm. Acesso em: 15. mai. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher** (Convenção da Mulher). Nova York:OEA, 1979. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf. Acesso em: 08. abr. 2024.

REIS DE OLIVEIRA, A. P.; DUARTE SENA, C.; DO NASCIMENTO PAIXÃO, G. P.; GONÇALVES DOS SANTOS LÍRIO, J. Violência contra a mulher: facilidades e dificuldades relacionadas a assistência multiprofissional. **Revista de Saúde Coletiva da UEFS**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 54–61, 2018. Disponível em: https://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2094. Acesso em: 12. jun. 2024.

# AS CARTAS FEMININAS: O CUIDADO DA FAMÍLIA DO BARÃO DE CAETITÉNO FINAL DO PERIODO COLONIAL

*Diego de Jesus Santos Bispo*

**RESUMO**

No período colonial, se tratando de educação, os homens eram mais favorecidos do que as mulheres. Estes aprendiam ofícios, alguma escrita e cálculos, com vizinhos ou pessoas que passavam nas redondezas. Enquanto que as mulheres aprendiam prendas domésticas, leitura e escrita, em casa, se a família fosse mais abastada. O presente artigo tem como objetivo conhecer afinalidade das correspondências femininas da família do Barão de Caetité no final do período colonial (1822-1889). Por esse recorte, as cartas permitiram conhecer e reconstruir aspectos da rede de sociabilidade que envolvia o universo feminino do Alto Sertão da Bahia. A metodologia utilizada foi revisão de literatura na Tese de Doutorado em Educação "Correspondências de mulheres do alto sertão da Bahia (1844-1950): práticas de leitura e de escrita" deZélia Malheiro Marques, entre outros autores. Os resultados apontam que, as correspondências eram centradas nos interesses pessoais, condicionadas a pedido de notícias envolvendo comunicado de falecimento e cumprimento de noivado. Assim, percebeu-se que as mulheres construíram uma rede de sociabilidade que também era de solidariedade e de interesses, articulando-se para noticiar, persuadir, compartilhar impressões, desejos e sentimentos sobre as práticas de escrita que faziam parte do cotidiano do Alto Sertão da Bahia.

**Palavras chaves:** Cartas femininas. Barão de Caetité. Período Colonial. 1.

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos tem apontado que documentos produzidos no âmbito privado vêm atraindo estudiosos de diversas áreas, não apenas da literatura ou da história,e é fruto de um movimento, também crescente. "No entanto, os debates atuais sobre à memória, bem como, as demandas em torno dos centros de guarda documental voltados para os arquivos pessoais, impulsionam novas reflexões dentro da história e da arquivologia" (Aguiar, 2016 p.1).

A temática envolvendo "a invisibilidade feminina" (Couto, 2008) mulherestem chamado atenção, principalmente no período colonial, quando a educação privilegiava somente os homens. "Os homens aprendiam ofícios, alguma escrita e cálculos, com vizinhos ou pessoas que passavam nas redondezas, e as mulheres aprendiam prendas domésticas em casa" (s/n). As meninas de família abastadas eram favorecidas com o aprendizado com leitura e escrita e isso favorecia a comunicação quando se tornavam adultas.

Nesse sentido, destaca-se os trabalhos de Aguiar (2016) e Marques (2018 e 2021) como uma importante contribuição sobre as cartas das mulheres da elite da região do Alto Sertão da Bahia, em entendimento do modo como a escrita foram se construindo no contexto. Para isso, fomos buscar referências sobre as famílias às quais essas mulheres pertenciam.

Em Aguiar (2016), encontramos a família do Barão de Caetité, um influente advogado que passou a residir em Caetité após o casamento com Elvira Benedicta de Albuquerque Gomes, permanecendo ali por toda a vida.

Assim sendo, no Alto sertão da Bahia, eles construíram uma movimentada atividade política, econômica e cultural em conexão com outras regiões.

O estudo de Marques (2016) pretendeu tirar as mulheres da invisibilidade, mostrando-as ativas no processo de participação nas culturas do escrito e problematizar os modos como, por meio da leitura e da escrita, estas se constituíram e participaram do desenvolvimento social e cultural muito além do Alto Sertão da Bahia.

Vale a pena ressaltar que do período colonial até meados do século XX,o Brasil foi um país marcado pela oralidade e pelo analfabetismo, como afirma Galvão (2007, p.13) “Em 1820, apenas 0,20% da população, era alfabetizada.Somente a partir de 1960, a proporção se modificou e o percentual de analfabetos foi alterado para 46,7% da população, sendo a escola espaço central nesse processo”.

Em Ribeiro (2000), no Período Colonial, a educação para meninas era feita no lar e voltada especificamente para as atividades domésticas, excluídasdo sistema escolar estabelecido na colônia. Quando muito, podiam educar-se na catequese. A educação feminina no Brasil teve início com colégios particulares em meados de 1867 e foi apenas em 1880 que as mulheres puderam ingressar no sistema de ensino público. Contudo, o gosto pela leitura foi responsável por introduzir a mulher no mundo das letras, sendo o hábito decisivo para a sua educação.

Como não temos acesso a dados acerca de como as meninas da eliteda região do Alto Sertão da Bahia eram alfabetizadas, no lar ou em colégios, nos concentremos sobre as trocas de correspondências entre as mulheres.

## 2 DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Na presente pesquisa, busca-se conhecer a finalidade das correspondências femininas da família do Barão de Caetité entre o período de 1822 - 1889). A metodologia utilizada foi revisão de literatura na tese doutoral de Zélia Malheiro Marques, cujo título foi “Correspondências de mulheres doalto sertão da Bahia (1844 - 1950): práticas de leitura e de escrita”, que utilizou como a pesquisa documental, tomando como fontes principais as correspondências preservadas e organizadas, no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). A autora tomou como objeto de pesquisa duas famílias e neste ensaio será mencionado apenas uma.

Portanto, nesta pesquisa tão importante para a historiografia brasileira surge um questionamento sobre o período colonial, qual era a finalidade das cartas escritas pelas mulheres da primeira geração da família do Barão de Caetité?

## 3 DESENVOLVIMENTO

Delimitamos o amplo período do estudo que abrange mais de um século em um recorte de (1822 - 1889) e buscamos conhecer a família do barão de Cetité, o perfil dessas mulheres e o motivo das correspondências.

### 2.1 FAMÍLIA DO BARÃO DE CAETITÉ

Em Aguiar (2019), encontramos a família do Barão de Caetité, José Antônio Gomes Neto (1822 - 1889), um influente advogado que passou a residir em Caetité após o casamento com Elvira Benedicta de Albuquerque Gomes, permanecendo ali por toda a vida.

O casal teve três filhas: Maria Victória, Rita Sophia, apelidada de “Zinha” e Sofia, também tiveram os casamentos em alinhamento à tradição familiar.

Dois dos genros foram sobrinhos, filhos de Rita Sophia

> “Assim sendo, no Alto sertão da Bahia, eles construíram umamovimentada atividade política, econômica e cultural em conexão com outras regiões. Pelas articulações, observamos também os casamentos vantajosos, uma forma de fortalecimento econômico de famílias de influência social” (p.32)

### 2.2 PERFIL DAS MULHERES

Marques (2021) apresenta, entre outras, 02 mulheres, produtoras de cartas, e as suas famílias, na perspectiva de compreensão do circuito de comunicação, tanto na esfera privada, quanto social, são elas: Rita Sophia Gomes Lima, irmã do Barão de Caetité, e a esposa dele, Elvira Benedita de Albuquerque Gomes, a Baronesa.

Rita Sophia Gomes Lima, a única irmã do Barão de Caetité, viveu parte da vida em Caetité. Por volta de 1846, na época da descoberta dos diamantes na Chapada Diamantina, foi para Santa Isabel, tendo sido esse seu local de residência até final do século XIX.

Elvira Benedita de Albuquerque, (sua data de nascimento ainda não foi identificada; seu casamento deu-se, no dia 15 de janeiro de 1850 e ofalecimento no ano de 1894, aos 44 anos de idade. É a esposa do Barão deCaetité, tiveram três filhas. A primeira era MariaVictória Gomes deAlbuquerque Lima, nascida na Freguesia de Monte Alto. Casou-se com Joaquim Manoel Rodrigues Lima, médico, intendente municipal e primeirogovernador eleito da Bahia (1892 - 1896). A segunda filha chamava-se RitaSophia e a terceira, Sofia, apelidada de Sussu.

## 2.3 MOTIVO DAS CORRESPONDÊNCIAS

Marques (2021), revela uma restrita circulação de cartas das mulheres de famílias de influência social e política, como a do Barão de Caetité, principalmente entre os pares, como alguns trechos de cartas analisados ao longo deste texto.

A seguir, período das correspondências recebidas e enviadas (1844 – 1888)

| Períodos e Gerações de mulheres | Correspondênci as enviadas | Correspondênci as recebidas |
|---|---|---|
| 1844 a 1846 – Rita Sophia G.Lima | 12 enviadas | Não consta recebimento |
| 1886 a 1888 – Elvira Benedita A. Lima | 02 enviadas | 31 recebidas |

Adaptação: Bispo (2022)

Segundo Marques (2016 p. 60), as autoras donas de um reduzido quantitativo de correspondências, datadas no intervalo entre os anos de 1844 e 1888, possuem 14 correspondências enviadas e 31 recebidas. Essa sociabilidade comunicativa, para essa geração, se dava no âmbito regional.

A carta de Rita Sophia, a única irmã do Barão de Caetité, escrita em Caetité no dia 06 de maio de 1844, a autora anuncia a saída de tropa naquele dia. Pela sua escrita, percebemos sua pressa para produzir a carta e garantir notícias ao irmão em estudos na capital baiana: "*Como hoje sai daqui a tropapa b baxo não quero dexar de dar notícias nossas, meu pay está em Monte Alto tratando de cobrar do João Pra Castro q dizem não ter mais nada, nossotio, pe Francisco está aqui veio paciar e já vai enxergando alguma cousa [...]*

Marques (2016 p.46) analisa que, o sistema de correio na época era precário e por isso a necessidade de enviar a correspondência pelos tropeiros.

> "Nesta escrita circunstancial, observamos a autora da carta empossibilidade de enviar notícias e, pelas condições anunciadas, também nos revela o uso de tropa, para a época, como condição para fazer circular bens de necessidade, inclusive, a escrita e, no decorrer do processo, outras mulheres vão apresentar os portadores em preferência, entre os pares, e em crítica aos serviços dos Correios, considerados precários na região" (p.46).

Outras correspondências localizadas no acervo, registravam o falecimento do pai, a sua viuvez e a perda de um dos seus filhos foram exemplos de notícias das suas cartas, conforme carta, escrita de Caetité, nodia 20 de maio de 1846.

Rita dirigiu-se ao irmão, em estudos na capital, e diz: "[...] *passei a noite mais amargurada [...] em vida, tendo diante de meus olhos nosso pai sucumbindo no leito da morte e ao amanhecer do dia 2 deste infausto mês de maio a morte nos roubou a mais preciosa existência* [...]".

Quando o irmão já se encontrava casado, Rita Sofia se dirige à sua cunhada, Elvira Benedita, e diz: "*Muito tenho sentido a morte de meu Filho,este mundo e de sufrimento mas q e a de se fazer com a vontade de Ds . otrato qe elle teve não era pusível ter mais com a moléstia q e tinha só Ds .pudia salva lo* [...]".

Marques (2016 p. 61), comenta que a escrita de Rita Sophia está relacionada à cunhada, a quem se dirige de "mana". Embora suas cartas não indiquem todas os lugares da escrita, estabelecem rede de sociabilidade pelo zelo familiar dos que viviam no âmbito regional e também na capital, em virtude dos estudos.

Foi interessante perceber que a carta continha linhas escuras “expressiva de sentimentos de luto, inclusive pelas bordas (de cor preta). A autora fala da perda do esposo e expressa a boa convivência com ele e com osfilhos por muitos anos. Refere-se ao seu sofrimento, ao tempo em que se resigna ao mencionar os decretos divino” (p.40)

Quanto a correspondência de Elvira, a Baronesa compartilha sua alegria com o sobrinho Bráulio Xavier por ter realizado o contrato de casamento com Elvira. “Pela genealogia familiar e pela data da carta (1888), certificamo-nos de que o contrato feito era para a sua neta, a filha de Maria Victória com Rodrigues Lima” (p.62).

> Monte Alto, 27 de agosto de 1888. Bráulio, Desejo-lhe saúde, aAntoninha e sua avó, e todos enviamos mtos lembranças. Foi com grande praser, q recebi a notícia dada pr Quinca de haver contractado o seu casamento com Elvira. Sempre foi em um meu desejo, a felicidade de ambos e fico saudosa pela reparação d’ella, fico contente em procurar a felicide d’ella q lhe acompanhará pr q lq rparte q for. Se eu em algum poder ir até ahi de passeio [...] Aceite um abraço e benção de sua tia amiga

Marques, deixa claro que, na mesma linha da escrita da cunhada, Elvira Benedita, ao desejar felicidade aos possíveis noivos, reafirmou os propósitos familiares do casamento por conveniência, uma articulação entre parentes pela garantia de união conjugal vantajosa. Outros registros vão indicar a consumação do casamento de Bráulio Xavier e Elvira, a neta da Baronesa (p. 62).

Como vimos, até aqui apreciação de duas cartas de mulheres comtemáticas sobre notícias de falecimento e casamento.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio objetivou conhecer a finalidade das correspondências femininas da família do Barão de Caetité entre o período de (1822 - 1889). Por meio do recorte na tese doutoral de Marques (2021) foi possível conhecer e reconstruir aspectos da rede de sociabilidade que envolvia o universo feminino do Alto Sertão da Bahia.

Através da revisão de literatura, foi possível identificar o uso das práticas leitoras e de escrita, em uma temporalidade de negação do direito à educação à mulher, inclusive em grandes centros. “Desse modo, se o cenário é indicativo de adversidade – de um lado a ausência de leitura e de escrita para a grande parte da população e, do

outro, a utilização dessas práticas –, tornou-se necessário apresentar esse cenário pelo entendimento do modo como essas relações diversas se entrelaçaram" (p.43).

Constatou-se que, as correspondências da família do Barão de Caetité eram centradas nos interesses pessoais, condicionadas a pedido de notícias envolvendo comunicado de falecimento e cumprimento de noivado.

Foi a leitura desse universo recortado que permitiu sob a ótica de Marques (2021) perceber que, as mulheres da primeira geração da família

Caetité construíram uma rede de sociabilidade que também era de solidariedade e de interesses, articulando-se para noticiar, persuadir, compartilhar impressões, desejos e sentimentos sobre as práticas de escrita que faziam parte do cotidiano no Alto Sertão da Bahia.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR. Lielva Azevedo. Arquivo da família do Barão de Caetité: inventário e preservação de documentos históricos no Alto Sertão da Bahia. **VIII Encontro Estadual de História**. AMPUH. 2016

CONTE. Isaura Isabel. Mulheres Camponesas. Invisibilidade. feminina. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a invisibilidade-feminina/ Acessado em 22 abr.2022.

MARQUES, Zelia. Malheiro. Correspondências de Mulheres do Alto Sertão da Bahia (1844 - 1950): Práticas de Leitura e de Escrita. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.2021.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

# DINÂMICAS FAMILIARES DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SALVADOR/BA MUDANÇAS E (RE)CONSTRUÇÕES

*Maria de Fatima Santos Mônaco*

*Maria Gorete Borges Figueiredo*

**RESUMO**

Este estudo tem como objetivo compreender as repercussões da migração dos venezuelanos, fixados em Salvador, do território de origem para esse novo território a partir das suas narrativas e dinâmicas familiares. É na família que primeiro se estabelece a relação de cuidado gerando intimidade, afetividade e segurança. No percurso metodológico optou-se pela pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada em imigrantes venezuelanos, fixados em Salvador, atendidos pelo Centro Comunitário Mons José Hamilton(CCMJH) localizado na Paróquia da Ascensão do Senhor, no Centro Administrativo da Bahia(CAB), Salvador/BA. As entrevistas foram realizadas em ambiente virtual (Plataforma Google Meet) ou na modalidade presencial, e a partir das respostas às questões norteadoras da entrevista foram definidas categorias analíticas de acordo com o método dedutivo de análise. Como conclusão os participantes apresentaram concepções subjetivas e singulares sobre a definição de família associadas a cuidado, vínculo, suporte e outros elementos correlatose como estratégia elegem novas conjunturas e/ou indivíduos como substitutos circunstanciais da família de origem – "minha família local", configurando e restabelecendo uma rede de cuidado e segurança.

**Palavras-chave:** Dinâmica Familiar. Migração. Imigrantes; Venezuelanos.

## 1. INTRODUÇÃO

A concepção geral sobre a migração envolve, de maneira direta, alguns elementos interligados dentre eles: território, lugar e família. Ao se falar de migração, está implícita a ideia de território e de lugar. O território é passível de análise social somente quando é utilizado pelos indivíduos. Neste sentido, "o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado" (Santos, 2005). Destarte, a territorialidade humana é composta por diversos agentes sociais - do Estado aos cidadãos, que estão interessados em algocomum naquela porção geográfica (Brito, 2008).

Por outro lado, o lugar é conceituado não só como um ponto estático definidopor coordenadas geográficas, mas sim pela "articulação da espacialidade com as

relações sociais estabelecidas entre seres humanos e os elementos que compõem esse espaço" (Azevedo; Olanda,2018). A família e o grupo social ao qual pertencemos, tem significado e significância nesse processo de imigração, visto gerar rupturas sociais para quem imigra. E o lugar é o resultado das complexas relações sociais que surgem em um determinado contexto histórico (Santos 1997 *apud* Azevedo; Olanda, 2018). Destarte, é sobre o lugar e o território que os fluxos migratórios acontecem desde os primórdios da existência, e essas dimensõesconstroem um "novo" mundo, e um "novo" existir para o imigrante.

Através dos diferentes territórios e lugares, em todo o mundo, que os fluxos migratórios acontecem desde o início da história da humanidade. A raiz etimológica da palavra migrar deriva do latim *"migrare"* significa o ato de mudança permanente ou temporária para um novo local (Becker, 2014). O fluxo migratório é um dos fenômenos sociais mais importantes do mundo contemporâneo (Cierco, 2017) e é conceituado como mobilidade de "correntes populacionais que se deslocam de uma área configurada como de expulsão, em geral rural ou pouco urbanizada, para uma área de atração - grande cidade ou metrópole" (Barcellos, 1995). De uma maneira geral, migrar significa romper as fronteiras do seu território para outro destino, baseando-se em diferentes motivações internas ou ambientais (Golgher, 2004).

Em todo o mundo, existem cerca de 250 milhões de migrantes internacionais,isto é, pessoas que vivem em países diferentes do que nasceram. Dentro desse contingente, "mais de 68 milhões estão em deslocamento forçado" (ACNUR, 2019). Desta forma, percebe-se que existem diferentes motivos associados à realização do ato de migrar, evidenciando a diferença conceitual entre os migrantes e os refugiados. Os migrantes são indivíduos que escolheram mudar-se do seu país, principalmente, para melhorar de vida; buscar trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. E os refugiados são definidos como :

> "indivíduos que estão fora do seu país de origem devido a fundadostemores de perseguição relacionados à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Também são consideradas refugiadas aquelas pessoas que foram obrigadas a deixar seus países devido a conflitos armados, violência generalizadae graves violações de direitos humanos". (ACNUR, 2018, p. 2)

Enquanto os imigrantes são livres para escolher o seu local de destino e tem diversos motivos associados à sua migração, a exemplo: estudos, turismo, trabalho.

O Estatuto do Refugiado(1951) define refugiados como indivíduos que foram obrigados a sair do seu país de origem por terem seus direitos básicos violados; ameaça de perseguição por diversos motivos; conflitos armados e outros fatores. No Brasil os imigrantes são definidos pela Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017, como “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil" (Brasil, 2017). Os refugiados, por sua vez,são definidos pela Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997, como todo indivíduo que:

> I- devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas
> encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher
> se a proteção do seu país;
> II- não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve suaresidência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
> III- devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997, Título I, Seção I).

As causas do êxodo involuntário variam a partir das nacionalidades dos refugiados, as situações vividas pela população síria e haitiana influenciaram na realização de fluxos migratórios internacionais involuntários em busca de apoio, assistência e proteção de outros países. Destarte, a vulnerabilidade humana diante de tragédias naturais, perseguições políticas e falta de condições concretas de sobrevivência e habitabilidade são os responsáveis pelos deslocamentos abruptos das populações de refugiados, em todo o mundo.

Dentre as várias nacionalidades de imigrantes ou refugiados que se deslocam do seu país de origem para outro território, o foco principal deste estudo são os venezuelanos, que migram para o Brasil e se fixam no território brasileiro. O movimento migratório dos venezuelanos se intensificou nos últimos anos, pois percebeu-se uma maior quantidade dessa população de faixa etária jovens adultos com o objetivo de obter melhores condições laborais e financeiras, passando pelas fronteiras da região norte do Brasil.

O principal ponto de entrada para os imigrantes e/ou refugiados venezuelanos é o extremo norte do Brasil, no estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela (Schwinn; Portela, 2018). Dados estatísticos sobre a migração dos venezuelanos para o Brasil mostram que de 2015 até o primeiro semestre de 2017, houve um aumento

considerável de solicitações de refúgio, indo de 829 para 7.600 solicitações (Simões et al, 2017).

Estudos recentes do Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) mostram que o volume de imigrantes e/ou refugiados que vieram para o Brasil no mês de fevereiro de 2019, quando comparado ao mesmo mês em 2018, teve um aumento de 180%, determinado fundamentalmente pelos registros temporários dos venezuelanos (OBMIGRA, 2019). De maneira análoga, o estudo recente de Arruda Barbosa et al (2020) confirma o crescente fluxo migratório dos venezuelanos para o Brasil e seus impactos no setor de saúde dos hospitais do estado de Roraima. Segundo os autores, o setor de saúde da Venezuela está em colapso e, por isso, muitos imigrantes e/ou refugiados estão vindo para o Brasil com o intuito de serem atendidos pelos profissionais de saúde.

A principal causa associada ao aumento do fluxo migratório de refugiados venezuelanos para o Brasil é que “a Venezuela passa por uma forte crise política e de abastecimento o que tem repercutido no aumento do número de imigrantes venezuelanos entrando no Brasil de forma legal, ilegal e até mesmo pedindo refúgio” (Oliveira,2020). Forçando os venezuelanos a saírem do seu território e buscarem refúgio por fatores sociais, políticos e econômicos, sendo “ o principal motivo da mudança geográfica de residência dos venezuelanos, a crise multidimensional que o seu país de origem está enfrentando (Figueiredo, 2019); não obstante, existem outros casos particulares em que a migração para o Brasil, ou outro lugar de destino, pode ser motivada por: interesses pessoais; laborais, estudos, turismo ou qualquer outra demanda subjetiva\concreta que sirva de impulso, para que o indivíduo tome a decisão de migrar.

O processo migratório não significa apenas mudar de território, pois essa atitude promove mudanças, efeitos e repercussões psicossociais na vida do imigrante e/ou do refugiado, naquele novo território (Sarriera et al, 2005). Os fluxos migratórios promovem desafios multidimensionais tanto para quem chega ao novo território, quanto para quem irá receber esses novos imigrantes ou refugiados em seupaís (Dantas, 2017).

O processo da migração é subjetivo e depende, de maneira direta, dos recursos psicológicos e sociais que o imigrante ou refugiado predispõe (Coutinho, Oliveira, 2010). Destarte, uma maior habilidade cognitiva de adaptação ao novo território e uma rede de

apoio social mais fortalecida podem funcionar como elementos importantes para a diminuição do impacto negativo do processo migratório. Junto ao processo de migrar surgem diversos aspectos, potencialmente, estressores que podem impactar o imigrante e/ou refugiado, psicologicamente. Dentre eles, existem: “diferença no ambiente físico e social, choques de culturas, estilos de vida, barreiras linguísticas, diferenças no sistema legal” (Muhlen et al, 2010) entre outros.

Além disso, o processo migratório pode promover crises de identidade, já queas diferenças culturais começam a integrar o novo ambiente e o “universo simbólico da pessoa é abalada por meio das rupturas desencadeadas” (Becker, 2014, p.34). Existem outros fatores psicossociais que podem causar estresse no imigrante ou no refugiado. O fluxo migratório também pode permitir o contato com preconceitos, discriminações, trabalhos mal remunerados, desemprego, estereótipo, isolamento, redes de apoio social deficitárias e dificuldade de acesso aos serviços de saúde (Granada et al, 2017).

De uma maneira geral, existem diferentes desafios, na maior parte dos setores sociais, que o imigrante ou refugiado pode entrar em contato, quando se desloca para outro território. Essa situação será ou não estressora (promotora de sofrimento psíquico) a depender de como o indivíduo vivencia, elabora e ressignifica essas dificuldades. Becker (2014) atenta que o ato de migrar pode promover um processo de “vulnerabilidade psíquica” na maneira como o indivíduo que migra percebe e se relaciona com a nova realidade, tendo como parâmetro a ideia de que ocorreu o “rompimento dos laços afetivos e as referências socioculturais de origem”.

É possível que também existam repercussões na saúde mental e física. Em relação a saúde mental, o fluxo migratório pode desencadear uma gama de psicopatologias (depressão, estresse traumático, suicídio e outras formas de doença psiquiátrica), que vão aparecer ou não, a partir de cada imigrante ou refugiado, pois eles são idiossincráticos e subjetivos (Perdomo, 2006). Em relação ao físico, a migração pode desencadear certas “mudanças nos hábitos dos imigrantes como: o regime alimentar, consumo de álcool e cigarros e atividades físicas que podem ter consequências diretas em sua saúde física” (Perdomo, 2006, p. 2). Marinucci (2019) já reforçava desde o título do seu estudo -*“Não são apenas números. Olhares psicossociais sobre migrantes e refugiados”*- que o imigrante deve ser visto de uma

maneira multidimensional. O referido autor afirma que as migrações não devem ser vistas apenas pela sua porção quantitativa, pois as mobilidades territoriais...

> "...são protagonizadas por seres humanos. Não por coletividadesabstratas, uniformes e padronizadas – "os" migrantes, "os" estrangeiros, "os" refugiados – e sim por sujeitos concretos quepossuem biografias singulares, trajetórias existenciais específicas, recursos materiais, simbólicos e sociais peculiares."(Marinucci, 2019, p.7)

Um olhar psicossocial promove uma visão integral e qualitativa daquele sujeito que, por motivos específicos, resolveu migrar para outro território. Silva (2020) defende a concepção de que o processo migratório gera consequências nas interações sociais e na formação do psiquismo dos indivíduos que vão viver em outros territórios, pois quando o indivíduo sai do local de origem, ele pode passar porum processo de luto (reação às perdas físicas e simbólicas do ato de migrar) e também ter contato com elementos que dificultem a sua adaptação ao novo contextosocial. Esses elementos podem ser descritos da seguinte forma: perda de redes de apoio, isolamento, "marginalização, preconceitos étnicos e raciais, desamparo jurídico no país de destino e barreiras sociais e linguísticas que têm influência na saúde mental dos imigrantes" (Abad, 2018).

Quando ocorre um fluxo migratório, segundo Perdomo(2009) "o imigrante tem de adotar um novo ambiente social e cultural que o pode levar a definir o seu sistema de valores". Não obstante, a migração ou refúgio podem permitir o contato doimigrante com vivências e contextos melhores do que era vivenciado no seu território anterior. A forma como o imigrante ou refugiado irá atribuir significado ao seu novo território depende dos recursos que ele terá acesso e da sua história ontogenética, filogenética e cultural. Dentre as repercussões psicossociais da imigração, este estudo irá destacar a dimensão da família e das dinâmicas familiares. A família é entendida, no presente estudo, a partir da Teoria Sistêmica, como "um sistema ativo em constante transformação; como um organismo que se altera com o tempo para assegurar a continuidade e crescimento psicossocial de seus membros" (Becker et al, 2017 p. 129).

Outra definição que serve de base para esse estudo é a de que a família consiste em "mais que uma coleção de indivíduos; um sistema, uma totalidade organizada cujas partes funcionam de maneira que transcende suas características isoladas" (Minuchin, Nichols, Lee, 2009, p.15). De maneira semelhante e interrelacional, a dinâmica familiar pode ser definida como: "o conjunto de formas de funcionamento familiar, relações

hierárquicas e de poder que se estabelecem entreos membros" (Becker, 2014, p. 43). A partir da referida definição, fica evidente que a dinâmica familiar varia a partir de cada sistema familiar. Desta forma, ao migrar ou se refugiar em outro território, podem ser formadas novas formas de relacionamentoe convívio em uma mesma dinâmica familiar.

Becker (2014) aponta diferentes repercussões psicossociais da migração nas dinâmicas familiares. Elas podem ser descritas da seguinte maneira: inversão de papéis familiares- mudam suas funções no sistema familiar após a migração; manutenção do casamento a distância -quando somente um do casal migra; sinais deestresse entre os membros da família, desequilíbrios psicossomáticos e\ou interpessoais; sobrecarga das relações conjugais; sentimento de falta de apoio dos outros membros; insatisfação com o novo ambiente; traição ou abandono pelo outro membro do casal. Acrescenta-se a falta de diálogo familiar sobre os impactos da mudança de território, destacando grupos mais vulneráveis: idosos e crianças.

A família é um dos elementos que compõem a rede de apoio social do imigrante ou do refugiado (Becker et al, 2017). Esse é um fato que justifica e validaa importância das dinâmicas familiares para o indivíduo que migra. A família é um sistema que possui padrões específicos e relacionais de funcionamento. Esse modo como os indivíduos interagem, comportam-se e se relacionam, poderá ser modificado pela mudança geográfica de residência. Com isso, esses familiares deverão ser criativos e resilientes no intuito de criarem um novo mecanismo de funcionamento grupal que seja efetivo à sua nova realidade.

Desta forma, este estudo é relevante no sentido de que as narrativas dos imigrantes sobre as repercussões psicossociais da mudança de território em suavida, podem contribuir para uma maior compreensão de como esses indivíduos estão vivenciando essa nova fase. A partir desse maior conhecimento, torna-se possível criar medidas efetivas de prevenção ou minimização dos efeitos negativos da migração ou refúgio, no indivíduo e na sua família, por parte dos órgãos responsáveis.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender as repercussões da migração dos venezuelanos(fixados em Salvador), para um novo território a partir das suas narrativas e dinâmicas familiares. Além disso, a presente pesquisa tem como objetivos específicos: identificar as mudanças derivadas da migração nas dinâmicas familiares, e conhecer as narrativas de imigrantes venezuelanos sobre o seu processo de mudança

de território e as consequências disso em suas vidas. Para tanto o caminho metodológico foi a pesquisa qualitativa, visto o foco ser a compreensão integrada do fenômeno, imerso no seu contexto, através da narrativa subjetiva dos indivíduos entrevistados, com uma abordagem mais flexível e semiestruturada do pesquisador. Utilizou-se uma abordagem semiestruturada nas entrevistas, de modo a permitir às pesquisadoras uma atuação mais flexível capaz de alterar a ordem das perguntas ou até mesmo modificá-las, conforme a evolução da entrevista.

Dentre o universo de 82 famílias de imigrantes, atendidas pelo Centro Comunitário Mons José Hamilton - nem todos são venezuelanos, os pesquisadores selecionaram quatro participantes que se encaixavam nos critérios de inclusão do estudo, sendo amostra composta de 04 venezuelanos autodeclarados imigrantes.O projeto de pesquisa foi submetido e obteve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa(CEP) da Universidade Católica do Salvador(UCSal), e foram seguidas, as normas da Resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde(CNS). Sendo os resultados organizados em categorias temáticas a partir do método dedutivo de análise. Utilizou-se o raciocínio lógico e a dedução para construir a interpretação, codificação e conclusão dos dados. As categorias temáticas são: definição e importância da família, dinâmica familiar na origem e dinâmica familiar após a migração, onde constam a exposição dos principais dados obtidos, exemplos de falase a relação com os estudos teóricos e empíricos.

## 2 CONCEPÇÕES, DEFINIÇÕES E IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA

Essa categoria temática refere-se às concepções dos imigrantes venezuelanos sobre a definição e importância da família. Para isso, as perguntas feitas foram: “O que é família para você?” e “Qual é a importância da família para você?”. Notou-se que a concepção dos entrevistados sobre família é subjetiva e, eminentemente, singular, derivada dos sentimentos, valores, crenças e vivências cotidianas (Crepaldi, 1998; Faco; Melchiori, 2009). Desta forma, optou-se por expor os diferentes elementos narrados pelos participantes visando a gerar uma compreensão ampla sobre as narrativas.

Os imigrantes venezuelanos abordaram diferentes aspectos ao definir família. De uma maneira geral, os participantes associaram a família a: (1) cuidado, (2) ajuda,

(3) aconselhamento, (4) orientação, (5) origem e centro de tudo, (6) vínculo, (7) suporte. Um exemplo de relato pode ser descrito da seguinte forma:

> "[...] Família são essas pessoas que você sabe que conta em qualquer situação; seja em uma situação boa… seja em uma situação ruim… As pessoas estão do seu lado, te ajudando, te apoiando, te dando conselhos [...]" (entrevistada a). Outro relato foi: "A família é a origem de tudo. É o centro de tudo [...] (entrevistada b).

A definição do termo família é complexo e varia a partir do contexto sociocultural, temporal e ontogenético - visão dos indivíduos a partir da sua vida (Dessen, 2010). O presente estudo utiliza-se das concepções do modelo teórico da Teoria Familiar Sistêmica, pois baseia-se na concepção de que a referida abordagem possui condições de compreender e analisar as particularidades envolvidas na relação entre migração e família. Desse modo a família pode ser definida como "um sistema ativo em constante transformação; como um organismo que se altera com o tempo para assegurar a continuidade e crescimento psicossocial de seus membros" (Becker et al, 2017, p. 129).

Outra definição é a de que a família consiste em "mais que uma coleção de indivíduos, um sistema, uma totalidade organizada cujas partes funcionam de uma maneira que transcende suas características isoladas" (Minuchin,2009). De uma maneira geral, o presente estudo define a família como um sistema dinâmico, composto pela interação e integração dos seus membros, que utiliza a comunicação e outros fatores psicossociais - suporte, diálogo, convivência entre outros, como elo de ligação e sustentação do próprio sistema .Em relação à importância da família, a maioria dos imigrantes venezuelanos narraram elementos associados: ao cuidado, segurança, apego, preocupação e empatia com outros membros, interação presencial com os familiares e eixo de sustentação e suporte. A exemplo das falas:

> "*A importância da família, para mim, são os cuidados… Que cuida demim… Que me trata bem…"*. Entretanto, uma das participantes diz que a importância da família é que os seus membros, sempre, tratem os outros como prioridade, em qualquer situação e contexto. O relato queexemplifica esse achado é o seguinte: "*Nossa… É a minha prioridade sempre. Tanto os meus pais e meus irmãos, quanto omeu marido e o meu bebê. A família, sempre, é prioridade, para mim, mais do que otrabalho"* (Entrevistada c).

Dessa forma a família "representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local do exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal dos membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando" (Faco, 2009). Além disso, o suporte, cuidado e presença da família são elementos benéficos e importantes para

minimizar as repercussões psicossociais disfuncionais associadas ao processo migratório (Becker,2014), evidenciando assim que a família é elementos fundante a compor a rede de apoio social do imigrante/refugiado.

Ao abordar a dinâmica familiar na Venezuela, antes da migração, concepções subjetivas dos imigrantes venezuelanos sobre a sua dinâmica familiar anterior a imigração vieram à tona. Percebeu-se nas narrativas da maioria dos participantes estão associadas à construção de momentos presenciais de reunião/confraternização familiar, com forte vinculação e união familiar. Além disso, ficou evidente que as famílias, em virtude do cenário de crise política e socioeconômica do território em que viviam, buscam ajudar uns aos outros: financeiramente ou na disponibilização e troca de alimentos. Por exemplo:

> "todo mundo se junta e vamos para a casa da minha mãe ou para acasa da minha tia e fazemos uma reunião. Aí, todo mundo fica lá". (Entrevistado a) De maneira semelhante, "eu tenho uma família muito unida. Muito linda, na verdade. Tínhamos uma vida familiar bem (…). Que a gente passava muito tempo junto. Cozinhava junto, passeava junto."(Entrevistada b) .

Esse estudo define as dinâmicas familiares como "o conjunto de formas de funcionamento familiar, relações hierárquicas e de poder que se estabelecem entre os membros" (Becker, 2014). As dinâmicas familiares variam conforme o sistema familiar, o território, o contexto sócio-histórico e, por isso, mudam de família para família, nota-se a união, afeto, momentos de confraternização e o estabelecimento de um vínculo fortalecido entre os membros familiares como elementos que interferem de maneira benéfica na construção de um sistema familiar mais coeso e menos conflitivo (Campos, 2013)

As formas de funcionamento familiar, da maioria dos participantes, foram influenciadas pela crise política e de abastecimento que ainda ocorre na Venezuela (Oliveira, 2020). Os desafios impostos pelo território venezuelano obrigaram, boa parte, a migrar para outro país ou focar na sobrevivência individual e/ou do grupo familiar. Destarte, observou-se que elementos importantes das dinâmicas familiares, como: reuniões, passeios, confraternizações e momentos de lazer tornaram-se raros ou escassos (Amaral, 2020). A dinâmica familiar no Brasil após a migração retrata mudanças nas relações entre o imigrante e a família de origem venezuelana e de maneira geral, os imigrantes narraram que o contato se dá, exclusivamente, via ligação telefônica e aplicativos de mensagens, ocorrem em poucos momentos, com dificuldade

de comunicação, e afastamento familiar em virtude da distância geográfica. Fica claro que as tentativas de promoção da manutenção do vínculo e união familiar não é fácil, nem favorável, diante dos desafios enfrentados pelos imigrantes, como é retratado na fala dos entrevistados:

> “A gente passa por algumas dificuldades para se comunicar, não é?”.“Eles ficam me perguntando todos os dias, quando eu vou voltar” “ Eu acho que as consequências da migração não saberemos agora.
> Só cinco, dez anos depois é que conseguiremos perceber, os danos e as mudanças resultantes da migração. O afastamento familiar… Além deque você fale com a família todos os dias e fale muita coisa, não é a mesma coisa .” (Entrevistados a,b,c).

A migração promove mudanças nas dinâmicas familiares dos imigrantes venezuelanos, e o fluxo migratório: promove a sensação de saudade e ausência do membro familiar que continuou no país de origem, exige a formação de novos padrões de funcionamento familiar e adaptação cultural ao novo país, contato com processo de luto (perdas simbólicas) em diversas dimensões, presença de conflitos com a família estendida, tentativa de fortalecimento dos vínculos familiares com o intuito de superar os desafios associados a distância geográfica (Becker, 2015).

É perceptível que cada imigrante venezuelano narra uma dinâmica familiar muito singular e específica após a migração e, posterior, fixação no novo território. Os processos migratórios podem produzir o contato com “desafios inerentes à própria condição social, tendo em vista a quebra das redes significativas e culturais com o país de origem. ” (Becker,2015). Destarte, nesse novo território, os imigrantes venezuelanos podem alterar as suas dinâmicas familiares do seu território anterior e construir novas formas de relacionamento pessoal e familiar adaptados à nova realidade geográfica. Além disso, os membros das famílias no novo território exercem um papel crucial no apoio e suporte a adaptação ao novo território e contexto cultural, bem como, às repercussões psicossociais associadas ao processo migratório. Os resultados deste estudo evidenciam que é possível a criação e consolidação de novas dinâmicas familiares no território de destino. No entanto, os imigrantes ou refugiados têm que utilizar da criatividade, resiliência e capacidade de se adaptar a fluxo migratório (Amaral, 2020).

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo migratório promove mudanças nas dinâmicas familiares, como: afastamento familiar em virtude da distância geográfica, maior dificuldade de comunicação com os familiares- apenas ligação telefônica e aplicativos de mensagens, readaptação das formas de convivência familiar para o novo território com outros membros familiares ou não, tentativa de fortalecimento do vínculo com os familiares no novo território para superar as adversidades associadas ao processo migratório e construção de estratégias de contato e manutenção da união familiar.

As narrativas dos imigrantes venezuelanos sobre o seu processo de mudança de território enfatizam aspectos como: dificuldades de adaptação ao idioma do novo território, entrada no Brasil primordialmente por Roraima, dificuldades socioeconômicas oriundas do processo migratório, ativação de uma rede de suporte/apoio no novo território com familiares/amigos que residem no território de destino, realização de atividades laborais objetivando sobreviver no novo território e melhoria de vida e condição financeira como principal motivo associado à migração. De forma geral todas as condições relatadas no processo imigratório direcionam para o cuidado com a pessoa, e a família como uma rede de proteção necessária, tanto que se refere a busca e formatação de modelos e/ou estruturas familiares locais, a exemplo de uma família ou pessoa venezuelana que acolhe outra no processo migratório como sendo “sua nova família” - lugar de referência e cuidado.

Ademais, os participantes apresentaram concepções subjetivas e singulares sobre a definição de família associadas a cuidado, vínculo, suporte e outros elementos correlatos. A definição do termo família é complexo e varia a partir do contexto sócio histórico, cultural, temporal e da visão dos indivíduos a partir das experiências ao longo da vida (Dessen, 2010). E o presente estudo utilizou o Modelo Teórico da Psicologia Sistêmica que defende a ideia de que a família é um sistema ativo e dinâmico, composto pela interação e integração dos seus membros, que utiliza a comunicação e outros fatores psicossociais como elo de ligação em relação a importância da família para os participantes, surgiram aspectos como: segurança, apego, preocupação com outros membros, cuidado e outros aspectos. Notou-se que o suporte familiar exerce um papel crucial para minimização das repercussões psicossociais disfuncionais associadas ao processo migratório (Becker, 2014). Outrossim, a família é um dos elementos que compõem a rede de apoio social do imigrante/refugiado e referente à dinâmica familiar

antes da migração, percebeu-se que as narrativas, retratam a construção de momentos presenciais de reunião e confraternização familiar, em especial final do ano e forte vinculação e união familiar. Um achado relevante é que a crise política e socioeconômica da Venezuela repercutiu diretamente nas dinâmicas familiares da população geral, impondo a busca por sobrevivência e diminuição de momentos de interação e lazer familiar.

O cuidado com o sujeito, antes amparado na estrutura e rede familiar, foi fragilizado pela distância imposta no processo migratório deixando sentimentos de desamparo e fragilidade - relatados pelos entrevistados, o que retifica a família como agente de proteção e cuidado humano. Assim, os participantes apresentaram concepções subjetivas e singulares sobre a definição de família associadas a cuidado, vínculo, suporte e outros elementos correlatos e como estratégia elegem novas conjunturas e/ou indivíduos como substitutos circunstanciais da família de origem – “minha família local”, configurando e restabelecendo uma rede de cuidado esegurança.

O presente estudo centrou nos imigrantes do Centro Comunitário Mons. José Hamilton que se enquadraram nos critérios de inclusão, por tratar-se de uma pesquisa com um público muito específico. Diante da importância da temática pesquisada, sinalizamos que esta pesquisa não esgota o tema, sendo um caminho inicial necessário a realização de estudos futuros, com imigrantes, não só venezuelanos, e em diferentes lugares do Brasil, com o objetivo de investigar as suas dinâmicas familiares nos processos migratórios.

## REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS (ACNUR). **Migrações, Refúgio e Apátrida: Guia para comunicadores**. 1ª Edição, 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS (ACNUR). **Protegendo refugiados noBrasil e no mundo**. Agência da ONU para Refugiados. 2018.

ARRUDA-BARBOSA, L. de; SALES, A. F. G.; SOUZA, I. L. L. de. **Reflexos da imigração venezuelana na assistência em saúde no maior hospital de Roraima: análise qualitativa**. Saúde soc São Paulo, v. 29, n. 2, e190730, 2020 .

AZEVEDO, M. O; OLANDA, E. R. **O ensino do lugar: reflexões sobre o conceito delugar na geografia**. Ateliê Geográfico: Goiânia-GO, V.13, n.3, p. 136-156, 2018.

BARCELLOS, T. M. **Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.16, n. 1, p.296-309, 1995.

BECKER, A. P. S**. Família sem fronteiras: dimensões psicossociais da migração no ciclo de vida familiar**. Florianópolis. 195 p., 2014.

BECKER, A.P.S., BORGES, L.M., & CREPALDI, M.A.. **Imigração e dinâmica familiar:uma revisão teórica.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 160 - 181, 2017.

BEZERRA LIMA, J. B. GARCIA, A. L. J. C. R. FECHINE, V. M. R**. Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos.** In: VIANA, A. R. (org.). A midiatização dorefúgio no Brasil (2010-2018). Brasília: IPEA, 2020.

CIERCO, T. **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Belo Horizonte: Konrad Adenauer Stiftung. v.7, 132p. 2017.

CORIOLANO, L. N. M. T.; FERNANDES, L. M. **Da mobilidade do trabalho à mobilidade no turismo**. Anais Brasileiros de Estudo de Turismo: Juiz de Fora, v.4, n.1,p. 45-52, 2014.

CORRÊA, M. A. S. et al. **MIGRAÇÃO POR SOBREVIVÊNCIA: SOLUÇÕES BRASILEIRAS. REMHU,** Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 23, n. 44, p. 221-236,June, 2015

DANTAS, S**. Saúde mental, interculturalidade e imigração**. Revista USP, v. 114, p. 55- 70, 2017.

ESTATUTO DOS REFUGIADOS. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Conferência das Nações Unidas. 1951.

FIGUEIREDO, M. G. B. **Migrantes e Refugiados na Bahia: um caminhar de (re)significação.** Anais da 22ª SEMOC. UCSAL. Salvador. 2019.UCSAL.2019.

GHUZI, J. **Migração interna: o estudo do fenômeno no município de Jacuizinho (RS).** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2012.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da Migração.** Universidade de Minas Gerais (UFMG) Cedeplar: Belo Horizonte. 49 p. 2004.

GRANADA, Daniel et al. **Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana.** Interface (Botucatu), Botucatu, v. 21, n. 61, p. 285-296, jun. 2017

HUTTER, L. M. **Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório**. Revista Inst. Est. Bras. SP, n. 27, p. 59-73, 1987.

MARINUCCI, R**. "Não são apenas números". Olhares psicossociais sobre migrantese refugiados**. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 27, n. 55, p. 7-12, Apr. 2019

MARTIN, D.; GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C. **Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural.** Saúde soc., São Paulo, v. 27, n. 1, pág. 26-36, janeiro de 2018.

MINUCHIN, S.; NICHOLS, M.; LEE, W. **Famílias e casais: do sintoma ao sistema.** Editora Artmed: Porto Alegre, 240 p., 2009.

MOREIRA, J. B. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local.** Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana: Brasília. n. 43, p.85-98, 2014.

MOREIRA, M. A. S. P. et al. **Pensando a saúde na perspectiva dos imigrantes brasileiros em Portugal.** Revista de Enfermagem, POA, v. 28, n. 4, p. 527-533, dez. 2007.

MUHLEN, B., DEWES, D., LEITE, J. **Stress e processo de adaptação em pessoas que mudam de país: uma revisão de literatura.** Ciência, v.12, n.24, p.59-68, 2010.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMIGRA). **Acompanhamento de fluxo de empregabilidade dos imigrantes no Brasil.** Relatório mensal do OBMigra.n.2, 2019.

PERDOMO, R. **Os efeitos da Migração**. Ethos Gubernamental, vol. 4, p. 111–124, 2006.OLIVEIRA, W. A. **A imigração dos venezuelanos para o Brasil e a atuação da Polícia Federal na fronteira: uma análise sobre as solicitações de refúgio e residência temporária.** Revista Brasileira de Ciências Policiais: Brasília, n.3, v. 11,p. 231-263, 2020.

QUINTUNDA, E. A. **O processo da imigração no estado de Santa Catarina eem Florianópolis: desafios para o serviço social.** Florianópolis. 55 p., 2017.

SANTOS, M. **O retorno do território.** In: OSAL: Observatório Social da América Latina, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SARRIERA, J. C.; PIZZINATO, A.; MENESES, M. P. R. **Aspectos psicossociaisda imigração familiar na grande Porto Alegre**, Natal, v. 10, n. 1, p. 5-13, abr. 2005.

SCHWINN, S.; PORTELA, E. **O Brasil e a imigração venezuelana: a (des)organizaçãoda política migratória brasileira.** VII Seminário Corpo,Gênero e Sexualidade; UFRG, 2018.

SILVA, A. M. S. **Análises das implicações psicossociais dos processos de migração rural\urbana de jovens universitários**. Universidade Federal do Ceará. 2020.

SIMÕES, G. da F.; SILVA, L. C. da; OLIVEIRA, A. T. R. de. **À guisa de introdução: imigração venezuelana no Brasil**. In: In: SIMÕES, Gustavo da F. (org.). Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Curitiba: CRV, 2017.

# FAMÍLIA ACOLHEDORA: UMA ALTERNATIVA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS

*Edileide Maria Antonino da Silva*

**RESUMO**

O presente texto é fruto de um projeto de pesquisa que tem por objeto o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Antes de adentrar no tema, é apresentado um breve histórico da dinâmica das configurações de família na atualidade, que são múltiplas e plurais, até apresentarmos a Família Acolhedora como um destes modelos. Buscamos embasamento em John Bowlby (1990) com a Teoria do Apego, e em Sigmund Freud (1914), com seus estudos sobre a Relação Objetal para, enfim, discorrer sobre o serviço implantado em Salvador no ano de 2019. Descrevemos o serviço e suas características para, por fim, defender o acolhimento familiar em detrimento do institucional.

**Palavras-chave:** Acolhimento familiar. Serviço família acolhedora. Família.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2016 foi sancionado uma Lei que possibilitou que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora fosse implantado na cidade de Salvador, mas foi apenas no final de 2019 que tal serviço começo a vigorar. No entanto, devido a escassa divulgação, ainda é algo desconhecido por grande parte dos soteropolitanos.

Mas o que é uma família acolhedora? Para falar sobre esse modelo de família, inicialmente apresentaremos uma seção com um breve apanhado sobre os modelos de família existentes na contemporaneidade. Como o foco de nossa pesquisa é o acolhimento familiar de crianças em situação de vulnerabilidade, trazemos um breve debate sobre as teorias do apego (John Bowlby) e a relação objetal (Freud), já que estas teorias justificam a preferência pelo acolhimento familiar em detrimento do institucional, por tanto tempo vigorando em nosso país. É claro que crescer e se desenvolver em família, com figuras de referência materna, é estruturante para qualquer sujeito.

Na última seção deste artigo, é apresentado o Serviço Família Acolhedora de Salvador, discorrendo sobre suas características e seu modo de operar.

## 2 FAMÍLIA: DE QUAL DELAS ESTAMOS FALANDO?

A família, de acordo com o artigo 226 da Constituição Federal de 1988, é a“base da sociedade”. Por ser a primeira instituição e a que dá sustento para o desenvolvimento da criança, pode ser considerada a mais importante em que o sujeito se insere no início de sua vida. O modelo patriarcal já não vigora no século XXI e o bem estar de cada membro da família é uma proposta respeitada. A configuração desta instituição tornou-se mais democrática e as uniões pautam-se no desejo de cada uma em se manter unidas. As famílias, na atualidade, podem configurar-se a partir de uma união estável entre um casal ou entre pessoas do mesmo sexo ligadas por uma relação de amor. Também são consideradas famílias aquelas monoparentais, nas quais apenas o pai ou mãe e filhos convivem.

É também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a própria continuidade e o bem estar dos seus membros eda coletividade. Ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos sujeitos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.

Pode-se observar que houve uma radical mudança na composição familiar ao longo dos tempos, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família. Esta representação tem seu fundamento direto na transformação da configuração familiar e também nas relações sociais, ocasionando impacto profundo na construção da identidade de cada componente no interior da família.

Os diferentes tipos de família, atualmente, recebem amparo legal por parte do Estado (ar. 226, C.F 1988). O entendimento jurídico é de que a família pode ter diferenciadas configurações, desde que haja relação de afeto entre os membros. Nota-se, também, que já não há um papel estanque para homens ou mulheres, pois independe do gênero quem vai cuidar da casa, do sustento da família ou da criação dos filhos. A norma é que haja afinidade, respeito, solidariedade, cuidados mútuos, para além de um padrão predefinido ou de laços de sangue.

Sobre as diferentes composições familiares, registra-se que, com a evolução dos tempos e a não-divisão de papeis estáticos para homens e mulheres, os laços tornaram-se mais líquidos. Embora alguns tipos de família encontrem resistência de aceitação

por parte de muitas pessoas, cada vez mais se solidificam estes modelos. São arranjos familiares com formatos diferenciados quebrando conceitos ereestruturando os papeis dos sujeitos que integram a família. Para a psicologia, afamília é um sistema dinâmico, vivo e em constante desenvolvimento.

Além da família tradicional nuclear, que é o modelo mais *comum* de família, a constituída por pai, mãe e filhos, existem os chamados de novos modelos de família. Ainda sobre a tradicional nuclear, tem-se dois tipos: a matrimonial, que é legitimada pelo casamento civil, e a informal, em que o casal tem união estável e não oficializada. Para Lévi-Strauss (1956, p. 309), "[...] a família baseada no casamento monogâmico era considerada instituição digna de louvor e carinho", e de fato ainda assim o é. Esse é o modelo de família considerado adequado por algumas instituições religiosas que preveem, acima de tudo, a procriação. Pai, mãe e um ou dois filhos biológicos foi, por muito tempo, o modelo de família reproduzido, inclusive pelas novelas e propagandas de televisão; quem vivia outro modelo era considerado*fora do padrão*. A família natural foi, por muito tempo, aquela formada por pais e seus descendentes ((art. 25 da lei 8.069/90).

Como se sabe, a partir do "descasamento" surgem novos modelos de família. Falaremos aqui do primeiro tipo de família que passa a existir com a ruptura de um casamento nuclear: o modelo de família monoparental, que é aquele composto por apenas um dos genitores, o pai ou a mãe. A verticalidade dos vínculos, ou seja, o parentesco em linha reta, dá origem à família monoparental. Neste caso, as famílias tem como responsável um ou outro, considerando a separação do casal. Nessas situações, por muito tempo era comum as crianças ficarem com as genitoras, embora não fosse uma regra. Aos genitores cabia a partilha nos finais de semana.

Esse modelo não se origina apenas de casamentos dissolvidos porseparação; há os casos em que um dos cônjuges morre, ou mesmo de outros que nunca assumem a paternidade ou maternidade. Há algumas décadas, esse modelo constituído por mãe e filho gerava a marginalização da mãe, estereotipada com o nome de mãe-solteira.

Outro formato não tão comum, mas que encontramos em muitas comunidades, é a família anaparental, que é aquela composta sem a presença dos pais, como no caso de irmãos em que os mais velhos cuidam dos mais novos. O termo tem o prefixo

“ana”, de origem grega, que indica “falta”, “privação”. Significa a família que tem em falta a presença dos genitores que, algumas vezes, se dá temporariamente por motivos diversos, ou mesmo de forma permanente, e um irmão de mais idade que tenha condição de se ocupar dos demais, se responsabiliza pelosmenores sem se desfazer o lar. Em alguns casos, com a ausência dos pais, os avós ou outros parentes podem assumir a criação dos filhos e a estes arranjos chamamos de famílias socioafetivas, haja vista que estas estão baseadas no afeto, cuidado, carinho e ajudamútua.

Existe um outro modelo que se encaixa na categoria nomeada de família anaparental, que é aquele em que, por exemplo, amigos resolvem viver juntos pela ideia de conviver, de se ajudar material e emocionalmente, apenas pelo afeto e não por ligação sexual. Vale lembrar que o modelo anaparental ainda não tem o amparo legal, pois não é reconhecido por lei. Este tipo de família é pluriparental, resultando da colateralidade de vínculos, podendo ser composta por irmãos, ou tios e sobrinhos,avós e netos, ou tantas outras possibilidades.

Um tipo de família bem comum na atualidade é a família reconstituída, que se compõe por (re)casamentos de casais que trazem seus filhos para a união atual, da qual também podem nascer outros filhos. É a família formada a partir de outras pre existentes. Ou seja, a maternidade ou paternidade antecedem o vínculo conjugal, já que os filhos vieram antes da conjugalidade atual; deste modelo surgem as figuras nomeadas de madrasta e padrasto; nesse caso, é necessário se delimitar as dimensões da parentalidade, visando a harmonia nesta nova forma de família que é constituída, ou reconstituída com novos personagens.

Família unipessoal é aquela formada por apenas uma pessoa. É o caso de pessoas que vivem sozinhas, podendo ser separadas, viúvas ou mesmo nunca antes casadas.

Existe a família adotiva[1], que é formada por adultos que acolhem crianças como filhos, tornando-se, de fato, seus pais. As crianças podem ser frutos de fatalidade, abandono ou negligência dos pais biológicos.

[1] O termo “família adotiva” é amplamente utilizado para descrever famílias que adotaram crianças. No entanto, há um movimento crescente para evitar essa terminologia, pois pode sugerir uma distinção desnecessária entre filhos biológicos e adotivos. Muitos especialistas e defensores da adoção preferem

Quando uma criança é adotada, as responsabilidades e os direitos dos pais biológicos em relação ao adotado são passados para a nova família, os adotantes. A criança é integrada à família, dando origem a uma nova família, cujo mobilizador é o afeto, o amor, o desejo de partilhar a vida.

Chegamos aqui a um tipo de família que vem ganhando espaço de discussão legal, que é a Família Acolhedora. O acolhimento em Família Acolhedora é um serviço de proteção social especial de alta complexidade, de caráter excepcional e provisório, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, risco ou abandono, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva ou em casos em que a família se encontre impossibilitada temporariamente de exercer sua funçãode cuidado e proteção (Brasil, 2009). É, na verdade, um serviço de acolhimento que se contrapõe ao acolhimento institucional de crianças, por compreender a necessidade de convivência familiar e comunitária para o sujeito. O Serviço é responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes que tenham sido afastados da família por medida de proteção, encaminhando-os para famílias cadastradas como famílias acolhedoras e já habilitadas para o acolhimento, que tem por objetivo cuidar e proteger a criança, visando a possibilidade da reinserção da mesma na sua família de origem. Na impossibilidade de retorno, a criança pode ser enviada para o cadastro nacional de adoção.

O que se visa com a inserção da criança em uma família acolhedora, especialmente no período neonatal até a primeira infância, é possibilitar-lhes a convivência familiar, entendendo que esta é estruturante para a criança que poderá viver a relação familiar, inclusive com uma figura que será referência materna e coma qual desenvolverá os laços de apego.

## 2.1 APEGO

Podemos pensar em apego a partir de dois lugares: o do senso comum, que é capaz de esclarecer muito sobre a temática, e com base na teoria pensada por J. Bowlby, a Teoria do Apego. Falaremos dos dois lugares.

simplesmente usar “família” e “filhos”, sem qualificadores, para promover a ideia de que todos os membros da família são iguais. Esta autora endossa tal pensamento.

Apego é um vínculo desenvolvido entre duas pessoas e que tem a segurança de uma delas fortemente ligada ao outro, geralmente uma figura cuidadora, ou seja, afigura de apego. Nesta relação com a figura de apego, a criança é capaz de sentir umconforto e segurança que propiciarão uma base para que, a partir dela, possa explorar o mundo. (Bowlby, 1979/1997).

De um outro lugar, Freud discute a relação objetal (1914), que é diferenciadada relação de apego, mas que em algum ponto tem convergência. Para o pai da psicanálise, a relação objetal é aquela entre o sujeito e o objeto amado que, através de um processo de identificação comum, contribui para o desenvolvimento do ego. Freud usava o termo objeto, ou relação objetal, para falar de pessoa, objeto ou atividade capaz de satisfazer ao instinto. Já o apego ocorre, para Bowlby, com os bebês e suas mães e/ou outros cuidadores, a pessoa que cuida de suas necessidades primárias, deixando-a segura e protegida. Pela teoria, as crianças se apegam instintivamente a quem cuida delas como num instinto de sobrevivência.

Há uma diferenciação entre apego e comportamento de apego. Se o apego se dá entre um sujeito e outro, ou poucos outros, de forma duradoura e intensa, o comportamento de apego pode ser mais amplo e ocorrer com várias outras pessoas. Quando se desenvolve um sentimento de afeição, de simpatia ou afeto por alguém ou alguma coisa, pode se estabelecer o que aqui chamamos de comportamento de apego.

O apego é um tema trabalhado pela psicologia do desenvolvimento; a teoria do apego, desenvolvida por Bowlby, tenta explicar porque as pessoas se apegam tanto a objetos como a outras pessoas. John Bowlby estudou o apego de mãe e bebês, e o sentimento de segurança e conforto que o bebê sente com a mãe – ou outra pessoa cuidadora. Para este psiquiatra e psicanalista, o apego é fruto da sensação de segurança percebida pelo bebê em relação ao seu cuidador ou cuidadora, e essa sensação reverbera por muito tempo na vida.

Sabe-se que o bebê humano é frágil e não sobrevive sem ajuda de outra pessoa. Só, ele não sobrevive, pois precisa do outro para alimentá-lo, protegê-lo do frio e do calor, para amá-lo e dar-lhe segurança. Ou seja, as carências não são apenas físicas, mas também afetivas e emocionais. As relações de apego nestes momentos iniciais da

criança são decisivas para sua formação e equilíbrio, e as relações vivenciadas neste começo da vida serão buscadas e revividas em relações futuras.

Assim, entende-se que mesmo em outras relações em outras fases da vida, o sentimento de conforto e segurança, de prazer e bem estar proporcionado em uma relação gera o apego. Ou seja, mesmo quando se trata de uma criança em idade maior, caso ela se encontre em situação propícia, sentindo-se segura e confortável, amada e cuidada, ela poderá desenvolver algum tipo de apego em relação ao seu cuidador ou responsável. O mesmo se dá com o adulto; ao sentir prazer na relação com uma criança que supre suas carências de cuidador ou cuidadora, desenvolveráapego em relação a esta.

E no caso de uma família acolhedora que recebe uma criança temporariamente, como lidar com o apego e a necessidade posterior de “desapegar”? Aqui precisamos entender que este “desapegar” não significa extinguir a relação de afeto e apego construída, mas o fato de ter que se separar, deixar ir a criança com a qual se construiu a relação, o afeto, o apego, durante um período. O afeto e apego construído este fica e define até certo ponto a estruturação do sujeito.

Não é simples desapegar ou se separar de alguém. No caso da família que tem um filho temporário, é importante que esta esteja o tempo inteiro ciente da questão da temporalidade; que compreenda que é possível se dar e dar amor e afeto, consciente de que é por um tempo determinado, que haverá o afastamento e que este é necessário para o bem do outro.

O apego é inato aos sujeitos; nós nos aproximamos do outro sempre em busca de algo, que é a formação de laços, de apego. Todos os relacionamentos quetraçamos ao longo da vida se sustentam nas nossas carências e na satisfação de nossas necessidades básicas, e isso vale para todos, independente da família, do acolhimento, da situação.

## 2.2 PSICANÁLISE E A RELAÇÃO OBJETAL

O inconsciente é um conceito relevante da Teoria Psicanalítica, sendo um dos seus pilares. Para a psicanálise, as experiências vivenciadas na infância são determinantes para a conduta da vida adulta e para a definição do tipo de relação

que o sujeito terá com o objeto. Nesse caso, a relação primordial[2] é decisiva na definição das futuras relações objetais, que são as relações de afeto entre o sujeito e o objeto amado. Nesta teoria, as relações objetais são as ligações que a criança estabelece com as figuras parentais e a forma como estas contornam suas atividades, que podem ser consideradas boas ou não. Para a criança, uma mesma figura pode representar afetos positivos e prazerosos e, ao mesmo tempo, afetos desprazerosos, o que pesará na formação e na condução de suas relações afetivas, ficando “arquivado” em seu inconsciente como um padrão de relacionamento a ser buscado ou vivido. Porém, para seu desenvolvimento, será necessário que a criança vivencie equilibradamente relações prazerosas e desprazerosas, que tenha o sim e o não de forma equilibradae justa, de maneira que assimile os afetos existentes na relação de forma equilibrada.A forma como os sujeitos percebem o mundo se dá em grande parte pela forma como eles se relacionam com os objetos amados e odiados, ou seja, com as pessoas que são relevantes em suas vidas desde o início.

Sabe-se, no entanto, que para algumas crianças os afetos positivos e os cuidados primordiais necessários para sua formação são ausentes. A falta de vivências positivas que referenciem uma boa relação objetal, um apego bom, vai ocasionar o desamparo (conceito freudiano), ou seja, a sensação de abandono que pode influenciar fortemente a formação subjetiva da criança, que terá um movimento identificatório empobrecido, definindo de forma negativa a sua maneira de se relacionar com o outro. Isso também define sua relação consigo próprio, já que a faltaserá uma marca forte, contribuindo para uma baixa autoestima e auto desvalorização.

A ausência de objetos primários suficientemente bons é o bastante para prejudicar as relações futuras, ou seja, a relação com o outro na vida adulta forma-see define-se lá na primeira infância, a partir das vivências, das frustrações e dos conteúdos recalcados no inconsciente de cada sujeito.

Mas, o que dizer de crianças que desde muito cedo foram privadas de proteção, segurança e apego no seio familiar? Crianças com histórico de abandono erejeição desde sua chegada ao mundo, que não tiveram contato com o seio materno,com os

[2] Para Sigmund Freud, a relação primordial refere-se à ligação inicial e fundamental que o bebê estabelece com a mãe ou com a figura materna. Essa relação é crucial para o desenvolvimento psíquico do indivíduo e está profundamente enraizada na teoria da psicanálise de Freud.

afetos primordiais para seu desenvolvimento? Ou mesmo crianças que conheceram este afeto a princípio e que depois se viram privadas dele e que viveramsituações de violência, violações e privação? A psicanálise entende que o conteúdo vivido, seja positivo ou negativo, permanecerá lá no inconsciente, escapando em palavras e atos, mas determinando o modo de ser/viver do sujeito. Cada um, do seu jeito, cria formas de *sobreviver* às mazelas da própria vida, ressignificando seus conteúdos e buscando um ponto de equilíbrio.

## 2.3 FAMÍLIA ACOLHEDORA: POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HISTÓRIA

Será possível mudar um pouco a história de crianças que foram violentadas em seus direitos, privadas nas suas necessidades básicas? Até que ponto é possível intervir no curso dessa história?

Sabe-se que o destino de muitas crianças que tiveram seus direitos violados e que, por uma questão de segurança, precisaram ser afastadas de suas famílias de origem, é a convivência coletiva em instituições de acolhimento. Estas instituições têm, quase sempre, uma estrutura organizada para suprir as necessidades básicasde uma criança acolhida. Geralmente, seus espaços tem estrutura semelhante a de uma residência familiar, a um lar, e pessoal preparado para acolher como se fosse defato uma família. Essa família é formada por profissionais da psicologia, do serviço social, da pedagogia, profissionais que são amorosos e competentes, que se doam e cuidam, mas que tem carga horária, com hora certa de chegar e de sair, sendo substituídos pela equipe do turno seguinte.

Outro ponto de desvantagem é que nas unidades de acolhimento são acolhidos muitos sujeitos, sejam bebês, crianças ou jovens, geralmente em número superior ao de qualquer família natural. Entende-se que este atendimento é diferenciado do que compreendemos como uma convivência familiar, a qual acreditamos relevante para o desenvolvimento da pessoa, seja criança ou adolescente, com base nas teorias estudadas e acima citadas.

É nesse sentido que observamos o movimento que existe no Brasil, nas últimas décadas, que visa desinstitucionalizar crianças acolhidas em abrigos ou orfanatos,

direcionando-as para o acolhimento familiar e dando-lhes a possibilidade de construir uma nova história.

### 2.2.1 Serviço Familia Acolhedora

O Acolhimento Familiar em Famílias Acolhedoras é preferível ao acolhimento institucional (ECA, Art. 34), haja vista a importância da convivência familiar para uma criança ou adolescente. Um ambiente familiar afetivo possibilita respostas positivas do sujeito, diferente de quando este é inserido em uma instituição. A formação de uma figura de referência ocorre no seio familiar, pela constância na relação entre os sujeitos, o que favorece a instalação do apego de forma segura. A família, não importa a sua configuração, é o espaço adequado para o desenvolvimento de uma criança, e é lá que ela formará suas figuras de apego.

A cidade de Salvador é também conhecida por ser uma cidade acolhedora e, desde 2019, o Serviço Família Acolhedora está em pleno funcionamento, acolhendo recém-nascidos e bebês e crianças de até 6 anos.

O SFA foi implementado em Salvador a partir da Lei 9.015/16 e iniciou suas atividades em 2019, acolhendo apenas crianças na primeira infância (0 a 6 anos). A Lei citada define que poderão se tornar famílias acolhedoras aquelas que não possuir vínculo de parentesco com criança a ser acolhida, que residam em Salvador há mais de 2 (dois) anos, que tenham tempo disponível para oferecer proteção e apoio às crianças, além de ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos. É preciso, também, que gozem de boa saúde e não tenham interesse em adoção. Este ítem é garantido com a assinatura de um documento legal, porque o acolhimento jamais deve ser confudido com adoção ou um encurtamento de caminho para a adoção. E todos os membros da família, maiores de 18 anos, precisam estar de acordo com o acolhimento, afinal compartilharão a mesma casa e a mesma família por um período.

Além desses pré-requisitos, as famílias que se candidatam passam por um estudo psicossocial com entrevistas individuais e coletivas, visitas domiciliares, dentre outros, com a participação de todo o grupo familiar que acolherá a criança. Será a família que definirá o perfil de criança a ser acolhida: gênero, etnia, religião. Só após estas definições, as famílias candidatas passam pelo processo de preparação, com

encontros e palestras que que comporão uma capacitação para habilitação da família. Qualquer modelo de família pode se habilitar para ser família acolhedora.

A família opta se deseja acolher uma criança ou um grupo de irmãos e o acolhimento pode durar até 2 anos. Nossa experiência de acolhimento em Salvador registra que os acolhimentos têm sido mais curtos, haja vista que a equipe técnica do serviço atua com a finalidade de resolver a vida da criança acolhida que pode voltar para sua família de origem, caso esta tenha sido reestruturada e se encontre em condição de ter a criança de volta, ou, caso se constate que este retorno não é possível, o encaminhamento da criança para o Cadastro Nacional de Adoção (CNA)a fim de que encontre sua nova família definitiva.

Um dos aspectos muito trabalhados no processo de preparação das famílias acolhedoras é a ciência de que não poderão adotar a criança que acolhem. Geralmente, após um acolhimento, logo as famílias recebem outra criança.

A equipe técnica do serviço é composta por dois profissionais de psicologia e dois de Serviço Social, além de uma coordenação que será destas áreas ou da pedagogia. Esta equipe também é responsável pelo suporte às famílias no momento do desligamento de uma criança, oferecendo escuta e o que mais for necessário. Este suporte também se estende à criança numa preparação para a partida e o acolhimento na sua família definitiva.

Durante o acolhimento, esta mesma equipe técnica acompanha a criança e a família acolhedora, visando fornecer suporte nas necessidades que por ventura surjam. A mesma equipe é responsável pela busca ativa da família de origem e pelo suporte, quando esta é identificada, a fim de que possam se reestruturar para receber de volta a criança acolhida.

Todo este processo ocorre com a parceria das Varas da Infância e Juventude, do Ministério Público Estatual, da Defensoria Pública Estadual, dos Conselhos Tutelares e das Secretarias e Entidades Públicas Municipais, tais como Secretaria deSaúde e Educação.

Para o SFA, o recurso do acolhimento familiar é uma possibilidade, mas a proposta maior do serviço é atuar na orientação à família para que seu filho não precise ser afastado do seio familiar; no entanto, na necessidade absoluta de acolhimento, o

papel do SFA se cumprirá também ao encaminhar a criança para a família acolhedora selecionada pelo poder judiciário, mantendo a supervisão e atuando para que a criança se desenvolva em um lar provisório seguro e afetuoso.

## 3 CONSIDERAÇÕES

Família é Família. Não importa o modelo, a família se estiver munida de desejo e atender aos requisitos prévios, ela pode se tornar uma família acolhedora. O que importa é que a criança acolhida seja recebida com amor e possa, naquele lar, se desenvolver segura, que se apegue e que se sinta amada, protegida e querida.

A pretensão maior do Serviço é acolher a criança que teve seus direitos violados e extinguir a cultura da institucionalização, garantindo o direito da criança a um ambiente familiar e comunitário, dando-lhe apoio sociofamiliar e meios para usufruir das práticas familiares e sociais. O SFA também pretende destituir a ideia de abrigo de longa permanência em prol de um acolhimento provisório e acolhedorcomo medida protetiva, além de potencializar ou resgatar os vínculos familiares, comvistas à reintegração à família de origem ou colocação em família substituta via sistema de adoção.

As famílias acolhedoras são preparadas quanto aos objetivos do serviço, dentre eles, que o acolhimento deve ser provisório e não deve ser confundido com adoção; no entanto, acolher, neste caso, é uma missão escolhida pela família. É claro que a criança que teve seus direitos violados chega com trauma, dores, medos, vivências de abandono. Exercer a função de família acolhedora exige mais que preparação para a função, é preciso desejo e condição de se dedicar a um ser fragilizado que precisa ter seus direitos garantidos.

Assim, estabelece-se que o SFA trabalha em prol da criança, visando sua defesa e proteção para que não tenha a recorrência de violação de seus direitos no ambiente familiar. Entende-se que possibilitar a cada criança viver em família significa proporcionar-lhe a oportunidade de ser reconhecida e aceita em sua individualidade, em suas possibilidades e dificuldades, de receber amor e os limites necessários. Significa conceder-lhe o acesso à intervenção nos rumos de sua própria vida com segurança e afeto.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S., & Silva, R. R. (2003). **Arranjosfamiliares de crianças de camadas populares.** Psicologia em Estudo, 8 (especial), 11- 20.

BOWLBI, J. **Apego e perda: Apego - A natureza do vínculo.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal:Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de Julho de 1990.

FREUD, Sigmund. **Sobre o narcisismo: uma introdução**. Edição Standard Brasileira dasObras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XIV, p. 73-102.

**Relações objetais** in Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult. 301/06/24]. Disponível na Internet: https://www.infopedia.pt/$relacoes-objetais

SALVADOR. **Lei n. 9015, de 27 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes sob Medida de Proteção, denominado Serviço Família Acolhedora. Salvador: Câmara Municipal, 2016.

Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal – TJDFT. **Violação dos Direitos da Criança.** Brasília, 2013

# FAMÍLIA, GERAÇÃO E RELAÇÕES DE CUIDADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*Carine de Miranda Santos*

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo principal estudar o papel do cuidado presente na convivência familiar contemporâneas, mais precisamente entre pais, mães e responsáveis em relação aos seus filhos (as) adolescentes. Através de uma revisão bibliográfica, evidenciamos os trabalhos de teóricos que contribuem direta ou indiretamente para uma maior compreensãosobre os conflitos enfrentados pelas famílias no cumprimento do cuidado e da proteção de seus filhos (as) na sociedade atual. Entre diversas questões, revisitamos o lugar social da família na função do cuidado; tratamos do conceito de geração e do quanto a vida contemporânea dificulta os relacionamentos entre pais e filhos(as); além de buscarmos compreender quais os novos riscos oferecidos pela sociedade atual que geram uma complexidade ainda maior nas relações de cuidado no ambiente familiar. Consideramos quea alta modernidade defendida por Anthony Giddens é marcada por uma cultura repleta de novos riscos. A sociedade atual reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz, novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Esse desconhecimento faz com que pais, mães e responsáveis, até bem intencionados, negligenciem o papel do cuidado em relação aos seus filhos.

**Palavras-chave**: Família. Cuidado. Geração. Adolescência. Riscos contemporâneos.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca através de uma revisão bibliográfica uma maior reflexão sobre o cuidado presente nas relações familiares contemporâneas, mais precisamente entre pais, mães e responsáveis em relação aos seus filhos (as) adolescentes. Compreendemos que a vida cotidiana a qual nós pesquisadores(as) fazemos parte oferece-nos muitos elementos que alimentam os nossos questionamentos a respeito da vida social. Entre tantos questionamentos, pensamos nos papéis desempenhados pelos sujeitos, pelas instituições sociais às quais fazem parte e toda uma dinâmica social que interfere profundamente na construção dos indivíduos ao longo da vida.

Neste trabalho, temos como objetivos principal, refletir sobre o papel da família no cuidado dos seus filhos(as) adolescentes diante de uma sociedade cada vez mais desafiadora. Entre outras questões discutidas, revisitamos o lugar social da família no

papel do cuidado e da proteção dos seus filhos adolescentes; discutimos o conceito de geração e sobre o quanto os conflitos pertencentes à vida contemporânea dificultam os relacionamentos entre pais e filhos; além de buscarmos compreenderquais os novos riscos em que a adolescência contemporânea está exposta.

Pensar no papel do cuidado entre pais e filhos adolescentes, não significa avaliar criticamente como está a capacidade desses sujeitos no desempenho dos papéis sociais de pai, mãe e cuidadores, a nossa intenção vai muito além desse lugar. Buscamos evidenciar a importância das relações de cuidado no desenvolvimento dos adolescentes. Consideramos que a sociedade contemporânea oferece inúmeras demandas para a família como um todo, e muitas vezes, os sujeitos que exercem a função de pais, mães e responsáveis, encontram-se perdidos no desempenho do cuidado. Como podemos pensar no cuidado de crianças e adolescentes se os responsáveis não estão preparados para lidarem com as demandas da sociedade atual? Espera-se que a família represente para o adolescente um espaço de intimidade e afeto, em que possam encontrar compreensão, refúgio e proteção, contudo, percebemos que as novas formas de sociabilidade geram impactos profundos nos relacionamentos familiares e consequentemente nas relações de cuidado.

Para uma maior organização das ideias apresentadas, dividimos este artigoem dois capítulos: o primeiro, intitulamos de “A família como a primeira instituição social do cuidado”, em que tratamos do conceito de cuidado, da família como instituição social fundamental na segurança e cuidado dos filhos (as), além dos desafios a respeito do tornar-se adolescente na sociedade atual; no segundo capítulo,

“Adolescência e os novos riscos gerados pela sociedade contemporânea” refletimossobre quais são as novas demandas e riscos sociais em que a adolescência está exposta a partir de teóricos que discutem as características sociais, econômicas e culturais da sociedade atual. Pensamos sobre o quanto o nosso atual modelo de sociedade impacta nas relações entre os indivíduos, na construção das suas subjetividades e papéis sociais, interferindo diretamente nas relações de cuidado familiar.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A FAMÍLIA COMO A PRIMEIRA INSTITUIÇÃO SOCIAL DO CUIDADO

Iniciamos este capítulo destacando o conceito de “cuidado”. Segundo o Dicionário Online de Português “cuidado” significa demonstração de atenção, cautela, prudência, zelo, preocupação, responsabilidade. O conceito de "cuidado" é multifacetado e pode ser abordado de diferentes perspectivas, dependendo do contexto em que é aplicado. Em termos gerais, o cuidado refere-se a um conjunto de ações e atitudes voltadas para o bem-estar e o suporte de outra pessoa ou de si mesmo, quando tratamos da compreensão sobre o autocuidado. Pensando em algumas dimensões sobre o significado de cuidado, podemos citar o cuidado pessoal, interpessoal, familiar, profissional, social, e outras tantas perspectivas. Neste artigo, evidenciamos o cuidado da família em relação ao sujeito adolescente. Pensar no cuidado na perspectiva da família, pode representar uma reflexão sobre arelação entre pais, mães e responsáveis por crianças e adolescentes diante de uma obrigação legal. Cabe à família obrigações que giram em torno do sustento, educação, garantia de saúde e de bem estar social.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família deve oferecer o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. São papéis principais da família conforme o ECA: responsabilidade pela proteção e cuidados; educação e formação moral; promoção do bem-estar; participação no processo educativo; encaminhamento para a justiça e proteção. O ECA reforça a importância da família como o núcleo central no desenvolvimento das crianças e adolescentes, destacando a necessidade de um ambiente familiar saudável e protegido para que eles possam crescer e se desenvolver plenamente. A família é uma instituição social fundamental para a inserção dos indivíduos na cultura a qual fazem parte, portanto, ela deve ajudar no bom funcionamento da sociedade.

A garantia de todas essas necessidades das crianças e adolescentes representaria a vida familiar ideal, o que quase sempre não corresponde à realidade. A famíliaparece sempre ocupar o lugar da insuficiência em algum aspecto da vida dos seus mesmos. Essas faltas podem girar em torno de questões educacionais, econômicas,políticas e culturais; carências gigantescas que chegam a comprometer a segurançafísica e emocional de crianças e adolescentes. Sabemos da importância de todas essas formas de cuidado e de proteção, contudo, neste artigo, gostaríamos de

evidenciar a importância do cuidado relacionado às demandas e riscos sociais contemporâneas. Pensamos na família como mais uma instituição social que se encontra perdida diante dos conflitos e riscos que a sociedade atual oferece para todos os indivíduos, mas principalmente para às crianças e adolescentes, ou especificamente, neste trabalho, para os sujeitos adolescentes. No capítulo seguinteabordaremos com mais detalhes a respeito dos conflitos e riscos oferecidos pela sociedade contemporânea.

Tornar-se adolescente por si só, já representa uma fase de conflito e de exposição a maiores riscos. “Adolescer” significa crescer, desenvolver-se, tornar-se jovem. A adolescência é compreendida como uma fase de transição da infância para a vida adulta, caracterizada como um período de muitas transformações físicas e emocionais que provocam conflitos e angústias. Atualmente para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a adolescência é compreendida entre a faixa etária de 10 e 19 anos e a juventude entre os 15 e 24 anos.

Estabelecer recortes históricos sobre as formas de “adolescer” ou “tornar-se adolescente” não é uma tarefa fácil, sobretudo, por compreendermos que essa é uma categoria analisada somente a partir da modernidade, com raras referências de épocas anteriores. Diversos estudos relacionados à adolescência já mencionaram a dificuldade em conceituar o termo, contudo, é reconhecido em grande parte desses estudos que a compreensão sobre as diferentes fases da vida precisa levar em considerando as diversidades culturas, assim como, os períodos históricos. Segundo Le Breton (2013), antes que se possa fazer referência a um sujeito adolescente é possível observarmos algumas marcas iniciais que vão delineando a diferença entre gerações e inaugurando esse novo lugar ou sentimento no laço social.

Na Idade Média a infância e a adolescência não eram reconhecidas, para Ariès (2017) essa tese é comprovada por conta da ausência de objetos pessoais, vestimentas, além da idade não ser registrada e considerada como nos dias atuais. Para Coutinho (2009), a base de diferenciação da fase da infância só surgiu com as transformações das estruturas sociais nos fins do século XIX. Com o tempo a adolescencia foi assumindo papéis sociais diferentes da infância, ao mesmo tempo em que surgiram expectativas para que, a partir de uma certa idade, assumissem a posição de deveres sociais adultos. Cada sociedade é caracterizada sobretudo por sua cultura

que serve como fator de identificação e percepção de valores, constumes e crenças. As normas e as expectativas culturais ajudam a determinar a natureza daadolescência em cada sociedade.

Gennep (2011), apresenta o rito de passagem como um fenômeno composto de fases de separação e de incorporação às novas sociabilidades. O ritual de passagem seria um período intermediário e temporário de incerteza e de crise, isto é,um interstício que possibilita o indivíduo a refletir sobre a sua existência na sociedade. Representa uma fase de instabilidade, de inseguraças pela falta de um lugar social específico. A trajetória do sujeito estaria permeada de interrupções e de passagens de uma posição social para outra. A experiência do indivíduo isolado do grupo passou a ser um referencial para uma mudança de status social. O “rito de puberdade” representa essa transição social e está presente em diferentes épocas e culturas.

Ao contrário das sociedades tradicionais, a vida atual tem se afastado cada vez mais das tradições e valores locais, passando a projetar uma nova forma de ser e conviver entre os indivíduos. Formas de vida que contribuem para a instabilidade na construção das subjetividades dos sujeitos. Não estamos com isso afirmando quenas sociedades tradicionais não haviam conflitos, estamos afirmando que na sociedade contemporânea existe uma fragmentação dos interesses de grupo, deixando cada indivíduo entregue às suas próprias demandas e conflitos.

Essa nova configuração contribui para a instabilidade das relações interpessoais, contribuindo, dessa forma, para uma maior fragilidade emocional dasociedade como um todo, mas, principalmente, entre adolescentes por não possuírem certos repertórios sociais e referências culturais. Uma realidade que gera mudanças nas relações e emoções emitidas pelos adolescentes do nosso tempo.

Segundo Bauman (2004) um mundo baseado em uma multiplicidade de referênciasque se transformam a todo o momento, faz com que o sujeito se sinta “solto”, sem pertencimento social. Nos referimos a um modelo de sociedade que tende a aumentar os conflitos já presentes na adolescência, acentuando a sensação de isolamento, de insegurança em relação ao futuro e uma dificuldade cada vezcrescente do fortalecimento de laços sociais e familiares.

## 2.2 ADOLESCÊNCIA E NOVOS RISCOS GERADOS PELA SOCEIDADE CONTEMPORÂNEA

O acelerado fluxo de transformações tecnológicas, econômicas, sociais e culturais repercutem nas relações estabelecidas entre as pessoas de diferentes gerações. Nos perguntamos de que modo a intensidade das transformações sociais contemporâneas afetam as relações de cuidado entre pais e filhos, separados por experiências geracionais diferentes? O uso do termo geração em contraposição à categoria idade, destacando o caráter subjetivo da construção da experiência de pessoas de diferentes idades.

Para Mannheim (1982), a geração reúne pessoas que nascidas numa mesma época, vivenciam os mesmos acontecimentos históricos e partilham de uma mesma experiência histórica. Essa experiência comum dá origem a uma consciência que permanece presente ao longo do curso de suas vidas, influenciando a forma como os indivíduos percebem e experimentam novos acontecimentos. Ainda segundo Mannheim, as pessoas que fazem parte de uma mesma geração também estão ligadas umas às outras, mesmo que não o saibam, não o queiram e mesmo sem se conhecer. O fato de pertencerem a uma determinada geração torna os indivíduos predispostos a pensar e experimentar o mundo de um modo característico. Isso, de certa forma, pode explicar os conflitos entre adultos e adolescentes em diferentes âmbitos relacionais, inclusive nas questões relacionadas às demandas do cuidado. É comum ouvirmos os argumentos de familiares que afirmam que no passado as crianças e adolescentes eram mais obedientes, não possuíam certos estilos de vida e gostos culturais.

Além da questão geracional descrita acima, segundo Sarmento (2005), jovens que hoje tem vinte anos podem experimentar de forma diferente acontecimentos atuais, dependendo da classe social a que pertença, do fato de se tratar de um homem ou de uma mulher, de ser branco, negro, indígena, etc. Ou seja, a experiência geracional depende também de particularidades encontradas em cada universo cultural mais específico de cada geração. Debert (1998), afirma que não se refere a pessoas que compartilham a mesma idade, mas às que vivenciam determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras gerando uma consciência que permanece presente ao longo de suas vidas, influenciando a forma como os indivíduos percebem e experimentam novos acontecimentos.

Neste segundo capítulo, buscamos refletir sobre as novas demandas de cuidado que surgem a partir do modelo de sociedade atual. Anthony Giddens (2002) afirma que a modernidade representa a cultura do “risco”. Segundo ele, a alta modernidade reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz, novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. O mundo que Giddens chamo de alta modernidade é, segundo ele, apocalíptico, não por conta da calamidade, mas porqueintroduz riscos que gerações anteriores não tinham que enfrentar. Armas nucleares, catástrofes ecológicas, estados totalitários, um mundo com experiência unitária com novas formas de fragmentação e dispersão.

A alta modernidade representa uma ordem em que as certezas da tradição e do hábito foram substituídas pela certeza do conhecimento racional. Para Giddens, nesta sociedade tudo passa pela necessidade da reflexividade, o sentido do “Eu” é construído reflexivamente, longe das certezas da tradição. O “Eu” ou “auto-identidade” é construído longe da comunidade, bombardeado de informações, de inúmeras referenciais existenciais e muitas vezes, distante do que chamamos neste artigo de cuidado familiar. Não estamos apenas tratando do cuidado do provimento alimentar, da moradia e das necessidades encaradas como básicas, estamos falando de um cuidado direcionado às novas demandas sociais, ou seja, na proteção da exposição aos novos riscos a que os adolescentes estão sujeitos. A reflexividade do “Eu” longe do cuidado familiar, gera ainda mais angústia, medo e sensação de solidão. Não podemos perder de vista que esta alta modernidade analisada por Giddens, tente a integrar a reflexão sobre a “auto-identidade” às crises sociais e institucionais como um todo.

E qual o lugar dos pais, mães e responsáveis diante dessas novas demandas por cuidado geradas pela alta modernidade? Estamos falando de sujeitos que também se sentem perdidos no desempenho do papel de cuidar diante desses desafios contemporâneos. A família e as instituições sociais vistas como tradicionais,como a igreja e a escola, deixam de ser o único referencial para os adolescentes. Naalta modernidade encontramos influenciadores digitais; amizades virtuais; redes de jogos; a acentuação dos padrões de beleza inalcançáveis; inteligência artificial e o acesso fácil a uma série de informações fragmentadas, soltas, desconexas. Estamosdiante de uma realidade pesada demais para um (a) adolescente em formação. O resultado de todos esses excessos se apresenta na forma de isolamento social, automutilação,

agressividade, baixo interesse pelos estudos, incerteza em relação ao futuro, tristeza, ansiedade, depressão e suicídio.

As famílias compreendem que os adolescentes necessitam de novos cuidados, mas não conseguem encontrar caminhos que garantam a proteção desses sujeitos diante de todas as atrações no cotidiano. Todos os que vivem nas condições da modernidade são afetados pelas incertezas em relação as ações e decisões referentes ao cuidado. O adolescente frequentemente busca mais liberdade para tomar decisões sobre as suas próprias vidas, o que pode criar tensões nas relações familiares. Liberdade que não está fora de casa, na alta modernidade os adolescentes tem acesso a um mundo de riscos dentro de seus quartos através do acesso à internet. A crescente presença de dispositivos digitais e redes sociais na vida dos adolescentes deve gerar preocupações sobre sua privacidade e segurança online. Para os cuidadores não basta a proteção do que pode estra na “rua”, o risco está dentro de casa.

A sociedade contemporânea fortalece um discurso de liberdade de escolhas, contudo as cobranças sociais, o excesso de estímulos e diversas possibilidades de existência, termina por gerar uma espécie de colapso interno no adolescente que se sente incapaz de dar conta de tantas demandas, desejos e necessidades. O que parece ser um elemento motivador, pela variedade de gostos, tendências, formações, possibilidades de escolhas para o futuro, termina gerando uma espécie de paralisia. As experiências de fracasso nos estudos, os conflitos relacionados a sexualidade, as demandas de trabalho, as fragilidades nas relações interpessoais e do cuidado familiar têm favorecido o crescimento das crises de ansiedade e depressão na adolescência. Segundo Hartmut Rosa (2019), o excesso de estímulos contemporâneos gera uma pressão por respostas e decisões rápidas. Respostas estas que os adolescentes e seus familiares não estão dando conta de encontrar.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse estudo consideramos que o cuidado entre a família e o adolescente na contemporaneidade é moldado por uma série de fatores alimentados por um novo modelo de vida pautado no acelerado fluxo de transformações tecnológicas, econômicas, sociais e culturais que repercutem nas relações estabelecidas entre as pessoas de diferentes gerações. Redes sociais, mundo digital, riscos da internet,

autoisolamento, violências de todo tipo, crises de identidade, entre outras realidades vividas pelos adolescentes, fogem ao controle do entendimento dosfamiliares. São demandas que as famílias não estão dando conta.

Estamos diante de uma cultura que contribui para que as instituições sociais que possuíam funções e espaços bem definidos socialmente, a exemplo da família, desconheçam os seus papéis, ampliando a crise no cuidado e na proteção entre seus membros. Um mundo com tantas possibilidades só tende a aumentar os conflitos já presentes na adolescência, acentuando a sensação de isolamento, de insegurança em relação ao futuro e uma dificuldade cada vez crescente do fortalecimento de laços familiares e sociais. Concluímos este artigo conscientes de que os(as) adolescentes precisam de espaços seguros para se desenvolverem, os modelos de vida construídos na atualidade, destroem parcialmente o sentimento de confiança, de solidariedade e de sociabilidade tão importantes para conter a violência e o sentimento de solidão entre os sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flakman. Rio dejaneiro: LTC, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro:Jorge Zahar, 2004.

BRASIL*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

COUTINHO, L. G. *Adolescência e errância: destinos do laço social contemporâneo*. Rio deJaneiro, RJ: FAPERJ, 2009.

DEBERT, G. *A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade*. In M. L. de Barros (Org.), Velhice ou terceira idade? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1998.

DICIO. Dicionário online de Língua Portuguesa. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: https://www.dicio.com.br/cuidado/ Acesso em 29 de ago.2024.

GENNEP, A. V. *Os ritos de passagem*. Trad. Mariana Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002. LE

BRETON, D. *Uma breve história da adolescência*. Belo Horizonte, MG: PUC Minas.

2013LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarola, 2004.

_____*A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Companhia dasLetras: São Paulo, 2011

MANNHEIM, K. *A questão das gerações*. In M. M. Foracchi (Org.),

*Sociologia* (pp. 67-95). São Paulo: Ática,1982.

ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transição das estruturas temporais na Modernidade*. SãoPaulo: Editora Unesp, 2019.

SARMENTO, M. J. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*.Revista Educação e Sociedade, 2005.

# INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: ENTRE A PERSPECTIVA FAMILIAR E A AUTONOMIA PESSOAL

*Ana Barreiros de Carvalho*

*Andressa de Sousa Santos Ferreira*

*Edson Couto de Oliveira Junior*

*Laíse da Cruz Macena*

*Rayana de Jesus Alves*

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo entender como a família influencia a pessoa com deficiência (PCD) a adentrar no mercado de trabalho, A metodologia utilizada foi a qualitativa tendo como método o levantamento exploratório bibliográfico em livros, relatórios, sites governamentais e artigos acadêmicos oriundos do Google Acadêmico, do Scielo, periódicos da Capes e ResearchGate. O instrumento de análise de dados foi a análise de conteúdo de Bardin. Com relação aos resultados, ficou evidente que o fator mais importante para a inserção da PcD no mercado de trabalho é a mentalidade dos membros da família que pode ser de superproteção, o que inibe a inserção, como de abertura ao empreendedorismo ou ao incentivo à profissionalização da PcD, que a impulsionará ao trabalho como forma de realização profissional, autonomia e cidadania plena.

**Palavras-chave**: Mercado de Trabalho Formal. Família. Inclusão. Pessoa com Deficiência.

## 1 INTRODUÇÃO

Desafios maiores são impostos socialmente pelo sistema educacional, econômico e de assistência à pessoa com deficiência (PcD) quanto à autonomia através da participação ativa no mercado de trabalho formal. A autonomia aqui tomada ultrapassa a lente do retorno financeiro, pois concebe a subjetividade da PcD por cidadania plena, inclusão e combate às privações de liberdade.

No Brasil, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece no Art. 34 que “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades comas demais

pessoas” (Brasil,2015). Apesar do aparato jurídico e de avanços em políticas de reparação como as cotas, a problemática da inclusão da PcD persiste.

Becker (2018) evidencia que a frequência escolar e a participação no mercado de trabalho de PcDs no Brasil são afetadas significativamente por condições estruturais, refletindo em baixa participação - apenas 25,6% concluíram oEnsino Médio e 29,2% trabalham formalmente (IBGE, 2023). Um cenário que denuncia o capacitismo reforçado no preconceito, na subutilização das vagas e na predileção de determinadas deficiências no ambiente organizacional (Neves-Silva; Prais; Silveira, 2015), criando relações hierárquicas entre os tipos de deficiência, seja física, mental, sensorial ou intelectual.

Tal realidade ratifica dilemas para a pessoa com deficiência e a sua família, considerando que tais dinâmicas têm o potencial de influenciar a escolha pela área, cargo de atuação profissional, localidade etc. Isso porque a família, como primeiro grupo social no qual o indivíduo é inserido, constrói uma rede de influência entre os membros de forma individual e/ou coletiva que determina padrões de comportamento e formação da personalidade (Batista; França, 2007; Fiamenghi; Messa, 2006; Santos, 2005). Dessa forma, importa refletir sobre: Como a família influencia a decisão da pessoa com deficiência adentrar o mercado de trabalho?

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão teórica sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal sob a perspectiva da influência que a família exerce na decisão individual. De modo que as temáticas centrais para a construção da reflexão crítica proposta consideram: i) abordar a influência familiar no processo de tomada de decisão das pessoas com deficiência; e ii) refletir sobre o mercado de trabalho formal para a pessoa com deficiência.

Partimos do pressuposto que esta é uma decisão complexa e, muitas vezes, coletiva, pois envolve a família em suas tensões, expectativas, controles e medos. Segundo Lopez-Felipe e Manzanera-Roman (2019), a família tem um papel de dupla valência na decisão, podendo inibir ou estimular o ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Desse ponto de vista, este artigo busca contribuir com a discussão do tema para ampliar o debate nas relações familiares e subsidiar mudanças nasorganizações e nas

políticas públicas a fim de subverter a lógica da inclusão impregnada de uma realidade desigual. Afinal, da perspectiva da pessoa com deficiência ativa no mercado de trabalho formal, sua ação reivindica a função cidadã, um ato político, e envolve dilemas próprios e familiares.

Metodologicamente, a pesquisa se enquadra como de caráter exploratório com a adoção de abordagem qualitativa e interdisciplinar para o avanço dos estudos organizacionais, na perspectiva da diversidade, equidade e inclusão (DE&I).

O instrumento de levantamento de dados adotado consistiu em uma revisão exploratória da literatura, abrangendo livros, artigos, relatórios científicos e governamentais, além de políticas públicas e legislações relacionadas ao tema. As fontes foram obtidas através de plataformas como Google Acadêmico, Scielo, periódicos da Capes e ResearchGate. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é uma metodologia que proporciona uma visão abrangente do problema estudado, sendo fundamental para estudos exploratórios.

O instrumento de análise de dados utilizado foi a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), consiste em categorizar o conteúdo levantado e, a partir dessas categorias, identificar relações sobre o tema pesquisado. A análise considerou como critério de inclusão o atendimento à temática, através das palavras-chave: mercado de trabalho formal; família; inclusão; pessoa com deficiência.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 A PESSOACOM DEFICIÊNCIA: CONCEPÇÕES LEGAIS E O MERCADO DE TRABALHO

A inclusão da pessoa com deficiência (PcD) no mercado de trabalho é uma questão complexa, influenciada por um histórico de preconceito e discriminação. Ao longo do tempo, a estrutura social impôs barreiras significativas à inclusão das PcDs, privando-as de oportunidades fundamentais como educação e trabalho, essenciais para a plena cidadania.

O reconhecimento do trabalho das PcDs é crucial para sua visibilidade e valorização na sociedade. Santos e Carvalho-Freitas (2018), por exemplo enfatizam os

esforços das PcDs para alcançar identidade social e independência, revelandoum forte desejo de aprendizado e contribuição. Contudo, desafios financeiros persistem, com a remuneração sendo essencial para a sobrevivência e autonomia (Lima et al., 2013; Tette et al., 2014).

**O processo de inclusão das pessoas com deficiência: aspectos legais** Na lista geral de todas as leis brasileiras sobre os direitos das pessoas com deficiência são registrados 35 leis e decretos aproximadamente (Brasil, 2024), sendo a segunda década dos anos 2000 (2010-2020) o período que apresentou maior incidência de aparatos legais. De modo que, o Quadro 1 informa a evolução conceitual de deficiência na redação jurídica, observando especificamente dois decretos e uma lei, respectivamente, de 2001; 2009; e 2015.

Quadro 1 - Evolução conceitual de deficiência no Brasil, de 2001 a 2015

| Lei | Termo | Definição | Ênfase |
|---|---|---|---|
| Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001; | Pessoa portadora de deficiência | "O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social". | • Restrição em três focos; ● Natureza vinculada ao estado temporal;<br>• Ambiente como agravador ou causador de limitação. |
| Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de2009 | Pessoascom Deficiência | "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas". | • Noção de longo prazo;<br>• Mudança de restrição para impedimento;<br>• Acréscimo da deficiência intelectual vinculada à natureza;<br>• Conceito de barreiras múltiplas;<br>• Pluralidade na escrita. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 | Pessoacom Deficiência | "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". | • Conceito de barreiras simultâneas;<br>• Reforço à subjetividade com uso de linguagem no singular. |

Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL (2001; 2009; 2015).

No Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, o termo utilizado era Pessoa Portadora de Deficiência e as ênfases estavam na restrição em três focos: física, mental ou sensorial; na natureza vinculada ao estado temporal; e no ambiente como agravador ou causador de limitação. Vale destacar que tanto o termo Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) quanto Portador de Necessidades Especiais (PNE) atualmente são considerados incorretos.

O termo Pessoa com Deficiência foi definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, aprovado em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da ONU. No Brasil, foi validado por emenda constitucional, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. A ênfase do decreto apresentou a noção de longo prazo; a mudança de restrição para impedimento; natureza vinculada à classificação da deficiência, com o acréscimo da deficiência intelectual; o conceito de barreiras múltiplas; e a pluralidade.

Por sua vez, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 avançou na concepção de barreiras para barreiras simultâneas[1], impeditivas à participação social plena, contemplando uma leitura política sobre as múltiplas opressões sofridas por PcD quese enquadram em mais de um grupo social marginalizado na sociedade brasileira. Outro

[1] Apesar da lei não citar o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlè Crenshaw (2002) que designa múltiplos sistemas de opressão pelos marcadores de raça e gênero. Atualmente, a interseccionalidade passa a ser vista como uma teoria social em construção ou uma metodologia provisória para analisar simultâneas relações sociais de hierarquia, com ampliação dos marcadores ou categorias, incorporando classe, origem, território, dissidências sexuais, entre outros, conforme Patricia Hill Collins (2002). Veja mais em: CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev Estud Fem* [Internet]. 2002, Jan;10(1):171–88. COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias:* a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo; 2022.

aspecto interessante foi o reforço à subjetividade, ao combater a universalização da Pessoa com Deficiência, com uso de linguagem no singular.

### 2.1.1 Aspectos legais do processo de inclusão

A primeira lei nacional é a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, popularmente conhecida como Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência. A Lei estabelece proporções para empregar pessoas com deficiência, utilizando o critério de quantidade de funcionários: para empresas de 100 a 200 empregados, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%; e as empresas com mais de 1.001 empregados devem reservar 5%.

O cenário nacional da legislação sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho vivenciou um hiato de 10 anos até a promulgação de 2001, influenciado por um movimento internacional de agenda política de direitos humanos entre o final da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000. Essas influências resultaram em normativas, com destaque: i) o decreto nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001; e ii) o decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009.

O primeiro momento histórico foi na Guatemala em 1999, com a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (CIADDIS), que significou um esforço coletivo de diversas instituições internacionais, ressaltando o Convênio sobre a readaptação profissional e o emprego de pessoas Inválidas da Organização Internacional do Trabalho (OIT-Convênio 159), conforme Brasil (2001). O artigo 3º da Convenção estabelecia que os Estados Partes deveriam se comprometer com a adoção de medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, cujo objetivo fosse o combate à discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

O segundo momento foi a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, em Nova York, que foi assinada em 30 de março de 2007 pelos países signatários. O governo brasileiro depositou o texto ratificado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 01 de agosto de 2008,

mas somente em 25 de agosto de 2009, o Brasil promulgou a Convenção através do decreto nº 6.949.

O decreto nº 6.949 parte do princípio do respeito pela sua dignidade inerentee estabelece no Artigo 27 as disposições sobre trabalho e emprego, com destaque para os itens a; e; h; e k.

> Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;
> e) Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional parapessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego;
> h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado,mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas;
> k) Promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho para pessoas com deficiência (Brasil, 2009, p. 14).

Esse decreto traz um avanço ao estabelecer compromissos tanto na esfera pública quanto privada do mercado de trabalho formal, assim como a garantia de ascensão profissional através de um plano de carreira. Outro aspecto a ser destacado é a responsabilidade social das organizações na realização do direito ao trabalho, “inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego” (Brasil, 2009, p. 13).

Apenas seis anos depois, é promulgada a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência, mais conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Um importante avanço na lei foi o estabelecimento das instâncias de controle e fiscalização, conforme o artigo 93, parágrafo 2º:

> Ao Ministério do Trabalho e Emprego incumbe estabelecer a sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo-os, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados (Brasil, 2015, p. 25).

A LBI define as barreiras à participação social da pessoa com deficiência e estabelece seis tipos principais de barreiras: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas. A ampliação da avaliação técnica sobre as barreiras e os fatores ambientais que impedem a plena participação

das pessoas com deficiência na sociedade se confirma como um princípio para a inclusão. De acordo Simonelli et al. (2020), as barreiras não se limitam ao espaço físico ou social, pois podem promover opressões simultâneas nas relações e rotinas, contribuindo ainda mais com as privações de liberdade, direito à cidade e participação social.

Assim, a lei contribuiu com a validação e estímulo a políticas públicas, que exigem atuação permanente, integrada e articulada para a “plena participação social da pessoa com deficiência” (Brasil, 2015, p. 11). Um reflexo de reforço ao combate do capacitismo com a política de cotas em concursos públicos e no ingresso ao ensino superior nos anos anteriores, por exemplo.

### 2.1.2 A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho

Para Brunhoff (1991), a noção de mercado de trabalho é a de equilíbrio entre a oferta e a demanda de um fator de produção para um preço denominado salário. O mercado de trabalho pode ser considerado assim, como um "termômetro" da economia. Tanto nos períodos de desenvolvimento como nos de crise, ele sofre variações que são medidas, principalmente, pelo desemprego (Varella e Pierantoni, 2008).

No universo do mercado de trabalho, a inclusão das PcDs ainda é um assunto complexo em pleno século XXI. É inegável que vivemos em uma sociedade com histórico de preconceito e discriminação, num mercado altamente competitivo, com uma luta constante por uma vaga de emprego (Schneider, 2019). Para Maciel (2000)no Brasil, há uma significativa parcela de indivíduos com alguma forma de deficiência que enfrenta discriminação na sociedade em que vivem e são muitas vezes excluídos do mercado de trabalho.

Ao longo da história, a estrutura social tem apresentado obstáculos à inclusão dessas pessoas, relegando-as à margem e privando-as da oportunidade de participar plenamente da vida, como frequentar a escola ou ter um emprego, o que éfundamental para o exercício da sua plena cidadania. Cada tipo de deficiência influencia o comportamento e desencadeia diferentes formas de preconceito e desconforto. Deficiências físicas, como paralisia, cegueira ou amputações, são prontamente identificadas e suscitam preocupações mais imediatas devido à sua visibilidade.

Enquanto isso, deficiências mentais e auditivas podem passar despercebidas inicialmente, mas tendem a gerar mais ansiedade à medida que se percebe a realidade enfrentada por essas pessoas.

Maciel (2000) ainda destaca que a falta de compreensão generalizada na sociedade leva muitas vezes a considerar a deficiência como uma condição crônica, um fardo ou um problema tanto para as empresas quanto para a sociedade em geral. A percepção comum da deficiência é complexa, frequentemente retratando pessoas cegas, surdas ou com deficiências mentais ou físicas como incapazes, vulneráveis e desprovidas de direitos.

O trabalho, portanto, exerce importante papel na formação do sujeito, potencializando seu desenvolvimento e inclusão social, além de contribuir significativamente na formação da identidade dos sujeitos, como a superação de barreiras, o combate ao estigma da incapacidade e a geração de impacto positivo na sociedade (Galvão *et al*., 2018). Para Lima *et al*. (2013) o trabalho ainda contribui no contexto do direito de as PcD buscarem melhor qualidade de vida, aprimorando habilidades e competências, tanto na execução de atividade laboral quanto por meio dela.

Vale destacar ainda o sentimento de utilidade e de valorização, oriundos da dedicação para executar uma atividade laboral, uma vez que, de acordo com Lima *etal.* (2013, p. 57) “à medida que o trabalho da pessoa com deficiência é reconhecido pelos outros, ele torna-se visível e ela deixa de ser invisível para a sociedade”. Santos e Carvalho-Freitas (2018) ainda completam destacando o esforçoempreendido por esses sujeitos no intuito de obter identidade social, capacitação, independência pessoal e reconhecimento no trabalho, tais esforços revelam o desejo de aprender e oferecer o melhor na função que lhes foi oferecida.

Entretanto, desafios ainda fazem parte desse processo, em especial a nível financeiro. Para Lima *et al*. (2013) e Tette *et al*. (2014), por exemplo, a contrapartida financeira e o retorno material atribuem sentido ao trabalho, por possibilitar sobrevivência, segurança, independência e autonomia. Já Galvão *et al*. (2018) não associam a remuneração a um objetivo ou a um elemento gerador de significado como os outros autores, mas a uma consequência do labor e da necessidade dos indivíduos.

Vale destacar, por fim, que o papel atribuído ao trabalho pelo indivíduo com deficiência tem impacto diretamente na sua própria atuação. Entretanto, como elucidado por Simonelli *et al*. (2020, p. 454), o ato de incluir demanda "não apenas o esforço de 'pessoas que se superaram', mas um conjunto de ações de diversos atores e instituições que torna possível a participação no trabalho de forma decente".

## 2.2 FAMÍLIA E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A presença de um membro com deficiência no núcleo familiar não apenas desafia as normas sociais vigentes, mas também fomenta uma revisão profunda dos conceitos e práticas familiares. Consoante Buscaglia (2006), a família exerce um papel fundamental na formação de valores e percepções acerca da deficiência, influenciando diretamente a trajetória profissional do indivíduo com deficiência. A reavaliação dessas perspectivas é crucial para promover a independência e a autonomia desses indivíduos no mercado de trabalho, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

### 2.2.1 Família e carreira profissional da pessoa com deficiência

Buscaglia (2006, p. 77-78) destaca a importância da família na formação dos padrões de conduta, identidade pessoal, orientação moral, progresso intelectual e estruturação das instituições culturais e sociais. Como uma força social influente, a relevância da família é inquestionável para qualquer estudioso interessado no crescimento, desenvolvimento, formação da personalidade e comportamento humano.

Especificamente, no contexto das famílias com pessoas com deficiência, a presença de um membro com deficiência desafia paradigmas estabelecidos e normas convencionais. Nossa sociedade muitas vezes carece de estímulo para refletir sobre o que se desvia do padrão, aquilo que não é socialmente aceito como a norma. Assim, a presença de uma pessoa com deficiência na família exige uma reavaliação dos modelos de pensamento e a exploração de novos conceitos que se ajustem a essa realidade.

Consequentemente, a família deve adaptar-se a essa nova realidade, revisando suas perspectivas, valores e práticas cotidianas (Vigotski, 1991; Buscaglia,2006).

Dentro desta moldura conceitual, a influência da família na construção da trajetória profissional da pessoa com deficiência é um aspecto crucial e multifacetadoa ser analisado. A família não apenas oferece suporte emocional e prático, mas também desempenha um papel fundamental na formação de expectativas, valores e percepções sobre o trabalho e a deficiência. Conforme argumentam Dessen e Polonia (2007), as mudanças na estrutura social são concretizadas principalmente através das interações familiares, caracterizadas por uma dinâmica de influências recíprocas entre os membros familiares e os diversos contextos sociais. Assim, ao considerarmos a interseção entre família e carreira profissional da pessoa com deficiência, torna-se evidente a importância da influência familiar na construção dessa trajetória. A família enfrenta o desafio de adaptar seus modelos de pensamento para incluir a realidade da deficiência.

É válido ressaltar que a família também enfrenta seus próprios dilemas e desafios ao lidar com a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Desde a revisão de expectativas e valores até a adaptação de práticas cotidianas, a família é confrontada com a necessidade de reconstruir suas percepções e abordagens em relação ao trabalho e à deficiência. Segundo a APAE (2022), é frequente que as famílias de pessoas com deficiência busquem estabelecer um ambiente familiar acolhedor e protetor, o que, em algumas situações, pode limitar a independência desses indivíduos.

A trajetória profissional da pessoa com deficiência é moldada por uma complexa rede de influências, na qual a família desempenha um papel central. Ao oferecer suporte emocional, orientação prática e formação de valores, a família contribui significativamente para o desenvolvimento da autoconfiança e da autonomia da pessoa com deficiência. Este apoio é crucial para a construção de uma carreira sólida e satisfatória, pois as expectativas e percepções cultivadas no ambiente familiar frequentemente determinam as aspirações e as oportunidades que serão buscadas no mercado de trabalho.

Assim sendo, a interação entre a família e a carreira profissional da pessoacom deficiência ilustra a importância de um ambiente familiar que não apenas acolhe, mas

também estimula a independência e a autossuficiência. A adaptação das expectativas e práticas familiares para incluir a realidade da deficiência não só promove um desenvolvimento mais inclusivo, mas também desafia e transforma as normas sociais estabelecidas. Portanto, a família emerge como um agente crucial napromoção de uma trajetória profissional inclusiva e bem-sucedida para a pessoa com deficiência, refletindo uma sociedade mais equitativa e consciente das suas diversidades.

### 2.2.2 A influência da família nas decisões da pessoa com deficiência

Segundo Rego e Maluf (2012, p. 218), “a família é originalmente o lugar onde o homem se encontra inserido por nascimento ou adoção e nela desenvolve, mediante as experiências vividas, sua personalidade e seu caráter”. Diversas são as formas de família existentes na atualidade e o conceito tradicional mudou, abarcando novas formas, porém, podemos afirmar que “o modelo prevalente de formação familiar é a família nuclear, ou seja, composta pelos pais e por prole” (Rego; Maluf, 2012, p.224). Por essa razão, a forma adotada no presente trabalho, para efeito de análises, é o da família nuclear.

Quando tratamos dos fatores que influenciam a família da pessoa com deficiência a apoiá-la ou não, Schwartzman et al. (2023) cita vários fatores tais como:o nível de escolaridade e mentalidade de seus membros; questões de logística e apoio comunitário, governamental e de outras famílias. Já para López-Felipe e Manzanera-Román (2019), as atitudes dos membros da família com relação ao empreendedorismo das pessoas com deficiência é o aspecto mais crucial da dimensão familiar. Dependendo do modelo familiar, a atitude pode impedir ou fomentar o empreendedorismo, superprotegendo-os ou lhes dando o apoio e incentivo necessários.

Segundo Rego e Maluf (2012), a atitude familiar é um dos principais aspectos que determinam o empreendedorismo da pessoa com deficiência. A família, em geral, tende a ser superprotetora e a reduzir a independência e a capacidade de decisão das pessoas com deficiência. Nesse contexto, os familiares, acompanhantes, as próprias pessoas com deficiência, representantes de associações e profissionais técnicos, todos

enfatizam a importância do apoio emocional de familiares e amigos para contrabalançar aspectos relacionados à dimensão psicológica, como a baixa autoestima.

Schwartzman *et al*. (2023) identificaram a importância do desenvolvimento de habilidades dos membros da família com relação às crenças e mentalidades individuais relacionadas ao emprego do deficiente e o envolvimento da família, através da participação ativa no processo de conseguir e se manter no emprego, os fatores preponderantes para inserção do deficiente no mercado de trabalho. Tambémressaltam a importância do direcionamento e apoio à família pelo sistema de acesso aos empregos; oportunidades de aprendizagem com outras famílias de pessoas com deficiência e a utilização de uma rede de relacionamentos pessoais da família para se conectarem com oportunidades de emprego. Os membros da família também podem fortalecer as habilidades sociais do deficiente através da sua inserção em serviços voluntários.

A mudança de mentalidade dos membros da família torna-se essencial para que eles possam buscar ajuda e envolverem-se em redes de apoio a familiares, serviços governamentais, de Organizações Não Governamentais-ONGs e de empresas que estão dispostos a se engajarem nesse processo de gerar autonomia para o deficiente, o que trará benefícios para ele, para a família e para toda a sociedade.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo à questão norteadora do presente estudo sobre como a família influencia a decisão da pessoa com deficiência adentrar no mercado de trabalho, verificamos à luz do referencial bibliográfico levantado, que foram estabelecidos critérios de análise a saber: a) a evolução histórica das pessoas com deficiência; b) nível de escolaridade e mentalidade dos membros da família; c) questão de logística e apoio comunitário, governamental e de outras famílias. Notou-se que a pessoacom deficiência passou a ter direito de inserção social e de acesso ao local de trabalho, porém, caso os fatores acima descritos não se apresentem favoráveis, de nada adiantará o estabelecimento de normas e legislações específicas.

Também ficou evidente que o fator mais importante para a inserção da PcD no mercado de trabalho é a mentalidade dos membros da família que pode ser de

superproteção, o que inibe a inserção, como de abertura ao empreendedorismo ou ao incentivo à profissionalização da PcD, que a impulsionará ao trabalho como formade realização profissional e de grande importância social, uma vez que a diversidade no ambiente de trabalho tem demonstrado trazer desenvolvimento social sustentávele uma sociedade mais justa e equânime.

## REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, D. L. P.; MENDES, D. C.. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMBIENTE DE TRABALHO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.29, p. e0140, 2023.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE). O papel da família no desenvolvimento e autonomia da pessoa com deficiência. Curitiba: Redação APAE, 02 deagosto de 2022. Disponível em: https://apaecuritiba.org.br/familia-desenvolvimento-pcd/.

BARBOZA, H.H. and ALMEIDA JUNIOR, V.A. Reconhecimento e inclusão das pessoas comdeficiência. **Revista Brasileira De Direito Civil** [online]. 2018, vol. 13, no. 3, pp. 17-38 [viewed 13 April 2023]. Available from: https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/150

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**, São Paulo, Editora Martins Fontes, 1977.

BATISTA, Sérgio Murilo; FRANÇA, Rodrigo Marcellino. Família de pessoas com deficiência: desafios e superação. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. Florianópolis, v.3, n. 89 10, p. 117-121, 2007.

BECKER, K. L. **Como a deficiência afeta a educação e o trabalho de jovens no Brasil**. UFSM: Texto para discussão. 2018. Disponível em: http://coral.ufsm.br/economia.

BECKER, K. L.. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001**. Brasília: Câmara dos Deputados,Edições Câmara, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007- 2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** (Estatuto da pessoa comdeficiência). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao pessoa deficiencia.pdf. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

BRASIL. **Leis sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Câmera dos deputados. 2024. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-nacamara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/legislacao-2/leissobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRUNHOFF, S. **A hora do mercado: crítica do liberalismo.** São Paulo: Unesp, 1991. 182p.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CARMO, M.M.I.B., GILLA, C.G., QUITÉRIO, P.L. Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. **Interação em Psicologia** [online]. 2020, vol. 24, no. 1 [viewed 13 April 2023]. http://doi.org/10.5380/psi.v24i1.59972. Available from: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/59972/0

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextosde desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-31, abr., 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf. Acesso em: 10 demaio de 2023

**Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 49, n. 1, p. 39–64, jan. 2019.

FIAMENGHI, Geraldo A.; MESSA, Alcione A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre asrelações familiares. **Psicologia Ciência e Profissão**. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 236-245, 2006.

GALVAO, M. F. G., LEMOS, A. H. da C., & CAVAZOTTE F. de S. C. N. Revisando o Mainstream: o significado do trabalho para as pessoas com deficiência adquirida. RAM - Revista de Administração Mackenzie, 19, 1-30, 2018 Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMD180079 Acesso em: 07 de maio de 2024. GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas,2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pessoas com deficiência 2022,** PNAD Contínua. IBGE, 2023.

LIMA, M. P. de, TAVARES, N. V., BRITO, M. J., & CAPPELLE, M. C. A. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. RAM - Revista de Administração Mackenzie, 14(2), 42-68, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-69712013000200003 » https://doi.org/10.1590/S1678-69712013000200003

LOPEZ-FELIPE, Maria Teresa; MANZANERA-ROMAN, Salvador. A influência da família noempreendedorismo das pessoas com deficiência em Espanha. **suma neg.**, Bogotá, v. spe22, pág. 51-57, dezembro de 2019.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. 2000.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?lang=pt Acesso: 07 maio 2024.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. 2000.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?lang=pt Acesso: 07 maio 2024.

NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M.. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva**. Ciência &Saúde Coletiva, v. 20, n. 8, p. 2549–2558, ago. 2015.

RODRIGUES, Pollyanna Salles; PEREIRA, Éverton Luís. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. Physis: **Revista deSaúde Coletiva** [online]. v. 31, n. 01 [Acessado 6 Abril 2024] , e310114. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310114. ISSN 1809-4481.

SANTOS, J. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. de. Sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida. **Psicologia & Sociedade**, 30, e160054, 1-11, 2018 Disponível: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30160054 Acesso em: 07 de maio de 2024.

SANTOS, L. M. M. dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologiaem Estudo**, v. 10, n. 1, p. 57–66, jan. 2005.

SCHNEIDER, Daniela. **A inclusão de Profissionais com Deficiência no ambiente detrabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Administração da Universidade de Caxias do Sul, 2019. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/5736/TCC%20Daniela%20Schneider. pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: 07 maio 2024.

SIMONELLI, A. P.; JACKSON FILHO, J. M.; TEIXEIRA, A. C., OLIVEIRA, B. A. DE, FRIEBE, E. C. DE L.; CANALI, R. DEL.; BORDIGNON, T. M.; OLIVEIRA, V. P. M. de.. Enquadramento da temática da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho em Jornal de grande circulação do estado do Paraná de 1991 a 2016. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 28(2), 2020, 452-466. https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1988.

SIMONELLI, A.P.; JACKSON FILHO, J.M. Análise da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho após 25 anos da lei de cotas: uma revisão da literatura. **Cadernos BrasileirosDe Terapia Ocupacional** [online]. 2017, vol. 25, no. 4, pp. 855-867 [viewed 13 April 2023]. https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1078. Available from:https://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1842.

TETTE, R. P. G.; CARVALHO-FREITAS, M. N. de; OLIVEIRA, M. S. de. Relações entre significado do trabalho e percepção de suporte para pessoas com deficiência em organizações brasileiras. **Estudos de Psicologia**, 19(3), 217-226, 2014. Disponível em:https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000300007. Acesso em: 07 de junho de 2024.

VARELLA, Thereza C e PIERANTONI, Célia R. **Mercado de trabalho: revendo conceitose aproximando o campo da saúde. A década de 90 em destaque**, 2008.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/kFv9Gw9MvV9WpXmnXVp47FQ/# Acesso: 07 maio 2024.

VIGOSTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

# INTERFERÊNCIA DA MIGRAÇÃO NOS LAÇOS FAMILIARES:UMA ANÁLISE JURÍDICA

*Jessica Hind Ribeiro Costa*

*Pedro Santos da Silva*

**RESUMO**

Durante a história da humanidade, ocorreram diversas revoltas, guerras e toda espécie de conflitos entre nações. No entanto durante essas guerras muitas famílias acabaram e até hoje acabam sofrendo com a alta agressividade desses conflitos, tal evento necessita de uma análise por se tratar de um problema que se apresenta em todos os lugares, um deles sendo o Brasil. Utilizando análise legislativa e revisão bibliográfica, analisou-se o processo da reunião familiar dos refugiados e imigrantes, que vem sendo um grande desafio no Brasil devido aos seus requisitos. Apesar de toda a análise presente no artigo ser baseada em casos concretos com jurisprudência, existirem várias campanhas, realizadas por órgãos que apoiam os direitos humanos, como a ONU e órgãos que trabalham especificamente com os imigrantes e refugiados como a OIM, até mesmo utilizando da Lei nº 9.474 de 22/07/1997 que definiu a implementação do Estatuto dos Refugiados, o problema ainda é presente e causa estigma na base da sociedade. Visando o bem estar do ser humano na sociedade, sendo algo que é averiguável e necessita se tornar pauta para que seja haja mudança seguida de solução.

**Palavras-chave**: Migração; Reunião Familiar; Direitos.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho examina a complexa interseção entre migração e direitos fundamentais, com foco nos desafios enfrentados por indivíduos e famílias em contextos de deslocamento forçado, seja por razões econômicas, políticas ou ambientais. Historicamente, os fluxos migratórios têm sido impulsionados por uma variedade de fatores, incluindo processos de exploração colonial, guerras, perseguições e, mais recentemente, mudanças climáticas. A migração forçada tem gerado significativos impactos sociais, econômicos e humanitários, levantando questões sobre o cumprimento dos direitos humanos e a proteção de migrantes em situações de vulnerabilidade.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, o investimento europeu nos processos de colonização e exploração gerou fluxos migratórios massivos, muitas vezes forçados,

como no caso de americanos e africanos que foram deslocados para atender às demandas de acumulação de capital. Nesse contexto, pensadores como Marx e teóricos marxistas exploraram a relação entre migração e materialismo histórico, conectando-a à expansão do trabalho e à liberação da mão de obra. Assim, a migração foi historicamente entendida não apenas como um meio de sobrevivência, mas também como uma ferramenta de acumulação de capital e crescimento econômico.

Contemporaneamente, a migração forçada é exacerbada por crises humanitárias, conflitos armados, instabilidade política e catástrofes ambientais, refletindo a urgência de uma proteção internacional mais robusta. A análise das políticas migratórias revela lacunas significativas na implementação dos direitos fundamentais dos migrantes, especialmente no que diz respeito à proteção da unidade familiar. Como evidenciado pela política de "tolerância zero" nos Estados Unidos, que separou milhares de crianças de suas famílias, o desrespeito aos direitos humanos de migrantes gera traumas profundos e violações sistemáticas que contrariam os princípios estabelecidos em tratados e convenções internacionais.

Este trabalho utiliza uma revisão bibliográfica e estudos de caso para explorar as múltiplas dimensões dos direitos dos migrantes, especialmente em relação à proteção familiar, e as limitações do quadro jurídico internacional na garantia desses direitos. Com base no raciocínio indutivo, parte-se da análise de situações específicas para inferir a necessidade de políticas inclusivas e eficazes que abordem as lacunas normativas e promovam a proteção integral dos migrantes, conforme previsto em instrumentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre a efetividade dos direitos fundamentais no contexto migratório, propondo a revisão de políticas e aadoção de novas abordagens que assegurem a dignidade, a segurança e a integridade das famílias migrantes, garantindo que todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou condição, sejam tratados com justiça e humanidade no âmbito das leis internacionais e nacionais.

A metodologia utilizada foi uma revisão de leitura das principais convenções e legislações internacionais e nacionais, análise de dados estatísticos, análise de caso concreto, introdução da legislação brasileira e uma reflexão crítica sobre as dificuldades

enfrentadas pelos refugiados, especialmente em relação à reunião familiar. Por fim, esse estudo busca contribuir para a compreensão dos mecanismos de proteção aos refugiados, destacando as falhas e os avanços na atualidade.

## 2 DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO DA FAMÍLIA NA MIGRAÇÃO DIREITO À UNIDADE FAMILIAR E IMPACTO PSICOLÓGICO DA SEPARAÇÃO FAMILIAR

Devido ao grande investimento europeu nos processos de fluxos migratórios, durante os períodos do século XVI e XVII, surgiu um grande mercado comercial associado aos processos de exploração e colonização. Essa mercantilização gerou numerosos fluxos migratórios de americanos e africanos, muitas vezes, consequentede migrações forçadas (Villarroel, 2021).

De acordo com Villarroel (2021), a perspectiva econômica da migração foi analisada por Marx e pensadores marxista ao conectar características da migração com o materialismo histórico, abrangendo a ideia de acumulação do capital relacionada a colonização, onde a migração foi o alicerce para expansão do trabalho e libertação da mão de obra. Assim, a migração pode ser entendida como uma formade acumular capital e não somente como forma de sobrevivência. .

Essa ideia da imigração como uma oportunidade de alcance de perspectiva de vida quando unido à necessidade urgente de sair do país de origem, geram efeitos sociais desastrosos como podemos observar o número de pessoas que morrem diariamente em trajetos sub-humanos de deslocamento.

O artigo abordará a presente temática a partir da análise da nova lei de Migração e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos das Américas como meios de Proteção da dignidade humana dos migrantes incluindo as crianças e adolescentes. O artigo 3.1 da Lei N °.445/17, expresso por esse diploma normativo, toda vez que agentes estatais executarem medidas direcionadas a crianças, direta ou indiretamente, deve-se analisar os interesses que serão afetados. Além disso, o artigo 3.2, do mesmo diploma normativo ressalta que os Estados têm o dever de adotar todas as medidas administrativas e legislativas para proteção das crianças. Nesse contexto, medidas estatais que afastem crianças de suas famílias, precisa de uma análise minuciosa, acerca do bem estar desses menores. (Cardoso; Moreira, 2022).

Demonstrando como o direito internacional também se debruça sobre as relações familiares, garantindo os Direitos dos migrantes decorrente dos Direitos humanos, e suas devidas consequências jurídicas das relações migratórias, além de limitar as intervenções estatais diante das unidades familiares.

Igualmente importante enfatizar a relevância do ordenamento brasileiro em face da instituição família, destacando que o Estado assegura a assistência da pessoa de acordo com cada um dos integrantes (Brasil,1988).

O Brasil, ao acolher os tratados como meio de proteção à dignidade humana, passam a ter uma ferramenta sociojurídica importante para o regulamento adequado dessas condições, além de assegurar o tratamento ideal para os não nacionais em solos brasileiros, independente da condição, seja como refugiado, asilado, apátridaou qualquer indivíduo sem vínculo com um país de origem (Sodré; Lima, 2021).

Analisando-se a situação dos refugiados, especificamente, podemos perceber também uma problemática que tange à proteção familiar, uma vez que, durante esse processo migratório, a unidade familiar é fragilizada e, muitas vezes, não é mantida. De acordo com Samuelson (2023), a política de tolerância zero do governo de Trump, referente ao cruzamentos ilegais da fronteira, resultou na separação de mais de 5.000 crianças de suas famílias entre o os EUA e o México entre 2017 e 2021.

Portanto, emerge-se a falta de congruência da realidade migratória com tratados universais já estabelecidos. O artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, alega a garantia de não intromissões arbitrárias na família ou vidaprivada do indivíduo e, caso haja tal intromissões, detendo-se sobre o direito de proteção unidade familiar, tutelada pelo artigo 16, ponto 1 da mesma Convenção, o qual exemplifica algumas dessas incongruências.

Mesmo sendo um direito universal e um elemento natural e fundamental da sociedade o direito à proteção desta e do Estado, conforme declarado na própria Declaração dos Direitos Humanos. Ainda considerando os direitos da unidade familiar como foco, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos asseguraem seu Art. 24 §1° que toda criança, sem nenhum tipo de discriminação, o direito a medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte de sua família, da sociedade e do Estado.

Ao falar sobre a unidade familiar relativa à migração, percebemos a importância do ciclo familiar nas vidas dos respectivos entes que correspondem a essa família, e sua relevância no âmbito psicossocial. Assim como, a família é equiparada a um grupo social que atinge significativamente a vida das pessoas, como uma estrutura de organização complexa e interligada com o contexto social e cultural do jeito, comocitado por Rolim, Abreu, Pereira e Temóteo (2022).

A separação bruta e a desvinculação temporária ou permanente, influência no desenvolvimento desses laços de afeto da criança e do adolescente afastado, sendo marginalizados socialmente pela migração forçada (Neto e Chediak, 2023). Pois “a família é uma realidade sociológica e constitui a base do Estado, o núcleo fundamental em que repousa toda a organização social” (Gonçalves, p.17).

Conforme a importância do âmbito familiar para o desenvolvimento pessoal, destaca-se o tema do afeto como uma grande referência no assunto sobre desenvolvimento, pois o “afeto está presente no núcleo familiar contribui para o desenvolvimento de gestos de solidariedade e fraternidade com que pais, avós, tios, irmão mais velhos ou outras pessoas equivalentes assumam papeis de pais, atuando de forma responsável a cuidar e zelar pelo menor” (Neto e Chediak, 2023).

Em inúmeras circunstâncias, os migrantes encontram-se situações hostis, que são separados, de maneira abrupta de seus familiares, conforme casos a seguir relatados no artigo (Neto e Chediak, 2023), apresentando uma entrevista que um pai relatou ter seu filho retirado do seus braços, vendo-o chorar em uma cela diferente, sem nenhum tipo de apoio. Isso revela, por exemplo, um trauma passado pela criança, havendo uma drástica mudança na sua estrutura familiar.

Em conclusão, o  tópico demonstra a perspectiva da migração perante os direito humanos, o quanto é respaldado juridicamente os direitos internacionais dos imigrantes, além de abranger a realidade desses direitos e quanto o respaldo jurídico é efetivo. Pois, é notório, que deve haver melhor efetivação de tais direitos, visto que os imigrantes e as unidades familiares são protegidos, normativamente, por diversas convenções internacionais, como a Declaração Universal dos Direito  Humanos, Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Lei de migração entre outros. No entanto, há uma falta de execução da proteção familiar pelos entes Internacionais.

Em razão desses lapsos, acarreta múltiplos traumas aos envolvidos nesses processos, ao separar a unidade familiar, que possui uma extrema importância na construção social, dificultando o convívio social e impedindo o desenvolvimento dos imigrantes, diante a sociedade.

## 3 MIGRAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CONFLITOS E CRISES HUMANITÁRIAS: COMO POLÍTICAS MIGRATÓRIAS RÍGIDAS PODEM VIOLAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS FAMÍLIAS.

Durante o século XX, houveram muitos eventos de locomoção humana, devido as grandes guerras que aconteceram nesse período, que deixou milhares de pessoas em péssimas condições de vida, as quais foram obrigadas a deixarem seus países de origem em busca de sua sobrevivência. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiu uma necessidade de proteger e proporcionar assistência humanitárianão só aos migrantes, como também aos refugiados através de instrumentos como a criação da ONU (Organização das Nações Unidas), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção de Genebra Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951). Esta última foi a responsável pela criação do termo refugiado, seu significado, assim como, seus direitos e deveres devidos, conforme prevê seu art. 1°,

> Que, em conseqüência dos acontecimentosocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não temnacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em conseqüência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referidotemor, não quer voltar a ele.

A Convenção foi inovadora ao trazer em seu texto a compreensão jurídica dos direitos básicos dos refugiados, pois “até o século XX, o Direito Internacional não possuía instituições ou regras voltadas especificadamente aos que, após fugir de seu Estado de residência, buscavam abrigo em outro país” (Carvalho Ramos, 2011, p. 1157). No entanto, a Convenção deixou de fora outros contextos ao se referir aos conflitos ocorridos antes de 1951 relativos aos que aconteciam na Europa, como os conflitos que ocorriam na América Latina e na África.

Dessa forma, em 1966 com o Protocolo Adicional Relativo à Convenção é que foi incorporado novas perspectivas do conceito de refugiado, abrindo espaço para

que houvessem mais entendimentos acerca das questões Latino Americanas e Africanas, que também experienciaram situações de conflitos civis causando o êxodo de muitas pessoas, e criando assim instrumentos de proteção a essas regiõesdo globo através da Declaração de Cartagena de 1984 e da Organização da Unidade Africana.

O Brasil, por sua vez, demonstrou seu compromisso perante a comunidade internacional ao ratificar a Convenção de Genebra de 1951, mesmo após uma década, em 1960, através do Decreto nº 50.215/1961, que reconhecia os direitos dos migrantes e refugiados no Brasil, servindo de modelo a ser seguido em outros países. A partir da recepção desse instrumento, surgiram outros demonstrando a base jurídica que o país possui acerca do tema do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, a exemplo da criação da Lei 9.474/97.

A Lei 9.474/1997, surgiu como um instrumento organizador do Estatuto dos Refugiados de 1951 ampliando os direitos e deveres básicos que os refugiados possuem e esclarecendo a condição dos mesmos. Essa lei é “considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das leis mais modernas, mais abrangentes e mais generosas do mundo”. Através da mesma foi possível se ter um conceito amplo de refugiado em seu primeiro artigo

> Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduoque:
> I - devido a fundados temores de perseguição por motivosde raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
> II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
> III - devido a grave e generalizada violação de direitoshumanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, traz em seu artigo 1° o princípio que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da dignidade da pessoa humana, fonte dos direitos humanos, os quais são indivisíveis, universais e inalienáveis, está diretamente relacionado com os refugiados, uma vez que para protege-los é preciso que seja aplicado os mesmos. Tais como direito a vida e à liberdade, liberdade de opinião e de expressão, direito ao trabalho e à educação, proteção contra tortura, entre outros. Ainda, os refugiados reconhecidos possuem alguns direitos como o direito a Não-Devolução (Non-Refoulement), não penalização,não discriminação, a proteção

contra violência sexual ou de gênero, a flexibilidade quanto aos documentos do país de origem e especialmente a reunião familiar.

De acordo com Moura (2021) a globalização, ao invés da homogeneização e universalização das culturas, acabou gerando discórdias e radicalismo no seio das sociedades nos países em via de desenvolvimento, desconstruiu as estratégias estabelecidas a partir da interação Estado-empresa. Nesse sentido, a partir da primeira década do século XXI passam a acontecer conflitos armados em várias regiões do globo por conta de questões econômicas, raciais, étnicas e até mesmo religiosa, ocasionando a violação aos direitos básicos do ser humano.

Por conseguinte, como resultado desses conflitos armados ou internos o mundo atualmente enfrenta uma grave crise humanitária que deixa milhões de pessoas se vendo em situações em que se vem obrigadas a sair dos seus países de origem para conseguirem sobreviver em outros, colocando-as em condição de refugiados. Segundo a ACNUR, até o final de 2023 existiam 117 milhões de pessoas refugiadas no mundo, um crescimento de 8% em relação ao ano de 2022, demonstrando uma tendência de aumentos há 12 anos. Devido essa remoção compulsória do indivíduo do seu pais de origem, não é surpreendente que no meio dessa transição em decorrência de conflitos e perseguições, os indivíduos se separe de suas famílias com a esperança de que vai reencontra-los novamente, mas isso raramente acontece. Na verdade, essa é a realidade que muitos refugiados enfrentam, gerando ainda mais traumas em suas vidas.

De acordo com a presidente do Comitê para os Direitos da Criança, Renate Winter,“as famílias que deixam o seu país de origem já enfrentam altos níveis de trauma, o que é apenas aumentado quando os governos separam suas famílias de forma desumana.” Ao deixar sua terra natal em decorrência de conflitos armados, emsua maioria, esses indivíduos já passam por experiências traumáticas e ao passar por uma separação familiar esse trauma pode ser aumentado mais ainda. Isso porque quando um indivíduo está sozinho ele fica mais vulnerável à exploração e situações de risco tais como depressão, consumo de substâncias psicotrópicas e prostituição. Além disso, tendem a depender mais de serviços assistencialistas por não contarem com a rede de proteção familiar (Jastram; Newland, 2001).

Acerca da reunião familiar no Brasil, mesmo com todos os avanços que a questão da reunião familiar alcançou, ainda existem desafios a serem superados.

Tais como a questão da documentação exigida das pessoas em situação de refúgio que podem ter sido destruídos por conta dos conflitos e perseguições;  a dependência, seja ela econômica ou afetiva também é um desafio persistente; os prazos para resoluções burocráticas o que contribui para que os refugiados passem mais tempo separados de suas famílias desencadeando outros problemas.

## 4 PRÁTICAS JUDICIAIS E CASOS RELEVANTES: BREVE ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

A família é uma estrutura natural, base da geração e criação do ser humano no âmbito social (fazendo com que ele se torne parte da sociedade) algo que é protegido na Constituição de 1988, Art. 226 “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. No entanto, a união da família é algo que acaba fragilizado durante toda a terrível situação em que os refugiados se encontram durante a migração.

Conforme é citado no Art 2°da Lei N° 9.474 de 22 de Julho de 1997, lei essa que define aimplementação do estatuto do refugiado no Brasil, “Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.”.

De acordo com esta lei juntamente com o trecho do artigo científico “Análise do princípio da unidade familiar no direito internacional dos refugiados”, de Carina de Oliveira Soares:

> *“*O caso a ser analisado é o do solicitante KM que veio aoBrasil em busca de reunião familiar com sua mãe, aqui refugiada desde 1993 (LEÃO, 2009). A família é oriunda daRepública Democrática do Congo. A mãe fugiu desse país em virtude de uma onda de repressão a um partido de oposição, do qual seu esposo era motorista. Foi obrigadaa deixar a família para trás, pois um dia, ao chegar a sua casa, encontrou-a cercada por policiais. Foi paraLuanda, onde ficou na casa de uma amiga que lhe conseguiu a passagem para o Brasil. Os filhos ficaram algum tempo nacasa da avó e depois voltaram para a companhia do pai, que se deslocou para outra província. E, uma vez passadaa crise, casou-se novamente. A mãe conseguiu manter contato com os filhos até 1994. O solicitante sempre soube que sua mãe se encontrava no Brasil. Tinha a intenção de reencontrá-la. Ele relatou que saiu da casa do pai devido aos maus tratos da madrasta e foi para a África do Sul comalguns amigos. Posteriormente, foi para Angola onde obteve uma passagem para vir ao Brasil à procura da mãe.Ao chegar a São Paulo, o solicitante conheceu um congolês, na Cáritas, que reconheceusua mãe em uma fotoantiga. Levou-o à Cáritas do Rio de Janeiro e ela promoveuo seu encontro com a mãe. No

> momento do pedido de reunião familiar, o solicitante tinha 22 anos recém completados.”

Nesse trecho é claro os danos que a imigração por conta de situações extremas podecausar numa dinâmica familiar e como, apesar de existente, édifícil realizar essa união essencial para a família.

Logo após essa situação o CONARE(Comitê Nacional para os Refugiados, que foi criadopela Lei N° 9.474 de 22 de Julho de 1997, órgão responsável por tomar decisões de reconhecimento de refugiados no Brasil.), deferiu o pedido do “KM” apesar de sua maioridade,pois ele já estava em busca da reunião familiar a cerca de 8 anos como foi citado anteriormente:

De certa forma pode se dizer que este estatuto está de acordo e sintonia com a Constituição de 1988, que dá muita atenção aos direitos humanos como umtodo, e isso ocorre por influência da Declaração de Direitos Humanos proclamada pela ONU(Organização das Nações Unidas) em 1948 como é citado por Villarroel (2021),

> Esta Constituição estaria em sintonia com a Declaração dos Direitos Humanos proclamada pela ONU (1948) que estabelece que todos os humanos nascem livres, devem comportar-se fraternalmente, têm os mesmos direitos, independentemente da sua nacionalidade, e todos têm direito à proteção da lei.

A própria ONU possui uma extensão focada especificamente na resolução dos desafios enfrentados pelos imigrantes, que é a OIM (Organização Internacional para as Migrações). Esta mesma divisão dá instruções específicas de como lidar com situações de vulnerabilidade das famílias migrantes no Brasil, por exemplo, Foz do Iguaçu que por se tratar de um local próximo ao Paraguai, e devido às revoltas políticas nos meados dos anos 70 e 80,acabaram recebendo apoio da OIM, já uma grande quantidade de pessoas migrassem do país em busca de novas oportunidades de vida pela falta destas mesmas oportunidades no Paraguaie não tinham muita assistência no país (OIM, Brasil, 2018).

Pela falta de preparo no momento em que as migrações aconteceram a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), acabou sendo utilizada para a identificação e auxílio dos migrantes recém chegados, como é citado no Protocolo da OIM; “Apesar de não possuir um serviço específico de atendimento a migrantes,a secretaria, por meio de seus equipamentos regulares, atua na identificação, assistência e encaminhamento dos migrantes em situação de vulnerabilidade. De acordo com a PNAS, os serviços

prestados na esfera das secretarias municipais são organizados em dois tipos de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de média e alta complexidade).”

A Proteção Social Básica ajuda pessoas que não possuem oportunidades ou orientações, oferecendo-lhes programas que dão algumas condições de sobrevivência enquanto essas pessoas se adaptam, “Esse tipo de proteção contempla serviços de prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situaçãode vulnerabilidade social.”.

Já a Proteção Social Especial acaba focando e pessoas com problemas mais delicados e que necessitam de uma abrangência cirúrgica e acompanhamento psicológico adequado podendo até ocorrer intervenções do Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo, “Esse tipo de proteção corresponde a programas e projetos de atendimento assistencial destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil e descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violações de direitos, entre outras. Essas situações requerem acompanhamento individual e têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o

A pesquisa mencionada acima demonstra uma pequena fração da delicadíssima situação em que famílias inteiras podem se encontrar por conta dos fatores caóticos que cercam a migração, e apesar de haverem algumas iniciativas internacionais e nacionais para lidarem com esses casos, muitas das vezes a reuniãofamiliar acaba sendo deixada de lado e isto de fato é um absurdo visando que faz parte da dignidade humana viver em sociedade e a base dessa aprendizagem é família, pois em casa se aprende a expressar vontades, sonhos, desejos, angústias e diversos outros sentimentos importantes para a formação de caráter e personalidade.

Em suma, pode se dizer que deve haver algumas mudanças em todo o sistema para que famílias de todo o mundo possam se reunir depois do estigma gigantesco causado pela fuga, um deles é a redução nas exigências previstas na Lei N° 9.474 de

22 de Julho de 1997, para que ocorra a reunião familiar, o que facilitaria o reencontro dessas famílias em grande parte.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ressaltou a complexidade e a urgência da proteção dos direitos fundamentais dos migrantes em contextos de deslocamento forçado, destacando, especialmente, a importância de garantir a unidade familiar. Embora existam diversas normativas internacionais, em muitos casos, como evidenciado pela política de separação familiar nos Estados Unidos, há um descompasso entre a teoria dos direitos garantidos e a realidade enfrentada pelos migrantes, revelando a necessidade de uma revisão crítica das políticas migratórias vigentes.

O trabalho também evidenciou que, embora a legislação brasileira, como a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e a Lei de Refúgio (Lei nº 9.474/1997), contemplemo direito à proteção familiar, sua aplicação prática enfrenta desafios significativos. A falta de execução adequada dessas leis e a burocracia envolvida muitas vezes resultam na separação prolongada de famílias e em uma proteção insuficiente aos migrantes em situação de vulnerabilidade. Os estudos de caso analisados ilustram as consequências negativas dessa falha na implementação de políticas migratórias que deveriam assegurar o respeito à dignidade humana.

É essencial, portanto, que os sistemas legais de migração, tanto no Brasil quanto em nível internacional, sejam revisados e aprimorados para garantir uma proteção efetiva dos direitos dos migrantes, com um foco especial na preservação daunidade familiar. A ausência de políticas claras e específicas sobre a reunião familiar desses indivíduos, frequentemente vítimas de exploração, discriminação e traumas psicossociais.

Para além da revisão legislativa, é fundamental que os Estados adotem medidas práticas que promovam a integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento, proporcionando acesso a serviços essenciais, como saúde, educação eassistência social. Além disso, é necessário criar mecanismos que garantam a rápidareunificação de famílias separadas e que respeitem os princípios fundamentais dos direitos humanos.

Em suma, este trabalho conclui que, apesar dos avanços normativos existentes, há uma lacuna significativa entre a teoria e a prática na proteção dos direitos dos migrantes em relação à unidade familiar. É necessário um esforço conjunto, envolvendo governos, organizações internacionais e a sociedade civil, para assegurar que os direitos fundamentais dos migrantes sejam reconhecidos e efetivamente garantidos, contribuindo para um mundo mais justo e humano.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Comparação entre mortes relacionadas a conflitos com o número de deslocados internos, refugiados, solicitantes da condição de refugiado e outras pessoas com necessidade de proteção internacional.** Brasil, 2023. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/dados-sobrerefugiados/#:~:text=Dados%20recentes%20revelam%20que%204,clima%2C%20enquanto% 20tamb%C3%A9m%20enfrentam%20conflitos.. Acesso em 28 ago. 2024

ACNUR. **Direitos das Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Reconhecimento da Condição de Refugiado**. Disponível em: https://help.unhcr.org/brazil/direitos-edeveres/direitos-pessoas-refugiadas-esolicitantes/?_gl=1*19ltclp*_up*MQ..&gclid=CjwKCAjw5qC2BhB8EiwAvqa41oBYXCltapn14 v V07cdOu_tucmQG1EguseTfZnKZ5bsBUKGg8tV_2xoCMpQQAvD_BwE .Acesso em: 27ago. 2024

BRASIL DE FATO. Antônio de Paiva Moura. **Globalização e conflitos**. Minas Gerais, MG, 2021. Disponível em: https://www.brasildefatomg.com.br/2021/01/07/globalizacao-e conflitos. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgadaem 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.9.474, de 22 de julho de 1997. **A Lei do Refúgio**. Brasília, DF, 1997. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

CARDOSO, Joao Luis Macedo Silva; MOREIRA, Thiago Oliveira. O PRINCÍPIO DA UNIDADE FAMILIAR COMO LIMITE À EXTRADIÇÃO PASSIVA. Revista Geopantanal, Mato Grosso do Sul, v. 17, n. 33, p. 96-113, 8 dez. 2022. Universidade Federal de MatoGrosso do Sul. http://dx.doi.org/10.55028/geop.v17i33.17532.

CARVALHO RAMOS, André de. O Princípio do Non-Refoulement no Direito dos Refugiados: Do ingresso à extradição. In: GARCIA, Maria; PIOVESAN, Flavia (orgs.). Direitos Humanos.Edição Especial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, v.IV, Cap. 53. CONVENÇÃO de Genebra Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Adotada em 28

de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, n. 2545, v. 189.

JASTRAM, K.; NEWLAND, K. **Family unity and refugee protection**. Geneva: UNCHR, 2001. Disponível em: http://www.unhcr.org/cgi bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3bd3d4a14 &query=family. Acesso em:29 ago. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dosDireitos Humanos da ONU. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM) – BRASIL. PROTOCOLO DE ASSISTÊNCIA A MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/GLOACT/OIM_Protocolo_1.pdf.

Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) - DECRETO N° 592. DE 6DE JULHO DE 1992

ROLIM, Maria José de Sousa; ABREU, Hilana Maria Braga Fernandes; PEREIRA, Leilane Cristina Oliveira; TEMÓTEO, Lúcia. INFLUÊNCIAS DA SEPARAÇÃO DOS PAIS NA VIDA DOS FILHOS SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, [S.L.], v. 9, n. , p. 651-666, 25 nov. 2022. Revista Interdisciplinar em saude.http://dx.doi.org/10.35621/23587490.v9.n1.p651-666.

SAMUELSON, K. (2023, October 26). Why are so many migrant families still separated? Chaos in the data. News.northwestern.edu. https://news.northwestern.edu/stories/2023/10/why-are-so-many-migrant-families-still separated-chaos-in-the-data/

SOARES, Carina de Oliveira. Análise do princípio da unidade familiar no direito internacionaldos refugiados. Universitas: Relações Internacionais, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 1-16, 6 set. 2012. Centro de Ensino Unificado de Brasilia. http://dx.doi.org/10.5102/uri.v10i1.1624.

SODRÉ, E. I. S.; LIMA, M. J. P. DE C. A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS DAS AMERICAS COMO MEIOS DE PROTEÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA DE MIGRANTES NO BRASIL. Revista de DireitosHumanos em Perspectiva, v. 7, n. 1, p. 43, 18 ago. 2021.

VILLARROEL, Eduardo José Weffer. A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO SOCIAL NA MIGRAÇÃO FORÇADA DE VENEZUELANOS EM MANAUS BRASIL. 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social e Sustentabilidade, Universidade Federal do Amazonas- Ufam Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – Ifchs Departamento de Serviço Social Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2021.

# O CUIDADO E AS POSSÍVEIS CAUSAS DO ESTRESSE NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

*Rosa Maria da Motta Azambuja*

**RESUMO**

Na família da pós-modernidade as relações conjugais acontecem sob novas pautas de valores e práticas que acarretam excesso de atividades podem causar estresse e depressão infantis. É cada vez maior o número de crianças e adolescentes afetados no dia-a-dia, além de conflitos familiares, no caso de separação dos pais, situação difícil e delicada, em que a criança não tem maturidade suficiente para tratar. O presente estudo tem por objetivo indicar possíveis causas do estresse na família contemporânea através da revisão da literatura acerca dos agentes estressores que interferem nas relações familiares. Buscou-se as bases das configurações da família contemporânea; as concepções dos pós modernidade e as influencias na família; a descrição dos agentes estressores que influenciam as relações entre pais e filhos no desenvolvimento infantil em autores com base com base na temática de sua obra, bem como na escola de pensamento, sendo contemplados a psicanálise, psicologia do ciclo de vida familiar, sociologia e autores do campo da saúde. Este estudo, de natureza qualitativa, reúne as principais referências teóricas no estudo de estresse na sociedade contemporânea. Os resultados apontaramque, as possíveis causas do estresse na família estão relacionadas ao novo sistema da pós-modernidade e suas influencias na área econômica; a falta de qualidade de vida, neste mundo globalizado; consumismo exagerado e esse desequilíbrio antagônico leva as pessoas ao estressamento social. Até mesmo as crianças enfrentam estresse devido às mudanças constantes necessitando de um olhar atento para o cuidado.

**Palavras chaves**: Saúde Mental. Agentes estressores. Modernidade.

## 1 INTRODUÇÃO

O estresse é uma reação do organismo que ocorre quando ele precisa lidar com situações que exijam um grande esforço emocional para serem superadas. Quanto mais a situação durar ou quanto mais grave ela for, mais estressada a pessoa pode ficar. Porém, há meios de se aprender a lidar com o estresse de modo que mesmo nos piores momentos o organismo não entre em colapso. O período atual da história é marcado pela modernidade ou modernidade em crise. As pessoas são mais individualistas e as familias com novos arranjos parentais, sentindo-se inseguras.

Quando uma pessoa se depara com uma situação estressante, as áreas cognitivas e emocionais do cérebro alertam o hipotálamo, que secreta o hormônio liberador da corticotropina (CRH) nos vasos sanguíneos que alimenta a hipófise. Em

resposta à (CRH), a hipófise libera o hormônio adrenocorti cotrópico (ACTH) na corrente sanguínea – e a substancia leva as glândulas adrenais a secretar cortisol, o hormônio do estresse (Mente & Cérebro, 2010).

No sistema de resposta ao estresse, percebe-se que o hormônio do estresse não apenas prepara o corpo para o confronto ou a fuga em um desafio, mas tambémage, sobre o hipotálamo para moderar a resposta ao estresse.

A literatura chama atenção que as mudanças a nível familiar e organizacional ocorrem num ritmo vertiginoso, ocasionando na elevação da incidência do estresse na população brasileira. Sendo importante destacar que toda a mudança que exija adaptação por parte do organismo pode causar estresse (Lipp, 2003;2004)

Além de que o estresse atinge cerca de 60% de executivos, a qual chamou de a “doença do século” ou, melhor “a doença do terceiro milênio”. Trata-se de um sério problema social econômico, pois ceifa pessoas ainda jovens, em idade produtiva e geralmente ocupando cargos de responsabilidade, imobilizando e invalidando as forças produtivas da nação (Sadir et al (2010. p.13)

As causas do estresse são a vulnerabilidade hereditária, acrescida de preocupação com o futuro, num tempo de incertezas onde aumenta o número de desempregados e ao mesmo tempo em que a qualidade de vida piora, existem os medos do envelhecimento em más condições, e do empobrecimento, além de alimentação inadequada, pouco lazer, a falta de apoio familiar adequado e um consumismo exagerado. Todos são fatores pessoais, familiares, sociais, econômicos e profissionais, que originam a sensação de estresse e seu consequente desencadeamento de doenças, de uma simples azia à queda imunológica, pode predispor às infecções e até neoplasias que são alterações celulares maligna ou benigna (Mente & Cérebro, 2010).

O estresse pode ser definido, também, como conjunto de respostas físicas e psicológicas decorrentes da sobrecarga de trabalho e da defasagem entreexperiência do real e expectativas pessoais. Na família da pós-modernidade (ou modernidade em crise) as relações conjugais acontecem sob novas pautas de valores e práticas que acarretam excesso de atividades, conflitos familiares e problemas educacionais relacionados à educação dos filhos.

Parte-se da seguinte questão norteadora, quais são os agentes estressoresque interferem nas relações familiares?

## 2 MÉTODO

A presente pesquisa é um estudo realizado por meio de levantamento bibliográfico. As bases consultadas e unitermos de busca visando assegurar uma abrangência desta revisão, foram consultadas as seguintes bases de dados disponíveis online, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e o Periódico Eletrônico de Psicologia (PePSIC). Ao buscar os textos somente pelos descritores “estresse”; “família”; “contemporaneidade”, emergiram na base quatorze artigos para a pesquisa. Na base PePSIC, foram registrados três trabalhos e na base LILACS, foram identificados onze trabalhos publicados disponíveis em português e espanhol. A escolha destes unitermos objetivou o delineamento de pesquisa voltada para a definição e o emprego deste construto, hajavista que outros conceitos guardam relações de proximidade com o mesmo, o que poderia comprometer o mapeamento de como esta relação vem sendo investigada e concebida na literatura científica.

Portanto, a revisão de literatura é imprescindível para a elaboração de um trabalho científico. O pesquisador deve acreditar na sua importância para a qualidade do projeto e da pesquisa é aproveitável para os relatórios posteriores. “A seleção criteriosa de uma revisão de literatura pertinente ao problema significa familiarizar-se com textos e, por eles, reconhecer os autores e o que eles estudaram anteriormente sobre o problema a ser estudado” (Echer, 2001, p. 6).

Neste sentido, Cooper (1984) acrescenta que a pesquisa bibliográfica do tipo revisão integrativa possibilita sintetizar pesquisas nacionais e internacionais já concluídas e obter resultados a partir do tema de interesse. Na operacionalização dessa revisão integrativa da literatura, baseada em Ganong (1987), as seguintes etapas foram realizadas: seleção da questão temática, estabelecimento dos critérios para a seleção da amostra, análise e interpretação dos resultados, resgate dos trabalhos na íntegra e apresentação da revisão, a partir dos temas emergentes (eixostemáticos).

## 3 RESULTADOS E ANÁLISE

Em relação ao ano de publicação dos trabalhos, percebeu-se uma concentração maior do estudo a partir de 2003, revelando, na realidade, o aumento da discussão acerca da relação as bases das configurações da família contemporânea. Partindo da premissa de que a família interage em contexto social, questiona-se como está a família na atualidade?

Os artigos analisados que compuseram o corpus, contém a seguinte temática: (1) Bases das configurações da família contemporânea; (2) Concepções da pós modernidade na família contemporânea; (3) Agentes estressores no contexto familiar, conforme os estudos a seguir.

## - BASES DAS CONFIGURAÇÕES DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

No estudo de Cerveny (2007, p.10), a autora recordou uma de suas crônicas descrita em 1994 o Ano Internacional da Família que versava sobre um contexto da família mais antiga de que se tem notícia constituída por Adão, Eva e seus filhos. “Aquele casal, como tantos que o  sucederam, teve dificuldades em estabelecer limites e regras familiares diante dos conflitos afetivos e de lealdade”. A história dessa família desemboca no primeiro fratricídio de que se tem notícia e depois de muitos séculos de movimento familiar ainda encontramos  alguns  desses ingredientes nos conflitos familiares. A autora, ao concluir a sua crônica declara que a família ainda é como era, mas a família da contemporaneidade não é mais a mesma.

Na concepção de Single (2007 p. 167), a família muda de sentido. A revolução Francesa remodelou as duas relações familiares: a filiação, impondo igualdade entre todos os filhos e a conjugalidade, instauração do divórcio por consentimento mutuo, pregando assim o direito dos indivíduos, como ressalta:

> A família tem uma face dupla, uma “moderna” e a outra que segundo a expressão de Ulrich Beck, poderia ser a “contra moderna Tenta-se inventar meios para combinar a liberdade dos indivíduos e vencer os obstáculos que aparecessem. Lembramos que Leóm Blum causou escândalo ao propor um esquema em dois tempos: primeiro a liberdade, inclusive a sexual, tanto para as mulheres quanto para os homens, e, em seguida, a regra do casamento. O que, suscitou escândalo na leitura de sua obra. As mulheres poderiam ter uma sexualidade que não seria necessariamente reprodutiva. Durante a primeira modernidade os homens têm a responsabilidade de provedor de rendas; a mulher, a de dona de casa, e não tinha direito ao voto; o sexo constitui um dos pertencimentos herdados não sendo questionado, nem na esfera pública nem na esfera privada (De Single, 2007, p.167-169).

No cenário de transformações, Cerveny (2007), questiona sobre o que é a família, será ainda aquele ideário nuclear de pai, mãe e filhos que continua no imaginário das pessoas, constituído socialmente através de uma cerimônia de formalidade civil e religiosa, onde os noivos entram em um cartório e ou igreja para através de um ritual dividir o espaço, o cotidiano, projetos com alguém de outro sexo e procriarem? “Por certo, muitas famílias se iniciam dessa maneira nos dias de hoje, mas estamos sujeitos na atualidade a inúmeras contingências que não estavam presentes na família de Adão” (Cerveny, 2007, p.11).

Roudinesco (2003), em entrevista concedida ao Jornal Estado de São Paulo indicou que as familias não são constituídas apenas de forma nuclerar. Para a autorado livro Família em Desordem, atualmente há novas modalidades familiares: famílias recompostas, monoparentais, homoparentais e outros.

Estamos diante de um cenário de família em mudança que multiplica e pluraliza seus arranjos, causando incertezas e movimentando olhares multidisciplinares para estudo e melhor compreensão. Indaga-se, diante do novo cenário que se configura o modelo familiar na pós-modernidade. Que período é este e quais são as suas influencias na família contemporânea?

## - CONCEPÇÕES DA PÓS-MODERNIDADE NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Segundo Sá (2006), a pós-modernidade está sendo um período histórico complexo de definir, sendo marcado pelo surgimento de novas áreas de atuação, cujas atividades são pouco claras e cujos significados e implicações ainda não são bem compreendidos. Assim, a pós-modernidade é caracterizada pela incerteza, insegurança e dúvida.

O mundo pós-moderno é moldada pelo pluralismo, da democracia, a liberdade religiosa, o consumismo, a mobilidade e aumentar o acesso a notícias e entretenimento. Sobre o comportamento social das pessoas, declara que as mesmasvivem separadas dos antepassados, dos descendentes e dos contemporâneos: “É a época da solidão – fruto da perplexidade, frustração e de uma independência total e absoluta. O homem pós-moderno é um solitário. Não tenta compreender-se a si mesmo nem ao seu contexto. Pensa que as relações consigo mesmo é mais importante que a relação com os demais. No entanto, tenta camuflar sua passividade com incessante ativismo, cor

rendo “da sala para a cozinha” (como se diz no Amazonas) com muita velocidade, mas geralmente em um oscilar vertiginoso e sem sentido em torno do vazio”. (SÁ, 2006, p.23).

Há mais de trinta anos atrás, C. Wright Mills (1959), citado por Sá (2006, p. 25) descreveu o período pós-moderna como aquela em que a economia mudaria de emprego da indústria pesada, a não-sindicalizados clerical, serviços e novos setores industriais. Ele previu o surgimento de empresas multinacionais, problemas no sistema de previdência social, e declínio da liberdade humana e de escolha. Naquelaépoca, ele se perguntou como a família  poderá ajustar-se ao novo período da história no mundo.

Petrini (2007 p. 17) assevera que nunca houve tantos divórcios, tantas uniões livres,tantos filhos fora do casamento. Declara que um dos aspectos que distingue a modernização da globalização são as mudanças no interior da família. Expressandose no exercício de direitos democráticos, autonomia de seus membros e igualdade.

Estamos diante de um cenário de família em mudança que multiplica e pluraliza seus arranjos, causando incertezas e movimentando olhares multidisciplinares para estudo e melhor compreensão. Indaga-se, diante do novo cenário de transformaçãoque se configura o modelo de familiar quais são os agentes estressores que interferem no contexto familiar?

## - AGENTES ESTRESSORES NO CONTEXTO FAMILIAR

Atualmente o Brasil vivencia mudanças sociais, morais, econômicas e tecnológicas que ocorrem rapidamente. Esse contexto direciona os brasileiros a um nível de estresse bastante significativo (Calais; Andrade; Lipp, 2003).

Nesse sentido, Lipp (2004) assinala que as mudanças a nível familiar e organizacional ocorrem num ritmo vertiginoso, ocasionando na elevação  daincidência do estresse na população brasileira. É importante destacar que toda a mudança que exija adaptação por parte do organismo pode causar estresse.

Na literatura cientifica a prevalência do feminino, tem se elevado bastante, apontando para uma realidade que merece ser estudada e aprofundada. Constata se esse contexto pelo fato das mulheres apresentarem sintomas significativos de em comparação com o sexo masculino. Em realidade, somente nos últimos anos é que se

verificou uma maior incidência de na população feminina, talvez devido às investigações clínicas do estresse, referirem-se a profissionais com cargos “ditos” masculinos, como os de executivos, de poli ciais militares e de controladores de tráfego aéreo. Assim, a prevalência de sexo masculino era enfocada e não havia umabusca sistemática de diferenças entre homens e mulheres (Calais; Andrade; Lipp, 2003).

Lipp (2004) ainda destaca que algumas pesquisas indicam uma maior incidência em mulheres. Independentemente da razão pelas quais as mulheres estãosendo mais acometidas pelo estresse ocupacional, esse dado é de grande importância não só para elas, mas também para família e, em geral.

Tendo visto que o gênero feminino apresenta maior carga de estresse por motivos ocupacional e familiar, questiona-se será que os filhos sofrem de estresse e quais são os possíveis agentes estressores dos filhos?

Para Pacanaro (2004), mudanças constantes; responsabilidades e atividades em excesso; discussões e/ou divórcio dos pais; nascimento de irmão; hospitalização;morte na família; problemas na escola; troca de professor ou de escola, entre outras, podem ser considerados alguns agentes estressores das crianças.

Wajnsztejn (2007) aponta, os ambientes estressores são a escola, devido ao sistema de cobrança pedagógica excessiva e a família, que diminuiu o tempo de contato gerando cobranças excessivas à criança.

A escola é um ambiente estressor, porque influencia diretamente as crianças, podendo desencadear sérias dificuldades de aprendizagem. Para que a criança desenvolva comportamentos e habilidades, é preciso que esteja adaptado ao método educacional, e que o ambiente escolar não seja uma fonte geradora de stress na vida do aluno. Um fator importante no sistema educacional é o professor, principalmente nos primeiros anos de ensino podendo passar a ser uma fonte geradora de stress. (Pacanaro, 2004; Pacifico *et al.*, 2017).

Uma pesquisa realizada referida pela referida autora, sobre a presença de sintomas de estresse em 255 escolares de 7 a 14 anos de escolas públicas e particulares. Constatou-se que o tipo de escola tinha forte associação com o nível de stress nos alunos e que o número de meninas com stress era significantemente maior do que nos meninos. Verificou-se que o estresse estava presente na primeira série e ia diminuindo gradativamente nas séries posteriores. Os dados indicam uma necessidade

grande de se buscar meios para que as crianças sejam incluídas no sistema educacional de um modo mais adequado, evitando assim um aumento do nível de stress da vida escolar. De acordo com a pesquisa, mostra-se que os alunos que apresentam um baixo rendimento escolar acabam tendo elevado nível de stress,o qual impede uma aprendizagem efetiva.

Wajnstejn (2007) acrescenta com muita lucidez que as pessoas mais importantes na prevenção do estresse são os pais e professores. E que o apoio de um profissional deverá ser ponderado se a perturbação se agravar ou durar mais de um mês e/ou se os sintomas impedirem a criança ou o adolescente e a sua famíliade prosseguirem normalmente o seu dia-a-dia.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as possíveis causas do estresse no contexto familiar na contemporaneidade, constatou-se que na sociedade a mulher passou por mudanças de valores e atitudes que ocasionaram em outro ritmo de vida.

A figura feminina vivencia uma dinâmica caracterizada por uma multiplicidade de papéis tais como dona-de-casa (tarefas domésticas), esposa, mãe e profissional (atividade extra lar).

Portanto, a elevada incidência de estresse nas mulheres decorre da sobre carga de funções, ou seja, pela dupla jornada de trabalho, pois é sobre a figura feminina que ainda hoje, recaem as maiores exigências quanto à educação das crianças e o “ajustamento” da família, ao mesmo tempo em que se exige delas que sejam profissionais competentes. Isso vem provocando a elevação nas taxas de estresse feminino, bem como conflitos no âmbito familiar.

As possíveis causas do estresse na família estão relacionadas ao novo sistema da pós-modernidade e suas influencias na área econômica, cultural e social,por um lado nos deparamos com a falta de qualidade de vida, neste mundo globalizado.

Por outro lado, vemos um consumismo exagerado. Esse desequilíbrio antagônico leva as pessoas ao estressamento social. Até mesmo as crianças enfrentam estresse devido às mudanças constantes; atividades em excesso; divórciodos pais; problemas na escola.

Estas pesquisas foram selecionadas por se dedicarem ao estudo dos agentes estressores na família da contemporaneidade, com ênfase, as causas e cuidado nas relações entre pais e filhos.

Para compreender as causas, consequências e prevenção do estresse na família e os agentes estressores que interfere no comportamento das crianças, são necessárias novas pesquisas, a fim de identificá-los e intervir numa abordagem terapêutica entre pais, filhos e escola.

## REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, I. **Famílias latinoamericanas, diagnostico y políticas públicas en losinicios del nuevo siglo**. Santiago do Chile: CEPAL-ECLAC 57, 2001.

CALAIS, S. L.; ANDRADE, L. M. B. DE; LIPP, M. E. N. **Diferenças de sexo e escolaridade na manifestação de stress em adultos jovens**. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol.16 no.2 Porto Alegre 2003.

CERVENY. C. **Apresentação – palavras introdutórias**. Família em Movimento. São Paulo:Casa do Psicólogo. 2007.

COOPER, H. M. **The integrative research review: a systematic approach**. Beverly Hills:Sage, 1984.

ECHER, I. C. **A revisão de literatura na construção do trabalho científico**. Revista Gaúcha. Enferm., Porto Alegre, v.22, n.2, p. 5-20. 2001.

GANONG, L.H. **Integrative reviews of nursing research**. Research in Nursing & Health,New York, v. 10, n.11, p. 1-11. 1987.

LIPP, M. N. **Stress no Brasil: pesquisas avançadas**. Campinas: Ed. Papirus. 2003.

_____. **Manual do inventário de sintomas de stress para adultos** de Lipp (ISSL).São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PACANARO. S. **Stress infantil e dificuldades de aprendizagem: um estudo com crianças em idade escolar**. Psicopedagogia Online. 2004.

PACÍFICO, M.; FACCHIN, M. M. P.; SANTOS, F. de F. F. C. **Crianças também se**

**estressam? A influência do estresse no desenvolvimento infantil**. Temas em Educação e Saúde, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 107–123, 2017. DOI: 10.26673/rtes.v13.n1.jan jun2017.8.10218

PETRINI. J.C. **Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão**. Bauru: Edusc,2003ª

REVISTA MENTE & CÉREBRO. **Sistema de resposta ao estresse**. ano XVII. No. 207 Abril,2010

ROUDINESCO. E. **A sexualidade, a família e o futuro**. O Estado de São Paulo, Caderno 2,Domingo, 18/05/2003

SÁ N. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SADIR. Maria Angélica, et al. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveispessoais. **Rev. Paidéia**, jan.-abr. 2010, vol. 20, n. 45, p. 73-81.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Riode Janeiro: FGV Editora, 2007.

SOCORRO T. C. **A Nova configuração familiar e sua repercussão no estresse femininona contemporaneidade.** Faculdade de São Francisco de Barreiras. 2007.

WAJNSZTEJN. A. **Stress infantil e as consequências psicológicas, familiares e sociais que acometem nossos alunos**. Artigo apresentado na 9ª. Jornada de Educação do Norte Nordeste.

# OBJETOS BIOGRÁFICOS DA MEMÓRIA: NOTAS INTRODUTÓRIASA UM ESTUDO EM ILPI

*Gabriel Nunes Seixas de Meirelles*[1]

*Elaine Pedreira Rabinovich*[2]

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo compreender a vivência de envelhecimento de pessoas vivendo em Instituições de Longa Permanência, utilizando para tal os objetos biográficos trazidos por elas à instituição. Os objetos biográficos são objetos pessoais sócio-afetivos que ganharam significado ao longo da trajetória de vida da pessoa, uma vez que envelheceram com o seu dono. O objeto biográfico possibilita a narrativa a partir do aparato físico do objeto, permitindo ao idoso evocar, através do conteúdo das narrativas e da reconstrução através do trabalho da memória tanto individual quanto coletiva. Desse modo, possibilita colocar em questão o papel dos objetos biográficos na história de vida dos idosos, suas trajetórias sociais e a relação com o envelhecimento no contexto institucional. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com enfoque qualitativo e utilização do método de estudo de casos. A análise de dados foi realizada mediante a análise temática segundo o referencial teórico de Minayo seguindo as seguintes etapas: (1) Coleta do dado, (2) Transcrição literal do dado, (3) Ambientação com o dado, (4) Acomodação do dado, (5) Unidade de contexto, (6) Núcleo de sentido, e (7) Tema. Obtiveram-se as seguintes categorias de análise: (1) A ausência do objeto, (2) Objeto ornamental, (3) Objeto religioso e (4) Objeto instrumental. Concluiu-se que, ao narrar, não somente o idoso recompõe e presentifica uma dada lembrança, mas atesta sua história de vida, seus laços e rupturas.

**Palavras-chave**: Objetos biográficos. Memória. Velhice. ILPI.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um estudo de iniciação científica (FAPESB) que tem como objetivo inicial pôr em perspectiva as narrativas de idosos que vivem em instituições de longa permanência (ILPI). Nele, a velhice institucionalizada foi posta em foco na sua articulação com a literatura, sendo seu objetivo geral refletir comose dá a vivência de envelhecimento de pessoas vivendo em Instituições de Longa Permanência, utilizando para tal os objetos biográficos trazidos por elas à instituição. Quanto aos objetivos específicos, propõe-se investigar (1) o papel dos objetos

[1] Graduando em Psicologia (Bacharelado) na Universidade Católica do Salvador (UCSal). Bolsista Fapesb processo n. 2242/2023. E-mail: gabriel.meirelles@ucsal.edu.br

[2] Doutorado (USP), professora adjunta do Programa em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Email: elaine.rabinovich@pro.ucsal.br

biográficos na velhice, (2) a relação entre os idosos, suas memórias e seus objetos biográficos no cotidiano institucional, (3) a memória social dos idosos a partir de suas narrativas e; (4) os laços ocorridos na história de vida dos idosos.

Este estudo é relevante na medida em que destaca a vivência e experiênciasde institucionalização de idosos. Levando em consideração o crescimento da população idosa brasileira e os novos desafios apresentados (IBGE, 2023), o referido projeto pretende colaborar para uma maior compreensão sobre o envelhecimento no contexto das Instituições de Longa Permanência no Brasil, considerando a singularidade e a subjetividade do idoso.

É em meio das lembranças das pessoas idosas que a característica psicossocial da memória é colocada em hipótese, possibilitando verificar uma história social por meio da evocação do lembrar (Bosi, 2023), bem como afirma Bosi (2023, p. 65), “a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra”. O contador de histórias exerce sua narrativa a um outro social, não tão somente conta o que lhe é próprio, mas também evoca as histórias compartilhadas consigo, uma vez que a matéria da experiência é tanto própria quanto do outro (Benjamin, 2018).

Nesta condição, o velho pode ser visto por sua função social no ato de lembrar; entretanto, “nem toda a sociedade espera, ou exige, dos velhos que se desencarreguem dessa função” (Bosi, 2023, p. 66). A narrativa não tão somente se estende em um contar reduzido à memória individual, mas também coletiva (Halbwachs, 2006; Bosi, 2023). A matéria da recordação, isto é, o que se lembraé influenciada “pelo interesse social que o fato lembrado tem para o sujeito” (Bosi, 2023, p. 68); é pelo apoio contínuo do outro, isto é, das relações sociais enquanto possibilidade de reviver a memória que os fatos testemunhados ou as lembranças tidas no interior dos grupos de convívio são recontadas em outros espaços, possibilitando assim novas enunciações a partir do diálogo sobre a experiência de vida de cada contador (Bosi, 2023).

A velhice na sociedade contemporânea, como afirma Chauí e Bosi (2023), é sobretudo oprimida, despojada e banida. Destinado ao silenciamento e à exclusão, o velho, por intermédio de diversos mecanismos, explícitos e implícitos, é destinado a diferentes níveis de opressão, pela qual a sociedade contemporânea o estigmatizacomo improdutivo e descartável sob a égide da produção capitalista e o destina ao banimento, à incompetência social, à tutelagem, à recusa de diálogo e à descrimiação, reduzindo-

o à monotonia da repetição, silenciando-o, também como um efeito, suas memórias e histórias próprias (Chaui, 2023).

Apesar da ampliação em termos numéricos da produção científica brasileira sobre o envelhecimento, a literatura carece de reflexões mais qualificadas e aguçadas (Gomes; Vasconcelos; Carvalho, 2021); outrossim, há no recortetemático sobre o tema da institucionalização de idosos no Brasil, a constatação da baixa quantidade de pesquisas e artigos (Abreu; Fernandes-Eloi; Sousa, 2017).

Este trabalho compreende a noção de velhice como uma identidade etária historicamente determinada, visando a desconstrução da velhice como uma experiência homogênea (Debert, 1999; Glória, 2023).

Com este estudo espera-se compreender a vivência de envelhecimento de pessoas vivendo em Instituições de Longa Permanência, utilizando para tal os objetos biográficos trazidos por elas à instituição. Os objetos biográficos são objetos pessoais sócio-afetivos que ganharam significado ao longo da trajetória de vida do sujeito, uma vez que foram envelhecidos com o seu dono (Morin, 1969). O objeto biográfico possibilita a narrativa a partir do aparato físico do objeto em sua esfera documental, possibilitando ao idoso contador de histórias evocar, através do conteúdo das narrativas, a reconstrução realizada pelo trabalho da memória tanto em sua esfera individual quanto em sua esfera coletiva. Desse modo, coloca em questão o papel dos objetos biográficos na história de vida dos idosos, as trajetórias sociais específicas do contador e sua relação com o envelhecimento no contexto institucional.

Apresentaremos, a seguir, elementos para uma maior compreensão dos objetos de nossa pesquisa: os objetos biográficos e as instituições de longa permanência.

## 2 OBJETO BIOGRÁFICO E VELHICE

Incorporado à duração de suas atividades, como bem destaca Morin (1969), o objeto biográfico como meio material torna-se insubstituível ao passo que é envelhecido com o seu dono. Traz consigo em uma dada medida uma materialidadeda memória, ao passo que armazena a experiência de vida de quem o possui. O objeto ganha significação a partir de sua vinculação íntima ao cotidiano do seu possuidor, modificado

entre seus significados adquiridos e atribuídos ao longo do tempo, são desgastados e tomados não somente por sua funcionalidade mas também podem ser atribuídos por sua função cultural e decorativa (Morin, 1969). Como meio de armazenamento externo, os objetos, através das memórias em interação, podem ser socializados e contar um saber próprio do grupo ou do sujeito que o carrega, demonstrando assim uma característica do objeto de acúmulo de signos e apropriação íntima de singularidade e identidade (Bosi, 2022). Graeff (2017), ao descrever a relação dos idosos para com os seus objetos socialmente relevantes, destaca como sua função o anteparo memorial e identitário, em torno do cotidiano do residente asilar. São nas disposições dos móveis, dos objetos, das roupas e dos utensílios do espaço, que são enunciados os esforços da habitação (Graeff, 2007).

É Benjamin (2018) quem nos fornece a figura dos contadores de histórias e que nos permite discutir sobre a troca de experiências através das histórias relatadas e da conversação. A matéria da experiência é tanto própria quanto do outro, das histórias que lhe foram contadas, assimiladas à experiência pessoal e posteriormente transmitidas (Benjamin, 2018). Uma representação possível, avessa ao estigma depreciativo em relação ao velho, é a identificação do idoso para com o narrador, baseada na detenção do depoente como portador de uma história, testemunha de um tempo vivido, desempenhando a função de mediador entre as gerações e tendo por sua função social lembrar e aconselhar (Bosi; Chauí, 2023). O contar histórias é composto continuadamente, caracteriza-se pelo diálogo, pelo contar e recontar e, sobretudo, esquecer para tornar a contar de uma nova maneira, cujo “contar histórias é sempre a arte de continuar a contá-las, e esta se perde quando as histórias não são preservadas” (Benjamin, 2018, p. 148), encontrando assim anteparo no corpo social para permanecer e resistir. Desse modo, a história veiculada à narração é, de todo modo, uma espécie de trabalho artesanal da comunicação atrelada ao enredo da imaginação, bem como à memória, descrita por Benjamin (2018) como a mais épica das faculdades.

O momento da narrativa é o momento da construção da memória, como bem destaca Sarlo, ao afirmar que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (2007, p. 25), pois a experiência é conservada no relato e, por conseguinte, transmitida e reelaborada através da linguagem (Sarlo, 2007). A memória é construída em um campo sócio-histórico específico, em torno dos lugares

sociais do qual o depoente relata, dispondo também da relação das diferenças em termos de classe social, de gênero, de etnicidade e de religião (Sarlo, 2007).

## 3 INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPIS)

As instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) são “instituições governamentais ou não governamentais de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania” (Brasil, 2021, p. 1). Regidas a partir das normas de funcionamento estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 502, de 27 de maio de 2021, cujo objetivo é estabelecer o padrão mínimo de funcionamento das ILPIs.

O envelhecimento populacional, descrito pelo Instituto Brasileiro de Geografiae Estatística (IBGE, 2023), destaca o aumento da população de idosos, com 60anos ou mais de idade, chegando a 32 mil, 15,6% no ano de 2022, um aumento de 56,0%, comparado ao ano de 2010. O percentual aponta a necessidade da adequação populacional para com o envelhecimento populacional, uma vez que, “nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais imprevisto do que a velhice“ (Beauvoir, 2018, p. 9).

A ILPI tem sido considerada como um equipamento social, destinado à assistência social a idosos, de acordo com a capacidade funcional de cada um (Modalidade I, II, III); (Watanabe; Giovanni, 2009). Os motivos para a institucionalização são distintos, como apontam Watanabe e Giovanni (2009), bem como: caráter socioeconômico (precariedade ou ausência de suporte familiar e social e precariedade de condições financeiras), as condições de saúde (seqüelas de doenças crônicas, limitações físicas e cognitivas importantes para o desenvolvimento das atividades de vida diária e necessidade de reabilitação após período de internação hospitalar), e a opção pessoal. Outrora aponta Fagundes et al., “embora existam definições a respeito das funções e obrigações da ILPI, a influência dos aspectos negativos na vivência das pessoas idosas institucionalizadas encontra-se implícita na maioria delas” (2017, p. 3). O autor demonstra, portanto, a necessidade de conhecer os diferentes âmbitos de envelhecimento nos diversificados âmbitos de institucionalização.

Ademais, não cabe apenas a ILPI obter um ambiente minimamente agradável, mas estabelecer recursos possíveis para atender as necessidades biopsicossocioespirituais do grupo etário (Fagundes et al., 2017).

Guimarães et al. (2023) discutem a necessidade de aprimoramento em relação às ILPIS quanto à proporção de cuidados perante a pessoa idosa e à necessidade de apoio governamental a fim de atenuar os critérios de diferenciações excludentes, tendo como intuito, também, a superação da taxa de ocupação quanto a superlotação das ILPIs brasileiras. Um percentual, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2008, aponta que, no Nordeste, mas especificamente, no Estado da Bahia, foram identificadas 82 ILPIs, situadas em sua maioria na capital, Salvador, porcentagem que, comparada ao total de 417 municípios, apenas 48 possuem alguma ILPI. Demonstram, desse modo, a ausência das ILPIS no estado da Bahia e a superlotação das poucas que estão registradas e reguladas.

Levando em consideração o crescimento da população idosa brasileira e os novos desafios apresentados (IBGE, 2023), o referido projeto pretende colaborar para uma maior compreensão sobre o envelhecimento no contexto das Instituições de Longa Permanência no Brasil, considerando a singularidade e a subjetividade doidoso.

## 4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com enfoque qualitativo (Minayo, 2001) e utilização do método de estudo de casos. A análise de dados foi realizada mediante a análise temática segundo o referencial teórico de Minayo (2014a, 2014b).

O projeto foi realizado em uma Instituição de Longa Permanência, escolhida por meio da rede social do pesquisador. Situada na cidade de Salvador, pertenceteao estado da Bahia, no bairro Matatu de Brotas, caracterizando-se como instituição privada.

Foram convidados a participar do projeto quatro idosos, dois idosos do sexo masculino e duas idosas do sexo feminino. Foram critérios de inclusão todo Idoso(a) com idade igual ou superior a 60 anos, residente de ILPI há pelo menos um ano, com condições possíveis, quanto ao estabelecimento da narrativa e do resgate memorial.

Excluiu-se a participação de idosos que possuíssem condições clínicas neurológicas e degenerativas que possam interferir na realização da entrevista.

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil (CAAE 79522024.8.0000.5628), seguindo as orientações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados foram coletados por meio da pesquisa de campo, mediante o preenchimento do questionário sociodemográfico e da execução da entrevista aberta. A entrevista foi realizada em local acordado com os participantes dentro da Instituição de Longa Permanência, garantindo sigilo e privacidade na realização da entrevista. A análise de dados foi realizada mediante a análise temática segundo o referencial teórico de Minayo (2014a, 2014b). A análise de temática é uma análise qualitativa de dados, caracterizado como um modelo sistematizado que permite analisar dados de natureza qualitativa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise temática foram elencadas as seguintes categorias: a) A ausência do objeto; b) objeto afetivo; c) objeto ornamental; d) objeto religioso; e) objeto instrumental. As categorias temáticas e o conceito norteador adotado para sua definição podem ser observados no Quadro 1.

**Quadro 1 -** Categorias temáticas e descrição dos conceitos norteadores.

| **Categoria Temática** | **Conceito Norteador** |
|---|---|
| A ausência doobjeto | São os objetos desaparecidos, perdidos, penhorados e roubados que nãoestão mais presentes com o seu dono, mas que de algum modo são presentificados a partir do resgate memorial. |
| Objeto ornamental | Objetos que servem para adornar, enfeitar e embelezar, trazendo consigo valor estético e memorial e cumprindo também uma função de vestimenta. |
| Objeto religioso | Objetos que carregam consigo valores religiosos e memórias acerca dahistória de vida do recordador. |

| | |
|---|---|
| Objeto instrumental | O objeto instrumental carrega consigo a relação entre as memórias e osobjetos que possuem funções cotidianas, tendendo a ter uma grande função de utilidade. |

Fonte: Meirelles, N, S, G. Rabinovich, E, R (2024).

Para a apresentação das categorias temáticas foram levadas em conta as diversas funções que os objetos puderam ocupar no estabelecimento da narrativa do recordador.

Apresentaremos, a seguir, a narrativa fornecida pelos idosos entrevistados que possibilitaram a elaboração das categorias temáticas: ausência de objeto, objeto ornamental, objeto religioso e objeto instrumental.

## 6 A AUSÊNCIA DO OBJETO

Uma das possíveis considerações sobre memória, conforme Ricoeur (2020), éo seu vínculo com a reconstrução de um momento, situado no espaço e no tempo. A memória tem por sua característica a possibilidade de resgatar um objeto que não está presente. Assim é na narrativa em conjunto com a memória que são presentificados os objetos ausentes (Ricoeur, 2020). No presente caso, o objeto está ausente por ter sido roubado, penhorado, perdido e até mesmo esquecido e, assim, o fato lembrado carrega aspectos de contrariedade como também de proximidade e semelhança para com o que lhe é lembrado.

Como bem Hannah, que atesta não saber que fim levaram suas alianças e, antes de tudo, não ter objetos nem o que deles dizer pois sua infância foi toda vivida para ajudar sua mãe a cuidar de seus irmãos. No resgate de tais objetos biográficos, rememora um piano, uma boneca e um sapatinho. Diz não ter brincado muito em sua infância, sentir-se triste por não saber o que contar mas, aos poucos, soubemos que, não somente tecia roupas para sua boneca, como também para suas irmãs e irmãos. Nos fragmentos da sua memória de sua juventude afirma: “Eu nunca tinha muita a alegria de viver. Nunca tive. Porque eu fui criada para criar meus irmãos. E nisso, meus irmãos foram crescendo e eu fui criando.”

Quando adulta, atesta que seus pertences ficaram em seu último local de morada, local pelo qual residia com seu falecido marido. Assim, emerge, em seu relato, quando perguntado o que trouxe consigo para aquele espaço, responde:“Não é meu. E, no momento, eu estou sem um lugar pra viver”. Não se sente pertencente ao espaço em que reside, direcionando o outro como proprietário do espaço.

Assim seu objeto biográfico, de suma relevância afetiva, foram suas alianças, mas penhoradas e vendidas posteriormente, que atestam vínculo matrimonial, status social e laço afetivo. Suas alianças não foram dadas por seu marido, mas confeccionadas por um ourives a mando de sua mãe a fim de atestar e antecipar o status de vínculo matrimonial entre Hannah e seu marido.

Pode-se observar na narrativa de Hannah que à ausência de objeto biográficona ILPI, acresce-se uma ausência de vida própria segundo ela que “viveu paracuidar dos outros”. Donde, pode-se aventar uma suposição de que uma ausência de objeto autobiográfico em uma ILPI indique um esvaziamento existencial, tanto presente, quanto passado e talvez, futuro.

## 7. OBJETO ORNAMENTAL

Trazendo consigo valor estético, o objeto ornamental não somente enfeita o espaço do recordador - como um elemento decorativo -, mas também decora ao cumprir um fim estético: o corpo de quem o possui (Courtine, 2023). São assim: os vestidos, as jóias, os anéis, as pulseiras, os brincos e os broches, cumprindo assim função de ornamento, caracterizando-se por embelezar, enfeitar e decorar. Assim são os itens de joalheria trazidos por Angela (seus brincos), Eduardo (sua aliança e seu anel de formatura) e Hannah (anéis de casamento).

Os brincos de Angela dizem-nos sobre a sua cotidianidade vivida, usa-os todos os dias e os cuida com grande esmero e atenção. Seu objeto repercute afagoe cordialidade, fazendo-a lembrar do seu sobrinho e da esposa dele, ambas figuras que deram-lhe cuidado e segurança, nas palavras de Angela: “quando mais precisou”. Embeleza-se todos os dias, colocando em suas orelhas seus brincoscomo um sinal de cuidado de si.

As formas de disposição e organização do espaço são próprias da função de habitar “evidentemente, essas pequenas coleções de objetos, roupas e utensílios representavam o universo singular de seus donos” (Graeff, 2007, p. 18). Outrossim, em dados instantes, o espaço carrega consigo um lugar de repouso, contudo, podem carregar potenciais medos e inseguranças, uma infamiliaridade como lugar que se reside. Conforme Graeff (2007), “um armário cadeado, além de remeter ao medo de furtos, também pôde servir como uma tentativa de estocar lembranças – uma síntese entre vontade e memória” (Graeff, 2007, p.18). Assim é para Angela, que em seu pequeno guarda roupa cadeado diz trazer tudo que estava consigo em sua última moradia. Não apenas traz consigo objetos e utensílios, mas lembranças.

Para Eduardo, seu objeto não somente adornava suas mãos, como também situava suas memórias a partir dos ritos de passagem, tornando presente o tempo e o espaço em que viveu. É pela divisão do tempo que determinados objetos são singularizados a partir de eventos que podem compor uma função cerimonial, situando seu recordador através dos ritos tidos ao longo da sua história de vida (Baudrillard, 2008). Assim são para Eduardo, que rememora a partir de seus dois objetos: sua aliança, destinado ao evento memorial do seu casamento e, o seu anel, destinado a sua formatura. Ambos os eventos situam o recordador em determinados momentos de sua vida e em respectivos eventos cerimoniais corroborando para singularizar a posse, como bem aponta Baudrillard “o objeto possuído jamais é uma mediação pobre. Sempre é de uma singularidade absoluta” (2008, p. 98).

Pode-se observar que os objetos por nós denominados como ornamentais possuem um grande valor afetivo por demarcarem momentos importantes momentos da vida de seus proprietários. Pode-se ver, igualmente, que muitos desses objetos apontam para o embelezamento corporal que permanece durante toda a existência da pessoa.

Para Hannah, seu anel não apenas ornamenta, mas traz consigo status: o civil. Para Hannah seu objeto biográfico traz consigo dois marcos: seu casamento e sua ida aos Estados Unidos. Traz, ao lembrar das alianças, um espaço lacunar, poisnão sabe ao certo onde as alianças foram parar. Há um antes e um depois quando cita a ausência de sua aliança, o marco de sua ausência é o seu retorno à Bahia.Em suas palavras “tudo ficou lá” - nos Estados Unidos - logo após a morte de seu marido. Diz ter

penhorado e perdido grande parte de suas coisas em seu retorno e, também, um lugar para chamar de seu.

De modo a confirmar o relato de Hannah, para Bosi (2023), os objetos biográficos podem estar associados a marcos nas etapas de vida. Suas lembranças marcam acontecimentos que dividem o tempo, acontecimentos que deixam marcase pontos significativos no recordador:

Chama-nos a atenção com igual força a sucessão de etapas da memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos, festas (Bosi, 2023, p. 415).

Diante da narrativa dos idosos entrevistados, pode-se entender com maior clareza como se amplia o horizonte temporal em que, ao contar histórias, emergem as relações sociais em que estiveram imersos.

## 8. OBJETO RELIGIOSO

Os objetos religiosos trazem consigo a substancialidade da crença, como uma insígnia de devoção e como um símbolo de amor e proteção, constituindo um conjunto de práticas culturais populares. Tendo por uma de suas noções a noção de amuleto, trazendo consigo o imaginário religioso de quem possui e sua prática simbólica provedora de significado (Buitrago, 2017).

Assim é para Simone com seu objeto biográfico: sua bíblia, rodeada de imaginação e memória. Seu objeto foi dado por uma das cuidadoras da casa da qual reside atualmente, mas possui consigo, não no atual ambiente, mas em sua casa na qual diz ter uma coleção reunida durante sua história de vida. São bíblias em hebraico e em grego, com distintas disposições de língua: inglês, francês  e espanhol. A reunião de objetos como uma coleção é trazida pela narradora, na memória do seu espaço expositivo: sua grande estante de livros em sua antiga casacomo um grande interesse de vida.

Simone fala da importância da bíblia em sua vida É o objeto mais importante da minha vida. É a que eu to aqui, é essa, bem velhinha, na edição antiga que é a mais correta que confere com a original. As modernas tem atualização, tem modificação, tem

tudo mudado, tem mais de 50 mil erros [...] Então a bíblia abre para mim, quando eu pego a bíblia quando eu abro, também é transcendental, eu sei que a porta do céu está aberta para mim, mesmo sem ler nada, com quatro anos não sabia ler e com 10 anos eu não tinha tempo de ler, [...] mas pra mim é a chave do céu, então é o objeto mais importante para mim, é a bíblia. Que faz a gente conhecer a deus, faz a gente conhecer o mundo, conhecer o passado, conhecer o presente, conhecer o futuro, e os sinais que tem no apocalipse da volta de jesus, a bíblia relata tudo, os rumores de guerra, nação contra nação, reino contra reino, pestes, terremotos, tá tudo acontecendo Jesus qualquer hora vai voltar , vaiarrebatar a igreja.

O relato de Simone revela seu contato com o que toma como transcendentale divino. Outrora seu contato com a bíblia lhe faz pensar em uma segurança peranteao desamparo. Seu objeto biográfico estabelece sua relação com o mundo. É com ele que a narradora no trecho acima estabelece relação com suas vivências do passado: tais como ressentimento, amor, saudade e tristezas. Seu interesse por colecionar tal objeto não somente mostra o investimento financeiro esboçado emsua narrativa sobre sua grande estante, mas sobretudo mostra seu investimento emocional, emergidos nas memórias elementos de suas relações conjugais, matrimoniais, familiares e afetivas.

No entanto, chama a atenção que a bíblia que tem na ILPI foi lhe dada por uma cuidadora, indicando, em certa medida, a ausência de um objeto, de outra forma, tão relevante para a idosa.

## 9. OBJETOS INSTRUMENTAIS

Os objetos instrumentais cumprem a função de auxiliar na execução de tarefas e ações no dia a dia, criando as condições para que uma atividade do cotidiano se realize. Tais como: assistir, ligar, consultar, descansar e repousar.

Diante dos objetos trazidos consigo para sua atual moradia, Arnaldo elege três, são eles: Tv, poltrona e relógio. Seu primeiro: um relógio, dado por sua filha. Carrega consigo diariamente, consulta a todo momento garantindo com que se situe frente aos minutos que passam. Seu celular como seu segundo objeto tem poucos fins diante a funcionalidade de um celular “moderno”, mas é a partir dele que consulta a foto de sua filha e as ligações que recebe. Tem sobretudo a função de consultar e ligar.

Utiliza como moradia aquele espaço após sua esposa fazer um acompanhamento médico a longo prazo. Em sua ida ao atual espaço, recorre ao conforto e ao repouso de sua poltrona, da qual diz gostar muito. Logo mais é perante sua pequena televisão trazida consigo que rege a ida e a vinda dos canais, seu conforto diário está ali: na funcionalidade e nas lembranças dos objetos que carrega consigo já há algum tempo.

O conforto material pode ser pensado também como conforto  afetivo, inclusive pelo termo ser utilizado em ambos os sentidos. E, de fato, na fala de Arnaldo podem ser lidas ambas as acepções da palavra conforto, fornecendo um olhar ampliado para objetos instrumentais presentes em uma ILPI, podendo-se, ao invés, apontar a sua ausência na ILPI visitada.

Já Neto não possui os itens denotados por ele - o relógio e o celular -, mas elenca a importância dos dois quando os tinha. Lamenta não poder consultar e interagir com sua família diariamente e que o celular é o objeto mais importante pois possibilita contato diário com sua família de quem ele sente tanta falta. Revela também, aos poucos, a falta de outro objeto que estima, seu relógio. Relata a importância do seu relógio pela funcionalidade que possui, a de consultar o horário.

As especificidades práticas dos objetos acima marcam uma dada instrumentalização das atividades cotidianas. Arnaldo com seus objetos trazidos de casa habita a partir das disposições dos móveis um conforto do qual tinha na casa que morava com sua esposa. Neto tem em seu objeto, que diz ser o mais importantede todos: o celular, a função de intermediário com a sua família. A comunicação é o seu objetivo principal.

Diante da narrativa dos mais velhos da família ficam ressaltadas a ampliação do horizonte temporal, isto é, a conservação do passado por meio do contar históriasacerca das vivências tidas nas relações sociais da história de vida de um indivíduo (Halbwachs, 2006). Deve-se a Maurice Halbwachs a ideia de que, para se lembrar, precisa-se dos outros, E, para Ricoeur (2020, p. 131),“temos assim, acesso a acontecimentos reconstruídos  para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem” dando assim uma “co-autoria” na produção de memórias e na construção de uma identidade a partir do laço social. Para tanto, a memória tem efeito de duração a partir de apoios externos da comunidade, pelo qual ocorrem em

lugares socialmente marcados. Reproduzir e revisitar um instante é próprio da característica da memória como presentificação da coisa ausente (Ricoeur, 2020).

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender a vivência de envelhecimento de pessoas vivendo em Instituições de Longa Permanência, utilizando para tal os objetos biográficos trazidos por elas à instituição. Observou-se que o objeto biográfico possui diferentes funções na vida do idoso como: 1) O objeto biográfico cumpre a função de mediar a relação do sujeito com o mundo; 2) Os objetos biográficos carregam consigo a singularidade dos seus donos, trazendo assim a possibilidade de auxiliar na composição das narrativas sócio-históricas específicas de vida do recordador; (3) A partir das narrativas acerca do objeto biográfico o idoso recordador rememora seus laços sociais, situando o recordador no tempo e no espaço acerca das inúmeras vivências tidas na presença do objeto; (4) O objeto biográfico integra o devir do tempo, isto é, entrelaça o passado do recordador, o seu presente e o porvir do futuro; (5) É diante a composição das narrativas que o contador de histórias a partir do seu meio social pode perpetuar suas histórias através do tempo.

Conclui-se que o idoso, ao contar histórias, tece a partir da experiência, a composição de suas narrativas. Desse modo, é um sujeito que se insere na história, vivência, modifica-a e são mediadores dos que estão por vir: as novas gerações. A partir do resgate de suas reminiscências atestam um tempo já não mais presente, portanto atestam a história. Quando narram, não tão somente recompõem e presentificam um dada lembrança, mas atestam suas histórias de vida, seus laços e suas rupturas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Thaynara Alves; FERNANDES-ElOI, Juliana; SOUZA, Aline Maria Barbosa Domício. Reflexões acerca dos Impactos Psicossociais da Institucionalização de Idosos no Brasil. Revista Kairós-Gerontologia, 20(2), 2017. p. 333-352.

BAUDRILLARD, Jean. O Sistema dos Objetos. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BEAUVOIR, Simone. A velhice. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; 2º ed. 2018.

BENJAMIN, Walter. O contador de histórias: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Linguagem, tradução, literatura [filosofia, teoria e crítica]. Tradução de João Barrento - 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 20ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2023.

_____. O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social. 4ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: Questões de sociologia. Tradução de Fábio Creder. Belo Horizonte: Editora Vozes; 1º ed. 2019.

BRASIL. RDC Nº 502, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial. Ministério da Saúde: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2021.

BRASÍLIA. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Presidência da República Secretaria-Geral: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003.

BUITRAGO, Nancy Consuelo Quiroga. Construcciones simbólicas: forma y contenido en el escapulario de la Virgen del Carmen. Designia, 5(1), 85-113. 2017.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: os trabalhos da memória. In: Memória e sociedade: lembranças de velhos. 20ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2023. p. 17-38.

COURTINE, Jean-Jacques. Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem. Apresentação e coordenação da tradução Carlos Piovezani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

DEBERT, Guita Grin (Org.). Antropologia e velhice. Departamento de antropologia: Instituto de filosofia e ciências humanas - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 2º edição, nº 13, 1998.

_____. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: velhice e sociedade. Campinas, SP: Papirus, 1999. p. 41-68.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. Revista SUSTINERE, Rio de janeiro, v.11, n. 1, 2023. p. 402-411.

FAGUNDES et al. Instituições de longa permanência como alternativa no acolhimento das pessoas idosas. Rev. Salud Pública. 19 (2): 210-214, 2017.

GOMES, Romeu. Capítulo IV: análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, MariaCecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 67-79.

GOMES, Emanuele Aparecida Paciência; VASCONCELOS, Fernanda Gomes; CARVALHO,Josene Ferreira. Psicoterapia com Idosos: Percepção de Profissionais de Psicologia em um Ambulatório do SUS. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, 2021.

GLÓRIA, Luani Lobo. Mulher, Envelhecimento e Relações de Poder: notas sobre a materialidade dos direitos humanos e as violências sofridas por mulheres idosas no Brasil. Revista Científica Gênero na Amazônia, Belém, n. 24, 2023.

GRAEFF, Lucas. Instituições totais e a questão asilar: uma abordagem compreensiva. Estud. interdiscip. envelhec., Porto Alegre, v. 11, p. 9-27, 2007.

GUIMARÃES, Mirna Rodrigues Costa. Avaliação das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. Ciência & Saúde Coletiva, 28(7):2035-2050, 2023.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12anos.Disponívelem:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia- de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade- cresceu-57-4-em-12-a nos. Acesso em 4 nov, de 2023. 2023.

IPEA. Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos - região Nordeste/ coordenação geral Ana Amélia Camarano – Brasília; Presidência da República, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Capítulo I: Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In:_. (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis:Vozes, 2001. p. 09-30.

_____. (Org.). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec. 2014a.

_____. (Org.). Pesquisa social:teoria, método e criatividade. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

MORIN, Violette. L'objet biographique. Communications. Paris: École Pratiques des Hautes Études, Centre d'Études des Communications de Masse, n. 13, 1969.

RABINOVICH, Elaine. Pedreira et al. Significados e experiências de vida na velhice de centenários. Memorandum: Memória e História em Psicologia, v. 38. 2021.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: ALain François [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 9ª reimpressão, 2020.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva; tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte:UFMG, 2007.

WATANABE, Helena Akemi Wada; GIOVANNI, Vera Maria Di. Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Envelhecimento & Saúde: Boletim do Instituto de Saúde. 2009.

# PERSPECTIVA JURÍDICA ACERCA DA SOCIOAFETIVIDADE PARENTAL NO JUDICIÁRIO BAIANO

*Deivid Carvalho Lorenzo*[1]

*João Pedro Pereira Rosado da Silva*[2]

**RESUMO**

Trata-se de uma análise do reconhecimento da paternidade socioafetiva no contexto jurídico brasileiro, sobretudo baiano. Um breve estudo dos desdobramentos doutrinários e jurisprudenciais acerca desse fenômeno e de seu desenrolar nos mais variados campos do direito. O texto traz o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado daBahia sobre o seu reconhecimento, sobretudo *post mortem*. Por fim traz-se as perspectivas do Novo Código Civil sobre esta temática.

**Palavras-chave:** Constituição. Paternidade Socioafetiva. Filiação. Reconhecimento. Novo Código Civil. Direito. Sucessão. Patrimônio. Guarda. Jurisprudência. Família.

## 1 INTRODUÇÃO

A família é um conceito abstrato. Trata-se do seio primaz, no qual o indivíduo é inserido desde os primórdios de sua existência, que reverbera pontos cruciais nas suas perspectivas frente à sociedade e que, com o passar dos séculos, ganhara novos sentidos. Partindo do caráter religioso, bebendo da afetividade, chegando a era moderna em sua multi-conjuntura.

Fato é que hodiernamente as relações familiares são múltiplas, podendo se desenvolver de modos e formas distintas. Assim trata o objeto de estudo deste artigo, o entendimento doutrinário acerca da multiparentalidade socioafetiva: concepção jurídica que trata do vínculo parental sob a perspectiva do afeto. Deste modo, desenvolve-se um novo conceito acerca da filiação, antes admitida apenas a gerada no seio conjugal, evoluindo para a filiação adotiva, chegando ao ápice com afiliação socioafetiva.

Esse trabalho busca uma análise acerca dessa nova acepção, traçando uma linha cronológica e expondo os seus efeitos na seara da responsabilidade civil, sucessão, previdência, dentre outros aspectos.

[1] Reitor e Docente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. deivid.lorenzo@ucsal.br
[2] Acadêmico em Direito pela Universidade Católica do Salvador. joaopedropereira.silva@ucsal.edu.br

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA

Multifacetado, o conceito de família parte de uma proposição religiosa de culto aos antepassados, onde o liame da vida e da morte envolvia-se na ritualística exercida nos *domus*[3]. Assim, a família, de primeiro modo, se resumia ao caráter consanguíneo, sob a custódia do *pater familias*. A família antiga era uma entidade perpetrada pelo desejo de perpetuação e sacralizada pelo culto ancestral. Assim se caracteriza a família clássica, *eístion*, a família patriarcal.

Com o advento do catolicismo medieval, a noção de família ganhou o caráter sacramental através do casamento, rito de admissão e construção de um novo grupo familiar. Assim, as famílias cristãs, unidas pelo batismo, uniam-se ainda “com as bençãos de Deus”, celebrando um contrato (matrimônio) de caráter patrimonialista e sucessório.

Na era moderna, com a supremacia universal do poder estatal, dadas as transformações das grandes revoluções, o conceito de família absorve grande parte das mudanças sociais e culturais, o poder máximo do *pater familias* começa a ser questionado e o Estado, como mão mestra, passa a regrar a maioria dos conflitos e problemáticas que possam originar-se nesse meio.

## 3 A FAMÍLIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Apesar de beber dos anseios europeus, o Brasil desenvolve o seu modelo próprio de família, a família “à brasileira", com suas peculiaridades e, hodiernamente, adotando multiformas. Promulgada a Constituição Cidadã, em 1988,a análise da família se concentra no indivíduo e não mais no patrimônio. Deste modo, a nova conjuntura da legislação brasileira busca incorporar os novos sentidos de família, parentalidade, matrimônio, sexualidade, costumes, etc. Assim, a Carta Magna, em seu artigo 226, expõe a importância dessa entidade para o Estado Democrático de Direito, dando-lhe especial proteção: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Brasil, 1988, Art. 337).

[3] Vocábulo em latim que se traduz em casa, lar e moradia.

Deste modo, o direito de família trata do conjunto de regras aplicáveis às relações *inter persona*s. Sejam elas ligadas pelo casamento, pelo parentesco, pela afinidade e pela adoção.

## 4 A JURIDICIDADE DA FILIAÇÃO

> "A tua esposa é uma videira bem fecunda no coração da tua casa; os teus filhos são rebentos de oliveira ao redor da tua mesa." Assim o Salmo 127 pressupõe a família ideal, gerada a partir do casamento, monogâmico, a família unida no lar do homem que é temente a Deus.
> Como se pode aduzir, inclusive com base no Direito Romano, com a máxima *pater is est quaem justae nuptiae demonstrant*, ou seja, "pai é aquele demonstradoatravés do casamento", a concepção acerca da filiação até o momento recente,pautava-se na filiação advinda do casamento, a filiação matrimonial e consanguínea.No novo contexto social brasileiro, a filiação ganha novos sentidos. O reconhecimento dos filhos, desde o Código Civil de 1916, tem o cunho de preservaro patrimônio, facilitando a sucessão. Esse pensamento, contudo, revela um grau depreconceito quando trata dos rebentos havidosfora do casamento, caracterizando-os como ilegítimos, considerando apenas os gerados na constânciada união conjugal: "São legitimos os filhos concebidos na constancia do casamento, ainda que annullado (art. 217), ou mesmo nullo, se se contrabiu de boa fé (art. 221)" (Brasil, 1916, Art. 337).

Já com a promulgação da Constituição Federal, em seu capítulo VII, artigo 227, expõe-se como dever da família, do Estado e da sociedade a garantia dos direitos da criança, do jovem e do adolescente, sem distinções. Cabe destaque ao §6° do referido artigo, quando trata especificamente sobre a filiação: "[...] § 6º Os filhos, **havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (grifo meu)**.

Assim se percebe mais uma inovação constitucional acerca da filiação, quebrando os paradigmas ora impostos, buscando a efetivação dos direitos sociais, pressupostos de seu art. 5°. Tal parágrafo também encontra respaldo no Código Civil de 2002, em seu artigo 1.596, com a mesma redação do supracitado.

### 4.1 A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E A DESBIOLOGIZAÇÃO DAPATERNIDADE

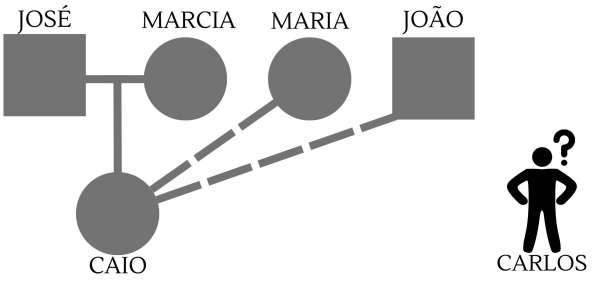
Infere-se com a análise do tema que há um processo de desbiologização da paternidade, originando, com os anseios constitucionais, o preceito da defesa do

interesse da criança, denominado na doutrina norte americana como *the best interest of the child.*

A paternidade socioafetiva consiste na “transmutação do afeto de um sentimento ao status de valor jurídico”, como conceitua o Dr. Conrado Paulino da Rosa. Trata-se de um fenômeno observado na sociedade brasileira, desde a sua gênese. No Brasil, são costumeiras expressões como “fulano é filho de sangue de Marta e de criação de Maria”. A prática ganha respaldo jurídico, onde a relação parental não é configurada pelo liame biológico, ou seja, pela consanguinidade, mas pela relação afetiva. Assim, a parentalidade se estabelece quando há uma relaçãode tamanha troca, como se para a sociedade pai e filho biológicos fossem.

A esse fenômeno dá-se o nome de posse do estado de filho, ou a teoria da aparência, ou seja, pelo olhar de terceiros não há como distinguir a verdadeira origem da filiação. Em linguagem pedagógica é como se Caio fosse filho biológicode Márcia e José, mas Maria e João, seus tios, desenvolvem com ele laços tamanhos de modo que Carlos, terceiro, não consegue distinguir se Caio é filho de Márcia e José ou de Maria e João. Esse ato se reproduz inclusive em diversas cenas do cotidiano como em acompanhamento médico, escolar, eclesial, social e etc.

**Figura 1 -** Heredograma ilustrativoFonte: Compilação do autor.[4]




Fonte: Heredograma ilustrativo criado via canva.com

Em âmbito do entendimento a nível nacional, essa nova modalidade tem ganhado relevância. Dentre os enunciados aprovados na I jornada de direito civil,

[4] Heredograma ilustrativo criado via canva.com

dispostos na 3ª edição do evento, está o enunciado de n°253, tratando de família e sucessões, que trata do artigo 1.593 do Código Civil e da posse do estado de filho como modalidade de parentesco civil “Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem”.

### 4.1.1 O Registro Cartorial da Filiação Socioafetiva

De acordo com entendimento do CNJ, através do Provimento Nº 149 de2023, em detrimento do Provimento n° 63, do ano de 2017, há possibilidade de reconhecimento voluntário da paternidade/maternidade socioafetiva, através de registro cartorial, extrajudicial, desde que atenda aos requisitos de sua redação, quais sejam:

a) O registro deve ser autorizado por pessoas acima de 12 anos;
b) É irrevogável, podendo ser desconstituído por via judicial em casos de vício devontade, fraude ou simulação;
c) Possibilidade de requerimento por maiores de 18 anos;
d) Impossibilidade de reconhecimento cartorial entre os irmãos ou ascendentes;
e) Idade mínima de 18 anos para o ascendente e diferença mínima de 16 anos de idade entre pai e filho.

Ocorre que não é permitido o registro cartorial da filiação socioafetiva entre irmãos ou ascendentes, pelo vínculo já existente, tendo de se dirigir aos meios judiciais de reconhecimento. Dentre os pressupostos para o registro, está a estabilidade, que deverá ser exteriorizada socialmente, configurando a posse do estado de filho. Assim, deve ser demonstrada através de todos os meios admitidos em direito: documental, testemunhal e etc.

Ademais, o registro cartorial da filiação socioafetiva se faz uma alternativa viável ao tradicional registro de adoção. Uma vez que o último pressupõe a exclusãodos genitores (se houver registro).

### 4.1.2 O Limite de Ascendentes no Registro Extrajudicial

A redação da legislação supracitada traz, dentre suas mudanças, um limite para a inclusão de ascendente socioafetivo via extrajudicial, permitindo apenas um, seja paterno ou materno. Se da inclusão de mais um ascendente, deverá ser interposta ação judicial. Ademais, pela via judicial, há possibilidade de inclusão deaté 2 ascendentes socioafetivos.

### 4.1.3 O Reconhecimento *post mortem* no Brasil

Ainda que com o falecimento do pai/mãe socioafetivo, é possível o seu reconhecimento *post mortem.* Desde que comprovado o intento do *de cujus* em reconhecer o filho, bem como da configuração de fato da posse do estado de filho, requisitos básicos para o registro.

Assim, no ano de 2016, fora julgado pelo STJ o Recurso Especial de n° 1.500.999-RJ, tendo como relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, onde fixou o entendimento da possibilidade do reconhecimento:

> EMENTA
> RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. PROCESSUAL CIVIL. ADOÇÃO PÓSTUMA. SOCIOAFETIVIDADE. ART.
> 1.593 DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE. ART. 42, § 6º, DO ECA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE
> DEFESA. INEXISTÊNCIA.
> A socioafetividade é contemplada pelo art. 1.593 do CódigoCivil, no sentido de que "o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem".2. A comprovação da inequívoca vontade do de cujus em adotar, prevista no art. 42, § 6º, do ECA, deve observar, segundo a jurisprudência desta Corte, as mesmas regras que comprovam a filiação socioafetiva, quais sejam: o tratamento do menor
> como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição.
> 3. A paternidade socioafetiva realiza a própria dignidade dapessoa humana por permitir que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social ostentada, valorizando, além dos aspectos formais, como a regular adoção, a verdade real dos fatos.
> [...] ACÓRDÃO
> Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima
> indicadas, decide a Terceira Turma, por unanimidade, negarprovimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr.
> Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Aurélio Bellizze,
> Moura Ribeiro, João Otávio de Noronha (Presidente) e Paulo de Tarso Sanseverino votaram com o Sr. Ministro Relator.
> Brasília (DF), 12 de abril de 2016(Data do Julgamento)Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva – Relator

### 4.1.4 Desdobramentos Legais no Judiciário Baiano;

Cabe destacar que o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é consoante ao fixado em âmbito nacional, bem como pela doutrina, reconhecendo o fenômeno da posse do estado de filho e a possibilidade de reconhecimento da filiação socioafetiva, desde que presentes os requisitos já conhecidos, como se pode auferir com o seguinte julgado do ano de 2015:

> APELAÇÃO CÍVEL. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. POSSE DO ESTADO DE FILHO. POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA COM A PATERNIDADE BIOLÓGICA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 227, §6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, C/C O ART. 1.593, DO CÓDIGO CIVIL VIGENTE. MANUTENÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVO E BIOLÓGICO. DIREITO PERSONALÍSSIMO. PRESERVAÇÃO DA ANCESTRALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA
> PESSOA HUMANA. RECURSO PROVIDO.
> I  O arcabouço normativo pátrio, de índoleconstitucional, não admite qualquer discriminação entre asespécies de parentesco e filiação, tampouco veda a coexistência de relações de idêntica natureza, a exemplo dapaternidade, por não estabelecer graus de hierarquia entre elas. Inteligência do art. 227, §6º, da Constituição Federal, c/c
> o art. 1.593, do Código Civil.
> II  Nessa linha de intelecção, é forçoso reconhecer oestado de filiação, de natureza afetiva, entre indivíduos que sereconheçam como pai e filha, fato comprovado pela longa, profícua e pública convivência entre eles (fls. 33/59), sem queisso represente, de forma automática, a extinção da
> paternidade biológica, notadamente quando, como na espécie,a vontade dos requerentes é uniforme, e direciona-se ao
> reconhecimento da dupla paternidade.
>  Exigir, para tanto, que haja efetiva e simultâneaconvivência do filho com ambos os pais, representa indevida intervenção do Estado na vida privada, porquanto a relevância da relação pessoal, seja ela biológica ou afetiva, não pode ser mensurada, apenas, pelo tempo de convívio entre os envolvidos, mas, essencialmente, pelo legítimo interesse que estes demonstrem na manutenção dos vínculos estabelecidos,
> por consanguinidade ou afetividade.
>  In casu, é certo que o pai biológico da primeirarecorrente veio a falecer no ano de 2011 e, conquanto não tivesse mantido relação próxima com sua filha, preservou nela o desejo de tê-lo como pai, ainda que em sua memória afetiva, elemento mais do que suficiente para a manutenção do vínculo consanguíneo, indispensável à preservação da
> ancestralidade e da dignidade da pessoa humana.
>  Por fim, não se tratando, na origem, de lide deadoção, ou de ação negatória de paternidade, mostra-se ilícitaa extinção, de ofício, do vínculo biológico mantido entre a autora e seu falecido pai, por desbordar, tal decisão, dos limites objetivos da demanda (arts. 128 e 460, do CPC).
> Reforma da sentença que autoriza, entretanto, a superação dovício apontado, nos termos do artigo 249, §2º, do CPC.
>  Recurso provido.

No entanto, no mesmo ano não fora concebida a ideia do reconhecimento de filiação socioafetiva *post mortem.* Como é o caso do julgado de n° 0303620-

12.2012.8.05.0001, publicado em 21/10/2015. Hodiernamente, o entendimento é acertado ao reconhecer esse fenômeno tanto *in vita* quanto *post mortem,* adotando inclusive a possibilidade da multiparentalidade, quando coexiste apaternidade biológica e a socioafetiva:

> APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. COEXISTÊNCIA COM A
> PATERNIDADE BIOLÓGICA. POSSIBILIDADE. ESTADO DE FILIAÇÃO. DIREITO PERSONALÍSSIMO. PARENTESCO
> COM FUNDAMENTO NO AFETO. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.593, DO CÓDIGO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. STFPROTEÇÃO AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.
> SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.
> Discute-se, no caso concreto, acerca da possibilidade dereconhecimento da paternidade socioafetiva em
> concomitância com a paternidade biológica.
> [...]
> In casu, os indivíduos se reconhecem como pai e filho, fatocomprovado pelas provas documentais coligidas nos autos e pelos depoimentos prestados em juízo pelo padrasto, os genitores biológicos do menor e por ele mesmo, donde se extrai a longa, benéfica e pública convivência entre eles, não havendo impedimento legal à concretização desse estado de filiação, tendo o padrasto e o pai biológico do infante, inclusive, ciência das implicações jurídicas do reconhecimento do ato, continuando o genitor biológico com as mesmas obrigações e deveres de pai, e o padrasto da irrevogabilidade
> do ato e direitos existenciais e patrimoniais.
> No julgamento do RE 898060, em repercussão geral, oSupremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação
> concomitante baseado na origem biológica, com os efeitosjurídicos próprios".
> RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
> No mesmo sentido foi possível encontrar, dentre muitos, os seguintes julgados: 0001010-34.2011.8.05.0243, 0334480-59.2013.8.05.0001 e 8003751-59.2019.8.05.0103. Há terreno, inclusive, para a filiação socioafetiva “avoenga”, ou seja, o reconhecimento dos indivíduos como avós e netos, decorrentes da relação afetiva. É o caso do processo de n° 8001055-07.2020.8.05.0203.

> RECURSO ESPECIAL. CIVIL. FAMÍLIA. OMISSÃO.
> AUSÊNCIA.AÇÃO DECLARATÓRIA DE RELAÇÃO AVOENGA. POSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DE REGISTRO DE
> NASCIMENTO DE GENITOR P´RE-MORTO. PREQUESTINAMENTO. AUSÊNCIA. HERDEIROS DE GENITOR
> PRÉ-MORTO. LEGITIMIDADE.
> [...]
> No julgamento do REsp n. 807. 849/RJ, a Segunda Seção desta Corte Superior fixou o entendimento de que os netos possuem direito próprio e personalíssimo de pleitear a declaração de relação avoenga, mesmo na hipótese em que o próprio genitor não pleiteou,em vida, a investigação de sua origem paterna, não havendo que sefalar em ausência de legitimidade. 6. As mesmas razões fundamentais – a mesma ratio decidenti – que conduziram a Segunda Seção a reconhecer o direito dos netos de pleitear a declaração de relação avoenga na hipótese em que se desconhece os genitores do pai pré-morto são, todas elas, aplicáveis à hipótese em apreço, em que inexiste a mesma lacuna tendo em vista a configuração da paternidade registral. 7. Os herdeiros de pai

> pré-morto possuem legitimidade ativa para ajuizar ação declaratóriade relação avoenga na hipótese em que o próprio genitor não pleiteou, em vida, a investigação de sua origem paterna, sendoirrelevante o fato de o de cujus gozar de eventual paternidade registral ou socioafetiva. [...] (STJ - REsp: 1889495 RS 2019/0346946-1, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data do Julgamento: 27/04/2021, T3 – TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/05/2021)

No caso em testilha, verifica-se que os autores buscaram a tutela jurisdicional, objetivando ver reconhecido o vínculo familiar, nosextados moldes do entendimento do STJ transcrito acima.

### 4.1.5 Novo Código Civil.

Dentre as novidades tratadas pelo Prof. Flávio Tartuce, previstas no Novo Código Civil, em trâmite no Congresso Nacional, está a edição do livro específico tratando “das pessoas na família”, entre os artigos 1512-A e 1512-G, trazendo novasdistinções acerca dos regimes de filiação, natural e civil.

> Art. 1.512-A
> [...]
> § 1º O parentesco é natural se resultar deconsanguinidade, ainda que o nascimento tenha sido propiciado por cessão temporária de útero.
> § 2º O parentesco é civil, **conforme resulte desocioafetividade**, de adoção ou de reprodução assistida em que há a utilização de material genético de doador.

Assim, publicar-se-á o novo Código Civil, em consonância com o entendimento judiciário nacional. É o caso do fixado pelo STF, com o julgamento do Tema 622 onde reconhece o novo método de filiação e equipara a natural: "a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios".

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, chega-se ao entendimento da importância do direito como ente que acompanha todos os atos da vida humana, especialmente tratando do direito civil e sua ramificação na seara da família, que abrange a relação humana naquilo que é mais sublime, o seio familiar, a unidade primeira. Deste modo, dados os anseios de 1988, a

família entra na ciranda da constitucionalidade, exprimindo suas várias faces e peculiaridades.

É importante perceber o rompimento da família moderna com a família clássica, ultrapassando o caráter patrimonialista e patriarcal, adotando uma visão social e humanística. Sendo assim, o Estado é obrigado a delimitar meios de proteção à família, sobretudo aos filhos, sendo de extrema importância a defesa do interesse do menor, hipossuficiente, dependente direto de uma figura paterna/materna.

Dada a extrema desigualdade que assola o Brasil, de norte a sul, é de tamanha importância um estudo analítico sobre as famílias, os regimes de filiação e os métodos de reconhecimento que se desenvolvem nesse meio. Importante destacar o reconhecimento da socioafetividade parental como uma inovação jurídica, que reflete uma prática antiga na sociedade brasileira, até então não protegida pela tutela do Estado.

Chega-se à observância do fenômeno do afeto, através da posse do estado de filho, quando há entre os indivíduos uma troca intensa de afetividade que são tidos como se pais e filhos biológicos fossem. Deste modo, a desbiologização da paternidade é o efeito que se observa, adotando a multiparentalidade como possibilidade plausível.

A avalanche legislativa quanto às novidades sociais é tamanha que o Código Civil de 2002, na juventude dos seus 22 anos, já se encontra ultrapassado, gestando o Congresso Nacional o novo Código Civil, que busca incorporar todas as novas tendências que envolvem as relações cíveis, assim também as relações familiares.

No judiciário baiano, o debate é vasto quanto ao seu reconhecimento, e, representando uma nova roupagem da família, trata-se de um avanço necessário ao Estado Democrático de Direito. Assim, dado o primeiro passo, a tutela jurídica, abrem-se as portas legais para que o filho socioafetivo tenha a plena garantia dos seus direitos inclusive quanto à sucessão, previdência e demais atos da vida inerentes à sua condição filial.

Tratando do reconhecimento *post mortem*, tem-se como possível, desde que claramente comprovado o ímpeto do *de cujus* no ato. Assim, todo o processo deve ser conduzido com cautela, apresentando todas as provas admitidas em direito para o pleno convencimento do juiz.

Dados tais fatos, percebem-se os avanços da sociedade brasileira quando trata das relações *inter personas*, da diminuição das desigualdades e da promoção do bem estar social. Efetivando-se assim, as garantias previstas na Constituição de 1988.

## REFERÊNCIAS

Bahia. Tribunal de Justiça. Apelação n. 0001010-34.2011.8.05.0243. Apelante: Adriana Oliveira de Souza e outros. Apelado: Osvaldo Teixeira de Almeida. Relatora: Gustavo Silva Pequeno. Salvador, 09 jan. 2024. Acesso em: 27 ago. 2024.

Bahia. Tribunal de Justiça. Apelação n. 0303620-12.2012.8.05.0001. Apelante: Mauricio Luna dos Santos. Apelado: Gildete Fernandes. Relator: Des. Moacyr Montenegro Souto. Salvador, 08 set. 2015. Acesso em: 27 ago. 2024.

Bahia. Tribunal de Justiça. Apelação n. 0334480-59.2013.8.05.0001. Apelante: Tiago Lima Passos. Apelado: Y. B. N. M. e outros. Relatora: Lícia Pinto Fragoso Modesto. Salvador, 19 dez. 2023. Acesso em: 27 ago. 2024.

Bahia. Tribunal de Justiça. Apelação n. 0513463-46.2014.8.05.0001. Apelante(s) Lara de Freitas Moreira, Eduardo Dantas Bastos e Yara de Freitas Morreira. Relatora: Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel. Salvador, 02 set. 2015. Acesso em: 27 ago. 2024.

Bahia. Tribunal de Justiça. Apelação n. 0800769-89.2015.8.05.0274. Apelante. Ministério Público do Estado da Bahia. Apelados: Marcos Welbyson Silva Pereira, Margleide Gomes da Silva Ferreira e Fábio de Sousa Santos. Relatora: Des. Ilona Márcia Reis. Salvador, 24 jul. 2019. Disponível em: https://jurisprudencia.tjba.jus.br/. Acesso em: 15 ago. 2024.

Bahia. Tribunal de Justiça. Apelação n. 8001055-07.2020.8.05.0203. Apelante: Janaina Barbara Vitorino dos Santos. Apelado: Erisdenes Barbosa Silva e outros. Relatora: MARIA DO SOCORRO SANTA ROSA DE CARVALHO HABIB. Salvador, 14 jun. 2023. Acesso em: 27 ago. 2024.

Bahia. Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração n. 8003751-59.2019.8.05.0103. Embargante: Tatiana Fontes de Assis. Embargados: Ana Paula Fontes P Caetano da Silva e outros. Relatora: Regina Helena Ramos Reis. Salvador, 06 mar. 2024. Acesso em: 27 ago. 2024.

Conselho da Justiça Federal. Jornada de Direito Civil, III, 2005, Brasília.

GOMES, Orlando. Direito de Família. 11ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999. p. 33.

ROSA, Conrado Paulino da. Curso de Direito de Família Contemporâneo. 3ª edição. Salvador: Editora JusPodivm, 2007. p. 27.

Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.500.999. Recorrentes: P F M DE F, N F,C F A, E F DE S, C DE O F, F F DE S J, A DE O F. Recorrido: E A S F. Relator Min. Ricardo

TARTUCE, Flávio, A reforma do Código Civil e as alterações a respeito do parentesco e da parentalidade socioafetiva.Minas Gerais: Revista Migalhas. Disponível em https://www.migalhas.com.br/coluna/reforma-do-codigo-civil/410399/as-alteracoes-a-respeit o-do-parentesco-e-da-parentalidade-socioafetiva

Villas Bôas Cueva. Brasília, 12 abr. 2016. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/. Acesso em: 15/ ago. 2024.

VILLELA, João Baptista. Desbiologização da Paternidade. Belo Horizonte: Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, 1979.

## AGRADECIMENTOS

*In memoriam* de Luzia Maria Pereira da Silva, minha avó querida, que mesmo não estando mais fisicamente entre nós, foi inspiração para este trabalho. Que do Céu possa prestigiar esta escrita em seu tributo.

A minha família, base para a minha existência terrena;

A universidade Católica do Salvador, na pessoa do Prof. Deivid Carvalho, pelo empenho em desenvolver o olhar científico e humano dos seus discentes, formando profissionais capacitados e voltados ao bem comum;

A Profa. Germana Pinheiro, que plantou a semente da pesquisa científica. A Profa. Teresa Cristina por me apresentar ao Direito de Família nas aulas de Mediação, apresentando-me a esta temática.

A Profa. Jessica Hind, por toda a presteza.

Ao Escritório Farias Pereira, e toda a sua equipe. Pela devida formação profissional e o incentivo na pesquisa acadêmica, sendo mais que uma empresa, uma família.

# UBUNTU: CONTEXTOS FAMILIARES QUILOMBOLAS, CUIDAR DO OUTRO PARACUIDAR DO MUNDO

*Ana Cristina de Jesus Santana*

*Elaine Pedreira Rabinovich*

**RESUMO**

O objetivo deste estudo foi analisar as características familiares e a percepção de cuidado familiar na comunidade quilombola denominada Ocrídio Pereira dos Santos objetivando conhecer esta comunidade de remanescentes quilombolas do vale do Jequiriçá, no Sudoeste Bahiano, na cidade de Jaguaquara, interior da Bahia. Desejamos, em uma visitaao campo, aproximarmo-nos de eventuais problemas relatados, medos e sonhos, bem como o cuidado em família e os desafios enfrentados por jovens adultos. Esta viagem incursionada pelas autoras ora provocou o encontro com a possibilidade de compreensão dos desafios enfrentados pela comunidade, ora a busca pelo conhecimento dos seusvalores. Para tal, utilizamos da metodologia autoetnográfica em uma imersão na comunidade durante a qual realizamos uma entrevista aberta com uma moradora do quilombo. Conclui-se da importância do autocuidado na promoção do coletivo.

**Palavras-chave**: Contextos Familiares. Jovem adulto Quilombola.Autocuidado.

## 1. INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no Brasil são um reflexo da resistência e da luta pela preservação de uma identidade cultural e social diante da opressão histórica. Esses grupos, formados por descendentes de africanos escravizados, preservaram e adaptaram práticas culturais e modos de vida ao longo dos séculos, enfrentando desafios que variam desde a marginalização econômica até a exclusão social (Freitas, 2008).

O presente estudo foca na comunidade quilombola Ocrídio Pereira dos Santos localizada no município de Jaguaquara/Bahia, cidade reconhecida pela economia estruturada em hortifrutigrangeiros. Jaguaquara tem a sua história inaugurada a partir da chegada de portugueses, italianos e japoneses (Rosa, 2016 p.47, p.193).

Embora muito pouco seja falado sobre os povos de descendência africana no município, estes demarcam a história da cidade com a sua cultura, oralidade e memória (Eugênio et al., 2020).

Para alguns autores, a memória se mostra como um dos elementos importantes para a reconstrução de uma identidade cultural. É através da memória que o indivíduo revisita a sua história e se projeta para o futuro ressignificando a suaforma de se colocar no mundo. Na cultura afrodescendente, esta memória por vezes se mostrou de forma reminiscente em razão de um passado doloroso em que se busca em alguns contextos o esquecimento. Noutra ordem, por carregar como característica a oralidade era desta forma que ocorria a transmissão dos valores, culturas, tradições preservando desta forma a memória coletiva (Ricoeur, 2004).

Para Paul Ricoeur (2007), as memórias e histórias são responsáveis, assim como o esquecimento, como base da construção histórica. Ricoeur afirma que memória é construção diferenciando de lembrança. “A memória, nesse sentido particular, é caracterizada inicialmente como afecção (*pathos*), o que a distingue precisamente da recordação” (Ricoeur, 2007, p. 35). Desse modo, ao contrário do que possa parecer, olhar para a história não é olhar para o passado: é construir um futuro através da prática no presente.

Os estudos direcionados à cultura afro-brasileira utilizam como lastro a fundamentação voltada ao resgate de uma memória que se objetivou esquecer resgatando o que foi omitido dos livros e transmitidos através de experiências vivenciadas. É possível que, por meio de experiências individuais, seja possível tornar visível a experiência coletiva (Nascimento, 2018; Dealdina, 2020).

Nesta direção, utilizamos a palavra Ubuntu no título desse trabalho. Essa palavra é originária dos idiomas zulu e xhosa de países do Sul da África, carregando o significado de "a humanidade para todos" ou seja, eu só posso ser pessoa através das outras pessoas. Desse modo, esta palavra está intimamente ligada à relação de interdependência entre as pessoas da comunidade (Tutu, 2000, p.31).

Assim, neste estudo, o objetivo geral é buscar promover a reflexão sobre identidade cultural e o contexto familiar através da narrativa de uma jovem adulta quilombola, do interior da Bahia. Tem, por objetivo específico, compreender a importância do cuidado dentro dos contextos familiares na comunidade. O percurso do pensamento seguirá a metodologia autoetnográfica (Ellis, 2004) em uma imersão na comunidade durante a qual foi realizada uma entrevista livre com uma moradora do quilombo.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

As comunidades quilombolas são herdeiras de uma tradição de resistência iniciada durante o período colonial, quando africanos escravizados fugiam para formar comunidades independentes em áreas remotas. Esses quilombos serviram como refúgio e espaço de resistência à escravidão e, posteriormente, ao racismo e à marginalização institucionalizada no Brasil. Embora os quilombos mais conhecidos, como Palmares (Gomes, 2019), tenham recebido destaque na história, inúmeras outras comunidades menores desempenharam papéis semelhantes na luta pela liberdade e dignidade. Os quilombos representam um espaço de resistência e de luta dos afrodescendentes no Brasil, que buscam preservar sua cultura e identidade.

As comunidades quilombolas no Brasil são formadas por grupos que descendem de escravizados e que, em busca de liberdade, estabeleceram modos de vida autônomos em áreas remotas. Essas comunidades, frequentemente localizadas em regiões rurais, possuem uma rica cultura que mescla tradições africanas e adaptações ao contexto brasileiro. A luta por reconhecimento, direitos e políticas públicas tem sido uma constante na trajetória quilombola. Estas comunidades são formadas por grupos afrodescendentes que lutaram por liberdade e que ainda hoje preservam seus modos de vida e tradições (Nascimento, 2003).

Neste contexto, a historiadora Beatriz Nascimento (2018), segue afirmando que, o quilombo, em razão da opressão enfrentada historicamente, carrega características de organização social do continente africano, com características deresistência e luta.

> “Numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, podemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.” (Nascimento, 2018, p.117)

### 2.1 RECONHECIMENTO LEGAL E DIREITOS TERRITORIAIS

O reconhecimento legal das comunidades quilombolas no Brasil avançou a partir da Constituição Federal de 1988, que assegurou o direito à posse das terras que tradicionalmente ocupavam. No entanto, a implementação desses direitos tem sido

lenta e cheia de desafios, incluindo a resistência de setores econômicos e a falta de vontade política. A demarcação e titulação das terras quilombolas são essenciais não só para a preservação cultural, mas também para a garantia de condições de vida dignas para essas comunidades. Tanto o reconhecimento dos territórios quilombolas quanto o fortalecimento dos núcleos familiares são fundamentais no processo de promoção da justiça social no Brasil (Santos, 2005).

Apesar dos avanços legais, as comunidades quilombolas continuam a enfrentar sérios desafios sociais e econômicos. Muitas dessas comunidades estão situadas em áreas remotas, com acesso limitado a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. A precariedade econômica também é uma realidade, com muitas famílias vivendo em situação de pobreza. Além disso, a discriminação racial ea falta de políticas públicas efetivas agravam ainda mais a vulnerabilidade dessas populações.

## 2.2 O PERCURSO DA PESQUISA

A construção do percurso da pesquisa teve o seu prenúncio através do encontro com a Irmã Luiza Gonzaga que nos acompanhou até a comunidade quilombola numa tarde chuvosa de junho. Lá estando, fomos apresentadas a JosianeBrandão, presidente da associação de moradores da comunidade quilombola OcrídioPereira dos Santos que nos recebeu em sua casa, ofertando café e água. Seguiu-se a entrevista aberta conduzida pelo real interesse da pesquisadora em conhecer a história que se reverberava. Após esse encontro, a entrevistada teve a intenção de nos acompanhar rua afora, tornando-se tal praticamente impossível em razão da lama que se derramava ao chão. Levou-nos a uma segunda casa da presidente anterior da associação, a bisneta do Sr. Ocrídio Pereira dos Santos. Esta nos apresentou seu marido e alguns familiares.

A autoetnografia é uma abordagem metodológica que combina aspectos da etnografia tradicional com a narrativa autobiográfica, permitindo à pesquisadora explorar questões culturais a partir de uma perspectiva pessoal. Diferente da etnografia convencional, onde o foco é observar e analisar outras culturas, a autoetnografia coloca o pesquisador como o principal sujeito de estudo, investigando suas próprias experiências, sentimentos e práticas culturais (Anderson, 2006, p. 384).

Para Ingold (2019, p. 12), em pesquisa de campo, estudamos com aspessoas, ao invés de fazer estudos sobre elas, o que esse autor denomina observação participante. Para ele, "no campo, é preciso esperar para que as coisas aconteçam, e aceitar o que é oferecido quando lhe é oferecido" (p. 12).

A pesquisa por nós realizada se insere no que identifica Ingold como pesquisa de campo, embora nós nos identifiquemos com a orientação da autoetnografiadevido ao nosso envolvimento pessoal na análise dos dados decorrentes de nossa experiência no campo. Desse modo, nossa experiência no campo, e nossa vida anterior a ele, faz parte da pesquisa. Nas palavras de Ellis (2004), lançamoscontinuamente a lente para dentro e para fora de nós, na procura de compreender,mais do que explicar e mesmo conhecer.

## 2.3 A COMUNIDADE OCRÍDIO PEREIRA DOS SANTOS

Apesar de pouca menção, a história de Jaguaquara também é contada através das vozes negras. Neste município, está situada a comunidade quilombola Ocrídio Pereira dos Santos que é uma das várias comunidades quilombolas localizadas no estado da Bahia, uma região marcada por sua rica história de imigrantes.

Segundo o IBGE (2022), a Bahia apresenta o maior número de quilombolas registrado no último censo. A Comunidade Ocrídio Pereira dos Santos teve a sua história de busca por reconhecimento iniciada em 2009, sendo que, muito dessa história foi construída com base em relatos dos moradores, em especial a Sra. Análiade Jesus, bisneta de Ocrídio Pereira dos Santos o qual deu nome a comunidade, localizada no perímetro periférico entre a zona urbana e rural (Eugênio et al.,2020).

Nas palavras de Arruti (2006), olhar para a comunidade de Remanescentes Quilombolas

> “como o percurso sinuoso, marcado por continuidades e descontinuidades, empregando termos específicos ao longo do percurso (processo, sinuoso, descontínuo, jogos de fuga e captura etc.) que longe de naturalizar o contexto ou atribuir rigidez à identidade no Mocambo, a etnografia tem um "caráter nômade", visando compreender o grupo "por meio dos fluxos que o atravessam e que o ligam a agentes e fenômenos distribuídos por diferentes locais, escalas e tempos”(Arruti, 2006, p. 35).

Fundada por descendentes de africanos escravizados, a comunidade preserva tradições culturais e práticas sociais que remontam às origens de seus ancestrais, à exemplo do samba de roda, práticas das benzendeiras, as religiões de matrizes africanas, utilização das ervas para bem estar e preservação da saúde. Ao longo dos anos, a comunidade desenvolveu uma estrutura social coesa, baseada nacooperação e no apoio mútuo, elementos essenciais para sua sobrevivência em um ambiente muitas vezes hostil (Eugênio et al., 2020).

A realidade socioeconômica da comunidade reflete muitos dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em todo o Brasil. Com acesso limitado a recursos econômicos, muitos membros da comunidade dependem da agricultura de subsistência e de atividades informais para seu sustento. A falta de investimentos públicos em infraestrutura e serviços básicos como educação, saúde e saneamento básico continua a ser um obstáculo significativo para o desenvolvimento da comunidade que durante muitos anos viveu em completa invisibilidade. Em maio de 2013, a Comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Quilombo dos Palmares (Eugênio et al., 2020).

## 3 A ORALIDADE DANDO VIDA A HISTÓRIA ATRAVÉS DA LIDER COMUNITÁRIA

Adentrar as comunidades quilombolas por si só já se mostra um intento desafiador, alguns deles assim questionam: “você vem pela mão de quem?”. No meu caso, adentrava a comunidade pela mão da Irmã Luiza Gonzaga que muito fez, segundo relatos dos quilombolas, por eles.

A comunidade Oclídio Pereira dos Santos, como muitas outras comunidades quilombolas, possui uma estrutura organizacional baseada na liderança coletiva e no respeito às tradições ancestrais. Essa organização tem sido fundamental para enfrentar desafios como a luta pela titulação de suas terras e a implementação de projetos comunitários que visam melhorar a qualidade de vida dos seus membros. A liderança comunitária desempenha um papel crucial na mobilização dos recursos internos e na articulação com parceiros externos para a promoção do bem-estar coletivo.

Entramos na comunidade caminhando – “a pé” - e de imediato nos chamou a atenção a total ausência de calçamento e rede de esgoto representando o risco de queda e dificultando a chegada ao ponto final. As casas ali divergem entre si desconstruindo a ideia pré-concebida do que poderia ser um quilombo. Em muitos momentos se prenunciam as casas de ‘pau a pique’ emolduradas por madeiras roliças e finas descascadas pelo tempo e adornadas pela lama endurecida. Noutromomento, pequenas casas coloridas e recém reformadas emergem.

Ao chegarmos na casa de Josiane Brandão, presidente da associação quilombola, algo nos chamou a atenção: apesar de ser o Bairro da Casca, um bairro periférico e um dos mais violentos do município, a chave da casa estava do lado de fora da porta. Nós, atentas ao costume local, nos apresentamos com palmas e um grito “Ô de casa”!? E recebidos por um caloroso “Pode entrar”.

Josiane inicia com uma autodeclaração de ser ela uma mulher preta, com muito orgulho e entende isto como uma forma de resistência. Acrescenta que a comunidade é formada por aproximadamente 68 famílias associadas e que hoje o sustento vem através do trabalho de ganho apanhando café, fazendo diária na Ceasa ou nas casas de família e diária em pastos, pois pouca terra restou para o plantio.

Lamenta pelo enfraquecimento da cultura das suas raízes apesar da persistência de alguns, acrescenta que até tem o grupo de dança, mas que está parado, que não tem mais parteiras por conta da maternidade e que há um certo preconceito em relação à religião de matriz africana, acreditando que acontece por conta da quantidade de evangélicos.

Questionamos por qual motivo o grupo de dança parou e ela traz o relato de que o grupo dançava dança africana e que ocorrera muita discriminação dentro da própria comunidade por entenderem existir correlação com “macumba”. Acrescenta que existem muitos jovens na comunidade, aproximadamente uns 38, sendo ela um deles com 26 anos.

Podemos observar através dos relatos que muitos jovens não têm oportunidade para seguir seus estudos deslocando-se para Goiânia  para desenvolver o trabalho braçal. Josiane Brandão segue sendo uma das primeiras a cursar o nível superior.

## 3.1 A PESQUISADORA, A CHAVE E A PERSPECTIVA BIOECOLÓGICA

O trabalho de campo é um convite à busca por novos olhares sem a intermediação de um olhar anterior, mesmo que seja o nosso próprio. É, por certo, para além da colheita investigativa uma nova forma de encantamento e descobertas. E assim cá estamos, buscando novos caminhos que possam embasar uma pesquisa sobre contextos familiares de jovens adultos quilombolas, visitando comunidades rurais, convivendo com antigas histórias e vivenciando outras tantas. O acesso inicial à comunidade foi difícil pelas chuvas proeminentes no decorrer do mês de junho quese convertiam em muita lama já que não havia ali nenhum calçamento. Jaguaquara é a minha cidade natal, aqui o frio e as chuvas se exacerbam entre os meses de junho até o final de agosto e em maio o frio já se apresenta. Percebemos uma diferença significativa na travessia deste período entre os outros bairros e este aqui, denominado Bairro da Casca. Por aqui passavam os tocadores de gado que, na hora da fome, devoravam bananas e deixavam as cascas no chão, dando origem aonome do bairro. Por aqui, outrora, também passava a linha de trem, havia agriculturafarta, rios, pesca e criação de gado. Agora, reconhecendo a comunidade e reaprendendo a viver na zona rural, todas estas memórias retornam. Como companhia, caminhamos de mãos dadas com o diário de campo, com anotações curiosas e capazes de trazer à memória cheiros, sons, pensamentos e emoções.

Aquele momento em que nos deparamos com a chave na porta o lado racional sesobressai, um lugar violento e a chave na porta; as emoções sugerem, um convite para entrar. Contudo, enquanto pesquisadora emerge o questionamento: Você esqueceu a chave na porta? “Ah! Eu sempre deixo assim, às vezes tiro à noite. Aqui é muito seguro, é tudouma família só e um cuida do outro” (Josiane Brandão)

Observa-se nos quilombos várias famílias nucleares extensivas compostas por pai, mãe, filhos, avós e tios vivendo em um mesmo espaço e em outros casos famílias que moram em casas próximas umas das outras.

> “A família negra brasileira contemporânea não apresenta características específicas que a distingam das famílias brancas, segundo os diferentes extratos sociais. Entretanto, em passado não muito remoto e sobretudo nos núcleos negros rurais e litorâneos, destacava-se, e encontramos ainda, a família matrifocal extensa.” (Prado, 1985, p.85)

Segundo Arruti (2008) "As famílias quilombolas representam a continuidade de um legado de resistência e luta pela preservação da cultura afro-brasileira, sendo fundamentais para a construção de identidades comunitárias."

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Urie Bronfenbrenner, defende que o desenvolvimento humano ocorre contemplando diversos contextos. A capacidade humana e sua evolução depende diretamente do contexto sociocultural e os vínculos podem afetar o desenvolvimento de forma direta ou indireta (Bronfenbrenner, 1996).

Diante do acima exposto, considerar que a dinâmica do desenvolvimento envolve olhar o indivíduo que nasce em uma comunidade quilombola, acreditando que todos são família e que cuidam um do outro, fortalecerá a premissa de que "a estrutura familiar nas comunidades quilombolas é caracterizada por laços de solidariedade e cooperação, fundamentais para a sobrevivência cultural e social desses grupos" (Arruti, 2016, p.245), ampliando a dinâmica indivíduo e contexto.

Olhando para a dinâmica de fusão indivíduo contexto, observamos que ir a campo não  é sinônimo de deslocamento físico apenas, mas um contínuo convite para mudar o ponto de vista em relação ao outro e a si mesmo. É se afastar do nosso mundo para poder ampliá-lo. No encontro do indivíduo com o meio uma nova visão sobre o contexto se mostra: a família quilombola se torna o núcleo central de resistência em meio a lutas e busca por autonomia (Castro, 1998).

## 3.2. AUTOCUIDADO COLETIVO E COESÃO COMUNITÁRIA

O autocuidado coletivo reconhece que a saúde individual é inseparável do bem estar comunitário envolvendo práticas que fortaleçam os laços sociais e promovam o suporte mútuo, tendo a sua origem na área da assistência à saúde e àjustiça social (Chamberlain,2020).

Na década de setenta, o autocuidado sai da área da saúde e justiça social voltando-se para os movimentos ativistas à exemplo do partido Panteras Negras que começou  a olhar para o autocuidado como uma forma dos negros se preservarem em razão do racismo ostensivo nos Estados Unidos. Dentro deste contexto, as mulheres

negras que atribuíram uma nova conceituação para o autocuidado através do discurso público (Lorde, 1984).

No nível coletivo, o autocuidado é expresso através de práticas comunitárias que promovem a solidariedade e o apoio mútuo. A comunidade de Ocrídio Pereira dos Santos, por exemplo, valoriza a partilha de recursos – quando a prefeitura doou 20 casas no último mês, estas foram partilhadas democraticamente - e o trabalho comunitário como formas de garantir que todos os membros tenham suas necessidades básicas atendidas. A organização de mutirões para construção de infraestruturas básicas, como poços e sistemas de irrigação, é uma expressão clara de como o autocuidado coletivo pode ser uma ferramenta poderosa para a melhoria da qualidade de vida.

Apesar da importância do autocuidado, as comunidades quilombolas enfrentam desafios significativos que dificultam a implementação dessas práticas. A precariedade do acesso a serviços básicos, a pressão constante pela titulação das terras e o impacto de políticas públicas insuficientes são alguns dos obstáculos que comprometem a capacidade das comunidades de praticar o autocuidado de forma eficaz. Na comunidade Quilombola Ocrídio Pereira, a escassez de recursos materiaise a falta de apoio institucional são barreiras significativas que precisam ser superadas para que o autocuidado individual e coletivo possa florescer.

Uma estratégia essencial para a promoção do autocuidado em comunidades como Ocrídio Pereira é o fortalecimento da identidade cultural. A valorização das tradições e práticas ancestrais não só reforça a autoestima dos membros da comunidade, mas também serve como um meio de resistência contra a marginalização social. Programas de educação e atividades culturais que promovam o conhecimento e a prática das tradições quilombolas são fundamentais para este processo.

Outro aspecto crucial é a educação voltada para a saúde comunitária. A implementação de programas de saúde que respeitem e integrem os conhecimentos tradicionais com práticas de saúde modernas pode ter um impacto significativo no bem-estar da comunidade. Oficinas e treinamentos que abordem temas como nutrição, uso de plantas medicinais e cuidados preventivos são maneiras eficazes de promover o autocuidado.

O estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais, universidades e órgãos governamentais pode oferecer o suporte necessário para a implementação de projetos de autocuidado em larga escala. Em Ocrídio Pereira, a criação de redes de apoio que conectem a comunidade a recursos externos pode ajudar a superar os desafios materiais e institucionais que atualmente limitam oalcance das práticas de autocuidado.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização das comunidades quilombolas no Brasil, com foco na comunidade de Ocrídio Pereira dos Santos no Município de Jaguaquara/Bahia, revela a importância do autocuidado na promoção do coletivo. Especialmente ao lançarmos o olhar sobre os contextos familiares, depreendemos que entre a convivência familiar e comunitária há um emaranhamento que atribui fundamento à resistência e identidade negra. Em um ambiente marcado por desafios históricos e sociais, o autocuidado coletivo, é fundamental para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação da identidade cultural dessas comunidades.

Acrescenta-se ainda, que esta pesquisa se mostra atual e válida para quaisquer eventuais estudos de cenários envolvendo etnografia, contextos familiarese a psicologia social de forma ampla. O referido experimento norteou a situação experiencial autoetnográfica, podendo ser reproduzido em outras circunstâncias para estudos futuros.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia motivo pelo qual, manifesta profundo agradecimento. Agradecemos, igualmente, aos membros da Comunidade Ocrídio Pereira dos Santos e à irmã Luiza Gonzaga de Souza pela possibilidade da realização dessa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. (1996) “Quilombos: sematologia face a novas identidades”. InSMDDH, C. C. N.(org.), Frechal Terra de Preto: Quilombo reconhecido como reserva extrativista, São Luís, pp. 11-19.

ALMEIDA, Alfredo W. B. (2002). “Os Quilombos e as Novas Etnias”, in O’DWYER, Eliana C.(org.), Quilombos: identidade étnica e territorialidade, Rio de Janeiro, Ed. FGV, pp. 83-108

Anderson, Leon. Analytic Autoethnography. Journal of Contemporary Ethnography, v. 35, p. 373-395, 2006.

ANDERSON, Leon. Analytic Autoethnography. Journal of Contemporary Ethnography, v.35, p. 373-395, 2006

ARRUTI, José Maurício. 2006. MOCAMBO - História e Antropologia do Processo de Formação Quilombola. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS

ARRUTI, José Maurício. Fazendo a Diferença: Política e Sociabilidade em Quilombos. SãoPaulo: Editora Unesp, 2016.

ARRUTI, José Maurício. Identidade, Território e Resistência: As Comunidades Quilombolasno Brasil*. Brasília: Editora ABPN, 2013.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos: entre a luta e a memória. Rio de Janeiro: Editora FGV,2015.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos”. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org. OsmundoPinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. 2008.

BARBOSA, J. D. S.; SAMPAIO, S.M.R. Família matrifocal: A experiência das crianças. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2017000100012 Acessado em: 26.08.2024 às 20h30

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Congresso, 1988.

Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais eplanejados. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1979). [ Links ] CALDEIRA, T. P. R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. Revista Novos Estudos, São Paulo, n. 21, p. 133-157, 1988.

Bronfenbrenner, U. (2011). Bioecologia do desenvolvimento humano – tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 2005) [ Links ]

Carvalho, A. M. A., Moreira, L. V. C., & Rabinovich, E. P. (2010). Olhares de crianças sobre afamília: um enfoque quantitativo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26(3), 417-426. doi: 10.1590/S0102-37722010000300004.

CASTRO, E.V. A invenção do cotidiano. São Paulo: Editora 34, 1998.

CHAMBERLAIN, Lisa. Do autocuidado ao cuidado coletivo. Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 17 n. 30 . 223 - 234. São Paulo, Agosto de 2020. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2020/08/sur-30-portugues-lisa-chamberlain.pdf ELLIS, C. The ethnographic I. a methodological novel about autoethnography. New York: Altamira Press, 2004.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negrasfemininas. São Paulo: Sueli Carneiro / Jandaíra, 2020.

EUGÊNIO, B.; TAMBORRIELO, M.L.; NÓBREGA, R.C.; SANTOS, J.B.; Memórias e histórias da comunidade Quilombola Orquídio Pereira (2020). Revista Odeere. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6613 Acessada em 26.08.2024

FREITAS, Jorge. Quilombos: a resistência negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional Censo DemográficoQuilombolas, 2022.

INGOLD, T. Antropologia: para que serve. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (TTrad. B. S. C.Filgueiras).

LORDE, Audre. A Burst of Light. Firebrand Books, 1984.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec Editora. São Paulo. 2014.

NASCIMENTO, Beatriz: Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição. Riode Janeiro: Editora Autêntica, 2018.

NASCIMENTO. Abdias do. Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/ Ed. 34, 2003.

PRADO, D. O que é família? Coleção primeiros passos. Ed Brasiliense. 1985.

RABINOVICH, E. P. (2003a). O Carmo: aspectos psico-sócio-históricos do desenvolvimento de crianças brasileiras afrodescendentes. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano, 13(1), 79-93.

RABINOVICH, E. P. (2003b). O Quilombo do Carmo: cultura de resistência ou reprodução da relação senhor/ escravo? In: 29 Congresso Interamericano de Psicologia. Lima/Peru: SIP.

RABINOVICH, E. P. (2003d). Quilombo do Carmo: uma história atrás da história. In: Livro de resumos. VI Congreso Internacional de Psicologia Social de la Liberación (p. 58). Campinas/SP: PUC-Campinas.

RICOEUR, Paul. Memory, History, Forgetting. Chicago: University of Chicago Press, 2004ROSA, A. História de Jaguaquara e suas paisagens humanas. 1ª. Edição; ed.JM gráfica eeditora Ltda - 2016 p.15

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, S.M.A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241

TUTU, D. (2000). No Future Without Forgiveness. Image Books

VANSINA, Jan. Oral Tradition as History. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

EIXO 5

# MEIO AMBIENTE E CUIDADO

# ANÁLISE COMPARATIVA DE ARANHAS DE SERRAPILHEIRA E SUB BOSQUE EM DOIS FRAGMENTOS DE MATA ATLÂNTICA

*Ágatha Xavier de Castro Campos*

*Ana Beatriz Lima Valença Dias*

*Camila Schramm Reis Maciel*

*Katia Regina Benati*

*Kauan Oliveira Cruz*

*Maria Alice Silveira Protasio*

*Nilza Karina Santos Serapião*

**RESUMO**

A Mata Atlântica é um bioma fortemente marcado pelos efeitos da interferência antrópica, e hoje está reduzida a remanescentes florestais. O processo de desmatamento afeta de diferentes formas a estrutura e a dinâmica das florestas tropicais, interferindo em fatores como a temperatura, umidade, incidência de luz, dentre outros. Os artrópodes se apresentam como um dos grupos mais diversos, e dentre eles, as aranhas se destacam por possuir ampla distribuição e variadas espécies, além de serem ótimas bioindicadoras, sendo comumente utilizadas em estudos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi realizar uma comparação entre aranhas de serrapilheira e sub-bosque em dois fragmentos de Mata Atlântica, observando as possíveis diferenças na composição, riqueza e abundância que venham ocorrer entre as duas áreas estudadas. O estudo foi realizado nas áreas de mata do Parque da Cidade de Salvador e do Parque Ecológico Universitário (PEU), que circunda a Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Os métodos de amostragem utilizados na coleta foram: extrator de Winkler, guarda-chuva entomológico e coleta manual. No total, foram coletadas 450 aranhas distribuídas em 17 famílias. Os resultados se mostraram semelhantes ao encontrado em outros estudos, e as diferenças encontradas entre os dois fragmentos pode estar associada a fatores como antropização e estrutura do habitat. Os autores deste artigo sugerem que o estudo seja ampliado, medindo, por exemplo, a influência das variáveis ambientais sobre as comunidades de aranhas.

**Palavras-chave:** Artrópodes. Estratos. Fragmentação. Habitat.

## 1 INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica é hoje marcada fortemente pela fragmentação, sendo representada por remanescentes florestais que são frequentemente alvos, em diferentes níveis, da perturbação antrópica (Dias; Brescovit; Menezes, 2005). Uma das principais perturbações ligada a fragmentação da Mata Atlântica está vinculada ao crescimento desenfreado das áreas utilizadas pelo ser humano, que por muitas vezes agem sem um planejamento e à mercê da especulação imobiliária, ocasionando em

desastres ambientais, que levam à destruição de ecossistemas e habitats (Ministério do Meio Ambiente, 2010). O processo de desmatamento causa diferentes impactos sobre a estrutura e a dinâmica das florestas tropicais, como porexemplo a abertura do dossel, que influencia diretamente sobre o microclima do lugar (alterando a incidência de luz e ventos, temperatura, umidade relativa do ar, além do acúmulo de serrapilheira), o que gera uma grande mudança sobre a estrutura da vegetação local (Vieira, 2018; Lima et al., 2012).

Não têm-se conhecimento do valor total das espécies existentes no planeta, as estimativas variam de 10 a 50 milhões, sendo o Brasil o país mais megadiverso, com aproximadamente 20% das espécies conhecidas (Sampaio, 2020). Os artrópodes se apresentam como um dos grupos mais diversos, correspondendo a uma grande parcela dos animais existentes. Dentre a enorme diversidade desse grupo, as aranhas se destacam como alguns dos organismos mais abundantes, estando envolvidas em processos essenciais de diferentes ecossistemas terrestres (Toti; Coyle; Miller, 2000). As comunidades de aranhas são altamente sensíveis a alterações ambientais que exerçam influência sobre a estrutura dos habitats e sobre os fatores ambientais associados a eles (Dias; Brescovit; Menezes, 2005), já que são extremamente dependentes da fisionomia vegetal, principalmente para a construção de suas teias, mas também para a criação de abrigos, depósito de ovos e realização da muda (Foelix, 2011).

As aranhas são excelentes objetos de estudo, visto que características estruturais do ambiente podem afetar grandemente a riqueza e a composição das comunidades de aranhas (Oliveira-Alves, 2005). Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de realizar uma comparação entre as comunidades de aranhas de diferentes estratos em dois fragmentos de Mata Atlântica, com a finalidade de fornecer dados que contribuam para o estudo desses organismos e sua dinâmica em fragmentos de florestas tropicais.

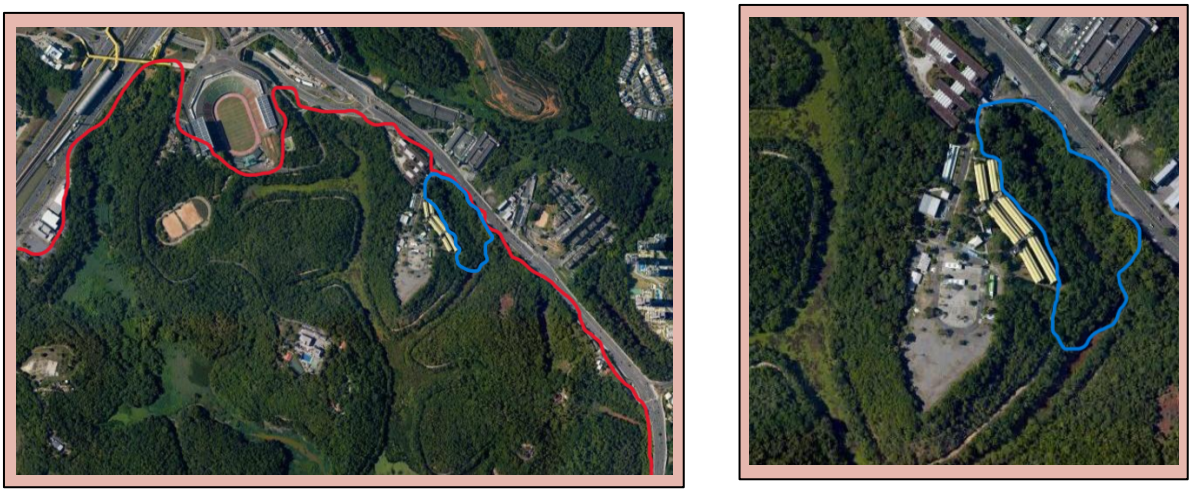
## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 MATERIAL E MÉTODOS

### 2.1.1 Área de estudo

O estudo foi realizado em dois fragmentos urbanos, o Parque Joventino Silva, conhecido como Parque da Cidade de Salvador (PDC) e o Parque Ecológico Universitário (PEU), que circunda a Universidade Católica de Salvador (UCSAL). O Parque Ecológico Universitário (PEU) (Figura 1) é um espaço de área verde com aproximadamente 25 hectares situado no Campus de Pituaçu da UCSAL (Castro, 2020), e está localizado em uma região de fragmento de Mata Atlântica, na Avenida Pinto de Aguiar, no bairro de Pituaçu em Salvador - BA (Lira, 2016).

**Figura 1 -** Parque Metropolitano de Pituaçu e Parque Ecológico Universitário, respectivamente (Fonte: Google Maps).



O Parque da Cidade (Figura 2) preserva um significativo remanescente de Mata Atlântica e restinga em uma área de 72,4 ha, localizado entre os bairros da Santa Cruz e do Itaigara. A área conta com forte presença antrópica, tendo áreas de convivência com várias possibilidades de esporte, lazer e cultura rodeados pela natureza (Salvador, 2022).

**Figura 2 -** Parque Joventino Silva, Parque da Cidade (Fonte: Google Maps).

### 2.1.2 Delineamento amostral

A coleta foi realizada nos meses de novembro e dezembro, por 4 dias no total, divididos em 2 dias para cada fragmento, com um intervalo médio de uma semana entre os dias estabelecidos em cada área. Para realização da coleta foram selecionados, de forma aleatória, 10 pontos em cada fragmento, cada ponto representando uma unidade amostral com uma área delimitada de 5m², e estes tiveram, entre si, uma distância mínima de 20m. Em cada unidade amostral foi realizada a coleta de organismos no sub-bosque e na serrapilheira. Foram selecionados 4 pontos nas extremidades para a realização da técnica de guarda chuva entomológico, e um ponto foi escolhido aleatoriamente para a coleta de serrapilheira para o extrator de Winkler. A coleta manual foi realizada nos dois estratos, ao longo de um transecto transversal dentro da área de 5m².

### 2.1.3 Estratégias de amostragem

Os métodos de amostragens aplicados foram: extrator de Winkler para a serrapilheira, guarda-chuva entomológico para o sub-bosque, e coleta manual, realizada nos dois estratos.

**Guarda-chuva entomológico** - utilizado para a coleta de artrópodes que se encontram nos arbustos, é composto basicamente de um quadrado de tecido de cor clara com suportes triangulares nas pontas, onde são encaixadas duas hastes de madeira que servem para dar sustentação à estrutura. Para realizar a coleta, o guarda-chuva foi colocado sob os arbustos, que foram balançados por 15 segundos para que

os organismos caíssem sobre o pano, enquanto eram retirados com o auxílio de pinças ou de outros instrumentos e acondicionados em potes contendo álcool 70%.

**Coleta manual** - consiste na inspeção visual e coleta dos animais da serrapilheira e vegetação arbustiva do sub bosque, com o auxílio de pinças ou manualmente. A coleta manual teve um um esforço amostral de 30 minutos, realizado concomitantemente por duas pessoas, sendo 15 minutos para a coleta de organismos na serrapilheira e 15 minutos para o sub-bosque. Os organismos encontrados eram colocados diretamente em potes contendo álcool 70%.

**Extrator de Winkler** - utilizado para a coleta de pequenos invertebrados que ocorrem na serrapilheira. Para este foram recolhidas, de maneira aleatória, pequenas amostras de serrapilheira por todo o quadrante de 5 m2 para serem peneiradas por 5 minutos, caindo num saco de cetim amarrado no final da peneira. O material derivado foi então colocado por dois dias no extrator de Winkler, um saco de malha plástica, dentro de outro saco de pano branco, que contém um frasco de álcool amarrado no fundo para a coleta dos organismos.

Após realizada a coleta, as aranhas foram encaminhadas para a triagem e identificação nos laboratórios da UCSAL, onde foram quantificadas e identificadas ao nível de família.

### 2.1.4 Análise dos dados

A identificação das famílias foi feita através da chave didática de identificação, proposta por Peres et al. (2004). Os dados foram tabulados no excel e foram distribuídos em frequência, para a elaboração de gráficos e tabelas. As aranhas foram comparadas de maneira a perceber se há diferença quanto a composição, riqueza e abundância entre os dois fragmentos, de forma geral e considerando os dois estratos abordados. Foi calculado o valor do desvio padrão a partir da frequência das famílias em ambos os fragmentos e estratos, para identificar qual fragmento apresenta maior equitabilidade. O índice de Sorensen foi utilizado para comparar a composição de famílias dos dois fragmentos.

## 2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram coletadas 450 aranhas (adultos e filhotes), distribuídas em 17 famílias, sendo a família Salticidae a mais abundante com 129 indivíduos (28,41%), seguida pelas famílias Pholcidae, com 99 indivíduos (22,15%), Theridiidae, com 72 indivíduos (16,11%) e Araneidae, com 45 indivíduos (10%) (Tabela 1).

**Tabela 1 -** Lista de famílias encontradas no Parque Ecológico Universitário (PEU) e no Parque da Cidade (PDC)

| FAMÍLIAS | PEU | PDC | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Amaurobiidae | 3 | 7 | 10 |
| Anyphaenidae | 16 | 8 | 24 |
| Araneidae | 28 | 17 | 45 |
| Cithaeronidae | 1 | 0 | 1 |
| Clubionidae | 5 | 0 | 5 |
| Corinnidae | 3 | 0 | 3 |
| Linyphiidae | 3 | 0 | 3 |
| Oxyopidae | 3 | 1 | 4 |
| Pholcidae | 79 | 20 | 99 |
| Salticidae | 65 | 64 | 129 |
| Scytodidae | 4 | 6 | 10 |
| Sicariidae | 1 | 0 | 1 |
| Tetragnathidae | 10 | 0 | 10 |
| Theridiidae | 37 | 35 | 72 |
| Theridiosomatidae | 12 | 12 | 24 |
| Thomisidae | 8 | 1 | 9 |
| Uloboridae | 1 | 0 | 1 |
| **TOTAL** | 279 | 171 | 450 |

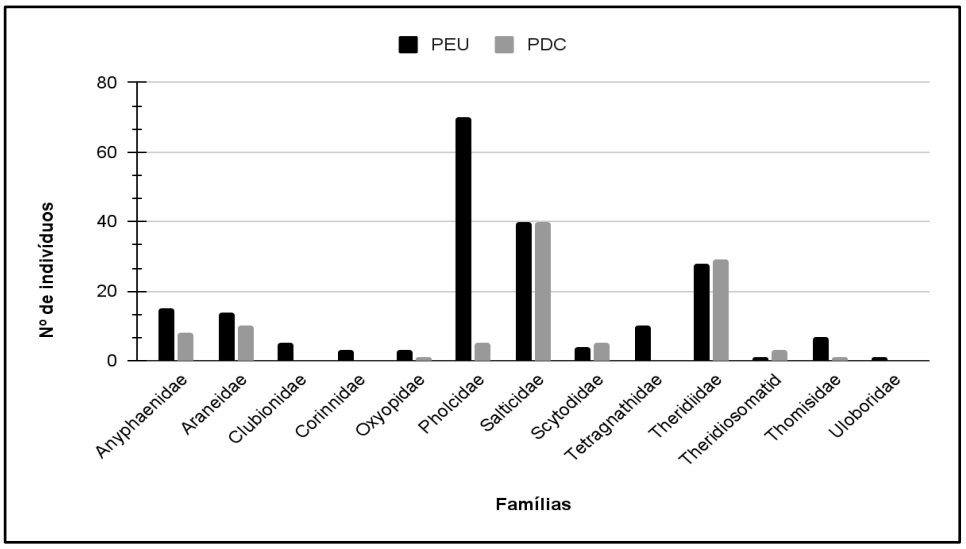
Considerando os fragmentos isoladamente, 279 aranhas foram coletadas no PEU, com ocorrência de 17 famílias, tendo a Pholcidae, 79 indivíduos (28,62%) como a família mais representativa, e 171 aranhas foram coletadas no PDC, com 10 famílias, tendo a família Salticidae, 64 indivíduos (37,43%) como a mais representativa. Os valores do desvio padrão obtidos em relação às famílias foram de 23,30 para o PEU

e 16,93 para o PDC. O índice de Sorensen (74%) demonstrou uma alta similaridade entre a composição de ambas as áreas.

Referente às famílias mais recorrentes no estudo, resultados semelhantes foram obtidos por outros autores, como Benati et al. (2005), que encontraram abundância significativa nas mesmas famílias evidenciadas neste estudo, com a diferença apenas no arranjo delas. As aranhas da família Pholcidae como as mais representativas no PEU, área aberta e de borda, foi um resultado inesperado, dado que, segundo Huber (2018), as Pholcidaes são aranhas que vivem em ambientes úmidos, como cavernas tropicais e subtropicais. Resultado controverso aconteceu de maneira análoga em estudo de Benati et al. (2005).

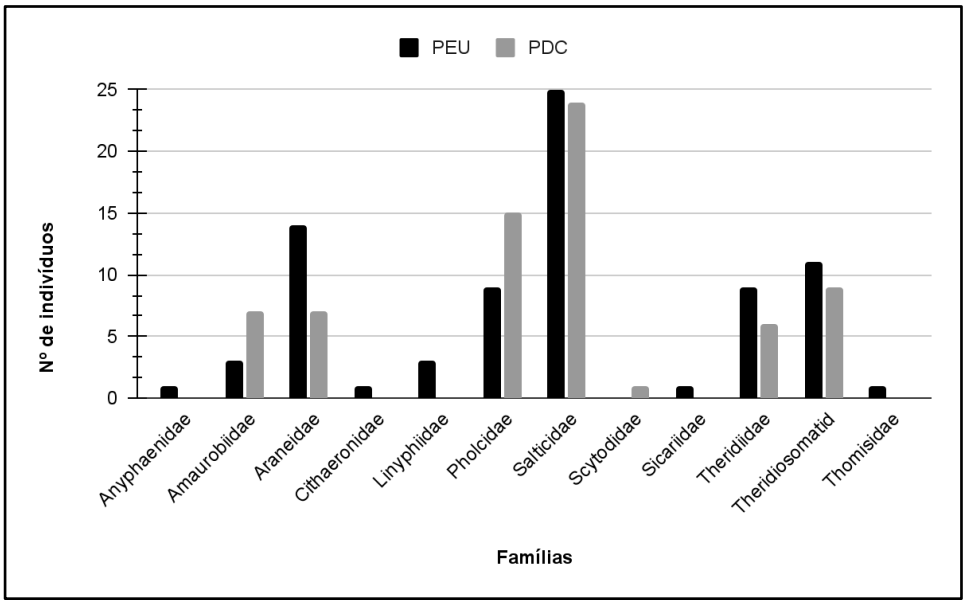
Em relação aos estratos (Figuras 3 e 4), a área de sub-bosque apresentou uma maior abundância de indivíduos em ambos os fragmentos, além de ter apresentado uma maior riqueza de famílias. As famílias Pholcidae, Salticidae e Theridiidae se mostraram mais abundantes na área do sub-bosque do PEU, resultado que se assemelha ao PDC, com exceção da família Pholcidae. A maior abundância dessas famílias pode estar associada ao seu hábito de vida diurno, visto que as coletas foram realizadas neste período (Correa, 2014). O aparecimento da família Theridiidae como uma das mais predominantes no sub-bosque também foi o encontrado por Ximenes (2022), visto que os indivíduos desta família dependem da disposição da vegetação para manter a estrutura de suas teias.

**Figura 3 -** Frequência das famílias de sub-bosque encontradas no PEU e no PDC.



Os indivíduos da família Salticidae se mostraram dominantes na área da serrapilheira em ambos os fragmentos, resultado que se assemelha ao encontrado por outros autores em seus estudos (Candiani, Indicatti & Brescovit, 2005; Dias, Brescovit & Menezes, 2005). Silveira et al. (2024), em seu estudo realizado na serrapilheira do mesmo fragmento (PDC), obteve resultados semelhantes em relação à família Salticidae, o que corrobora com os dados encontrados no presente estudo. As aranhas desta família podem ser comumente encontradas no solo, são mais ativas durante o dia e são exímias caçadoras, apresentando uma maior sensibilidade à estímulos visuais (Foelix, 2011). Além disso, o fato do PDC ter apresentado uma maior abundância no geral de aranhas da família Salticidae pode estar associada à preferência destas por áreas de borda, que proporcionam uma maior incidência solar do que as áreas de meio da mata (Correa, 2014), visto que o PDC é um fragmento bastante antropizado.

**Figura 4 -** Frequência das famílias de serrapilheira encontradas no PEU e no PDC.




A comparação entre os dois fragmentos aponta que o PEU apresentou maior abundância e riqueza, em ambos os estratos. No entanto, os valores do desvio padrão podem apontar que o PDC apresenta uma maior equitabilidade em relação à composição de suas famílias, o que demonstra que mesmo com uma menor abundância de indivíduos, as famílias são melhor distribuídas. Em relação à

composição, as duas áreas não apresentam diferenças tão significativas, a maioria das famílias observadas são semelhantes entre as duas áreas, o que foi indicado pelo índice de Sorensen. O destaque do PEU em relação à abundância e riqueza pode estar associado ao nível de interferência antrópica e à estrutura do habitat de ambos os locais. O PDC é um fragmento que apresenta uma forte presença antrópica, visto que é uma área utilizada pela população para a realização de atividades. A perturbação constante do ambiente restringe os organismos que conseguem se beneficiar em algum nível do processo de antropização, limitando as espécies que são mais tolerantes e generalistas em relação às condições e recursos disponíveis (Gonçalves et al., 2019).

As diferenças encontradas na abundância e riqueza também poderiam estar associadas às variáveis ambientais de ambos os fragmentos. As aranhas são organismos que apresentam alta sensibilidade a alterações que agem sobre a estrutura dos habitats e sobre os fatores micro-climáticos associados a estes (Dias, Brescovit & Menezes, 2005). Para esta melhor análise, sugere-se que estudos futuros realizem a medição dessas variáveis.

## 3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo evidenciaram diferenças na abundância e riqueza de famílias encontradas no PEU e no PDC, o que pode ser atribuído a diferentes elementos, dentre eles a interferência antrópica e a estrutura dos habitats, visto que a variedade destes dentro de uma região pode afetar diretamente a distribuição e diversidade das espécies de aranhas.

Deste modo, recomenda-se que haja uma continuidade do estudo, realizando a medição de fatores como as variáveis ambientais, que são de grande importância para um estudo comparativo, possibilitando a criação de novas hipóteses que justifiquem diferenças na abundância, composição e riqueza das comunidades de aranhas. Também é sugerido expandir os locais de amostragem para além das áreas inicialmente estudadas e aumentar o número de pontos de coleta ou adentrar mais as áreas florestais, o que pode enriquecer significativamente a compreensão das comunidades de aranhas, além de ter uma visão mais completa e representativa dos ecossistemas.

**AGRADECIMENTOS**

À Universidade Católica, por disponibilizar laboratórios de pesquisa e materiais que foram essenciais para a realização do estudo. À diretoria do Parque da Cidade Joventino Silva e ao Grupo Especial de Proteção Ambiental (GEPA), pela autorização e apoio durante a realização das coletas. Ao Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA) por conceder as armadilhas e materiais para coleta.

## REFERÊNCIAS

BENATI, K. R. *et al*. **Aspectos comparativos das comunidades das de aranhas (Araneae) em dois remanescentes de Mata Atlântica do estado da Bahia, Brasil.** Biota Neotropica, [*s. l.*], v. 5, ed. n1a, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bn/a/K4xYt9pRHt4xz3T6FVSsQxf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASILIA (Estado). Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros**, 2010, ed. 2. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/985/1/Mata%20atl%C3%A2ntica%20patrimonio%20 n acional%20dos%20brasileiros.pdf. Acesso em: 29 de out. 2023.

CANDIANI, D. F.; INDICATTI, R. P.; BRESCOVIT, A. D.. **Composição e diversidade da araneofauna (Araneae) de serapilheira em três florestas urbanas na cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.** Biota Neotropica, v. 5, n. 1a, p. 111–123, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1676-06032005000200010 Acesso em: 26 de out. 2023.

CASTRO, V. Movimento reduzido atrai animais para áreas urbanas. **A Tarde**. Salvador, 31 de maio de 2020. Disponível em: https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/movimento reduzido-atrai-animais-para-areas-urbanas-1119070 Acesso em: 4 de out. de 2023.

CORREA, P. S. **Levantamento da diversidade da assembléia de aranhas diurnas em vegetação arbórea-arbustiva (Arachnida: Araneae).** Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharelado em Ciências Biológicas na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Criciúma, 2014.

DIAS, M. F. R. BRESCOVIT, A. D., MENEZES, M.. **Aranhas de solo (Arachnida: Araneae) em diferentes fragmentos florestais no sul da Bahia, Brasil.** Biota Neotropica, vol. 5, no. 1a, 2005, pp.1-10. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199114286011. Acesso em: 15 dez. 2023.

Estar e Proteção Animal. **Parque da Cidade.** Salvador, 2022. SAMPAIO, L. **Biodiversidade**. WWF, Brasil, c2020. Disponível em: https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/educacaoambiental/conceitos/biodiversidade/ Acesso em: 29 de out. 2023.

FOELIX, R. F. **Biology of Spiders.** 3a ed., New York/Oxford, Oxford University Press, 428 p, 2011.

GONÇALVES, T. R. A; ESCLARSKI, P.; ZAWADZKI, C. H. **Influência de elementos da estrutura da floresta no uso de habitat pela avifauna noturna em um fragmento florestal urbano na cidade de Maringá, estado do Paraná, Brasil.** In: Anais Eletrônico do XI EPCC - Encontro Internacional de Produção Científica. Maringá, UNICESUMAR, 2019. Disponível em: https://www.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/ae5a89d3bdcd.pdf Acesso em: 15 dez. 2023.

HUBER, B. A. **Cave-dwelling pholcid spiders (Araneae, Pholcidae): a review**. Subterranean Biology, v. 26, p. 1–18, 2018. DOI: 10.3897/subtbiol.26.26430.

INDICATTI, R. P. et al.. **Diversidade de aranhas (Arachnida, Araneae) de solo na bacia do reservatório do Guarapiranga, São Paulo, São Paulo, Brasil.** Biota Neotropica, v. 5, n. 1a, p. 151–162, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1676- 06032005000200013. Acesso em: 04 de out. de 2023.

LIMA, R. A. F. et al. **Improving methods in gap ecology: Revisiting size and shape distributions using a model selection approach.** Journal of Vegetation Science, v. 24, n. 3, p. 484-495, 2013. Disponível em: http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/75261

LIRA, S. C. J. S. **Trilha ecológica interpretativa no Parque Ecológico no Campus da UCSAL em Pituaçu-Salvador-Bahia.** Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Planejamento Ambiental. Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2016.

OLIVEIRA-ALVES, A. et al.. **Estudo das comunidades de aranhas (Arachnida: Araneae) em ambiente de Mata Atlântica no Parque Metropolitano de Pituaçu - PMP, Salvador, Bahia.** Biota Neotropica, v. 5, n. 1a, p. 91–98, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1676-06032005000200008. Acesso em: 04 de out. 2023 SALVADOR, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Sustentabilidade, Resiliência, Bem

SILVEIRA,S.S et al. **Riqueza e composição de aranhas (Arachnida: Araneae) de serapilheira em três fragmentos florestais ur-banos.** Revista Multidisciplinar em Educação e Meio Ambien-te, v. 5, n. 3, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51189/integrar/rema/4397.

TOTI, D.S.; COYLE, F.A.; MILLER J.A. **A structured inventory of appalachian grass bald and heath bald spider assemblages and a test of species richness estimator performance**. J. Arachnol. 28: 329 -345. 2000.

VIEIRA, L. L. **Diversidade de aranhas em gradientes da estrutura do habitat e da paisagem em remanescentes florestais.** 2018. 42 f. Dissertação (Mestrado em Entomologia e Conservação da Biodiversidade) – Faculdades de Ciências Biológicas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1152.

XIMENES, R. E. J. **Efeito de estradas sobre a diversidade de aranhas de sub-bosque na Mata Atlântica nordestina.** Trabalho de Conclusão de Curso -

Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47487.

# ANÁLISE ESPACIAL DOS FRAGMENTOS FLORESTAIS EM UM TRECHO URBANO DE SALVADOR - BAHIA - DADOS PRELIMINARES

*Igor José Lemos Marques*

*Katia Regina Benati*

**RESUMO**

A Mata Atlântica ocupava aproximadamente 15% do território nacional, mas devido ao processo de fragmentação, que reduz a área em diferentes manchas de formato e tamanho variado, restam apenas 12,4% da sua área original. Esse estudo mapeou os fragmentos florestais ao redor da Avenida Luís Viana Filho (Av. Paralela), em Salvador, BA. Os fragmentos foram identificados por imagens satélites e, utilizando o programa QGIS, foram quantificados e analisados via cálculos das métricas da paisagem (Formato, área, perímetro, índice de circularidade (IC) e grau de isolamento), além de demarcar os pontos de ligação entre eles. Foram mapeados 21 fragmentos, sendo 5 deles avaliados como “grande”, por possuírem uma área maior que 100 ha. Dentre as áreas estudadas, 16 apresentavam um baixo grau de isolamento, estando a uma distância menor do que 60 metros de outro fragmento. Quanto ao IC, que avalia o formato do fragmento, 16 áreas foram classificadas como “alongadas”, por possuir um IC entre 0,0 e 0,2, possuindo um maior perímetro, o que aumenta o efeito de borda sobre o fragmento, indicando que os fragmentos ao redor da Av. Paralela, e os organismos que utilizam essas áreas, podem sofrer um forte impacto da fragmentação. Foram identificados 33 pontos que podem servir de conexão entre áreas, que podem funcionar como trampolins ecológicos, melhorando a conectividade funcional entre as áreas. Apesar da maioria dos fragmentos serem alongados, muitos deles têm área maior que 50 ha, fazendo deles, importantes refúgios da biodiversidade, além de melhorar a qualidade do ambiente.

**Palavras-chave:** Métricas da paisagem. Mata Atlântica. Fragmentação Florestal.

## 1. INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica ocupa aproximadamente 15% do território nacional, porém atualmente possui apenas 12,4% da sua área original (SOS Mata Atlântica, 2021). A exploração dos recursos dessa região foi responsável pela grande degradação da área, que passa pelo processo de fragmentação florestal e sofre com os impactos da urbanização e do efeito de borda (Santos et al., 2017).

A fragmentação florestal afeta negativamente diversas espécies, influenciando suas relações e comportamentos no ambiente, favorecendo indivíduos melhores adaptáveis às mudanças no ambiente e pode levar a extinção de espécies mais especializadas e sensíveis, além de reduzir a área de ocorrência dessas espécies gerando mais competição por espaço e recursos (Espírito-Santo et al., 2002).

Esse processo faz com que a paisagem seja fragmentada em pequenas manchas rodeadas por diferentes tipos de matrizes (Tabarelli et al., 2010). A modificação da estrutura florestal na borda de fragmentos florestais é uma das principais conseqüências desse processo (Massoli; Statella; Santos, 2016), principalmente em ambientes urbanos onde a matriz é heterogênea e o efeito de borda pode ser intensificado, podendo favorecer, inclusive, encontros ocasionais de animais silvestres em meio urbano.

Os sistemas urbanos se caracterizam por esse mosaico entre regiões urbanizadas e remanescentes florestais, que funcionam como refúgio da biodiversidade, abrigando diversas espécies inaptas a sobreviver em meio urbano (Vasconcelos et al., 2009).

Analisar a quantidade e a qualidade desses fragmentos, através do tamanho, forma, conectividade outras variáveis geram fortes indicadores do grau de fragilidade dessas regiões e os impactos que a fragmentação e efeito de borda trazem para essas áreas (Calegari et al., 2010; Fengler et al., 2015).

Estudos avaliando indicadores da paisagem em áreas urbanas, têm mostrado que os menores fragmentos acabam sendo mais suscetíveis a interferências externas (DA SILVA, 2019) e possuem maior proporção de borda por área, sendo que os fragmentos grandes apresentam densidade de borda inversamente proporcional a sua área, sendo que esses possuem maior grau de preservação (Juvanhol et al. 2011).

Nesse sentido, o estudo teve como objetivo analisar os fragmentos florestais ao redor da Avenida Luís Viana Filho (Av. Paralela), em Salvador, BA, utilizando das métricas da paisagem (área, forma e isolamento etc.), a fim de gerar dados que possam subsidiar a conservação dessas áreas e consequentemente a manutenção da biodiversidade nesses ambientes.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1 ÁREA DE ESTUDO

Foram amostrados os fragmentos florestais presentes na região da Avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela (como será tratado daqui em diante), que está localizada na cidade de Salvador-BA. A avenida possui 13 Km de extensão e

começou a ser construída na década de 1970, tornando-se o principal trajeto para o Aeroporto da cidade e faz ligação com outros trechos importantes da cidade.

Na região estão presentes alguns dos maiores fragmentos da cidade, a exemplo do Parque Metropolitano de Pituaçu (PMP), que possui 392 ha e o 19o Batalhão de Caçadores Pirajá, com aproximadamente 240 ha.

## 2.2 OBTENÇÃO, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O estudo foi realizado em 3 etapas: 1. foi realizado o mapeamento dos fragmentos, a fim de identificar os fragmentos da região da Av. Paralela; 2. foi realizar o cálculo das métricas da paisagem para a coleta dos dados; 3. foi realizado a tabulação dos dados e um comparativo entre as áreas de acordo com cada métrica da paisagem.

### 2.2.1 MAPEAMENTO DOS FRAGMENTOS

Para mapear os fragmentos florestais presentes ao redor da Av. Paralela, foram utilizadas as imagens de satélite obtidas através do complemento “QuickMapServices” que projeta imagens do Google Earth PRO© no software do QGIS.

### 2.2.2 MÉTRICAS DA PAISAGEM

Através das imagens de satélite e das ferramentas disponibilizadas pelo QGIS, os fragmentos florestais foram identificados e separados. Inicialmente, foram traçadas poligonais sobre todos os fragmentos encontrados que possuíam conexão com a Av. Paralela, a fim de obter o tamanho desses fragmentos. Em seguida, os fragmentos foram quantificados e analisados de acordo com suas características (área, perímetro, conectividade, grau de isolamento), além de demarcar os pontos de ligação entre eles.

Para calcular a área, perímetro e o IC foi utilizada a ferramenta “calculadora de campo” disponibilizada no QGIS. Para chegar ao índice de circularidade (IC) foi utilizada a área e o perímetro do fragmento, utilizando a fórmula: $\frac{12{,}57 \cdot \text{Área}}{\text{Perimetro}^2}$

Como resultado, será encontrado valores que podem variar de 0,0 a 1,0 que apontam o grau de proximidade do formato da mata com o formato circular, sendo que, quanto mais próximo do valor 1, mais circular é o formato do fragmento. Esse padrão

foi estabelecido, pois em um círculo, a área da borda se torna menor que a área total, desse modo, seria menor o efeito de borda. (Etto et al., 2013; Fengler et al., 2015; Silvério Neto et al., 2015).

A ferramenta “calculadora de campo” disponibilizada no QGIS, também já oferece fórmulas salvas no programa, como a fórmula para calcular a área e o perímetro que foram utilizadas nesse estudo, além disso, o programa também permite medir a distância entre dois pontos na ferramenta “Medir”, que foi utilizada para avaliar o isolamento de cada fragmento, avaliando a distância entre a área analisada e o fragmento mais próximo.

Os fragmentos analisados serão divididos em categorias de acordo com a métrica analisada:

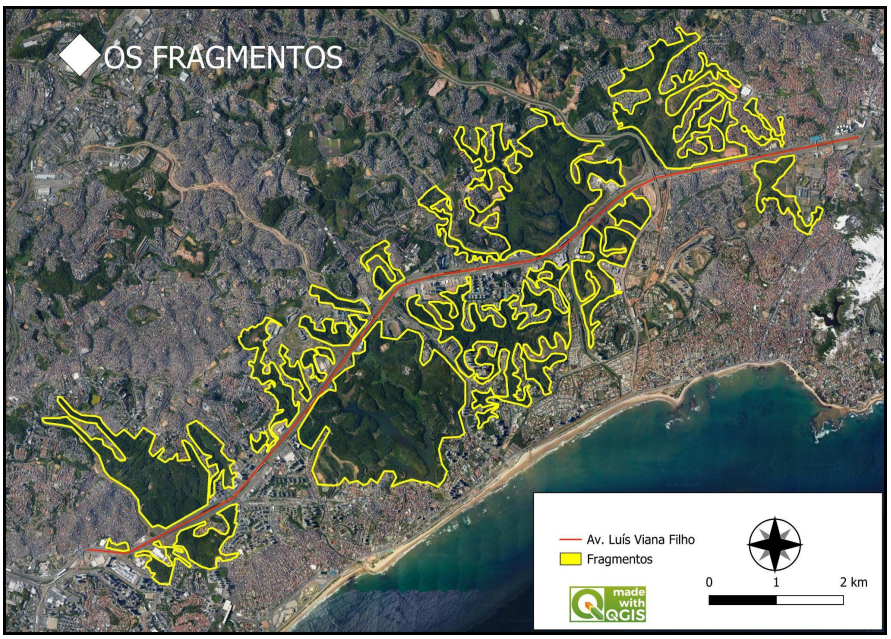
Tamanho: sendo Muito Pequeno (5 ha); Pequeno (5 ha; 10 ha); Médio(10 ha; 100 ha) ; Grande (100 ha) (JUVANHOL et al. 2011). Isolamento: Baixo (60 m); Médio (60; 120 m); Alto (120;  200 m ); Muito alto ( 200 m) (Da Silva; Souza, 2023).

Índice de Circularidade: Alongado 0,0 a 0,2; Pouco Alongado 0,3 a 0,5; Baixa Circularidade 0,6 a 0,8; Alta circularidade 0,9 e 1,0. Medida de comparação desenvolvida para esse trabalho.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram mapeados 21 fragmentos conectados diretamente às vias principais da avenida Luís Viana Filho (Imagem 1), que, através da ferramenta “Calculadora de campo” do programa QGIS, foi possível calcular as métricas de paisagem desejadas e categorizar esses fragmentos.

Imagem 1: Fragmentos florestais conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques.

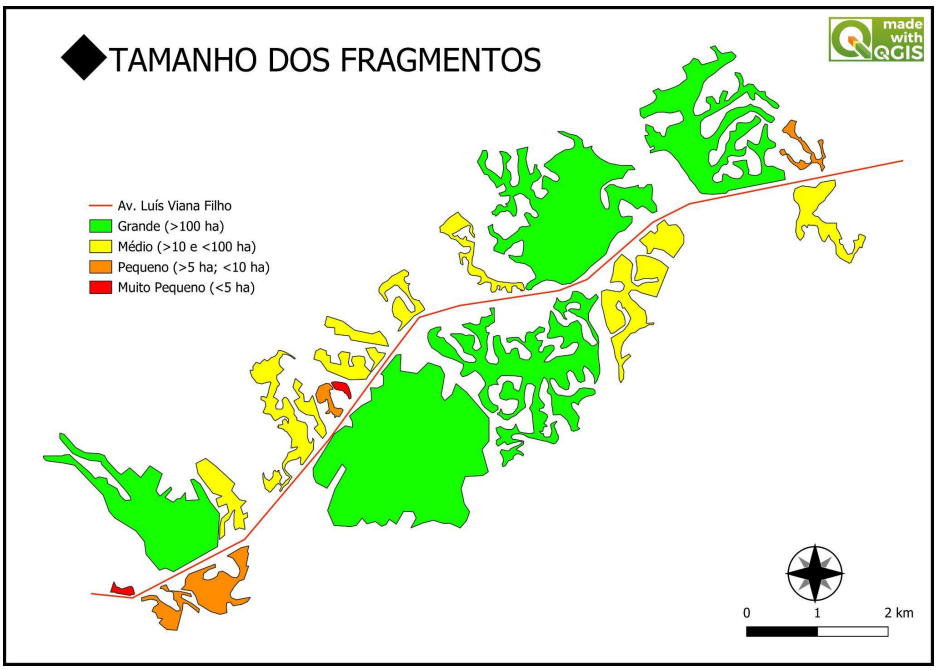



Em relação ao tamanho de cada área, 5 fragmentos apresentam um tamanho grande de acordo com a classificação deste estudo, sendo que os fragmentos mais conhecidos como o parque Metropolitano de Pituaçu (PMP) e o 19o Batalhão de Caçadores Pirajá estão entre os grandes fragmentos conectados à Av. Paralela. Os fragmentos grandes possuem uma área maior que 100 hectares, sendo que os maiores fragmentos possuem uma área de 396 ha e 253 ha; 12 fragmentos possuem um tamanho médio, com área entre 10 a 100 hectares; os demais fragmentos foram classificados como “Pequenos” ou “Muito pequenos” (Imagem 2), (Tabela 1).

Tabela 1: Tamanho dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador – BA; Por: Igor Marques.

| Classificação | Quantidade de fragmentos conectados à Av. Paralela |
|---|---|
| Muito Pequeno (<5 ha) | 2 |
| Pequeno (>5 ha; <10 ha) | 2 |
| Médio (>10 e <100 ha) | 12 |
| Grande (>100 ha) | 5 |

2: Tamanho dos fragmentos mapeados conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques

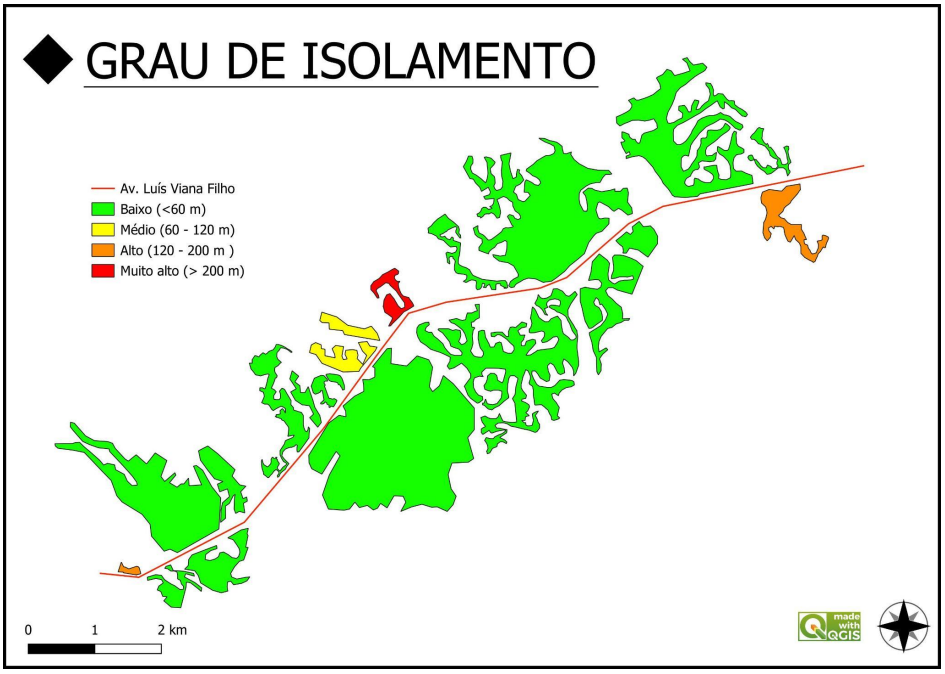



Em relação ao isolamento, 16 fragmentos foram classificados como tendo um baixo grau de isolamento, ou seja, estavam a uma distância menor que 60 metros do fragmento mais próximo; 2 foram classificados como médio (60;  120 m); 2 possuem um alto grau de isolamento (120;  200 m) e 1 possuía uma distância maior que 200, sendo assim, considerado como “muito alto”. É importante ressaltar que a Av paralela possui em média 200 metros de largura, sendo assim, as distâncias mais baixas entre as áreas estudadas foram encontradas mais afastadas da Av. (Imagem 3) (Tabela 2).

Tabela 2: Grau de isolamento dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA

| Classificação | Quantidade de fragmentos conectados à Av. Paralela |
|---|---|
| Baixo (60 m) | 16 |
| Médio (60 - 120 m) | 2 |
| Alto (120 - 200 m ) | 2 |
| Muito alto ( 200 m) | 1 |

Imagem 3: Grau de isolamento dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques.



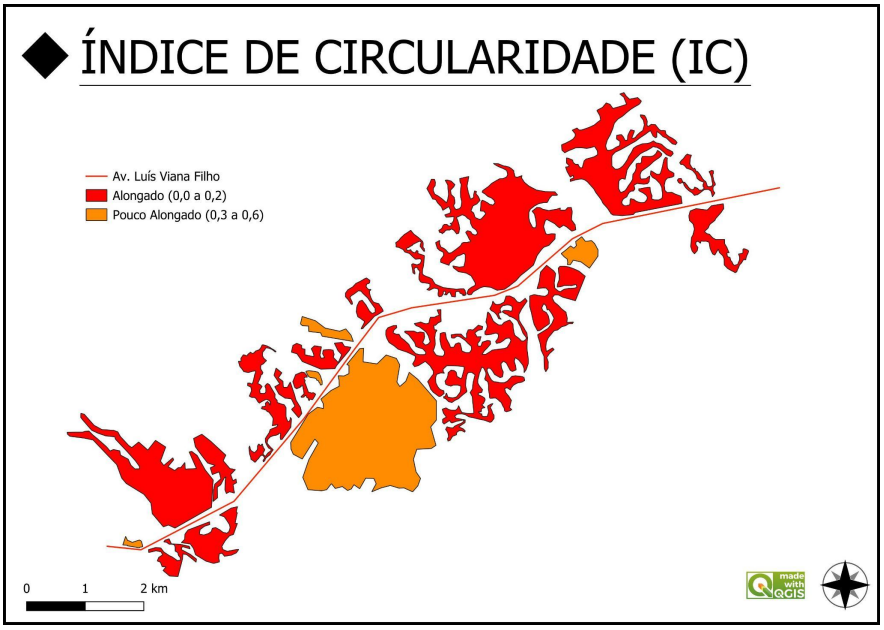

Quanto ao Índice de Circularidade, 16 fragmentos apresentam um IC entre 0,0 e 0,2, sendo assim, possuem um formato mais alongado, com maior perímetro, e os outros 5 apresentam IC entre 0,3 e 0,5, que ainda configura uma área pouco alongada (Imagem 4) (Tabela 3). Nenhum dos fragmentos conectados à Av. Paralela possui um formato mais circular. De acordo com estudos, áreas com baixo IC tendem a possuir um maior perímetro, sendo assim, o efeito de borda e da fragmentação sobre esses fragmentos se torna mais intenso (Etto et al. ,2013;Fengler et al., 2015; Silvério Neto et al., 2015).

Tabela 3: Índice de Circularidade dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA

| Classificação | Quantidade de fragmentos conectados à Av. Paralela |
|---|---|
| Alongado (0,0 a 0,2) | 16 |
| Pouco Alongado (0,0 a 0,2) | 5 |

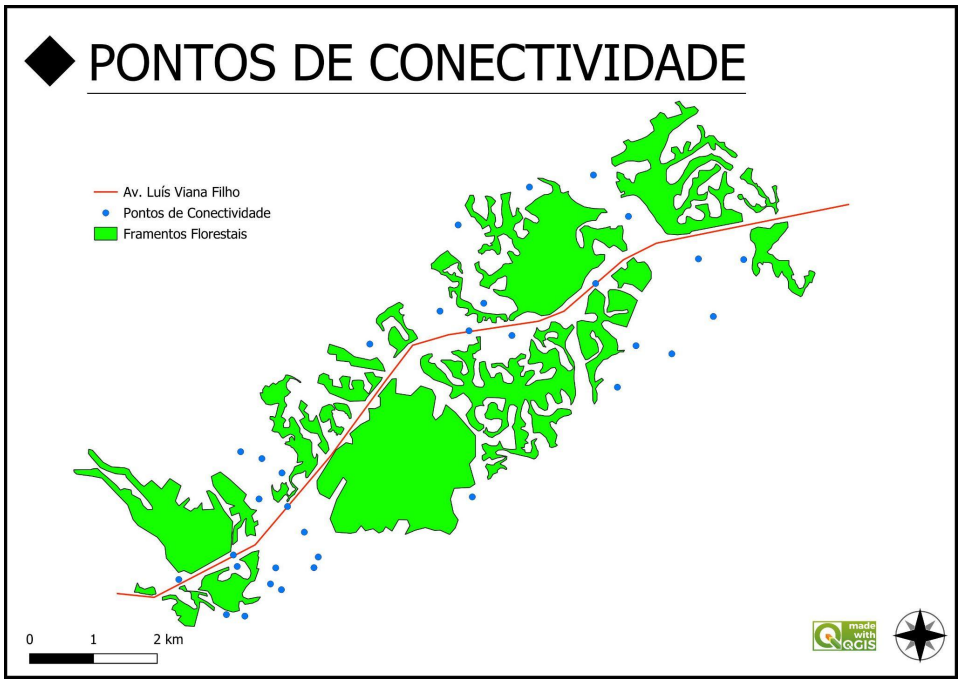
| | |
|---|---|
| Baixa Circularidade(0,6 a o,8) | 0 |
| Alta circularidade (0,9 e 1,0) | 0 |

Imagem 4: Índice de Circularidade dos fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques.




Analisando as imagens por satélite das regiões próximas à avenida e aos fragmentos, foram encontrados 33 pontos que podem servir de conexão entre áreas, podendo funcionar como trampolins ecológicos, melhorando a conectividade funcional entre as áreas (Imagem 5), sendo 4 deles encontrados entre as vias da Av. Paralela.

Imagem 5: Pontos de Conectividade entre os fragmentos conectados à avenida Luís Viana Filho, conhecida como Avenida Paralela, localizada na área urbana da cidade de Salvador - BA; Por Igor Marques




## 4 CONCLUSÃO

De acordo com os resultados apresentados, nota-se que a maioria dos fragmentos mapeados apresentam áreas “Mediana” ou “Grande”, tornando essas áreas importantes refúgios da biodiversidade, além de melhorar a qualidade do ambiente.

É visível através dos dados coletados, que, apesar da importância dessas áreas, elas hoje possuem um formato mais alongado, indicando uma intensificação do efeito de borda sobre esses fragmentos.

Por conta da largura da Av. Paralela os fragmentos apresentam-se pouco conectados entre eles e, embora tenham sido encontrados pontos de ligação entre os fragmentos próximos, se faz necessário aumentar a quantidade de pontos de conexão (trampolins ecológicos) entre essas áreas ao longo da avenida a fim de garantir o fluxo de espécies entre as áreas e melhorar a variabilidade genética dos fragmentos que encontram-se isolados.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Kátia, cuja orientação e apoio foram fundamentais para a realização deste projeto. Agradeço

também à Universidade Católica do Salvador e a à bolsa fornecida pelo PIBIC UCSal, que tornou possível a execução deste trabalho e me permitiu dedicar-me à pesquisa.

## REFERÊNCIAS

DA SILVA, Alessandra Leite et al. Classificação de fragmentos florestais urbanos com base em métricas da paisagem. Ciênc. Florest., [S. l.], 2019.

DA SILVA, Maria; SOUZA, Rosemeri. PADRÕES ESPACIAIS DE FRAGMENTAÇÃO FLORESTAL NA FLONA DO IBURA – SERGIPE. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 121 a 137, set./dez. 2014.

ESPÍRITO-SANTO, F.D.B, OLIVEIRA-FILHO, A.T. (de), MACHADO, E.L.M, SOUZA, J.S., FONTES, M.A.M.L. & MARQUES, J.J.G. de S. 2002. Variáveis ambientais e a distribuição de espécies arbóreas em um remanescente de Floresta Estacional Semidecídua Montana no Campus da Universidade Federal de Lavras, MG. Acta bot. bras. 16(3): 331-356.

ETTO, T. L. et al. Ecologia da paisagem de remanescentes florestais na bacia hidrográfica do Ribeirão das Pedras - Campinas -SP. Revista Árvore , Viçosa, MG, v. 37, n. 6, p. 1063- 1071, dez. 2013.

FENGLER, F. H. et al. Environmental quality of forest fragments in Jundiaí-Mirim river basin between 1972 and 2013. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental , Campina Grande, v. 19, n. 4, p. 402-408, abr. 2015.

JUVANHOL, Ronie Silva et al. Análise Espacial de Fragmentos Florestais: Caso dos Parques Estaduais de Forno Grande e Pedra Azul, Estado do Espírito Santo. Floresta e Ambiente, [S. l.], p. 353 - 364, 2011.

MASSOLI, J. V.; STATELLA, T.; SANTOS, V. S. Estimativa da fragmentação florestal na microbacia Sepotubinha, Nova Marilândia - MT, entre os anos de 1990 a 2014. Caminhos de Geografia, v. 17, n. 60, p. 480-60, 2016.).

SANTOS, João et al. Fragmentação florestal na Mata Atlântica: o caso do município de Paraíba do Sul, RJ, Brasil. Revista Brasileira de Biociências, v. 15, n. 3, p. 151-158, 1 set. 2017.

SILVÉRIO-NETO, R. S. et al. Caracterização da cobertura florestal de Unidades de Conservação da Mata Atlântica. Floresta e Ambiente, Seropédica, v. 22, n. 1, p. 32-41, 2015.).

TABARELLI M, Aguiar AV, Ribeiro MC, Metzger JP, Peres CA. Prospects for biodiversity conservation in the Atlantic Forest: lessons from aging human-modified landscapes.

VASCONCELOS, Rodrigo; PERES, Marcelo; BARBOSA, Elaine. Borboletas do parque metropolitano de pituaçu, salvador, bahia, brasil. Sitientibus série ciências biológicas, set. 2009.

# COMPARAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DE ARANHAS (ARANEAE) EM FRAGMENTO FLORESTAL E ÁREA ANTROPIZADA DE SALVADOR, BAHIA, BRASIL

*Flora Machado Souza Silva*[1]

*Jéssica Badaró de Oliveira Jesus*[2]

*Kátia Benati*[3]

*Rafael Góes Jansen*[4]

*Raíssa Vieira Rebouças Lessa*[5]

**RESUMO**

Foi realizado um levantamento da fauna de aranhas (Araneae), onde foram amostradas duas áreas, sendo elas, a área de mata do P.E.U (Parque de Estudos Universitário) e da zona urbana da UCSal (Universidade Católica do Salvador). A área do P.E.U é um fragmento florestal da Mata Atlântica, onde possui uma vegetação Ombrófila Densa. As amostras foram realizadas entre maio e junho de 2023, e os métodos empregados foram a coleta manual diurna e o guarda-chuva entomológico. Foram coletados 73 indivíduos, distribuídos em 10 famílias diferentes, sendo as mais representativas a Salticidae (17 ind.), Araneidae (17 ind.), Pholcidae (13 ind.), Theridiidae (8 ind.) e Sparassidae (8 ind.); a abundância relativa dessas famílias coletadas apresentaram um padrão semelhança ao da riqueza. A análise deste trabalho teve como objetivo comparar a riqueza e abundância das aranhas de áreas antropizadas e urbanas, além de verificarmos a presença de exemplares de interesses médicos nesses ambientes. Essa avaliação da riqueza de famílias, revela uma influência significativa da urbanização.

**Palavras-chave**: Artrópodes; Mata Atlântica; Fragmentação Florestal

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Salvador está situado no bioma da Mata Atlântica, um ecossistema de elevada importância ecológica e ambiental. A Mata Atlântica, devido à

[1] Graduanda da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA) da Universidade Católica do Salvador.
[2] Graduanda da Universidade Católica do Salvador (UCSal).
[3] Docente da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA) da Universidade Católica do Salvador.
[4] Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA) da Universidade Católica do Salvador. Programa de pós-Graduação em Biologia Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP)
[5] Graduanda da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA) da Universidade Católica do Salvador.

sua alta biodiversidade e ao intenso grau de ameaça, é considerada uma das áreas prioritárias para a conservação global (Dário & Almeida, 2000). O avanço da agricultura e da industrialização tem levado à devastação desse bioma, resultando na fragmentação das florestas em fragmentos de diversas dimensões. A Mata Atlântica tem sido severamente impactada pelo desmatamento. De acordo com dados da Fundação SOS Mata Atlântica, entre janeiro e maio de 2023, foram desmatados 7.088 hectares da Mata Atlântica (S.O.S Mata Atlântica, 2023). A fragmentação florestal pode causar mudanças negativas na abundância e riqueza das espécies de aranhas, influenciando até mesmo as funções ecológicas dos seus nichos (Mestre & Gasnier, 2008). Além disso, a ação antropogênica pode afetar significativamente o ecossistema e as comunidades locais (Laurence, 2000; Haddad *et al.,* 2022).

A análise das interações entre os organismos e seu ambiente é essencial para compreender a dinâmica ambiental e o comportamento ao longo do tempo. Salvador tem experimentado um crescimento demográfico expressivo nos últimos anos, com uma densidade populacional de aproximadamente 3.859,44 habitantes por km² (IBGE, 2024). Este processo de urbanização, frequentemente desordenado e caracterizado pela transição de uma economia agrícola para uma industrialização acelerada (PLANTEC, 2002), tem levado à presença de diversas espécies de aranhas em fragmentos florestais da cidade. Estudos recentes indicam que a urbanização e a fragmentação florestal afetam a estrutura das comunidades de aranhas e sua adaptação a ambientes modificados (Rego *et al.,* 2023).

As aranhas constituem um grupo megadiverso, englobando pouco mais de 52.262 espécies descritas, as quais estão distribuídas em 134 famílias (WSC, 2024). Esses animais estão distribuídos ao longo de todo o globo terrestre, sendo sua diversidade concentrada nos trópicos, onde conquistaram praticamente todos os os nichos ecológicos, com exceção apenas de ar e do mar aberto (Foelix, 2021) Estudos indicam que as aranhas apresentam altos níveis de adaptabilidade a ambientes antropizados, como áreas urbanas, onde muitas espécies generalistas prosperam. Elas são comumente encontradas em residências humanas devido à sua dieta flexível e ampla tolerância ecológica (Hesselberg; Galvez, 2023; Lowe; Wilder; Hochuli, 2017). Apesar disso, algumas aranhas são altamente especializadas e sensíveis a mudanças em seu ambiente. Essas espécies muitas vezes exigem condições específicas de habitat e podem ser afetadas por pequenas alterações, tornando-as úteis como

indicadores de saúde ambiental (Kralj-fiser; Hebets; Kuntner, 2017; Pekár; García; Viera, 2017). As aranhas têm uma sensibilidade significativa a uma variedade de estímulos ambientais, o que as torna úteis como bioindicadores (Zommers, 2014; Gezie *et al.,* 2017 ; De *et al.,* 2022). Essa capacidade de resposta das aranhas permite que elas forneçam informações valiosas sobre a qualidade ambiental e a saúde dos ecossistemas. A importância das aranhas como bioindicadores em ambientes urbanos é evidenciada por Cardoso *et al.* 2004, que discutem como a presença e a diversidade dessas aranhas podem indicar mudanças na qualidade ambiental e na integridade dos habitats, refletindo os impactos das alterações ambientais. Além disso, as aranhas desempenham um papel crucial no controle biológico de pragas, que ajudam a regular as populações de insetos, incluindo mosquitos, devido à sua eficiência como predadoras (Foelix, 2021). As aranhas são predadores eficazes que contribuem significativamente para a gestão natural de pragas (Nyffeler e Sunderland, 2003). Além disso, esses animais são particularmente eficazes no controle das populações de mosquitos em áreas urbanas, ajudando a manter o equilíbrio ecológico e reduzindo a necessidade de intervenções químicas (Michalko *et al.,* 2019).

Portanto, podemos perceber que o processo de fragmentação, causado pelo avanço demográfico, pode ocasionar mudanças negativas na abundância e riqueza das espécies de aranhas e até promover extinções locais, conforme observado em estudos sobre os impactos da fragmentação do habitat (Haddad *et al.,* 2015). Sendo assim, analisar a ocorrência de aranhas é uma ferramenta importante para interpretar sua composição e fornecer informações sobre sua dinâmica ambiental e populacional.

O objetivo do presente estudo visa realizar a comparação da riqueza e abundância entre famílias de aranhas, urbanas e florestais da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e seu entorno, o Parque de Estudos Universitário (P.E.U).

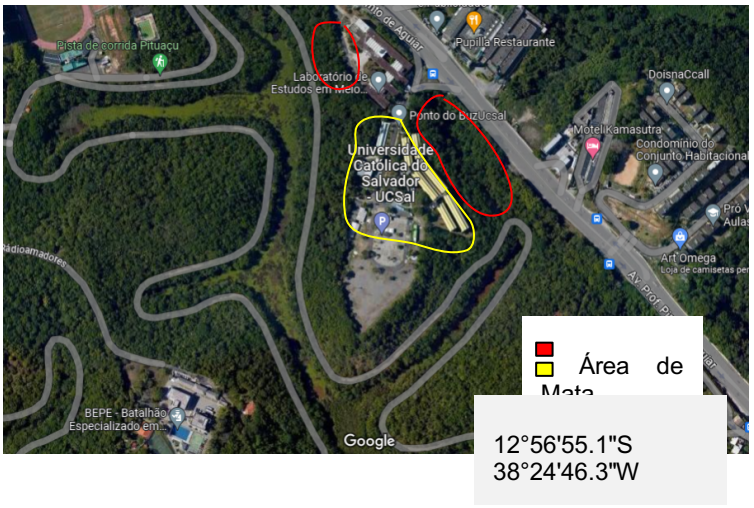
## 2 MATERIAL E MÉTODOS

### 2.1 ÁREA DE ESTUDO

Foi selecionado uma área remanescente de Mata Atlântica do Parque de Pituaçu para a amostragem, localizado no entorno da UCSal, o Parque de Estudos Universitário (P.E.U), sendo ele um fragmento florestal em estágio de regeneração inicial a avançado,

composta por uma vegetação Ombrófila Densa (ECOA. 2010), e bastante arbustiva; para a amostragem na área urbana, coletamos os exemplares dentro dos blocos da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

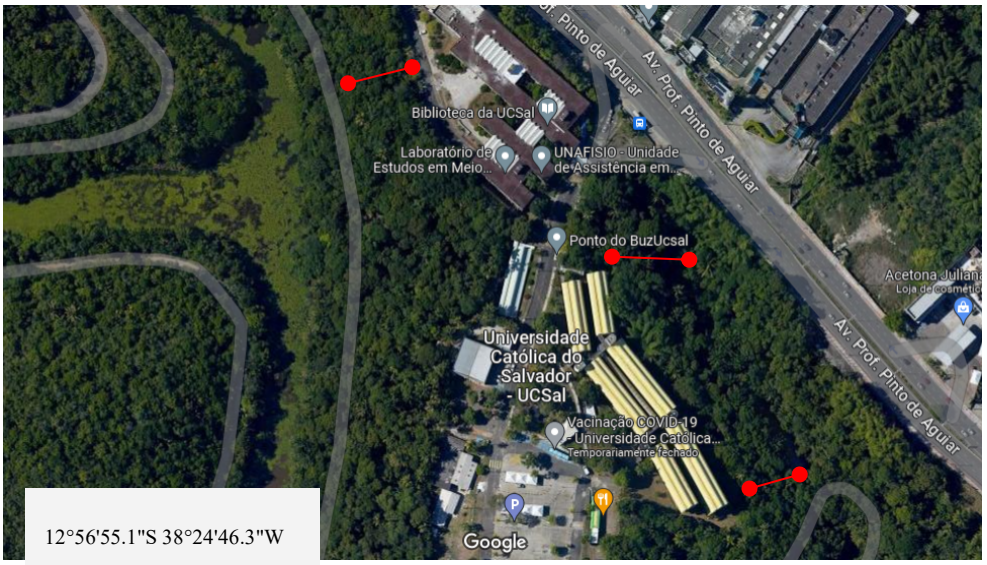
Figura 1: Imagem via satélite da localização da UCSal, coordenada -12.948640, -38.412859. (Fonte: google maps)




## 2.2 DELINEAMENTO AMOSTRAL

Foram feitos 6 pontos amostrais na área de mata (Figura 2), distribuídos em 3 transectos (2 pontos para cada transecto), e 6 pontos amostrais distribuídos aleatoriamente nos entornos dos campus e dentro das áreas de circulação humana.

Figura 2: Detalhamento dos transectos realizados nas áreas de mata. (Fonte: google maps)



## 2.3 ESTRATÉGIAS DE AMOSTRAGEM

A amostragem foi conduzida utilizando dois métodos distintos: o delineamento de transectos e o delineamento aleatório. No delineamento de transectos, a coleta foi realizada de forma ativa com o uso de guarda-chuva entomológico. Foram abatidos 3 arbustos por ponto amostral, totalizando 18 arbustos, todos com aproximadamente 1 metro de altura e espaçados a uma distância de 30 metros entre si.

Em contraste, no delineamento aleatório, utilizou-se a coleta manual diurna (CMD), onde 6 coletores realizaram a coleta por 30 minutos cada, resultando em um total de 180 minutos (3 horas) de esforço amostral. No delineamento de transectos, 4 coletores realizaram a coleta por 20 minutos cada, totalizando 80 minutos (1 hora e 20 minutos) de esforço amostral. A amostragem foi mantida com a mesma duração em todos os transectos, garantindo consistência na coleta dos dados.

## 2.4 ACONDICIONAMENTO DO MATERIAL BIOLÓGICO

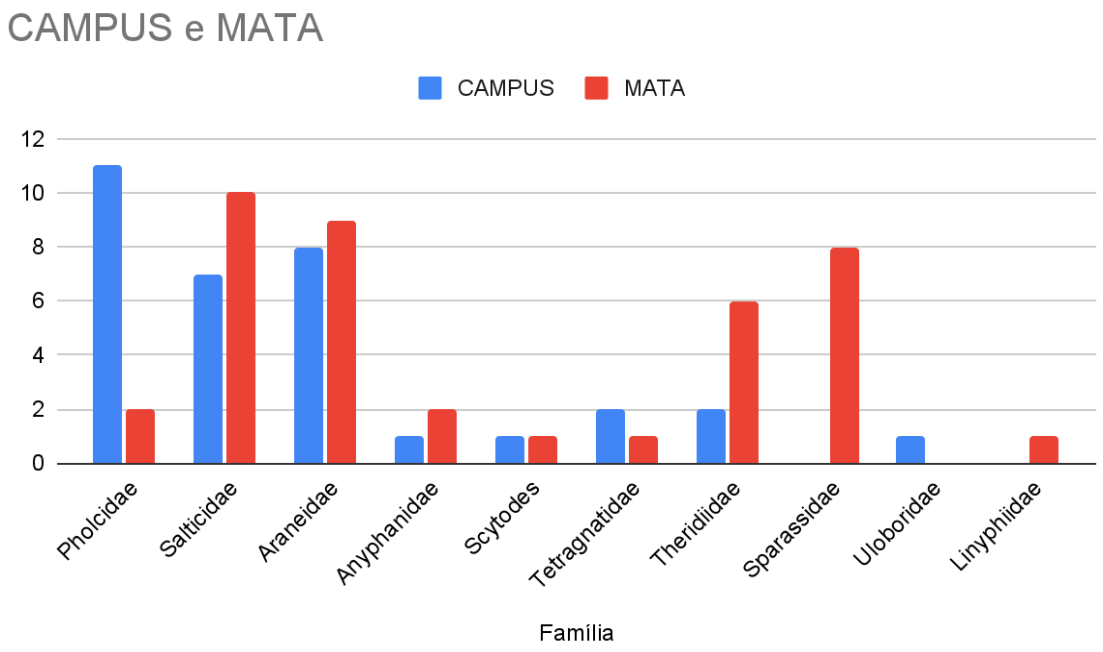
Os exemplares coletados foram armazenados em potes de plástico de 500 ml contendo álcool 70%, para sua conversação. Posteriormente, os potes foram acondicionados no Centro de Ecologia e Conservação Animal da Universidade Católica do Salvador- ECOA/ UCSal e, em seguida, enviados para o laboratório de zoologia da UCSal, onde foram identificados a nível de família, com auxílio de lupa estereomicroscópio e chaves de identificação. Todo o material foi guardado na coleção didática do Instituto de Biologia da Universidade Católica (UCSal) e posteriormente será utilizado em atividades de educação ambiental.

# 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram coletadas 73 aranhas, distribuídas em 10 famílias. As famílias mais representativas em termos de abundância foram Salticidae (24%), Araneidae (24%), Pholcidae (18%), Sparassidae (11%) e Theridiidae (11%), totalizando 86% das aranhas coletadas (Tabela 1; Figura 3). A predominância dessas famílias na região da mata do P.E.U. (Parque de Estudos Universitário) e no campus da UCSal (Universidade Católica do Salvador) tem sido observada em estudos anteriores, com algumas dessas aranhas

sendo sinantrópicas. Aranhas são predadoras generalistas que frequentemente se alimentam de animais encontrados em ambientes urbanos, o que facilita sua presença em áreas urbanizadas (Brazil *et al.,* 2005) . Foi observado, também, um elevado registro de aranhas sinantrópicas das famílias Pholcidae (33%) e Araneidae (24%) no campus da UCSal, totalizando 33 indivíduos. Esse padrão sugere que a presença dessas aranhas pode estar relacionada à interferência humana em seu habitat natural. Em contraste, na área de mata do P.E.U., as famílias mais abundantes foram Salticidae (25%), Araneidae (23%) e Sparassidae (20%), totalizando 40 exemplares. Isso sugere que a permanência dessas famílias na área de mata pode estar associada à disponibilidade de recursos alimentares nesse habitat.

Tabela 1; Figura 3: Gráfico com a composição das famílias que residem as áreas amostradas.




De acordo com Oliveira-Alves *et al.* (2005), para uma análise mais detalhada do impacto da urbanização na diversidade das espécies de aranhas, é essencial considerar tanto a vegetação quanto as coletas de animais bioindicadores. Dos 73 indivíduos coletados, 33 foram amostrados no campus e 40 na mata, distribuídos em 10 famílias, sem registro para indivíduos de espécies raras. A distribuição da araneofauna está fortemente associada aos recursos disponíveis (Oliveira-Alves *et al.,* 2005; Hesselberg & Galvez, 2023). Estudos recentes indicam que as aranhas da família Sparassidae, que são especialmente sensíveis às alterações em seu habitat, tendem a

desaparecer em áreas fragmentadas ou reduzidas a tamanhos muito pequenos (Rego, 2005). A ausência dessas aranhas no campus da UCSal pode ser um reflexo da menor complexidade e da alta perturbação ambiental desse ambiente urbano, que não oferece as condições necessárias para a ocorrência desses indivíduos (Argañaraz & Gleiser, 2020).

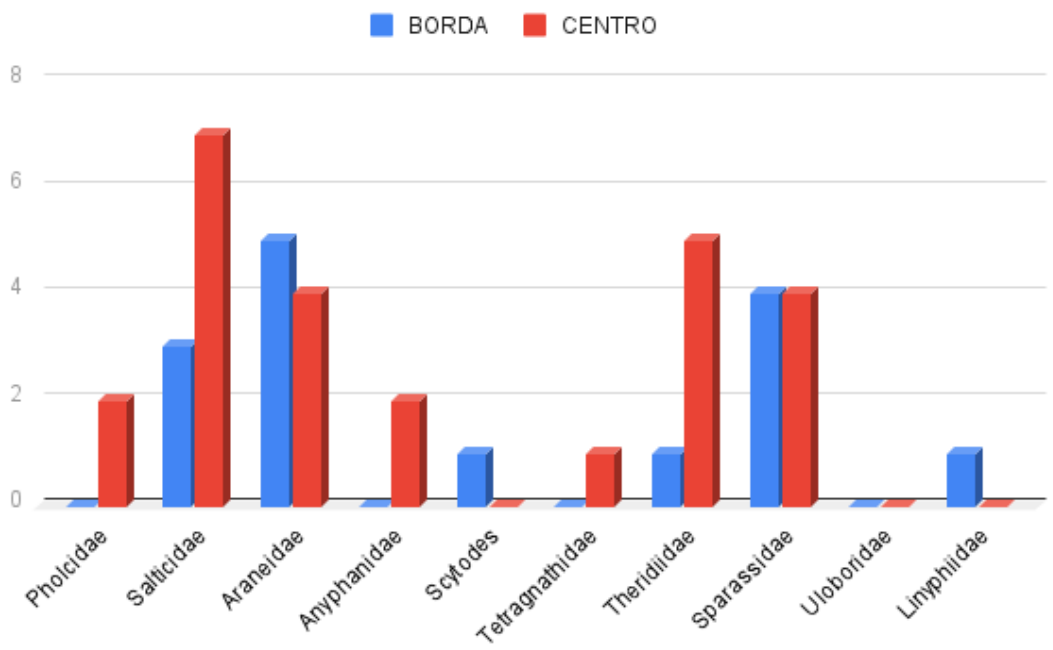
Tabela 2; Figura 4: tabela com o nome das famílias e o número de exemplares encontrados nas áreas amostradas (incluindo centro e borda).

| **Família** | **Refeitório** | **B - Refeitório** | **Bloco B** | **Bloco A** | **A-B** | **A-Refeitório** | **TOTAL** | **Centro (ECOA)** | **Borda (ECOA)** | **Centro (Refeitório)** | **Borda (Refeitório)** | **Centro (Garagem)** | **Borda (Garagem)** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pholcidae | 2 | 0 | 3 | 0 | 0 | 6 | **11** | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | **2** |
| Salticidae | 1 | 4 | 1 | 1 | 0 | 0 | **7** | 4 | 0 | 3 | 1 | 0 | 2 | **10** |
| Araneidae | 0 | 4 | 1 | 1 | 2 | 0 | **8** | 2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 4 | **9** |
| Anyphanidae | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | **1** | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | **2** |
| Scytodes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | **1** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | **1** |
| Tetragnathidae | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | **2** | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | **1** |
| Theridiidae | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | **2** | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 | 0 | **6** |
| Sparassidae | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | **0** | 0 | 3 | 2 | 0 | 2 | 1 | **8** |
| Uloboridae | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | **1** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | **0** |
| Linyphidae | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | **0** | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | **1** |
| **TOTAL** | **3** | **8** | **5** | **5** | **3** | **9** | **33** | **9** | **4** | **8** | **3** | **8** | **8** | **40** |

A análise das famílias de aranhas encontradas em áreas antropizadas, comparadas com as coletadas em áreas florestais, revelou uma influência significativa da urbanização na dispersão das aranhas. Observou-se que a família Linyphiidae, tipicamente associada à serrapilheira, foi encontrada apenas nos arbustos da área florestal e não foi detectada nas áreas urbanas (Tabela 2; Figura 4). A ausência de Linyphiidae nas áreas urbanas pode ser atribuída à alteração do habitat urbano e à

falta de estruturas adequadas para essa família, que depende de microhabitats específicos para sua sobrevivência (Argañaraz & Gleiser, 2020). Estudos recentes indicam que a fragmentação e a urbanização têm efeitos negativos profundos na diversidade e na abundância de aranhas, influenciando negativamente suas populações e comportamentos (Damschen *et al.*, 2019; Argañaraz & Gleiser, 2020). A ausência de indivíduos da família Linyphiidae nas áreas urbanas pode ser explicada pela limitação das análises de abundância geral, que não capturam variações comportamentais específicas. Indicatti *et al.* (2005) mencionam que, embora algumas espécies da família Theridiidae possam ser encontradas em ambientes urbanos, a sua abundância pode ser substancialmente menor em comparação com áreas naturais. Estudos recentes corroboram essas observações, destacando que a urbanização reduz a abundância das aranhas e altera suas interações ecológicas e a estrutura das comunidades (Damschen *et al.*, 2019; Argañaraz & Gleiser, 2020).

Tabela 3; Figura 5: gráfico comparando as famílias amostradas com borda e centro




A avaliação da riqueza de famílias, que incluiu um total de 73 indivíduos, revelou uma influência significativa da urbanização, embora os resultados tenham sido

inesperados. Aranhas são altamente sensíveis a mudanças na estrutura do habitat e nas características do microclima, o que pode afetar significativamente sua diversidade e abundância. A urbanização e a fragmentação do habitat impactam negativamente a riqueza e a composição das famílias de aranhas. Argañaraz & Gleiser, 2020 destacam como a urbanização não apenas reduz a abundância das aranhas, mas também altera suas interações ecológicas e a estrutura das comunidades. Além disso, Junggerbauer *et al.* (2021) discutem a adaptabilidade das aranhas da família Salticidae a ambientes urbanos, evidenciando que mudanças na estrutura do habitat e no microclima ainda afetam suas populações e fornecem insights sobre como a diversidade de aranhas em florestas subtropicais responde a alterações ambientais, ressaltando a importância de considerar esses fatores para entender a dinâmica das populações de aranhas.

A constatação de que a família Salticidae manteve uma composição semelhante em ambas as áreas amostradas pode ser atribuída à sua capacidade de adaptação a diferentes ambientes (Junggerbauer *et al.,* 2021). Por outro lado, a família Araneidae também apresentou padrões semelhantes em termos de distribuição. A família Sparassidae, com uma distribuição equilibrada entre borda e centro indicam que a resposta ao efeito de borda pode não ser uniforme entre todas as famílias de aranhas.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alta frequência das famílias Pholcidae, Salticidae e Araneidae sugere uma adaptação desses animais frente às modificações causadas pelo processo de urbanização. No entanto, é recomendável realizar investigações adicionais para confirmar se essa adaptação é um padrão observável em toda a comunidade de aranhas. Além disso, é importante verificar se esses grupos realmente possuem a capacidade de se adaptar aos novos ambientes urbanos ou se sua presença pode ser explicada por outros fatores ambientais.

Observou-se uma influência da estrutura física do ambiente na abundância e riqueza das famílias de aranhas coletadas. No entanto, as diferenças entre as áreas de borda e centro não foram significativas. Vários outros fatores ecológicos, que não foram abordados neste estudo, podem estar impactando a comunidade de aranhas. Recomenda-se a realização de coletas adicionais utilizando métodos variados e avaliando diferentes variáveis ecológicas. Isso permitirá uma compreensão mais

completa dos fatores que afetam a diversidade e a distribuição das aranhas nas áreas amostradas, bem como a equidade das comunidades de aranhas em ambientes urbanos e naturais.

De forma geral, nosso estudo fornece informações importantes, que podem levar a insights futuros. Novos estudos são necessários para maiores informações e aprofundamento sobre o tema.

## AGRADECIMENTOS

A orientadora Kátia Regina Benati, por ter nos dado a oportunidade de realizar o projeto, ao Centro ECOA, pela disponibilização dos materiais necessários para as coletas, e um agradecimento especial ao nosso monitor Rafael Jansen, pois, sem ele não conseguiríamos identificar as aranhas coletadas.

## REFERÊNCIAS

**ARGAÑARAZ, C.; GLEISER, R.** Are spider communities influenced by urbanization? An approach using species and guilds resolutions and their interaction with the anthropogenic environment. *Journal of Natural History*, v. 54, p. 2687-2702, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00222933.2020.1863496.

**BRAZIL, T.; ALMEIDA-SILVA, L.; LEITE, C.; SILVA, R.; PERES, M.; BRESCOVIT, A.** Aranhas sinantrópicas em três bairros da cidade de Salvador, Bahia, Brasil (Arachnida, Araneae). *Biota Neotropica*, v. 5, n. 2, p. 2-7, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1676-06032005000200014.

CARDOSO, P., SILVA, I., DE OLIVEIRA, N. G. & SERRANO, A. R. M.. 2004. Indicator taxa of spider (Araneae) diversity and their efficiency in conservation. Biological Conservation, 120 (4): 517-524.

DAMSCHEN, E. I.; THOMSON, J. R.; BRUDVIG, L. A.; et al. How habitat fragmentation and disturbance affect species richness and abundance: A meta-analysis. *Ecology Letters*, v. 22, n. 11, p. 1814-1828, 2019. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ele.13342. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

DÁRIO, M. S.; ALMEIDA, S. T. A Mata Atlântica e suas características. *Revista Brasileira de Ecologia*, v. 7, n. 1, p. 45-56, 2000.

**DE, K.; SILIWAL, M.; UNIYAL, V. P.; BHATTACHARYA, S.; BOGUNIAK, P.** Spiders as bio-indicators of habitat disturbance in the riparian zone of the Ganga river: a preliminary study. *Tropical Ecology*, v. 63, p. 209-215, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s42965-021-00192-z.

DRESCHER, J. Changes in diversity and community assembly of jumping spiders (Araneae: Salticidae) after rainforest conversion to rubber and oil palm plantations. *PeerJ*, v. 9, e11012, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.7717/peerj.11012.

ECOA. 2010. Animais e Plantas do Parque Metropolitano de Pituaçu - Lista de Espécies. Acessível em http://www.ucsal.br/pesquisa/ecoa/pesq_apresentacao.asp. Centro de Ecologia e Conservação Animal.

FOELIX, R. F. *Biology of Spiders*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2021.

FONSECA, Marcelo. Exemplos regionais de plantas: Parque de Pituaçu.

FRANCISCO, R. Spider populations as indicators of environmental and ecological changes: A review. *Journal of Arachnology*, v. 51, n. 2, p. 130-145, 2023. Disponível em:https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-arachnology/article/spider-populations-as-indicators-of-enviro nmental-and-ecological-changes/. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

GARCÍA, M. C.; MARTÍNEZ, J. A.; CASTRO, R. S. Influence of forest fragment size on spider populations: A case study with Sparassidae. *Forest Ecology and Management*, v. 488, p. 118-126, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378112720308741. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

**GEZIE, A.; ANTENEH, W.; DEJEN, E.; EDRIS, M. A.; ABDISHE, A.** Effects of human-induced environmental changes on benthic macroinvertebrate assemblages of wetlands in Lake Tana Watershed, Northwest Ethiopia. *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 189, p. 152, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10661-017-5853-2.

**HADDAD, N. M. et al.** Habitat fragmentation and its lasting impact on Earth's ecosystems. *Science Advances*, v. 1, e1500052, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1126/sciadv.1500052.

**HESSELBERG, Thomas; GÁLVEZ, Dumas.** Spider ecology and behaviour—Spiders as model organisms. *Insects*, v. 14, n. 4, p. 330, 2023. DOI: 10.3390/insects14040330.

IBGE. *Censo Demográfico 2024: Salvador - Densidade populacional*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 24 ago. 2024.

JUNGGEBAUER, A.; HARTKE, T. R.; RAMOS, D.; SCHAEFER, I.; BUCHORI, D.; HIDAYAT, P.; SCHEU, S.;

JUNIOR, A. *Análise da ecologia alimentar de aranhas (Araneae) através da variação na abundância natural de isótopos estáveis em cultivos de citros no município de Gavião Peixoto - SP. Universidade de São Paulo. Piracicaba. 2013*

**KRALJ-FIŠER, Simona; HEBETS, Eileen A.; KUNTNER, Matjaž.** Different patterns of behavioral variation across and within species of spiders with differing degrees of urbanization. *Behavioral Ecology and Sociobiology*, v. 71, n. 125, 2017. DOI: 10.1007/s00265-017-2353-x.

LAURENCE, W. F. Fragmentação de habitat e biodiversidade. *Science*, v. 288, n. 5469, p. 342-345, 2000.

LOWE, E. C.; WILDER, S. M.; HOCHULI, D. F. Life history of an urban-tolerant spider shows resilience to anthropogenic habitat disturbance. *Journal of Urban Ecology*, v. 3, n. 1, jan. 2017. jux004. Disponível em: https://doi.org/10.1093/jue/jux004. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

MESTRE, J. A.; GASNIER, S. Impacto da fragmentação florestal nas aranhas. *Biodiversity and Conservation*, v. 17, n. 9, p. 2201-2214, 2008.

**MICHALKO, R.; PEKAR, S.; DUĽA, M.; ENTLING, M.** Global patterns in the biocontrol efficacy of spiders: A meta-analysis. *Global Ecology and Biogeography*, v. 28, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1111/geb.12927.

NYFFELER, Martin; SUNDERLAND, Keith. Composition, abundance and pest control potential of spider communities in agroecosystems: A comparison of European and US studies. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 95, p. 579-612, maio 2003. DOI: 10.1016/S0167-8809(02)00181-0.

OLIVEIRA-ALVES et al. Estudo das comunidades de aranhas (Arachnida: Araneae) em ambientes de Mata Atlântica no Parque Metropolitano de Pituaçu – PMP, Salvador, Bahia. Biota Neotropica, v5, n1, pág.2 a 8. Fevereiro de 2005.

PEKÁR, S.; GARCÍA, L. F.; VIERA, C. Trophic niches and trophic adaptations of prey-specialized spiders from the Neotropics: a guide. In: VIERA, C.; GONZAGA, M. (orgs.). *Behaviour and ecology of spiders*. Cham: Springer, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-65717-2_10. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

PLANTEC. *Estudo de Impacto Ambiental da Urbanização de Salvador*. Salvador: Plantec Engenharia Ambiental, 2002.

**REGO, F. N. A. A.; VENTICINQUE, E. M.; BRESCOVIT, A. D.** Densidades de aranhas errantes (Ctenidae e Sparassidae, Araneae) em uma floresta fragmentada. *Biota Neotropica*, v. 5, n. 1, p. 2-8, 1 de fevereiro de 2005.

SILVA, J. R.; MARTINS, F. R.; PEREIRA, J. M.; et al. The impact of edge effects on spider diversity and abundance *In* fragmented forest landscapes. *Forest Ecology and Management*, v. 441, p. 143-153, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378112719304152. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

SOS MATA ATLÂNTICA. *Relatório de desmatamento da Mata Atlântica: Janeiro a maio de 2023*. Fundação SOS Mata Atlântica, 2023.

World Spider Catalog (2024). World Spider Catalog. Version 25.5. Natural History Museum Bern, online at http://wsc.nmbe.ch, accessed on 27/08/2024 doi: 10.24436/2

**ZOMMERS, Z.** “Follow the Spiders”: Ecosystems as early warnings. In: SINGH, A.; ZOMMERS, Z. (eds). *Reducing Disaster: Early Warning Systems For Climate Change*. Dordrecht: Springer, 2014. p. [página inicial]-[página final]. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-017-8598-3_18.

# COMPOSTAGEM URBANA: UM CUIDADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

*Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi*

*José Jorge da Cruz Santos*

*Patrícia Carla Barbosa Pimentel*

**RESUMO**

O presente artigo aborda a compostagem urbana como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades, buscando explorar os aspectos conceituais, teóricos e legais da compostagem urbana, destacando sua importância na gestão de resíduos sólidos urbanos e na mitigação dos impactos ambientais. A prática da compostagem não apenas reduz a quantidade de resíduos enviados aos aterros sanitários, mas também contribui significativamente para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, como o metano (CH4), promovendo a economia circular e fortalecendo a resiliência urbana. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, realizada entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, foram analisados os aspectos conceituais, teóricos e legais da compostagem urbana, bem como os desafios enfrentados na sua implementação, como as limitações de infraestrutura, a qualificação da mão de obra e a conscientização da população. O artigo também explora estratégias existentes para a promoção e apoio à compostagem urbana, apresentando casos de sucesso, como o projeto implementado no município de Liberato Salzano, no Rio Grande do Sul, e a "Revolução dos Baldinhos" em Florianópolis, Santa Catarina. Conclui-se que a compostagem urbana é uma prática viável e sustentável que pode gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para a construção de cidades mais sustentáveis e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU.

**Palavras-chaves:** compostagem urbana. resíduos sólidos orgânicos. desenvolvimento sustentável

**ABSTRACT**

This article explores urban composting as an essential tool for the sustainable development of cities, emphasizing its importance in managing urban solid waste and mitigating environmental impacts. Composting not only reduces the amount of waste sent to landfills but also significantly contributes to the reduction of greenhouse gas emissions, such as methane (CH4), promoting a circular economy and strengthening urban resilience. Based on a bibliographic and documentary review conducted between December 2023 and February 2024, the study analyzes the conceptual, theoretical, and legal aspects of urban composting, as well as the challenges faced in its implementation, including infrastructure limitations, workforce qualification, and public awareness. The article also explores existing strategies for promoting and supporting urban composting, presenting success stories such as the project implemented in the municipality of Liberato Salzano, Rio Grande do Sul, and the "Revolution of the Buckets" in Florianopolis, Santa Catarina. The conclusion is that urban composting is a viable and sustainable practice that can generate economic, social, and environmental benefits, contributing to the construction of more sustainable cities and the achievement of the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs).

**Keywords:** urban composting. organic solid waste. sustainable development.

## 1 INTRODUÇÃO

A mudança climática já é uma realidade inquestionável, exigindo que todos os continentes avancem na transição energética, reduzam as emissões de gases de efeito estufa, protejam o meio ambiente e adotem modelos de desenvolvimento sustentável. A crescente geração de resíduos sólidos urbanos representa um dos desafios mais prementes para o meio ambiente e para a sociedade contemporânea. A prática da compostagem urbana, além de contribuir para a preservação ambiental, desempenha um papel crucial na mitigação dos impactos climáticos, uma vez que, durante o processo de decomposição, não ocorre a formação de gás metano (CH4), um potente gás de efeito estufa. Estudos indicam que a compostagem pode aumentar significativamente a vida útil dos aterros sanitários, promovendo uma gestão mais eficiente e sustentável dos resíduos sólidos urbanos (Brasil, 2010).

Apesar dos avanços teóricos e práticos desde a Conferência Rio 92, o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável global ainda é insuficiente. Muitas das metas estabelecidas na Agenda 21 não foram plenamente alcançadas, enquanto os problemas socioambientais continuam a se intensificar. Reconhecendo essa lacuna, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu, em 2015, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidas até 2030. Esses objetivos buscam orientar uma mudança fundamental no modo de produção linear predominante, promovendo práticas que integrem a sustentabilidade em todas as dimensões do desenvolvimento humano (PNUMA, 2021).

Nesse contexto, a compostagem urbana surge como uma prática que pode contribuir com o desenvolvimento sustentável das cidades. Não apenas oferecendo uma solução eficaz para a gestão dos resíduos sólidos orgânicos, mas também contribuindo para a geração de renda, a criação de empregos verdes, e a educação ambiental nas comunidades urbanas. A compostagem, portanto, alinha-se diretamente com vários dos ODS, incluindo aqueles relacionados à gestão sustentável dos resíduos, à mitigação das mudanças climáticas, e ao fortalecimento da resiliência urbana (Brasil, 2010).

Este artigo tem como objetivo explorar os aspectos conceituais, teóricos e legais da compostagem urbana, destacando como essa prática pode contribuir para a proteção do meio ambiente nas cidades. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental, realizada entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, utilizando bases de dados de revistas e sites nacionais especializados na temática. A seleção dos artigos foi guiada por palavras-chave como compostagem urbana, resíduos sólidos orgânicos e desenvolvimento sustentável e geração de renda. Neste estudo, serão apresentados e discutidos problemas ambientais e sociais que podem ser evitados ou mitigados pela adoção da compostagem urbana, como a redução da vida útil dos aterros sanitários, o aumento das emissões de gases de efeito estufa, a desigualdade no acesso a serviços adequados de gestão de resíduos, os riscos à saúde pública associados à decomposição inadequada de resíduos orgânicos e a perda de oportunidades econômicas em comunidades vulneráveis. Entre os principais benefícios da compostagem urbana, destacam-se a diminuição da quantidade de resíduos sólidos destinados aos aterros, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção da economia circular nas cidades. A compostagem urbana, portanto, não é apenas uma solução técnica, mas uma ferramenta estratégica para promover cidades mais sustentáveis, resilientes e ambientalmente responsáveis (PNUMA, 2021).

## 2 COMPOSTAGEM URBANA CONCEITOS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS LEGAIS

### 2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A compostagem é um processo biológico controlado de decomposição de resíduos orgânicos, realizado principalmente por micro-organismos. Esse processo pode ocorrer de forma aeróbica (com oxigênio) ou anaeróbica (sem oxigênio), resultando em um composto orgânico rico em nutrientes, utilizado como adubo natural. A compostagem é essencial para a gestão de resíduos sólidos urbanos, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais e o desenvolvimento sustentável (MMA, 2017).

A prática da compostagem recicla nutrientes dos resíduos orgânicos, transformando-os em um recurso valioso para o solo. Além de reduzir a quantidade de resíduos destinados aos aterros sanitários, a compostagem evita a emissão de gases

de efeito estufa, como o metano (CH4), liberado na decomposição anaeróbica em aterros. O composto produzido é uma alternativa ecológica que melhora a qualidade do solo sem causar danos ambientais (Lira, 2020).

Alinhada aos princípios da economia circular, a compostagem promove a reutilização de resíduos orgânicos e a reintegração dos nutrientes ao ciclo produtivo. Esse processo minimiza o desperdício e contribui para a regeneração dos ecossistemas. A compostagem pode ser adaptada a diferentes escalas, desde grandes instalações industriais até sistemas domésticos, como composteiras caseiras (MMA, 2017).

O sucesso da compostagem depende da correta combinação de materiais ricos em carbono ("Castanhos") e nitrogênio ("Verdes"). "Castanhos" incluem folhas secas e galhos, enquanto "Verdes" compreendem restos de alimentos e podas frescas. A proporção adequada entre esses materiais é crucial para a eficiência do processo e a qualidade do composto final (Lira, 2020).

Além dos benefícios ambientais, a compostagem traz vantagens econômicas significativas, como a redução dos custos de transporte e disposição final dos resíduos. A comercialização de produtos derivados da compostagem, como adubo orgânico, também gera renda para as comunidades envolvidas. Portanto, a compostagem urbana é uma técnica eficaz de gestão de resíduos e um elemento chave para o desenvolvimento sustentável das cidades, alinhando práticas ambientais responsáveis com benefícios econômicos, contribuindo para a resiliência urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (PNUMA, 2021).

## 2.1 ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES

A compostagem urbana é fortemente incentivada por diversas políticas públicas e regulamentações, que visam integrar essa prática à gestão sustentável de resíduos sólidos orgânicos. No Brasil, a Lei Nº 12.305/2010**,** que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece diretrizes para a redução, reutilização e tratamento adequado dos resíduos, incluindo a compostagem como estratégia central para diminuir o volume de resíduos enviados aos aterros sanitários.

Complementando a PNRS, o Decreto Nº 11.700/2023 institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, promovendo o uso sustentável dos resíduos orgânicos para a produção de compostos, especialmente em áreas urbanas e periurbanas.

No contexto internacional, a Estratégia de Economia Circular da União Europeia (UE) também promove a compostagem como uma prática essencial para a gestão sustentável de resíduos. A legislação da UE incentiva os Estados-membros a implementarem sistemas de coleta seletiva e infraestruturas de compostagem, contribuindo para a economia circular e a redução da dependência de aterros sanitários (PNUMA, 2021).

Essas regulamentações demonstram que a compostagem urbana é uma prática fundamental não apenas para a gestão ambientalmente adequada de resíduos, mas também para a promoção da sustentabilidade urbana e a inclusão social. No Brasil, a combinação da PNRS, do Decreto Nº 11.700 e do Edital 01/2023 estabelece uma base robusta para a expansão da compostagem urbana, alinhando o país com práticas internacionais de sustentabilidade (Brasil, 2017; PNUMA, 2021).

## 3 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA COMPOSTAGEM URBANA

### 3.1 DESAFIOS OPERACIONAIS E DE INFRAESTRUTURA

A implementação da compostagem urbana enfrenta uma série de desafios, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e ao espaço necessário para a coleta, processamento e manejo dos resíduos orgânicos. A gestão eficaz dos resíduos sólidos urbanos é essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades, mas exige uma infraestrutura adequada que muitas vezes é insuficiente ou inexistente em áreas densamente povoadas (Marchi, 2022).

Um dos principais desafios operacionais é a limitação de espaço em áreas urbanas, onde a disponibilidade de terrenos para instalações de compostagem é escassa. Em muitas cidades, a falta de áreas externas em residências urbanas também dificulta a implementação de composteiras domésticas, o que pode limitar o potencial de participação dos residentes e a efetiva redução de resíduos orgânicos (Lira et al., 2020).

Além disso, a infraestrutura para a coleta seletiva de resíduos sólidos, incluindo orgânicos, é frequentemente inadequada. Isso inclui a necessidade de contêineres apropriados para a separação e armazenamento dos resíduos, bem como sistemas eficientes de coleta e transporte para centros de compostagem. Sem essas instalações, a gestão adequada dos resíduos orgânicos torna-se um desafio ainda maior (Marchi, 2022).

A falta de uma infraestrutura robusta também afeta a capacidade de processar grandes volumes de resíduos orgânicos de maneira eficiente e ambientalmente responsável. Instalações de compostagem mal equipadas ou insuficientes podem levar a processos ineficazes de decomposição, resultando em problemas como a liberação inadequada de gases de efeito estufa ou a produção de chorume em excesso, o que pode causar impactos ambientais negativos (Lira et al., 2020).

Outro obstáculo significativo é a necessidade de investimentos em recursos educacionais e técnicos. Programas que capacitem os residentes urbanos para a prática correta da compostagem são essenciais, mas frequentemente subfinanciados ou inexistentes. Sem o conhecimento adequado, os esforços de compostagem podem falhar, desincentivando a participação comunitária e limitando o impacto positivo da compostagem urbana (Lira et al., 2020).

Para superar esses desafios, é crucial que as cidades invistam em infraestrutura adequada, incluindo a criação de centros de compostagem, sistemas de coleta eficientes e programas de educação pública. Além disso, políticas públicas que incentivem a compostagem, como subsídios para a instalação de composteiras e apoio técnico, podem tornar essa prática mais acessível e atraente para os residentes urbanos. A promoção da compostagem urbana não apenas como uma prática sustentável, mas também como uma oportunidade para a geração de renda local, é fundamental para garantir seu sucesso em larga escala (Santos, 2024).

## 3.2 DESAFIOS NA QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA PARA O PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS EM AMBIENTES URBANOS

A qualificação da mão de obra é um dos principais desafios na implementação eficaz da compostagem urbana. A falta de pessoal treinado para gerenciar os diversos

aspectos do processo de compostagem pode comprometer a eficiência e a sustentabilidade dos projetos, levando a falhas operacionais e desperdício de recursos (MMA, 2017).

Para garantir a qualidade do composto final, é necessário que os trabalhadores estejam capacitados para realizar atividades essenciais como a separação adequada dos resíduos, o monitoramento das condições de decomposição (temperatura, umidade, aeração) e a manutenção das pilhas de compostagem. Equipamentos como garfos agrícolas, facões, pás e enxadas, bem como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), são indispensáveis para a segurança e eficiência do trabalho nos pátios de compostagem (MMA, 2017).

Além do conhecimento técnico, é crucial que os trabalhadores estejam familiarizados com a operação de maquinários específicos, como trituradores de galhos e carregadeiras, que facilitam o processamento dos resíduos. A falta de qualificação pode resultar em problemas como a produção excessiva de chorume, emissão inadequada de gases e decomposição incompleta dos resíduos, prejudicando a eficácia da compostagem (Lira et al., 2020).

Programas de capacitação contínua são essenciais para manter a mão de obra atualizada e apta a lidar com as demandas da compostagem urbana. O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, instituído pelo Decreto Federal Nº 11.700/2023 e complementado pelo Edital de Chamamento Público SQA Nº 01/2023, prevê a capacitação de trabalhadores e a aquisição de equipamentos necessários para a compostagem. Essas iniciativas são fundamentais para superar os desafios técnicos e promover a sustentabilidade dos projetos de compostagem (Brasil, 2023).

## 3.3 DESAFIOS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

A conscientização e educação ambiental são pilares fundamentais para o sucesso da compostagem urbana, mas também representam grandes desafios na sua implementação. A falta de conhecimento e compreensão sobre a importância da compostagem e as práticas adequadas de gestão de resíduos orgânicos pode limitar a participação da comunidade e comprometer a eficácia dos programas de compostagem (Marchi, 2022).

A educação ambiental desempenha um papel central nesse processo. Conforme destacado por Quintas (2000), não basta apenas fornecer informações técnicas; é necessário desenvolver atitudes e habilidades que incentivem a participação ativa na gestão dos recursos ambientais. A integração da educação ambiental nos currículos escolares, desde a educação básica até o ensino superior, é crucial para formar uma geração consciente e preparada para adotar práticas sustentáveis, como a compostagem (Sorrentino et al., 2005).

Um dos desafios mais comuns é a falta de conscientização sobre os benefícios da compostagem e como implementá-la de forma segura. Muitas vezes, as preocupações com odores, pragas e a atração de animais afastam as pessoas da prática da compostagem em ambientes urbanos. Para superar essas barreiras, é essencial que as campanhas educativas abordem essas questões de maneira prática e acessível, fornecendo orientações claras sobre como mitigar esses problemas (Barbosa et al., 2019).

Campanhas educativas eficazes devem utilizar uma variedade de canais de comunicação, como mídias sociais, eventos comunitários e programas de educação formal, para alcançar um público amplo. Parcerias com organizações da sociedade civil, empresas locais e governos municipais também podem amplificar o alcance das iniciativas de conscientização, promovendo a compostagem urbana como uma prática sustentável e economicamente viável (Mazzarino; Rosa, 2013).

A educação formal nas escolas é particularmente importante, pois permite a formação de uma cultura de compostagem desde a infância. Ao incorporar a compostagem nos programas educacionais, é possível ensinar às crianças e jovens os benefícios ambientais, econômicos e sociais dessa prática, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades (Medeiros, 2022).

Superar os desafios de conscientização e educação é essencial para garantir a adesão da comunidade aos programas de compostagem urbana. Ao aumentar o conhecimento e a compreensão sobre a compostagem, podemos não apenas promover a redução dos resíduos orgânicos nas áreas urbanas, mas também contribuir para a geração de renda local e a sustentabilidade ambiental (Santos, 2007).

## 4 ESTRATÉGIAS EXISTENTES PARA PROMOÇÃO E APOIO À COMPOSTAGEM URBANA E GERAÇÃO DE RENDA LOCAL

Lei Nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos): Estabelece diretrizes para a gestão adequada dos resíduos sólidos, incluindo a compostagem. A PNRS incentiva a compostagem como uma prática sustentável, promovendo a redução de resíduos destinados aos aterros e a reutilização de materiais orgânicos para a produção de adubo. Esse marco legal oferece uma base sólida para iniciativas de compostagem, criando oportunidades para a geração de renda por meio da comercialização de compostos orgânicos.

Segundo Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Edital SQA Nº 01/2023, as propostas selecionadas receberão recursos financeiros não reembolsáveis do programa Compostagem e Agricultura Urbana e Periurbana, destinados a projetos organizados por municípios, estados das áreas Sudene, Sudam e Sudeco, Distrito Federal e consórcios intermunicipais. As propostas devem promover a integração da compostagem, com segregação obrigatória dos resíduos orgânicos na fonte, à agricultura urbana e periurbana. Os projetos devem focar na transformação de resíduos em recursos agrícolas, e promover alimentação saudável, saúde, geração de emprego e renda, e como resultado haverá contribuição para a qualidade ambiental, combate à insegurança alimentar e adaptação às mudanças climáticas. Os proponentes devem oferecer contrapartida financeira proporcional aos recursos destinados, depositados em conta específica junto com os repasses do edital.

Segundo o Edital SQA Nº 01/2024, lançado pelo Ministério do Meio Ambiente, visa selecionar propostas de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, com foco na implantação, ampliação ou aperfeiçoamento de sistemas de coleta seletiva, triagem e tratamento de resíduos recicláveis secos e orgânicos. A iniciativa também promove a integração da compostagem com a agricultura urbana e periurbana, incentivando a sustentabilidade, a geração de renda e a melhoria da qualidade ambiental e priorizará projetos nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e em áreas do Rio Grande do Sul afetadas por calamidades climáticas.

Ao comparar os editais Nº 01/2024 e Nº 01/2023 do Ministério do Meio Ambiente e Clima, nota-se que o de 2024 inclui a sociedade civil (cooperativas e associações de catadores como proponente e não exige contrapartida financeira, e também ampliando

o escopo para abranger, além da compostagem, passa a agregar a reciclagem e o reuso de resíduos secos.

A formação e qualificação contínua de trabalhadores para o processamento de resíduos orgânicos são fundamentais para o sucesso da compostagem urbana. Programas de capacitação, como aqueles previstos no Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, garantem que a mão de obra envolvida na compostagem esteja apta a realizar as atividades de maneira eficiente e segura, aumentando a produtividade e a qualidade do composto produzido. Isso, por sua vez, pode gerar oportunidades de emprego e renda nas comunidades locais.

Campanhas educativas e programas de educação ambiental desempenham um papel importante na promoção da compostagem urbana. Essas iniciativas visam aumentar a conscientização sobre os benefícios da compostagem, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. Ao envolver as comunidades e incentivar a participação ativa, essas estratégias ajudam a criar uma cultura de compostagem que pode se traduzir em maior adesão aos programas de compostagem e, consequentemente, em geração de renda a partir da venda de compostos orgânicos (MMA, 2017)

Além dessas iniciativas, a educação formal nas escolas desempenha um papel altamente importante na formação de uma consciência ambiental desde cedo. As escolas são ambientes ideais para ensinar não apenas os conceitos teóricos, mas também as práticas sustentáveis, como a compostagem. Ao incorporar a educação ambiental nos currículos, na forma prevista nos parâmetros curriculares nacionais, as escolas podem instruir os alunos sobre a importância da separação correta dos resíduos e os benefícios de práticas como a compostagem para o meio ambiente e a sociedade. Projetos práticos, como hortas escolares que utilizam compostos orgânicos produzidos pelos próprios alunos, crianças e jovens passam a vivenciar o ciclo completo de reciclagem dos resíduos orgânicos, fortalecendo o entendimento da sustentabilidade. Essas experiências práticas desenvolvem habilidades que os alunos podem aplicar em suas vidas e compartilhar com suas famílias e comunidades, ampliando o impacto positivo da compostagem urbana (Oliveira; Amaral, 2024).

A educação formal, complementada por campanhas educativas são fundamentais para garantir que as próximas gerações estejam preparadas para enfrentar os desafios ambientais com conhecimento e responsabilidade.

O desenvolvimento de infraestrutura adequada para a compostagem urbana, como a criação de centros de compostagem e a disponibilização de equipamentos necessários, é uma estratégia essencial para apoiar a prática em larga escala. Além disso, o suporte técnico para a operação e manutenção dos sistemas de compostagem, combinado com a oferta de recursos como subsídios e incentivos fiscais, pode facilitar a adoção da compostagem por pequenos empreendedores, gerando benefícios econômicos para as comunidades envolvidas (Lira et al., 2020). A integração da compostagem com iniciativas de agricultura urbana e periurbana, conforme promovido pelo Decreto Nº 11.700/2023, é uma estratégia eficaz para transformar resíduos orgânicos em insumos valiosos para a produção agrícola. Essa integração não apenas reduz o volume de resíduos urbanos, mas também cria novas fontes de renda para agricultores urbanos e periurbanos, que podem comercializar produtos orgânicos cultivados com compostos gerados localmente (Brasil, 2023).

Essas estratégias mostram que a promoção e o apoio à compostagem urbana podem ser efetivamente integrados a políticas públicas, programas de capacitação, educação ambiental, desenvolvimento de infraestrutura e agricultura urbana. Ao implementar essas estratégias, é possível transformar a compostagem urbana em uma prática não apenas sustentável, mas também economicamente viável, contribuindo para a geração de renda local e o desenvolvimento sustentável das cidades.

## 4.1 CASOS DE SUCESSO NA COMPOSTAGEM URBANA: EXPERIÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE LIBERATO SALZANO NO RIO GRANDE DO SUL E DA REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS EM SANTA CATARINA.

O município de Liberato Salzano, localizado no Norte do Rio Grande do Sul, Brasil, implementou um projeto de compostagem para reduzir os resíduos orgânicos destinados ao aterro sanitário. Em 2014, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) identificou que 78% dos resíduos sólidos do município eram orgânicos e rejeitos. Após a implementação do projeto em 2018, esse percentual caiu para 53,43%,

conforme dados do Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos (CIGRES), representando uma redução de 31,5% no volume de resíduos enviados ao aterro.

O projeto foi regulamentado pela Lei Municipal Nº 3.556 e incluiu a instalação de composteiras domésticas individuais e coletivas. As composteiras individuais consistiam em bombonas semienterradas de 50 litros, distribuídas a 100 residências, e bombonas de 200 litros em sete escolas. As composteiras coletivas, com capacidade para 97 m³ cada, utilizavam a técnica de compostagem aeróbia. Os resíduos coletados eram transportados até as composteiras coletivas por um triciclo fornecido pela prefeitura.

Esse projeto exemplifica uma abordagem eficaz e sustentável na gestão de resíduos, destacando a importância da compostagem para a redução do impacto ambiental e a melhoria da saúde pública.

A Revolução dos Baldinhos, o bairro enfrentava problemas graves com o descarte irregular de resíduos. O descarte de resíduos de forma irregular nas ruas, frequentemente mexido por animais de rua, levou à proliferação de ratos e a um surto de leptospirose que resultou na morte de dois jovens (Abreu, 2013).

O projeto começou de forma simples, após palestra de um médico para moradores da comunidade, e a partir daí, duas jovens iniciaram a coleta de resíduos orgânicos e os encaminharam para compostagem no pátio da Escola América Dutra Machado. Essa iniciativa cresceu, levando à implementação de um sistema de coleta seletiva em que os moradores separavam os resíduos em baldes para compostagem comunitária. O composto produzido passou a ser utilizado em hortas e jardins, promovendo sustentabilidade, educação ambiental.

A "Revolução dos Baldinhos" exemplifica como uma comunidade pode transformar desafios em oportunidades, melhorando a qualidade de vida e ganhando reconhecimento por sua abordagem inovadora na gestão de resíduos urbanos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compostagem urbana emerge como uma estratégia vital para enfrentar os desafios ambientais e sociais contemporâneos, particularmente no contexto das mudanças climáticas e da crescente geração de resíduos sólidos urbanos. Ao longo

deste artigo, foram explorados os aspectos conceituais, teóricos e legais que sustentam a compostagem urbana, destacando seu papel não apenas como uma técnica eficiente de gestão de resíduos, mas como um pilar do desenvolvimento sustentável das cidades.

A compostagem contribui significativamente para a mitigação dos impactos ambientais ao evitar a formação de gases de efeito estufa, como o metano, e ao promover a economia circular. Além disso, a compostagem urbana oferece oportunidades econômicas através da geração de renda e da criação de empregos verdes, ao mesmo tempo em que fortalece a resiliência das comunidades urbanas e alinha-se diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No entanto, a implementação da compostagem urbana enfrenta diversos desafios. Entre eles, destacam-se as limitações operacionais e de infraestrutura, a necessidade de qualificação da mão de obra e as barreiras na conscientização e educação ambiental. Superar esses desafios requer investimentos em infraestrutura adequada, programas de capacitação contínua e a promoção de campanhas educativas que incentivem a participação ativa das comunidades.

As estratégias existentes para a promoção e apoio à compostagem urbana, como as políticas públicas, programas de capacitação e desenvolvimento de infraestrutura, demonstram que é possível integrar essa prática de maneira eficaz em contextos urbanos. Exemplos de sucesso, como o projeto de compostagem em Liberato Salzano e a "Revolução dos Baldinhos" em Florianópolis, evidenciam que, com planejamento e engajamento comunitário, a compostagem pode ser uma ferramenta poderosa para a sustentabilidade urbana.

Em suma, a compostagem urbana representa uma resposta estratégica aos desafios da gestão de resíduos sólidos, contribuindo para a construção de cidades mais sustentáveis, resilientes e socialmente inclusivas. Para alcançar o pleno potencial dessa prática, é essencial que governos, comunidades e setores privados trabalhem em conjunto, promovendo uma cultura de sustentabilidade que perpassa todas as esferas da sociedade. Assim, a compostagem urbana não apenas resolve problemas imediatos de gestão de resíduos, mas também pavimenta o caminho para um futuro mais sustentável e equitativo para as cidades.

## REFERENCIAS

ABREU, Marcos José de. **Gestão comunitária de resíduos orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), capital social e agricultura urbana**. 2013

BARBOSA, A. P. F. et al. **Reaproveitamento de resíduos sólidos orgânicos oriundos da merenda escolar por meio da compostagem**. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/1163/1021. Acesso em: 1 jan. 2019.

BRASIL. Decreto - 11.700 - Agricultura urbana e periurbana, de 12 de setembro de 2023. **Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**, Diário Oficial da União, 13 set 023

BRASIL. Edital 01/2023 - **Compostagem e Agricultura Urbana e Periurbana**: seleção de propostas para a implantação, ampliação ou aperfeiçoamento de projetos de compostagem de resíduos orgânicos, de forma integrada com iniciativas de agricultura urbana e periurbana em municípios, Distrito Federal e consórcios públicos intermunicipais do Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA. Brasília, 2023

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 3 ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Edital FNMA SQA nº 1 de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/mma-lanca-edital-de-r-8- milhoes-para-catadores-de-reciclaveis/EditalFNMA_SQA1de2024.pdf. Acesso em: 23 agosto. 2024.

**Hortaliças**. Disponível em: https://www.embrapa.br/hortalica-nao-e-so salada/secoes/compostagem.

LIRA, G. S. et al. **Manual de Compostagem**. Disponível em: https://www.ufpb.br/cga/contents/documentos/manual-de-compostagem.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

Luiz Antonio. **Educação ambiental como política pública*. Educação e Pesquisa***, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

MARCHI, C. M. D. F. **Tripé da Sustentabilidade da Coleta Seletiva**. Notas de aula da Disciplina Fundamentos e Perspectivas de Resíduos Sólidos do Programa de Pós Graduação em Território, Ambiente e Sociedade. Setembro, 2022.

MAZZARINO, Jane M.; ROSA, Daiani Clesnei da. **Práticas pedagógicas em educação ambiental: o necessário caminho da autoformação**. Ambiente & Educação, v. 18, n. 2, 2013.

MEDEIROS, A. F. de. **Compostagem de resíduos sólidos urbanos no Brasil**: principais desafios e perspectivas. Sistema de Biblioteca da UFCG, 2022.

MINISTËRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Compostagem Doméstica, Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos**. Disponível em: www.mma.gov.br. 2017.

MMAMC. Edital de Chamamento Público SQA nº 01/2023 - **Compostagem e Agricultura Urbana e Periurbana**. Disponível em: http://file:///C:/Users/User/Downloads/Edital_SQA_1_2023 Compostagem_ _agricultura_ urbana_apos_retificacoes.pdf . Acesso em: 10 maio. 2024.

OLIVEIRA, Alessandro Silva de. **Educação ambiental e sustentabilidade: um caminho para o desenvolvimento**. Revista Pesquisa em Educação Ambiental, v. 18, n. 1, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2023-17621.

**PNUMA recomenda compostagem como forma de reduzir impacto no planeta**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/138313-pnuma-recomenda-compostagem-como forma-de-reduzir-impacto-no-planeta. Acesso em: 31 maio. 2024.

PROENÇA, L. C.; OLIVEIRA RODRIGUES, S. de Q. A.-M. do M. A. C. A. **Embrapa**

QUINTAS, José Silva (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Série Educação Ambiental. Coleção Meio Ambiente. 2006.

SANTOS, H. **O Futuro da Compostagem Urbana: Tecnologias e Tendências Emergentes**. Barbosa Start, 22 fev. 2024. Disponível em: https://barbosastart.com.br/2024/02/22/o-futuro-da-compostagem-urbana-tecnologias-e tendencias-emergentes/. Acesso em: 31 mar. 2024.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR,

SZIGETHY, Leonardo; Antenor, Samuel. **Resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios tecnológicos, políticos e econômicos**. 2021, Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/217-residuos-solidos urbanos-no-brasil-desafios-tecnologicos-politicos-e-economicos . Acesso: 15 jul. 2024.

# IMPACTOS DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM SALVADOR: CUIDADO COM O APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS

*Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi*

*Elaine Conceição Santos*

**RESUMO**
O desperdício de alimentos causa sérios problemas socioambientais e econômicos, comprometendo a segurança alimentar. Essa perda está associada à produção, armazenamento, embalagem e transporte de alimentos, abrangendo também o consumo e o varejo. Diminuir o desperdício pode gerar novas oportunidades de negócios, promover a sustentabilidade e melhorar o ciclo de vida dos alimentos. Este artigo tem como objetivo investigar os impactos negativos do desperdício de alimentos, além de aprofundar os conhecimentos sobre Tecnologia de Alimentos, com foco em soluções sustentáveis. Trata-se de uma pesquisa, com caráter exploratório e descritivo, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, buscando estabelecer diretrizes para minimizar os impactos socioambientais e econômicos causados pelo desperdício de alimentos na cidade de Salvador - BA.

**Palavras-chave:** Manuseio de resíduos orgânicos alimentares. Reaproveitamento de resíduos orgânicos e Sustentabilidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Mais de dois bilhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar em todo o mundo, enquanto as mulheres são as mais afetadas. A África tem a maior prevalência, com 59,6% das pessoas em insegurança alimentar, seguida pela América Latina e Caribe (40,9%), Ásia (25,8%) e América do Norte e Europa (8,8%). Esses dados são baseados na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar - FIES (FAO, 2021).

Cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são perdidas anualmente, representando mais de 30% da produção mundial. As perdas e desperdício de alimentos afetam todos os países, com predominância de perdas em países em desenvolvimento e desperdício em países desenvolvidos. Em países de baixa renda, as perdas ocorrem principalmente devido a problemas na colheita, armazenamento e infraestrutura, enquanto em países de renda média e alta, o desperdício está mais relacionado ao comportamento dos consumidores e à falta de coordenação na cadeia de produção (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).

De acordo com a FAO, as perdas são a redução da disponibilidade de alimentos ao longo da cadeia de abastecimento, principalmente na produção, pós-colheita

e processamento. Desperdício refere-se às perdas no varejo e consumo final devido a comportamentos em estabelecimentos varejistas, restaurantes e domicílios (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).

Nos últimos anos, o tema das Perdas e Desperdício de Alimentos (PDA) ganhou uma importância global, deixando de se limitar a análises específicas de cadeias ou setores. Estando mais conectado às questões ambientais e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). As PDA têm impactos significativos, reduzindo a disponibilidade de alimentos, aumentando os preços para os consumidores, prejudicando os ganhos econômicos dos participantes da cadeia alimentar e causando danos ambientais de longo prazo, que afetam a SAN das futuras gerações (Ministério do Desenvolvimento Social, 2018).

Segundo uma nova pesquisa da ONU (FAO, 2021), aproximadamente 931 milhões de toneladas de alimentos, ou 17% do total disponível em 2019, foram desperdiçadas em residências, varejo, restaurantes e outros serviços alimentares. Essa pesquisa busca apoiar os esforços globais para reduzir pela metade o desperdício de alimentos até 2030 (ONU, 2021).

O desperdício de alimentos tem impactos ambientais, sociais e econômicos significativos. Cerca de 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa estão ligadas aos alimentos não consumidos, incluindo perdas em toda a cadeia de produção (ONU, 2021).

Inger Andersen, Diretora Executiva do PNUMA, afirma que a redução do desperdício de alimentos cortaria emissões de gases de efeito estufa, diminuiria a destruição da natureza e a poluição, aumentaria a disponibilidade de comida, reduziria a fome e economizaria dinheiro, especialmente em tempos de recessão global. Para combater a mudança climática, a perda de biodiversidade e o desperdício, é crucial que empresas, governos e cidadãos em todo o mundo ajam. A Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU é uma oportunidade para lançar novas ações contra o desperdício alimentar (FAO, 2021).

Marcus Gover, CEO do WRAP, enfatiza que o desperdício de alimentos em casa não é apenas um problema dos países desenvolvidos, conforme revelado pelo relatório Índice de Desperdício de Alimentos. Destaca-se que o investimento no combate ao desperdício de alimentos em casa deve ser uma prioridade global para alcançar a

meta 3 do ODS 12 até 2030. Essa meta busca reduzir pela metade o desperdício alimentar per capita global no varejo e no consumo, sendo o Índice de Desperdício de Alimentos um dos indicadores (FAO, 2021).

Considerando a relevância global do desperdício alimentar e visando os impactos apresentados que permeiam essa problemática, este artigo tem como objetivo investigar os impactos negativos do desperdício de alimentos, além de aprofundar os conhecimentos sobre Tecnologia de Alimentos, com foco em soluções sustentáveis.

## 2 AGRAVAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: IMPACTOS REGIONAIS E SOCIOECONÔMICOS

A insegurança alimentar é um problema persistente no Brasil, afetando milhões de pessoas. De acordo com dados recentes da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), o número de brasileiros que enfrentam insegurança alimentar tem aumentado nos últimos anos, exacerbado pela crise econômica, aumento da desigualdade social e os impactos da pandemia de COVID-19 (REDE PENSSAN, 2021).

A insegurança alimentar é definida como a falta de acesso regular a alimentos nutritivos e suficientes para levar uma vida ativa e saudável. Ela pode variar desde a preocupação com a possibilidade de não ter alimentos até a fome propriamente dita. No Brasil, a insegurança alimentar tem profundas implicações para a saúde pública, o desenvolvimento econômico e a estabilidade social (FAO, 2019). Diante disso, existem fatores contribuintes para o agravamento da Insegurança Alimentar, sendo alguns esses:

**Desigualdade Social:** A grande disparidade de renda no Brasil significa que muitas famílias não têm recursos suficientes para alimentos adequados (IBGE, 2020). **Desemprego e Subemprego:** A alta taxa de desemprego e o aumento do trabalho informal deixam muitas famílias sem uma fonte de renda estável (IPEA, 2021).

**Inflação dos Preços dos Alimentos:** A inflação, especialmente dos alimentos básicos, reduz o poder de compra das famílias de baixa renda (DIEESE, 2021). **Políticas Públicas:** Mudanças nas políticas públicas e cortes em programas sociais

têm afetado negativamente a capacidade das famílias de baixa renda de acessar alimentos (IPEA, 2021).

Salvador, como outras grandes cidades brasileiras, enfrenta desafios significativos em relação à insegurança alimentar. A cidade tem uma grande população vivendo em condições de pobreza, o que agrava o problema. A urbanização rápida e desordenada, juntamente com a falta de infraestrutura adequada, contribui para a insegurança alimentar nas áreas periféricas (SEI, 2020). O desperdício de alimentos, tem como causas comuns a produção e distribuição ineficientes de alimentos. Segundo a FAO, as perdas durante a produção e distribuição são significativas, especialmente nos países em desenvolvimento.

Problemas relacionados à colheita inadequada, manejo pós-colheita, armazenamento e transporte ineficientes contribuem para grandes volumes de alimentos que nunca chegam aos consumidores (FAO, 2019).

A falta de infraestrutura, como armazéns refrigerados, estradas em boas condições e sistemas de transporte eficazes, contribui para a deterioração de alimentos antes de chegarem ao mercado. No Brasil, regiões rurais muitas vezes carecem dessas infraestruturas, levando a uma perda substancial durante o transporte (SEI, 2020).

Nos países desenvolvidos e em urbanizações emergentes como Salvador, o desperdício de alimentos em estabelecimentos comerciais e residências é prevalente. O comportamento dos consumidores, que inclui a compra excessiva e a falta de planejamento das refeições, resulta em grandes quantidades de alimentos descartados (Gustavsson et al., 2011).

## 2.1 DA GEOGRAFIA DA FOME À SEGURANÇA ALIMENTAR

A importância da Segurança Alimentar tem sido reconhecida há décadas, especialmente desde a Primeira Guerra Mundial, quando a disponibilidade de alimentos tornou-se uma preocupação nacional. Josué de Castro, em seu livro "A Geografia da Fome", destacou a fome como uma tragédia resultante do subdesenvolvimento, desigualdade e pobreza. Foi somente em 1996, através das "Cúpulas Mundiais de Alimentos" da ONU, que a Segurança Alimentar foi definida como acesso físico e econômico aos alimentos para todas as pessoas, em todos os momentos, garantindo

uma vida ativa e saudável (Academia Brasileira de Ciências, 2024). Apesar dos avanços rumo à meta de fome zero, a pandemia de COVID-19 evidenciou a fragilidade das medidas globais. Cerca de 3,1 bilhões de pessoas em 2020-2021 não tiveram acesso a uma dieta saudável. Projeções para 2030 indicam que 670 milhões de pessoas, ou 8% da população mundial, estarão em situação de fome, tornando a meta de erradicação da fome inatingível (FAO, 2022). Embora haja uma leve melhoria pós-COVID-19 em 2022, ainda há 9,2% da população mundial em situação de fome. A pandemia destacou a complexidade da fome, exigindo abordagens multidisciplinares e transdisciplinares (Instituto Fome Zero, 2022). A teoria malthusiana previa que a população cresceria exponencialmente, causando fome e guerras devido à oferta limitada de alimentos. Atualmente, apesar da produção alimentar ser suficiente para a população global, ainda há fome e conflitos. A fome é causada pela desigualdade de renda, problemas na produção e distribuição de alimentos, e políticas públicas inadequadas. As guerras têm origem em interesses políticos e econômicos, também contribuindo para a fome. No Brasil, embora o país tenha capacidade de produção alimentar para 800 milhões de pessoas, há insuficiência de alimentos em 15,2% dos domicílios e experiências de fome em 15,5%. Essa situação é mais grave nas regiões Norte e Nordeste e afeta principalmente os mais pobres, famílias lideradas por mulheres, pessoas pretas ou pardas, e aquelas do meio rural (Academia Brasileira de Ciências, 2024).

## 2.2 IMPACTOS REGIONAIS

A insegurança alimentar no Brasil varia significativamente entre as diferentes regiões do país. Fatores como desigualdade social, condições climáticas, infraestrutura e políticas públicas influenciam essas variações. Entretanto, no Brasil, as disparidades regionais são evidentes quando se trata de segurança alimentar. Regiões como o Nordeste, que inclui Salvador, apresentam maiores taxas de insegurança alimentar em comparação com o Sul e Sudeste. Fatores como a seca prolongada, pobreza e falta de infraestrutura agravam a situação no Nordeste (IBGE, 2020).

O Nordeste enfrenta desafios únicos devido às condições climáticas adversas e à pobreza generalizada. Em contraste, regiões como o Sudeste têm melhor infraestrutura e acesso a recursos, o que contribui para menores taxas de desperdício

de alimentos (IPEA, 2021). Durante a pandemia da Covid-19, 38% dos agricultores familiares enfrentavam insegurança alimentar severa. Embora no norte e nordeste, os índices eram mais altos, com 54,6% e 43,6%, respectivamente. No sul e sudeste, os percentuais eram menores, mas ainda significativos, com 13,8% e 22,1%, respectivamente, enfrentando insegurança alimentar moderada ou grave (REDE PENSSAN, 2022).

A região Nordeste, incluindo Salvador, é uma das mais afetadas pela insegurança alimentar. A seca prolongada, a pobreza extrema e a falta de infraestrutura adequada contribuem para as elevadas taxas de insegurança alimentar. Muitos pequenos agricultores enfrentam dificuldades para armazenar e transportar seus produtos, levando a perdas significativas durante a colheita e a distribuição (SEI, 2020).

A região Norte também enfrenta desafios significativos, especialmente nas áreas rurais e isoladas. A dificuldade de acesso a mercados e a falta de infraestrutura resultam em altos níveis de perdas de alimentos. Além disso, a pobreza e a desigualdade social são prevalentes, exacerbando a insegurança alimentar (IBGE, 2020). Embora o Centro-Oeste seja uma das principais regiões produtoras de alimentos do Brasil, a distribuição ineficaz e a falta de infraestrutura para armazenamento e transporte também resultam em perdas. Entretanto, a insegurança alimentar é menos acentuada em comparação com o Nordeste e o Norte, devido à maior estabilidade econômica (IPEA, 2021).

As regiões Sudeste e Sul são menos afetadas pela insegurança alimentar devido à melhor infraestrutura, maior desenvolvimento econômico e políticas públicas mais eficazes. No entanto, o desperdício de alimentos ainda é um problema significativo, principalmente nos centros urbanos, devido ao comportamento do consumidor e à falta de coordenação entre os diferentes atores das cadeias produtivas (FAO, 2019).

## 2.3 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

O desperdício de alimentos têm efeitos significativos na economia local, especialmente em áreas com alta insegurança alimentar, como Salvador. Segundo a FAO, o desperdício representa uma perda direta de investimentos em produção, transporte e armazenamento de alimentos. Recursos que poderiam ser utilizados para melhorar a infraestrutura e a produtividade são desperdiçados (FAO, 2019). A

diminuição da rentabilidade é um efeito que atinge agricultores e comerciantes locais, que como consequência sofrem devido às perdas de alimentos que não chegam ao mercado. Isso afeta a sustentabilidade econômica dos pequenos produtores, que são essenciais para a economia local (IBGE, 2020). A escassez causada pelo desperdício de alimentos pode levar ao aumento dos preços dos alimentos, tornando-os inacessíveis para as populações de baixa renda. Isso agrava a insegurança alimentar, criando um ciclo vicioso de pobreza e fome (FAO, 2019).

## 2.4 CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE E BEM-ESTAR DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

O desperdício de alimentos também reduz a disponibilidade de produtos nutritivos, levando a dietas inadequadas e deficiências nutricionais, especialmente entre as populações vulneráveis (WHO, 2020). A insegurança alimentar está diretamente ligada a problemas de saúde como a desnutrição, doenças crônicas (diabetes, hipertensão) e o aumento da mortalidade infantil. Populações vulneráveis são as mais afetadas, criando disparidades significativas na saúde pública (REDE PENSSAN, 2021). Além disso, a insegurança alimentar causa estresse e ansiedade, impactando negativamente a saúde mental das pessoas. A incerteza sobre a disponibilidade de alimentos pode levar a comportamentos prejudiciais e reduzir a qualidade de vida (REDE PENSSAN, 2021).

### 2.4.1 Desigualdade Social e Segurança Alimentar

O desperdício de alimentos exacerba as desigualdades sociais, pois enquanto uma parte da população tem excesso de alimentos e os desperdiça, outra parte sofre com a falta de acesso, criando uma divisão ainda maior entre ricos e pobres (IBGE, 2020). A incapacidade de lidar com o desperdício de alimentos revela falhas nas políticas públicas de segurança alimentar. É necessário um enfoque mais eficiente para garantir que os alimentos disponíveis sejam utilizados da melhor maneira possível, beneficiando toda a população (FAO, 2019). A desigualdade no acesso aos alimentos pode levar a tensões sociais e conflitos, pois a percepção de injustiça e a luta diária pela

sobrevivência podem desestabilizar comunidades e aumentar a criminalidade e a violência (IBGE, 2020).

## 3 SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS

A produção de alimentos envolve várias etapas, desde a produção agrícola, beneficiamento industrial, distribuição e comercialização. A ciência e tecnologia de alimentos desempenham um papel crucial em todas essas fases, promovendo a sustentabilidade. A crescente conscientização da população sobre a qualidade de vida e a preservação ambiental tem impulsionado a sustentabilidade nas indústrias alimentícias. Essas indústrias adotam novos processos de produção, utilizam recursos de maneira racional e empregam tecnologias limpas, focando no melhor aproveitamento da matéria-prima e na redução de resíduos, contribuindo para a preservação do meio ambiente (Viera; Piovesan, 2020).

A indústria de alimentos tem focado cada vez mais em questões ambientais. O debate sobre a devastação da natureza impulsiona entidades a estabelecerem metas e soluções sustentáveis. A sustentabilidade envolve não apenas o entendimento teórico, mas também a implementação de ações práticas que preservem o meio ambiente e possam mudar o futuro do planeta (GEPEA, 2021). Destacando que a produção e consumo de alimentos utilizam grande parte dos solos disponíveis e da água doce na Terra, sendo a principal causa de desmatamento e emissão de gases de efeito estufa, que provocam mudanças climáticas. Essas mudanças aumentam a perda de safras devido a variações climáticas extremas, criando um ciclo insustentável. Esse processo ameaça a vida selvagem e leva populações de peixes ao colapso, e combater o desperdício de alimentos pode evitar o uso desnecessário de recursos naturais, melhorar a distribuição de alimentos e reduzir a necessidade de produção excessiva para alimentar a população crescente (World Wildlife Fund, 2018).

Segundo a GEPEA, Empresa Júnior da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas – SP), nos últimos anos, a indústria alimentícia reconheceu os impactos ambientais dos seus processos de produção. A crescente consciência ecológica dos consumidores têm pressionado as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis, levando à maior demanda por alimentos sustentáveis e comprometimento ambiental (GEPEA, 2021).

A racionalização das técnicas agropecuárias tem aumentado a produção de alimentos em alguns países, mas em outros, a produção não acompanha o crescimento demográfico. Para resolver a fome, é necessário aumentar a produção e melhorar a distribuição de alimentos globalmente. A ciência e tecnologia de alimentos desempenham um papel essencial em corrigir essas deficiências, utilizando conhecimentos de Nutrição, Química, Biologia e Engenharia (GAVA, 2008). A indústria alimentícia tem um papel vital no futuro do planeta, muitas pessoas preferem produtos de empresas que têm um compromisso ambiental, em resposta a essa demanda, a indústria alimentícia tem adotado diversas ações sustentáveis. Historicamente, a produção de alimentos ocorria sem avaliar os impactos ambientais. Em 2018, uma pesquisa do WWF (World Wildlife Fund - Fundo Mundial Para a Natureza) mostrou que a indústria alimentícia era responsável por um terço das emissões de gases de efeito estufa e consumia 69% das águas dos rios e 34% do solo (GEPEA, 2021).

Embora propostas para reduzir o desperdício de alimentos sejam necessárias, importante investir em infraestrutura adequada para armazenamento e transporte de alimentos, sendo fundamental para reduzir as perdas durante a cadeia de suprimentos. A construção de armazéns refrigerados e a melhoria das estradas podem diminuir de forma considerável o desperdício (FAO, 2019). Contrapartida, a indústria de alimentos pode proporcionar inúmeros benefícios ao adotar práticas sustentáveis, como a preservação ambiental e a redução dos custos de produção (GEPEA, 2021). Entretanto, profissionais e políticas públicas devem implementar programas de conscientização sobre os impactos da geração de resíduos no meio ambiente. Pois é essencial fornecer informações aos consumidores sobre dicas de culinária e técnicas de armazenamento de alimentos. Segmentos de baixa renda poderiam se beneficiar significativamente de um melhor planejamento de refeições e armazenamento adequado de alimentos. Essas medidas não só ajudam a reduzir o desperdício de alimentos, mas também promovem o cuidado com o meio ambiente, a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar (Relatório De Pesquisa, 2021). Como soluções sustentáveis, optar por embalagens sustentáveis é crucial para indústrias de alimentos que buscam preservar o meio ambiente. Embalagens biodegradáveis e recicláveis, como plásticos biodegradáveis ou papel reciclado, são opções que reduzem a utilização de recursos e minimizam impactos ambientais (GEPEA, 2021).

Além disso, campanhas de conscientização pública podem educar os consumidores sobre a importância de reduzir o desperdício de alimentos, incentivando a compra consciente e o planejamento de refeições. A educação sobre as melhores práticas de armazenamento doméstico e o uso de sobras de alimentos também é essencial (Gustavsson et al., 2011).

O descarte inteligente do lixo industrial é essencial, pois esses resíduos ocupam uma fração significativa em comparação aos resíduos domésticos. As indústrias devem separar adequadamente o lixo orgânico do reciclável para garantir um fim apropriado para cada tipo. Materiais como alumínio e aço devem ser enviados a locais de triagem. Ademais, é importante descartar os equipamentos de proteção individual, que podem conter agentes contaminadores, de forma adequada para proteger o meio ambiente e a saúde pública (GEPEA, 2021).

Governos podem implementar políticas que incentivem a redução do desperdício, como subsídios para tecnologias de conservação de alimentos, regulamentações mais rigorosas sobre o descarte de alimentos e incentivos fiscais para doações de alimentos excedentes a bancos de alimentos e organizações de caridade (FAO, 2019).

## 3.1 APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS

A alimentação é fundamental para a existência humana, e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é garantido por políticas públicas como a Lei nº 11.346/2006. No entanto, em 2022, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar revelou que 125,2 milhões de brasileiros enfrentam insegurança alimentar, com 33 milhões em situação de fome, apesar do Brasil ser um grande produtor de alimentos e um dos países que mais desperdiçam alimentos. Para enfrentar essa realidade, busca-se promover práticas como o aproveitamento integral dos alimentos. Esta prática reduz o desperdício, melhora a nutrição, e permite explorar novos sabores e texturas nas preparações alimentares (FIOCRUZ, 2023).

O aproveitamento integral dos alimentos baseia-se na diversidade e complementaridade alimentar para reduzir custos, aumentar a nutrição, diminuir a produção de lixo, agilizar o preparo e valorizar sabores regionais, enfim traz um cuidado

especial. Apesar de seu potencial, ainda há grande desperdício de alimentos no Brasil e no mundo devido ao desconhecimento sobre o uso de partes comestíveis que normalmente são descartadas, como cascas, folhas, sementes, raízes e talos. Esses resíduos alimentares poderiam ser aproveitados em diversas preparações, evitando o desperdício de recursos valiosos (MDS, 2022).

Com o crescente foco na redução do impacto ambiental, há uma maior conscientização sobre o aproveitamento integral dos alimentos. Isso ajuda a diminuir o descarte de alimentos ainda comestíveis e a produção de lixo. Utilizar partes frequentemente descartadas dos alimentos pode alimentar mais pessoas e reduzir deficiências nutricionais, já que esses resíduos contêm nutrientes valiosos. O aproveitamento integral reduz custos, diminui o desperdício, aumenta o valor nutricional das refeições e possibilita a criação de novas preparações (IFPB, 2023).

## 3.2 INICIATIVAS LOCAIS E NACIONAIS PARA O APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS

A França implementou leis que proíbem supermercados de desperdiçar alimentos que ainda são próprios para consumo. Esses alimentos devem ser doados a instituições de caridade ou transformados em ração animal e compostagem. Essa legislação ajudou a reduzir significativamente o desperdício de alimentos no país (FAO, 2019). A Dinamarca é um exemplo de país que conseguiu reduzir o desperdício de alimentos em 25% em apenas cinco anos por meio de campanhas de conscientização e iniciativas comunitárias, como a criação de supermercados que vendem produtos que seriam descartados por estarem próximos da data de validade (Gustavsson et al., 2011). No Brasil, iniciativas como o projeto "Banco de Alimentos" têm ajudado a combater a fome e o desperdício de alimentos. Esse projeto coleta alimentos que seriam descartados e os redistribui para instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade. Essa prática tem mostrado resultados positivos na redução do desperdício e no aumento da segurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

Em 16 de abril de 2020, sob autoria do Senado Federal, foi apresentada a PL 1194/2020, criada pelo Senador Fernando Collor ( PROS/AL), como uma resposta à crescente preocupação com a insegurança alimentar e o desperdício de alimentos no Brasil, sendo esse seu principal objetivo, além de incentivar a solidariedade e contribuir

para a redução dos impactos ambientais causados pelo descarte inadequado de alimentos. Este projeto propõe a regulamentação da “doação de alimentos excedentes", permitindo que estabelecimentos como supermercados, restaurantes e outros fornecedores de alimentos possam doar produtos próprios para consumo, mas que não possuem mais valor comercial, desde que estejam em condições seguras e adequadas para o consumo humano (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). A proposta também inclui a proteção dos doadores contra responsabilidade civil e administrativa, exceto em casos de dolo ou negligência grave, similar ao que foi posteriormente consolidado na Lei nº 14.016/2020, conhecida como "Lei Bom Samaritano" (Brasil, 2020). Cuja Lei Bom Samaritano, estabelece a autorização das doações em conformidade aos objetivos da PL 1194/2020, contrapartida, esta lei permite que estabelecimentos como supermercados, restaurantes, e outros fornecedores de alimentos doem alimentos próprios para o consumo, mas que perderam valor comercial ou apresentem danos superficiais, desde que estejam em condições seguras e adequadas para o consumo humano. A doação deve ser feita diretamente a pessoas necessitadas ou a entidades de assistência social sem fins lucrativos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020). Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSANs), apoiados pela SESAN, incluem Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centrais da Agricultura Familiar. Eles integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e têm como objetivo reduzir o desperdício de alimentos e apoiar famílias de baixa renda (MDS, 2022). As Feiras Livres da Agricultura Familiar são uma política pública prioritária que assegura segurança alimentar, abastecimento e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. Elas resultam de diversas ações e programas que incluem diagnóstico da unidade produtiva, preparo da terra, acompanhamento técnico, fomento, escoamento da produção e comercialização. Essas feiras aumentam as oportunidades de trabalho e renda das famílias, garantem segurança alimentar aos produtores rurais e oferecem alimentos saudáveis aos consumidores, melhorando a renda e a qualidade de vida das famílias envolvidas (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2022). Em Salvador, a criação de centros de compostagem é uma estratégia para tratar resíduos de poda e orgânicos domésticos, funcionando também como centros de educação ambiental. Programas serão implantados para incentivar a compostagem de pequeno porte em escolas municipais e condomínios residenciais e comerciais, além de usinas de grande

porte para resíduos de feira, poda de áreas verdes municipais e resíduos domésticos.Esta iniciativa é liderada pela SECIS, com um prazo de médio (até 2032,) sendo que já está em execução. A promoção da reciclagem e aproveitamento de resíduos gerados por restaurantes também faz parte desta estratégia (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2020). A compostagem de resíduos orgânicos pode ser promovida tanto em nível doméstico quanto industrial. Entretanto, a produção de biogás a partir de resíduos alimentares é uma solução sustentável que transforma resíduos em energia, reduzindo a quantidade de lixo orgânico enviado a aterros (Gustavsson et al., 2011). Iniciativas como bancos de alimentos, que coletam alimentos excedentes de supermercados, restaurantes e feiras e os distribuem para comunidades carentes, são fundamentais para reduzir o desperdício e combater a insegurança alimentar. Programas de redistribuição de alimentos devem ser incentivados e apoiados pelo governo e pelo setor privado (REDE PENSSAN, 2021).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desperdício de alimentos é um problema complexo que demanda uma abordagem multifacetada para ser resolvido. Dado a relevância do tema, este estudo merece um aprofundamento maior, destacando a importância de abordar o desperdício de forma integrada, combinando ações individuais e políticas públicas. Contudo, este estudo denota que o desperdício não é apenas uma questão de ineficiência econômica, mas também um desafio ambiental e social significativo, especialmente em um país com altas taxas de insegurança alimentar como o Brasil. Soluções sustentáveis podem contribuir significativamente para a redução do desperdício de alimentos em Salvador e para a melhoria da segurança alimentar. Essa proposição nos remete ao cuidado que devemos ter com o aproveitamento de resíduos orgânicos. Sobretudo as iniciativas apresentadas exemplificam como políticas públicas podem ser eficazes na promoção da segurança alimentar e na redução do desperdício. Além disso, práticas sustentáveis como a agricultura familiar e o aproveitamento integral dos alimentos demonstram que é possível conciliar a alimentação saudável com a preservação dos recursos naturais.

A tecnologia dos alimentos desempenha um papel vital ao otimizar processos produtivos, minimizar resíduos e reduzir os impactos ambientais e socioeconômicos. Portanto, essa análise reafirma a necessidade de uma mudança de paradigma, onde o

combate ao desperdício de alimentos seja visto como uma prioridade tanto para o desenvolvimento sustentável quanto para a justiça social. A implementação de políticas eficazes, aliada à conscientização da população, é essencial para construir um sistema alimentar mais justo e sustentável para o futuro.

## REFERÊNCIAS


Academia Brasileira de Ciências. **Segurança Alimentar e Nutricional: O Papel da Ciência Brasileira no Combate à Fome.** Mariangela Hungria (Ed.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024. Disponível em: https://www.abc.org.br/wp content/uploads/2024/03/Seguranca-Alimentar-e-Nutricional-O-Papel-da-Ciencia-Brasileira no-Combate-a-Fome-LIVRO-ABC-2024.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.** Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.016-de-23-de-junho-de-2020-264257409. Acesso em: 25 jul. 2024.

Brasil. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil / Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.** – Brasília: Ministério da Cidadania, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Conheça as Secretarias do MDS.** Brasília: MDS, 2022. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/1_Acesso_a_Informacao/Institucional/Conheca_as_S ecretarias/GM_Conheca_secretarias_MDS_DIGITAL.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 1194/2020.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2249851. Acesso em: 25 jul. 2024.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Feiras Livres com produtos da Agricultura Familiar**. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/355. Acesso em: 20 jul. 2024.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. 2021.** Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em: 27 maio 2024.

FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo. Roma:** FAO, 2019. Disponível em: https://www.fao.org/portugal/noticias/detail/pt/c/1202880/. Acesso em: 13 maio 2024.

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). **Aproveitamento integral dos alimentos**. Rio de Janeiro: Núcleo de Alimentação, Saúde e Ambiente (Nasa/CST/Cogepe), 2023. Disponível em: https://cogic.fiocruz.br/aproveitamento_integral_alimentos.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

GAVA, A. J. **Tecnologia de Alimentos: princípios e aplicações**. Nobel: São Paulo, 2008.

GEPEA. **Soluções Sustentáveis Adotadas pelas Indústrias De Alimentos.** Disponível em: https://gepea.com.br/solucoes-sustentaveis/. Acesso em: 16 jun. 2024

GUSTAVSSON, J. et al. **Global Food Losses and Food Waste: Extent, Causes and Prevention.** FAO, 2011. Disponível em: https://www.fao.org/4/mb060e/mb060e00.htm. Acesso em: 11 maio 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Desigualdade de Renda.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 27 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Cartilha de Aproveitamento Integral de Alimentos. Princesa Isabel: IFPB, 2023.** Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/princesaisabel/institucional/naps/materiais-do-setor de-nutricao/cartilha-aproveitamento-integral-de-alimentos.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

Instituto Fome Zero. **A fome continuou a aumentar no Brasil em 2022, segundo a FAO.** Disponível em https://ifz.org.br/a-fome-continuou-a-aumentar-no-brasil-em-2022-segundo a-fao/. Acesso em: 13 maio 2024.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais. 2021.** Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 27 maio 2024.

Ministério do Desenvolvimento Social (2018). **Manual Orientador sobre Segurança Alimentar.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Edital/Manual%20o rient ador.pdf. Acesso em: 08 maio 2024.

ONU BRASIL. **Metas de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 16 jun. 2024.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO no Brasil). (2021). **ONU: 17% de todos os alimentos disponíveis para consumo são desperdiçados.** Disponível em: https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1379033/. Acesso em: 09 maio 2024.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. VIGISAN: **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo, SP: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em:https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 09 maio 2024.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Rede PENSSAN, 2022. 110p. Disponível em:https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 09 maio 2024.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Ação pela Sustentabilidade (PMAMC).** Salvador, 2020. Disponível em: https://sustentabilidade.salvador.ba.gov.br/wp content/uploads/2020-/12/Versao_Completa_PMAMC.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

SEI. **Pesquisa Socioeconômica de Salvador. 2020.** Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 27 maio 2024.

# INTERSECÇÕES DAS AÇÕES INTERSETORIAIS DE SANEAMENTO BÁSICO E O RACISMO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO BRASILEIRO

*Joilson Santos Santana* [1]

*Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi* [2]

*Patrícia Carla Barbosa Pimentel* [3]

**RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo apresentar contribuição epistemológica sobre a análise das ações intersetoriais de saneamento básico e o racismo ambiental no Brasil, a partir de pesquisa exploratória, mediante dados secundários e referências bibliográficas. Isto posto, identifica-se uma prática do racismo ambiental no contexto brasileiro. Entende-se que há um desigual atendimento dos serviços de saneamento básico no Brasil, que assola a população predominante negra, o que configura uma violação do direito humano e constitucional do país.

**Palavras-chave**: Racismo Ambiental. Saneamento. Ações Intersetoriais.

## 1. INTRODUÇÃO

Em todo o globo, 4,2 bilhões de pessoas vivem sem acesso a saneamento básico (ONU, 2020), mesmo sendo reforçado como um direito humano pela Organização das Nações Unidas, quando declarou que o direito à água e ao saneamento deriva do direito a um padrão de vida adequado e estando inserido em vários tratados internacionais de direitos humanos (ONU, 2010). Para Souza (2016, p. 142) o saneamento é uma intervenção que se dá no ambiente, para além de uma dimensão estritamente física. Carcará, Silva e Moita (2019, p. 494) relatam que o saneamento básico é entendido como a gestão ou o controle dos fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos aos seres humanos, prejudicando, portanto, o seu bem-estar físico, mental e social. Evidenciando a relevância dessas ações para a redução dos impactos socioambientais.

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade - PPGTAS, Universidade Católica do Salvador – UCSAL, joilson.santana@ucsal.edu.br.
[2] Prof.ª Dra. Universidade Católica do Salvador, Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS). cristina.marchi@pro.ucsal.br.
[3] Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Rede Estadual de Educação da Bahia (SEC/ BA); GAMDES/ UCSAL, e-mail: patriciacbp@gmail.com.

No Brasil, o saneamento básico é assegurado enquanto um direito pela Constituição Federal do Brasil, quando expresso, através do inciso IX do seu Art. 23, afirmando que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (Brasil, 1988).

No entanto, o alcance a esse direito é negligenciado a uma determinada parcela da população: a negra e pobre do país, sendo os mais vulneráveis e vitimados pelas condições ambientais insalubres. Esses impactos socioambientais emanam também da falta de implementação de ações intersetoriais de saneamento básico, que afeta diretamente grupos populacionais mais vulneráveis. Costa e Ioris (2015, p. 113) corroboram, pois, acreditam que os problemas ambientais que se apresentam não são simplesmente uma consequência de falhas na aplicação da legislação ou inadequação técnica, mas são uma manifestação de forças políticas, culturais e econômicas subjacentes.

Diante deste contexto, o presente estudo busca apresentar contribuição epistemológica sobre a análise das ações intersetoriais de saneamento básico e o racismo ambiental no Brasil, a partir de pesquisa exploratória, mediante dados secundários e referências bibliográficas.

## 2 MÉTODO UTILIZADO

Este estudo é categorizado como uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, conforme definido por Gil (1999), o objetivo é aumentar o entendimento sobre o problema abordado, além de descrever características de uma população específica ou de um fenômeno, bem como identificar possíveis associações entre diferentes variáveis.

Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura sobre Ações intersetoriais em saneamento básico e Racismo Ambiental, por meio de pesquisa realizada em duas plataformas distintas, são elas: SciELo (*Scientific Electronic Library Online*) — é uma biblioteca virtual para a América Latina, Caribe, Espanha e Portugal — e Google Scholar (Google Acadêmico) — é um enorme acervo de publicações de conteúdo científico. Além disso, foram acessados documentos, estudos e dados secundários de órgãos

públicos. Por fim, foi realizada a análise dos achados com vistas a possibilitar essa discussão e o resultado apresentado na próxima seção.

## 3 RESULTADOS

### 3.1 SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: PARA QUEM FALTA ESSE DIREITO?

De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) o conceito de saneamento vem sendo socialmente construído ao longo da história da humanidade, em função das condições materiais e sociais de cada época, do avanço do conhecimento e da sua apropriação pela população (FUNASA, 2015). Ainda de acordo com a FUNASA a noção de saneamento assume conteúdos diferenciados em cada cultura, em virtude da relação existente entre homem-natureza e também em cada classe social, relacionando-se, nesse caso, às condições materiais de existência e ao nível de informação e conhecimento. Vale destacar que, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define saneamento como "o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos deletérios sobre seu estado de bem-estar físico, mental ou social" (FUNASA, 2015, p. 18).

Deste modo, é possível garantir a chamada salubridade ambiental, que de acordo com a Funasa (2015, p. 21) é definida como:

> O estado de higidez em que vive a população urbana e rural, tanto no que se refere a sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de endemias ou epidemias veiculadas pelo meio ambiente, como no tocante ao seu potencial de promover o aperfeiçoamento de condições favoráveis ao pleno gozo de saúde e bem-estar.

Cabe ressaltar que o saneamento é um dos fatores de promoção de um ambiente salubre, que favorece condições de sobrevivência, quando devidamente implantado e adequando às características locais (FUNASA, 2015). No entanto, apenas em 2007, o Brasil aprovou a Política Nacional de Saneamento Básico. Logo em seguida, em 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que a água limpa e segura e o saneamento são um direito humano essencial para possibilitar os demais direitos humanos. Cinco depois, o país assinou o compromisso da Agenda 2030, para cumprir 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre eles o ODS 6 – Assegurar

a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos (UNICEF, 2024).

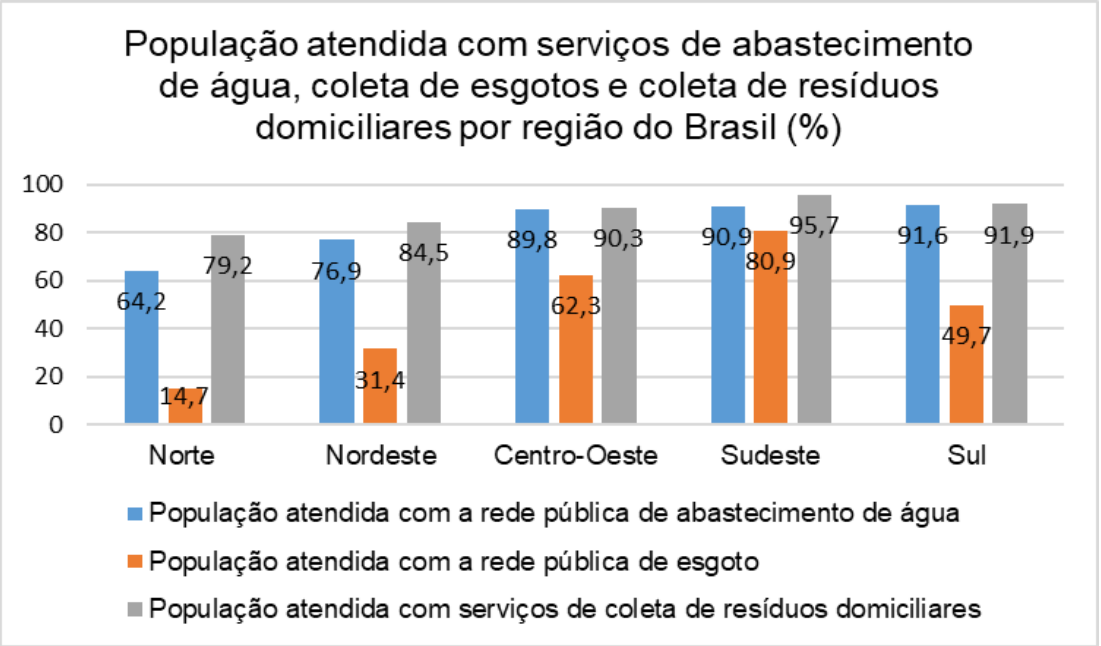
Contudo, segundo Moreira, et al (2023, p. 17) os serviços de água e saneamento são reconhecidos como direitos humanos em nível internacional, mas ainda não são considerados um direito fundamental no Brasil. De acordo com os autores, dentre as possibilidades discutidas, acredita-se na importância de inserir o saneamento básico como direito social.

É importante destacar que o saneamento básico, de acordo com a Lei nº 11.445/10, inclui (FUNASA, 2015, p. 20):

> O conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável, b) esgotamento sanitário, c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Desse conceito conclui-se que o homem e o meio possuem uma relação intrínseca que pode ser mediada pelo campo do saneamento. À medida que o saneamento evolui em conhecimento, tecnologia e investe na melhoria das condições sanitárias entende-se que sem saneamento seria impossível desfrutar da qualidade de vida.

Esse marco regulatório foi alterado em 2020, através da Lei nº 14.026. E segundo Costa (2023, p. 2597) essa alteração do marco legal do saneamento, ocorreu com profundidade, adotando integralmente a pauta da desestatização do setor. Entretanto, desde a promulgação da lei do saneamento no país, ainda permanece o desafio de garantir esse Direito a todos os brasileiros. A exemplo, das condições desiguais (Figura 1) do abastecimento de água, coleta de esgotos do país e coleta dos resíduos domiciliares.

Figura 1- Gráfico População atendida com serviços de abastecimento de água, coleta de esgotos e coleta de resíduos domiciliares por região do Brasil (%)




Elaboração: Autores Fonte: Brasil (2023)

O cenário de desigualdade do atendimento à população aos serviços de saneamento básico como: abastecimento de água, coleta de esgotos e coleta de resíduos domiciliares, por região do Brasil, pode ser considerado uma violação desse Direito e de qualidade de vida para essas pessoas, garantido pela constituição do país. Essa situação é reforçada pelo estudo elaborado pelo UNICEF (2024, p. 06) que aponta que há violação do direito humano ao saneamento básico no Brasil. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2024, p. 06) no Brasil, é predominante a perspectiva do saneamento básico resumido a obras de infraestrutura e desvinculado do setor saúde, o que cria desafios para o diálogo sobre as dimensões do planejamento e da garantia de direitos humanos essenciais ao exercício da cidadania e ao pleno gozo da vida. Ainda de acordo com a instituição, a falta de acesso à água potável, coleta e manejo de esgotos sanitários e condições inadequadas de higiene coloca em risco a saúde e compromete o futuro de meninas e meninos. Quem são esses meninos e meninas? Pode até parecer óbvio, mais é fundamental destacar, que a maioria desses meninos e meninas, são crianças negras.

## 3.2 AÇÕES INTERSETORIAIS: ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DE ACESSO

AO SANEAMENTO BÁSICO

O desenvolvimento de ações e políticas públicas centralizadas, verticais, fragmentadas e divididas por setor continuam a apresentar desafios para solucionar as exigências e necessidades de saneamento básico da população, em especial das comunidades mais vulnerabilizadas. Pois para atender às demandas de saneamento, deve ser também considerado o estabelecimento de vínculos, de troca de saberes, potencialidades e experiências entre a comunidade, poder público e iniciativa privada, desfragmentando as ações e serviços com o propósito de promover e potencializar o acesso a um direito fundamental para qualidade de vida. Deste modo, a intersetorialidade precisa acontecer de forma articulada e integrar políticas públicas para efeitos mais significativos na qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva as ações intersetoriais permitem atender o sujeito de forma integral garantindo o acesso ao saneamento básico e melhores condições e desenvolvimento da vida. E considerando que a natureza deste estudo apresenta a relevância da implementação da intersetorialidade como estratégia para a promoção de saneamento básico, é importante ressaltar a definição desta, partindo da contribuição de Queiroz (2011, p. 20) que aponta a intersetorialidade como a incorporação de diferentes setores que se complementam e interagem, em vista de uma abordagem complementar para um problema ou questão, com a colaboração entre diferentes atores para o alcance de um mesmo objetivo, ou uma resposta. E a de Murtha (2016, p. 13) que corrobora a partir de outras abordagens definindo a intersetorialidade como ação conjunta entre setores complementares ou interdependentes com o objetivo de melhorar os resultados de políticas públicas nas dimensões da eficiência, da eficácia e da sustentabilidade, por meio da combinação de saberes, recursos e competências. Ambas as contribuições sobre as ações intersetoriais sinalizam a importância destas para o enfoque da colaboração conjunta e respeito à diversidade com foco na superação de problemas vivenciados pelas comunidades.

Entretanto, Queiroz (2011, p. 20) questiona que embora haja ampla discussão sobre a intersetorialidade como proposta para mudanças no enfoque e forma de atuação, pouco vem sendo discutido sobre como implementá-la na prática, principalmente no que se refere às ações de saúde e saneamento. Para o autor, partindo das contribuições de (Davies; Macdonald, 1998; Magalhaes; Bodstein, 2009;

Axelsson; Axelsson 2006; Lebel, 2003; Amorim; Gattas, 2007) a efetivação das ações intersetoriais, deve envolver: as redes de atores ou alianças, priorizando-se as parcerias entre profissionais e técnicos, políticos, comunidade, ONG's e grupos privados em diferentes níveis de comunicação e contextos, na tentativa de preservar a riqueza de suas respectivas áreas de conhecimento, renegando, assim, o fracionamento do conhecimento.

Traduz-se, portanto, na reestruturação e reunião de vários saberes e setores, no sentido de um olhar mais adequado a respeito de um determinado objeto, proporcionando melhores respostas aos possíveis problemas encontrados. Desta forma, as populações mais vulneráveis, entre elas, os negros e mais pobres poderiam contribuir para a construção de soluções para a efetivação do direito ao saneamento básico, minimizando os impactos socioambientais decorrentes da ausência de acesso à essa importante política pública no país. Assim como combater a violação de Direito, estabelecida pelo racismo ambiental.

## 3.3 RACISMO AMBIENTAL: INTERSECÇÕES COM O SANEAMENTO BÁSICO

O termo "racismo ambiental" tem origem nas lutas e denúncias da população negra estadunidense do Delta do Mississipi nos Estados Unidos, diante dos impactos industriais do século passado e na atualidade sobre os territórios onde se concentra a maioria populacional negra estadunidense. Segundo Bullard (1993, p. 5) Racismo ambiental refere-se a qualquer política, prática ou diretiva que afeta ou prejudica diferencialmente (seja intencional ou não intencional) indivíduos, grupos ou comunidades com base em raça ou cor.

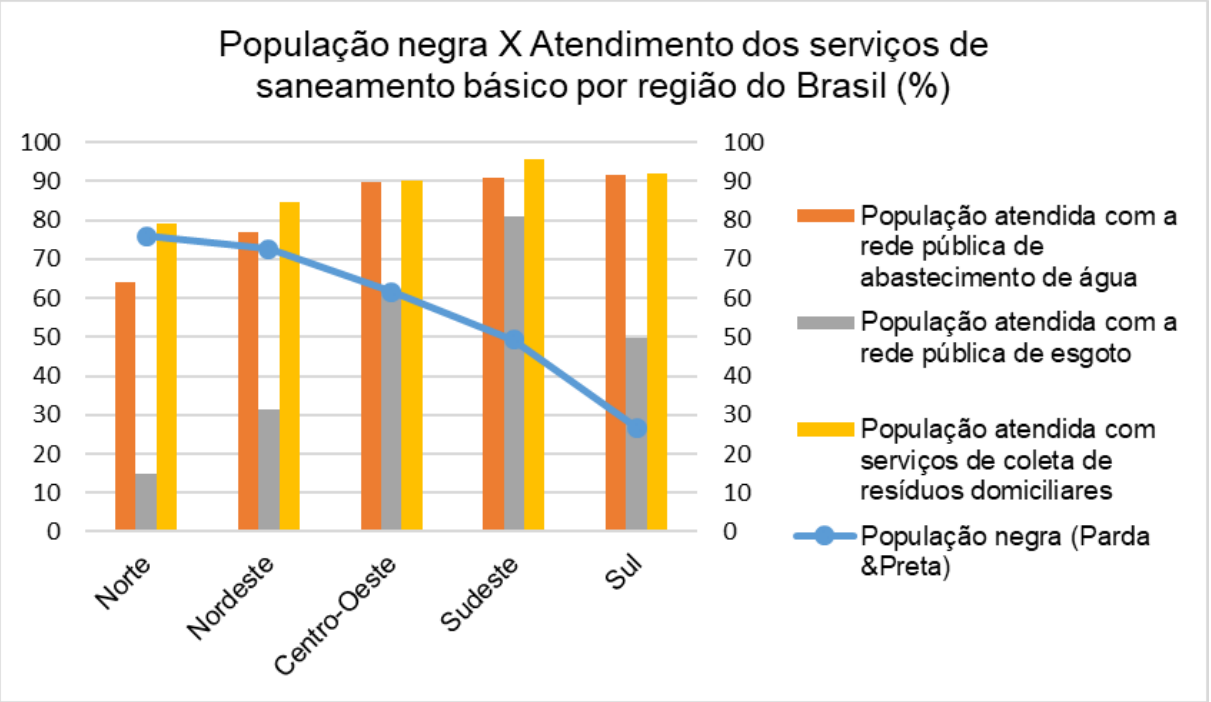
No Brasil, o racismo ambiental tem sido foco de debates de ONGs, entidades sindicais e da academia (De Souza Filgueira, 2021). Pacheco e Faustino (2013, p. 74) relatam que para falar de racismo ambiental no país, é preciso reconhecer a questão racial e o etnocentrismo como problemas centrais do cenário brasileiro no qual se inserem os grupos sociais envolvidos nos conflitos. Pois de acordo com as autoras, tal reconhecimento permite caracterizar a problemática racial e étnica tanto como fator de produção das injustiças que tais grupos enfrentam quanto como elemento da constituição dos poderes políticos, econômicos e culturais dominantes, que controlam

a implementação e o funcionamento das atividades econômicas geradoras desses conflitos.

Todavia é importante destacar que o racismo ambiental é uma das facetas do racismo estrutural, conforme aponta Nascimento (2022, p. 15), que o racismo ambiental é parte do funcionamento das instituições que vão atuar para que pessoas de cor, grupos étnicos, comunidades tradicionais, entre outros, sofram desvantagens ambientais em relação a pessoas brancas, perpetuando o racismo que está na sociedade. Entre essas desvantagens sofridas pela população negra, destaca-se a falta de acesso ao saneamento básico, um direito humano e constitucional. Pois são serviços essenciais para promoção da saúde, um ambiente salubre e qualidade de vida das pessoas.

Haja vista que no Brasil, a população negra é a que tem menos acesso aos serviços de abastecimento de água, coleta de esgotos e coleta de resíduos domiciliares (Figura 2), como também afirma Jesus (2020, p. 1) quando aponta que a desigualdade não é distribuída de forma equânime na sociedade, há um perfil racial daqueles mais vulneráveis e vitimados pelas condições ambientais insalubres.

Figura 2- Gráfico População negra X Atendimento dos serviços de saneamento básico por região do Brasil (%)




Elaboração: Autores. Fonte: Brasil (2023); IBGE (2022)

Como se verifica, há uma desigualdade no atendimento da oferta desses três componentes do saneamento básico: abastecimento de água, coleta de esgotos e coleta de resíduos domiciliares, nas regiões onde se concentra a maior parte da população declarada negra (parda e preta) no Brasil (IBGE, 2022), o que configura uma prática do racismo ambiental no país. Deste modo é fundamental que haja um processo de formulação e implementação de políticas públicas que possibilitem a desidratação desse contexto de violação de um direito fundamental para a garantia de vida dessa população. Neste sentido, o racismo ambiental também pode ser compreendido como uma violação da garantia de direitos essenciais à vida, junto à população mais vulnerabilizada, a exemplo de um ambiente saudável, oferta de serviços básicos e sobretudo a oportunidade do desenvolvimento dos modos de produzir, viver e conviver em seus territórios.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos práticos, para a construção de planejamento, políticas públicas e tomadas de decisões relacionadas ao atendimento da população brasileira como por exemplo, a oferta de saneamento básico deve considerar o recorte e realidade racial deste país, buscando evitar a ampliação das desigualdades e o racismo ambiental. Pois o atendimento desigual no abastecimento de água, coleta de esgotos e coleta de resíduos domiciliares, nas regiões onde se concentra a maior parte da população declarada negra (parda e preta) no Brasil caracteriza uma prática do racismo ambiental no país.

Portanto é fundamental que haja a garantia de participação dos mais afetados nos espaços e debates que buscam elaborar soluções para garantir acesso a um direito essencial à vida, o saneamento básico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. (2007) **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Brasília. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm . Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Diagnóstico Temático Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos**. 2023. Disponível em:Diagnóstico Temático Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos.Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/Snis/RESI D UOS_SOLIDOS/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_RS_SNIS_2023_ATU ALIZADO.pdf. Acesso em: 20 de ago 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto**. 2023. Disponível em:https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023. p df. Acesso em: 20 de ago 2024.

BULLARD, R. **Environment and Morality Confronting Environmental Racism in the United States**.2004.Disponível em: https://www.csu.edu/cerc/documents/EnvironmentandMorality-ConfrontingEnvironmentalRacismInTheUnitedStates-Bullard2004.pdf. Acesso em 20 de ago 2024.

CARCARÁ, M. DO S. M.; SILVA, E. A. DA .; MOITA, J. M.. **Saneamento básico como dignidade humana: entre o mínimo existencial e a reserva do possível**. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 24, n. 3, p. 493–500, maio 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-41522019183905. Acesso em: 26 ago. 2024.

COSTA, M. A. M.; IORIS, A. A. R. **Até a última gota: complexidade hidrossocial e ecologia política da água na baixada fluminense (RJ, Brasil)**. O direito à água como política pública na América Latina, p. 109, 2015.Disponível em:https://www.fnucut.org.br/wp-content/uploads/2020/03/IPEA o_direito_a_agua.pdf#page=111. Acesso em: 27 ago. 2024.

COSTA, N. DO R.. **Política Pública de Saneamento Básico no Brasil: ideias, instituições e desafios no Século XXI**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 9, p. 2595–2600, set. 2023.Acesso em: 27 ago. 2024.

DE SOUZA FILGUEIRA, A. L. **Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas**. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186–201, 2021. DOI: 10.5216/ag.v15i2.69990. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/69990. Acesso em: 01 de ago 2024.

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento (4a. edição)**. 2015. Disponível em: https://repositorio.funasa.gov.br/handle/123456789/541. Acesso em: 24 de ago 2024.

GIL, A.C. Como Elaborar Projeto de Pesquisa 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022: rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais e por cor e raça persistem**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgotoalcanca-62-5-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca persistem. Acesso em: 20 de ago 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda**. Disponível em:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012- agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda. Acesso em 21 de ago 2024.

JESUS, V. DE. **Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental**. Saúde e Sociedade, v. 29, n. 2, p. e180519, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519. Acesso em: 28 ago 2024.

MOREIRA, F. D. et al.. **O espaço público e o público que o frequenta: dilemas dos direitos humanos à água e ao saneamento** . Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, p. e202316pt, 2023.

MURTHA, Ney Albert. **Intersetorialidade nas políticas brasileiras de saneamento e de recursos hídricos em um contexto de reformas**. 2016. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia, Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG, 2016.

NASCIMENTO, B. L. **RACISMO AMBIENTAL E GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM POSSÍVEL?**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 14, n. Ed. Especi, p. 9–24, 2022. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1337. Acesso em: 01 ago. 2024.

ONU. **Mais de 4,2 bilhões de pessoas vivem sem acesso a saneamento básico**.2020. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/101526-mais-de-42-bilhões de-pessoas-vivem-sem-acesso-saneamento-básico. Acesso em: 23 ago. 2024.

ONU. **ONU unida para tornar o direito à água e ao saneamento juridicamente vinculativo**. 2010. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press releases/2010/10/un-united-make-right-water-and-sanitation-legally binding?LangID=E&NewsID=10403. Acesso em 28 ago. 2024.

PACHECO,T.; FAUSTINO, C. **A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa**. Org. PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788 575415764. Acesso em: 01 de ago 2024.

QUEIROZ, A. C. L. **Articulação entre vigilância da qualidade da água para consumo humano e vigilância epidemiológica**: desafios e possibilidades para a integração de indicadores. Estudo em municípios de diferentes portes populacionais no estado de Minas Gerais. 2011.Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Eng - Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2011.

SOUZA, C. M. N. **Participação dos cidadãos e saneamento básico: panorama da legislação nacional**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, p. 141– 158, jan. 2016.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Guia de Estratégias de Água, Saneamento e Higiene para Redução de Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado**. 2024. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/28156/file/Guia%20de%20Estrat%C3%A9gias%20de%20%C3%81gua,%20Saneamento%20e%20Higiene%20para%20Redu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Doen%C3%A7as%20Relacionadas%20ao%20San e amento%20Ambiental%20Inadequado.pdf. Acesso em: 24 de ago 2024.

# MICROPLÁSTICOS NO TRATO DIGESTIVO DE *OCTOPUS INSULARIS* (MOLLUSCA; CEPHALOPODA): UMA ANÁLISE NA COSTA DE SALVADOR - BAHIA

*Mariana Barbosa*[1]

*Paula Dias*[2]

*Isabelle Duarte*[3]

*Marcio Mattos*[4]

*Juan Gonçalves*[5]

*Alexandre Lisboa*[6]

*Eder Carvalho da Silva*[7]

**RESUMO**
A poluição marinha, especialmente por plásticos e microplásticos (fragmentos menores que 5 mm), representa um grave problema ambiental devido à ingestão desses poluentes por organismos marinhos, como o polvo *Octopus insularis*. Este estudo foi realizado na Praia de Itapuã, Salvador, no dia 16 de março de 2024, e focou na análise de seis espécimes de *O. insularis* coletados com anzóis e camarões como isca. Os polvos, com peso médio de 1 a 2 kg, foram mantidos em condições refrigeradas e, após dissecação dos estômagos, foram encontrados tanto materiais orgânicos típicos da dieta quanto plásticos e microplásticos em quatro dos seis espécimes. Os microplásticos foram identificados e categorizados quanto à cor e tamanho, revelando uma significativa contaminação dos ecossistemas marinhos. Os resultados sugerem a necessidade de expandir a pesquisa com mais espécimes e utilizar técnicas avançadas para uma análise mais precisa dos microplásticos e seus impactos ambientais.

**Palavras-chave:** Águas tropicais. Ecossistemas marinhos. Sustentabilidade.

## 1 INTRODUÇÃO

A poluição marinha, especialmente a causada por plásticos, é um problema ambiental crítico. Entre os resíduos plásticos, os microplásticos emergem como

[1] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, mariana.barbosa@ucsal.edu.br
[2] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, pauladias.rocha@ucsal.edu.br
[3] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, isabelle.duarte@ucsal.edu.br
[4] Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, marcio.silvestre@ucsal.edu.br
[5] Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, juanfelipe.alves@ucsal.edu.br
[6] Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, alexandrelisboa.ferreira@ucsal.edu.br
[7] Doutor em Ecologia, Universidade Católica do Salvador, eder.silva@pro.ucsal.br

contaminantes onipresentes e persistentes. Esses fragmentos, com diâmetros inferiores a 5 mm, podem causar sérios impactos nos organismos marinhos devido à sua ampla distribuição e persistência no ambiente (Richardson; Kimura, 2016). Os microplásticos são particularmente preocupantes por causa de sua capacidade de serem ingeridos por uma vasta gama de organismos marinhos. A ingestão dessas partículas pode causar obstrução do trato digestivo, toxicidade química e interferência na absorção de nutrientes essenciais (Santos *et al.*, 2021). Isso não só afeta a saúde dos indivíduos, mas também pode ter repercussões em toda a cadeia alimentar marinha.

Uma espécie que possivelmente ingere o microplástico é o polvo *Octopus insularis* (Leite, Haimovici; Molina; Warnke, 2008), presente em áreas rasas e tropicais do Atlântico Ocidental, é encontrada desde o sul da Flórida até o sudeste do Brasil. No Brasil, é comumente observada do Amapá ao Espírito Santo, incluindo avistamentos em São Paulo e nas ilhas oceânicas do Nordeste (Leite; Haimovici, 2008).

O *Octopus insularis* habita uma variedade de ambientes marinhos, como recifes profundos, platôs biogênicos planos, recifes sedimentares rasos e fundos lamosos e pedregosos. Os jovens preferem áreas rasas e poças de maré, enquanto os adultos, especialmente os machos, ocupam habitats mais profundos. Esta espécie é notável por sua capacidade de tolerar variações de salinidade e adaptar-se a diferentes habitats, inclusive em tocas horizontais (Sales *et al*., 2013; Sales *et al*., 2019; Batista *et al*., 2022; Amado et al., 2015).

Além de seu valor ecológico, o *Octopus insularis* é importante para a pesca de subsistência artesanal no Nordeste do Brasil (Lopes *et al*., 2021). No entanto, práticas de pesca ilegal, como a captura de juvenis e o uso de água sanitária, ameaçam sua sustentabilidade (Leite *et al*., 2008; Freitas *et al*., 2022). Apesar disso, suas características biológicas, como ciclo de vida breve, alta taxa de crescimento e rápida capacidade de recuperação populacional, sugerem que a exploração sustentável é possível com um manejo adequado (Boyle; Rodhouse, 2005).

A presença de microplásticos em ecossistemas marinhos tem sido documentada em diversos habitats, incluindo praias arenosas onde essas partículas tendem a se acumular (Silva, 2016). Este estudo visou investigar a contaminação por microplásticos na espécie Octopus insularis Na Praia de Itapuã, no litoral de Salvador, um local de intensa pesca e comercialização desses organismos.

Ao focar no impacto dos microplásticos sobre o *Octopus insularis*, espera-se contribuir para a compreensão dos efeitos da poluição plástica em espécies marinhas e fornecer informações úteis para o desenvolvimento de estratégias de manejo e conservação.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 METODOLOGIA

### 2.1.1 Coleta e transporte dos exemplares

Na praia de Itapuã, Salvador, Bahia, no dia 16 de março de 2024, foram coletados seis espécimes de *Octopus insularis* com peso médio entre um e dois quilos. Este molusco foi escolhido como objeto de estudo devido à sua abundância na região e ao seu tamanho, que facilita a identificação. O método de coleta ativa utilizado foi o mesmo empregado por pescadores locais, que consiste em um conjunto de anzóis com pequenos camarões como isca e linhas de nylon de alta resistência. A captura ocorreu em micro habitats preferenciais do *O. insularis*, como pontos rochosos, fendas e densa vegetação subaquática.

Após a captura, os organismos foram acondicionados e transportados em uma caixa térmica com gelo para preservar sua integridade fisiológica. Em seguida, foram transferidos para um freezer ajustado a -18°C, onde foram mantidos até a realização das análises para preservar a integridade de suas estruturas biológicas.

### 2.1.2 Preparação e Análise dos Exemplares

A dissecação dos estômagos dos espécimes foi realizada com o objetivo de encontrar fragmentos de plástico ou microplásticos. As etapas da dissecação foram as seguintes: primeiramente, foi feita uma incisão nas cabeças dos cefalópodes com o auxílio de uma tesoura. Em seguida, a pele da cabeça foi "revertida" para expor os órgãos internos. Localizado o estômago, foi feita uma incisão com um bisturi e o conteúdo estomacal foi removido com uma pinça. O material foi disposto em uma placa de Petri para análise e triagem posterior.

Os microplásticos foram categorizados por cor e tamanho. A coloração foi examinada em um ambiente com luminosidade controlada para garantir condições

constantes de iluminação, enquanto o tamanho foi determinado com base em sua dimensão física, considerando as categorias de microplásticos (menos de 5 mm) e nanopartículas (menos de 1 µm). Os dados foram submetidos a análises estatísticas descritivas para calcular medidas resumo, como média, mediana, desvio padrão e intervalos de confiança, fornecendo uma visão geral da distribuição e das características dos microplásticos encontrados.

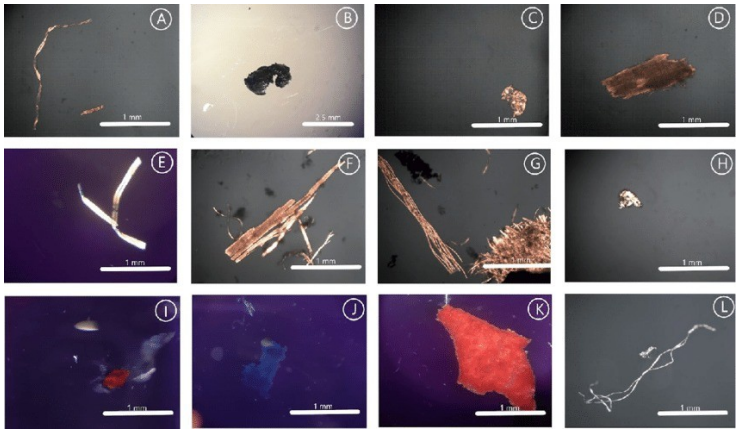
## 2.2 RESULTADOS

### 2.2.1 Identificação dos Microplásticos

Os microplásticos encontrados nos organismos foram registrados com o uso de microscópios e fotografias tiradas com câmeras de celulares, conforme apresentado na Figura 1, que mostram os microplásticos e fragmentos de plástico encontrados. A Figura 2, retirada de outro estudo, representa a aparência de microplásticos isolados dos organismos, facilitando sua identificação. Imagens como esta foram utilizadas para confirmar a natureza dos materiais encontrados através da comparação com fotos e representações mais nítidas.

Figura 1: Fotografia do conteúdo estomacal de três polvos *Octopus insularis* contendo fragmentos de plástico e microplástico.

Figura 2: Imagens de micro plásticos (fibras e fragmentos) registradas através de software e com câmera direcionada ao microscópio com filtro de luz polarizada de amostras 2016 (A-E), 2017 (F-H) e 2018 (I-L).



Fonte: ResearchGate, 2021

Complementando os achados do estudo, no artigo ZHENG, Jian; LI, Congjun. Polystyrene microplastic ingestion induces the damage in digestive gland of Amphioctopus fangsiao at the physiological, inflammatory, metabolome and transcriptomic levels. Journal of Hazardous Materials, [S.l.], v. 423, p. 127211, 2022, sobre os impactos dos microplásticos em cefalópodes têm revelado preocupações significativas. Em uma investigação sobre uma espécie altamente relevante, a *Amphioctopus fangsiao*, foram analisados os efeitos altamente tóxicos da exposição a micro plásticos em níveis tanto fisiológicos quanto moleculares. O estudo concluiu que a exposição a micro plásticos afetou de forma negativa o crescimento da espécie, causou estresse oxidativo e inflamação na glândula digestiva. Tais resultados sugerem que a exposição excessiva desses organismos a micro plásticos pode desencadear respostas fora do padrão fisiológico, e consequentemente, prejudicando a saúde dos indivíduos.

### 2.2.2 Observações e Resultados

A análise dos seis espécimes revelou que todos apresentavam sinais de ingestão de materiais orgânicos, como resíduos de artrópodes e crustáceos,

indicando uma dieta típica desses animais. No entanto, a presença significativa de plásticos e microplásticos nos estômagos de quatro dos seis polvos analisados é preocupante. Esses poluentes, embora não façam parte da dieta natural dos polvos,

foram encontrados em todas as amostras analisadas, destacando a prevalência de contaminação por plástico nos ecossistemas marinhos.

A utilização de técnicas microscópicas, como lupa e microscópio, facilitou a identificação e análise dos materiais presentes nos estômagos dos polvos. A presença de microplásticos foi observada em todos os polvos com conteúdo estomacal detectável, evidenciando a ingestão inadvertida desses poluentes.

Tabela 1: Características dos polvos analisados neste estudo, incluindo tamanho médio, padrões de coloração, presença de anomalias, de material orgânico e de plásticos e microplásticos.

| | Polvo 1 | Polvo 2 | Polvo 3 | Polvo 4 | Polvo 5 | Polvo 6 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Tamanho | Aprox 15 cm | Aprox 13 cm | Aprox 13 cm | Aprox 13 cm | Aprox 10 cm | Aprox 10 cm |
| Coloração | Marrom | Marrom acinzentada | Marrom | Marrom | Marrom e cinza ardósia | Marrom e cinza ardósia |
| Anomalias | Ausente | Ausente | Ausente | Ausente | Ausente | Ausente |
| Material orgânico | Presente | Presente | Ausente | Presente | Ausente | Ausente |
| Plástico e microplás-tico | Presente | Presente | Presente | Presente | Ausente | Ausente |

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que a maioria dos polvos estudados possuíam plásticos e microplásticos em seus estômagos. Essa contaminação é preocupante, pois a espécie *Octopus Insularis* é comercializada para consumo humano, o que pode levar à biomagnificação desses poluentes na cadeia alimentar. Para uma melhor caracterização da ocorrência de plástico e microplástico no *O. insularis*, sugerimos o uso de mais exemplares e um monitoramento mais extenso. Além disso, recomenda-se utilizar técnicas aprimoradas, como corantes e equipamentos especializados, para identificar microplásticos com maior precisão e evitar confusões com outros detritos.

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão à Universidade Católica do Salvador pelo suporte e infraestrutura oferecidas durante todo o período de pesquisa e execução deste estudo. A qualidade acadêmica e o ambiente inspirador da instituição foram fundamentais para conclusão deste trabalho.

Agradecemos imensamente também ao Professor Doutor Éder Carvalho pelo apoio incondicional, disponibilidade e valiosas pontuações e percepções ao longo deste processo. Sua prontidão e dedicação foram cruciais para o desenvolvimento e aprimoramento deste artigo.

## REFERÊNCIAS

Amado, L. L., et al. (2015). A comparative study of the osmoregulation of three sympatric species of cephalopods from the tropical southwestern Atlantic coast. Journal of Experimental Marine Biology and Ecology, 463, 72-80.

Batista, R., et al. (2022). Population structure and habitat use of Octopus insularis (Cephalopoda: Octopodidae) on the southeastern Brazilian coast. Marine Biology, 169(2), 1-12.

Boyle, P. R., & Rodhouse, P. G. (2005). Cephalopods: ecology and fisheries. Blackwell Science.

Freitas, R., et al. (2022). Effects of bleach on octopus' (Octopus insularis) egg masses: implications for marine conservation. Ocean Science Journal, 57(1), 125-133. 5. Leite, T. S., & Haimovici, M. (2008). Spatial and temporal distribution of Octopus insularis (Cephalopoda: Octopodidae) in the subtropical waters of the southwestern Atlantic. Marine Biology Research, 4(5-6), 357-369.

Leite, T. S., et al. (2008). The octopus fisheries in the tropical western Atlantic: Fisheries and strategies for management. Reviews in Fisheries Science, 16(1-3), 1-10. 7. Lopes, T. M., et al. (2021). Traditional ecological knowledge of octopus fishers in northeastern Brazil. Ocean & Coastal Management, 208, 105616.

Richardson, S. D., & Kimura, S. Y. (2016). Microplastics as contaminants in the marine environment: a review. Marine Pollution Bulletin, 102(2), 9-17.

Sales, J. B. L., et al. (2013). Interactions between artisanal and industrial fisheries at the equatorial islands of the Western Atlantic: The case of octopus. Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine, 9(1), 68.

Sales, J. B. L., et al. (2019). Age, growth, and reproduction of the red octopus Octopus

insularis (Cephalopoda: Octopodidae) in the equatorial Atlantic. Scientia Marina, 83(2), 151-160.

Santos, R. G., et al. (2021). Microplastics in the marine environment: current trends in environmental monitoring and implications for marine organisms. Marine Pollution Bulletin, 168, 112419.

Silva, E. F. (2016). Microplastics in sandy beaches: A review. Environmental Science & Technology, 50(7), 2571-2582.

Krojmal, Evelyn & Lacerot, Gissell & Lozoya, Juan Pablo. (2021). Microplásticos en la Bahía Collins (Península Fildes, Antártida) y su interacción con el zooplancton mediante un modelo experimental. Tese de TCC. Montevidéu, Uruguai. Universidad de la República, 2021.

# NOVAS TECNOLOGIAS DOS RS PLÁSTICOS: CUIDADOS PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*João Paulo Barbosa da Silva*[1]

*Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi* [2]

**RESUMO**

O aumento da geração de resíduos sólidos plásticos (RSP) representa um desafio significativo para a sustentabilidade ambiental. Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar tecnologias avançadas para o tratamento e reciclagem de plásticos, contribuindo para um futuro mais sustentável. A metodologia adotada envolveu uma pesquisa abrangente na plataforma Google Acadêmico e em outras bases de dados acadêmicas entre 2020 e 2024, utilizando palavras-chave como "Resíduos Sólidos Plásticos", "meio ambiente", e "novas tecnologias". A análise incluiu a revisão de literatura relevante e a avaliação qualitativa das tecnologias identificadas. Os resultados destacam três tecnologias inovadoras para o tratamento de resíduos plásticos: a triagem avançada com inteligência artificial (IA) e aprendizado de máquina, a tecnologia de ondas terahertz e os métodos químicos e biológicos de reciclagem. A triagem com IA melhora a precisão na separação e reciclagem dos plásticos, reduzindo a contaminação. A tecnologia de ondas terahertz permite a identificação e reciclagem de plásticos mistos, enquanto os métodos químicos e biológicos aceleram a decomposição e reciclagem de plásticos complexos. Essas tecnologias oferecem soluções promissoras para enfrentar os desafios da gestão de resíduos plásticos e promover uma economia circular.

**Palavras-chave**: Resíduos Plásticos. Tecnologias Avançadas. Reciclagem. Sustentabilidade.
.

## 1 INTRODUÇÃO

A mudança climática já é uma realidade, e todos os continentes do planeta devem avançar na transição energética, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, proteger o meio ambiente e adotar o modelo de desenvolvimento sustentável. A crescente geração de resíduos sólidos urbanos traz impactos significativos ao meio ambiente e à sociedade. A prática da compostagem, além de contribuir para o cuidado com o meio ambiente — já que no processo de decomposição não ocorre a formação

[1] Mestrando do Programa de Pós graduação Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador - UCSAL, pesquisador do GP GAMDES/UCSAL, joao.pbs25@gmail.com.
[2] Professora da Pós Graduação em Território Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador, Lider do Grupo de Pesquisa GAMDES, UCSAL. cristina.marchi@pro.ucsal.br.

de gás metano (CH4) —, pode evitar até 30 anos de emissão de carbono e aumentar a vida útil dos aterros sanitários.

Passadas mais de três décadas da Conferência Rio 92, o avanço ainda é insuficiente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável no mundo. Como muitas metas da Agenda 21 não foram alcançadas e os problemas socioambientais continuam a crescer rapidamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu, em 2015, 17 objetivos e 169 metas para o Desenvolvimento Sustentável, a serem atingidos até 2030. Esses objetivos trazem princípios fundamentais para a mudança do modelo de produção linear predominante na atualidade.

Dentro desse contexto, este artigo tem como objetivo apresentar tecnologias avançadas para o tratamento de resíduos plásticos, que contribuem para um futuro mais sustentável. Inovações no setor incluem desde a seleção eficiente de resíduos plásticos reutilizáveis durante o manejo até o aumento da eficiência nos processos produtivos com o uso de sensores, algoritmos de inteligência artificial e robótica. Esses sistemas são capazes de identificar diferentes tipos de materiais, permitindo uma recuperação mais eficaz e sustentável dos plásticos, contribuindo para uma economia circular e para a proteção ambiental.

A metodologia deste artigo focou na análise das novas tecnologias para o tratamento de resíduos sólidos plásticos (RSP) feito uma pesquisa na plataforma Google Acadêmico no lapso temporal entre 2020 e 2024, utilizando palavras-chave específicas, como: "Resíduos Sólidos Plásticos", "meio ambiente", e "novas tecnologias" para identificar estudos relevantes. Para garantir uma base teórica robusta, foram incluídos autores fora do Google Acadêmico e do período delimitado, priorizando fontes que oferecessem uma visão consolidada e pertinente ao tema, como livros, artigos, teses e publicações de organizações não governamentais especializadas e internacionais.

A coleta de dados foi realizada sistematicamente em diversas bases de dados acadêmicas e repositórios institucionais, com uma análise qualitativa das fontes selecionadas para avaliar sua contribuição à compreensão das tecnologias e seu impacto ambiental. As inovações identificadas foram classificadas segundo critérios como inovação, aplicabilidade prática e impacto, proporcionando uma análise crítica das tecnologias mais recentes.

Os resultados foram contextualizados no referencial teórico, destacando como essas novas tecnologias têm contribuído para minimizar os impactos ambientais dos resíduos plásticos. Com base na análise, foram feitas recomendações para futuras pesquisas e políticas públicas que promovam o uso dessas tecnologias sustentáveis.

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resíduos plásticos (RP) referem-se a produtos plásticos que são descartados após o uso. Esses resíduos incluem uma variedade de produtos, desde embalagens e sacos até microplásticos que são lançados no meio ambiente. A produção de plástico aumentou nos últimos anos, com grandes quantidades de resíduos acabando em aterros, rios e oceanos, sendo apenas uma pequena parcela reciclada. A má gestão destes resíduos pode causar impactos ambientais negativos, como poluição hídrica e ambiental, bem como problemas de saúde humana devido à contaminação da cadeia alimentar. (World Economic Forum, 2019; Nature, 2019).

Os RP têm um impacto profundo no meio ambiente, especialmente nos oceanos. Grande parte do plástico descartado acaba no mar, onde pode levar centenas de anos para se decompor completamente.

Durante esse longo período, os plásticos são frequentemente ingeridos por animais marinhos, como tartarugas, aves e peixes, causando obstruções internas, sufocamento e, muitas vezes, morte. Além disso, o plástico que se fragmenta em microplásticos é particularmente perigoso, pois esses pequenos fragmentos são facilmente consumidos por organismos marinhos, entrando na cadeia alimentar e eventualmente chegando até os seres humanos através do consumo de frutos do mar. (Nature, 2019).

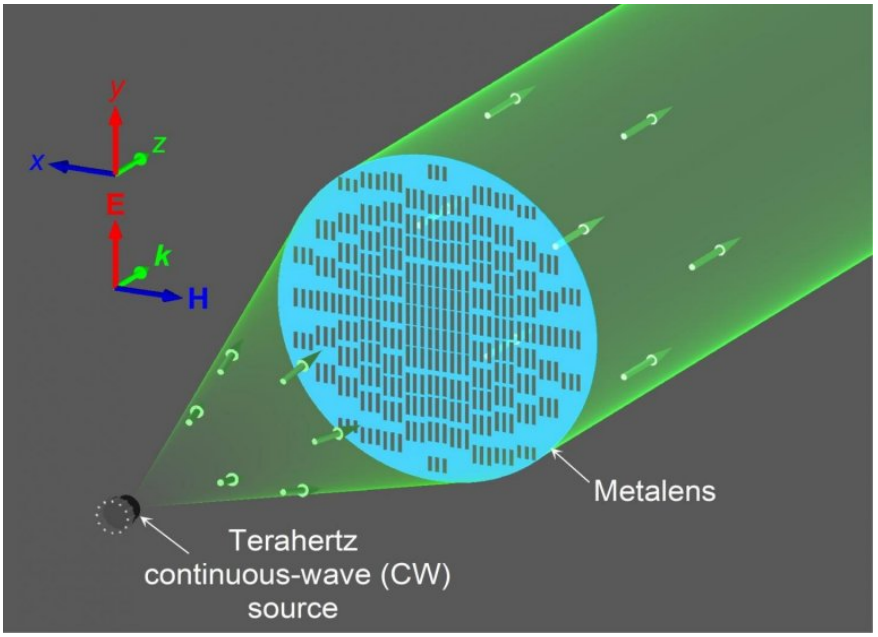
No solo, os resíduos plásticos também representam uma ameaça significativa. À medida que os plásticos se degradam, eles liberam substâncias químicas tóxicas que contaminam o solo e as fontes de água subterrânea. Essa contaminação afeta a qualidade do solo, prejudicando o crescimento das plantas e a biodiversidade. Além disso, as toxinas liberadas pelos plásticos podem infiltrar-se em cursos d'água, impactando negativamente a vida aquática e representando um risco direto à saúde

humana, pois muitas comunidades dependem dessas fontes de água para consumo. (World Economic Forum, 2019).

A produção e o descarte de plásticos também têm implicações significativas para a crise climática. A fabricação de plástico é altamente intensiva em energia, contribuindo significativamente para a emissão de gases de efeito estufa como o dióxido de carbono. Além disso, a incineração de plásticos como forma de descarte libera ainda mais gases nocivos na atmosfera, exacerbando o aquecimento global. A degradação dos plásticos no meio ambiente também libera substâncias químicas que agravam a poluição atmosférica, tornando a gestão desses resíduos um desafio global urgente (World Economic Forum, 2019)

Os resíduos plásticos estão a ser recuperados e separados através de novas tecnologias de recuperação de resíduos plásticos que são eficientes e sustentáveis. Sistemas avançados de triagem que usam inteligência artificial (IA) e aprendizado de máquina são um bom exemplo. Câmeras de alta resolução e sensores ópticos permitem que esses sistemas reconheçam e classifiquem plásticos com base em suas características visuais, como cor, formato, textura, etc. A tecnologia não apenas melhora a precisão da classificação, mas também melhora a pureza dos materiais reciclados, reduzindo a contaminação e aumentando a reciclagem eficiência. (Recycling Inside, 2022).

A tecnologia de ondas Terahertz (Fig. 1) ajudará a reciclar ainda mais as embalagens plásticas.




Fonte: Esquema de funcionamento do microcolimador para manipular raios T. (NOVA TECNOLOGICA in: https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=vamos-finalmente-domar promissores-raios-t&id=020160200727)

A tecnologia de ondas Terahertz permite a detecção precisa de materiais plásticos mesmo em embalagens feitas de diversos polímeros, o que era um problema significativo no passado. A identificação e a separação dos plásticos podem ser melhoradas, levando a uma maior reciclagem de materiais que antes eram considerados difíceis de processar, o que poderia ajudar a melhorar o modelo de economia circular. (MDPI, 2022).

Além disso, há um interesse crescente na aplicação de novos métodos químicos e biológicos para reciclar plásticos mistos. A oxidação geneticamente modificada e química podem transformar os plásticos em diferentes produtos químicos. Permite decompor materiais que levariam centenas de anos para se decompor, eliminando a necessidade de classificação manual por tipo. (SciTechDaily, 2022).

Para melhorar a visualização foi criado o Quadro 1, que organiza as novas tecnologias para o tratamento de resíduos sólidos plásticos de forma clara e concisa. O quadro destaca cada tecnologia, sua descrição e os benefícios principais.

QUADRO 1 - Novas tecnologias para o tratamento de resíduos sólidos plásticos

| Tecnologia | **Descrição** | **Benefícios Principais** |
|---|---|---|
| **Triagem Avançada com IA e Aprendizado de Máquina** | Sistemas que utilizam câmeras de alta resolução e sensores ópticos para reconhecer e classificar plásticos com base em características visuais como cor, formato e textura. | Melhora a precisão da classificação, aumenta a pureza dos materiais reciclados, reduz a contaminação e eleva a eficiência da reciclagem |
| **Tecnologia de Ondas Terahertz** | Permite a detecção precisa de materiais plásticos, mesmo em embalagens compostas por diversos polímeros. | Aumenta a reciclagem de materiais considerados difíceis de processar e promove a economia circular. |
| **Métodos Químicos e Biológicos para Reciclagem** | Inclui a oxidação genética e química para transformar plásticos em diferentes produtos químicos. | Decompõe plásticos rapidamente, elimina a necessidade de classificação manual e possibilita a reciclagem de plásticos mistos. |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Esse quadro organiza as informações de forma clara e facilita a compreensão das tecnologias apresentadas nesse artigo.

No artigo de Ludermir (2021), o autor explora as tendências da Inteligência Artificial (IA) e do Aprendizado de Máquina, destacando suas aplicações crescentes na automação, como o diagnóstico automático e a triagem avançada de resíduos.

Ludermir aponta que a IA pode ser tão precisa, ou até mais eficiente, que diagnósticos feitos por profissionais humanos, embora a tecnologia não tenha a intenção de substituí-los. Um exemplo é o manuseio e a separação de resíduos, que, com o auxílio da IA, automatiza o processo e é capaz de identificar cerca de quinhentos tipos de resíduos sólidos. Essa tecnologia, operada por robôs, é projetada para funcionar em unidades conhecidas como células, instaladas ao longo de esteiras transportadoras em usinas, fábricas ou outros locais de tratamento de resíduos (Ludermir, 2021).

Além disso, Ludermir (2021) discute o Aprendizado de Máquina, uma técnica na qual os computadores adquirem novas habilidades a partir da inserção de dados, permitindo que as máquinas aprendam e agreguem novos conhecimentos. Essa tecnologia é fundamental para o desenvolvimento de mapeamentos que caracterizam e avaliam os processos de seleção de resíduos plásticos. A aplicação desses métodos possibilita uma triagem mais precisa e eficiente, promovendo a recuperação de plásticos de alto valor e reduzindo a contaminação nos fluxos de resíduos.

A tecnologia de ondas terahertz (THz) é outra inovação destacada no campo da reciclagem de plásticos, especialmente no tratamento de embalagens compostas por diferentes polímeros. As ondas THz, que fazem parte do espectro eletromagnético, têm a capacidade de penetrar em diversos materiais sem danificá-los, tornando-as extremamente eficazes na identificação de plásticos complexos. Contudo, é essencial considerar o impacto dessa tecnologia dentro do contexto da economia circular e da sustentabilidade. Esses conceitos são frequentemente promovidos por regimes neoliberais que buscam manter modelos econômicos predominantes. Autores como Walter Mignolo e Boaventura de Sousa Santos destacam que, embora a tecnologia THz tenha grande potencial para aumentar a eficiência da reciclagem, sua implementação pode estar atrelada a interesses econômicos que não levam em conta as realidades locais e as questões de justiça social (Mignolo, 2007; Santos, 2010).

Walter Mignolo, ao criticar a colonialidade do poder, alerta para o risco de que essas inovações tecnológicas possam criar uma dependência tecnológica nos países do Sul Global. Esses países, frequentemente vistos apenas como fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata, podem acabar em uma posição vulnerável ao adotar tecnologias que, apesar de eficientes, não consideram suas necessidades e

realidades locais. A tecnologia THz, quando implementada sem uma visão crítica, pode perpetuar um ciclo de dependência tecnológica e econômica que não considera a autonomia dos povos e a sustentabilidade a longo prazo (Mignolo, 2003; Santos, 2016).

No que se refere aos métodos químicos e biológicos para a reciclagem de plásticos, esses incluem processos como a oxidação genética e química, que transformam os plásticos em seus componentes químicos básicos. Essas tecnologias são revolucionárias, pois permitem a reciclagem de plásticos mistos, algo que os métodos mecânicos tradicionais não conseguem fazer de maneira eficiente. Contudo, sob a perspectiva dos novos direitos e do pluralismo jurídico, discutidos por autores como Antonio Carlos Wolkmer, a implementação desses métodos deve ser vista como parte de uma nova geração de direitos que demanda uma abordagem mais holística para a proteção ambiental e o bem-estar social (Wolkmer, 2001).

Esses métodos, embora inovadores, precisam ser avaliados criticamente quanto às suas implicações para a saúde pública e o meio ambiente, especialmente em comunidades vulneráveis. A introdução dessas tecnologias levanta questões sobre a "tecnologização" do meio ambiente, onde a solução para problemas ambientais é frequentemente buscada em novas tecnologias, sem considerar seus impactos a longo prazo. O pensamento decolonial sugere que, em vez de depender exclusivamente de soluções tecnológicas, as sociedades deveriam considerar abordagens que integrem conhecimentos tradicionais e locais, frequentemente marginalizados pela ciência ocidental (Segato, 2012; Fajardo, 2011).

Essas tecnologias, como a triagem avançada com inteligência artificial (IA) e aprendizado de máquina, emergem como soluções singulares para aprimorar a precisão na separação dos resíduos plásticos. O uso de câmeras de alta resolução e sensores ópticos, aliados a algoritmos de aprendizado de máquina, não só melhora a qualidade dos materiais reciclados, mas também reduz a contaminação dos fluxos de resíduos. Estudos recentes têm mostrado que essas tecnologias aumentam a eficiência da triagem e promovem a recuperação de plásticos de alto valor (Zhang ; Xu, 2021; Kwon ; Kim, 2023). Além disso, a tecnologia de ondas terahertz (THz) representa um avanço crucial para a identificação de plásticos mistos e compostos.

Esta tecnologia permite a detecção precisa de plásticos que estão misturados com outros materiais, facilitando uma reciclagem mais eficiente e abrangente. As

pesquisas indicam que a tecnologia de ondas terahertz pode superar desafios anteriores e possibilitar a reciclagem de plásticos que antes eram difíceis de processar (Singh ; Sharma, 2021; Kim ; Choi, 2022).

Por fim, os métodos químicos e biológicos para a reciclagem oferecem uma abordagem inovadora para a decomposição de plásticos. Tecnologias como a oxidação química e a biocatálise têm demonstrado uma capacidade superior de transformar plásticos em novos produtos químicos, permitindo uma reciclagem mais eficaz de materiais mistos e complexos. Esses métodos não apenas agilizam o processo de reciclagem, mas também contribuem para uma economia circular ao reduzir a necessidade de triagem manual (Lopez ; Wang, 2023; Singh ; Sharma, 2021).

Ao abordar essas tecnologias de forma integrada e crítica, é possível entender melhor os desafios e as oportunidades que elas oferecem no contexto atual da reciclagem de plásticos

## 3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi explorar e detalhar as novas tecnologias emergentes para o tratamento de resíduos sólidos plásticos, avaliando como essas inovações podem aprimorar a gestão e a reciclagem desses materiais. Após uma análise detalhada das tecnologias discutidas, é evidente que elas respondem aos desafios enfrentados no manejo de plásticos e oferecem soluções promissoras para melhorar a eficiência e a eficácia dos processos de reciclagem.

As tecnologias emergentes citadas nesse artigo representam avanços significativos na gestão de resíduos sólidos plásticos, oferecendo soluções inovadoras que podem enfrentar os desafios atuais de forma eficaz.

A adoção dessas tecnologias não só melhora a eficiência dos processos de reciclagem, mas também contribui para um futuro mais sustentável ao promover a recuperação e reutilização de materiais plásticos de maneira mais eficaz.

## REFERÊNCIAS

**AGÊNCIA BRASIL.** Fórum de Davos em 2016 – Oceanos em 2050. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-01/oceanos-em-2050-vaoter-mais plastico-do-que-peixes-alerta-forum-de. Acesso em: 23 set. 2019.

**BELLO, Enzo.** O pensamento descolonial e o modelo de cidadania do novo constitucionalismo latino americano. *Revista de Estudos Constitucionais Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, v. 7, n. 1,

p. 49-61, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318707065_O_pensamento_descolonial_e_o_modelo_d e _cidadania_do_novo_constitucionalismo_latino-americano. Acesso em: 23 ago. 2024.

**CARNEIRO, Thays Maria Queiroz Abreu; DA SILVA, Laís Araújo; GUENTHER, Mariana.** A poluição por plásticos e a educação ambiental como ferramenta de sensibilização. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 16, n. 6, p. 1-12, 2021.

**DE AGUIAR OLIVEIRA, Tulio Cezar et al.** Plásticos no meio ambiente: impacto do descarte inadequado. In: *Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares*, 2022. Anais... São Paulo, 2022. p. 1-8. **FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen.** El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. In: **GARAVITO, César Rodríguez** (Org.). *El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria latinoamericana/libro_detalle.php?orden=&id_libro=978-987-719-120-4. Acesso em: 23 ago. 2024.

**HARRIS, Peter T. et al.** Exposure of coastal environments to river-sourced plastic pollution. *Science of The Total Environment*, v. 769, p. 145222, 15 maio 2021. DOI: 10.1016/j.scitotenv.2021.145222. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33736229/. Acesso em: 20 ago. 2024.

**KIM, M.; CHOI, W.** Application of Terahertz Technology in Waste Management: Current Status and Future Directions. *Journal of Environmental Management*, v. 308, p. 114562, 2022. DOI:

10.1016/j.jenvman.2022.114562.

**KWON, S.; KIM, J.** Terahertz Spectroscopy for Plastic Waste Identification: Challenges and Prospects. *Sensors and Actuators B: Chemical*, v. 367, p. 132090, 2023. DOI: 10.1016/j.snb.2022.132090.

**LOPEZ, A.; WANG, J.** Biotechnological Approaches for Plastic Waste Recycling: A Review. *Journal of Biotechnology*, v. 348, p. 18-28, 2023. DOI: 10.1016/j.jbiotec.2023.03.007.

**LUDERMIR, Thais.** Tendências da Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina. *Revista de Tecnologias Emergentes*, v. 5, n. 2, p. 45-67, 2021.

**MIGNOLO, Walter D.** El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: **CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón** (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos e Pontificia Universidad Javeriana Instituto

Pensar, 2007. Disponível em: https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/74138/01-El_giro_decolonial.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 ago. 2024.

**NATURE.** Plastic pollution in the marine environment. Disponível em: link para o artigo. Acesso em: 19 set. 2023.

**NGUYEN, H.; LEE, S.** Enhancing Plastic Recycling through Machine Learning: A Comparative Study. *Waste Management*, v. 128, p. 102-112, 2022. DOI: 10.1016/j.wasman.2021.12.007.

**RECYCLING INSIDE.** Advanced sorting technologies for plastics. Disponível em: link para o artigo. Acesso em: 19 set. 2023.

**SCITECHDAILY.** Chemical and biological recycling of mixed plastics. Disponível em: link para o artigo. Acesso em: 19 set. 2023.

**SEGATO, Rita Laura.** Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*, n. 18, 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/eces/1008. Acesso em: 23 ago. 2024.

**SANTOS, Boaventura de Sousa.** Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 24-56, set./dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/bYLGX9GVrQ64F3sF6xVXQ5C/?lang=pt. Acesso em: 23 ago. 2024.

**SANTOS, Boaventura de Sousa.** Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad; Programa Democracia y Transformación Global, 2010. Disponível em: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/1730/2/Boaventura_Refundacion_Estado_ L A.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

**SOS MATA ATLÂNTICA.** Oceanos recebem 8 milhões de toneladas de plástico por ano. Disponível em: https://www.sosma.org.br/101908/8-milhoes-detoneladas-de-lixo-plastico-vao-parar-nos oceanos-por-ano/. Acesso em: 23 set. 2019.

**SULLIVAN, Kevin P. et al.** Mixed plastics waste valorization through tandem chemical oxidation and biological funneling. *Science*, v. 378, p. 207-211, 2022.

**UPRIMNY, Rodrigo.** Las transformaciones constitucionales recientes en América Latina: tendencias y desafíos. In: **GARAVITO, César Rodríguez** (Org.). *El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. Disponível em: https://repository.urosario.edu.co/handle/10336/25984. Acesso em: 23 ago. 2024.

**WORLD ECONOMIC FORUM.** The global plastic crisis: The facts. Disponível em: link para o artigo. Acesso em: 19 set. 2023.

**ZHANG, Y.; XU, X.** Advances in Artificial Intelligence for Waste Sorting: A Review. *Journal of Cleaner Production*, v. 280, p. 124447, 2021. DOI: 10.1016/j.jclepro.2020.124447.

# PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO A ACIDENTES DOMÉSTICOS COM ARANHAS

*Kauan Oliveira Cruz*[1]

*Katia Regina Benati* [2]

**RESUMO**

As aranhas são animais que carregam um estereótipo muito negativo por humanos devido à desinformação. No entanto, das 134 famílias descritas, apenas 10 gêneros possuem espécies que trazem algum risco para os seres humanos, sendo que no Brasil só ocorrem três: *Phoneutria, Loxosceles e Latrodectus.* Assim, é essencial promover ações que viabilizem a mudança deste conceito, já que esses indivíduos exercem funções necessárias no ecossistema, como controle de insetos que podem atuar como pragas. A Educação Ambiental pode auxiliar a desenvolver uma melhor conscientização nas pessoas acerca das aranhas ofensivas. Nesse sentido, o objetivo do projeto é proporcionar um melhor conhecimento sobre as aranhas para a população que vive em regiões próximas de mata com o intuito de prevenir possíveis acidentes com esses animais. O estudo foi desenvolvido em Salvador,com a aplicação de um questionário para saber qual a percepção que os residentes da área de mata possuem sobre aranhas. Ao final deste estudo, evidencia - se que apesar da maioria dos participantes não tenha medo das aranhas e reconheça a sua importância ecológica, ainda há uma lacuna a respeito das aranhas de importância para saúde.

**Palavras-chave:** Segurança Doméstica. Aracnídeos. Conscientização Ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental surgiu em resposta à preocupação com o meio ambiente e a conservação da biodiversidade, tendo a finalidade de promover mudanças nas relações entre os seres humanos e a fauna e flora (Effting, 2007). Nesse sentido, estudos envolvendo Educação Ambiental, vem sendo cada vez mais realizados, funcionando como um instrumento que desencadeia processos de conscientização ambiental (Quirino, 2009).

Dentre os objetivos da Educação Ambiental está a possibilidade de conscientizar a população sobre a importância dos animais para o meio ambiente, destacando ações que podem reduzir a taxa de acidentes relacionados a animais venenosos, além promover uma interação entre humano e animal mais harmoniosa. Caso a população

[1] Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Bahia. Bolsista de Iniciação Científica vinculado ao Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA) vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), kauan.cruz@ucsal.edu.br.

[2] Doutora em Ecologia, Docente do Curso de Ciências Biológicas (UCSAL). Pesquisadora do Centro de Ecologia e Conservação Animal )ECOA/UCSAL), Bahia, Brasil, katia.benati@pro.ucsal.br.

possuísse um melhor entendimento grande parte dos acidentes relacionados às aranhas seriam evitados.

A relação estabelecida entre muitos animais e o ser humano, é baseada no conhecimento prévio intimamente ligado às experiências, já que os acidentes, por sua vez, geram traumas na vítima, o que influencia os familiares e pessoas próximas, acarretando em ações que intensificam a mortalidade desses animais. Por isso que, na maioria das vezes, esses animais são vistos como “feios”, “perigosos” e que devem ser “mortos” (CORRÊA; SEIBERT, 2016).

Esse fato acontece com diferentes animais, como as serpentes (SANTOS; PROFICE; SCHIAVETTI, 2020; NASCIMENTO et al., 2019). Para as aranhas não ocorre diferente, são vistas como animais “feios”, “ofensivos”, “perigosos” e que podem matar humanos, mas poucos conhecem sobre esses animais ou o papel desempenhado por eles na natureza.

As aranhas são artrópodes da classe Arachnida, essencialmente carnívoros, portanto, se alimentam de vários tipos de insetos, dessa maneira elas controlam a proliferação desses seres contribuindo para a manutenção do equilíbrio ecológico (WISE, 1993). Apesar da importância ecológica desses animais, muitas pessoas não compreendem o papel das aranhas, visto que historicamente existe um medo intrínseco, além disso, como esse conhecimento não é propagado, moradores que residem próximo a mata, por exemplo, muitas vezes não estão cientes disso, e acabam as matando, frequentemente por entender que por serem grandes, são perigosas. A ignorância populacional e confusões prejudicam a população desses animais, causando um desequilíbrio na flora e na fauna.

Atualmente, existem 134 famílias de aranhas descritas, distribuídas em 4394 gêneros e 52.260 espécies (World Spider Catalog (2024). Entretanto, apenas 10 gêneros tem espécies que podem causar acidentes aos seres humanos, logo, a maioria desses animais não representam perigo para as pessoas, na verdade eles têm um papel ecológico muito relevante no controle de pragas, por exemplo.

Dentre as diversas espécies de aranhas encontradas no Brasil, apenas três gêneros possuem importância para saúde, pois podem ocasionar sérios danos à saúde humana, são elas: aranha armadeira (*Phoneutria*), aranha marrom (*Loxosceles*), viúva negra (*Latrodectus*). Apesar dessas aranhas causarem acidentes e poderem trazer

algum risco para a população, representam um número muito baixo de espécies, e portanto, se faz necessário que a população tenha conhecimento desse fato e da importância ecológica desses animais, assim como poderem evitar acidentes.

Com base no exposto, buscamos analisar duas questões: A falta de educação ambiental traz perspectivas errôneas da população a respeito das aranhas? Os acidentes domésticos causados por aranhas estão relacionados ao manejo equivocado?

## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste estudo foi aplicado um questionário para populações que residem próximas a áreas de mata. O público foi selecionado a partir de imagens de satélite para identificar bairros em Salvador que estejam próximos a ambientes de mata.

Após a seleção dos bairros, um questionário foi elaborado para a população adulta (maior de 18 anos). As questões tinham como finalidade avaliar o conhecimento da população a respeito das aranhas, com perguntas sobre a importância para saúde, predação, alimentação e identificação.

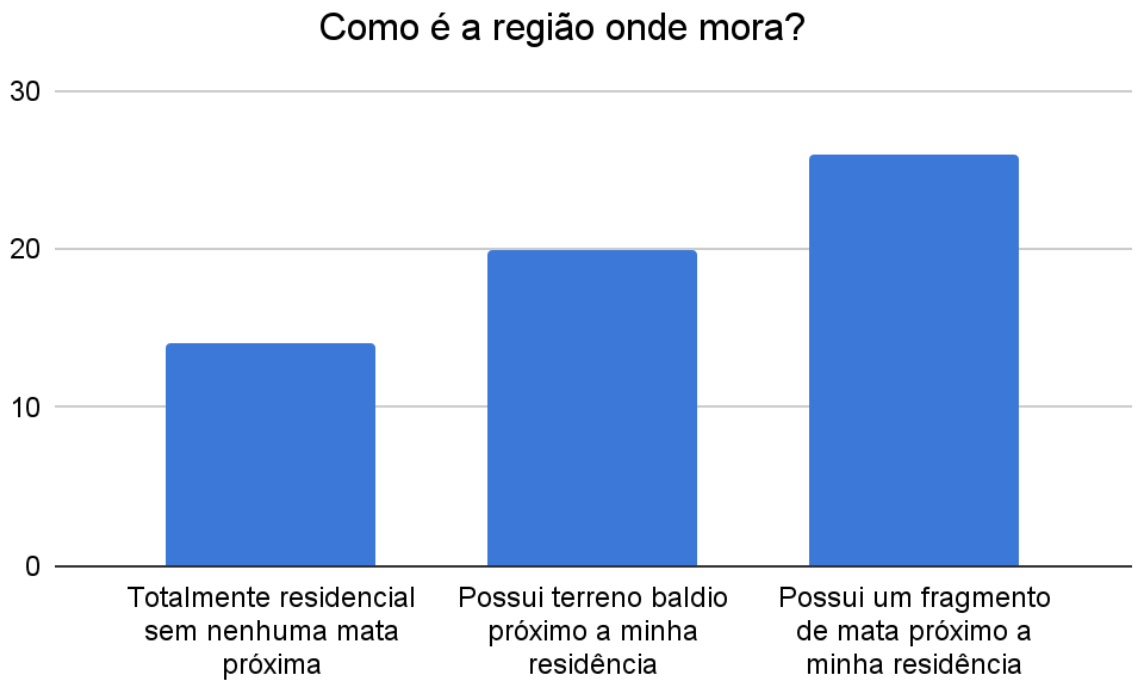
O questionário foi composto por oito questões fechadas, sendo elaborado utilizando a ferramenta Google Formulários e disponibilizado via redes sociais (WhatsApp e Instagram). Juntamente com o questionário enviou - se um Termo de Consentimento Livre Esclarecido para que o participante da pesquisa possa tomar sua decisão de forma justa e sem nenhum constrangimento.

Após a aplicação do questionário foram elaboradas cartilhas informativas, disponibilizadas através das redes sociais, com o objetivo de esclarecer o que são e quais são as aranhas consideradas de importância para a saúde, onde elas vivem e como as pessoas podem prevenir acidentes com essas aranhas.

### 2.2 RESULTADOS

Dos 70 participantes, 16 entre 20 e 29 anos, representando a maior parte, com 26,7% dos entrevistados. Além disso, 24 pessoas que correspondem a 40% dos respondentes possuem nível superior completo. Em relação ao local de residência, a maioria dos participantes (n=26; 43,3%), vivem próximos a áreas com fragmentos de mata (GRÁFICO 1).

**GRÁFICO 1 -** Distribuição dos respondentes conforme a proximidade de suas residências com áreas de fragmentos de mata.




Sobre acidentes com aranhas, a maioria dos participantes (n=59; 98,3%), nunca foi picado por aranha. Já em relação ao avistamento de aranhas, 40,7% (n=24) dos participantes simplesmente não se importam, enquanto 32,2% (n=19) se sentem indiferentes à presença desses animais.

Os resultados também mostram que a grande maioria das pessoas (88,3%; n=53) não consideram todas as aranhas perigosas (GRÁFICO 2). Entretanto, quase metade dos participantes (44,1%; n=26) responderam que matam as aranhas quando as encontram em casa (GRÁFICO 3). O que não era esperado, pois Segundo Santana, Neto e Silva (2023), as pessoas geralmente matam indiscriminadamente quaisquer

espécimes de aracnídeos, em resposta às sensações de medo ou aversão para com esses animais.

**GRÁFICO 2 -** Opiniões dos participantes sobre o perigo das aranhas.

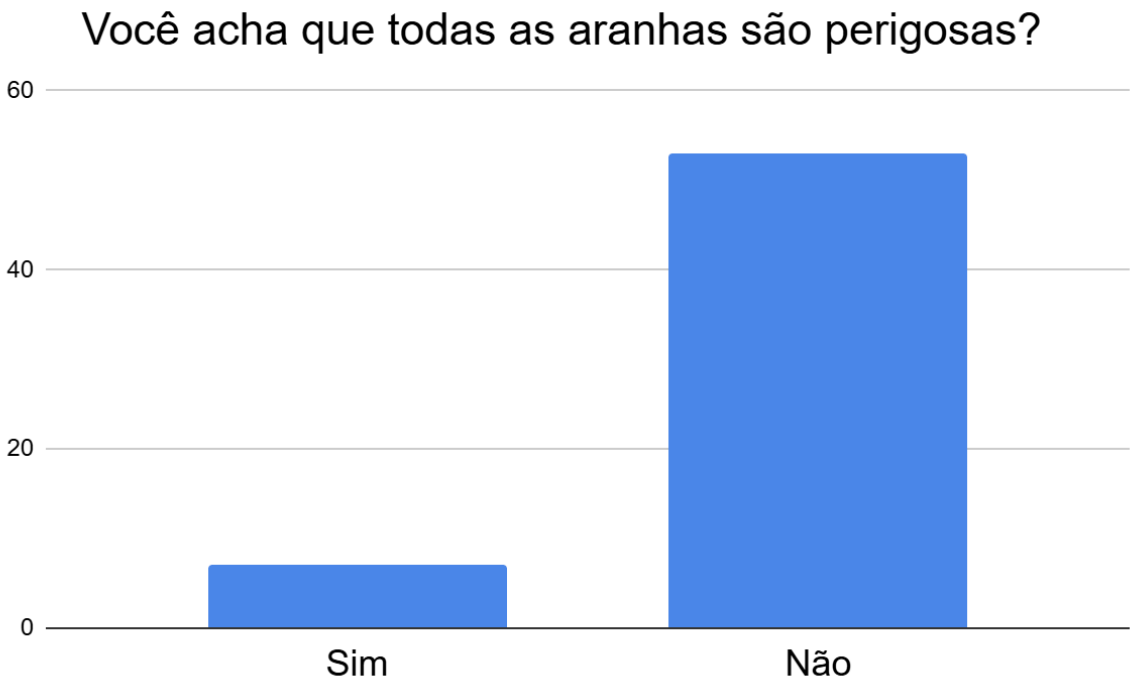
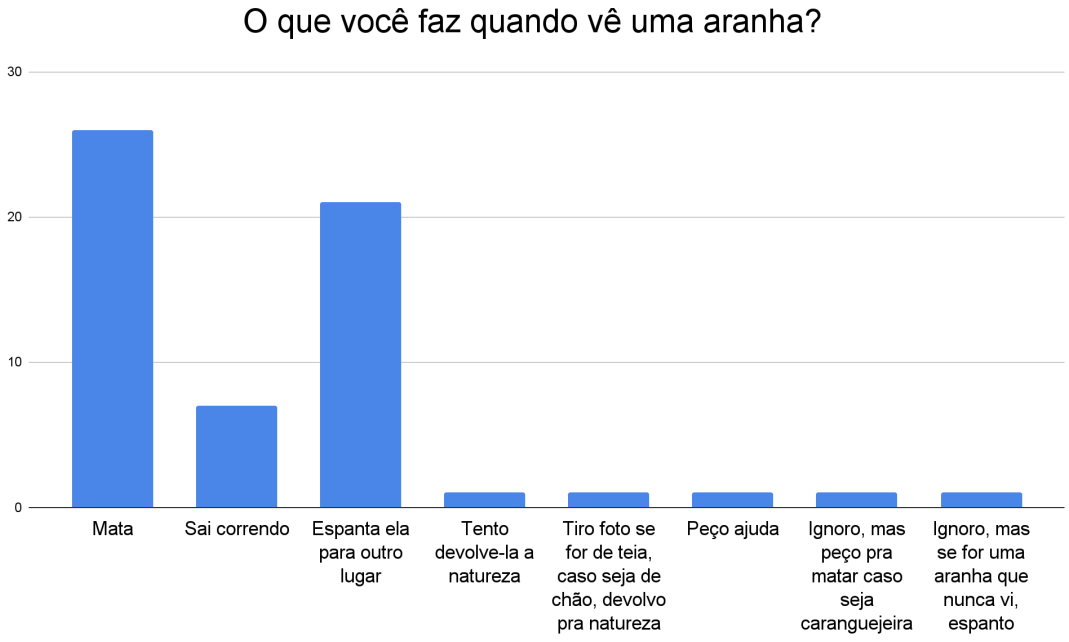
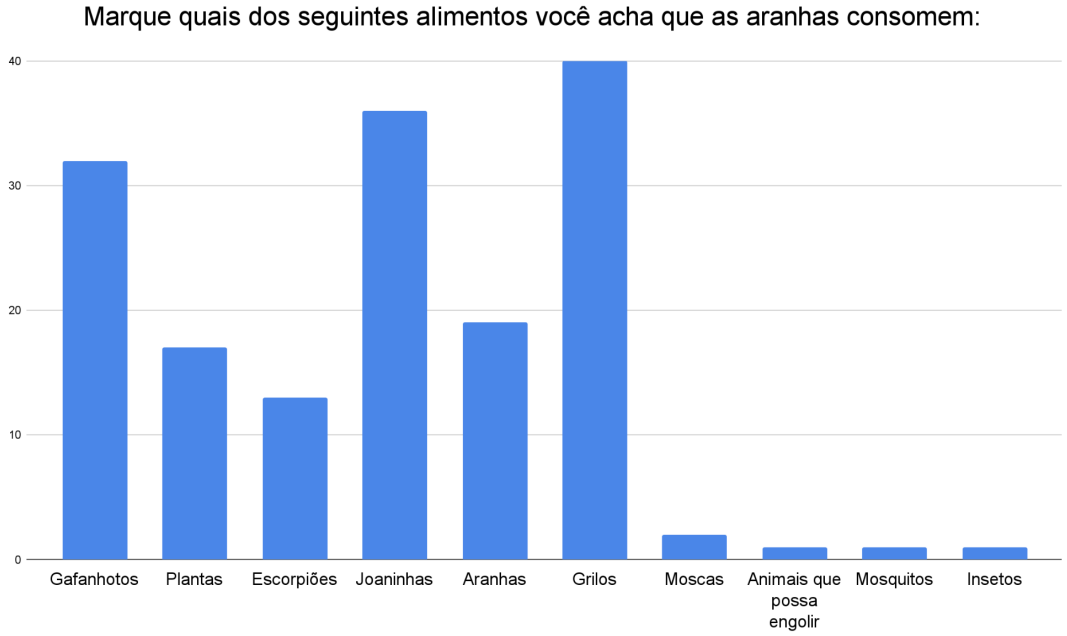



**GRÁFICO 3 -** Atitudes dos participantes em relação a encontros com aranhas.



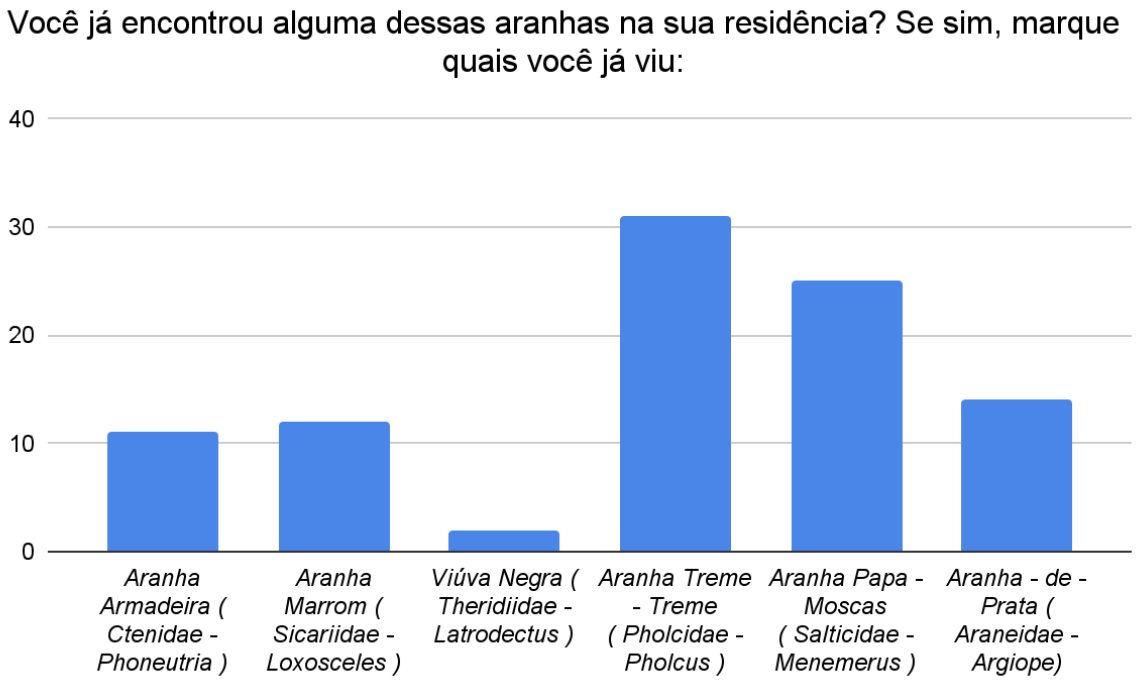
Analisando as respostas sobre a alimentação das aranhas (GRÁFICO 4) é possível notar que um número considerável de pessoas acham que as aranhas se alimentam de plantas (28,8%, n=17), o que reforça a ideia da falta de conhecimento da população a respeito desses animais.

**GRÁFICO 4 -** Perceções dos participantes sobre a alimentação das aranhas.




O gráfico 5 mostra quais foram as aranhas mais encontradas pelos respondentes em suas casas. Os resultados mostram que os entrevistados, embora não tenham medo de aranhas e não saibam identificar as de importância para a saúde, identificaram em suas casas a aranha marrom (27,3%, n=12) e aranha armadeira (n= 11, 25%) e a viúva negra (4%, n=2), os três gêneros de importância para a saúde. Esses resultados indicam que há uma necessidade de ilustrar para a população quais são as aranhas consideradas de importância para a saúde e aquelas que são inofensivas aos humanos. Reforçando a observação de Almeida e Soares (2018), que uma das principais causas de acidentes com animais peçonhentos é a falta de conhecimento da população sobre esses animais.

**GRÁFICO 5 -** Aranhas mais frequentemente encontradas pelos participantes em suas casas.




Mais da metade das pessoas não encontraram aranhas dentro de casa (n=39, 65%) e a maioria (n=53, 88,3%) acha que nem todas as aranhas são perigosas. Ainda assim, 60% (n=53) não souberam dizer o que são aranhas de importância para a saúde. Quando questionados sobre a importância das aranhas para o meio ambiente, praticamente todos os respondentes (93,3%, n= 56) consideram que as aranhas têm alguma importância para o meio ambiente e 55 (91,7%) afirmaram que a educação ambiental pode colaborar na prevenção de acidentes com aranhas.

Como uma ação para promover o entendimento dos resultados e abordar as lacunas identificadas na percepção dos respondentes sobre aranhas, foram confeccionadas cartilhas informativas (APÊNDICE A), visando esclarecer quais aranhas são de importância para a saúde, como prevenir acidentes e onde elas são encontradas.

## 3 CONCLUSÃO

Com base nos resultados observa-se que embora grande parte dos participantes morem em áreas próximas de mata, não sabem diferenciar aranhas inofensivas das de

importância para a saúde, mas consideram a sua importância para o ambiente, indicando uma possível conscientização sobre as aranhas, mas sem saber como se prevenir de acidentes. Para auxiliar nesse conhecimento, foram compartilhadas cartilhas educativas com conceitos, imagens e informações básicas de aranhas de importância para saúde, para que a população possa identificar, prevenir acidentes e saber como proceder em caso de acidente com aranhas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA T. F.; SOARES M. A. Ações em educação ambiental na prevenção de acidentes com animais perigosos na zona oeste do Rio de Janeiro.Revista Educação Ambiental, n. 63, p. 1 - 6, 2018.

BRAZIL, T.K.; PINTO-LEITE, C.M.; ALMEIDA-SILVA, L.M.; REJÂNE M. LIRA-DA-SILVA, R.M.E ANTONIO D. BRESCOVIT, A.D. 2009. Aranhas de importância médica do estado da Bahia, Brasil. Gazeta Médica da Bahia.

EFFTING, T. R. 2007. Educação Ambiental nas escolas públicas: Realidade e desafios. 2007. 90f. Dissertação (Pós Graduação em Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

NASCIMENTO, et al. 2019. Educação ambiental na sensibilização para serpentes. Revista Capim Dourado: Diálogos em Extensão, Palmas, v. 2, n. 3, p. 33-40.

NASCIMENTO, L.; CABICIERI, C.; SCHIAVETTI, A. 2020. A Educação Ambiental como ferramenta de sensibilização e construção do conhecimento sobre serpentes: um estudo no sul da Bahia, Brasil. Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, v. 37, n. 4, p. 339-359.

QUIRINO, A.M.S. et al. 2009.Educação Ambiental como medida preventiva e cuidados com acidentes ofídicos na Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE. In: Giovanni Seabra. (Org.) Educação Ambiental para a sociedade sustentável e saúde global. João Pessoa, v.1, p. 101-105.

SANTANA, Walter do Nascimento; COSTA NETO, Eraldo Medeiros; SILVA, João Paulo dos Santos. Aranhas e escorpiões na percepção de estudantes do 7º e 8º anos de uma escola da zona rural De Feira de Santana, Bahia, Brasil. Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 120–141, 2023. DOI: 10.46667/renbio.v16i1.903. Disponível em: https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/903. Acesso em: 17 ago. 2024.

SILVA, T.B.C.; NASCIMENTO, M.P. SOARES, M.A. 2018. Práticas de educação ambiental na avaliação do conhecimento sobre aranhas em escola da zona oeste do Rio de Janeiro, RJ. 15º Congresso Nacional de Meio Ambiente, Poços de Caldas, MG.

TEIXEIRA, C.S.B; MELLO, L.G.; CORREIA, K.N.; FREITAS, R.C.; SILVA, T.L.B.; & MARCELO DE ARAUJO SOARES. 2017. Práticas de educação ambiental na prevenção de acidentes com escorpiões na zona oeste do Rio de Janeiro – RJ. 6º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, UFRRJ.

WISE, D. H. 1993. Spiders in Ecological Webs. Cambridge University.

WSC, 2021. Catálogo da Aranha Mundial. Versão 22.5. Museu de História Natural de Berna, online em http://wsc.nmbe.ch, acesso em 17/09/2021. doi: 10.24436 / 2).

## APÊNDICE A - CARTILHAS INFORMATIVAS

**Figura 1 -** Cartilha sobre perguntas frequentes relacionadas à aranhas de importância médica.

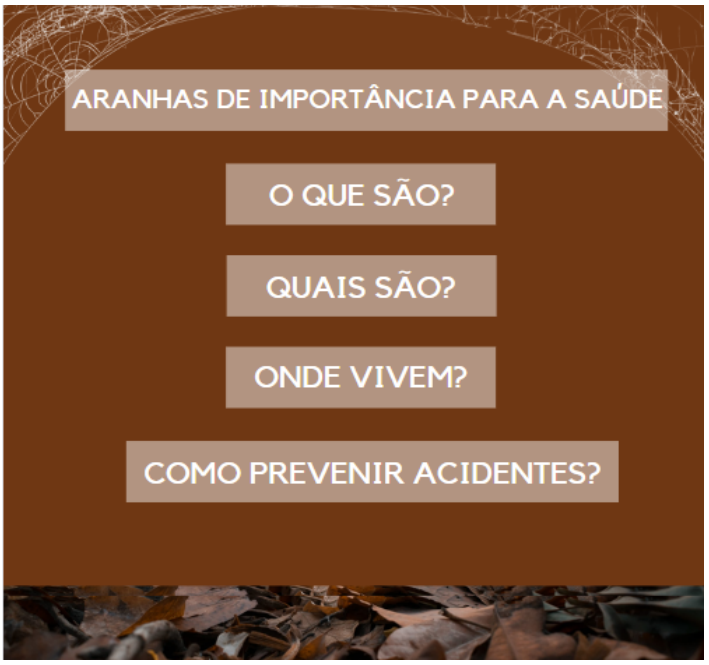


**Figura 2 -** Cartilha sobre a definição de aranhas de importância para a saúde.

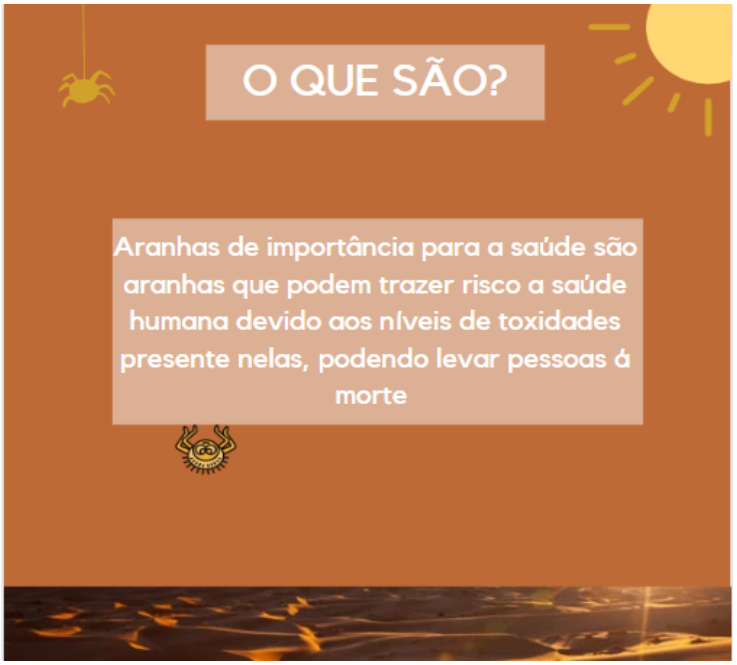



**Figura 3 -** Cartilha sobre os tipos de aranhas de importância para a saúde

**Figura 4** - Cartilha sobre habitats das aranhas.

**Figura 5** - Cartilha sobre prevenção à acidentes com aranhas.

# USO DE ROTÍFERAS COMO BIOINDICADORES NA CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA NA LAGOA DO ABAETÉ E NA LAGOA DO URUBU EM SALVADOR-BA

*Ágatha Xavier de Castro Campos* [1]

*Ana Beatriz Lima Valença Dias* [2]

*Nilza Karina Santos Serapião* [3]

*Maria Alice Silveira Protasio* [4]

*Eder Carvalho da Silva* [5]

**RESUMO**

Para toda gestão pública, o saneamento básico é uma pauta muito importante. Entretanto, no Brasil, a falta do saneamento básico ou a má qualidade de distribuição dele, afeta significativamente o sistema de saúde. Isso se deve ao fato de que uma boa rede de saneamento básico pode prevenir muitas doenças, tais quais, diarréias, leptospirose, verminoses e outras. Diante de tal cenário, tem surgido a necessidade de novos estudos de avaliação de qualidade da água, que tem como finalidade mensurar a "saúde" de corpos d'água. Visto isso, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a ocorrência de indivíduos de um filo de bioindicadores - Rotifera - para avaliar o estado da qualidade da água das lagoas do Urubu e do Abaeté, em Salvador-BA. Foram definidos 5 pontos de coleta para cada lagoa, distribuídos de forma aleatória, as amostras foram coletadas diretamente, com auxílio de um coletor universal, e posteriormente analisadas qualiquantitativamente no laboratório da Universidade Católica do Salvador. Foram realizados cálculos referentes à abundância e frequência de ocorrência dos organismos. Os rotíferos foram identificados a nível de família, e 6 foram identificadas no total: Brachionidae, Euchlanidae, Notommatidae, Trichocercidae, Habrotrochidae e Philodinidae, todas ocorrendo na Lagoa do Urubu e apenas 4 destas na Lagoa do Abaeté. Verificou-se a necessidade de mais estudos acerca do filo Rotifera, assim como a importância de um planejamento adequado na implementação de políticas públicas de saneamento básico.

**Palavras-chave**: Rotifera. Saúde. Saneamento básico. Água.

[1] Bacharelanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), agathaxcc@gmail.com.

[2] Bacharelanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), beatrizdiaslima3@gmail.com.

[3] Bacharelanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), nilzakarina.wallon@gmail.com.

[4] Bacharelanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), alice.protasio@gmail.com.

[5] Docente da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Coordenador do Núcleo Integrado de Estudos em Zoologia (NIEZ), eder.silva@pro.ucsal.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade de Salvador, assim como outros centros urbanos, apresenta grandes problemas no que diz respeito à degradação da qualidade da água. Atualmente, a realidade é de poluição de quase todo o complexo hidrográfico natural da cidade, com muitos rios e lagoas apresentando um estágio avançado de eutrofização, com redução da diversidade biológica e que funcionam como grandes reservatórios de doenças, o que evidencia a falta de planejamento em relação ao saneamento básico, além da ausência de políticas públicas que visem a proteção e conservação dos recursos naturais da cidade (Bahia, 2006; Silva et al., 2021).

As diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico estão estabelecidas pela Lei N° 11.445/2007, que compreende o saneamento de forma ampla por: conjunto de serviços e instalações de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Dados de 2019 apontam que a falta de saneamento básico sobrecarregou o sistema de saúde da época com aproximadamente 273.403 internações por doenças de veiculação hídrica, que incluem as diarréias, leptospirose, esquistossomose, dentre outras. O Nordeste se apresentou como a região com mais casos de óbito devido à falta de acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário (Boehm, 2021).

Nos últimos anos, respostas através de comunidades bioindicadoras proveniente de análises sistemáticas, têm sido uma alternativa bastante utilizada como uma forma de mensurar a “saúde” de corpos d’água (Cutrim, 2013). Segundo Callisto, Gonçalves Jr. e Moreno (2004), bioindicadores de qualidade da água são organismos, grupos de organismos ou comunidades biológicas cuja presença, distribuição e quantidade indicam a gravidade dos impactos ambientais em um ecossistema aquático, evidenciando o mais precocemente possível as modificações naturais ou provocadas (Vitorio, 2006). Dentre esses organismos, os indivíduos do filo Rotifera destacam-se por sua grande sensibilidade ambiental, respondendo a diversos tipos de impactos, levando a uma alteração na quantidade de organismos, assim como na composição e diversidade da comunidade (Coelho-Botelho, 2003). Os rotíferos são comumente encontrados em lagos e lagoas de água doce, e são altamente adaptados a diversas condições ecológicas (Hickman et al., 2013).

Destarte, este trabalho busca fazer uma análise quali-quantitativa dos rotíferas presentes nas Lagoas do Abaeté e do Urubu, determinando a abundância, assim como a riqueza e a composição das famílias em cada lagoa, podendo a partir disso determinar a qualidade da água nesses locais, comparando-as ao fim.

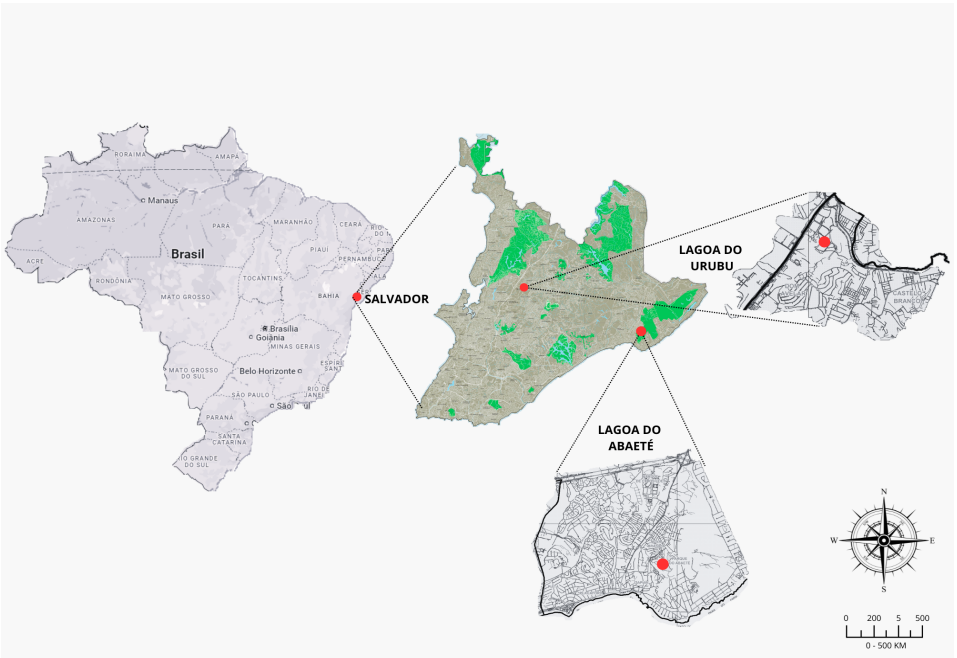
## 2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

#### 2.1.1 Área de estudo

O estudo foi realizado nas lagoas do Abaeté (12°56'41.6"S 38°21'29.8"W) e do Urubu (12°55'07.6"S 38°27'39.0"W) localizadas respectivamente nos bairros de Itapuã e Jardim Santo Inácio, em Salvador, Bahia (Figura 1).

**Figura 1** - Mapa de Salvador com a localização das lagoas do Abaeté e do Urubu




A Lagoa do Abaeté (Figura 2) ocupa uma bacia com aproximadamente 6m de profundidade, rodeada predominantemente por vegetação de restinga (Oliveira et al., 2003) e sua área de entorno é classificada como área de influência de intervenção populacional (Silva, 2021). Em um estudo de Monitoramento quali-quantitativo

feito por Santos *et al.* (2013) na lagoa do Abaeté, identificou-se variedade de microrganismos que habitam o intestino dos animais de sangue quente, indicando a possibilidade de contaminação por excretas humanas. Desta forma, o uso de rotíferos como bioindicadores, é de ótima escolha, considerando sua ampla dieta alimentar, que inclui bactérias, algas filamentosas e outros metazoários, possibilitando uma rápida ocupação dos ambientes (Fransozo, 2018).

A Lagoa do Urubu (Figura 3) está localizada próxima à uma via urbana, tendo trânsito frequente de veículos e pedestres, e costuma ser utilizada pelos moradores para fins de pesca. Há despejo de esgoto na lagoa, e ao seu redor é possível observar a presença de bastante vegetação e uma considerável quantidade de lixo (Salvador, 2023). Com o aumento do grau de eutrofização, os recursos alimentares oferecidos à biomassa zooplanctônica, no caso deste, os do filo rotifera, também aumentam e além do limite tolerável pelo ambiente (Marcelino, 2007).

**Figura 2 -** Vista da Lagoa do Abaeté em Salvador - BA, 2023

Fonte: Autoria própria.

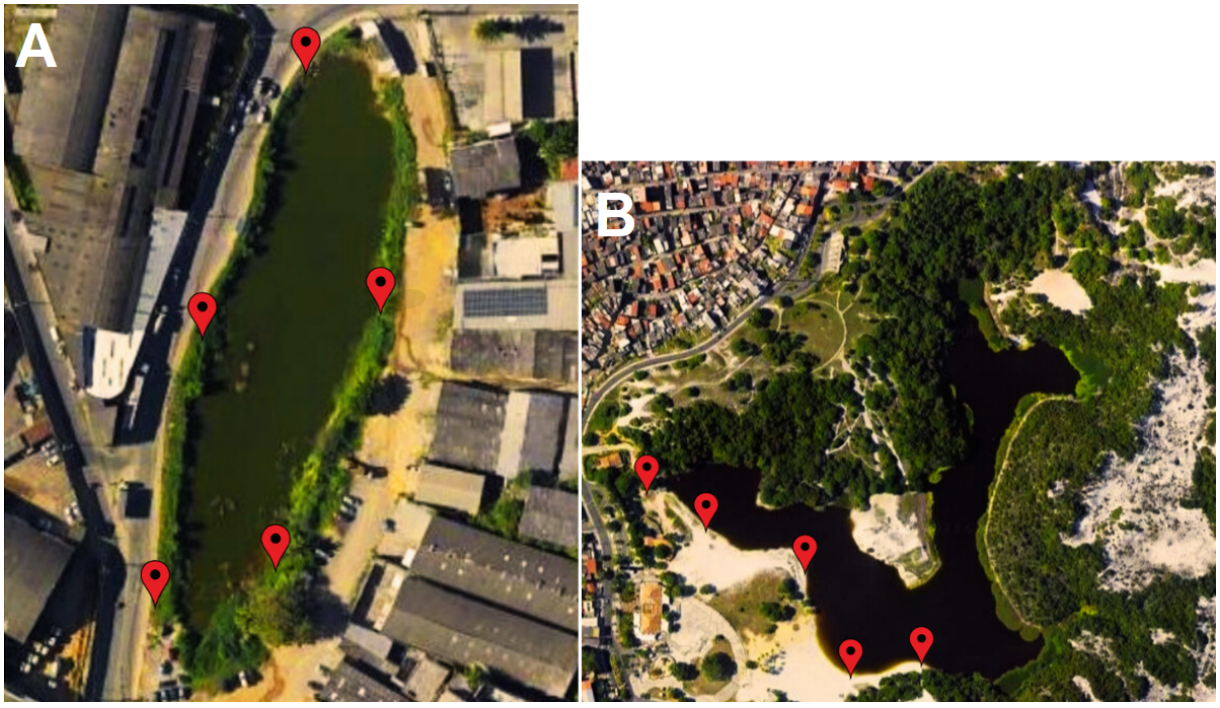
### 2.1.2 Delineamento amostral

As coletas ocorreram no mês de maio de 2023 e foram realizadas duas coletas em cada lagoa. Para cada uma, 5 pontos de coleta foram selecionados de maneira

aleatória, visando abarcar a maior área possível destas. A distribuição dos pontos na Lagoa do Urubu (Figura 3) ficou de tal maneira que englobasse toda a lagoa, contudo, por questões de acesso, os pontos da Lagoa do Abaeté (Figura 4) foram coletados apenas na região mais acessível.

A água foi coletada com uma parcela de sedimento em frascos esterilizados de 80ml e para cada ponto foram utilizados 2 destes, totalizando 10 recipientes para cada lagoa, que foram devidamente identificados da seguinte forma: $Px_1$ e $Px_1$', $Px_2$ e $Px_2$' e assim sucessivamente, contabilizando os 5 frascos e suas réplicas, com "x" sendo representado por "a" para as amostras da lagoa do Abaeté e "u" para as amostras da Lagoa do Urubu. As coletas foram realizadas no período da manhã, em dias sem chuva.

**Figura 3 -** Pontos de Coleta na Lagoa do Urubu (A) e Lagoa do Abaeté (B), Salvador Bahia.




Fonte: Google Maps.

Além disso, os pontos de coleta aleatórios foram selecionados desde a área com maior acúmulo de matéria orgânica até a área com menos, ou nenhuma matéria orgânica, com uma distância significativa entre as amostras. Quanto aos EPIs, foram

utilizadas luvas e mangotes para a proteção das mãos e braços, e calça, sapatos ou botas para a proteção das pernas e pés.

As amostras foram encaminhadas em caixas térmicas para os laboratórios da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), onde as análises qualitativas e quantitativas dos rotíferos coletados foram realizadas.

### 2.1.3 Análise dos dados

Em laboratório, foram retiradas sub-amostras de todos os recipientes com o auxílio de pipetas. Cada sub-amostra foi colocada em uma lâmina e analisada qualiquantitativamente com o auxílio do microscópio óptico. Para cada frasco foram analisadas 5 lâminas, totalizando 50 sub-amostras para cada lagoa.

Foi feito o cálculo da abundância e os rotíferos encontrados foram identificados a nível de família. Além disso, foi realizado o cálculo da frequência de ocorrência das famílias, que se trata da relação entre o número de amostras em que a família ocorre pelo número total de amostras. Para a exposição dos dados obtidos foram construídos gráficos e tabelas, e para a comparação entre as lagoas foram realizados testes T de Student, utilizando os valores da quantidade de organismos por lagoa.

## 2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 47 organismos no total, agrupados em 6 famílias, sendo essas Brachionidae, Euchlanidae, Notommatidae, Trichocercidae, Habrotrochidae e Philodinidae. Dentre estas, todas ocorreram na Lagoa do Urubu e apenas 4 na Lagoa do Abaeté. Quanto aos indivíduos, 33 foram coletados na Lagoa do Urubu e 14 na Lagoa do Abaeté. As famílias encontradas estão divididas entre as classes Monogononta (Brachionidae, Euchlanidae, Notommatidae e Trichocercidae) e Bdelloidea (Habrotrochidae e Philodinidae), que são os maiores grupos de água doce, tendo a segunda uma maior ocorrência de organismos no presente estudo.

**Tabela 1 -** Abundância de indivíduos por família de rotíferos na Lagoa do Urubu, Salvador, Bahia

| FAMÍLIAS | PU1 e PU1' | PU2 e PU2' | PU3 e PU3' | PU4 e PU4' | PU5 e PU5' | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ROTÍFEROS** | | | | | | 33 |
| *Philodinidae* | 1 | X | X | X | 1 | 2 |
| *Brachionidae* | 1 | X | X | X | 3 | 4 |
| *Notommatidae* | X | 1 | X | X | 3 | 4 |
| *Euchlanidae* | X | 2 | X | X | 1 | 3 |
| *Habrotrochidae* | X | 2 | 4 | 3 | 10 | 19 |
| *Trichocercidae* | X | 1 | X | X | X | 1 |

**Tabela 2 -** Abundância de indivíduos por família de rotíferos na Lagoa do Abaeté, Salvador, Bahia.

| FAMÍLIAS | PA1 e PA1' | PA2 e PA2' | PA3 e PA3' | PA4 e PA4' | PA5 e PA5' | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ROTÍFEROS** | | | | | | 14 |
| *Philodinidae* | 1 | X | X | X | X | 1 |
| *Brachionidae* | X | X | X | X | 1 | 1 |
| *Notommatidae* | 1 | X | X | X | X | 1 |
| *Euchlanidae* | X | X | X | X | X | 0 |
| *Habrotrochidae* | 4 | X | X | X | 7 | 11 |
| *Trichocercidae* | X | X | X | X | X | 0 |

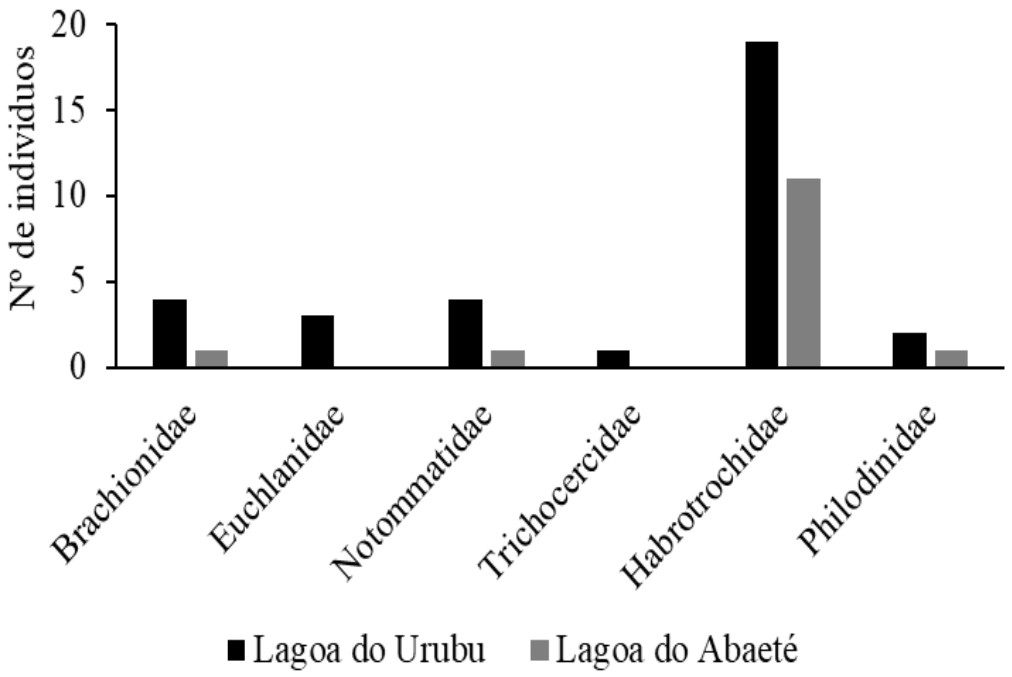
No que diz respeito à abundância, a família Habrotrochidae apresentou o maior número de indivíduos em ambas as lagoas, se mostrando como uma família dominante nas amostras observadas. No entanto, fatores que influenciam na distribuição dos Bdelloidea não são bem conhecidos, considerando que deve-se incluir a disponibilidade de alimentos, tais como matéria orgânica particulada e o biofilme (Swan ; Palmer, 2000 *apud* Moreira *et al*., 2015).

Os resultados expostos na figura 5 demonstram maior aparição de indivíduos da família Habrotrochidae, o que se apresenta como um resultado inusitado, visto que outros estudos com finalidades semelhantes observaram dominância das famílias Brachionidae e Trichocercidae (Vitorio, 2016; Serafim-Júnior et al., 2010), que tiveram baixa frequência no presente estudo, especialmente a segunda família citada, que

apareceu apenas esporadicamente. Por outro lado, a baixa frequência da família Euchlanidae manifesta um resultado semelhante ao encontrado por Serafim-Júnior et al. (2010) em seu estudo no reservatório do Iraí, localizado na cidade de Curitiba. Quando trata-se de comunidades de meiofauna, ainda se tem pouco conhecimento dos fatores abióticos e bióticos que possam influenciá-las. Contudo, interações biológicas, quantidade de oxigênio e a disponibilidade de matéria orgânica podem ser vistos como fatores para tal influência (Brüschner-Hüttemann, 2020).

Os cálculos realizados, utilizando os valores da abundância de organismos em cada lagoa, resultaram nos valores para a Lagoa do Urubu e do Abaeté, respectivamente, de: Média = 5,5 e 2,3; Desvio Padrão = 6,7157 e 4,2740.

**Figura 4 -** Frequência das famílias encontradas nas lagoas do Urubu e Abaeté




A presença de rotíferos e modificações em suas estruturas (riqueza, composição e abundância) estão relacionadas à alterações na composição e abundância de algas, assim como à presença de matéria orgânica (Eler et al., 2003), já que esses organismos são extremamente sensíveis à diversos tipos de impacto e a sua resposta às condições abióticas e bióticas do ambiente ajudam a determinar o estado trófico e qualidade da água, fato que os torna ótimos bioindicadores (Nascimento, 2018).

Os achados obtidos, no entanto, não são suficientes para conseguir determinar a qualidade da água nos corpos hídricos estudados, para isso seria necessário analisar mais parâmetros, como a medição do pH, temperatura, oxigênio dissolvido, fósforo total e realizar mais coletas, especialmente em pontos que compreendam as áreas centrais das lagoas, dado que as coletas ocorreram nas margens por motivos práticos, em função da impossibilidade de locomoção para as áreas de maior profundidade. Ademais, ainda é escasso o campo de pesquisa sobre o filo estudado, tornando pouca a base teórica para sustentação da pesquisa realizada, o que aponta a importância da realização de mais estudos acerca do filo Rotifera como um todo. Apesar disso, a ocorrência de rotíferos nas duas lagoas pode apontar a necessidade de um melhor planejamento no que diz respeito à implementação de políticas de saneamento básico, visando o manejo e limpeza dessas águas, principalmente em relação à Lagoa do Urubu, que apresentou uma maior abundância de rotíferos e por se tratar de uma área que é bastante utilizada pelos moradores da região para fins de pesca.

## 3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que os objetivos foram alcançados de forma parcial, visto que os dados alcançados não foram suficientes para determinarem o estado da qualidade da água nas duas lagoas, mas estes servirão de contribuição considerável para novas pesquisas, tendo em vista que estudos que abrangem o filo Rotifera encontram-se em escassez. Recomenda-se que estudos futuros realizem a medição de mais parâmetros, que serão diferenciais no processo de avaliação da qualidade da água. Ainda assim, a análise dos rotíferos contribuiu para a construção da hipótese de que as duas áreas apresentam condições inadequadas para o consumo e contato recorrente.

Por fim, o estudo identifica a necessidade de produção de mais pesquisas acerca do filo Rotifera, visto sua relevância para a determinação da qualidade da água de complexos hidrográficos. Verifica-se também a importância de um planejamento adequado para as políticas públicas de saneamento básico, buscando implementar mais ações que objetivem a proteção e preservação dos corpos hídricos da cidade de Salvador.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Católica, por disponibilizar laboratórios de pesquisa e materiais que foram essenciais para a realização do estudo.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **Bacias Hidrográficas no Município de Salvador: Iniciativa de Gestão Integrada**. Salvador: PMS/Seplam/SMA, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Diário Oficial da União.

BRÜSCHNER-HÜTTEMANN, H. et al. **Meiofauna in stream habitats: temporal dynamics of abundance, biomass and secondary production in different substrate microhabitats in a first-order stream.** *Aquat Ecol* 54, 1079–1095 (2020). Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10452-020-09795-5 Acesso em: 28 de maio de 2023.

BOEHM, C. **Falta de saneamento básico causa mais de 273 mil internações em 2019.** Agência Brasil, EBC, São Paulo, 2021.

CALLISTO, M; GONÇALVES JR., J. F.; MORENO, P. **Invertebrados Aquáticos como Bioindicadores.** Projeto Manuelzão, UFMG, 2018. Disponível em: https://manuelzao.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/invertaquaticos.pdf Acesso em: 04 de abr. de 2023

COELHO-BOTELHO, M. J. **Dinâmica da Comunidade Zooplanctônica e sua Relação com o Grau de Trofia em Reservatórios.** IV Simpósio e IV Reunião de Avaliação do Programa Biota/FAPESP, 2003.

CUTRIM, A. L. F. **Avaliação da qualidade ambiental do Rio Uberabinha (MG) utilizando parâmetros físico-químicos e comunidades de macroinvertebrados bentônicos como bioindicadores.** Tese (Mestrado em Ecologia e Conservação dos Recursos Naturais) - Instituto de Biologia, Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, p. 102, 2013.

ELER, M. N. et al. **Ocorrência de Rotifera e sua relação com o estado trófico da água em pesque-pague na bacia do rio Mogi-Guaçu – SP.** Boletim Técnico do CEPTA, v. 16, p.41-56, 2003. Disponível em: https://www1.icmbio.gov.br/cepta/images/stories/producao_cientifica/ocorrencia_2003_01.p df Acesso em: 27 de maio de 2023.

FRANSOZO, A.; NEGREIROS-FRANSOZO, M. L. **Zoologia dos Invertebrados**. 1. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2018.

HICKMAN et al. **Princípios integrados de Zoologia.** 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

MARCELINO, S.C. 2007. **Zooplâncton como bioindicadores do estado trófico na seleção de áreas aqüícolas para piscicultura em tanque-rede no reservatório da UHE Pedra no Rio de Contas, Jequié-BA.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE, Brasil. Disponível em: http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6516/2/Sergio%20Catunda%20 Marc elino.pdf. Acesso em: 07 de abr. de 2023.

MOREIRA, R. A et al. **Taxas de filtração e ingestão de uma microalga por Philodina roseola (Rotifera: Bdelloidea).** Acta Biológica Colombiana, vol. 21, núm. 2, pp. 325-333, 2016. Disponível em: https://doi.org/http://dx.doi.org/10.15446/abc.v21n2.47837 Acesso em: 28 de maio de 2023.

NASCIMENTO, R. L. **Distribuição espacial dos Rotifera em um lago natural raso da região da Mata Norte, Pernambuco, Brasil.** Anais do Congresso Nacional de Biólogos - Vol. 8: Congrebio 2018. Disponível em: http://congresso.rebibio.net/congrebio2018/trabalhos/pdf/congrebio2018-et-09-012.pdf. Acesso em: 04 de abr. de 2023

OLIVEIRA, P. E. et al. **Paleovegetação da Floresta Atlântica da Bahia: Estudos Palinológicos na Lagoa do Abaeté, Salvador, e na Lagoa Encantada, Ilhéus.** IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, 2003. Disponível em: http://abequa.org.br/trabalhos/paleo_33.pdf Acesso em: 04 de abr. de 2023

SALVADOR. Secretaria do Meio Ambiente. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). **Relatório anual da qualidade da água das lagoas urbanas da cidade de Salvador.** Salvador: SEMA, 2023.

SERAFIM-JUNIOR, M. et al. **Variação espaço-temporal de Rotifera em um reservatório eutrofizado no sul do Brasil**. Iheringia: Série Zoologia, v. 100, n. 3, p. 233-241, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0073-47212010000300008. Acesso em: 08 de abr. de 2023.

SILVA, A. C. M. et al. **Variabilidade sazonal da qualidade de água em lagoas urbanas no nordeste do Brasil.** São Paulo, UNESP, Revista Geociências, v. 40, n.1, p. 207-220, 2021. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/14865. Acesso em: 04 de abr. de 2023.

VITORIO, U. S. R. **Rotíferos (Rotatoria) como indicadores da qualidade ambiental da Bacia do Pina, Recife (PE - Brasil).** Tese (Mestrado em Ciências) - Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, p. 87, 2006.

# MEDIDAS ADEQUADAS DE LIDAR COM OS RESÍDUOS TÊXTEIS PÓS CONSUMO PARA O CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE

*Aline Veiga Moita*[1]

*Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi*[2]

**RESUMO**

A presença dos vestuários na vida dos seres humanos remonta a pré-história, e é um objeto que acompanha do início ao fim da vida, entretanto, a durabilidade destes itens, na existência de um único ser humano, é rápida considerando a expectativa de vida. Aspectos desde o crescimento de uma pessoa até as formas de uso podem determinar o ciclo de vida, e as destinações que estes possam ter pós uso. Desta forma, este artigo tem como objetivo principal demostrar a importância das iniciativas para destinação final adequada dos resíduos têxteis de vestuários pós consumo, e especificamente, analisar como a economia circular pode dirimir os impactos ambientais dos resíduos têxteis; avaliar como o mercado de segunda mão contribui para manutenção de projetos sociais; e por fim, exemplificar como o consumo consciente e os cuidados com os têxteis podem estender a vida útil dos vestuários. E para isso, neste estudo foi utilizado a metodologia de pesquisa tipo exploratória, com abordagem qualitativa a partir do levantamento bibliográfico nos portais de pesquisa. O trabalho apresenta os conceitos teóricos e as principais iniciativas já experimentadas e implementadas no mundo, no Brasil, e especificamente em Salvador - BA. Logo, alternativas desde *upcycling*, reciclagem de tecidos, cuidados com a manutenção dos têxteis, consumo consciente e mercado de segunda mão são propostas para diminuir o impacto no meio ambiente.

**Palavras-chave:** Resíduos têxteis. Economia circular. Tecnologia disruptivas têxteis.

## 1. INTRODUÇÃO

Os vestuários estão presentes na vida dos seres humanos desde a pré-história, e em pleno século XXI é possível observar que até os animais de estimação possuem roupas. Os produtos têxteis compreendem uma infinidade de mercadorias desde vestuários até itens para casa.

A durabilidade destas peças depende das matérias primas utilizadas para confecção, e da maneira como são cuidadas durante a utilização. No fim do ciclo de vida destes produtos o destino final pode ser a doação para campanhas de arrecadação

[1] Mestranda do Programa de Pós graduação Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador - UCSAL, Bolsista FAPESB, pesquisadora do GP GAMDES/UCSAL aline.moita@ucsal.edu.br.

[2] Professora da Pos Graduação em Territorio Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador, Lider do Grupo de Pesquisa GAMDES, UCSAL. cristina.marchi@pro.ucsal.br.

de ONG's e igrejas, ou o descarte no lixo domiciliar, coletado pelas prefeituras, e posteriormente, descartados em aterros sanitários.

A destinação para aterros sanitários não seria a melhor opção, já que existem tecnologias que são capazes de reciclar os resíduos têxteis, transformando-os em novas fibras. A ciência e a tecnologia agregaram à indústria têxtil uma série de inovações, assim, saindo da manufatura para maquinofatura. (Vieira, Baiardi, S.; Baiardi, D., 2016, p.104) Entretanto, com a revolução industrial e o capitalismo, a indústria têxtil se transformou em uma indústria *fast fashion*, e é essa forma de negócio uma das responsáveis pelo atual impacto ambiental dos resíduos têxteis.

Desta forma, este artigo tem como objetivo principal demostrar a importância das iniciativas para destinação final adequada dos resíduos têxteis de vestuários pós consumo, e especificamente, analisar como a economia circular pode dirimir os impactos ambientais dos resíduos têxteis; avaliar como o mercado de segunda mão contribui para manutenção de projetos sociais; e por fim, exemplificar como o consumo consciente e os cuidados com os têxteis podem estender a vida útil dos vestuários.

Difundir para os consumidores as medidas adequadas de lidar com os resíduos têxteis é um modo de ampliar o cuidado com o meio ambiente, e assim, dirimir o impacto ambiental das atividades dos seres humanos, e a sustentabilidade do planeta para as gerações futuras.

E para isso, neste estudo foi utilizado a metodologia de pesquisa tipo exploratória com a intenção de aprofundamento das informações sobre o tema, com abordagem qualitativa, o que permite uma ampla construção do conhecimento como afirma Rodrigues de Andrade. (2023, p.46)

Como procedimento foi realizado levantamento bibliográfico utilizando como descritores resíduos têxteis; economia circular e tecnologias disruptivas têxteis nos portais de pesquisa, Periódicos Capes, Sciello, Google Acadêmicos, e no portal de busca Google.

Todo o material de estudo levantado passou por uma análise de conteúdo, do qual foi realizado fichamentos e catalogação das informações mais relevantes para o estudo.

O trabalho está organizado com a apresentação dos conceitos teóricos e a correlação com as principais iniciativas já experimentadas e implementadas no mundo, no Brasil, e especificamente em Salvador-BA.

## 2. O QUE SÃO OS RESÍDUOS TÊXTEIS?

A princípio, a moda pode ser pensada como algo passageiro, e ditado por um determinado grupo. Nos moldes como o mundo conhece atualmente é um dos negócios mais lucrativos do mercado internacional, em torno de milhões de dólares (Feghali; Dwyer, 2001, p.15), e que desde a Revolução Industrial teve um franco crescimento. Segundo Feghali e Dwyer (2001, p.13), as atividades de monitoramento de moda analisam informações de áreas distintas desde a economia à ciência e tecnologia. Novos maquinários para fiação, corte e design com o objetivo de otimização dos processos de fabricação dos vestuários, são uma das principais tecnologias do mercado para alcançar a sustentabilidade do setor. Todavia, a cada nova estação uma coleção é lançada, e o consumidor é seduzido a comprar àquela nova peça, o que para os empresários do setor é um grande ganho, ter o consumo garantido a cada nova estação. No entanto, o pós consumo daquele vestuário não é pensado pelo empresário, e muito menos pelo consumidor no ato da compra.

O pós consumo dos vestuários tem crescido o número de descarte em aterros sanitários dos resíduos têxteis, como pode ser evidenciado em um dos maiores cemitérios de roupas no mundo o deserto do Atacama[3], na América do Sul, assim como também, em Bangladesh, na Ásia (BBC News Brasil, 2022).

A cadeia têxtil se inicia no campo com a produção da matéria prima, de origem natural, que pode ser de fonte animal, como o couro, a lã e a seda, ou vegetal, que são o algodão, linho, cambraia, rami, cânhamo, juta, ráfia, sisal e coco, esses últimos que podem ser extraídos de sementes, caules, veia foliares e frutos[4]. (AUDACES, 2021)

[3] BBC NEWS BRASIL. '**Lixo do mundo**': o gigantesco cemitério de roupa usada no deserto do Atacama. Chile, 27 jan. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60144656. Acesso em 10 jun. 2024

[4] AUDACES. **Fibras têxteis**: conheça suas possibilidades de uso. Disponível em: https://audaces.com/pt-br/blog/fibras-texteis. Acesso em: 13 jun. 2024.

Posteriormente, a fibra extraída é beneficiada nos processos de fiação, e em seguida pela tecelagem e acabamento, para finalmente o tecido chegar as confecções.

No entanto, a indústria têxtil que não para de inovar, passa a investir em matérias-primas de origem química, estas podendo ser de fonte vegetal ou petroquímicas. As fibras provenientes de fonte vegetal são classificadas como artificiais a exemplo do *rayon*, viscose e *lyocell,* e os de fonte petroquímicas classificados como sintéticos, que são o elastano, poliéster, PU ou couro vegano, e o *nylon* ou poliamida[5] (AUDACES, 2021). As fibras artificiais e sintéticas se tornaram um grande atrativo pelo baixo custo de produção, e ainda por terem uma aplicação em diversos tipos de têxteis, não somente para os vestuários, mas também para as utilidades domésticas e automobilísticas.

Para Marchi (2020) os elos da cadeia produtiva têxtil, até chegar ao consumidor, vão se diversificando e se tornando mais complexos, pelas suas características heterogêneas. Para a autora, isso ocorre, principalmente, no ramo do vestuário, já que apresenta propriedades para agregação de valor. Prossegue advertindo que “materiais têxteis exigem atenção na sua produção. Os potenciais impactos socioambientais podem ser graves”. (Marchi, 2020, p. 276)

O têxtil se torna um problema quando ele passa a ser um resíduo, e é descartado de forma nociva ao meio ambiente. O resíduo têxtil é classificado como um resíduo sólido de classe II A - não inerte, que tem propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em águas. (ABNT, 2004) Por isso, que o manejo e cuidado com os têxteis são tão relevantes, já que em contato com a água e produtos químicos as fibras podem se desprender.

> Amostras retiradas de 4 estações do Atlântico Sul e da Antártica revelam traços de plástico numa escalada de 50 mil fragmentos por km2. Esses fragmentos provêm em geral de sacos e garrafas de plástico, mas também de fibras sintéticas do vestuário que se desprendem nas máquinas de lavar. (Marques, 2016, p.205)

E cada tipo de fibra têxtil tem um tempo de decomposição diferente. O tempo de decomposição da poliamida é de mais de 30 anos, e o do poliéster é de mais de 100 anos. (Ferreira *et al*., 2015, p.40) Uma roupa de algodão pode levar até 20 anos para se decompor (Modifica, FGVces, Regenerate, 2021).

[5] AUDACES, ref. 4.

O nylon quando surgiu ganhou uma grande proporção, e surgiu como uma inovação da indústria da moda, como salienta o professor Luiz Marques ao parafrasear o geólogo Jan Zalasiewicz, “Se o nylon foi saudado em 1939 como a segunda pele do homem, hoje, como afirma Jan Zalasiewicz, todos os plásticos fabricados são capazes de envolver a Terra inteira numa nova pele de plástico”. (Marques, 2016, p. 199 apud Zalasiewicz)

Portanto, a preocupação quanto ao destino final adequado do têxtil é tão importante, pois o impacto no meio ambiente oferece riscos a sustentabilidade dos seres vivos, como os animais marinhos.

## 3. A ECONOMIA CIRCULAR PARA DIRIMIR OS IMPACTOS AMBIENTAIS DOS TÊXTEIS

O impacto ambiental, do descarte de têxteis pós consumo ou até dos cuidados incorretos, pode ser fruto de um desconhecimento do usuário quanto as medidas de destinação adequada ao final do ciclo de vida do produto, e também da falta de incentivos por parte do ente público ou dos empresários da área têxtil, como aponta o Relatório Fios da Moda, em que 49,9% desconhecem a reciclagem de roupas no Brasil (Modifica, FGVces, Regenerate, 2021, p.54).

Durante o processo de fabricação das fibras até da confecção dos vestuários, as indústrias são responsáveis legalmente pelo descarte final adequado dos resíduos provenientes da produção do têxtil. (Brasil, 2010) Somente no período de 2013 a 2016, o IBAMA divulgou, que as empresas cadastradas como potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais (indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos) gerou 4.892.177 toneladas de resíduos têxteis (MMA, 2022, apud IBAMA).

A cultura do descarte após o uso é proveniente do modelo econômico linear de "extrair, produzir e desperdiçar” (Ellen McArthur Foundation, 2010). Esse modelo já comprovou a sua ineficácia, pois os inúmeros resíduos gerados tem crescido exponencialmente assim como o impacto no meio ambiente.

E por isso, em todo o mundo diversas iniciativas estão sendo estudadas e implementadas com o intuito de diminuir o impacto dos resíduos. As ações, de governos

e organizações da sociedade civil, têm agido conjuntamente em busca deste objetivo, e em sua maioria utilizando a agenda da circularidade.

A economia circular é alternativa de substituição desse modelo linear, e é baseada em três princípios 1) projetar resíduos e poluição; 2) manter produtos e materiais em uso e por fim 3) regenerar sistemas naturais. E tem como esperança, que gere impactos positivos no meio ambiente através da redução das emissões, aumentando a participação de energia renovável e recursos recicláveis, além de produzir o uso de matérias-primas, água, terra e energia. Além disso, é proposto as atividades como reparo, manutenção, atualização, remanufatura, reutilização, reciclagem de materiais e extensão da vida útil do produto como oportunidades inclusive de criação de empregos. (OCDE, 2020)

A proposta da economia circular é repensar o design dos produtos desde o início da cadeia de produção, para que ao final do ciclo de vida deste, ele possa retornar por meio da reutilização de peças, a reciclagem dos materiais, o reparo do mesmo para retorno ao mercado, inclusive como um produto de segunda mão.

Na cadeia têxtil, as coleções são pensadas desde o tipo do tecido a ser usado, a modelagem, a reutilização ou o *upcycling* de coleções posteriores, a reciclagem de tecidos, assim como, o uso das tecnologias de modelagem como aponta Ferreira et al. (2015, p.39)

Essas práticas, além de diminuírem a quantidade de resíduos têxteis, proporciona uma melhor otimização dos tecidos na fabricação dos vestuários como a diminuição dos custos de produção.

Outra ação, que tem sido estudada e explorada no mercado, é a utilização de tecnologias disruptivas com o objetivo de buscar inovações, soluções a problemas ou dificuldades encontradas dentro de um nicho de mercado.

> A teoria da inovação disruptiva é utilizada como instrumento de análise que permite identificar melhores oportunidades para as empresas inovarem e enfrentarem a concorrência, a fim de sustentar a posição no mercado em que já atuam ou buscar entrar em um novo mercado. (Costa et al, 2011, p.388)

Na área têxtil, a reciclagem dos tecidos e a utilização de softwares para etapa de corte e modelagem são algumas das tecnologias que buscam otimizar os custos da produção, e a diminuição de resíduos provenientes do pós uso dos consumidores e também da etapa de produção.

Um dos exemplos, vindos da Suécia é a iniciativa da Renewcell[6] que desenvolveu uma tecnologia capaz de transformar os resíduos têxteis em novos tecidos como o caso da *Circulose*®, tecido proveniente da polpa da celulose produzida a partir dos resíduos têxteis. (Renewcell, 2022). A fibra da Renewcell é matéria prima para produção da viscose ou liocel de empresas do mercado têxtil.

Outra tecnologia disruptiva, a fibra de carbamato de celulose, Infinna[7], também é proveniente do resíduo têxtil da empresa finlandesa Infinited Fiber. O processo para produção deste fibra inclui as etapas de coleta e classificação, depois a desintegração dos resíduos têxteis, posteriormente a separação das fibras, e logo após o processo químico, com a carbamação, e depois o pó de celulose é transformado em um líquido semelhante ao mel, e quando o líquido se cristaliza forma a fibra durante o processo da fiação úmida. (Infinited Fiber Company, 2023).

Ademais, as biofibras têxteis são uma alternativa que o mercado têxtil vem estudando como, por exemplo, as fibras provenientes da caseína, pesquisa da associação portuguesa Fibrenamics[8] (Fibrenamics, 2024), e de algas marinhas cultiváveis da startup brasileira de biotecnologia Phylcolabs[9]. (Phylcolabs, 2024) Para avaliar a viabilidade dessas novas fibras são analisados alguns atributos de sustentabilidade, como a mesma capacidade de fiação com as máquinas atuais do mercado, se as novas fibras podem ser semelhantes as do mercado atual, e o ciclo de vida dessa nova fibra[10] (ABIT, 2024).

A busca por novas alternativas e metodologias que possa minimizar o impacto dos têxteis é crescente em todo o mundo, como afirma a Comunidade Europeia em seu Plano de Ação para Economia Circular. “Impulsionar a triagem, a reutilização e a reciclagem de têxteis, incluindo por meio da inovação, incentivar as aplicações

[6] RENEWCELL. **Circulose**. Disponível em: https://www.renewcell.com/en/ Acesso em: 9 set. 2023
[7] INFINITED FIBER COMPANY. **Groundbreaking textile-to-textile recycling technology for true circularity.** Disponível em: https://infinitedfiber.com/our-technology/ Acesso em: 9 set. 2023
[8] FIBRENAMICS. **Milkfibre**. Portugal, 31 dez 2022. Disponível em: http://www.fibrenamics.com/projetos/milkfibre Acesso em: 11 jun 2024.
[9] PHYLCOLABS. **Solução Phycofiber**. Disponível em: https://phycolabs.com/pt/ Acesso em: 11 jun 2024.
[10] ABIT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL. **Biofibras têxteis**: pesquisas trazem mais novidades - YouTube. São Paulo, 04 jun. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/live/kroAnX_5JrI. Acesso em: 11 jun. 2024.

industriais e aplicar medidas de regulamentação, como a responsabilidade alargada do produtor" (CE, 2020, p.13).

A logística reversa, que "obriga os fabricantes de um produto a aceitá-lo de volta para possível remanufatura, reutilização ou descarte" (Fletcher; Grose, 2011, p.64) no fim do ciclo de vida, requer uma série de acordos setoriais com os governos. Porém, existem empresas do setor têxtil que já vem praticando essa iniciativa. como a loja Renner, empresa do varejo de vestuários, que disponibiliza em suas lojas em todo o Brasil um coletor de roupas sem utilidade, o projeto Ecoestilo[11], que encaminha as peças coletadas para reciclagem ou reutilização.

Além das práticas citadas acima, existem também inúmeras outras, como o *upcycling*, que é a transformação daquele resíduo têxtil em um novo produto, como calças jeans que viram bolsas. "Tanto a reciclagem quanto o *upcycling* são abordagens interessantes para o problema da geração de resíduos têxteis", como afirma Ávila et al. (2023, p.22)

A economia circular busca a todo o custo não ter resíduos, pois dentro da circularidade o produto fabricado lá no início da cadeia precisa retornar, e por isso, a preocupação quanto as indústrias em redesenhar suas mercadorias. Porém, para isso, é necessário que todos os atores desta cadeia estejam envolvidos para que haja uma mudança cultural, "a opção por consumir uma moda com valores que englobam a sustentabilidade, ou seja, tecidos reciclados ou recusados, propostas circulares, produção justa e local é uma escolha que já existe e contribui para mudança" como salienta Ávila et al. (2023, p.22) O consumidor elegendo mercadorias mais circulares induzirá a toda cadeia buscar alternativas mais sustentáveis para o meio ambiente.

E uma das mudanças culturais que envolve, principalmente, aos consumidores é o consumo consciente, uma das medidas de conscientização quanto ao consumo.

## 4. CONSUMO CONSCIENTE E CUIDADOS COM OS TÊXTEIS

O consumo desenfreado de qualquer produto não traz nenhum benefício ao meio ambiente, e nem à saúde mental. "Assim, a quantidade de lixo pode constituir

[11] RENNER. **Projeto Ecoestilo**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.lojasrenner.com.br/sustentabilidade/eco-estilo. Acesso em 10 maio 2024.

importante indicador de consumismo na sociedade" como afirma Giacomini Filho. (2008, p.67) Não é atoa que o 12° Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da ONU[12], traz como metas assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. (ONU, 2015)

Além de garantir o uso sustentável dos recursos naturais como metas, este objetivo também traz como propósito garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham a informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável, e estilos de vida em harmonia com a natureza, assim como, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso[13] (ONU, 2015).

Na cadeia têxtil, além da reciclagem, do reuso, o mercado de segunda mão são algumas das possibilidades, entretanto, o hábito do cuidado da peça durante o período de uso para maior durabilidade e o descarte pós uso ainda são assuntos pouco abordados pelas marcas de vestuários, comerciantes e indústria de confecção.

A etiqueta do produto possui algumas informações codificadas sobre o cuidado (ABNT, 2013), conforme requisito legal das indústrias de confecção (INMETRO, 2021), mas poucos são os consumidores que utilizam essas etiquetas como fator decisivo de compra. Pensando nisso, e nos problemas socioambientais do consumo descartável das roupas, a Cora Design, especialista em sustentabilidade para negócios de moda, e a Positiv.a, que oferece produtos de limpeza e autocuidado com responsabilidade socioambiental, lançaram um Guia do Guarda Roupa Sustentável. (Cora; Positiv.a, 2024, p.31) Um dos temas trazidos no guia é o reparo dos vestuários, que além de aumentar a durabilidade do item, pode gerar novos postos de trabalhos e formas de renda. A Comunidade Europeia aponta que de 2012 a 2018, o número de postos de trabalho na UE associados à economia circular cresceu 5% atingindo cerca de 4 milhões de euros. (CE, 2020, p.19)

Uma prática da sociedade civil organizada, que atenta aos problemas socioambientais que a indústria da moda está causando, trouxe neste guia diversas

[12] ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs Acesso em: 05 jun 2023.
[13] ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Ref.12

dicas de manutenção dos vestuários como também de compras de novos itens, com a missão de evitar que roupas, calçados e vestuários vão parar no aterro sanitário. (Cora; Positiva, 2024, p.31)

Uma excelente iniciativa, que se aderida pelo consumidor, pode gerar mudanças no mercado da indústria têxtil. Esta também atenta ao movimento de sustentabilidade na área da moda, consequências das inúmeras políticas públicas no mundo que forçam mudanças de padrão desse mercado, tem ido em busca de tecnologias disruptivas para encontrarem matérias primas mais sustentáveis, e o lançamento de coleções mais otimizadas.

De cada 10 Europeus 9 (88%) consideram que os vestuários deveriam ser concebidos para durar mais tempo, como divulgado na publicação Sustentabilidade e Circularidade dos Têxteis até 2030 da Comunidade Europeia (CE, 2022, p.2).

O estudo de Marchi (2020), que descreve as características estruturais para o descarte e reuso de têxteis para o comércio de produtos de segunda mão na Região Metropolitana de Estocolmo, Suécia, indica que as facilidades no manejo dos resíduos têxteis para “coleta, triagem e distribuição e as políticas adotadas pela Suécia favorecem o crescimento de negócios sustentáveis ligados a essa cadeia produtiva” (Marchi, 2020, p.273).

Logo, se todos tivessem o cuidado na escolha do tipo de tecido a ser comprado, e a forma como é feita a manutenção dele durante o uso, a possibilidade de um vestuário virar um resíduo têxtil seria mínima, já que em boas condições estariam também disponíveis para um mercado de “segunda mão”.

## 5. O MERCADO DE SEGUNDA MÃO E SUA IMPORTÂNCIA

A compra de produtos em segunda mão, e em especial as roupas, ganharam um mercado nos últimos anos. O brechó, termo utilizado no Brasil para designar as lojas de vestuários de segunda mão, ganhou este nome devido ao sucesso da “loja do Belchior”,

no Rio de Janeiro, que vendia artigos usados, e na boca do povo ganhou a alcunha de brechó[14]. (Serasa, 2023)

Esse tipo de comércio, além das igrejas, das ONG's, e das pessoas físicas, ganhou terreno na internet. É possível encontrar em todo o mundo, sites especializados na revenda de roupas usadas, e inclusive de vestuários de grande grifes de luxo do mundo da moda, como o The Real Real[15], de Nova York.

A revista americana Times[16] aponta o mercado de segunda mão como um dos grandes negócios, que obtiveram lucros recordes. (Times, 2024) No Brasil, os sites Enjoei[17], OLX[18] e o específico de vestuários, Repassa[19], considerado o maior brechó online do Brasil, que além de vender roupas de usuários que não querem mais utilizar, tem parcerias com grandes marcas para vender as coleções antigas. De acordo com o site do brechó online, eles já doaram 117 mil reais para ONG's parceiras e 112 mil peças para projetos sociais.

As ONG's e igrejas também aderiram ao brechó como forma de arrecadar fundos para manutenção dos projetos sociais. A Igreja Católica Ascensão do Senhor, em Salvador - BA, inovou com o lançamento "Sacolas do Bem"[20], onde mulheres que são assistidas pelo Centro Comunitário levam uma sacola com vários itens feminino para venderem em suas comunidades, no modelo de vendas porta a porta. Maior parte das vendas dos produtos ficam com a vendedora, e outra parte destinada as outras ações da comunidade. (Brechó do Bem CAB, 2024).

---

[14] SERASA. **Saiba o que é brechó e como garimpar peças**. 05 jun 2023. Disponível em: https://www.serasa.com.br/carteira-digital/blog/o-que-e-brecho/ Acesso em: 11 jun 2024.
[15] THE REAL REAL. **About us**. Disponível em: https://www.therealreal.com/about Acesso em 11 jun 2024.
[16] THE TIMES. **This old thing? How second-hand became big business**. Reino Unido, 30 abr 2024. Disponível em: https://www.thetimes.com/life-style/fashion/article/this-old-thing-how-second-hand-became-big-business-j85vk5lkx Acesso em: 15 ago 2024.
[17] ENJOEI. **Tudo que você precisa saber para vender muito no enjoei**. Disponível em: https://www.enjoei.com.br/l/como-vender Acesso em: 15 ago 2024.
[18] GRUPO OLX. **Empoderamos brasileiros para realizarem seus sonhos, reinventando o modelo de consumo.** Disponível em: https://olxbrasil.com.br Acesso em: 15 ago 2024.
[19] REPASSA. **As decisões que você toma hoje, moldam o planeta de amanhã.** Disponível em: https://www.repassa.com.br/impacto-repassa Acesso em: 15 ago 2024.
[20] BRECHO DO BEM. Salvador, 21 jun 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C8ew2b4goP3/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA== Acesso em 15 jun 2024

Ainda em Salvador, a Prefeitura tem uma parceria por meio da Secretaria de Sustentabilidade, Resiliência, Bem-estar e Proteção animal, com a ONG Humana[21] Brasil, com o projeto Repense e Reuse, no qual os diversos contêiner são dispostos em vários pontos da cidade para coletar vestuários, calçados e acessórios. Todo o material arrecadado é reutilizado e recuperado, e dispostos para venda nas lojas da ONG para angariar fundos para ações sociais. (Humana Brasil, 2022, p.28).

A importância de cuidar dos vestuários de forma adequada aumenta a durabilidade destes itens, além da probabilidade dos mesmos serem vendidos pelo brechó mais rapidamente, já que os aspecto de peça pouco manuseada atrai o consumidor a comprar aquele produto como se fosse novo.

> O mais óbvio é a reutilização direta, em que peças de qualidade são separadas e redirecionadas para brechós sofisticados e *vintage,* e o restante é comprado por comerciantes para o mercado de brechós menos especializados. Ambos os caminhos geram emprego e mantêm as roupas em uso por mais tempo, economizando recursos. (Fletcher; Grose, 2011, p.66)

O mercado de segunda mão, além de ganhar espaço no mundo dos negócios e se tornar uma ação social, proporciona a subsistência de projetos sociais, e sendo mais uma prática para “desacelerar o fluxo linear de materiais ao longo do sistema industrial”. (Fletcher; Grose, 2011, p.63)

Enfim, o mercado de segunda mão aliado a outras práticas, provenientes da economia circular, como o reparo, o *upcycling*, e também os cuidados adequados com os produtos para aumentar a durabilidade e qualidade, se tornam uma oportunidade de negócios na área têxtil com aspectos e impactos ambientais minimizados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia têxtil é bastante ampla, e desde a concepção da fibra e todo o processo de produção do tecido, e confecção dos vestuários inúmeros aspectos e impactos ambientais podem ser levantados. O presente artigo teve como objeto de estudo os têxteis oriundos de vestuários no pós consumo, e somente esse nicho tem um impacto ambiental grande.

[21] HUMANA BRASIL. **Roupa usada promovendo Sustentabilidade e Desenvolvimento Social.** Salvador. Disponível em: https://reuse.humanabrasil.org/. Acesso em: 10 de maio. 2024.

Esse estudo focou na análise de práticas implementadas e experimentadas na disposição adequada dos têxteis no ciclo final de vida, com o intuito de apresentar possibilidades de cuidado com o meio ambiente.

Enfim, o objetivo geral deste estudo foi demostrar a importância das iniciativas para destinação final adequada dos resíduos têxteis pós consumo, e especificamente, buscou analisar como a economia circular pode dirimir os impactos ambientais dos resíduos têxteis; avaliar como o mercado de segunda mão contribui para manutenção de projetos sociais; e exemplificar como o consumo consciente e os cuidados com os têxteis podem estender a vida útil dos vestuários.

Logo, foi possível atender aos objetivos propostos neste estudo, e alternativas desde *upcycling*, reciclagem de tecidos, cuidados com a manutenção dos têxteis, consumo consciente e mercado de segunda mão são algumas propostas de cuidado com o meio ambiente.

Todavia, é preciso difundir informações sobre o descarte adequado de resíduos têxteis pela população, assim como, a disponibilização por parte dos entes públicos de locais adequados para disposição dos resíduos têxteis sem condições de reuso.

## REFERÊNCIAS

ABIT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL. **Biofibras têxteis**: pesquisas trazem mais novidades - YouTube. São Paulo, 04 jun. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/live/kroAnX_5JrI. Acesso em: 11 jun. 2024.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10004:2004 Resíduos sólidos - classificação.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR NM ISO 3758:2013 - Simbologia de cuidados aplicada a Etiquetagem de Têxteis.** Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

AUDACES. **Fibras têxteis**: conheça suas possibilidades de uso. Disponível em: https://audaces.com/pt-br/blog/fibras-texteis. Acesso em: 13 jun. 2024.

AVILA, Ana Paula Santos de; MACIEL, Dulce Maria Holanda; SILVEIRA, Icléia; RECH, Sandra Regina. Os Resíduos Têxteis Sólidos no Contexto de Abordagens Sustentáveis: Ciclo de Vida, Economia Circular e Upcycling. **Mix Sustentável**, v.4, n.3, p.17-24, out-mar. 2018. Disponível em: http://www.nexos.ufsc.br/index.php/mixsustentavel. Acesso em: 06 jun. 2023

BBC NEWS BRASIL. **'Lixo do mundo'**: o gigantesco cemitério de roupa usada no deserto do Atacama. Chile, 27 jan. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60144656. Acesso em 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305 – 02 ago (2010).** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 05 jun 2023.

BRECHO DO BEM. Salvador, 21 jun 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C8ew2b4goP3/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA. Acesso em 15 jun 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Plano de ação para economia circular** – Para uma Europa mais limpa e competitiva. Luxemburgo: Serviços das Publicações da União Europeia, 2020. E-book. Disponível em: https://data.europa.eu/doi/10.2779/848855. Acesso em: 15 set 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Sustentabilidade e Circularidade dos Têxteis até 2030**. Luxemburgo: Serviços das Publicações da União Europeia, 2020. Disponível em: https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/615d8686-21f4-11ee-94cb-01aa75ed71a1. Acesso em: 15 set 2023.

CORA; POSITIV.A. **Guia do Guarda Roupa Sustentável.** p. 1–38, 2024. E-book. Disponível em: https://marketing.positiva.eco.br/guia-guarda-roupa-sustentavel.

COSTA, Ana Cristina; MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; GUIDOLIN, Silvia Maria. Inovação nos setores de baixa e média tecnologia. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 33 , p. 379-420, mar. 2011.

ENJOEI. **Tudo que você precisa saber para vender muito no enjoei.** Disponível em: https://www.enjoei.com.br/l/como-vender. Acesso em: 15 ago. 2024.

FEGHALI, M. K.; DWYER, D. **As Engrenagens da Moda.** 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Senac, 2001.

FIBRENAMICS. **Milkfibre.** Portugal, 31 dez 2022. Disponível em: http://www.fibrenamics.com/projetos/milkfibre. Acesso em: 11 jun. 2024.

FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR. **Rumo à Economia Circular: o racional de negócio para acelerar a transição**. 2010. Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a%CC%80-economia-circular_Updated_08-12-15.pdf. Acesso em: 15 set 2023.

GIACOMINI FILHO, Gino. **Meio ambiente & Consumismo.** São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2008.

GRUPO OLX. **Empoderamos brasileiros para realizarem seus sonhos, reinventando o modelo de consumo.** Disponível em: https://olxbrasil.com.br. Acesso em: 15 ago 2024.

HUMANA BRASIL. **Relatório 2022 Humana Brasil.** Salvador. Disponível em: https://www.humanabrasil.org/download/relatorio-anual-2022/. Acesso em: 10 de nov. 2023.

HUMANA BRASIL. **Roupa usada promovendo Sustentabilidade e Desenvolvimento Social.** Salvador. Disponível em: https://reuse.humanabrasil.org/. Acesso em: 10 de maio. 2024.

INFINITED FIBER COMPANY. **Groundbreaking textile-to-textile recycling technology for true circularity.** Disponível em: https://infinitedfiber.com/our-technology/. Acesso em: 9 set. 2023

INMETRO. **Portaria n°118 de 11 de março de 2021.** Aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis - Consolidado. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-inmetro-n-118-de-11-de-marco-de-2021-309644935. Acesso em: 15 ago. de 2024.

MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez. Estratégias da gestão de resíduos têxteis na região metropolitana de Estocolmo. **Caderno Metrópole PUCSP**, v.22, p. 273-296, 2020.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Brasília, DF: MMA, 2022. E-book. Disponível em: https://portal-api.sinir.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Planares-B.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

OCDE. The Organisation for Economic Co-operation and Development. **The Circular Economy in Cities and Regions.** OCDE, 2020. E-book. Disponível: https://www.oecd.org/en/publications/the-circular-economy-in-cities-and-regions_10ac6ae4-en.html. Acesso em: 15 set 2023.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 05 jun 2023.

PHYLCOLABS. **Solução Phycofiber.** Disponível em: https://phycolabs.com/pt/. Acesso em: 11 jun 2024.

RENEWCELL. **Circulose.** Disponível em: https://www.renewcell.com/en/. Acesso em: 9 set. 2023.

RENNER. **Projeto Ecoestilo.** Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.lojasrenner.com.br/sustentabilidade/eco-estilo. Acesso em 10 maio 2024.

REPASSA. **As decisões que você toma hoje, moldam o planeta de amanhã.** Disponível em: https://www.repassa.com.br/impacto-repassa. Acesso em: 15 ago 2024.

RODRIGUES DE ANDRADE, F. M. El cuestionario en una investigación cualitativa: reflexiones teórico-metodológicas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 11, n. 26, p. 28–49, 1 jan. 2023.

SERASA. **Saiba o que é brechó e como garimpar peças.** 05 jun 2023. Disponível em: https://www.serasa.com.br/carteira-digital/blog/o-que-e-brecho/. Acesso em: 11 jun 2024.

THE REAL REAL. **About us.** Disponível em: https://www.therealreal.com/about. Acesso em 11 jun 2024.

THE TIMES. **This old thing? How second-hand became big business.** Reino Unido, 30 abr 2024. Disponível em: https://www.thetimes.com/life-style/fashion/article/this-old-thing-how-second-hand-became-big-business-j85vk5lkx. Acesso em: 15 ago 2024.

VIEIRA, A.; BAIARDI, S. A.; BAIARDI, D. **Uma Breve História da Ciência A Aventura do Conhecimento Científico ao Longo dos Séculos.** Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

EIXO 6

# O CUIDADO COMO DIREITO SOCIAL

# A CIDADANIA E SUAS DIFICULDADESNO COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

*Renan Alcantara Motta Coelho*[1]

## 1. INTRODUÇÃO

Muito se debate sobre o número expressivo de violência contra as mulheres na atualidade, mas este artigo busca soluções e mostrar a necessidade de buscar mecanismos jurídicos capazes de impulsionar uma maior atuação do Estado para minimizar os impactos da violência de gênero.

As mulheres já lutaram muito para conseguir seus direitos e agora está na hora dos homens começarem a mudar o pensamento retrógrado que possuem sobreas mulheres, do qual muitas vezes a violência gera a morte, dessa forma, o Estado deveria agir para garantir os Direitos Fundamentais dessas mulheres que são violados diariamente.

A Lei nº 11.340/2006 foi de grande ajuda no meio jurídico, na garantia de direitos as mulheres, mas ainda existem falhas que permitem que os agressores voltem e continuem as agressões com as mesmas vítimas ou outras.

## 2. PROBLEMATIZAÇÃO

O tema abordado nesse artigo de são a “Violência de gênero e a atuação do Estado para Efetividade dos Direitos Fundamentais” diante da estipulação da masculinidade tóxica e número expressivo de violência contra as mulheres na atualidade, o que levacomo pergunta problema: O que tornou os homens da sociedade brasileira agressores domésticos e como o Estado pode ser capazes de impulsionar uma maior efetividade no combate da a violência contra a mulher?

A Lei Maria da Penha se relaciona com o Código Penal, Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal. Ela é a lei número 11,340 que foi sancionada e entrou

[1] Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador; Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Estácio de Sá; Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale; Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador; Advogado.

em vigor em 2006, para aumentar o rigor das punições sobre crimes domésticos, tratando não só de agressões físicas. A introdução da lei diz: “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. ”

Muito se fala sobre os números de violência de gênero, que são dados alarmantes e que preocupam a sociedade brasileira que é extremamente “punitivista”, deixando de buscar a origem dos problemas enfrentados para que, assim, os mesmos erros não sejam cometidos, extraindo esse mal e uma nova sociedade surgirá sem com menores índices violentos.

Não obstante, esse comportamento é replicado para os filhos, criando uma reação em cadeia e assim estamos diante de uma sociedade com disparidade de gêneros, com homens emocionalmente instáveis e que levam imediatamente a violência doméstica.

Onde foi que o Estado falhou na construção dos ideais da sociedade sobre a educação masculina e como preservar a vida, a integridade e a segurança das mulheres?

Através de um arrolamento, sua parte histórica e através de leituras de livros, correntes sobre o assunto, com o objetivo de mostrar quais as consequências da construção de masculinidade tóxica sobre a sociedade brasileira e os efeitos que trazem a violência doméstica devido à falta de atuação do Estado tanto no caráter preventivo e quanto no repressivo. As mulheres já lutaram muito para conquistar e garantir seus direitos, mas está na hora dos homens começarem a mudar o pensamento retrógrado que possuem sobre as mulheres, do qual muitas vezes a violência gera a morte, dessa forma, caberia uma mudança social que poderia partir não só dentro da residência familiar, mas com uma atuação mais forte do Estado aoinvestir em educação dentro dos colégios para mudar esta situação social desde o início, como conscientizar aqueles que estão mais velhos.

## 3. A HISTÓRIA DA VIOLÊNICA DE GÊNERO E A LEI MARIA DA PENHA

Os Direitos da Mulher tiveram início com o processo de internacionalização dos Direitos Humanos. Depois das barbaridades ocorridas na Segunda Guerra Mundial, a humanidade pediu a realização da proteção de seus direitos para que nenhum comportamento chegasse a desobedecê-los novamente e assim, inicia-se também a internacionalização dos Direitos da Mulher.

Mostrando que o modo como inferiorizavam as mulheres, pode-se encontrar sobre a situação até nas passagens bíblicas, como diz Barros:

> O relato conhecido como jeovista, encontramos Jeová como um deus masculino que cria o homem, a partir do barro da terra, e inspira com umsopro de vida. Cria também os animais, a partir do mesmo elemento, e permite ao homem nomeá-los, para que exerça poder sobre eles.
> Entretanto, percebe a solidão de Adão e não julga que isso seja bom.Resolve então dar-lhe um adjutório semelhante a ele, nesta versão, ela setornou um simples apêndice do homem, apontando como seu Senhor, e foicriada para servi-lo e obedecê-lo. [...] A mulher foi afastada dos campos filosóficos, literários, religiosos. À mulher foram reservados os encargos menores tais como a tecelagem, a culinária, a gestão da casa, o cuidado com os filhos, com o marido (Barros, 2001, p. 27.).

Depois de aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, vem a Convenção de Viena, em 1993, subscrevendo-se em 171 Estados.

Após inúmeros tratados internacionais criados, a partir deste período, os direitos das mulheres acabaram fazendo parte dos Direitos Humanos fundamentais que acabam sendo desacatadas nas ações de violência doméstica.

Observando lutas e conquistas de outros Estados, a sociedade brasileira vem seguindo os mesmos caminhos para sua evolução na cidadania e para isto tem grande importância a participação dos movimentos sociais.

> Há vários níveis para se conceber a extensão da cidadania para além das fronteiras do Estado nacional. Trata-se de uma aspiração ligada ao sentimento de unidade da experiência humana na terra e que abre caminhoa valores e políticas em defesa da paz, justiça social, diversidade cultural, democrática, sustentabilidade ambiental em nível planetário, etc (VIEIRA, 2001a, p. 251). Hoje, organizações como Anistia Internacional ou Greenpeace, por exemplo, têm mais poder no cenário internacional do que a maioria dos países (VIEIRA, 2001a, p. 249). Assim, não se espera apenasdo Estado-Nação respostas para a exclusão e degradação social. Está ocorrendo a busca de um novo padrão de desenvolvimento, por meio de entidades e movimentos sociais – como os ecológicos, feministas, de minorias, de consumidores, etc (Nascimento; Morais, 2007, p. 171).

Segundo a Constituição, artigo 5º, parágrafo IX:

> Todos são iguais perante a lei [...] direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, nos termos seguintes: [...] É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (Brasil. Constituição (1988)).

Assim, a Constituição coloca à disposição de todos quais são os direitos queas pessoas têm.

> Todas as pessoas são iguais perante a lei e tem o direito, semdiscriminação alguma, a igual proteção da lei. A este respeito à lei deve proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer tipo de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer tipo de discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião políticaou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação (Brasil. Constituição (1988)).

Saffioti, socióloga, comenta que a violência de gênero abrange para além da violência conjugal, mas que a prática persiste na função patriarcal, que é a prática tolerada pela sociedade, e segundo Saffioti considerada como desvio:

> Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (Saffioti, 1987, p.115).

As desigualdades de gênero, são oriundos de uma formação histórica que naturaliza a submissão feminina, resultando dessa forma, atos discriminatórios.

No entendimento do ilustre Morães (2002), a discriminação fundada no gênero sexual é denominada sexismo e se mostra diferente em três formas. O sexismo individual, cultural e institucional. Para o sexismo individual, se entende que as pessoas refletem atitudes ensinadas no âmbito familiar, no domínio mais privado, ou seja, atos discriminatórios em relação ao gênero, e sendo assim, refletem em atos violentos sem indagar o propósito de suas atitudes. No sexismo cultural, tem interferência das crenças disseminadas na comunidade social, onde a área privadapertence à mulher e a área pública pertence ao homem. Acreditam e defendem a representação da mulher isolada e submissa, e aos homens como chefes da casa, líder da família. No sexismo institucional, a discriminação se mostra e se liga as diferenças econômicas e sociais entre homens e mulheres.

## 4. VIOLÊNCIA MASCULINA NO ÂMBITO FAMILIAR COMO PROBLEMA SOCIAL

Desde pequenas as crianças aprendem a base das diferenças entre homense mulheres. No entendimento de Saffioti:

> Os homens são ensinados a competir permanentemente: por um emprego,por um salário melhor, pela promoção na carreira, até pelas atenções de uma mulher. A competição constitui, pois, o traço fundamental da personalidade masculina destinada a desempenhar o papel de macho. Não se pode esquecer a agressividade como componente básico dapersonalidade competitiva. Ademais, a agressividade também integra, necessariamente, o modelo macho. [...] à mulher impõe-se a necessidadede inibir toda e qualquer tendência agressiva, pois deve ser dócil, cordata, passiva. Caso ela seja o tipo mulher despachada deve disfarçar esta qualidade, porquanto essa característica só é positiva quando presente no homem. Mulher despachada corre o risco de ser tomada como mulher macho (Saffioti, 1987, p. 36)

É comum associarem à violência doméstica e familiar contra as mulheres é a de um namorado, marido ou ex que comete agressão contra a parceira, objetivado por um sentimento possessivo sobre tudo que rodeia a vida daquela mulher. Realmente essa trágica história ocorre e é velha conhecida daqueles que atendem mulheres que sofreram com a violência, sendo a agressão física e psicológica a mais recorrente não só no Brasil como em muitos outros países, apontado atravésde pesquisas atuais. A autora Cavalcanti (2012), enfatiza que a violência cometida contra a mulher tem maiores incidências nas mulheres em idade reprodutiva, acontecendo também em outras fases da vida. No entanto, quando impetrada na fase reprodutiva, prejudica profundamente a independência feminina, deixando repercussões intergeracionais. Salienta ainda que a mulher que sofre violência sexual, sofre a violência de gênero, e esta violência deixa marcas indeléveis.

De acordo com Cardoso (1997 apud MENEZES, 2000), estar introduzido em um grupo familiar onde que frequentemente, os pais se enfrentam e se ofendem entre eles, ou até com seus próprios filhos, proporciona uma noção de que a violência é algo natural. Esses são os casos de mulheres que começam a vida e crescem convivendo todos os dias vendo o pai bater na mãe, que vem a bater nos filhos, que começam a bater um irmão no outro, estes que acabam brigando e batendo nos colegas, e assim vai se desenvolvendo um ciclo vicioso e progressivo de violência. Sendo assim, a violência, um bater, um tapa passa não só representara falta de amor, mas é na verdade

um jeito de se construir como pessoa, em que o subjugar-se ao outro é só método de relação convivido e educado desde que era pequeno.

Neste ponto, Arendt demonstra como a informação passada influência na formação de opinião do cidadão, podendo ser diferente a depender de quem seja próximo.

> O verdadeiro processo de formação de opinião é determinado por aquelesem lugar dos quais alguém pensa e usa o próprio espírito, e a única condição para esse emprego da imaginação é a de ser desinteressado, estar liberto dos seus interesses privados. Por isso, mesmo que evite toda acompanhia e mesmo que esteja completamente isolado enquanto formo uma opinião, não estou simplesmente sozinho comigo na solidão do pensamento filosófico, permaneço nesse mundo de universal interdependência onde me posso fazer representante de qualquer outra pessoa (Arendt, 1967, p. 14).

Um dos modos de se compreender de como surge a violência contra amulher, observando-se que na própria comunidade social existe uma divisão entrehomem e mulher, no qual as pessoas são influenciadas culturalmente através de:costumes, tradições e religiões, fixando dessa forma atividades e serviços na sociedade da qual se fazem parte.

> Nascemos macho e fêmea no sentido biológico, identificamo-nos masculinoe feminino no psicológico e nos tornamos homem e mulher no social [...] ele precisa de figuras afetivas que cuidem dele. Ao longo do desenvolvimento da autonomia, a sensação de desamparo diminui graças aos vínculos amorosos e transparência das mensagens [...] os pais dizem aos meninos: “faça um gol no futebol (ou tire 10 no boletim) que eu vou amar você”. A tradução da frase é: amo você desde que faça o que for importante pra mim[...] As meninas ouvem dos pais: “fique bonitinha e limpinha, seja meiga, e boazinha que assim você conseguirá o que quer”. Em outras palavras, ensinam a menina a ser submissa e desenvolver atitudes para seduzir o outro e alcançar seus objetivos (Montgomery, 1997, p. 65-66).

Os agressores só pensam no prazer da posse, acham que sua esposa e seus filhos estão sob seu domínio. Eles são tão psicóticos que acreditam nas suas agressões como um ato de amor. A contraversão de responsabilidade também ocorre com frequência e também existe a ameaça.

Identifica-se uma mulher vítima de violência doméstica quando comumente, ela é produto deste padrão familiar de submissão e não posicionamento diante das atitudes machistas por parte dos homens. Mesmo observando-se, atualmente, grandes mudanças na organização e dinâmica familiar, predomina ainda um modofamiliar definido pelo pai como autoridade e, sendo assim, pela submissão da mulhere dos seus filhos ao chefe da família. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

## 5. AS FALHAS DO ESTADO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO 5.1. REVITIMIZAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

De acordo os autores Vasconcelos e Augusto (2015), a revitimização da mulher ocorre quando não há "conformação plena de uma rede de atendimento à mulher vítima de violência". Dessa forma, o Estado acaba se omitindo e, aliada ao mau funcionamento das políticas e a falta de preparo dos servidores que fazem parte da rede de proteção, ocorre um aumento nas situações de violência e um decurso de revitimização da mulher violentada, sendo essa uma violência secundária, dessa vez cometida pelo Estado, sendo assim, existe a possibilidade de acontecer uma descrença na justiça, provocando inúmeras perturbações psicológicas.

Para atender as mulheres, existem as redes de apoio especializadas, aquelas que têm como público alvo as mulheres que foram vítimas da violência que a Secretaria de Política para as Mulheres as define como:

> Serviços que atendem exclusivamente a mulheres e que possuem expertíssimo tema da violência contra as mulheres. Inclui os seguintes serviços: Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência,Centros Integrados da Mulher), Serviços de Abrigamento (Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório/Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas,
> Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011, p.27).

O que se vê na realidade é que muitas vezes a vítima que busca ajuda é submetida a tratamentos desumanos e constrangedores, que transformam sua situação de vítima em culpada, como se ela fosse responsável pela violência sofrida. Assim, além do sofrimento gerado em razão do tratamento violento do agressor, a vítima ainda se depara com um outro sofrimento, dessa vez gerado pelo próprio percurso que ela teve que percorrer na rede de atendimento. A ocorrência ficou conhecida como revitimização, observando-se que a vítima é novamente exposta a constrangimentos e julgamentos morais, por aqueles que deveriam protegê-la,ocorre desde a delegacia de polícia até o próprio Judiciário.

O assunto abordado tem relevância com o que foi tratado por Reis (2007) tem importante relevância com o que foi trazido por outros autores, mostrando que a

diferença cultural enraizada no Brasil prejudica muito a igualdade de direitos, quando a população mais necessitada está sempre em desvantagem para obter seus direitos em relação aqueles que detém poderes perante a sociedade.

> Como indivíduos, embora cidadãos, somos uma espécie de joão ninguém, submetidos ao mundo público (rua), ao universo abstrato da lei, das regras gerais, impessoais e universais; como pessoas, adentramos um universo relacional (casa), de sujeitos concretos que se vêem envolvidos em situações concretas e que se valem de suas amizades e do 'capital' que acumularam em termos de contatos e de influência. Aqui entra em cena o "você sabe com quem está falando", a malandragem ou o famoso 'jeitinho brasileiro'. O resultado é a presença de uma cidadania prejudicada, ambígua, determinada por hierarquias e redes de relações pessoais, dependente, portanto, de quem está implicado na situação, e, nesse caso,bem pouco próxima de qualquer regra moderna de equivalência igualitária, com princípios abstratos e universalmente válidos. Como salienta DaMatta, "no Brasil é muito mais importante conhecer a pessoa implicada, do que a lei que governa uma dada situação" (1992, prefácio, 1979) (Reis, 2007, p.

Falta capacitação dos profissionais e assim como nesse caso, a reclamação mais comum e recorrente entre as mulheres é sobre a forma como são tratadas nas delegacias. Segundo a Oliveira (2014), a revitimização da mulher acontece em muitos casos pela negligência na relação dos pleitos coletivos, forenses e psicológicos no cenário de violência doméstica. O que acontece é que as políticas públicas devem atentar não somente direito à integridade física, mas também as instituições de atendimento à mulher deveriam ser estimuladas e incentivadas para evitar que ocorresse essa revitimização, trazendo uma maior capacitação dos agentes públicos que atendem essas vítimas, para que quando as mulheres procuram as instituições empenhando-se no fim da violência sofrida e acabam indo de encontro com a continuidade dela.

## 5.2. AUSÊNCIA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS À CAUSA.

Ainda que se tenha a proteção às vítimas de violência doméstica, estassituações de ameaça e combate a esse tipo de violência não podem apenas ficar a cargo do Direito Penal, ficando o Estado competente de criar projetos para que osagressores sejam submetidos a tratamentos.

Quando se trata dessas medidas, o Estado acaba sendo falho, pois aquantidade de profissionais não é suficiente nas áreas psicossociais.

Segundo Sérgio Ricardo de Souza:

> A criação de centros ou de outros órgãos cuja atividade esteja voltada paraa educação e a reabilitação daquelas pessoas que tenham sido autoras de violência doméstica e familiar contra a mulher constitui providência indispensável para se evitar a reincidência. Até porque, em muitas situações, a pessoa agressora age em decorrência da formação familiar eda bagagem cultural que recebeu, sendo necessário fazê-la reconhecer que está agindo erradamente e que precisa se reabilitar, aceitando novos conceitos e valores (Souza, 2008, p. 177).

A Lei 11.340/06 que cria meios para reprimir e tomar precauções quanto a violência doméstica contra a mulher, determina algumas medidas de assistência e proteção às mulheres. Dessa forma, projetos foram criados, cabendo a União, Estado, Distrito Federal, Municípios e também aos entes não governamentais, na intenção impedir a violência doméstica e familiar contra a mulher, aderindo a programas de prevenção.

No momento em que aborda sobre a falácia da reserva do possível, Krell (2002) cita Canotilho (1991) que entende que para a efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais depende da “reserva do possível” relativa aos recursos econômicos. Essa teoria é uma adaptação da jurisprudência alemã – entende que direitos subjetivos a prestação material está sujeita a disponibilidade de recursos: “reserva do possível”.

O Estado passa a ser negligente quando não tomam as providências para reprimir e precaver atos de violência contra a mulher, faltando ao poder público agir com maior responsabilidade e proporcionar ações corretas na geração de projetos, fornecendo maior segurança as mulheres agredidas quanto cuidados psicossociais com os agressores, garantido uma maior aplicação dos Direitos Fundamentais.

Sobre às políticas públicas de combate à violência contra a mulher, Rangel(1997) nos mostra em seu trabalho que os atos políticos que mais trazem um retornofavorável serão através da a capacitação de vários profissionais, incluindo o movimento feminista em seu conceito e realização, ampliando assim a situação do ponto de vista de gênero:

> [...] como lembra Saffioti (1998), se quisermos promover políticas públicas eficazes no sentido de combater e prevenir a violência contra a mulher, sobretudo a doméstica, é necessário capacitar profissionais das áreas de segurança, do judiciário, da saúde, dos transportes, da educação, bem como os burocratas dos governos para que possam trabalhar de forma competente. Também é necessário absorver feministas não apenas na formulação, mas também na implementação de políticas públicas dirigidas àmulher. Estes são os pré-requisitos para que se garanta a articulação entre as várias políticas e sua continuidade. Somente assim dar-se-ia um passo importante para impedir que o androcentrismo do Estado comprometesse negativamente ideias brilhantes, como a que gerou a 1ª DDM. Mais do que isso, estaríamos

> fornecendo pistas no sentido de melhorar as relações de gênero em nossa sociedade (Rangel, 1997, p.25 – 26)

A administração pública tem a obrigação buscar maneiras para manter as vítimas seguras da violência intrafamiliar. No instante em que a lei assegura direitos do qual o governo deve criar cláusulas benéfica na proteção da vítima, buscando a construção de locais dignos com especialistas capacitados para buscar ressocializaro agressor e a vítima traumatizada pelas agressões psicológica, física e moral.

Um projeto que vem ganhando espaço em muitos estados e cidades é a utilização da Lei Maria da Penha como educação nas escolas, através de atividadese distribuição de kits pedagógicos aos alunos, dessa forma, o governo, através de um investimento que busca resultados futuros, tenta evitar que os jovens acabem se contaminando pela sociedade machista que impera no país e que muitas vezes os ensinamentos machistas se passam no convívio dentro de suas próprias casas.

Os autores Nascimento e Morais (2007) mostram como os valores transcendem ao Texto Constitucional, porque eles tendem a realizar-se por meio e para além dele, pela comunidade na qual estão inseridos. Pode-se se afirmar que a Constituição reconhece tais valores superiores do ordenamento jurídico e os protege, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos.

> A hermenêutica jurídica surge como uma possibilidade para que a cidadania brasileira, que é garantida apenas teoricamente como um símbolo, denominada por Gilberto Dimenstein como cidadania de papel (DIMENSTEIN, 2001, p. 17), passe para uma cidadania efetiva. Assim, o Texto Supremo surge não somente como uma ordem jurídica para juristas,que devem interpretar de acordo com as velhas e novas regras de seu ofício, mas sim como guia para toda sociedade, englobando os cidadãos (Nascimento; Morais, 2007, p. 168).

Não ficando para trás, a Câmara Municipal de Salvador, em 2015, aprovou um projeto do vereador e presidente da Casa, Paulo Câmara, que tem como um de seus objetivos a implementação da Lei Maria da Penha nas escolas. O projeto será endereçado tanto a Prefeitura quanto ao Governo do Estado. Iniciativas, como essa, são importantes para despertar interesse nos estudantes a respeito conteúdos emparelhados aos Direitos Humanos, principalmente os que rodeiam a luta à violência contra a mulher. A disposição sugere a elaboração de material didático e atos que tratem de uma forma divertida, incorporado ao ambiente escolar, o objetoda violência doméstica contra as mulheres.

A intenção é praticar trabalhos que objetivam à contemplação e a crítica sobre o tema e as formas de combatê-lo, baseado no tipo de projeto inserido nas escolas estaduais de ensino do estado de Minas Gerais, implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Social em conjunto com a Secretaria de Educação. A divulgação do projeto segue no site da Câmara Municipal de Salvador.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se com o presente artigo que a violência de gênero através da masculinidade tóxica mostra-se um dos tipos mais inaceitáveis de violência dos direitos humanos, por tirarem das mulheres, principalmente, a liberdade no direito à vida, o respeito e o convívio familiar pacífico.

Mesmo com a modernidade, com uma maior divulgação dos casos e dos direitos de cada um, a violência de gênero se mantem na sociedade, pois ainda prevalece uma cultura machista, cultura que vai passando de pai para filho e assim por diante, na qual muitos homens ainda enxergam as mulheres como objeto, também sexual e dessa forma acabam mediocrizando a relação, que em consequência acaba ficando desgastada, ocasionando a perda do respeito mútuo noambiente familiar.

Foi devido a infelicidade de sofrerem tantas humilhações e buscando a punição daqueles agressores que criaram a Lei 11.340/06, também conhecida comoLei Maria da Penha. Com a criação dessa lei buscou-se uma maior segurança às mulheres, buscando punir rigorosamente o agressor, através de medidas protetivas justamente para proteção da vítima, porém, muitos casos mostram que não é dessaforma que vem acontecendo, pois elas não estão sendo aplicadas da maneira correta como manda a Lei 11.340/06.

Desde então, começou a se questionar a eficácia da lei, observando-se a revolta na sociedade que vem gerando devido o modo como está sendo aplicadanos casos de violência doméstica, causando impunidade aos agressores por culpa dos sistemas policiais e jurídicos. Neste trabalho foram apresentadas situações na qual mulheres que foram vítimas da violência doméstica fizeram como a lei disse, foram até a delegacia, prestaram queixa contra seus agressores, buscaram a proteção da polícia e da justiça, mas não obtiveram êxito, tendo suas vidas ceifadas pelos seus agressores.

No decorrer desse artigo pôde-se perceber, inclusive através do posicionamentos de vários juristas, que a Lei 11.340/06 consegue ser eficaz em seu texto, apresentando as medidas necessárias para proteção da vítima e a punição do agressor, percebe-se falhas na sua aplicabilidade, devendo o poder público buscar medidas necessárias que dê maior segurança às vítimas, criando maiores ações focadas em combater à violência doméstica, pensando sempre na garantida da liberdade plena das vítimas e reconhecer a elas os direitos humanos.

Todas as atitudes agressivas são abastecidas pelo ódio e raiva. Atitudes movidas pelo ódio se combate com amor e justiça. Justiça é a palavra que muitas mulheres procuram no dia a dia e não encontram, porque não é fácil para uma mulher querer o mal e desejar que seja preso aquela pessoa com quem ela conviveu

A sociedade tende a dizer que briga de marido e mulher não se mete a colher, que o homem só faz aquilo, porque ele é homem, que é assim mesmo e ela tem que aceitar, mas está errado. A mulher não deve se calar, deve buscar de todas as formas a luta pela sua sobrevivência.

A mulher deve ser amparada pelo Estado e o mesmo deve criar meios de deixá-la segura, buscar educar as crianças desde pequeno, pois ninguém nasce odiando e com sentimento de posse das mulheres, ninguém nasce fazendo discurso de ódio. O mal deve ser cortado pela raiz.

Sendo assim, a Lei Maria da Penha mudou a vida de muitas mulheres e se mostrou eficácia e competente, porém o seu grande problema está sendo na forma como estão aplicando, gerando não só impunidade, mas também o pior, a perda da vida de muitas mulheres que sofreram, sabe-se quanto na mão de seuscompanheiros até o seu último suspiro. A deficiência não está na lei, está na execução de medidas públicas para ressocializar os agressores e educar as crianças para que se tornem bons cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é o feminismo. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANDREAS J. KRELL, Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha:os (des)caminhos de um Direito Constitucional “comparado”. Porto Alegre: Sergio

Antonio Fabris Editor, 2002.

ARENDT, Hannah. “Verdade e Política”. Nova York, 1967

BARROS, M. N. Alvim de. As Deusas, as Bruxas e a Igreja: Séculos de Perseguição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2001.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1988.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1989

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado, 2007.

BRASIL. Código Penal Brasileiro (1940). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em01 de dezembro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Norma Técnica de Padronização das delegacias Especializadas deAtendimento às Mulheres. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Presidência da Republica. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Redes de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2011.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal Brasileiro*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 11 maio.2016.

CÂMARA aprova indicação que combate violência doméstica*. Câmara Municipal de Salvador.* Disponível em: http://www.cms.ba.gov.br/noticia_int.aspx?id=9740.

Acesso em 15 de outubro de 2016.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. Violência Doméstica. Salvador:Editora Juspodivm, 2010.

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. Prevenção da violência sexual: avaliando a atenção primária no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. In: PASTORINI, Alejandra; ALVES, Andrea Moraes; GALIZIA, Silvina V. Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p.201-224.

CONSELHO SOCIAL E ECONÔMICO, NAÇÕES UNIDAS, 1992

COSTA, Lila Maria Gadoni; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. Estudos de psicologia (Campinas). Vol. 28, n. 2 (abr./jun. 2011), p. 219-227., 2011.

CRUZ, Madge Porto. A saúde da mulher em situação de violência: o que pensam os

gestores e gestoras municipais do Sistema Único de Saúde? Dissertação de mestrado em saúde coletiva, Recife (PE): Programa Integrado de Saúde Coletiva/UFPE; 2002.

CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. *Violência Doméstica:* Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), comentada artigo por artigo. 2. ed. rev. atual. e. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DECLARAÇÃO sobre princípios fundamentais de justiça para as vítimas de direitose abusos de poder adotada pela Resolução 40/34 de 28/11/1985. Março de 2007. Disponível em https://nacoesunidas.org. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 5ª ed. Brasil. Forense, 2013.

MADEIRA, Maria Zelma; COSTA, Renata Gomes. Desigualdades de gênero, poder e violência: uma análise da violência contra a mulher. Revista O público e o privado, Ceará, n° 19, p. 79-89, Jan/Julho. 2012.

MARIA da Penha na sala de aula: da Educação Infantil à EJA. Nova Escola. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/5341/maria-da-penha-na-sala de-aula-da-educacao-infantil-ao-eja. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

MENEZES, Ana Luiza Teixeira. Mulheres: fruto de dominação e fruta para libertação! In: Marlene Neves Strey et al. (Org.). Construções e perspectivas em gênero. São Leopoldo: Unisinos, 2000. p. 125-134.

MIOTO, R. C. T. Família, Trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista, V. 12, Nº 2, p. 163-176, Jan/Jun 2010.

MONTGOMERY, Malcolm. Mulher: o negro mundo. São Paulo: Editora Gente, 1997

MORÃES, Márcia. Ser humana: quando a mulher está em discussão. Rio deJaneiro: editora DP& A, 2002.

NASCIMENTO,do.Valéria Ribas; MORAIS, de. José Luis Bolzan de Augusto Nibaldo Silva. A cidadania e a Constituição: Uma necessária relação simbólica. Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Aline Arêdes de. "Violência doméstica patrimonial: a revitimização da mulher." (2014). Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista de Sociologia e Política, v. 18, nº 36, jun. 2010, p. 15-23, 2010

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência doméstica e familiar contra a mulher:* análise crítica e sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora,2007.

PRADO, D.; OLIVEIRA, C. F. Relacionamento entre homem e mulher nas camadasde baixa renda: amor e violência. Jornal Brasileiro Psiquiatria, 31(1):6-10, 1982.

PRESIDÊNCIA da República (SPM-PR). Dados nacionais sobre violência contra as mulheres, janeiro a outubro de 2015. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a mulher/. Acesso em 17 de abril de 2016.

RANGEL, Olívia Joffily. Violência conjugal contra a mulher, “Narciso acha feio o que não é espelho...”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: SP, 1999.

REIS, José Roberto Franco. Cultura de Direitos e Estado: Cultura de Direitos e Estado: os caminhos (in)certos da cidadania no Brasil. Sociedade, Estado e Direito àSaúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. (Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 2). Rio de Janeiro, p. 15-61, 2007

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *O poder do Macho*. São Paulo: Moderna LTDA, 1987. SILVA, Jerusa Maria de Castro. *Violência Psicológica Contra a Mulher na Relação*

*Conjugal:* a incidência de casos de mulheres atendidas na Casa-Abrigo de São Luís. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

SILVA, Lidia M. M. R. Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Luciane Lemos. CEVIC: A violência denunciada. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2005.

SOUZA, Sérgio Ricardo de. *Comentários à Lei de Combate à Violência Contra a Mulher*. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2008.

# A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO NA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC

*Ana Maria Fraguas Garcia*

**RESUMO**

A qualificação socioeducativa na Bahia é promovida pela Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac, através do Núcleo Gestor Estadual da Escola do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) executando tanto a formação inicial quanto a continuada. Observamos com a nossa experiência de mais de 27 anos no sistema socioeducativo que as formações favorecem o aspecto técnico instrumental, no entanto o suporte psíquico emocional não é trabalhado. O objetivo geral dessa pesquisa será analisar a construção da identidade profissional da equipe de referência na Fundac/BA relacionada à sua prática profissional, razão pela qual se optou por utilizar a pesquisa qualitativa, através da entrevista aplicada com sete profissionais socioeducativos, com atuação em diversas áreas, visando ratificar aspectos positivos e negativos desta prática.

**Palavras-chave:** Qualificação socioeducativa. Técnico instrumental. Psíquico emocional e Identidade Profissional.

**RESUMÉN**

Socio-educational qualification in Bahia is promoted by the Children and Adolescent Foundation – Fundac, through the State Management Center of the School of the National Socio-Educational Service System (SINASE), carrying out both initial and continuing training. We have observed from our experience of more than 26 years in the socio educational system that training favors the instrumental technical aspect, however emotional psychic support is not addressed. The general objective of this research will be to analyze the construction of the professional identity of the reference team at Fundac/BA related to their professional practice, which is why it was decided to use qualitative research, through interviews with seven socio-educational professionals, working in various areas, aiming to ratify positive and negative aspects of this practice.

**Keywords:** Socio-educational qualification. Instrumental technician. Emotional psychic and Professional Identity.

## 1. INTRODUÇÃO

A proposta de estudo é resultado da prática profissional vivenciada nas ações operacionais, estratégicas e seus desdobramentos no cotidiano da medida

socioeducativa em meio fechado na Bahia, sendo assim nosso intuito principal foi compreender o processo de identidade profissional na trajetória socioeducativa.

Como ponto de partida, apresentamos a Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), instituição vinculada à Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, que tem sob sua responsabilidade coordenar, no âmbito do Estado da Bahia, a execução da política de atendimento a adolescentes a quem se atribuiautoria de ato infracional em comunidades socioeducativas.

A Fundac é responsável pela gestão da política de atendimento ao adolescente em cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação no Estado da Bahia, acolhendo adolescentes e jovens entre 12 e 21 anosincompletos e realizando o atendimento socioeducativo de acordo com o Estatuto daCriança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei 12.594/2012).

Desde os idos da década de 1980, a Fundac promoveu qualificações esporádicas em socioeducação, muito embora, na oportunidade, essas fossem ações incipientes e ainda com pouca sistemática. Já durante a década de 1990, e com o intuito de atender às diretrizes do ECA, a Fundac, através dos profissionais da Gerência de Atendimento Socioeducativo (GERSE) e da Assessoria Técnica (ASTEC), promoveu treinamentos, capacitações e consultorias com temas correlatos à socioeducação tendo por finalidade a qualificação técnica do quadro funcional.

A consultoria Modus Faciendi[1] prestou serviço à Fundac de 2001 a 2004, e tinha como gestor Antônio Carlos Gomes da Costa e sua equipe de Facilitadores, todos precursores da Pedagogia da Presença que trabalham a práxis na socioeducação, promoveram uma série de treinamentos (Pedagogia da Presença – “Da Solidão ao Encontro”, “Educação no Paradigma do Desenvolvimento Humano”; Planejamento e Avaliação: para Aprendizagem e Desenvolvimento Organizacional) dirigidos a gerentes e equipes de referência das unidades da Fundac, o quecontribuiu e muito para o melhor desenvolvimento do trabalho diário junto aosadolescentes privados de liberdade.

[1] Modus Faciendi consultoria de Desenvolvimento Social e Ação Educativa, sita à Rua São Paulo, 409 salas2.402/ 2403, CNPJ 70.957.279/ 0001- 8, Centro Belo Horizonte, MG.

No decorrer de décadas, o atendimento socioeducativo desenvolvido pela equipe técnica psicossocial (área de saúde, educação e assistência social) passou ao interdisciplinar, principalmente com a substituição da Portaria nº 647/2008[2] pela Portaria Interministerial nº 1.426 de 14 de julho de 2004, quando houve a possibilidade de ampliação da equipe mínima de profissionais a serem incorporados à equipe, tais como: terapeuta ocupacional, musicoterapeuta e, mais tarde, educador de medida socioeducativa.

Tais profissionais agregaram positivamente ao acompanhamento dos jovens que, muitas vezes, têm dificuldade de aprendizagem e concentração na escola devido à falta de orientação e/ou à abstinência de substâncias psicoativas, tais conclusões foram alcançadas pela parceria da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB e Coordenação de Saúde - Gerse através de profissionais de Psicologia. Em suma, a admissão desses profissionais foi significativa e objetivou "humanizar" as ações desenvolvidas nos espaços coletivos de convivência e contribuiu para diversificar o "olhar" no acompanhamento junto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Como desdobramento de mudanças significativas na estrutura da equipe técnica, o investimento institucional na qualificação profissional em saúde mental resultou na composição de um Grupo de Trabalho – GT, "Grupo de Multiplicadores em Saúde Mental" com práticas exitosas, tais como: *Curso Informativo de Saúde Mental, com 16h de carga horária, Catálogo de atualização dos serviços de saúde mental* enviado aos gestores socioeducativo e aprovação do *Projeto "Prevenção ao Álcool e Outras Drogas***"** (edital de Brasília/2009).

Dentro do organograma institucional, o Núcleo Gestor Estadual da Escola do SINASE/BA, por intermédio dos Instrutores, planeja, executa e avalia a política de formação dos Recursos Humanos da Fundac, baseada na matriz curricular da Escola Nacional de Socioeducação (ENS). Essa estratégia de gestão é realizada por entender que a qualificação dos profissionais, através do alinhamento e aprimoramento de

[2] PORTARIA Nº 647, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2008. A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, considerando a Portaria Interministerial nº 1.426, de 14 de julho de 2004. Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que estabeleceas diretrizes para a implantação e implementação da atenção à saúde de adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, em unidades masculinas e femininas.

conteúdos teóricos e metodológicos, deve estar em sintonia com as práticas socioeducativas, dirigida à execução da política pública de atendimento a adolescente e jovem em cumprimento de medida restritiva ou privativa de liberdade.

Importante observar que, apesar da formação acadêmica ou profissional, aquele que ingressa no sistema socioeducativo necessita de formação específica, considerando, principalmente, a complexidade de acompanhar o processo de privação de liberdade na adolescência e a perspectiva de “ressignificar” o ato infracional praticado. Portanto, a formação continuada é fundamental para promover uma relação saudável entre educador x educando.

Na realidade, muitos profissionais que ingressam são qualificados, mas não permanecem no sistema socioeducativo. O significado da qualificação em socioeducação é mais amplo, o desafio é ofertar o técnico instrumental, mas tambémo psíquico emocional. É importante considerar que, ao longo do caminho profissional percorrido na relação educador x educando, existem os “atravessamentos”, em que a história do adolescente e do profissional se cruzam e entrelaçam de maneira intensa,a ponto de poder interferir no desenvolvimento do trabalho.

Trabalhar na área socioeducativa, essencialmente, é doar-se e estabelecer uma relação entre “educador e educando” que possibilite a abertura ao diálogo, compromisso e reciprocidade, tripé basilar na ação socioeducativa, mas, por outro lado, é buscar cuidar-se enquanto ser humano incompleto. Portanto, no processo de acompanhamento do adolescente devido às tensões geradas no cotidiano é percorrido um longo caminho, respeitar o momento de silêncio, acolher o sentimento, vivências, é um passo importante para estabelecer uma relação saudável entre educador e educando e desta forma, efetivar a presença significativa na vida do adolescente, conforme reflexão do mestre da Socioeducação:

> Devemos ser exigentes com os jovens. A exigência é sinal de respeito e de esperança dos educadores em relação aos educandos. Porém, devemos procurar evitar, a todo custo, colocar a exigência antes da compreensão. A boa exigência é a que, a cada momento, exige alguma coisa que o educando se sinta capaz de realizar. A boa exigência é a exigência possível de ser atendida. O conhecimento do passado do educando fornece-nos fatos, pistas, relacionamentos estabelecidos, insumos que nos servem apenas para uma finalidade: não colocarmos a exigência antes da compreensão (Costa, 2006, p. 62).

A trajetória institucional demonstra ênfase na qualificação profissional ao longo das décadas, quando gestores do atendimento socioeducativo promoveram formações

básicas e continuadas, com o objetivo de aperfeiçoamento do quadro funcional, mas a “atenção integral ao profissional socioeducativo” não foi valorizada na mesma proporção pela Fundação. O fato é que existe uma demanda reprimida.

Concebendo a formação em socioeducação como singular na construção do profissional que é incorporado ao sistema da infância e juventude, principalmente por considerar que aspectos subjetivos influenciam neste percurso e também entendendo que a formação acadêmica/profissional contribui para a construção da identidade profissional em socioeducação, mas não é suficiente para desenvolver asexigências no cotidiano socioinstitucional.

Vale lembrar que a socioeducação nos remete a compreender este novo conceito, surgido a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que nos trouxe novas noções relativas à implementação de medidas socioeducativas.

Portanto, o perfil do profissional que atua na socioeducação, além dos requisitos técnicos (conhecimento, condições físicas e psíquicas, formação contínua), precisa ter os requisitos morais (responsabilidade, autenticidade e honestidade profissional). O afeto pedagógico é fundamental, assim como atitude crítica permanente, a começar pelos seus próprios atos e impactos no desenvolvimento pessoal e social dos educandos.

Vale refletir ainda uma definição nova e, por esse motivo, imprecisa e teórica. A socioeducação tem sua origem conceitual na Educação Social, que Pérez Serrano (2010) define como: “Aquela ação sistemática e fundamentada, de suporte, mediaçãoe transferência que favorece especificamente o desenvolvimento da sociabilidade do sujeito ao longo de toda a sua vida, circunstâncias e contextos, promovendo a sua autonomia”.

Por conseguinte, a identidade em socioeducação é um processo complexo e construído ao longo da trajetória profissional, sendo assim, Riezo Silva Almeida (2023), no texto “Formação e qualificação profissional dos atores do SINASE”, afirma:

> Seu elemento de identificação, nitidamente perceptível, está no fato de serem todos sujeitos, por intermédio do exercício do seu trabalho, da efetivação social do ato socioeducativo. No entanto, esses não são os únicos fatores constitutivos da identidade profissional desses profissionais. Além desses, e tão significativo quanto, é preciso levar em consideração, para a explicitação dessa identidade, o ramo do saber priorizado na formação – inicial e continuada – desse profissional. É na articulação dialética das duas vertentes anteriormente mencionadas – campo do conhecimento ao qual se vincula e forma social de atuação – que se estabelece a identidade de cada um dos

> sujeitos sociais individuais que compõem o grupo dos profissionais da socioeducação. (Disciplina 2, gestão do sistema socioeducativo, unidade IV,p. 4).

A partir dos parâmetros pedagógicos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelecidos na Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, a Gestão de Socioeducativa iniciou o “treinamento socioeducativo”, elaborando a matriz curricular baseada especificamente nos parâmetros socioeducativos. A Lei nº 12.594/2012, Art.23, inciso IV trata das políticas de pessoal quanto à qualificação, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condição de trabalho no sistema socioeducativo. Destarte, a formação do profissional é contínua e oportuniza a incorporação de novos aprendizados e aperfeiçoamento profissional.

## 2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A proposta de aplicação da entrevista é por entender que as informações levantadas subsidiaram o desenvolvimento do trabalho de investigação das questões inquietantes que ronda o ambiente laboral, principalmente por tratar-se deimplicações subjetivas, envolvendo o valor que o trabalhador atribui à prática profissional na socioeducação. Conforme afirma Minayo (1994, p. 21):

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Outro aspecto considerado ao longo da pesquisa foi o trato com a sondagem inicial e as perguntas das entrevistas realizadas e o envolvimento de emoções e sentimentos presentes na dinâmica das relações interpessoais. Embora saibamos que a intersetorialidade é a essência das ações estratégicas na socioeducação entreos profissionais, também é notório que as diferenças são expressas no cotidiano institucional e devem ser fonte de aprendizados compartilhados para enriquecerem o trabalho coletivo, garantindo assim a sua interdisciplinaridade.

A pesquisa foi realizada com profissionais que trabalham na Gerência de Atendimento Socioeducativa (Gerse), sede administrativa da Fundac, sita à Rua das Pitangueiras, Brotas em Salvador (BA). São profissionais que atuam na gestão

estratégica da Fundação da Criança e do Adolescente para garantir os serviços básicos aos adolescentes privados de liberdade. Os profissionais entrevistados foram consultados antes da realização das entrevistas, quando foi esclarecido o objetivo da utilização do referido instrumento.

Cabe salientar que o adolescente é atendido na Delegacia do Adolescente Infrator (DAI), posteriormente, ele é acolhido por profissionais do Pronto Atendimento (PA), o que denominamos como a “porta de entrada” na Fundac, enquanto o Programa de Egresso acompanha o educando após o cumprimento da medida socioeducativa, o que, muitas vezes, faz toda a diferença para evitar a reincidência.

O estudo teve como ponto de partida a análise dos dados dos entrevistados com a perspectiva de comparação dos conteúdos relatados pelos profissionais da GERSE. A proposta foi entrevistar 7 (sete) profissionais que supervisionam as atividades da equipe de profissionais da Fundac, e consequentemente, apresentar osresultados com o objetivo de melhorar a “atenção” ao profissional socioeducativo.

Analisamos as entrevistas dos profissionais que atuam na ação estratégica e pelo tempo de serviço dedicado à socioeducação em ordem decrescente: aquele que tem maior tempo de serviço, 25 (vinte e cinco) anos, passando por quem completou 15 (quinze) anos, 5 (cinco) anos, 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, até chegar à entrevistada que atua há 3 (três) meses na Fundac, mas, por ter rica experiência na área de recursos humanos, foi considerada.

Conforme Lakatos (2003), os métodos das ciências sociais são específicos e variados, tais como: histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e o estruturalista. Dentre eles, escolhemos o método comparativo. As respostas foram comparadas como forma de análise no decorrer de 25 anos de atuação profissional na Socioeducação.

A partir das questões que se seguem, comparamos as respostas dos sete entrevistados considerando pontos convergentes e divergentes**: 1.** O que fez comque você viesse trabalhar na Socioeducação? **2.** Em sua opinião sua formação acadêmica / profissional contribui para o desenvolvimento do trabalho?

O que te agrada e o que não te agrada na Socioeducação? **4.** Que aspectosvocê avalia serem desafiadores no ambiente de trabalho socioeducativo? **5.** Que mudanças

impactam no desenvolvimento do seu trabalho? **6.** Quais asperspectivas futuras do trabalho desenvolvido por você na Socioeducação?

Na primeira questão, as **Profissionais 01 e 02** são servidoras com formação em Serviço Social e que ingressaram através de concurso público e possuem mais tempo na Fundac, enquanto na segunda questão, as entrevistadas afirmaram que a formação acadêmica contribui muito no desenvolvimento do trabalho, sem ela não conseguiria desenvolver as atribuições pertinentes à função. No tocante a terceira indagação, foi respondido que o que agrada na Socioeducação é a possibilidade de ressignificação de vida do jovem e o quanto é importante a missão da Fundac, e poder auxiliar os adolescentes e família a refletirem e poderem traçar caminhos maissaudáveis. E o que as desagrada é a desvalorização do funcionalismo público e não ter uma estrutura de suporte para encaminhamentos de forma mais efetiva, principalmente para dependentes químicos.

Quanto aos aspectos desafiadores, relativos à pergunta quatro, as Profissionais 01 e 02 afirmaram que decisões unilaterais, a falta de escuta, a rotatividade dos profissionais, não ter uma rede eficaz para encaminhamentos e a estrutura de trabalho não adequada do ponto de vista, tanto física como material impactam no ambiente de trabalho socioeducativo.

Em relação às mudanças que impactaram no desenvolvimento do trabalho, relativas à questão cinco**,** foi citado o fechamento de uma unidade, que ficou reduzidaa uma sala. Quanto às perspectivas futuras, referente à indagação seis, foi respondido que não dá para projetar diante da reestruturação institucional, devido a nova secretaria voltada aos direitos humanos e baixa população nas unidades permite que no momento, seja realizada uma reestruturação institucional, tanto a nível documental quanto de revisão de práticas.

O **Profissional 03**, com formação em Comunicação Social e Mestre em Cultura e Sociedade, respondeu à primeira questão afirmando que “a razão de ter sido incorporado à Socioeducação foi devido à trajetória e ativismo em Direitos Humanos. Em relação à segunda pergunta, o profissional respondeu que “a formação academia/profissional contribuiu no desenvolvimento do trabalho”. Na terceira indagação, o profissional explicou que “o que o agrada é a relevância em atuar na promoção e garantia dos direitos humanos”; e o que o desagrada é “a descontinuidade das políticas públicas e a desvalorização dos trabalhadores”. Em relação aos aspectos

desafiadores presentes na quarta questão, o entrevistado afirmou ser “a qualificação técnica dos diferentes níveis de gestão do atendimento socioeducativo (Direção geral / Direção administrativa, RH/ GERSE, Gestão de Pessoas e unidades finalísticas) ”.

Quanto ao impacto das mudanças da quinta pergunta, o profissional definiu, positivamente, “as mudanças nas unidades por contribuírem para instrumentalização do seu trabalho, pelo aprofundamento de entendimento em relação ao atendimento socioeducativo e consequentemente desempenho das funções na Escola do SINASE”. E, negativamente, ele indicou “precarização dos vínculos trabalhistas, rebaixamento de cargo e perda salarial”. Quanto às perspectivas futuras, presentes na questão seis, expressou “estar na concentração de atribuições e desempenho na política de qualificação profissional na Socioeducação”. (Escola do SINASE/BA).

A **Profissional 04**, que exerce o cargo de Subgerente na Coordenação de Segurança na Gerse, não quis declarar a idade, é graduada em Pedagogia com pós graduação em segurança pública, possui cinco anos de atuação na Socioeducação na área de segurança.

Essa Profissional revelou, na primeira indagação, “ter vindo trabalhar na Socioeducação por desejo de conhecer a realidade e o contexto familiar dos adolescentes que cometem ato infracional e conhecer de perto a maneira como a Fundac conduz a atividade socioeducativa na Bahia”. Na segunda pergunta afirmou que “a formação em Pedagogia e a experiência na Polícia Civil da Bahia contribuem para o desenvolvimento do trabalho”.

Quanto à terceira questão, o que agrada na Socioeducação é, “mesmo privados de liberdade, os adolescentes terem acesso a serviços e espaços, muitas vezes, desconhecidos por eles”; e o que não agrada é “o baixo índice de informação (dados de adolescentes liberados na medida) ”. Na quarta pergunta, referente aos aspectos desafiadores da medida socioeducativa, respondeu que “lidar com os profissionais é mais complicado que trabalhar com os adolescentes, romper a lógica das ‘caixas fechadas’ e promover trabalho integrado”, enquanto que na quinta indagação, relativa às mudanças que impactaram no desenvolvimento do trabalho, foi apontada “a mudança do perfil de adolescentes e colaboradores, devido à relação numérica entre socioeducadores x adolescentes”. Quanto à sexta questão, referente às perspectivas futuras, apontou “o desejo de poder colaborar com um ambiente mais acolhedor e empático, tanto para os adolescentes quanto para os colaboradores”.

A **Profissional 05**, com formação em Psicologia, exerce a função de Psicóloga Social (saúde mental) e respondeu à primeira questão que “ingressou na Socioeducação através de seleção do edital e pela experiência profissional para atender aos critérios estabelecidos”. Quanto à segunda indagação, afirmou que sua formação acadêmica “contribui no desenvolvimento do trabalho na área específica em saúde mental e a experiência profissional contribuiu no processo”. Declarou, na terceira questão, que “gosta da sua atuação profissional, do desenvolvimento do trabalho; e que não gosta de processos engessados, impostos, fragilidades nas relações interpessoais e baixa remuneração”.

Quanto aos aspectos desafiadores, presentes na ***quarta*** pergunta, declarou que, “no processo de desenvolvimento do trabalho, que é monitorar os processos dos educandos, é preciso intervir em questões interpessoais entre profissionais”. Já na quinta questão, referente às mudanças que impactam do trabalho, revelou que “a rotatividade dos profissionais impõe mudanças que impactam no trabalho”. Em relação à sexta indagação, quanto às perspectivas futuras, ela afirma que “é fazer o meu melhor enquanto profissional durante o período de vínculo com o socioeducativo”.

O chamado **Profissional 06**, com formação em Segurança, respondeu à primeira pergunta que foi “a necessidade de conhecer a área de segurança pública e tambémo manejo de situações que envolvem adolescentes, adultos em formação que cometem atos infracionais análogos a crimes”. Conforme declarou, na segunda indagação, que “sua formação contribui, é o pilar basilar para o desenvolvimento do trabalho de Socioeducação e manejo de adolescentes em conflito com a lei”.

Na terceira questão revelou que “gosta da Socioeducação pelo aprendizado, conviver com profissionais com muita expertise no segmento de Socioeducação”, e o que não gosta é “quando encontra profissionais com egos inflados”.

Quanto ao desafio, relativo à quarta indagação, afirmou que “o desafiador no ambiente socioeducativo é fazer o certo”. Em relação às mudanças que impactam no desenvolvimento do seu trabalho, constante na quinta questão, atribuiu “à necessidade de fazer mudanças de mentalidade, de paradigma e buscar a solução de forma objetiva”.

Com relação às perspectivas futuras, inquiridas na sexta pergunta, indicou “desejo em renovar o contrato com a Fundac por mais 3 (três) anos e poder utilizar parte

do aprendizado na instituição e também fora dos muros, contribuindo com a Socioeducação, educação social de adolescentes em conflito com a lei".

A **Profissional 07** é graduada em Administração e especialista em Recursos Humanos e Liderança Organizacional. Segundo relatou na primeira pergunta**, "**veio para a Socioeducação através de convite em razão de sua formação e atuação na área há mais de 30 anos".

Na segunda questão afirmou que "sua formação contribui muito para desenvolvimento do trabalho". Quanto à terceira indagação, revelou que "o que gosta da Socioeducação é saber que existem políticas públicas voltadas para este segmento", e o que desagrada "é saber que as políticas não são efetivas". Quanto à quarta pergunta, referente aos desafios "é administrar as relações interpessoais". Na quinta indagação, com relação às mudanças que impactam positivamente no desenvolvimento do trabalho são "a relação de confiança estabelecida, ambiente saudável, alegre com respeito às individualidades, minimizam o estresse". Quanto às perspectivas futuras, presentes na sexta questão, aponta que "é implantar medidas que tragam a saúde do servidor com redução do stress, colaborando para que o ambiente saudável e humano".

Conforme o relato dos profissionais, é importante refletir que, embora reconheçam o valor do trabalho da missão institucional, também revelam as dificuldades para desenvolvimento do trabalho. O trabalhador/colaborador que ingressa no sistema socioeducativo é reflexo de uma sociedade capitalista, cada vez mais desigual, a começar pela falta de condições de trabalho, a baixa remuneração, e, consequentemente, o não reconhecimento. Tal situação dialoga com o sociólogo Ricardo Antunes:

> Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana. (Antunes, 2008).

As experiências profissionais evidenciaram que, embora exista a realização no trabalho que desenvolvem devido ao compromisso expressado em seus depoimentos, também há insatisfação em relação à precarização dos vínculos trabalhistas em razão das mudanças do mundo do trabalho para ingressar na Fundação.

## 3 CONCLUSÃO

Nas breves reflexões sobre a formação profissional em Socioeducação na Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), entendemos que a formação iniciale continuada se constitui como ponto de partida para iniciar esse processo de identificação, principalmente se julgarmos que a formação acadêmica não garante um desempenho profissional para atuar com a natureza da ação socioeducativa que é desenvolver o potencial do adolescente em conflito com a lei.

Historicamente a Fundac, por meio dos profissionais do Núcleo Gestor Estadual/BA da Escola do SINASE, vem qualificando aquele que é incorporado ao sistema socioeducativo, tendo o compromisso no cumprimento das leis e parâmetros pedagógicos do SINASE, mas principalmente prepará-lo para incorporar-se a equipe técnica, considerando a necessidade de construção de um processo socioeducativo que possibilite ao educando a emancipação cidadã, e consequentemente, adultos autônomos, solidários e protagonista de sua história.

A prática socioeducativa na comunidade de atendimento socioeducativo pressupõe a compreensão do ambiente socioeducativo, conhecimento do adolescente, avaliação de possibilidade de intervenção, conhecimento do contexto, comunicação proativa e valorização do conhecimento de seus pares. Essas são habilidades que vão sendo adquiridas na prática. “Socioeducar” é educar para o social, portanto a exigência é de um profissional com múltiplas habilidades técnicas instrumentais e psíquico emocional.

Ao longo das décadas, as mudanças no mundo do trabalho vêm sendo intensificadas na sociedade de forma geral. No âmbito da Fundac, as transformações são vivenciadas continuamente, e embora no passado não houvesse a estrutura de qualificação em Socioeducação como hoje, existiam formações esporádicas e o suporte dos servidores que tinham a “expertise” na gestão socioeducativa representava uma orientação sistemática e contínua.

A partir dos parâmetros pedagógicos do Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Resolução nº 119/2006 do CONANDA, a Gestão de Socioeducativa iniciou o “treinamento socioeducativo” elaborando a matriz curricular baseada especificamente nos parâmetros socioeducativos. Tal iniciativa significou na ocasião um “divisor de

águas", haja vista a maneira superficial como os candidatos acolhidos e orientados quanto à missão e estrutura institucional.

O cenário da precarização no mundo do trabalho foi sendo diversificado ao longo das décadas, tendo o "trabalho temporário" sendo inaugurado no Brasil por meio da Lei 6.019 de 1974 sendo posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional a PEC 4.330/1994 que versa sobre a terceirização. Observamos que precarização e terceirização foram se tornando denominações sinônimas, apenas roupagens diferentes para o mesmo drama humano através do aumento da informalidade, instabilidade do emprego, baixa remuneração e prolongadas jornadas de trabalho. Tal realidade se reflete no sistema socioeducativo.

Todas as mudanças nas relações empregador x empregado demonstram a fragmentação existente no cotidiano das atividades laborais, refletido também nas relações trabalhistas no sistema socioeducativo.

É evidente que, se, por um lado, o Estado reconhece a importância do trabalho desenvolvido por meio da promoção e garantia dos direitos humanos para atender a missão institucional, por outro, a descontinuidade das políticas públicas com precarização dos vínculos trabalhistas, e consequentes desvalorização do profissional socioeducativo é real, principalmente se considerarmos a rotatividade daqueles que trabalham diretamente com o adolescente privado de liberdade.

Restou constatado, nesta investigação, que o profissional socioeducativo é, antes de tudo, um militante dos direitos humanos, inserido numa divisão social do trabalho, contraditória e característica da política pública brasileira. Além de serem marginalizados pela sociedade em geral através do senso comum, desvalorizado por trabalhar com adolescentes privados de liberdade, ainda enfrentam dificuldades para desenvolver um trabalho eminentemente interdisciplinar devido à transversalidade presente no Sistema de Atendimento Socioeducativo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Riezo Silva. **Disciplina 2, Gestão do sistema socioeducativo - Formação equalificação profissional dos atores do SINASE**, UnB, Brasília 2023.

BRASIL. ECA, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8069 de 13 de julho de 1990. BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, Lei 12595/2012** de 18 de janeiro de 2012.

COSTA**,** Antônio Carlos Gomes da. **Parâmetros para formação do socioeducador**: **uma proposta inicial para reflexão e debate** / Coordenação técnica Antônio Carlos Gomes daCosta. - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 104 p.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 1 Marina de AndradeMarconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003;

MINAYO M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Deslandes, Suely Ferreira, Cruz Neto, Otávio, Gomes, Romeu: Petrópolis, Rio de Janeiro, 1994;

SERRANO, F. J. P. (2013). Educación social para la salud: proyección, acción y profesilionalización. Revista Médica de Risaralda, 19(1), 75-80.

# ACESSO E ADESÃO AO TRATAMENTO DE PACIENTES REUMÁTICOS: ESTUDO DOCUMENTAL

*Amanda Ferreira de Castro Santos*[1]

*Ana Luiza Queiroz Reis dos Santos*[2]

*Mariana Victória Guimarães Dos Santos Lima*[3]

*Mariana Araújo Santos*[4]

*Mayelle Almeida de Oliveira*[5]

*Raabe Oliveira Paixão*[6]

*Verena Loureiro Galvão*[7]

**RESUMO**

A justificativa para o estudo reside na importância da adesão ao tratamento para o controle efetivo das doenças reumáticas e a melhoria da qualidade de vida dos pacientes, considerando que a falta de acesso e a não adesão podem levar a um agravamento dos sintomas e à progressão da doença. Este estudo tem como objetivo descrever os desafios relacionados ao acesso e adesão ao tratamento entre pacientes com doenças reumáticas e identificar os fatores que contribuem para essas dificuldades e avaliar suas implicações para o manejo dessas condições. Utilizando uma abordagem de estudo documental, o estudo analisa artigos acadêmicos, estudos de caso e relatórios de organizações de saúde para entender as barreiras enfrentadas pelos pacientes. Entre os fatores identificados estão questões financeiras, falta de informação, dificuldades de acesso a serviços especializados e barreiras psicossociais. O artigo também examina intervenções e políticas propostas ou implementadas para melhorar a adesão ao tratamento e o acesso aos cuidados, proporcionando uma visão abrangente das estratégias para superar esses desafios e promover um melhor manejo das doenças reumáticas. Adicionalmente, o artigo aborda o eixo temático da experiência do cuidado em saúde, enfatizando a importância do suporte emocional e psicológico na adesão ao tratamento. O cuidado centrado no paciente, que inclui a compreensão das necessidades individuais e a criação de uma rede de suporte adequada, é fundamental para enfrentar as barreiras ao tratamento e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

**Palavras-chave:** Doença Reumática. Políticas Públicas. Tratamento. Acesso aos cuidados de saúde

## 1. INTRODUÇÃO

[1] [1] Graduanda em Biomedicina - Universidade Católica do Salvador (amandaferreira.santos@ucsal.edu.br) [2] Graduanda em Nutrição - Universidade Católica do Salvador (anaqueiroz.santos@ucsal.edu.br) [3] Graduanda em Enfermagem - Universidade Católica do Salvador (marianavictoria.lima@ucsal.edu.br) [4] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador (marianaaraujo.santos@ucsal.edu.br) [5]
Graduanda em Nutrição - Universidade Católica do Salvador (mayelle.oliveira@ucsal.edu.br)
[6] Graduanda em Fisioterapia - Universidade Católica do Salvador (raabe.leite@ucsal.edu.br)
[7] Fisioterapeuta - Doutora em Medicina e Saúde Humana (verena.galvao@pro.ucsal.br)

Reumatismo é um termo genérico que abrange uma série de condições de saúde que afetam as articulações, músculos e tecidos conectivos, e que podem resultar em sintomas como dor, rigidez e limitações funcionais. Entre as doenças reumáticas mais prevalentes estão a artrite reumatoide, o lúpus eritematoso sistêmico e a fibromialgia, cada uma com suas próprias características e desafios específicos (McInnes ; Schett, 2017). Essas condições podem ter um impacto devastador na qualidade de vida dos pacientes, resultando em dor crônica, perda de mobilidade e, em casos graves, incapacidade significativa (Gonzalez et al., 2021).

No contexto brasileiro, onde as disparidades no acesso aos cuidados de saúde são acentuadas, a implementação de uma linha de cuidados específica para pacientes reumáticos se torna uma necessidade urgente. As doenças reumáticasnão apenas afetam o sistema musculoesquelético, mas também apresentam um conjunto de desafios únicos para os pacientes, que frequentemente enfrentam dificuldades tanto para acessar tratamento quanto para aderir a regimes de cuidados complexos e prolongados (Fernandes et al., 2020). Esta situação é ainda mais crítica para indivíduos cujas deficiências não são imediatamente visíveis, exacerbando as dificuldades no reconhecimento e na obtenção de tratamento adequado (Mendes et al., 2019).

As deficiências não visíveis, que muitas vezes não são imediatamente aparentes para outras pessoas, podem resultar em uma falta de compreensão e suporte adequado. Pacientes que sofrem de condições como a fibromialgia podem enfrentar a descrença e o estigma, o que pode levar a uma menor adesão ao tratamento e a uma piora geral da condição (Caron et al., 2021). A falta de compreensão sobre a natureza dessas doenças e a falta de um suporte adequado contribuem para um ciclo de inadequada gestão da condição e deterioração da qualidade de vida.

Dada a complexidade das necessidades dos pacientes com doenças reumáticas e as barreiras significativas que eles enfrentam, é imperativo desenvolver e implementar uma abordagem integrada e coordenada. Uma linha de cuidados específica para doenças reumáticas pode não apenas melhorar o acesso ea adesão ao tratamento, mas também fornecer um suporte mais holístico e contínuo (Katchamart et al., 2021). Essa abordagem deve considerar as múltiplas dimensões da experiência do paciente, incluindo as barreiras práticas, psicológicase socioculturais que impactam o acesso e a adesão ao tratamento (Almeida et al., 2022).

Os desafios enfrentados por pacientes com doenças reumáticas no Brasil são multifacetados. A infraestrutura de saúde existente muitas vezes não está adequadamente equipada para lidar com a complexidade dessas condições, resultando em lacunas significativas no acesso aos cuidados especializados (Nunes et al., 2021). A falta de serviços especializados, bem como a escassez de informações claras e acessíveis sobre as condições reumáticas, agrava a situação, tornando ainda mais difícil para os pacientes obterem o suporte necessário para o manejo eficaz de suas doenças. Além disso, muitos pacientes com doenças reumáticas enfrentam barreiras adicionais, como dificuldades financeiras e problemas de locomoção, que podem impedir o acesso a tratamentos e consultas regulares (Oliveira et al., 2022). Essas barreiras são particularmente significativas em um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais e econômicas impactam diretamente o acesso a cuidados de saúde de qualidade. Portanto, estabelecer uma linha de cuidados eficaz para pacientes com doenças reumáticas é uma estratégia crucial para transformar o panorama do atendimento na Bahia e em outras regiões do Brasil. Este sistema de cuidados integrado não só garantirá um acesso mais equitativo e coordenado aos tratamentos, mas também promoverá um suporte contínuo que reconhece e aborda as dificuldades específicas enfrentadas por cada paciente. Ao melhorar o gerenciamento das condições reumáticas, podemos potencialmente transformar a qualidade de vida dos pacientes e aumentar a eficácia geral do sistema de saúde. Desta maneira, este estudo tem como objetivo descrever os desafios relacionados ao acesso e adesão ao tratamento entre pacientes com doenças reumáticas e identificar os fatores que contribuem para essas dificuldades eavaliar suas implicações para o manejo dessas condições

## 2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Trata-se de um estudo documental, realizado por meio de busca de artigos científicos publicados nas bases de dados PUBMED e Scielo,Site do Ministério da Saúde, assim como Relatórios de organizações de saúde para entender as barreiras enfrentadas pelos pacientes. A busca de dados foi realizada entre o período compreendido entre março a agosto de 2024, e teve como principais palavras-chave: Doença Reumática. Políticas Públicas. Tratamento. Acesso aos cuidados de saúde.

A adesão ao tratamento é crucial para o gerenciamento eficaz das doenças reumáticas, que frequentemente exigem um regime prolongado e complexo de cuidados. No entanto, a falta de adesão é um problema recorrente que pode comprometer o controle da doença e a qualidade de vida dos pacientes. Este artigo explora os fatores que influenciam a aceitação do tratamento e as dificuldades práticas, como questões financeiras e de acesso, que afetam a adesão ao tratamento em pacientes reumáticos.

Os fatores psicológicos desempenham um papel fundamental na adesão ao tratamento. A percepção dos pacientes sobre a sua doença e o tratamento prescrito é determinante; muitos subestimam a gravidade da condição ou não compreendema necessidade contínua de tratamento, especialmente quando não observam benefícios imediatos. A falta de compreensão sobre a natureza crônica da doença e a importância do tratamento pode levar a comportamentos de não adesão (Aikens, 2011). Além disso, aspectos emocionais como depressão e ansiedade são comuns entre pacientes reumáticos e impactam significativamente a adesão ao tratamento. Ador crônica e a incapacidade resultantes da doença podem causar desmotivação e desesperança, interferindo na disposição dos pacientes para seguir as orientações médicas. A literatura indica que distúrbios emocionais podem reduzir a motivação e aumentar o risco de não adesão (Miller et al., 2014). Outro fator relevante é oestigma associado a doenças crônicas, que pode impactar a aceitação do tratamento. Pacientes podem sentir vergonha ou estigmatização devido à sua condição, desencorajando a busca de ajuda e o seguimento do tratamento. A percepção de uma identidade prejudicada devido à doença também pode afetar a atitude dos pacientes em relação ao tratamento, resultando em uma adesão inadequada (Harris et al., 2017).

Além dos fatores psicológicos, as dificuldades práticas, como questões financeiras e de acesso, representam barreiras significativas para a adesão ao tratamento. A falta de recursos financeiros é um problema crucial, pois pacientes com doenças reumáticas frequentemente enfrentam altos custos associados a medicamentos, consultas e terapias, que podem ser proibitivos para aqueles sem cobertura de saúde adequada. Estudos demonstram que a falta de recursos financeiros é um fator crítico que contribui para a não adesão ao tratamento (McCoy et al., 2016). A dificuldade de transporte também é uma preocupação importante, pois pacientes reumáticos muitas vezes enfrentam limitações físicas que dificultam alocomoção até as

unidades de saúde. A falta de transporte público acessível e a distância até os centros de atendimento podem desincentivar a participação dos pacientes nas consultas e tratamentos. A literatura indica que a dificuldade em obter transporte adequado está frequentemente associada a uma menor adesão ao tratamento (Shapiro et al., 2015). Além disso, as barreiras de locomoção impostas pela própria doença reumática podem tornar o deslocamento até os serviços de saúde um desafio adicional. Pacientes com dificuldades de locomoção podem encontrar barreiras significativas, como a falta de acessibilidade nas instalações de saúde e a dor associada ao transporte. Essas barreiras podem levar à evasão dos cuidados e à não adesão ao tratamento (Smith et al., 2018).

A gestão em saúde desempenha um papel vital na superação dessas barreiras e na promoção da adesão ao tratamento. Uma gestão eficiente pode coordenar melhor os recursos disponíveis, garantindo que as necessidades dos pacientes sejam atendidas de forma adequada e oportuna. Estruturas de gestão eficazes podem implementar estratégias de apoio, como programas de educação e suporte psicológico, além de otimizar o uso dos recursos financeiros e logísticos. A gestão em saúde também é capaz de promover a integração de serviços e facilitar acomunicação entre diferentes níveis de atendimento, melhorando a continuidade dos cuidados e a adesão ao tratamento (Wagner et al., 2001).

Em consonância, as políticas públicas são fundamentais para criar um ambiente que favoreça a adesão ao tratamento e a equidade no acesso aos cuidados de saúde. Políticas bem estruturadas podem assegurar a cobertura financeira para tratamentos, subsidiar medicamentos e terapias, e investir em infraestrutura de transporte e acessibilidade. Além disso, políticas de saúde pública podem incluir programas de conscientização e educação para pacientes, visando melhorar a compreensão e a aceitação das condições crônicas. A implementação de políticas que abordem as desigualdades sociais e econômicas também pode ajudara reduzir barreiras práticas e financeiras, promovendo um acesso mais equitativoaos cuidados (Starfield et al., 2005).

Um ponto crítico adicional é a falta de informações precisas e abrangentessobre doenças reumáticas disponíveis na internet e nos meios de comunicação. Muitas vezes, as informações acessíveis ao público não são suficientemente detalhadas ou são imprecisas, o que pode levar a mal-entendidos e ao agravamentodas barreiras já

existentes. A desinformação pode fazer com que os pacientes subestimem a gravidade de sua condição ou não reconheçam a importância do tratamento contínuo. Campanhas educativas e a promoção de informações confiáveis e acessíveis são essenciais para melhorar a compreensão das doenças reumáticas e apoiar a adesão ao tratamento. A criação de conteúdos educacionais de alta qualidade e a disseminação de informações corretas podem ajudar a enfrentar a falta de compreensão e reduzir o estigma associado a essas condições, promovendo uma abordagem mais informada e engajada para o tratamento.

Portanto, para melhor adesão ao tratamento, é essencial adotar uma abordagem multifacetada que considere os fatores psicológicos, as dificuldades práticas e também os aspectos relacionados à gestão em saúde, às políticas públicas e à educação do paciente. Com medidas adequadas e suporte contínuo, é possível superar esses desafios e promover um gerenciamento mais eficaz das doenças reumáticas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Este estudo apresenta como vantagens o baixo custo, o fácil acesso das informações obtidas na possibilidade de analisar e descrever, de acordo com o material utilizado, se as recomendações para o tratamento de pessoas reumáticas e como podem ser consideradas como um elemento facilitador para a promoção do autocuidado do indivíduo que convive com a doença. As limitações foram à inexistência de produções científicas que focassem no tratamento e acesso ao tratamento destas pessoas, as principais orientações assim como a descrição da importância de cada uma delas para o tratamento como um todo. Uma grande parte dos estudos sobre doenças reumáticas retratam de forma superficial quanto à terapia não medicamentosa, descrevendo o que consta no protocolo, sem fundamentar o quão é relevante a adoção dessas recomendações para a vida destas pessoas.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso ao tratamento é um fator crítico para a vida de pessoas com doenças reumáticas, e a adesão a esses tratamentos é ainda mais crucial para o gerenciamento eficaz das condições associadas. Essas doenças, que frequentemente apresentam quadros complexos e prolongados, exigem um compromisso contínuo com o tratamento

para que os pacientes possam melhorar seus sintomas, realizar suas atividades diárias com maior facilidade e, consequentemente, aumentar sua qualidade de vida.

No entanto, a lacuna existente no acesso, adesão e manutenção do tratamento para pacientes reumáticos é um problema persistente que precisa ser abordado com urgência. A promoção de uma linha de cuidados integrada é essencial para enfrentar essa questão. As barreiras que afastam os pacientes de seus tratamentos são diversas e incluem fatores psicossociais e emocionais, dificuldades financeiras, problemas de locomoção, falta de informações sobre as doenças reumáticas, deficiência na infraestrutura adequada e ausência de serviços especializados. Esses obstáculos não só dificultam o acesso ao tratamento, mas também comprometem a continuidade e a eficácia do mesmo.

Portanto, é crucial que os órgãos responsáveis pela saúde pública e pelos cuidados com os pacientes reumáticos adotem uma abordagem mais abrangente e integrada. As políticas públicas desempenham um papel fundamental nesse contexto, pois têm o potencial de influenciar significativamente o acesso e a adesão ao tratamento. Medidas eficazes podem incluir a criação de programas de assistência financeira para cobrir custos de medicamentos e terapias, a implementação de campanhas educativas para aumentar a conscientização e a promoção de estratégias para melhorar a infraestrutura de saúde.

As políticas públicas devem se focar em garantir que os pacientes tenham acesso contínuo aos tratamentos necessários, reduzindo as barreiras financeiras e práticas que possam interferir na adesão ao tratamento. Políticas eficazes podem incluir:

Programas de Assistência Financeira: A criação de subsídios para medicamentos e terapias específicas pode ajudar a reduzir o impacto financeiro sobre os pacientes. Além disso, fornecer apoio financeiro para consultas e exames pode facilitar o acesso contínuo aos cuidados. Estudos indicam que a cobertura financeira para tratamentos crônicos está associada a melhores taxas de adesão e controle da doença (McCoy et al., 2016).

Campanhas Educativas e de Conscientização: Investir em campanhas que promovam a educação sobre doenças reumáticas e a importância da adesão ao tratamento pode ajudar a superar o estigma e melhorar a compreensão da condição.

Campanhas bem elaboradas, que incluam materiais educativos e eventos de sensibilização, podem aumentar a adesão ao tratamento e a procura por cuidados.A educação também deve ser direcionada a profissionais de saúde para que eles possam oferecer suporte mais eficaz aos pacientes (Aikens, 2011; Wagner et al., 2001).

Melhoria da Infraestrutura de Saúde: Desenvolver e implementar políticas que promovam a construção de unidades de saúde acessíveis e a melhoria dos serviços de transporte podem reduzir as barreiras físicas que impedem o acesso aoscuidados. Garantir que as instalações sejam adequadas para pacientes com dificuldades de locomoção e proporcionar transporte acessível são passosimportantes para melhorar a adesão ao tratamento (Shapiro et al., 2015).

Programas de Suporte Psicológico e Social: Oferecer suporte psicológico e programas de gestão de doenças pode ajudar a abordar as barreiras emocionais e psicossociais que afetam a adesão ao tratamento. Grupos de apoio e aconselhamento psicológico podem ajudar os pacientes a lidar com a dor crônica e as questões emocionais associadas, promovendo um melhor engajamento com o tratamento (Miller et al., 2014; Harris et al., 2017).

Implementação de Modelos de Cuidado Integrado: Promover modelos de cuidado que integrem diferentes serviços de saúde e apoiem a coordenação entre diferentes níveis de atendimento pode melhorar a continuidade dos cuidados e a adesão ao tratamento. Modelos como o Chronic Care Model (CCM) podem ser eficazes ao fornecer um atendimento mais coordenado e centrado no paciente, abordando tanto as necessidades médicas quanto os aspectos psicossociais do tratamento (Starfield et al., 2005).

Para enfrentar de maneira eficaz os desafios associados ao tratamento das doenças reumáticas, é necessário um esforço conjunto e abrangente que inclua a melhoria do acesso e da adesão ao tratamento, a disseminação de informações e a criação de uma rede de suporte eficiente. Com essas medidas, é possível não apenas melhorar a qualidade de vida dos pacientes reumáticos, mas também promover um sistema de cuidados mais equitativo e eficaz. A adoção de políticas públicas eficazes é crucial para garantir que os pacientes tenham o suporte necessário para aderir ao tratamento e gerenciar suas condições de forma eficaz.

## REFERÊNCIAS

AIKENS, J. E. Understanding and managing nonadherence in rheumatic disease. **Journal of Rheumatology**, v. 38, n. 4, p. 911-918, 2011.

ALMEIDA, J. R. et al. Barriers to treatment adherence in rheumatic diseases. **Journal of Rheumatic Diseases**, v. 29, n. 4, p. 501-510, 2022.

CARON, M. et al. Understanding fibromyalgia: patient experiences and challenges. **Pain Management**, v. 11, n. 3, p. 245-254, 2021.

FERNANDES, G. R. et al. Challenges in accessing rheumatology care in Brazil. **Brazilian Journal of Rheumatology**, v. 60, n. 2, p. 115-123, 2020.

GONZALEZ, L. et al. Impact of rheumatic diseases on quality of life. **Clinical Rheumatology**, v. 40, n. 6, p. 2125-2132, 2021.

HARRIS, J. L.; SMITH, A. J.; KIRK, T. R. Stigma and identity in patients with chronic illness. **Social Science & Medicine**, v. 171, p. 160-168, 2017.

KATCHAMART, W. et al. Integrated care approaches for rheumatic diseases: **review. Rheumatology International**, v. 41, n. 1, p. 15-24, 2021.

MCCOY, L. J.; FOSTER, A. K.; PERRY, T**.** Financial barriers to treatment adherence amongpatients with chronic illnesses. **Health Economics Review**, v. 6, n. 1, p. 23, 2016.

MCINNES, I. B.; SCHETT, G. The pathogenesis of rheumatoid arthritis. **New England Journal of Medicine**, v. 376, p. 1094-1104, 2017.

MENDES, D. et al. Invisible disabilities and the healthcare system. **Brazilian Journal of Health Sciences**, v. 22, n. 1, p. 85-95, 2019.

MILLER, K. M.; KIM, E. J.; SEED, M. Emotional factors affecting adherence to treatment in chronic rheumatic disease. **Journal of Clinical Rheumatology**, v. 20, n. 6, p. 312-319, 2014.

NUNES, M. R. et al. Healthcare infrastructure and rheumatic disease management in Brazil. **Journal of Global Health**, v. 11, p. 04007, 2021.

OLIVEIRA, R. L. et al. Financial and logistical barriers to healthcare for rheumatic patients in Brazil. **Health Policy and Planning**, v. 37, n. 1, p. 78-86, 2022.

SHAPIRO, A. J.; ROGERS, T. D.; HILL, S. The impact of transportation barriers on healthcare access for patients with chronic conditions. **Journal of Health Care for the Poor and Underserved**, v. 26, n. 3, p. 735-749, 2015.

SMITH, L. M.; TAYLOR, J. R.; WILLIAMS, M. R. Challenges of mobility and access to healthcare services in chronic disease management. **Health Services Research**, v. 53, n. 2, p. 487-505, 2018.

STARFIELD, B.; BINDMAN, A.; KASSIRER, J. The role of primary care in health care reform. **Health Affairs**, v. 24, n. 6, p. 1253-1263, 2005.

WAGNER, E. H.; HATFIELD, J. S.; LEE, D. R. Improving the quality of chronic illness care: an evaluation of the Chronic Care Model. **Journal of Quality Improvement**, v. 27, n. 4, p. 195-201, 2001.

# DESAFIOS DA MÃE, MULHER, TRABALHADORA E ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA QUALIDADE DEVIDA

*Adalgiza Diana Barbosa Bafica*

*Elizete Evelyn Bonifácio Sá*

**RESUMO**

Este estudo investiga de maneira aprofundada os desafios enfrentados por mulheres que assumem múltiplos papéis sociais, particularmente no que diz respeito às suas funções como mães, profissionais e acadêmicas no ensino superior. A pesquisa analisa como essas responsabilidades interagem e influenciam a saúde mental e o bem-estar dessas mulheres, gerando implicações significativas para sua qualidade de vida. Além disso, a atuação do assistente social é discutida como um fator crucial na mediação dessas questões, enfatizando seu papel como agente de transformação social. Através de uma revisão da literatura, complementada por análise de dados empíricos e relatos de experiências, perfilam-se as realidades dessas mulheres e as intervenções pertinentes que os profissionais de serviço social podem implementar para apoiar essa população diversificada.Os resultados evidenciam a necessidade de abordagens integradas que considerem as especificidades das dificuldades enfrentadas, promovendo uma melhor articulação entre as esferas pessoal, profissional e acadêmica. Este trabalho visa contribuir para o fortalecimentodas práticas do serviço social, bem como oferecer subsídios para políticas públicas que valorizem o papel das mulheres na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Mulher. Maternidade. Papéis Sociais. Serviço Social.

## 1. INTRODUÇÃO

A mulher contemporânea se insere em um cenário de complexidade e intensidade, caracterizado pela sobrecarga resultante da necessidade de conciliar suas responsabilidades, que incluem as funções de maternidade, profissionalismo e formação acadêmica (SANDOVAL, 2019). Essa sobrecarga não é meramente uma questão pessoal, mas reflete uma dinâmica social e econômica que exige cada vez mais delas, gerando um impacto significativo em sua saúde física e mental (Santos, 2019).

Neste contexto, este artigo visa investigar profundamente essas adversidades enfrentadas pelas mulheres contemporâneas, assim como a importância do trabalhodo assistente social como agente mediador e facilitador.

## 2. O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE MODERNA

### 2.1. A EVOLUÇÃO DO PAPEL FEMININO

A trajetória das mulheres no mercado de trabalho e na educação superior ao longo das últimas décadas tem sido marcada por conquistas substanciais e progressos significativos, refletindo um lento, mas muito importante, processo de transformação social e cultural (ALMEIDA, 1998). Historicamente, as mulheres foram relegadas a papéis tradicionais, limitadas a cuidados domésticos e atividades não remuneradas, mas a partir das revoluções sociais e feministas, essa realidade começou a mudar (ALVARES, 2014). À medida que os padrões de gênero se reconfiguram e se expõem as injustiças históricas, o feminino se posiciona cada vez mais em esferas que anteriormente eram dominadas por homens, como política, ciência, tecnologia e negócios (BEAUVOIR, 1949).

Esse avanço se observa em diversos setores: o aumento da presença feminina em cargos de liderança, o crescente número de mulheres que têm acesso ao ensino superior, assim como a participação delas em atividades profissionais que anteriormente eram consideradas exclusivamente masculinas (CRAVO, 1993).

Essas mudanças não apenas ampliam as opções disponíveis para as mulheres, mas também contribuem para uma maior diversidade e riqueza de perspectivas em ambientes de trabalho e acadêmicos (SOUZA, 2015). No entanto, é fundamental reconhecer que, apesar desses avanços, ainda persistem barreiras estruturais e culturais que comprometem a plena inserção e valorização das mulheres na sociedade (TAVARES, 2019).

## 2.2. MÚLTIPLOS PAPÉIS: MÃE, TRABALHADORA E ESTUDANTE

A conjugação dos papéis de mãe, trabalhadora e estudante apresenta-se como um desafio significativo para muitas mulheres na sociedade contemporânea. A realidade de múltiplas responsabilidades impõe a necessidade de um gerenciamento sistemático e eficaz de tempo, recursos emocionais e físicos, bem como uma habilidade excepcional de organização. Cada um desses papéis exige dedicação e atenção, criando um complexo emaranhado de obrigações diárias que pode facilmente sobrecarregar a capacidade individual de lidar com as diversas demandas.

Esses papéis, que muitas vezes se sobrepõem e competem entre si, resultam em um intricado ciclo de pressão constante. Essa pressão não se limita apenas ao ambiente profissional ou acadêmico, mas se estende também ao lar, onde as

expectativas de ser uma mãe presente e amorosa se entrelaçam com a necessidadede alcançar êxito na carreira e nos estudos. Essa sobreposição de funções pode levar a um estado de estresse crônico, causando um impacto negativo na saúde mental das mulheres.

Além disso, a luta para equilibrar essas responsabilidades pode interferir na qualidade das interações familiares. Momentos que antes eram dedicados ao convívio e à interação são frequentemente substituídos por tarefas urgentes e demandas que precisam ser cumpridas, resultando em sentimentos de culpa e inadequação.

Diante desse cenário, torna-se essencial o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento eficazes. Investir na construção de resiliência, buscar apoio em redes sociais, familiares ou profissionais, e adotar práticas de autocuidado são algumas das abordagens que podem ajudar essas mulheres a navegar por suas múltiplas funções de maneira mais equilibrada. É fundamental reconhecer a importância de encontrar um espaço onde se possa integrar esses diferentes papéis sem se perder, promovendo assim uma vida mais equilibrada e satisfatória, onde a saúde mental e as relações familiares possam florescer.

## 2.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES: GESTÃO DO TEMPO, SAÚDE MENTAL, APOIOSOCIAL E FAMILIAR, BARREIRAS INSTITUCIONAIS

O gerenciamento do tempo emerge como um dos desafios mais prementes que as mulheres contemporâneas enfrentam, revelando um dilema clássico e recorrente entre suas obrigações pessoais e profissionais. A vida cotidiana de muitasmulheres é marcada por uma multiplicidade de funções e papéis, que frequentemente incluem ser mãe, profissional, parceira e estudante. Essa sobreposição de responsabilidades pode levar a uma busca incessante por um equilíbrio ideal, que, muitas vezes, se mostra evasivo e difícil de alcançar.

As mulheres se veem obrigadas a realizar escolhas complexas, muitas vezes sacrificando momentos de autocuidado e lazer para atender a demandas externas e internas. Esse cenário não só resulta em um estresse crônico, mas também tem consequências significativas para sua saúde física e mental. Assim, torna-se imperativo adotar uma abordagem que contemple a gestão do tempo como um aspecto prioritário, promovendo espaços de reflexão e soluções inovadoras que assegurem um verdadeiro

equilíbrio entre todas essas esferas. A implementação de estratégias eficazes de gerenciamento do tempo pode significar não apenas mais eficiência nas tarefas diárias, mas também uma qualidade de vida superior, resgatando espaços para o autocuidado e revitalização pessoal (Macan, 1994).

As consequências da sobrecarga de responsabilidades nas mulherestornam-se evidentes em um aumento significativo de complicações de saúde mental. Este fenômeno não é apenas preocupante, mas representa um desafio que se reflete em uma gama diversificada de transtornos, que inclui, entre outros, estresse crônico, ansiedade, depressão e, em casos mais extremos, síndromes de burnout.

Ao se depararem com um acúmulo de funções que exigem atenção constante e, muitas vezes, em condições desfavoráveis, o estado emocional dessas mulheres se deteriora. O reconhecimento e a validação das experiências vividas por essas mulheres são cruciais para a formulação de intervenções adequadas e eficientes quevisem não apenas abordar os sintomas, mas também as causas subjacentes desse sofrimento. Promover espaços de diálogo, oferecer programas de acolhimento psicológico e incentivar práticas de saúde mental são passos essenciais para fortalece-las. Adicionalmente, é vital destacar a importância de políticas públicas que garantam acesso à saúde mental, ajudando as mulheres a enfrentarem os desafios emocionais de maneira mais eficaz.

A ausência de uma rede de apoio sólida, seja no núcleo familiar ou em contextos institucionais mais amplos, agrava consideravelmente as dificuldades enfrentadas pelas mulheres contemporâneas, intensificando o sentimento de isolamento e vulnerabilidade. Muitas mulheres se sentem sobrecarregadas e desamparadas devido à falta de suporte emocional e prático, o que pode levar a um ciclo vicioso de estresse e desmotivação.

Por isso, a construção e a manutenção de redes de apoio que se solidifiquem tanto no âmbito familiar quanto em contextos sociais e profissionais são imperativas para capacitar as mulheres a superarem barreiras e se fortalecerem em seus desafios diários. A promoção de espaços de acolhimento, grupos de suporte e iniciativas comunitárias não apenas facilita o compartilhamento de experiências, mas também serve como um suporte essencial para que mulheres se sintam mais confiantes ao enfrentarem suas lutas diárias. Estabelecer parcerias entre instituições, familiares e redes sociais pode potencializar esses processos de apoio eresiliência

As dificuldades intrínsecas às instituições de ensino e ao ambiente profissional, incluindo a rigidez nas políticas de flexibilidade de horários e a escassezde suporte especializado, consolidam-se como obstáculos significativos à realização plena das potencialidades femininas. As mulheres muitas vezes se deparam com ambientes que não reconhecem ou não se adaptam às suas necessidades específicas, resultando em uma exclusão involuntária e um sentimento deinadequação.

Para uma verdadeira promoção da igualdade de oportunidades, é essencial que haja uma reforma crítica e efetiva dessas estruturas institucionais, que devem buscar viabilizar um ambiente inclusivo e equitativo para todas. A implementação de políticas que incentivem a diversidade e promovam a inclusão de gênero nas instituições de ensino e ambientes de trabalho poderá facilitar a participação plena das mulheres, permitindo-lhes explorar e realizar seu potencial sem as amarras das barreiras estruturais. Tais mudanças não apenas beneficiam as mulheres, mas também contribuem para a criação de um ambiente mais inovador e produtivo, onde todos podem prosperar.

## 3. O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL

O assistente social desempenha um papel de grande relevância na sociedade contemporânea, especialmente em um contexto marcado por desigualdades e desafios que afetam a vida das mulheres. Segundo Iamamoto (2006), o assistente social atua diretamente na promoção de direitos e na defesa de interesses sociais, buscando mitigar os impactos das desigualdades estruturais. A seguir, exploraremosde forma detalhada a definição e as áreas de atuação desse profissional, a importância da avaliação das necessidades, a elaboração de projetos interventivos específicos, e a promoção de redes de apoio que possam incrementar a qualidadede vida das mulheres. De acordo com Oliveira (2015), é essencial que os assistentes sociais considerem as diversas funções das mulheres, como mães, trabalhadoras, estudantes e cidadãs, a fim de desenvolver intervenções eficazes e contextualizadas.

### 3.1. DEFINIÇÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O assistente social, enquanto agente de transformação, atua em uma ampla gama de esferas, incluindo saúde, educação, assistência social e promoção dos direitos

humanos. Esse profissional é fundamental na promoção da qualidade de vida das populações atendidas, uma vez que seu trabalho busca não apenas a reparação de situações de vulnerabilidade, mas também a construção de oportunidades que possibilitem o empoderamento e a autonomia das mulheres (SOUZA, 2015). A atuação em diferentes áreas permite que o assistente social tenha uma visão holística das necessidades das mulheres, permitindo intervenções mais eficazes e direcionadas.

## 3.2. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES

Avaliar as necessidades é uma das etapas primordiais no trabalho do assistente social. Essa avaliação deve ser realizada de forma minuciosa e sistemática, considerando o contexto social, econômico e cultural das mulheres que buscam apoio. É imprescindível que o assistente social mantenha uma escuta ativa e sensível, buscando compreender não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também os objetivos e aspirações dessas mulheres. Essa identificação de demandasé essencial para que ações efetivas e personalizadas sejam implementadas. Assim, garantir que as intervenções estejam alinhadas às necessidades reais é fundamentalpara promover um impacto positivo na vida das usuárias. Este processo pode envolver entrevistas, questionários e dinâmicas de grupo, sempre respeitando o sujeito e sua individualidade.

## 3.3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS INTERVENTIVOS

Com base na avaliação preliminar das necessidades, o assistente social é capaz de conceber, planejar e implementar ações que visem à mitigação das demandas enfrentadas pelas mulheres. Essas intervenções podem variar consideravelmente, abrangendo desde orientações práticas e capacitações até o fomento ao acesso a recursos e serviços essenciais, incluindo saúde, educação e assistência social. Além disso, o assistente social pode atuar em parceria com outrosprofissionais e instituições, potencializando os resultados das ações implementadas.

O objetivo dessas intervenções é favorecer um ambiente propício ao crescimento pessoal e profissional das mulheres, promovendo a superação de desafios e a construção de uma trajetória mais digna e satisfatória.

### 3.4. PROMOÇÃO DE REDES DE APOIO

A construção de redes de apoio entre mulheres emerge como uma estratégia eficaz e transformadora para fomentar um ambiente de solidariedade e empoderamento. Essas redes oferecem um espaço seguro onde as mulheres podem compartilhar experiências, conhecimentos e desafios, contribuindo para a construçãode um apoio mútuo que transcende as dificuldades individuais.

Ao promover essas conexões e facilitar a troca de vivências, o assistente social não apenas ajuda a fortalecer as mulheres de forma individual, mas também acriar uma cultura de colaboração e resistência diante das adversidades. Tais redes podem se estabelecer em diversas configurações, incluindo grupos de apoio, associações comunitárias e ações coletivas em torno de causas comuns, tornando-se uma ferramenta poderosa na luta pela melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Em suma, o papel do assistente social é essencial para enfrentar os desafios que as mulheres encontram em suas diversas funções. Através de suas ações, é possível criar um impacto significativo na promoção da igualdade de gênero e na melhoria da qualidade de vida das mulheres, contribuindo para o surgimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

## 4. CONCLUSÃO

A complexidade dos desafios enfrentados por mulheres que desempenham múltiplos papéis na sociedade vai muito além da capacidade individual de enfrentamento. Essas mulheres frequentemente se deparam com uma intersecção de fatores sociais, econômicos, culturais e psicológicos que podem dificultar sua capacidade de busca por autonomia e realização pessoal. Assim, é imperativo que adotemos um olhar atento e uma abordagem multidisciplinar que considere a multiplicidade dessas experiências. Nesse contexto, o trabalho do assistente social se revela fundamental para a promoção de mudanças significativas na vida dessas mulheres.

O assistente social não apenas oferece apoio técnico e recursos materiais, mas desempenha um papel crucial na construção de um espaço de acolhimento e escuta ativa. Por meio de intervenções que promovem a conscientização e a capacitação, o profissional é capaz de fomentar um ambiente de solidariedade e empoderamento, no

qual as mulheres possam compartilhar suas experiências e construir coletivamente estratégias de enfrentamento. Essa abordagem não só potencializa suas capacidades individuais, mas também fortalece sua resiliência e autoestima, contribuindo para uma trajetória de vida mais positiva e autônoma.

Além disso, é essencial que o trabalho do assistente social esteja integrado com outras áreas de conhecimento, como a psicologia, a educação e a saúde, visando uma compreensão mais holística das necessidades dessas mulheres. A colaboração entre diferentes profissionais pode criar uma rede de apoio robusta, queatenda às diversas dimensões da vida das mulheres, desde suas necessidades básicas até questões relativas à saúde mental e ao desenvolvimento pessoal.

Portanto, a atuação do assistente social se configura como um eixo central na promoção da equidade de gênero e na transformação social, na medida em que busca não apenas mitigar as dificuldades enfrentadas, mas também promover um processo de empoderamento que permita às mulheres reivindicar seus direitos, participar ativamente da sociedade e, assim, reescrever suas histórias de vida de maneira mais digna e plena.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação a paixão pelo possível.** São Paulo: UNESP, 1998.BEAUVOIR, Simone de. **El segundo sexo**. Gallimard, 1949.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

CRAVO, V. L. Z. **A Influência da mulher na Independência**. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v. XVIII, 1993, p. 9-17.

IAMAMOTO, Marilda Vilas Boas. **A construção da identidade profissional do assistentesocial**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACAN, T. H. (1994). Time Management: **Test of a Process Model**. Journal of AppliedPsychology, 79(3), 381-391.

OLIVEIRA, Ana Paula. **Gestão social e políticas públicas: o papel do assistente social.** Brasília: Letramento, 2015.

SANDOVAL, L. (2019). **Mãe e profissional: desvelando a carga mental das mulheres**. São Paulo: Editora Ática.

SANTOS, Émina. **A educação como direito social e a escola como espaço protetivo dedireitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira**. Portal de revistas da USP, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019.

SOUZA, Ana Paula. **Empoderamento das Mulheres na Prática do Serviço Socia**l. RevistaServiço Social e Sociedade, n. 123, p. 45-60, 2015.

# DIREITO À LIBERDADE E À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÕES SUSPENSOS. MEMÓRIAS SUBTERRÊNEAS DOS MILITANTES DA ORM-POLOP DURANTE A LEGALIDADE AUTORITÁRIA DO AI-5, SALVADOR-BAHIA, 1969.

*Gabriel Antonio Pereira Santos.*

**RESUMO**

O presente artigo trata de memórias subterrâneas de militantes da ORM-POLOP em Salvador-Bahia, o estudo parte de uma família de operários que abrigou a célula da ORM-POLOP. Walter Luna Cunha, era sapateiro e um dos líderes da célula operária, foi condenado a um ano de prisão enquadrado no, decreto-lei 314/67, por subversão, a acusação foi se reunir para debater política, estava em vigor, o AI5, que proibia reuniões políticas e o habeas corpus para crimes políticos, a partir dessa memória subterrânea, foram mapeadas outras memórias de militantes organização, pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pelo autoritarismo, fazendo com que esses militantes vivessem em clandestinidade, fato que os atrapalhou em diversas áreas de suas vidas individuais e coletivas, pois foram obrigados a abandonar, o cuidado com a família, o trabalho, o curso superior, ou foram obrigados a fechar os negócios. Para fazer esse artigo foi usado como método a história oral e como teoria a legalidade autoritária.

**Palavras chaves**: Liberdade, associação, clandestinidade, memórias, autoritarismo.

**ABSTRACT**

This article deals with the underground memories of ORM-POLOP activists in Salvador, Bahia. The study begins with a family of workers who housed the ORM-POLOP cell. Walter Luna Cunha, a shoemaker and one of the leaders of the workers' cell, was sentenced to one year in prison under Decree Law 314/67 for subversion. The charge was that he met to discuss politics. The AI-5 was in force, which prohibited political meetings and habeas corpus for political crimes. From this underground memory, other memories of the organization's activists were mapped. These were people whose lives were affected by authoritarianism, causing these activists to live in hiding, a fact that hindered them in several areas of their individual and collective lives, as they were forced to abandon family care, work, higher education, or were forced to close their businesses. To write this article, oral history was used as the method and authoritarian legality as the theory. .

**Keywords**: Freedom, association, clandestinity, memories, authoritarianism.

## 1 INTRODUÇÃO:

O presente estudo parte do método da história oral para narrar os crimes sofridos pela família de Walter Luna Cunha, o sapateiro militante (Hobsbawm, 2008), profissão historicamente formada por militantes socialistas e anarquistas devido as

organizaçõesde ofício. Walter Luna Cunha era militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária a ORM-POLOP e vivenciou, a ilegalidade/ clandestinidade na ditadura militar, no cotidiano da Célula Operária, no Bairro de Periperi, Subúrbio Ferroviário de Salvador/Bahia no ano de 1969. O artigo, baseia-se na teoria da legalidade autoritária (Pereira, 2010), enfatizando o contexto o AI-5 em 1969 em Salvador-Bahia.

O filho do sapateiro militante, Alfredo Costa Cunha, trouxe a superfície a memória de seus pais e fez de sua vida uma saga pelos direitos: à memória, à verdade eà reparação. A sua vida se confunde com a sua luta pelo reconhecimento de sua condição de anistiado político, com o respectivo direito a uma indenização que ele julgava digna em decorrência das torturas sofridas durante a ditadura, portanto, se evidencia que a memória por ele narrada é individual e coletiva (Pollak, 1989). Alfredo Costa Cunha, em seus relatos, trata de seus pais, das torturas e a impossibilidade de trabalhar, com o fechamento da sapataria, aborda, este artigo parte dessa memória para observar outras memórias da ORM-POLOP.

No rastro da construção de uma narrativa crítica da história do direito, cujo as lentes mostram imagens diversas da história oficial do direito, analisa-se a memória de Alfredo Costa Cunha e da sua família relacionando-a com a resistência à ditadura através da ORM-POLOP. Para tanto, o trabalho lança mão do método da história oral para analisar as memórias subterrâneas, marginais e periféricas (Pollak, 1989, p.4), para compreender a ditadura militar, pois sabe-se que toda memória é individual e coletiva (Pollak, 1989), como, por exemplo, a memória de Alfredo Costa Cunha e dos outros membros da ORM-POLOP. Escutando essas memórias subterrâneas, pode-se assistir, aocenário da célula operária da ORM-POLOP, sobre a vigência da legalidade autoritária (Pereira, 2010), atravessada pelo ato de força do AI-5 (Paixão, 2020), que atingiu de cima para baixo, os militantes da organização em Salvador-Bahia, em 1969.

A trajetória política de Walter Luna Cunha, o sapateiro militante, pai de Alfredo Costa Cunha, insere-se na história social (Hobsbawm, 2008 p. 152), pois se entrelaça ao contexto mais amplo de resistência da própria história constitucional do país, isto é,antes mesmo do período da ditadura militar de 1964 a 1985.

Walter Luna Cunha, enfrentou a ditadura do estado novo e a ditadura militar, que rompeu com a constitucionalidade dando um golpe civil-militar em 1964 (Paixão, 2014),

mesmo sem romper com a constituição democrática de 1946, essas eram as táticas da legalidade autoritária brasileira (Pereira, 2010), Walter Luna Cunha, em ambas as ditaduras foi perseguido, devido a sua militância comunista, demonstrando a falta de cuidado do Estado Brasileiro diante da construção da democracia e da cidadania.

Fez-se uso das fontes das memórias orais extraídas do método da história oral para cruzarem essas fontes com os dados oficiais (as legislações produzidas na época).

O artigo se serve dos depoimentos orais dos militantes, pois, são fragmentos que contestam as versões oficiais e versam sobre um período histórico em que os arquivos ainda não foram abertos em sua plenitude, sinais de resquícios da legalidade autoritária na atualidade.

A ideia é dar voz a versões, subterrâneas, que não foram produzidas à época, por isso, o artigo integra uma tentativa de resgatar, via história oral com foco na justiça de transição e suas ferramentas os direitos à verdade, à memória e à reparação, o passado com outras lentes, ou seja, a dos que resistiram aos atos de força da ditadura.

Todas as entrevistas foram autorizadas, a memória da família do sapateiro militante, é pública pois, Alfredo Costa Cunha e Walter Luna Cunha, são anistiados políticos, Alfredo Costa Cunha ingressou com o requerimento de pedido de anistia de n°2002. 01.10847, todo o processo consta no dossiê de Alfredo Costa Cunha, guardados nos arquivos do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia GTNM-BA, inclusive, com as suas memórias escritas, onde narra toda a sua trajetória. Orlando Miranda, militante, grupo revolucionário, também, publicou em suas memórias escritas, sobre a célula dizendo que a “queda” da célula operária de Periperi, foi a primeira prisão da organização na Bahia.

Portanto essa micro-história é de interesse público e obedece a Lei de acesso à informação n° 12.527/11, além do mais vale ressaltar que Alfredo Costa Cunha, dedicou sua vida para reivindicar os direitos à verdade, memória e reparação, além de fazer questão em denunciar os crimes sofridos por ele e seus pais durante a vigência do AI-5, em 1969, em Salvador Bahia. Quando os membros da família foram presos e torturados juntos na Delegacia do Departamento de Ordem Pública e Social DOPS e no Quartel do Barbalho na Polícia do Exército PE. Todas as entrevistas foram gravadas e autorizadas, aconteceram na Cidade de Salvador, Estado da Bahia entre os de 2008,

2009, 2010 e 2022, as entrevistas seguem o método da história oral, vistas como histórias de vida.

## 2 A CLANDESTINIDADE/ILEGALIDADE DOS MILITANTES DA POLOP SOBRE A VIGÊNCIA DO AI-5, SALVADOR-BAHIA, 1969.

Ivan Braga, militava ORM-POLOP e, assim como o pai de Alfredo Costa Cunha, o senhor Walter Luna Cunha, teve sua atividade econômica prejudicada, ou seja, sua pequena fábrica de roupas utilitárias, sua prisão ocorreu por causa de sua militância, isto é, estudo do marxismo e frequência em reuniões, foi condenado a um ano de prisão, deixando sua empresa na mão do sócio, sua esposa Emília estava grávida.

Ivan Braga sofreu, inicialmente torturas psicológicas, já que os militares diziam que sua esposa teria perdido a sua filha e o culpava por conta de sua militância e prisão, ou seja, Ivan Braga, também perdeu, o convívio em família, assim como, perdeu a parte da sociedade da fábrica que geria, pois como estava preso não teve condições de comandar com o sócio o negócio, essas são uma das contradições de uma ditadura prol capitalismo, portanto, pode-se perguntar que sistema ditatorial era esse que se dizia defensor dos valores ocidentais capitalistas, mas que na realidade interrompiam pequenos empresários por descordarem ideologicamente do seu sistema político? Ivan Braga:

> Então, voltando a Anistia, eu depois comecei a perceber, pô, mas acabaram com tudo, tomaram tudo, como é que o Estado não tem obrigação? Tem sim obrigação. Eu acho que não está errado quem está entrando com o processo, então eu entrei, foi naquela sessão que você viu que foi julgado o meu processo, a advogada me disse que meu processo estava bem instruído e, também pela minha idade, eu já estou com 73 anos, quer dizer quando eu fui preso eu estava com 35 anos. E aí julgaram o meu processo, tem até uma revista aí que diz um termo pejorativo do governo, mas na verdade eu não tenho nenhum problema de consciência de entrar com um processo, porque eu acho que foi um ato violento, porque ninguém tem o direito de lhe prender, porque você está falando uma outra linguagem que é contra a política e principalmente no período que passou pelas mãos dos militares que são brucutus. Eu tinha uma fábrica de roupas funcionais, era coisa pequena, mas tinham trinta e poucos operários [...], (Ivan Braga, 2009).

A Anistia que Ivan Braga se refere diz respeito à Lei n° 10.559/02, que trouxe o art. 8° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e trata das medidas dereparações para os anistiados políticos, aliada a terceira onda de interpretação da lei de anistia de 1979, Lei n°6.683, que deve ser interpretada como uma lei de reparação,

memória, verdade e justiça e não uma lei de esquecimento (Abraão; Torelly, 2012, p.377).

Ivan Braga, como sempre foi um homem de negócios, conseguiu se reerguer financeiramente, moralmente não se via no direito de reivindicar, uma reparação do Estado brasileiro, mas inspirado por Carlos Tibúrcio, militante da POLOP, liderança estudantil na Bahia na década de 1960, liderança da POLOP, nacional, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, tornou-se: em janeiro de 2003 assessor especial da Secretaria Geral da Presidência da República, defensor dos direitos humanos assim como Nilmário Miranda, ambos, também foram, presos e torturados na ditadura.

Com seu companheiro de longas datas de militância, Nilmário Miranda, Tibúrcio escreveu um documento importante para o estudo desse período o livro “Dos Filhos Deste Solo mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado”. Após ao apoio de Tibúrcio, Ivan Braga, resolveu, exigir a reparação de seu caso perante a Comissão de Anistia, pois passou a entender que tinha o direito a reparação doEstado brasileiro.

Já naquele momento do Brasil, movimentos reacionários, se levantavam contrários ao direito a memória e a verdade e acusaram os militantes de esquerda de estarem assaltando o cofre público, desmerecendo as indenizações para os presos políticos e seus familiares vítimas da ditadura militar, só que o que estava realmente em jogo era a verdade sobre a ditadura militar, e a disputa de memórias (Cardoso, 2012), posto que até pouco tempo os militares não assumiam que aquele sistema era uma ditadura, nem que existia tortura no Brasil.

Seguindo a teoria que Pereira (2010), classificou o período como legalidade autoritária. Para além da reparação monetária, eles temiam os pedidos de desculpas oficiais, feitos pelo Estado, posto que eles queriam suprimir o direito a verdade e a memória dos que resistiram a ditadura. Tanto que, o principal representante desse movimento reacionário, o Ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, nada faz para a consolidação da justiça de transição, emperrando o reconhecimento do Estado brasileiro perante os seus crimes de lesa humanidade, como, por exemplo, o crime de tortura.

Em entrevista com Tânia Miranda, na cidade de Salvador, no ano de 2010, Tânia Miranda, esposa de Orlando Miranda, se conheceram vivenciando a militância

clandestina, durante a ditadura, pode-se captar melhor como era árdua a vida na clandestinidade:

> A clandestinidade era um negócio muito complicado, muito dolorido, porque você se sente completamente fora do mundo, não tem contato com a família e o contato que tínhamos era muito esporádico. Uma coisa que me ocorria muito é assim: se alguém de minha família falecesse eu ia saber meses depois, minha família não tinha contato comigo, não tinha meu telefone, endereço, não tinha nada, de vez em quando eu que telefonava tanto que quando eu ia viajar, outro trabalho que fazia era transportar materiais eu viajava muito, então, quando eufazia algumas viagens para São Paulo de lá eu ligava, pois se o telefone estivesse censurado eu estava lá e não no Rio de Janeiro. (Tânia Miranda, 2010).

Tânia Miranda, prosseguiu a militância no Rio de Janeiro, após ter começado a militar no movimento secundarista em Salvador-Bahia, no Movimento de Organização e Luta MOL, braço estudantil da ORM-POLOP, no Colégio Severino Vieira. Desse movimento saíram nomes importantes para as esquerdas intelectuais, pessoas do calibre de Antônio Risério, antropólogo e escritor, Gustavo Falcon, jornalista e sociólogo, professor de sociologia da Universidade Federal da Bahia, UFBA, João Henrique, professor e militante histórico do Partido dos Trabalhadores PT, Jorge Nóvoa, professor de sociologia da UFBA. Para Tânia Miranda, o maior incômodo, na opinião dela era ficar sem contato com os entes queridos, pois morava em outra cidade e não sabia comoiam as coisas entre a família. Gustavo Falcón, líder estudantil da época fala do MOL:

> Muito bem, nos anos em que eu ingressei no movimento estudantil, o Brasil inteiro e a Bahia, estava mobilizado contra o acordo MEC/USAID. [...]. E o que era essa organização? Era uma espécie de juventude comunista não legalizada. Era um braço juvenil da POLOP, com a mesma estrutura, com a mesma concepção, das organizações para partidária, fora do partido, que tinha uma estrutura de comando, tinha um comando geral, tinha um comando seccional de cada escola e tinham grupos de articulação para planejar as ações políticas nas escolas, tínhamos base no Severino, no Colégio da Bahia, no João Florêncio Gomes, no Manoel Devoto, na Escola Técnica Federal, no Lomanto Jr., no Carvalho Pinto e aí lá vai, era uma estrutura que se ramificava nos grêmios estudantis, mas também, fora dos grêmios estudantis junto a grupos artísticos, teatro, grupos de música, buscando despertar a consciência política, trazendo a juventude para o debate, denunciando e desmascarando ditadura, esse era o MOL. Eu desconfio que foi o movimento de base mais ramificado da POLOP, no Brasil, não foi só na Bahia não. Nós nunca fazíamos congressos e nem reuniões amplas por causa da clandestinidade, mas eu me recordo que no comando geral, integrado por mim, pelo professor Eduardo Machado, que hoje é da sociologia e pelo escritor Antônio Risério, nós tínhamos responsabilidade de integrar os estudantes em rede, era um movimento semiclandestino, atuávamos como correntes e blocos independentes, defendíamos nossas posições em todas as escolas, tínhamos uma visão geral da sociedade brasileira, estudávamos o Brasil, a natureza do capitalismo no Brasil, as perspectivas, conjunturas, as alternativas

> revolucionárias, as origens das outras organizações, nós procurávamos criarmos grupos de estudos para criarmos uma massa crítica na galera. (Gustavo Falcón, 2009).

A Família Falcón, eram filhos e filhas de um espanhol, que possuía um sobrado, muito frequentado pela juventude crítica e comunista de Salvador, no Bairro do Tororó, a gráfica do grupo, funcionava lá, mas nunca foi descoberta pela repressão. Todos os membros, ou seja, os oito filhos, dessa família, se tornaram pensadores entre as esquerdas.

Gustavo Falcón, na passagem de sua memória, traz à tona a luta dos secundaristas para exercero direito de estudar na escola pública, sem pagamento, por exemplo, as matrículas, cogitado pelo o acordo MEC/USID, Brasil e EUA, acordo que servia para divulgar a cultura norte-americana no Brasil, posto que os americanos do norte sabem que para dominar o mercado, também precisam dominar a cultura, com uma dimensão privatista, esse acordo, enfraqueceu a educação pública no Brasil, mas havia resistência,a POLOP, da Bahia, combateu com o MOL, grupo de adolescentes, estudiosos e críticosque pensaram o Brasil naquela época.

Pery Falcón, irmão mais velho de Gustavo Falcón, trata da repressão e da clandestinidade em Minas Gerais, pois foi quadro nacional da organização, sendo transferido para essa região do Brasil, assim como Gustavo, trata da efervescência do movimento estudantil secundarista e universitário.

Pery Falcón, era da escola de Engenharia, a família Falcón, trata da revolta estudantil, contra a intervenção americana no ensino, ou seja, as tentativas de privatizações do ensino público, ele, também ressalta um movimento da universidade crítica,desenvolvido pelo grupo, que pensava a universidade aberta para a população e gratuita,uma universidade anticapitalista. Segue depoimento de Pery Falcón, sobre os anos de recrudescimento da ditadura sobre a vigência da legalidade autoritária do AI-5:

> [...] a partir de 1969, começa a luta pela sobrevivência. Me prenderam e fiquei seis meses sendo torturado, foi um laboratório para eles, eles estavam aprendendo a fazer interrogatórios, depois me soltaram para eu responder em liberdade, não vim para a Bahia, não ia ficar esperando o julgamento, fui para a casa de minha irmã em Recife, lá as coisas, também estavam muito difíceis e não demorou muito e logo fui preso, mas aí fui condenado, sem provas e sem nada, foi para o STM, mas foi no dia do sequestro do Embaixador alemão, aí todos os processos foram confirmados, aí passei três anos e meio fazendo turismo carcerário, mas nesse momento aqui na Bahia, os secundaristas se

> organizaram, com o Movimento de Organização e Luta MOL, e aí Gustavo fazia parte. (Pery Falcón, 2009).

Pery Falcón, retrata bem a época, primeiro falando dos quadros que forma para a luta armada e como o cerco estava se fechando para a militância em 1969, ou seja, aclandestinidade estava insustentável, na medida que a força da lei era aplicada sobre os membros das esquerdas através do AI-5, ato institucional, feito para desmantelar asorganizações. A repressão estava disseminada por todo o território nacional, Bahia,Recife, é importante dizer que o devido processo legal não foi respeitado, conforme,Fernandes (2016), nos explica, já que precisa-se lembrar que era uma legalidadeautoritária (Pereira, 2010). Após prisão, Pery Falcón, depois de muita luta volta para afaculdade de engenharia, se forma, mas teve problemas em conseguir trabalho, segundoele era devido a uma lista chamada “lista negra” que perseguiu os ex- presos políticos,isso ocorria devido a suspensão dos direitos políticos e individuais (Alves, 1989, p. 110).

Retomando a memória de Tânia Miranda, os pais não podiam saber onde morava, pois era uma regra de segurança da clandestinidade/ilegalidade, uma vez sabendo onde se encontrava a filha, corria-se o risco de investigação policial, prisão e tortura, de modo que precisa-se observar que para qualquer outro cidadão era corriqueiro visitar os parentes, dizer onde estava residindo, trabalhando, quais eram seusamigos, só que no caso de uma militante política, na repressão brasileira durante a vigência do AI-5, essas informações que talvez possam parecer banais, na ditadura militar, eram motivos para prisão, tortura e morte, por isso que a doutrina de segurança nacional era inimiga da soberania popular (Fernandes, 2016, p.511). Recrudescendo a ditadura com o decreto lei n°314/67, a Lei de Segurança Nacional e posteriormente com o AI-5. Segundo a memória oral de Tânia Miranda:

> Eu ficava preocupada perguntando: meu deus do céu se acontecer alguma coisa com minha família eu não vou saber, é um negócio complicado, bem angustiante, você não tem uma vida normal de fazer amigos, você não pode receber, fazer amizade no seu trabalho pra levar as pessoas para sua casa isso não podia fazer de jeito nenhum e mesmo sair com os amigos de trabalho para fazer uma farra não podia porque o dinheiro era escasso. Agora, sempre trabalhei, trabalhava como secretária durante toda minha clandestinidade. É um isolamento muito grande, parece uma coisa irreal, olhando hoje para trás. (Tânia Miranda, 2010).

Tânia Miranda, vivia duas personagens, no cotidiano era secretaria, vivia uma vida dentro da legalidade autoritária, uma personagem que não despertava suspeitas.

Passava pelas pessoas sem que ninguém desconfiasse de suas atividades subversivas. Saia do trabalho no Rio de Janeiro e ia para as reuniões em São Paulo chegando a invadir a madrugada, retornando para São Paulo no início da manhã.

Tânia Miranda na atualidade ver o passado como algo muito complicado dizendo que ninguém do seu trabalho sabia de sua outra vida, a vida normal, dentro da legalidadeautoritária. Na verdade, sua vida real, ou pelo menos a que ela galgava, era a demilitante, de maneira que suas atividades diurnas eram disfarces e formas de ganhar dinheiro para se manter e para manter vivo o sonho da revolução.

Tânia Miranda nasceu em Jaguaquara, município perto de Jequié, sudoeste da Bahia, veio para Salvador estudar no Colégio Severino Vieira, celeiro de luta estudantil, entrouna ala secundarista da POLOP no MOL liderado por Gustavo Falcón, quando descobriram o movimento, foi transferida para o Rio de Janeiro, onde fez o que chamavam de trabalho de base, transporte de materiais políticos, contato com o Movimento Estudantil ME e também ajudou os militantes lá instalados que viviam na clandestinidade.

Depois da ditadura formou-se em história, na Universidade Nacional de Brasília, UnB, tornando- se professora e pesquisadora do tema: educação – tempo presente –ditadura militar, na época da entrevista em 2010, trabalha na Secretaria de Educação doEstado da Bahia. Tânia Miranda não participava da direção da POLOP, mas, também,precisou sair de Salvador, não prosseguindo com os estudos, não fez exame para ensino superior, também foi forçada a abandonar os estudos, pois com a instauração do AI-5, omovimento estudantil, passou a ser vigiado e perseguido com maior intensidade, principalmente, com a criação do decreto lei 477/69, que punia alunos e professores contrários a ditadura militar (Fernandes, 2016, p. 515).

O silêncio era outra sombra da época, que aparece na memória de Tânia Miranda e de Ivan Braga: “não se podia confiar em ninguém, a gente não tinha confiança em ninguém, só em quem a gente já conhecia” (Ivan Braga, 2009). O sigilo era uma lei de segurança individual e coletiva, por isso, o depoimento de Tânia Miranda, foi necessário, pois tocou em assuntos que ainda são tabus nas esquerdas, como, por exemplo, o medo,a saudade e a preocupação. Para Tânia Miranda:

> Agora outra coisa muito dura, muito dura da clandestinidade eram as quedas, de qualquer um, masquando era alguém que você tinha encontrado no dia anterior era um negócio que doía muito, sabe, parecia que o mundo ia ruir toda

> vez que acontecia uma coisa dessas pra mim sempre foi um drama, nunca escondi e não tenho vergonha de dizer que chorava muito e ficava assim: no primeiro momento achando que não tinha futuro, mas logo em seguida vinha uma coisa muito forte: não, agora é que a gente precisa continuar, acho também que isso era uma sensação geral. Nilmário Miranda, ele frequentava a casa que eu morava no Rio, ficou hospedado lá algumas vezes e, quando eu soube da queda de Nilmário, pra mim foi um negócio muito duro, eu não acreditava, entendeu, porque eu encontrava com Nilmário praticamente todos os meses. Tive que abandonar a casa porque ele sabia, mas ele não disse meu nome, meu nome nunca caiu, pra mim foi a mais dura porque era uma pessoa muito próxima a mim e engraçado: só fui encontrar Nilmário sabe quando? Só fui reencontrar no réveillon de 2006 para 2007. É esse tempo todo, eu fiquei realmente muito emocionada. (Tânia Miranda, 2010).

A vida na clandestinidade era dura, as pessoas viviam com medo, precisavam abandonar onde moravam, saiam correndo, buscavam outro lugar para uma morada provisória, um outro aparelho, quando um companheiro era preso, existia o medo de ser descoberto, tinham medo do companheiro não resistir as torturas e abrir o nome e o endereço, então parece-nos que todas as vezes que se prendia e torturava um membro, parece-nos que toda a organização vivenciava um risco, de modo que o sofrimento era individual e coletivo, assim como as memórias subterrâneas (Pollak, 1989).

Parece-nos que o sofrimento era vivenciado coletivamente, eram os traumas do período que brotam na memória oral, na história de vida (Pollak, 1989) de Tânia Miranda, memória que deve ser ouvida pelo direito a memória e a verdade, onde se busca uma reparação, também moral, posto que o silenciamento dessas memórias, impedem a reparação e a plenitude de uma justiça de transição e de uma democracia consolidada, precisa-se, também, respeitar o direito ao ressentimento dessas vítimas, sem forçar um perdão vazio, já que é necessário escutar essas memória para que se concretizem esses direitos (Fico; Araujo; Grin, 2012).

O medo da prisão e da tortura era presente nas trajetórias, no processos históricosdos militantes, o terror do cárcere tornou-se conhecido, a prisão seguia como um cale-se indesejado, quando um companheiro era detido existia o receio das coisas ruírem, sobretudo depois que as forças armadas instituíram.

O AI-5, em dezembro 1968, instituíram, indiretamente a tortura, a proibição do habeas corpos para crimes políticos e proibição a liberdade de reunião, vide os artigos: 5º, inc. III: proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política

eart.10°: Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contraa segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Sobre a ordem econômica, pode-se destacar que era justamente para combater, a questão da revolução socialista, ou seja, este artigo, também blinda a ordem econômica, hegemônica capitalista. A caça às bruxas (Alves, 1989), os extermínios dos comunistas, foi deflagrado para impedir as lutas de resistências contrárias ao capital internacional e nacional, os militares serviram aos interesses dos donos do poder da época, por isso, que o golpe de 1964, também foi um golpe de classes, promovido pelas elites nacionais e internacionais (Alves, 1989).

Com o AI-5, a ditadura cerca a militância, cada vez mais lançadas na clandestinidade, deforma que, os pontos, (encontros), os aparelhos, (lugares montados pelas organizações), tornaram-se objetos de investigação, com amplo uso de práticas de torturas, sem respeitoao devido processo legal, (Fernandes, 2016, p. 513).

Ainda assim a ditadura militar mantinha um verniz de legalidade, a legalidade autoritária (Pereira, 2010), já que se suprimiam as liberdades, desrespeitando o devido processo legal, por isso, precisa-se observar que “em nome do velho pretexto hobbesianoda segurança, sufocavam-se as liberdades” (Fernandes, 2016, p.507), e um aparelho descoberto, poderia ser uma chave de desmantelo da organização.

Um companheiro caído (preso), poderia colocar em risco toda uma organização, todo um projeto em comum, pensado em conjunto, já que os militares apelaram para as torturas já com o golpe de 1964, mas se intensificou significante com o AI-5 em 1968, o ato institucional mais infame da ditadura militar (Pereira, 2010).

Nilmário Miranda, companheiro citado por Tânia Miranda, pós ditadura, tornouse parlamentar pelo Partido dos Trabalhadores PT, defensor dos direitos humanos, escreveu com Carlos Tibúrcio, o livro: Dos Filhos Deste Solo, que trata dos mortos e desaparecidos políticos, documento que denuncia os crimes cometidos pela ditadura brasileira e, consequentemente, cobra a responsabilização do Estado. Ainda Tânia Miranda sobre a prisão de Nilmário Miranda:

> Imediatamente abandonei a casa, mas a casa não caiu, agora outra coisa muito dura foram quando asquedas estavam piorando, mas existia a vontade de que desse certo o sonho, mas a gente se sentia na obrigação do dever, pô tanta gente já morreu, tanta gente tá presa, como é que a gente vai abandonar? Pô, abandonar agora era como se tivesse traindo as pessoas que já morreram e que deram a vida, foi muito duro, aquele período ali e na

> verdade, a POLOP, foi protegida por muito tempo, porque a gente não se envolveu com a luta armada, mas a gente acabou sendo atingido, também, as organizações armadas a maioria de seus quadros vieram da POLOP, outra prisão que me balançou muito foi a de Tibúrcio, menos que a de Nilmário, mas me balançou muito, porque a queda dele foi diferente e eu sabia que ele não estava sendo torturado, como fiquei sabendo que ele só foi torturado um mês depois, porque ele conseguiu manter uma história dizendo que estava voltando do Chile e a repressão acabou engolindo e aí então ele, mas depois que descobriram que ele estava mentindo, o pau comeu e quase mataram ele. Por que ele enganou a repressão por quase um mês, mas não passou por aquelas torturas brabas de pau-de-arara, de choque, isso depois, depois quase matam. (Tânia Miranda, 2010).

Nilmário Miranda, mesmo sofrendo desumanas torturas, não revelou nem a moradia nem o nome de Tânia Miranda, por mais que ela tenha ficado muito aflita, conforme sua narrativa, inclusive abandonando a casa por medida de segurança, seu nome nuca foi revelado para a repressão. Neste depoimento ele trata de Carlos Tibúrcio que foi preso em 1972, época do genocídio do Araguaia, voltando do Chile, ele estava com livros de orientação marxista o que despertou o interesse dos opressores, trazia, também microfilmes camuflados em capas de discos de vinil. Tibúrcio, conseguiu, enganar os prepostos da ditadura, tinha uma carteira falsa de professor de geografia da Universidade de São Paulo USP, mas foi descoberto e barbaramente torturado, pois descobriram os documentos da organização que estavam escondidos nas capas do discosde vinis.

Em seguida as memórias reveladas de Carlos Tibúrcio, sobre esse episódio de resistênciadurante a sua clandestinidade, essa entrevista foi feita na casa de Orlando Miranda, foi uma entrevista em grupo, estavam presentes Orlando Miranda, Tânia Miranda, Carlos Tibúrcio, sua esposa Maria e Moacyr Silva, essa entrevista com Tibúrcio será analisada por um detalhe de como também era difícil economicamente a vida dos militantes na clandestinidade, no meio de sua narrativa memorialística Moacyr Silva, interrompe e retrata a situação econômica na clandestinidade:

> [...] (Interrompe Moacir Silva) A enorme coincidência é o seguinte: nós ficamos alguns dias quase sem comer, nós tínhamos alugado um quarto acho que em São João do Meriti e o dinheiro que a gente tinha era suficiente pra comprar um jornal, o jornal mais barato que era: O Dia, e justamente o mais fino, então a gente deitou e dormiu em cima do Jornal, o Dia, que era o jornalmais fino, nesse dia inclusive acordei com um rato andando na minha cara, mas são detalhes a coincidência é enorme porque depois de algum tempo semcomer nada nós reunimos algumas moedas e fomos para uma padaria comer, eu peguei um sonho que era grande e barato e comi aquela zorra, como o estômago estava vazio a muito tempo aquilo caiu como um tijolo no estômago e fez um mal terrível eu passei um mal e, nunca mais, desde então eu tinha comido sonho que eu gostava as vezes como um lanche, ontem eu fui a uma padaria de junto da biblioteca Municipal, vi um sonho, muito bonito e o comi

> numa boa, venci meu trauma, tava uma delícia aquele sonho (Moacir Silva, 2008).

Nesse trecho inusitado que as personagens conversam e as memórias se cruzam, pode-se observar duas coisas, a realidade da clandestinidade, realidade de dificuldades sociais e econômicas, além da realidade dos traumas causados pela clandestinidade/ilegalidade que estavam inseridos os militantes, Moacir Silva com a sua esposa, precisou ficar circulando a cidade do Rio de Janeiro para não serem capturados pela polícia política, dormiam no jornal mais barato que o dinheiro dava para comprar, é importante lembrar que não existia internet na época, o jornal era a maneira dele se informar, inclusive como andava a sua clandestinidade/ilegalidade, isto é, se estava sendo procurado ou não.

A memória traumática, memória que deve ter ficado no silêncio por muitos anos e com apalavra esse trauma pode ser exorcizado, pois o narrador não conseguia comer sonho pormais de 40 anos, pois trazia para a sua memória o passado da fome, da perseguição política e da clandestinidade/ilegalidade, posto que sua memória foi marcada por esse episódio traumático (Araujo; Fico; Grin, 2012).

Como a memória subterrânea (Pollak, 1989) de Alfredo Costa Cunha, quando trata de sua mãe que segundo ele, foi estuprada pelo Cabo do Exército Dalmar Caribé, professorde karatê, denunciado, também, nas memórias do político e escritor, Emiliano José, quando a senhora Valdelice Costa Cunha, estava pendurada em um pau-de-arara.

Alfredo Costa Cunha, se ressentia muito por esse fato e dizia: “o meu ódio pelas forçasarmadas é incurável”, Mônica Grin, (Fico; Araujo; Grin, 2012), classificou essasmemórias como o respeito ao direito ao ressentimento, posto que o trauma e o crimeforam concretizados e precisam ser levados em consideração, já que não adianta um perdão forçado, sem a necessidade da concretização dos direitos: à verdade, à memória ea reparação para que não exista uma repetição para pensar em um perdão, mas um perdão com justiça e reparação. Voltando para a memória de Carlos Tibúrcio:

> [...] aí os caras adiam o julgamento da POLOP e quando o promotor analisa meu processo ele pede justiça que para época era praticamente o pedido de inocência, então eu entrei no julgamento desta forma, mas acontece que aquele coreano, a porra dos microfilmes apareceram no DOPS, aí os caras ficaram enlouquecidos porque eu já estava com minha prisão legalizada, já

> recebia visita aí os caras me mandam pra o DOI-CODI os caras ficaram tão putos de aparecer microfilme, mas já não tinha importância nenhuma, já tinha tido o golpe no Chile, a esquerda já tinha se picado, então aqueles documentos só tinham um valor histórico do debate das organizações na época, mas apareceu a porra toda e aí meu amigo os caras invocaram e eu já virei um meliante internacional e os caras já não tava mais podendo, quer dizer poder podia, mas as condições de desaparecer comigo já eram outras porque eu tava legalizado.(Pery Falcón, 2009).

Carlos Tibúrcio, usa na passagem anterior a palavra legalizado por duas vezes, porque ele passou três meses preso clandestinamente, não se sabia do paradeiro dele, nãose sabia se ele estava morto ou vivo, depois de alguns dias os policiais acreditaram que ele era um professor da USP e permitiu que ele escrevesse para sua companheira Maria, mas a sua prisão ainda era ilegal, dentro da legalidade autoritária que existia na ditadura (Pereira, 2010), de modo que sua prisão aconteceu quando ele estava retornando de uma viajem do Chile, o Chile vivenciava o governo socialista e democrático de Allende, que foi golpeado pelos militares de extrema direita, e se instaurou no Chile uma ditadura quecometeu genocídio com as esquerdas daquele país.

Diferente do Brasil, que a todo tempo “maquiou” a ditadura com a legalidade autoritária, o Chile não fez questão de esconder o seu caráter autoritário e violento, declarando ditadura aberta, mas o Brasil foi o responsável em influenciar ditaduras na américa-latina, pois o regime do Brasil, se estendeu por 21 anos e foi matando e torturando ao longo desses anos, diferente do Chile que escancarou a ditadura em menor tempo, também, com menos institutos jurídicos que o ordenamento jurídico nacional.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em conclusão, percebe-se que essa geração foi obrigada a vivenciar a clandestinidade/ilegalidade imposta pela ditadura, geração composta em sua maioria por quadros da classe média urbana, que abandonaram as classes sociais de origem para adentrarem a classe operária no intuito de construir bases para a revolução socialista.

Existe a exceção da família de Alfredo Costa Cunha, de fato que era oriunda da classe operária,no momento da repressão, estava em formação política para munir a região de Periperi, em prol da conscientização da luta de classes. Essa memória teve

as suas vidas atravessadas pela legalidade autoritária sofrendo prisão e tortura, a família que já vivia em situação de pobreza, passava a viver em situação de miserabilidade, pois teveo único negócio fechado que era a sapataria.

Partindo dessa memória subterrânea se mapeou as outras memórias de militantes do grupo da ORM-POLOP da Bahia para analisar como a legalidade autoritária, interveio nos direitos individuais a liberdade, direitos afetados pela reverberação do AI-5, ato de forçaque retirou o que restava de liberdade pós golpe de 1964.

Com as narrativas dos militantes da ORM-POLOP, percebe-se, por exemplo, que o “milagre econômico”, não tinha a preocupação de se basear nos direitos fundamentais, posto que para a ditadura se manter no poder teve que perseguir, prendendo, torturando e assassinando os opositores da resistência armada e cultural.

Destaca-se, também, a análise de dois pequenos comerciantes da ORM-POLOP, Alfredo Costa Cunha, com a sapataria do pai e, Ivan Braga que tiveram os seus pequenos negócios quebrados, devido as suas prisões e condenações e, em ambos os casos, os comerciantes: o pai de Alfredo Costa Cunha e Ivan Braga, foram condenados a 1 ano pelo Decreto Lei n°314/67.

O sapateiro militante Walter Luna Cunha, não conseguiu reerguer-se devido ao preconceito ao comunismo, Ivan Braga, teve que começar do zero, o sapateiro tinha aprendizes que dependia dele, Ivan Braga tinha mais de trinta funcionários, concretamente, entende-se que a preocupação da ditadura não era com a economia, ou com o bem estar do povo, defato que parece-nos que a preocupação da ditadura era manter-se no poder, mantendo as desigualdades sociais e regionais agravadas na época do “milagre econômico”, sustentada por uma legalidade autoritária que se recrudesceu com o AI-5. Por fim, essas memórias subterrâneas precisam ser reveladas para que os mesmos erros do passado não se repitam na jovem democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS:

AARÃO, Daniel Reis Filho. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. **Mutações do Conceito de Anistia na Justiçade Transição Brasileira: a terceira fase da luta pela anistia** In: Justiça de TransiçãoDireito à Justiça, à Memória e à Verdade. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de FátimaGuerra; TORLLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo (Orgs). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ed, Rio deJaneiro: Vozes, 1989.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, DF,1988.

BRASIL. **Decreto Lei N°314**, 13 de março de 1967.

BRASIL. **Lei Nº 10.559/2002**, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da

BRASIL. **lei nº 6.683**, de 28 de agosto de 1979.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da Memória:** Defensores e Críticos da Ditadura(1964-1985). Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.

contestação e vigilância na ditadura militar no Brasil. *Panóptica*, vol.11, n.2, pp. 502-533,jul/ dez. 2016.

FERNANDES, Pádua. **Movimentos sociais e segurança nacional**: notas sobre

FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Monica. **Violência na história**, memória trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio: 2012.

HOBSBAWM, Eric. **O Sapateiro Militante** In: Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária. 5ed, São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PAIXÃO, Cristiano. **Entre regra e exceção Normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964-1985)**. História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n.1, p. 227-241, jul-dez de 2020.

PEREIRA, A.W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil,no Chile e na Argentina. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

POLLAK, Michel. **"Memória, esquecimento e silêncio"** In: Estudos Históricos. Rio deJaneiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RICOUR. Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2014.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **O Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil –Militar de no Brasil**: Direito de Resistência não é Terrorismo. In: The Third Session of The International Forum on Crime and Criminal Law in The Global Era, Beijing. Artigo,Rio Grande do Sul, PUC: Rio Grande do Sul, 2011.

Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidênciada República.

# O CURRÍCULO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO PEÇA DE POLÍTICA PÚBLICA: REFLEXÕES À LUZ DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS

*Reginaldo Pereira dos Santos*[1]

*Cristina Maria Macêdo de Alencar*[2]

**RESUMO**

Neste artigo, faremos reflexões à luz de algumas teóricos sobre a reelaboração de currículo, especificamente em Educação do Campo, daremos ênfase aos documentos normativos. Faremos também uma refexão sobre a reelaboração do currículo no terriório e apontaremos os passos significativos na sua reelaboração e efetivação enquanto documento emancipatório. Tomaremos como base, para reflexão neste artigo, o Documento Curricular Referncial da Bahia - DCRB e suas interfaces no processo de implemtação no Território do Recôncavo. Por meio de uma pesquisa teórica, são apontados os principais gargalos no processo de cumprimento do currículo em Educação do Campo.

**Palavras – chave:** Território; Documento Normativo; Currículo; Educação do Campo.

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de debates e discussões da disciplina Estudos Avançados e as relações entre Território, Ambiente e Sociedade do Doutorado no Programa de Pós Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador e traz reflexões da tese em andamento. Os debates e provocações gerados no transcurso da disciplina foram essenciais para o tensionamento sobre a implementação de currículo no contexto territorial gerando assim, provocações acerca das relações de poder no processo de reelaboração e efetivação dos referenciais curriculares. Entretanto, vamos nos ater a discutir as concepções de reelaboração de currículo em Educação do Campo, traremos reflexões sobre o conceito de território e suas intencionalidades, utilizaremos o DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia e demais documentos como base documental.

[1] Doutorando em Território, Ambiente e Sociedade – PPGTAS /UCSAL. Pesquisa em andamento. Professor no UNIMAM e de Geografia na Educação Básica (e-mail: reginaldopereira.santos@ucsal.edu.br).

[2] Professora do Programa de Pós – Graduação em Território, Ambiente e Sociedade – PPGTAS / UCSAL. Orientadora da Pesquisa.

Aliado ao debate, faremos uma análise teórico-conceitual no sentido de discutir a concepção de currículo no território, em face da amplitude que o referido conceito vem ganhando entre os pesquisadores das variadas áreas do conhecimento. Utilizaremos como ponto de partida para o debate, autores como: Alencar (2011), Rogério Haesbaert (2007), Marcos Aurélio Saquet (2018), Printes (2015), Caldart (2002) além de outros autores que também discutem o território e/ou a Educação do/no Campo. Paralelemente a isso, analisamos os marcos normativos (documentos) tais como: BNCC, PNE, PEE, PME, DCRB e RCM[3] à luz da reflexão sobre reelaboração de currículo em Educação do Campo. Estes documentos são imprescindíveis no processo de implementação, mas não o suficiente para a validação do currículo no território. Para validação, serão necessárias a inserção de outros instrumentos como: orçamento público, participação popular, capacidade técnica do Estado (especificamente nos municípios), entre outros elementos. Para tanto, fica a seguinte indagação: a quem interessa de fato a reelaboração e adequação de um "novo currículo"?

Assim, este artigo, organizamos em partes complementares entre si. Na introdução, apresentamos as discussões e os alguns dos teóricos que fundamentam o nosso debate. Em seguida, traremos as reflexões sobre o conceito de território e suas interfaces no processo de implementação. Na parte sobre a educação do campo no currículo Bahia e a reelaboração dos referenciais no contexto do estado, dialogaremos sobre o cumprimento do currículo a nível regional e a importância deste quanto documento emancipatório. E nas considerações retomaremos as discussões da introdução e finalizaremos o texto abordando a importância da reelaboração com participação social.

## 2. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO TERRITÓRIO E AS QUESTÕES LATENTES DA TERRITORIALIDADE

Começaremos com a discussão sobre o Território e a relação com a territorialidade. Para tanto, será necessário buscar reflexões a partir de alguns teóricos. Nesse sentido, é válido dizer à luz de Milton Santos (2008) que o "território é a extensão

[3] BNCC – Base Nacional Comum Curricular, PNE – Plano Nacional de Educação, PEE – Plano Estadual de Educação, PME – Plano Municipal de Educação, DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia e RCM – Referencial Curricular Municipal.

apropriada e usada". Aqui faremos reflexões a partir do conceito de território e sua relação no processo de materialização no espaço geográfico, que classificaremos como territorialidade a partir das ideias de Haesbert (2021) e demais autores. Levaremos em consideração a discussão de Territórios de Identidade com ênfase na organização territorial do estado da Bahia a partir da análise de Alencar (2011).

Para Milton Santos e Silveira (2008) o território é um nome ***político***[4] para o espaço de um país. Assim, para estes autores, a existência de um país supõe um território, mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. O que para eles, é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território. Daí é fundamental compreender a materialização dessas relações de poder (conflitos) no território e o comportamento dos sujeitos nesse espaço.

É importante salientar que a divisão do território brasileiro, incluindo as Unidades da Federação, e a organização política administrativa devem estar de acordo com a Carta Magna – Constituição Federal de 1988. Assim, consta na Carta Magna que o Estado corresponde a uma instituição política e administrativa que, para existir, precisa de um território com limites territoriais definidos, população e soberania, ou seja, independente e com autoridade para criar ou modificar leis, emitir sua própria moeda, criar impostos, entre outros aspectos.

No caso do Brasil, a Federação é um Estado formado por diferentes unidades territoriais (estados, municípios e o Distrito Federal) que apresentam governos e leis próprias. Apesar de terem certa autonomia, as Unidades territoriais devem obediência à Carta Magna (Constituição Federal de 1988) e às diretrizes do Governo Federal, ou seja, as unidades territoriais compõem o universo do espaço geográfico do país e devem seguir as regras determinadas pelo Estado brasileiro a partir do seu poder ou domínio.

Paralelamente a isso, seguindo essa linha de raciocínio, entendemos que a organização territorial de uma Unidade da Federação, deve compreender politicamente a organização territorial do próprio estado, que em relação à gestão orçamentária, denomina-se unidades de planejamento. Aqui enfatizamos o caso específico do estado

[4] Grifo nosso.

da Bahia, que teve sua reorganização territorial de unidades de planejamento, a partir de janeiro de 2007 denominada como Território de Identidade, em substituição à denominação de Regiões Econômicas, como bem enfatiza Alencar (2011). Assim sendo, questiona-se aqui a relação de poder existente no território entre as unidades de planejamento e o processo de organização territorial de distribuição orçamentária com autonomia em prol do desenvolvimento educacional.

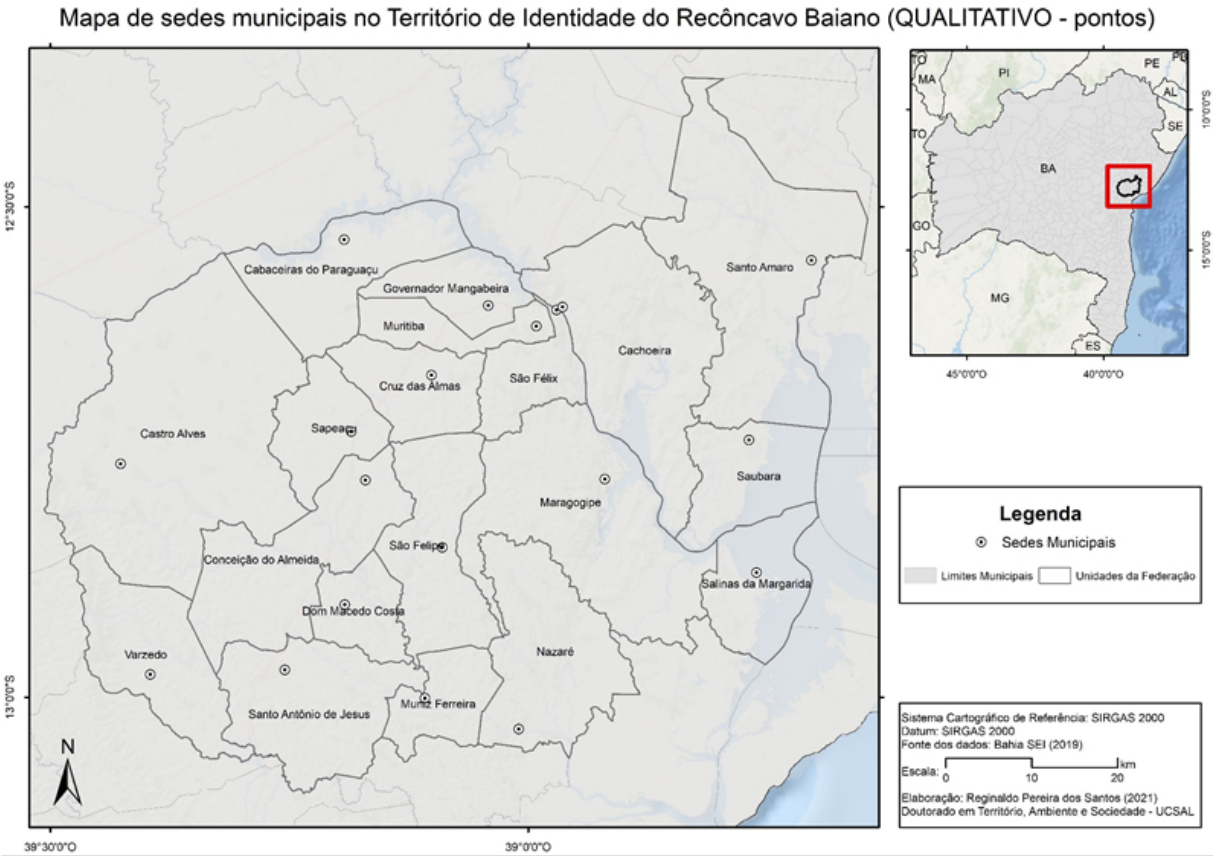
Para refletir sobre essa questão do território e da territorialidade e a forma como se materializa no espaço, o estado da Bahia que tem 417 municípios, instituiu os 27 Territórios[5] de Identidade. Segundo o DCRB (2019) estes territórios são constituídos como Unidades de Planejamento das Políticas Públicas, delineadas a partir de agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formados de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos. Nesse sentido, é importante pensar em que medida essa questão orçamentária interfere na implementação e cumprimento do currículo. E para além disso, vale a seguinte interrogação: Como ocorre a distribuição orçamentária versus implementação do currículo no e entre os Território de Identidade? Qual a participação das instituições como sindicatos, associações de moradores e sociedade civil nesse processo? Em que medida a reelaboração do currículo tem impacto no desenvolvimento educacional no Território de Identidade? Faremos essas e outras reflexões ao longo deste texto com o intuito de compreender o currículo enquanto peça de política pública.

Para fins de referência, estamos discutindo a implementação do currículo em Educação do Campo no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia – 21. É um território composto pelos municípios de: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. A população local chega a 576,6 mil habitantes, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022.

O mapa a seguir, ilustra os municípios que compõem esse espaço territorial.

[5] Para identificar esses territórios orienta-se consultar a Secretária de Planejamento do Estado da Bahia e/ou a SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

MAPA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO[6]




Fonte: SEI/BA (2019) / Elaborado pelos autores (2024).

Pensando no contexto do Recôncavo e nos aspectos da territorialidade, Soja 1989 apud Machado 1997 define a territorialidade como um fenômeno de comportamento associado a organização do espaço em esferas de influência ou territórios nitidamente delimitados, que assume características distintas e podem ser considerados como exclusivos de quem os define. Paralelo a isso, é importante pensar a partir de Rogério Haesbaert (2007, p. 22) quando explica que “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar". Em síntese, é fundamental o olhar sobre o território e correlacionar ao contexto da efetivação do currículo a nível de território.

[6] O Recôncavo é um dos 27 territórios de Identidade do estado da Bahia.

## 3. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A REELABORAÇÃO DO CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Compreende-se que o currículo é polissêmico, carregado do aspecto histórico, mas também do acúmulo de conhecimento do processo social e cultural que perpassa o trabalho pedagógico docente. Neste contexto, conforme Morreira e Silva (2011: 7 – 8) apud Barbosa (2013: 05) afirma que: “O currículo é considerado um artefato social e cultural. [...] implicando relações de poder. O currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares”.

Para compreendermos a discussão atual de currículo, buscaremos suas origens na história, para percebermos como foi se consolidando a sua construção, modificações e reconstruções ao longo do contexto e período histórico. É valido dizer à luz de Barbosa (2013: 04 /05) que:

> Currículo é uma palavra proveniente do latim currere, que indica caminho, trajetória, um percurso a ser realizado nas relações existentes entre escola e sociedade [...] o currículo não é apenas um campo meramente técnico ou sistemático, mas um instrumento flexível e crítico, que é permeado por questões socio político-econômicas.

Neste aspecto, o DCRB ressalta que se constitui numa referência, como o próprio nome deixa antever, para que municípios do Estado da Bahia elaborem ou reelaborem os seus referencias curriculares com convergência de princípios, intenções e temáticas contidas no Referencial do Estado, para o desenvolvimento de práticas educativas que possibilitem a permanência e o sucesso dos estudantes na escola. O que se espera de uma reelaboração de currículo é a autonomia dos sujeitos (atores que elaboram o documento) no processo da elaboração e que o Estado disponha de recursos orçamentários suficientes para sua efetivação. Neste aspecto, o documento (DCRB, 2019) cita que a “concretização se dar por meio de sua complementação com os Currículos Escolares e os Planos de Ensino”, no âmbito dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e, também, nas relações entre educadores e estudantes que devem comprometer-se com a aprendizagem como direito do sujeito e dever legal e social de todos, questões que serão debatidas com mais afinco no decorrer deste artigo.

Por outro lado, a Educação do Campo é o resultado de lutas e reivindicações dos movimentos sociais populares do campo por justiça social. Assim, historicamente, essas lutas renderam conquistas importantes, a exemplo dos dispositivos constitucionais e marcos políticos e legais que versam sobre o tema (DCRB, 2019). Para tanto, somente a partir da Constituição de 1988 foi que a legislação brasileira relativa à educação passou a contemplar as especificidades das populações identificadas com o campo. A Constituição Federal de 1934 foi a primeira a destinar recursos para a educação rural, atribuindo à União a responsabilidade pelo financiamento do ensino nessas áreas, mas as políticas públicas necessárias para o cumprimento dessa determinação nunca foram implementadas (BRASIL, 2007).

Neste contexto, é importante pensar o cumprimento do currículo em Educação do/no Campo a luz dos conceitos de Moreira (2010, p. 02) sobre “mundo rural e ruralidade”. Assim, entendemos que a cumprimento do currículo no Território do Recôncavo, perpassa pelo entendimento do campo enquanto espaço de transformação constante. Para Moreira (2010), existe a configuração de poderes, hierarquias sociais e relações rurais e urbanas nos quais é fundamental entender o campo analítico e os as relações entre cultura, política, o rural e as identidades rurais. Estes aspectos são fundamentais na busca da operacionalização do currículo para as comunidades campesinas. Assim, o autor cita alguns movimentos importantes para pensar o mundo rural.

> 1º movimento. É a constituição cultural da imagem do rural na modernidade, lançando, ao mesmo tempo, elementos para a compreensão das novas ruralidades contemporâneas. Defende-se a ideia de que está em curso uma mudança cultural dos sentidos atribuídos ao rural na modernidade fazendo emergir, em nossa contemporaneidade, uma nova e complexa visão de rural e de mundo rural.
> 2º movimento. No tratamento do rural da modernidade, e dos rurais associados às diferentes formações sociais modernas, tem-se como objetivos captar as especificidades das formações capitalistas periféricas latino-americanas, em especial a brasileira, e, distinguir analiticamente os processos que configuram ruralidades centrais e periféricas visualizando nos processos sociais embates hegemônicos, contra hegemônicos e subalternos.
> 3º movimento. Compreender o rural e as ruralidades como parte componente dos processos de legitimação e de dominação urbano-industrial intra e internacional da modernidade e da atualidade.

Percebemos à luz das palavras do autor que o mundo rural na contemporaneidade se apresenta em efervescência e o espaço rural não é mais o mesmo de antes. Constata-se no campo as associações de moradores, sindicatos,

modernização do trabalho manual (como as casas de farinha e mudança na colheita dos produtos primários, entre outros aspectos) que tem impulsionado a transformação do campo. Daí pensar num currículo para o campo é pensar nesse campo enquanto espaço de transmutação, trazendo para o currículo todas essas transformações, desde a compreensão e importância da natureza para os povos do campo até a compreensão do campo na perspectiva do mundo do trabalho, na visão de quem mora no campo.

Ao analisarmos o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, o trabalho é compreendido como princípio formativo, o que significa pensar a formação pelo trabalho humano numa perspectiva emancipatória, no sentido de analisar, conhecer e transformar a natureza para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. Essa concepção caminha de forma oposta ao viés capitalista, que perpetua a lógica de exploração da força de trabalho.

> Destaca-se, como referência para prática de uma educação do campo contextualizada, aquela embasada nos princípios da Pedagogia da Alternância, que tem atendido às necessidades da população do campo e se mostrado como a melhor alternativa para a Educação Básica do campo para os anos finais do Ensino Fundamental, para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica e nível médio (Parecer CNE/CEB nº 1/2006).

Esse princípio pedagógico (pedagogia da alternância[7]) valoriza a cultura local, as experiências cotidianas dos estudantes e das comunidades nas quais estão inseridos, bem como o modo de pensar e produzir dos sujeitos do campo. Moreira (2010) nos ajuda a entender essa "vida rural" quando afirma que "minha compreensão das novas ruralidades pós-modernas e globalizadas, do Norte e do Sul, do centro e da periferia – postula a existência de um processo de ressignificação do rural", ou seja, nos convida a entender o rural como processo dinâmico de transformação social e não como segregados dos que mandam (urbano) e os que obedecem (rural), como afirma Milton Santos. Por tanto, a reelaboração do currículo no Recôncavo precisa levar em consideração todas os aspectos de modernidade do campo.

Paralelo a isso, Santos (2020, p. 137/138) em sua tese intitulada como "ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE: O lugar da (re)afirmação identitária da juventude do campo" apresenta alguns gargalos na efetivação do currículo no campo e na permanência dos sujeitos rurais na escola. Assim, o autor ressalta que:

[7] Para fins de referência orientamos consultar o **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

> Um currículo descolado da realidade possibilita diversos conflitos na permanência do jovem na escola, em particular a juventude do campo, que, além de se deslocar do centro das suas residências, cercadas pelo verde da vegetação rasteira, para um local cercado pelas estruturas de concreto das residências e comércios, são a todo o momento agredido de forma simbólica, através de conteúdos que não possibilitam enxergar como se estabelece a dinâmica social ao seu redor. Diferente disso, a participação dos estudantes na construção do currículo escolar deveria ser incentivada, colocando-os numa posição de maior protagonismo, onde as conflitualidades e desafios da vida social cotidiana deles fossem trazidas em pauta.

Por isso, é importante pensar num currículo contextualizado e que coloca os sujeitos como protagonista de sua realidade. Para tanto, o DCRB (2019) enquanto documento normativo ressalta que, a concepção de Educação do Campo busca romper com a proposta de educação tradicional que organiza o currículo nos moldes da educação urbana, assim como nos diz Caldart (2002), como se a escola do campo fosse um mero apêndice da escola da cidade. Enquanto documento normativo, o DCRB traz elementos importantes, mas o cumprimento desse documento está muito aquém da realidade. Para romper as barreiras desse documento se faz necessário a mudança de comportamento do poder público e da sociedade civil, para assim, dar sentido ao que estar posto do documento.

Por tanto, romper com as amarras da educação tradicional é pensar em estratégias pedagógicas com metas ousadas (definição orçamentário para os território para curto, médio e longo prazo, formação continuada para o professores, material pedagógico para discentes e docentes, é ressignificar o campo enquanto espaço de construção de conhecimento e troca de saberes, combater a xenofobia, equipar as unidades de ensino com laboratório, entre outros aspectos ) e o envolvimento político do Estado ( os entes federados devem fazer valer o regime de colaboração e destinar orçamentos reais e seguindo as metas de implementação de política públicas, desde a elaboração até o monitoramento de avaliação). Portanto, a Educação do Campo defende uma concepção pedagógica na qual o currículo esteja, intrinsecamente, atrelado à realidade, valorizando o local e o global. Um currículo próprio, construído por meio do conhecimento científico, das experiências de vida dos estudantes e da efetiva participação dos movimentos sociais populares e da comunidade extraescolar, constituindo uma verdadeira educação do/no campo.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, discutimos sobre a reelaboração do currículo no território, a partir dos documentos normativos. Contudo, o aprofundamento sobre as questões que permeiam o debate deve ser enfatizado no sentido de fortalecer essas discussões de Educação do/no campo da área da educação rural. É importante dizer que as estratégias pensadas e articuladas sobre a implementação do currículo resultam na apropriação de poder, portanto, essa dinâmica muitas das vezes é entendida de acordo com os interesses de quem pensa e domina o território (os agentes públicos). Assim, vejamos, por exemplo, a forma como a política pública é materializada, seja na forma de elaboração, participação da sociedade, monitoramento e execução dessas políticas, mas em muitas das vezes sem a participação efetiva da sociedade civil. Percebemos que essas articulações tem a ver com interesses políticos partidários e envolvem diretamente os atores (políticos) nesse processo de barganha.

Continuamos com a pergunta em questão: A quem interessa de fato a reelaboração e adequação de um “novo currículo”? Percebemos que são ações tendenciosas (posicionadas), que resultam na apropriação de interesses na intervenção da reelaboração do documento e no domínio dos territórios. De fato, as políticas públicas educacionais sempre representam uma parcela da população, mas ficando as demais muito aquém de um projeto educacional voltados para sua realidade local, com transformações efetivas. Neste sentido, o processo de reelaboração e implementação do currículo evidenciam as contradições e conflitos existentes entre os diversos sujeitos que compõem a sociedade. É inegável que a discussão polissêmica sobre a concepção de currículo produzido no território traz divergências de ideias, contudo é importante pontuar que essas contradições tem intencionalidades pelas relações de poder que elas representam. Assim, espera-se que a reelaboração dos referencias curriculares em Educação do Campo no Território de Identidade do Recôncavo coloque como pauta as diversas territorialidades/ realidades campesinas materializadas no território em questão e possibilitem aos sujeitos do campo condições reais de empoderamento. Como enfatizado no decorrer do artigo, será necessário investimento público alinhado ao diálogo com os povos do campo para o cumprimento efetivo / efetividade dos documentos normativos.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de**. Territórios de Identidade: disputas e cooperações entre rural e urbano**. Em Estudos sobre a dinâmica territorial, ambiente e planejamento. SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (org.) João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2011.

BARBOSA, Ana Clarisse Alencar. **Teóricas e práticas do currículo** / Juliana de Favere. Indial: Uniasselvi, 2013.

ARROYO, Miguel G. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S. MOLINA, Mônica C. (Orgs.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Fundamental.** Brasília, 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

_____. Conselho Nacional de Educação; Câmera de Educação Básica. Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, p.10. Disponível em: Acesso em: 10 de agosto 2020.

BRASIL. Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BAHIA. Bahia. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2019. 475p.

Caldart, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, Roberto José. **Pensando as ruralidades latino-americanas a partir do caso brasileiro**. X Seminário Internacional sobre Território e Cultura. Universidad de Caldas – Manizales, Colômbia. 2010.

HAESBAERT, R. **Território e decolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**, 2021.

PRINTES, Rafaela Biehl. **Território e territorialidade: revisando conceitos diante da complexidade da sociodiversidade**. Pesquisa do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 2015.

Saquet, Marcos Aurelio. **A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial**. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., SÃO PAULO, V.20, N.3, p.479-505, SET.-DEZ. 2018.

SANTOS, Milton, 1926 – 2001. O Brasil: território e sociedade no inicio do século XXI / Milton Santos, María Laura Silveira. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Murilo Pinto Silva. **ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE: O lugar da (re)afirmação identitária da juventude do campo**. Salvador, 2020. (Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

ROSENDAHL, Zeny. **Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paul

# CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ: CONEXÕES SOCIOEDUCATIVAS

*Liana Almeida de Arantes*[1]

**RESUMO**

Este artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso – TCC apresentado na Universidade de Brasília- UNB, em março de 2024 e é resultado da experiência da autora enquanto Assistente Social, bem como da sua atuação de cerca de 28 anos na Socioeducação, com interlocução em diversas experiências profissionais, onde desde 2016 atua na formação profissional da prática socioeducativa, na equipe profissional do Núcleo Gestor Bahia da Escola do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. A Fundac celebrou em 2023 um contrato com o Instituto Terre des Hommes Brasil (TDH Brasil) ofertando os Cursos de Introdução em Justiça Juvenil Restaurativa e de Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz. Assim, através deste estudo exploratório, com abordagem qualitativa, buscamos utilizar a pesquisa documental e a aplicação de questionário com os cursistas aprovados para executar os círculos de construção de paz na Fundac. Dos 42 cursistas certificados na formação, dez responderam ao questionário, onde pudemos avaliar o alcance do curso e demonstrar a importância dos Círculos de construção de paz no âmbito da Fundac, como possibilidade transformadora, através de um trabalho dialógico, cuja resultante esperada seja a melhoria dos relacionamentos entre seus pares.

**Palavras chaves:** Ato infracional; socioeducação; justiça restaurativa e círculos de construção de paz.

This article is the result of the course completion work – TCC presented at the University of Brasília- UNB, in March 2024 and is the result of the author's experience as a Social Worker, as well as her almost 28 years of experience in Socioeducation, with dialogue in diverse professional experiences, where since 2016 he has worked in the professional training of socio-educational practice, in the professional team of the Núcleo Gestor Bahia da Escola do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. In 2023, Fundac signed a contract with the Instituto Terre des Hommes Brasil (TDH Brazil) offering the Introduction Courses in Restorative Juvenile Justice and the Training of Facilitators in Restorative Justice and Peace Building Circles. Thus, through this exploratory study, with qualitative approach, we sought to use documentary research and the application of a questionnaire with course participants approved to run peacebuilding circles at Fundac. Of the 42 certified course participants in the training, ten responded to the questionnaire, where we were able to evaluate the scope of the course and demonstrate the importance of Peacebuilding Circles within the scope of Fundac, as a transformative possibility, through dialogical work, whose expected result is improvement of relationships between their peers.

[1] Graduada em Serviço Social (UCSAL). Especialista em Administração Hospitalar (UFBA). Especialista em Terapia Comunitária (SEDES). Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação (UNB). Mestre em Gestão Social (UFBA). Atualmente desenvolve atividades na FUNDAC. Assistente Social da Secretaria de Saúde da Bahia (SESAB); Foi docente e coordenadora do estágio supervisionado do Curso de Serviço Social (UNIME/Salvador). Assistente Social e instrutora dos cursos de formação da FUNDAC. E-mail: lianarantes@yahoo.com.br.

**Keywords:** Infractional act; socioeducation; restorative justice and peacebuilding circles.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história da socioeducação no Brasil, as leis que embasaram o atendimento socioeducativo, antes da Constituição Federal de 1988, foram unânimes em apresentar como uma de suas características, a criminalização da condição social. Mais adiante, houve a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990, regulamentando o texto constitucional e trazendo a proposição de um novo paradigma, conhecido como Doutrina da Proteção Integral, a qual embasaria no futuro legislações garantistas que dariam origem, em 2012 ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, trazendo ao Brasil novas vivências na implementação das políticas públicas.

O Sinase foi aprovado pela Resolução 119 do Conselho Nacional de Direitos das Crianças e dos Adolescentes - Conanda, em 11 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Lei 12.594, em 2012, e pode ser definido como:

> Conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público (Brasil, 2012).

O ideário acerca da socioeducação no Brasil surgiu a partir do ECA e da propositura das medidas socioeducativas. Dada à complexidade do que realmente é socioeducação, tomaremos o entendimento de que sistema socioeducativo é a articulação sistemática e em rede de ações, programas e serviços, desenvolvidos por meio de práticas educativas, para garantir direitos humanos àquela pessoa entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, que tenha de alguma maneira violado a lei e adentrado o sistema, necessitando ser responsabilizada, por via judicial, conforme pensa Arantes, *et al*:

> Socioeducação, neste processo, pode ser entendida como a articulação de ações, programas e serviços que se desenvolvem nas práticas educativas, mobilizando jovens para o protagonismo, respeitando regras sociais e éticas vigentes, o que tornam as práticas socioeducativas desafiadoras, pelo caráter multifacetário do cumprimento das medidas, as quais devem considerar o caráter pedagógico, sem desconsiderar o caráter sancionatório. (Arantes;Souza;Garcia, 2019).

A Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac está localizada em Brotas na Rua das Pitangueiras, número 26-A, na cidade de Salvador, no estado da Bahia. Tem como finalidade a promoção da política estadual de atendimento socioeducativo na tutela de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade e de internação. Foi criada em 1991, através da Lei 6.074, que transformou a antiga Fundação de Assistência aos Menores no Estado da Bahia (Fameb), para atender às disposições do ECA. É uma Fundação com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o território do Estado da Bahia e está vinculada à Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SJDH).

Esse trabalho será um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa documental e a aplicação de questionário com os cursistas aprovados para executar os círculos de construção de paz na Fundac. Ou seja, intenta avaliar a experiência da Fundac Bahia- Fundação da Criança e do Adolescente que após relançamento do seu PPP em 2023, propiciou a alguns de seus profissionais cursos de Introdução em Justiça Juvenil Restaurativa e de Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz, em parceria com o *Instituto Terre des Hommes Brasil (TDH Brasil),* ratificando um dos seus princípios filosóficos e teórico-metodológicos fundamentais, as Práticas Restaurativas, Comunicação Não-Violenta e Círculos de Paz, bem como o seu compromisso institucional com a qualificação profissional permanente. Todo este empenho por parte da Fundac não ocorre de maneira aleatória, pelo contrário nasce como uma forma de compreender que as práticas restaurativas podem ter desfechos bastante surpreendentes.

As práticas restaurativas almejam nada mais do que favorecer para que haja ações inclusivas, empáticas e pacificadoras, mediante atividades que contribuam para diminuição da violência e melhora das relações nos ambientes onde aconteçam. São ferramentas que podem permitir afetivamente a reparação de danos. Podem ser de diversas naturezas: conferência familiar, pergunta restaurativa, declaração afetiva, bem como os círculos de construção de paz, como ponderou Pranis et al:

> O círculo é um processo estruturado para organizar a comunicação em grupo, a construção de relacionamentos, tomada de decisões e resolução de conflitos de forma eficiente. O processo cria um espaço à parte de nossos modos de estarmos juntos. O círculo incorpora e nutre uma filosofia de relacionamento e de interconectividade que pode nos guiar em todas as circunstâncias – dentro do círculo e fora dele (Watson; Pranis, 2011, p. 35).

Em outras palavras, os círculos restaurativos coadunam com as propostas do ECA, de trabalhar em prol de uma Socioeducação, da promoção da reintegração familiar e comunitária destes jovens que cumprem medida socioeducativa na Fundac, e necessitam encontrar no âmbito da instituição, uma ação não somente punitiva, mas também educativa, e voltada para a garantia de direitos humanos. Os círculos restaurativos comungam com os eixos pedagógicos da ação socioeducativa, especialmente a abordagem familiar e comunitária que preconiza a responsabilização solidária entre família, sociedade e Estado na defesa dos direitos dos jovens sob tutela socioeducativa.

Este trabalho ensejou avaliar a importância dos Círculos de Construção de Paz no âmbito da Fundac, como possibilidade transformadora, através de um trabalho dialógico. Pretende fazer um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, coletando dados mediante questionário semiestruturado, aplicado aos cursistas, certificados na Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz, oferecida pela Fundac, a executarem círculos no âmbito da instituição. Os círculos de construção de paz funcionam como possibilidades reais de propiciar encontros, seja entre profissionais e colegas, sejam entre profissionais e educandos, buscando compreensões recíprocas que, na medida do possível, consigam fortalecer vínculos e melhorar as relações.

Aprofundar conhecimentos acerca dos círculos restaurativos na socioeducação requer um mergulho em sistematizações teóricas nesta temática, mediante pesquisa bibliográfica. Conforme a classificação proposta por Gil: “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”. (2017, p.44). Assim, selecionou-se para aprofundamento teórico, material relativo aos temas centrais deste trabalho: ato infracional, socioeducação, justiça restaurativa e círculos de construção de paz.

As inquietações da autora provêm de quase 28 anos de atuação no sistema socioeducativo, tendo oportunidade de transitar por diversas experiências, com familiares de adolescentes em privação de liberdade, com adolescentes em semiliberdade e em pós-medida. Desde 2016, a atuação tem sido em programa de capacitação profissional. A capacitação das equipes técnicas multidisciplinares da

Fundac é fator estratégico no trabalho de prevenção e promoção do cuidado em saúde mental desenvolvido no contexto socioeducativo. Ciente da importância destes profissionais, a Fundac, em parceria com o Instituto Terra dos Homens (TDH Brasil) sediado no Ceará, capacitou seu corpo técnico para facilitar círculos de construção de paz.

Por ocasião do Lançamento do Projeto Político Pedagógico - PPP Fundac, em 2023, considerando um dos seus princípios filosóficos e teórico-metodológicos fundamentais, a saber, Práticas Restaurativas, Comunicação Não-Violenta e Círculos de Paz, assim como o compromisso da instituição com a qualificação permanente dos profissionais que atuam no atendimento socioeducativo. Nesse diapasão, dois cursos foram viabilizados: **Introdução em Justiça Juvenil Restaurativa** (20h), realizado no período de 07 a 09 de março de 2023, certificando 208 profissionais e **Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz** (40h), realizado no período de 10 a 14 de abril de 2023, habilitando 59 profissionais para realização dos Círculos restaurativos. Destes 59 profissionais, 42 executaram os círculos previstos para certificação, logrando êxito em se tornarem facilitadores de círculos.

**Foto ASCOM – Assessoria de Comunicação da Fundac**
Cursistas Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz

Em verdade, a justiça restaurativa pode ser considerada uma possibilidade de reparação de danos quando seus participantes, ou as partes envolvidas em um caso, tenham em comum, um motivador conflituoso, e se disponham, mediante à exposição de necessidades ou sentimentos, a legitimar algum acordo para resolução do conflito.

Quando nos referimos à mediação de conflitos, é no sentido de oportunizar a solução de conflitos de maneira construtiva, no intuito de fazer acordos colaborativamente, mediante diálogo entre as partes interessadas, no caso do sistema socioeducativo entre educandos, e seus pares: outros educandos, profissionais do socioeducativo, ou familiares. Em outras palavras, esse mecanismo de solução de conflitos visa, então, fornecer ao mediado a possibilidade de rever os seus padrões de conduta, possibilitando administrar as diferenças que existem entre os seres humanos, de sorte a instalar o diálogo onde ele não existe. (Muskat, 2008, p.62).

Nas práticas restaurativas, a Comunicação Não Violenta - CNV pode ser considerada como uma ferramenta que subsidia a mediação de conflitos, em um processo de escuta e de percepção. Enquanto prática restaurativa, a comunicação não violenta é um estilo de fala baseada no respeito. Rosembergue afirma que:

Podemos dizer que a CNV é uma ótica e uma ética prática, em que devemos - sem negar valores e responsabilidades - nos colocar para além do bem e do mal, além da moral dicotômica. Eis porque uma das frases essenciais e que resume muito desta visão diz: Para além do certo e do errado, existe um lugar: (Rosembergue, 2006).

O psicólogo Marshall Rosenberg criou e foi responsável pela disseminação da Comunicação Não Violenta (CNV) no mundo, firmando-a mundialmente como importante instrumento de conexão entre pessoas.

## 2. FALANDO SOBRE A PESQUISA

Esta pesquisa sustentou-se como estudo exploratório, com abordagem qualitativa, mas sem desconsiderar alguns dados quantitativos, importantes para contextualização do problema. Conforme Lakatos pontua:

> O estudo exploratório tem por objetivo formular questões ou um problema com a finalidade de familiarizar o pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, clarificando conceitos que possibilitem descrever qualitativa e/ou quantitativamente o fenômeno estudado" (Lakatos,2010).

Todo conhecimento agregado teoricamente, necessita ser somado a recursos para coleta de dados, visto a especificidade da problemática pesquisada, como também dos atores envolvidos no processo socioeducativo. Consoante pensa Minayo:

> Metodologias de pesquisa qualitativa são entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes

> aos atos, às relações, e às estruturas sociais; sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (Minayo, 2017, p. 10).

O presente estudo pretende apontar para a importância da Fundac criar condições para instrumentalizar e qualificar seu corpo técnico, promovendo ações estratégicas para a consolidação e ampliação dos direitos humanos de adolescentes em conflito com a lei, sobretudo por meio da disseminação dos princípios filosóficos, teóricos e metodológicos priorizados pela instituição. Estes princípios podem ser considerados como alicerces do trabalho socioeducativo, a saber: Pedagogia da Presença, a dimensão ética na socioeducação; a educação como prática de liberdade; a educação para as relações étnico-raciais e de gênero; a educação socioambiental; a redução de danos; e as práticas restaurativas: Mediação de Conflitos, Comunicação Não-Violenta e Cultura de Paz, sendo as práticas restaurativas o principal foco da nossa pesquisa.

Na formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz, ofertada pela Fundac, em 2023, dos 60 cursistas selecionados para o curso, 59 deles estiveram aptos para aplicar círculos de construção de paz. Deveriam trabalhar em duplas, onde cada dupla precisaria executar 10 círculos, sendo cinco de diálogos e cinco de conflitos, para serem certificados.

Consideramos círculo de diálogo, o trabalho circular para conversar e refletir sobre um dado assunto de interesse do grupo. O círculo de resolução de conflitos é mais complexo e pode contribuir para dirimir ou reparar eventuais danos e restabelecer vínculos saudáveis no grupo.

Dos 59 cursistas aptos na formação, 42 deles foram bem-sucedidos na execução dos círculos, equivalendo a 71% do total. Utilizando formulário, conseguimos entrevistar 10 cursistas, equivalendo a 26% do total de cursistas certificados, trazendo relevância para a nossa pesquisa. Cabe salientar que 17 cursistas foram reprovados na Formação, por não conseguirem executar os círculos na prática.

Todos os cursistas são trabalhadores da Fundac, variando em suas funções, em assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, uma biblioteconomista, educadores, socioeducadores, subgerentes, trabalhadores de unidades finalísticas, ou de semiliberdade. Participaram da pesquisa 10 profissionais, do total de 42 aprovados na formação e aptos para certificação. Todos os participantes possuem experiência no

atendimento socioeducativo, o que torna muito importante receberem constantemente formação para qualificação profissional.

Ao buscar organizar os dados obtidos a partir da participação dos cursistas, para diferenciá-los, optou-se por catalogá-los anonimamente, garantindo o sigilo da pesquisa. Desta forma, os cursistas serão identificados por numeração, iniciando com número 1, e culminando com o número 10.

Para obter os dados a serem fornecidos pelos participantes, o questionário foi definido como instrumento, principalmente por se tratar de uma ferramenta prática para aplicação. De acordo com Gil , o questionário pode ser definido:

Como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações. (Gil 2017, p. 121)

Conforme o objetivo definido na pesquisa buscou-se elaborar perguntas a fim de contemplá-lo. Desta forma, foram definidas 8 perguntas para serem aplicadas aos participantes. Foi elaborado um questionário semiestruturado.O mesmo foi impresso e aplicado presencialmente a dez cursistas no mês de dezembro de 2023. Oito cursistas que concluíram o ciclo de círculos e dois cursistas que não conseguiram concluir. É importante destacar que a aplicação do questionário ocorreu a fim de levantar a percepção dos cursistas sobre os círculos de construção de paz.

No contato inicial com os cursistas foram apresentadas informações sobre a análise, tais como o objetivo e a importância da participação deles para construção da mesma, diante disto houve unanimemente a disponibilidade em participar da pesquisa, ou seja, todos os cursistas abordados se disponibilizaram a responder ao questionário. Para melhor leitura e compreensão, usaremos os seguintes parâmetros:

P - para indicar o pesquisado;

R - para indicar o recorte de trecho da entrevista;

Foi utilizada também a numeração crescente para indicar os recortes utilizados como corpus na análise dos dados, a título de melhor compreensão.

O critério de escolha dos sujeitos da pesquisa foi aleatório, ou seja, dentre os 42 cursistas certificados no Curso de Facilitador de Círculos, escolhemos 8 que lograram

êxito na execução dos círculos e 2 que não lograram êxito na execução. Tudo isso para melhor entendimento da questão e análise da importância dos círculos no processo socioeducativo.

Todos os respondentes são trabalhadores na Fundac, havendo variação de vínculo onde 5 são servidores efetivos e destes, 2 possuem cargo comissionado; 2 são contratados via regime especial administrativo- Reda e 3 são servidores em cargo comissionado e estão apenas em cargo de provisão temporária. Dos 10 profissionais abordados, dois informam pertencer ao gênero masculino e 8 ao gênero feminino. Todos os respondentes residem em Salvador. Sete entre os dez pesquisados são trabalhadores na Gerse- Gerência Socioeducativa, variando entre a lotação, nas Coordenações de Atendimento, Escola do Sinase, Saúde, Semiliberdade, Segurança e Assessoria da Diretoria Adjunta, um lotado na Ouvidoria, um na Corregedoria e um na Gestão de Pessoas Dentre os profissionais pesquisados todos possuem nível superior e destes apenas dois não possuem pós-graduação, ou seja, 8 respondentes fizeram especialização. As graduações variam em Bacharelado em Serviço Social, com 4 respondentes; uma graduação em Tecnólogo em Segurança; um bacharelado em Artes; uma graduação em Desenho Industrial e três graduações em Psicologia.

No trabalho socioeducativo são diversos os profissionais que desempenham suas funções. Eles são assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, agentes socioeducativos, técnicos socioeducativos dentre outros profissionais. “As suas atribuições vão desde desenvolver atividades pedagógicas, aconselhar, acompanhar, até planejar, organizar e gerenciar ações sociais realizadas dentro do serviço” (Pereira e Barone, 2015).

No que concerne à titulação dos profissionais pesquisados, dois são especialistas em Operador do Sistema Socioeducativo, dois em gestão da Saúde, um em Gestão da Segurança Privada, uma em Políticas Públicas, um em Serviço Social com ênfase em Gerontologia e um em Psicanálise Infantil. Apenas um servidor possui titulação de mestrado, no curso de Cultura e Sociedade. Dois dos pesquisados não possuem pós-graduação..

Quanto ao tempo de vivência no sistema socioeducativo, 4 dos pesquisados possuem mais de 10 anos de trabalho no socioeducativo, enquanto seis estão há mais de 20 anos no sistema, e apenas um está há 14 anos. Dentre os que estão há menos

de dez anos, dois estão há dois anos no sistema, um está há quatro anos, um há cinco anos e um há oito anos. E dentre os que estão há mais de 20 anos no sistema socioeducativo, dois estão há 23 anos, um há 24 anos, um há 26 anos, e um há 27 anos. Embora seja uma área de trabalho com grande rotatividade, ficou evidenciado que os pesquisados possuem certa experiência, já atuando no socioeducativo há algum tempo. Eis alguns dos resultados:

**Perguntados se houve apoio institucional para execução dos círculos, 09 cursistas responderam que sim, houve apoio e apenas um deles respondeu que não houve apoio.**

(P02) “Houve apoio dos gerentes, do setor de transporte e dos colegas”.

(R01)

(P03) “Sim, principalmente dos colegas que estavam na luta também

para concluir”. (R02)

(P07) “Sim, houve disponibilização de locais para realização dos círculos”. (R03)

(P09) “Não, faltou infraestrutura, o que dificultou realizar os círculos. Faltou incentivo para conclusão do planejamento”. (R04).

Percebe-se que houve apoio institucional da Fundac para execução dos círculos, seja disponibilizando espaços, ou favorecendo a participação de profissionais, liberando-os de suas atividades profissionais para participar da ação circular, ratificando as proposituras do Sinase.

**Perguntados se houve divulgação dos círculos nas redes sociais da Fundac, responderam: oito cursistas disseram não ter havido divulgação nas redes sociais da Fundac e dois disseram que sim, houve divulgação.**

(P03) “ Sim, houve divulgação, mas a meu ver um tanto discreta”. (R05)

(P05) “Não, não houve divulgação como deveria haver”. (R06)

(P07) “Não houve, soube que haveria a intenção de um documentário, mas até o momento não aconteceu”. (R07)

(P09) “Não houve, e se houve foi insuficiente”. (R08)

Apenas dois pesquisados dentre os dez, mencionaram ter havido divulgação nas redes sociais da Fundac sobre os círculos. Torna-se claro pelas respostas dos pesquisados que enquanto ferramenta de divulgação de informações institucionais poderia ter havido uma maior difusão pela Ascom - Assessoria de Comunicação da Fundac sobre os círculos de construção de paz. Isso favoreceria um melhor entendimento por parte de profissionais que não fizeram o curso a compreenderem o momento institucional, conectando os profissionais com os propósitos do curso.

**Perguntados se houve facilidade para execução dos círculos, responderam:**

(P03 e P07) “Apoio para conseguir os espaços e para liberação dos servidores para participar”. (R09)

(P03) “Orientações claras da TDH e Escola do Sinase”. (R10)

(P03 e P04) “Engajamento dos colegas’. (R11)

(P08) “Afinidade entre as duplas e apoio da gestão”. (R12)

Todos os pesquisados elencaram facilidades para execução dos círculos. Outro fator a ser considerado é que os círculos aconteceram em duplas, de modo que cada cursista teve a oportunidade de escolher o colega para trabalhar. Isso, positivamente, favoreceu para que esta escolha acontecesse dentro do parâmetro da afinidade, sendo que cada dupla trabalhou harmonicamente.

**Perguntados se houve dificuldade para execução dos círculos, responderam:**

(P01, 03 e 04). “Conciliar horários com disponibilidade dos colegas”. “Imprevistos nas Unidades” (Pesquisado 2). (R13)

(P05) “Falta de divulgação do círculo”. (R14)

(P06) “Resistência de alguns colegas, por não conhecerem o trabalho”. (R15)

Ainda sobre a complexidade do trabalho educativo, em algumas situações, agendávamos a execução do círculo, no entanto imprevistos de diversas ordens dificultaram para que no momento combinado o círculo acontecesse com o número de pessoas previstas. Outro aspecto relevante diz respeito à publicização dos círculos. Dois dos cursistas pesquisados pontuaram que, se houvesse maior divulgação pela

Assessoria de Comunicação da Fundac, poderíamos ter tido maior facilidade para executar os círculos. A Fundac possui redes sociais importantes, como facebook, instagram e youtube onde o trabalho poderia ter tido maior visibilidade.

**Perguntados se pretendem continuar aplicando os círculos na Fundac após a certificação, responderam:**

(P02) “Os círculos serão uma realidade, nos planos de trabalho dos setores ” (R16)

(P03 e P05). “Tenho intenção de continuar aplicando na Fundac e fora dela” (R17)

(P08 e P10) “Como é uma ferramenta potente para os conflitos, será incorporada na minha rotina de trabalho”. (R18)

(P06) “Os círculos favorecem as práticas restaurativas com os educandos”. (R19)

O círculo convida os participantes a deixar cair suas máscaras e proteções que eles usam e que criam distância de seu eu verdadeiro e do eu verdadeiro das outras pessoas. A abertura ajuda os participantes a se centrarem, a colocarem-se como completamente presentes no espaço, a reconhecer a interconectividade, a liberar distrações que não estejam relacionadas, e a estarem atentos aos valores do eu verdadeiro. (Pranis, 2011, p.38).

A Justiça Restaurativa é uma proposta ainda inovadora de política pública de inclusão social, mas também de política pública socioeducativa, porém, necessita estar articulada com a rede de atendimento, sob o risco de se restringir a uma mera política pública compensatória, sem condições de favorecer a autonomia e a cidadania dos sujeitos ligados pelo conflito. Os resultados desta pesquisa, ainda que incipientes, buscam ilustrar o alcance do curso de Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz e demonstrar a importância dos Círculos de Construção de Paz no âmbito da Fundac, em Salvador, na Bahia, como possibilidade transformadora de trabalho.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justiça restaurativa figura como uma das práticas que possibilita a reconstrução de laços mediante o diálogo. Dentre suas práticas principais encontramos os Círculos de Construção de Paz, como perspectiva de reconstrução de laços que porventura tenham sido rompidos, seja no âmbito familiar, seja no âmbito profissional, ou pessoal. Pode ser considerada uma possibilidade de reparação de danos quando seus participantes, ou as partes envolvidas em um caso, tenham em comum um motivador conflituoso. E se disponham a legitimar algum acordo para resolução do conflito.

No intuito de modernizar suas ações, a Fundação da Criança e do Adolescente-Fundac Bahia, após relançar seu Projeto Político e Pedagógico, em 2023, trouxe como uma de suas propostas oferecer a alguns de seus profissionais um curso de **Introdução em Justiça Juvenil Restaurativa e uma Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz.** Estas capacitações aconteceram de março a dezembro de 2023, em parceria com o Instituto Terre des Hommes Brasil (TDH Brasil), ratificando o seu compromisso institucional com a qualificação profissional permanente.

Toda essa proposta da Fundac, está em consonância com as proposituras do ECA e do SINASE que sinalizam para a importância em manter ações de cunho educativo e pedagógico. Não podemos desconsiderar que o presente estudo apresenta restrições, por ter trabalhado com amostragem, o que de alguma forma pode influenciar nos achados finais. Nesta pesquisa, no entanto, restou evidente que os Círculos de Construção de Paz podem ser instrumentos importantes para grandes mudanças de atitudes, pela perspectiva de propiciarem transformações reais.

Neste estudo, foram evidenciados dados que nos habilitam a confirmar que, ainda que tenham sido listados fatores facilitadores, como também limitantes para sua execução, os Círculos de Construção de Paz tornaram-se, institucionalmente, uma importante ferramenta para trabalhar as diversas nuances das dificuldades dialógicas e de enfrentamento de conflitos, tão próprias da relação entre educandos em privação de liberdade e profissionais do atendimento, bem como questões pessoais de ambos, não verbalizadas no cotidiano socioeducativo.

Ratificamos, inclusive, que praticamente todos os profissionais participantes da pesquisa afirmaram ter a intenção de continuar a executar os círculos, mesmo após a

conclusão do curso de Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz.

Portanto, será importante se este trabalho for um meio para abrir caminhos, chamando por mais estudos científicos acerca desta temática que, apesar de ainda inovadora, já é muito importante no meio socioeducativo.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, L. A.; SOUZA, C. A. L.; GARCIA, A.M..F**. Socioeducação: o desafio da qualificação profissional .** Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1287. SEMOC - Semana de Mobilização Científica: Salvador, 2019. Acesso 16 nov. 2023.

BRASIL.Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.**Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 08 de out de 2023.

_____. **Lei nº 12.594** de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria**. Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUSKAT, Malvina et alli. **Mediação Familiar Transdisciplinar: uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero**. São Paulo: Summus Editorial,2008.

PEREIRA, I.; BARONE, R. **Formação do socioeducador no contexto da socioeducação e as contribuições da educação social.** In: PAES, P.; ADIMARI, M.; COSTA, R. Socioeducação e intersetorialidade. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

ROSENBERGUE, Marshall. **Nonviolent communication. A language of life.** California: PuddleDancer Press, 2003. (traduzida no Brasil pela Editora Ágora, 2006.)

# O SEGUNDO CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO EM SALVADOR: AS PERSPECTIVAS DO RACISMO RELIGIOSO EM SALVADOR NO ANO DE 1937

*Julia Souza Lima da Silva*[1]

**RESUMO**

Baseado numa capa de jornal vindo do período do início da república/já republicano, mais especificamente, do ano de 1937. Este artigo visa falar sobre o segundo congresso afro-brasileiro que ocorreu no estado da Bahia e as perspectivas do racismo religioso na cidade de Salvador no mesmo ano, sendo o mesmo o ano em que ocorreu o congresso. Cujas notícias da página de jornal fala e escancara ambos, como o termo “racismo religioso” sendo algo mais atual, já que não se pensara dessa forma no ano em questão.

**Palavras-chave:** Afro-brasileiro. Congresso. Racismo Religioso. Salvador.

**ABSTRACT**

Based on a newspaper cover from the early republic/already republican period, more specifically, from the year 1937. This article aims to talk about the second Afro-Brazilian congress that took place in the state of Bahia and the perspectives of religious racism in the city of Salvador in the same year, the same being the year in which the congress took place. The news on the newspaper page speaks and exposes both, such as the term “religious racism” being something more current, as it had not been thought of in that way in the year in question.

**Keywords:** Afro-brazilian. Congress. Religious Racism. Savior

## 1 INTRODUÇÃO

O racismo religioso sempre foi uma questão relevante na história do Brasil, marcada por uma diversidade cultural e étnica. No ano de 1937, um marco importante nessa discussão ocorreu com a realização do Segundo Congresso Afro-Brasileiro, na cidade de Salvador. Neste evento, líderes religiosos e intelectuais afrodescendentes reuniram-se para debater e expor o tema “Negro”.

[1] Graduada em licenciatura de história, Universidade Católica do Salvador — UCSAL, julsilvasl0@gmail.com

Ao tratar de questões afro-religiosas, é indubitável a necessidade pela menção do importante autor Edison Carneiro. Ao qual Rossi (2011) diz:

> Se é possível dizer que o interesse de Édison Carneiro pela cultura afro-brasileira começou a se pronunciar a partir de suas atividades junto à Academia dos Rebeldes, com a sua conversão ideológica ao comunismo, tal interesse praticamente selaria os destinos de sua produção intelectual e de suas consequentes tomadas de posição no campo intelectual brasileiro. Uma conversão que, em parte, foi se construindo gradualmente não apenas para Édison Carneiro, mas para toda uma leva de jovens universitários e letrados da Bahia, na medida em que foram se dando conta dos rumos que a revolução de 30 ali tomava. (Rossi, 2011)

Vale ressaltar a relação de confidência existente entre este e Mãe Aninha, sendo a última, responsável por tramitar informações ao autor. Carneiro, em conjunto a representações importantes, como Jorge Amado, chegaram a formar, ainda antes do governo Vargas, a denominada “Academia dos Rebeldes”, grupo criado com o intuito de ressaltar as literaturas modernistas e o teor realista que as compunham, de acordo com o Movimento de 1930, além de discutir os aspectos da sociedade baiana. Por conta da militância dos componentes do grupo, sobretudo em defesa ao povo e representações de religiões africanas, suas atuações muitas vezes eram vistas como casos de denúncia à polícia. Segundo Soares (2006):

> A Academia dos Rebeldes abriu caminhos, como numa cerimônia do encantado, em que se abrem os trabalhos fazendo o padê de Exú para a carreira intelectual de Jorge Amado, Edison Carneiro, Sosígenes Costa, Pinheiro Viegas, Áydano do Couto Ferraz e outros que, militando no Partido Comunista Brasileiro, souberam conviver e defender a minoria que praticava o culto afro-brasileiro. (Soares, 2006, p. 29)

Baseado nos objetivos da Academia, Edison Carneiro foi também, com apoio de seus colegas e dos participantes, o coordenador do 2° Congresso afro-brasileiro ocorrido na Bahia em 1937, três anos após o primeiro. O tema central para discussão dos antropólogos e estudiosos nacionais presentes, portanto, foi a questão do negro e seus costumes socioculturais. Diante ao acontecimento do congresso, os representantes de Santo abriram os seus barracões para o público e promoveram festividades, como forma de prestígio ao seu acontecimento, que era visto como fruto de resistência para a população negra, diante de uma sociedade que desejava destruir os seus traços. Segundo Mariana Morais (2020), “parte desses pesquisadores estavam vinculados a órgãos estatais de desenvolvimento e de implementação de políticas públicas higienistas.” Portanto, foi possível notar que, com a presença de políticos e influenciadores da época, o acontecimento do congresso chegou a ser noticiados em diversos jornais da Bahia (Morais, 2020. p. 2).

Para o termo que utilizamos atualmente para designar a famosa Intolerância religiosa que para o período em questão, em si, era algo que ainda não existia. No termo “Intolerância Religiosa”, vemos o que atualmente temos como o Racismo Religioso. Racismo, ao ser algo sofrido pela população negra desde os primórdios da colonização brasileira, onde vemos uma supremacia branca na história, que designou o termo “Raça” para se referir as pessoas de outras etnias. O povo negro em questão eram vistos como arcaicos, visto que a sua religião ainda se mantinha os sacrifícios de animais para oferenda dos seus deuses. Rodrigues (2020), traz em seu artigo uma perspectiva sobre o uso do termo “Racismo” e “Intolerância” Religiosa, ao qual o mesmo traz logo no início da introdução que:

> Algumas considerações são essenciais para se fazer de início: os termos racismo religioso e intolerância religiosa estão em plena disputa dentro das narrativas dos afrorreligiosos e de pesquisadores do tema, sendo que o termo racismo religioso só apareceu em literatura acadêmica em 2012. Na pesquisa que realizei em Fortaleza ficou perceptível que a categoria racismo religioso é mais comum nas narrativas de candomblecistas que tem ensino superior completo e/ou que são militantes sociais. Talvez os adeptos que não tenham o mesmo nível de escolaridade ou experiência militante ainda falem em intolerância ao invés de racismo religioso – pelo menos foi isso que o campo indicou. (Rodrigues, 2020. p. 30)

Diante da complexidade e da evolução terminológica nas discussões sobre racismo religioso e intolerância religiosa, é importante destacar a dinâmica em constante transformação desses conceitos, especialmente no contexto das práticas e narrativas dos afro-religiosos. A citação então mencionada ressalta a disputa em torno das definições e do emprego dos termos, revelando a emergência do termo "racismo religioso" apenas em 2012 no âmbito acadêmico.

## 2 O SEGUNDO CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO: ONDE, QUANDO, COMO OCORREU E QUEM PARTICIPOU

Ocorrido de 11 a 20 de janeiro de 1937 na cidade de Salvador, o segundo congresso afro-brasileiro, que ocorreu na Bahia, teve como referência principal a vivência do povo preto que viveu no estado baiano durante a década. Coordenado por Edison Carneiro, o congresso então confirmaria o reconhecimento alcançado pela emergência do tema “negro” na sociedade brasileira, que até então era bastante escassa. Centralizado apenas na parte da cultura afro-brasileira, o simpósio teve não

apenas estudiosos da temática, mas também sacerdotes e o povo de Santo que abriram seus terreiros para o público do mesmo.

Foram convidados para formar a comissão executiva então, o Martiniano Bonfim, que exerceu o seu papel de presidente de Honra com muita dignidade e interesse, seu grande amigo Jorge Amado, Azevedo Marques, Reginaldo Guimarães, entre outros que não puderam participar pessoalmente, como Arthur Ramos (sendo o mesmo um dos grandes nomes da Etnologia brasileira, responsável pela retomada dos estudos de Nina Rodrigues e Manoel Querino, no período de 1930). “Estou ajudando o Estado da Bahia a fazer reportagens sobre os candomblés e, ao mesmo tempo, conseguindo a adesão de toda a turma. A coisa vai de vento em popa.” (Edison Carneiro em carta enviada a Arthur Ramos, no dia 06 de junho de 1936).

Após essa citação da carta de Edison para seu amigo Arthur (que residia no Rio de Janeiro), vemos que o mesmo desde o ano de 1936 já se preparava de certo modo para a elaboração do Congresso, visto o que o mesmo diz neste trecho da carta, Edison então teria feito as reportagens para publicações para o Jornal do Estado da Bahia sobre o 2° Congresso afro-brasileiro como aponta Clay (2003), em seu trabalho para o curso de comunicação em jornalismo:

> A três dias da abertura do congresso, Edison Carneiro iniciou, em O Estado da Bahia, uma série de notas e reportagens divulgando a programação e as principais atividades realizadas durante o evento, sempre com o título 2º Congresso Afro-Brasileiro. No dia 8 de janeiro de 1937 foi publicada a primeira delas com o subtítulo “O programa dos trabalhos desse importante certame científico”. Essa primeira nota foi ilustrada com uma fotografia feita no terreiro de Joãozinho da Goméia, com a legenda “A comissão executiva do 2º Congresso Afro-Brasileiro diante do barracão do candomblé da Goméia”. O texto anuncia a instalação das sessões no Instituto Histórico da Bahia e seu encerramento na antiga Faculdade de Medicina, com uma homenagem a Nina Rodrigues, que contaria com a presença de Arthur Ramos, mas que por motivos pessoais, como veremos mais tarde, não pôde comparecer ao evento. (Clay, 2003, p. 54)

Já nas vésperas da abertura oficial do Congresso, o jornal Estado da Bahia, em sua edição de seis de janeiro de 1937, publicou uma nota de destaque que dizia: “O professor Renato Mendonça virá á Bahia tomar parte nos seus trabalhos”. (Jornal do Estado da Bahia, 1937). Onde segundo a mesma nota Renato Mendonça era “docente do collégio Pedro II e membro do corpo consular do Brasil”. Foi escritor, onde sua obra “A influência africana no portugues do Brasil” no período em questão, já estava na segunda edição.

No dia nove teve a seguinte visibilidade:"O 2º Congresso Afro-Brasileiro Na próxima segunda-feira, 11, às 15 horas, no Instituto Histórico da Bahia / A sessão será presidida pelo Professor Martiniano do Bonfim, antigo colaborador de Nina Rodrigues".(Jornal do Estado da Bahia, 1937)

Já na edição do dia doze(capa que inspirou a escrita deste artigo), a notícia fora:

> Segundo Congresso Afro-Brasileiro. Como decorreu a sua sessão de instalação. Presidida por Martiniano do Bonfim, o antigo colaborador de Nina Rodrigues, realizou-se ontem, conforme estava marcada, a sessão inaugural do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia [...] Presente grande número de congressistas, o escritor Áydano do Couto Ferraz leu o termo de abertura do Congresso, assinado pela Comissão Executiva e logo em seguida passou a presidência ao Professor Martiniano do Bonfim, que se achava ladeado pelo escritor Édison Carneiro e pelo juiz federal Mathias Olympio.(JORNAL ESTADO DA BAHIA, 1937)

Diante das notícias vemos o impacto que o 2° congresso afro-brasileiro teve na cidade de Salvador, se não, em toda a Bahia, visto que o jornal era do estado.

## 3 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO EM SALVADOR E O RACISMO RELIGIOSO DA DÉCADA DE 1920 ATÉ ANO DE 1937

O século XX, possuía ainda toda uma herança conservadora de como tratar a população negra do país em si. Vindo desde o período da escravização do povo negro, até o ano pensado, não houve muitas mudanças em relação ao pós-abolição da escravidão no Brasil e principalmente na Bahia, onde a elite conservadora e cristã ainda possuia traços do império e desprezava a república.

Havia um delegado na coligação baiana que se tornou temido pelos pais de Santo, pois sua repressão ao candomblé era de forma ávida e violenta. Conhecido como Pedrito Gordilho, se tornou folclore entre os adeptos das religiões afro-brasileiras. Ao qual Luhning, (1995/6) diz em seu trabalho, que:

> Foi um tanto difícil abordar a sua vida e sua atuação profissional, porque o real e o lendário confundem-se. Para uns, os acontecimentos daquela época não passam de um exagero, tudo seria mais lenda e mito que realidade. Para outros, a perseguição existia de uma forma real, inexistindo, porém, relatos objetivos.(LUHNING, 1995/96, p. 195)

Perante isto vemos o quão era um terror para o povo de santo da época, conviver com a polícia baiana, que até então discriminava-os e destruía tudo e qualquer coisa que se fizesse como referência a Orixás.

Mesmo com as inúmeras mudanças no cenário político brasileiro no decorrer das décadas, para a população negra e afro-religiosa na Bahia não houve consideráveis mudanças, sendo possível observar a perseguição descrita anteriormente ao povo de Santo, a nível governamental e policial, ainda presente na década de 1930, período em que Getúlio Vargas assumiu o poder e criou o Estado Novo. Período este que a elite cristã conservadora continuava exercendo controle direto no âmbito político. Morais (2020) aponta a pesperctiva a qual " a modernidade que se almejava alcançar com as políticas do governo Vargas não se conjugava com as práticas religiosas vinculadas aos negros, ainda consideradas indícios de uma sociedade arcaica" (Morais, 2020, p. 2).

A concepção de governo na era Vargas, então, consistia em uma sociedade seguindo os moldes eurocêntricos introduzidos durante o período colonial; branca e cristã. Não havia a concepção de religiões ou pessoas que praticassem os costumes de matrizes africanas, e, além disso, existia a prática política que propunha um projeto de "branqueamento" da população brasileira; o qual se pautava em incentivos a imigração de europeus para o país, oferecendo melhores oportunidades trabalhistas para estes. Isso é evidente nas próprias palavras de Getúlio, segundo Haag (2012), que diz: "durante anos pensamos a imigração apenas em seus aspectos econômicos. É oportuno obedecer agora ao critério étnico".

Neste contexto histórico, é imperativo ressaltar a figura marcante de Mãe Aninha, uma destacada Ialorixá da década em questão e a fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá. Sua notoriedade foi ainda mais amplificada pelo apoio de Oswaldo Aranha, um influente político que se sensibilizou com a causa candomblecista. Santos (2014) destaca que Mãe Aninha, por meio desse respaldo político, obteve um feito significativo: a promulgação do Decreto Presidencial 1.202/34 por Getúlio Vargas. Esse decreto, conforme salientado por Claro (2021), marcou o fim da proibição aos cultos afro-brasileiros em 1934. A atuação de Mãe Aninha, entretanto, não se limitou a esse marco legislativo, estendendo-se ao longo da década de 1930. De acordo com Claro (2021, p. 7), Mãe Aninha manteve uma participação ativa na luta pelos direitos e reconhecimento dos cultos afro-brasileiros até sua morte no final da mesma década. Sua presença e influência foram cruciais para desencadear mudanças significativas no cenário religioso brasileiro, destacando a importância não apenas de líderes religiosos, mas também da

intersecção entre o sagrado e o político na busca pela legitimidade e respeito às tradições afro-brasileiras.

Vindo o interventor federal do então presidente da época, Getúlio Vargas para cá, Juracy Magalhães esteve no poder das oligarquias baiana até o momento de 10 de novembro de 1937. Ele não foi muito bem recebido pela elite local de início, já que era um forasteiro, mas logo começou a fazer alianças, visto que era um bom articulador político. O qual Rossi (2011) diz:

> No limite, pode-se dizer que a nomeação do tenente “estrangeiro”, tal como fora recebido o interventor Juracy Magalhães, indispôs como um todo os grupos oligárquicos baianos os quais, suspendendo momentaneamente suas acirradas disputas internas, tentariam ainda articular um bloco de oposição que, embora frágil, não deixava de expressar o forte “ressentimento [de uma] Bahia invadida e violada”. (Rossi, 2011)

Diante disso, vemos como as oligarquias baianas, mesmo sendo desunidas, ainda, sim, tentaram de reunir para formar uma oposição contra o então interventor. Sendo boa parte destas oligarquias Seabristas. J. J Seabra sendo então o governador da Bahia, ainda de início quando Juracy chegou. Ambos tinham uma disputa acirrada como traz novamente o autor Rossi (2011):

> A situação social e financeira de Souza Carneiro jamais conheceu melhoras significativas. Muito pelo contrário, o seabrismo cada vez mais imoderado do professor rendeu-lhe ainda um dos mais fortes golpes sofridos em vida: o desligamento da Escola Politécnica, em 1932, aos ser “aposentado à força, sem mais nem menos, por motivos políticos”. O desligamento se deu como resultado dos esforços empreendidos pelo então recém-empossado interventor Juracy Magalhães para sufocar quaisquer pretensões de J. J. Seabra – bem como as de outras forças oligárquicas locais – em assumir as rédeas do processo revolucionário na Bahia, perseguindo e prendendo seus principais correligionários.(Rossi, 2011)

O parágrafo em questão trás o pai de Edison Carneiro como sendo aposentado como forma de repressão política por ser “apoiador” de J. J. Seabra. Vemos as oligarquias baianas e o povo muito apegados à coligação do Seabrismo. Por isso que Juracy tentou de todas as formas possíveis derrubar o seu rival político e, sendo um ótimo articulador, conseguiu pelas beiradas ter as oligarquias na palma de sua mão, se tornando então governador da Bahia no ano de 1931 e permaneceu no poder até o ano de 1937, mesmo ano que ocorreu o segundo congresso afro-brasileiro na Bahia, sendo o mesmo ocorrido 10 meses antes do fim de seu mandato.

Então,  a relação do governo de Getúlio Vargas e do seu interventor federal, Juracy Magalhães, com a população negra da Bahia foi complexa, com políticas que

variaram entre inclusivas e excludentes. Onde os mesmos deixaram um legado significativo na história política brasileira e baiana, mas também enfrentaram críticas de diversos setores da sociedade, incluindo movimentos negros, devido às suas políticas e práticas que perpetuaram desigualdades raciais. Principalmente na atualidade, onde Vargas é considerado um “Ditador”.

## 4. ANÁLISE DA CAPA DE JORNAL: A PERSPECTIVA DA IMPRENSA DIANTE DO RACISMO RELIGIOSO NO ANO DE 1937

Segundo Congresso Afro-Brasileiro

COMO DECORREU A SUA SESSÃO DE INSTALLAÇÃO

Violenta thesourada!

“Oxalá que elle nada soffra”... finalizou a criminosa

Fonte: https://velhosmestres.com/br/destaques-5.

Vemos diante da capa de jornal analisada para a então a elaboração deste artigo. Um caso do que pode ser considerado atualmente como racismo religioso. Na capa em questão há uma notícia sobre o então segundo congresso afro-brasileiro ocorrido aqui no estado da Bahia, a qual diz com o subtítulo “Como decorreu a sua sessão de instalação”.

O texto informa sobre os trabalhos apresentados na abertura do evento, anuncia a chegada do “maestro Camargo Guarnieri, representante do Departamento de Cultura da Prefeitura de S. Paulo, que veio recolher músicas africanas e populares da Bahia e adquirir instrumentos musicais de candomblé, capoeira, samba e batuque; e o pianista e compositor Frutuoso Vianna, especialista em música negreira, que ajudará as pesquisas do maestro Guarnieri”.

Abaixo da notícia de capa central, vemos uma notícia sobre uma tragédia ocorrida. cuja o tema é “Violenta Thesourada”, ao qual o contexto que podemos entender da notícia, uma mulher da religião de Santo, teria tentado matar um homem com uma tesoura, a qual a mesma quando a polícia chegou para levá-la gritou “Oxalá, que elle nada soffra”. Muito provavelmente essa mulher estaria se defendendo de uma situação de intolerância religiosa, ao qual o jornal em questão a apontou como sendo a vilã do enredo. Abaixo da notícia destaque diz o seguinte: "Deu hoje entrada no S. S. da Urgência o commerciario Nelson Tabajara, portador de um ferimento heero-cousturo na região abdominal, feito a thesoura.” (Jornal do estado da Bahia, 1937)

O caso em si, ficou claro. Diante da capa e da discussão que a capa trás, sendo a mesma do jornal do Estado da Bahia, com o governo atual do Brasil na época Getúlio Vargas, o atual administrador federal da Bahia o então deputado Juracy Magalhães que foi indicado pelo presidente. A política de Vargas, não era das melhores para a população negra do país. Sofrendo assim com o massacre de todas as formas possíveis.

## 5. CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi abordado neste artigo, podemos concluir que o segundo congresso afro-brasileiro ocorrido na cidade de Salvador na Bahia, foi um marco importante diante de um governo opressor da população negra brasileira e baiana,

principalmente as suas religiões, como foi demonstrado o que nos dias de hoje seria visto como “Intolerância” ou “Racismo Religioso” (termo mais atual), ao qual foi mencionado também uma disputa política entre J. J. Seabra e Juracy Magalhães, ao qual o último acabou ganhando, sendo um “Lacaio” de Vargas, e destituindo os direitos da população negra baiana, que já não possuía muitos, e como foi demonstrado anteriormente, o congresso só ocorreu porque possuiu o apoio de instituições de prestígio e servidores públicos como Edison Carneiro e Arthur Ramos que mesmo não podendo estar presente, deu todo o apoio necessário ao seu amigo.

Visto que o racismo é uma insensibilização do ser humano, como apontam antropólogos e historiadores, vemos então o “Racismo Religioso” como uma desumanização não somente da pessoa, mas também de sua fé e tudo aquilo que ela acredita.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus deuses, ao universo e ao meu sagrado por estar submetendo este trabalho, seguidamente aos meus pais que me deram a vida, amigos e familiares e colegas pelo apoio para seguir o meu sonho, a professora Alessandra Carvalho por ter me introduzido no mundo das religiões afro-brasileiras que era algo que já possuia um certo fascínio e por ter me apresentado Edison Carneiro (autor do livro Candomblés da Bahia), sendo o mesmo o pioneiro para a elaboração deste artigo, e a professora Josenilda Mesquita por propor a elaboração de um artigo com a temática da Bahia no Seculo XX como método avaliativo da disciplina de Bahia III (ou Bahia republicana) e aos responsáveis pelo SEMOC pela oportunidade.

## REFERÊNCIAS

CLARO, Silene Ferreira. “Eugênia Anna dos Santos, a mãe Aninha do Ilê Axé Opô Afonjá.” In: Narrativas e saberes do candomblé na construção da consciência histórica: a experiência decolonial da Escola Municipal Eugênia Anna Dos Santos. Anais do 31° Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia. 1ª edição, São Paulo: ANPUH, 2021.

CLAY, Vinicius. “O negro em O Estado da Bahia: De 09 de Maio de 1936 até 25 de Janeiro de 1938.” Monografia apresentada ao curso de comunicação da Faculdade Federal da Bahia, departamento de jornalismo, 2003.

HAAG, Carlos. “Os indesejáveis: Política imigratória do Estado Novo escondia projeto de branqueamento.” FAPESP, Revista, ed. 201, 2012. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/os-indesejaveis/.

MORAIS**,** Mariana Ramos de, 2020. “Raça, cultura e religião: os Congressos Afro-Brasileiros e a antropologia feita no Brasil nos anos 1930”, in Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie, Paris.

OLIVEIRA, Waldir Freitas de, LIMA, Vivaldo da Costa, (Orgs.). Cartas de Edison Carneiro a Arthur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo, Corrupio, 1987.

ROSSI**,** Luiz Gustavo. “O intelectual “Feiticeiro” Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil.” Universidade Estadual de Campinas, SP, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/O%20intelectual%20%E2%80%9Cfeiticeiro%E2%80%9D%20Edison%20Carneiro.pdf.

RODRIGUES, Ozaias da Silva. “Repensando os ataques às religiões afro: uma breve discussão sobre o conceito de racismo religioso no Candomblé.” Revista Tempo Amazônico, Volume 8, N. 1, Jul-Dez de 2020. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=2044.

SOARES, Angelo B. C. “Academia dos rebeldes: modernismo à moda baiana.” Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2006. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/11.

**FONTES**

Jornal do estado da Bahia, 6 de janeiro de 1937. Disponível em: https://velhosmestres.com/br/destaques-5.

Jornal do estado da Bahia, 9 de janeiro de 1937. Disponível em: https://velhosmestres.com/br/destaques-5.

Jornal do estado da Bahia, 12 de janeiro de 1937. Disponível em: https://velhosmestres.com/br/destaques-5.

# EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – PROPOSTAS, DESAFIOS E INCONSISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

*Maria Gorete Borges Figueirêdo*[1]

**RESUMO**

O surgimento dos cursos EaD no Brasil, abriram portas para possibilitar que pessoas que não tinham condições de acessar um curso presencial, realizassem seus sonhos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, favoreceu a chegada do ensino à distância aos lugares dos mais difíceis acessos, e às diversas camadas sociais, efetivando dessa forma, a inclusão social do conhecimento, em todo país. O caminho metodológico trilhado foi a pesquisa bibliográfica onde foi feita a revisão de obras publicadas o que direcionou a análise do conteúdo, tendo como objetivo compreender as propostas e inconsistências da EaD na formação do sujeito. Embora seja uma modalidade de ensino que proporciona a interatividade constante do aluno com os que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem, apresenta desafios os quais podemos referir à estrutura ofertada e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que incluem hardware e software aplicados em diferentes cenários da educação e da vida pessoal do aluno. Contudo, a qualidade da educação à distância depende da interação dessa estrutura ofertada, no modelo de aprendizagem desenhado, e na fomentação desse aluno de modo a estar integrado à infraestrutura de redes e serviços relacionados favorecendo a busca à todas as informações essenciais e necessárias à sua aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação à Distância. Tecnologia. Desafios. Formação. Sujeito.

## 1. INTRODUÇÃO

A inserida na legislação nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, foi sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e trata-se de um conjunto de normas que visam a estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. Tais dispositivos ratificam a educação como direito fundamental de todo cidadão, e dever do Estado e da família, conforme prevê a Constituição Federal (CF) de 1988 no Artigo 205.

É na LDB que consta a explicitação das bases para a educação básica e superior e, no bojo da educação superior, a Educação à Distância (EaD). Logo, é ela

[1] Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social –UCSAL, Prof.ª Permanente do Programa de Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC – UCSal). Docente dos cursos de graduação da Escola de Educação e Humanidades e da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da UCSal, Assistente Social e Pedagoga. E-mail: gorete.figueiredo@gmail.com.

que normatiza, em nível federal, a EaD, que por sua vez tem mostrado um crescimento exponencial no Brasil, superando o ensino presencial em diversos aspectos.

Nas últimas décadas, os cursos na modalidade de Educação à Distância, tem suprido grandes carências dos indivíduos que não tiveram a oportunidade de cursar uma universidade presencial seja pela impossibilidade de deslocamento, seja pelo custo e/ou dinâmica da vida pessoal.

Apesar de serem constatadas uma série de dificuldades no andamento dos cursos EaD aqui no Brasil, seja pela escassez de ferramentas tecnológicas, que resulta no desestímulo e no abandono por parte dos estudantes, há, ainda, um grande percentual que permanece nos cursos à distância. Esse é um processo entre professor/aluno que quando da disponibilidade e uso devido dos recursos tecnológicos supera expectativas e possibilita avanços, transportando as informações didáticas de forma segura e em pouco tempo.

A Educação à Distância tem procurado chegar aos lugares dos mais difíceis acessos, embora dependa da estrutura ofertada pelo Estado, o seu espaço institucional vem se ampliando em quase todos os setores. Ao longo do processo e com o ganho de expressivas experiências, construiu-se um espaço de aprendizado onde o diálogo entre aqueles que demonstram interesse e sede pela preciosidade do saber e do aprender acontece.

Teoricamente afirma-se existir poucas diferenças nos resultados apresentados em relação as diferentes formas de instrução - presencial e EaD, levando em consideração que a educação à distância predomina na concorrência, por apresentar menor custo e um controle mais acessível. Essa tendência reflete mudanças significativas no comportamento dos estudantes, na infraestrutura tecnológica e nas políticas educacionais, e diante desse desafio que está posto, se insere a presente pesquisa que objetiva compreender as propostas e inconsistências da EaD na formação do sujeito.

O caminho metodológico trilhado foi  a pesquisa bibliográfica onde foi feita a revisão de obras publicadas nos últimos anos, direcionando a análise do conteúdo, a partir das considerações acerca da formação do sujeito na EaD.

Dessa forma buscou-se refletir acerca desse formato, suas propostas, modelos ofertados e suas inconsistências frente a uma sociedade dinâmica, uma realidade globalizada e altamente tecnológica.

## 2. A EAD, AS PROPOSTAS TECNOLÓGICAS E SEUS DESAFIOS

A legalidade da educação a distância é prática em nosso país desde o século passado, mas somente no ano de 1996, é que aparece, explicitamente, como modalidade de aprendizagem prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que prevê no seu artigo 8, § 4º que a educação à distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais de educação.

A educação à distância já é parte natural da escola e da universidade. Para se falar em educação à distância é mister superar os modelos primitivos de interação por rádio e TV onde o ensino era mera ilustração, deve-se compreender que a EaD se constitui como uma proposta de socialização da informação, transmitindo-a de maneira mais hábil possível. Em tempos digitais a Educação à distância, exige aprender favorecendo o acesso ao saber para o maior número de pessoas possível.

Quando da sua criação teve dentre outros objetivos, reduzir as distâncias geográficas e temporais, proporcionando ao aluno a sua organização de tempo e lócus de estudo, podendo até conferir diploma ou certificado, prevendo, momentos presenciais de avaliação (DEMO, 1994, p. 60). Hoje, apresenta-se inserida nos diversos contextos, desde educação básica até a corporativa passando pela educação técnica e superior.

É inadmissível pensar que a educação à distância seja uma modalidade em que permita o isolamento do aluno, ao contrário essa propicia a constante interatividade com

todos envolvidos no processo. Para que exista a comunicação recíproca, foi estabelecida a mão dupla entre professor/aluno com a possibilidade de interação entre ambos, assim a EaD constitui-se em uma prática educativa que aproxima o conhecimento ao aprendiz, e para tanto, favorece o relacionamento do aluno com o grupo do processo e com as ferramentas tecnológicas que lhes são suporte, eminentemente e indispensáveis.

Educação à distância é uma modalidade de ensino que possibilita a autoaprendizagem, estimula a autodidatismo e disciplina no aprender com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998)

Os docentes da educação à distância estabelecem estratégias que contribuem com o processo de ensino aprendizagem, instigando aos alunos a necessidade participativa e a provocação de questionamentos, para a efetivação do referido processo. Portanto, o conceito “à distância”, na educação deve ser relativizado, uma vez que este trata de uma educação flexível, onde o estudante se programa, preparando o seu próprio tempo, de acordo a sua disponibilidade.(BASTOS, 2017)

A proposta de Paulo Freire (1993) da educação da libertação - ou educação problematizadora, se baseia na indissociabilidade dos contextos e das histórias de vida na formação de sujeitos, que ocorre por meio do diálogo e da relação entre alunos e professores.

Os alunos da educação e-learning podem até apresentar preocupações com as metodologias tecnológicas, mas poderão sentir-se mais à vontade, sem ter que conviver, diariamente, com certas dificuldades ou grupos. Admite-se que qualquer modalidade de ensino possa apresentar as suas qualidades no processo, desde que seja levado em conta o público-alvo a que destina, no caso das modalidades presencial e a distância, ambas exigem profissionais de perfis bastante distintos.

Para PALLOFF & PRAT(2015), em alguns casos, a comunicação via internet tem apresentado maior eficácia que a comunicação presencial. Os relacionamentos no espaço virtual podem, muitas vezes, ser mais intensos do que a comunicação criada diretamente, ou seja, face-a-face e o fator comunicação, mais que os conteúdos apresentados, é o que gera conhecimento.

Para BASTOS(2017) Esses conceitos ou ideais explicitam novidades para alguns educadores que deixam passar despercebido esse conjunto de recursos técnicos na comunicação. É através do diálogo eletrônico que os alunos se inteiram uns com os outros, criando, ao longo do processo, pontes de partilhamento online. Contudo, para haver um diálogo colaborativo e compromisso de todos os participantes desse grupo virtual, torna-se imprescindível a intersecção do professor que incentivará a participação de todos e promoverá ambientes saudáveis e descontraídos, cujo objetivo é a permanência do interesse de todos no processo aprendizagem.

A EaD oferece subsídios via internet, proporciona encontros com tutores e a realização de seminários periódicos, dependendo da IES, do formado dos modelos estabelecido e do curso oferecido. Durante os encontros, hoje denominados síncronos são tratadas não só as questões teóricas e metodológicas, com a promoção de palestras, debates, oficinas, abolição de dúvidas, mas também a garantia da motivação no intuito de concluírem o curso e ao final possuam uma bagagem que lhes permita a inserção no mercado de trabalho e as mínimas condições de o desenvolver com segurança e eficácia.

Contudo, uma boa formação através da EAD, vai depender de todo um conjunto – da oferta de diferentes ferramentas, da busca do discente pelas informações essenciais a seu aprendizado e na consistência do conteúdo disponibilizado para aprendizagem. Mas, fica o desafio de garantir o engajamento do discente, a oferta diversa e acessível aos diferentes tipos de alunos e garantir a inclusão desses no processo de aprendizagem de modo a favorecer o aprendizado deles.

Embora faltem alguns recursos tecnológicos para a efetivação de um curso que possa atender todas as expectativas dos cursandos, uma vez que o analfabetismo na área de informática ainda é uma realidade, e o acesso a banda larga não atingiu a meta de oferta em todo território brasileiro, assim como, a velocidade da banda ofertada, a educação à distância procura atendê-los, flexibilizando o processo formativo de acordo a disponibilidade de cada um.

Contudo, mesmo com tantos desafios o ensino a distância vem crescendo e, consequentemente, alcançando efeitos sociais marcantes, pois tem possibilitado o acesso a formação de pessoas que vivem em áreas de difícil acesso e as que não dispõem de tempo para ingresso ao horário normal de funcionamento da escola.

Hoje em um curso e-learning, o MEC diz ser necessário que aconteçam sessões presenciais para que os alunos se conheçam, troquem informações e experiências e possam analisá-lo melhor. Nessas sessões são solicitados os devidos trabalhos científicos relacionados a cada disciplina ministrada pelo professor, a despeito disso está sendo cobrado desde 2023 a curricularização da extensão nos cursos superiores independente da modalidade em que está sendo ofertado.

No que tange aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que podem ser desde monografias, artigos, ou mesmo projetos, as orientações com base nas normas da instituição, onde, posteriormente, cada aluno procederá conforme a orientação de cada professor. Da mesma forma em que os alunos são orientados, são, ao mesmo tempo, encorajados a interessar-se pelo conceito de ensinar, aprender e a refletir sobre um novo entendimento, rumo a novas conclusões.

Embora não seja a única e exclusiva alternativa determinante, a tecnologia tem sido a grande parceira, associada ao desenvolvimento da educação à distância no Brasil (CARMO, 1999). É visível o impulsionamento dos avanços tecnológicos que vem propiciando o desenvolvimento da educação à distância em nosso país.

Segundo LIMA (2021) a integração das TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação, no processo educacional é de suma importância para a sua estruturação, até porque já se fazem presentes em todas as áreas da vida social, cabendo as instituições educacionais públicas ou privadas adequá-las, no sentido de facilitar o acesso à educação, diminuindo, assim, as desigualdades sociais existentes no Brasil.

Desde os anos 70 já se oferecia cursos, de caráter compensatório, através dos meios tecnológicos, lembro-me do Telecurso Segundo Grau que passava na TV com o intuito de viabilizar o crescimento da oferta do ensino fundamental, especialmente nos anos finas e sanar, ou pelo menos, atenuar as carências no ensino básico - na época denominados primeiro e segundo graus.

Atualmente, as ferramentas tecnológicas utilizadas são as mais diversificadas possíveis, desde um drive, plataforma *moodle* à um data show. Por depender dessas ferramentas, uma pequena oscilação na internet já seria o suficiente para a obstrução do desenvolvimento de um aluno(a) do EaD, pois hoje os limites entre tecnologia, educação e entretenimento, tendem a estreitarem-se nas modalidades

contemporâneas onde o consumo das informações são aplicados tanto ao trabalho quanto a vida afetiva e o lazer.

Cada vez mais estamos conectados e acessando conteúdos diversos, inclusive verificando falas e conteúdos ofertados pelo docente. O poder tecnológico vem contribuindo, significativamente, com o crescimento da educação à distância no Brasil e no mundo, tanto em termos de finalidades sociais, quanto em estratégias e modalidades, tendo em vista a viabilização da flexibilidade de acesso, currículos e metodologias.

Na educação à distância, os alunos deixaram de ser apenas receptores e os professores meros emissores, tendo em vista, que ambos passaram a ser os verdadeiros protagonistas nesse processo, com o impulsionamento de relações mútuas, troca de cooperação e construção em comum do processo de ensino-aprendizagem. Essa interação entre professores e estudantes na EAD se faz mister diante da necessidade de gerar a motivação para identificar e resolver desafios que surgem durante o processo de aprendizagem.

Na formação do sujeito, através da EaD, o docente tem tarefas similares as do professor de cursos presenciais, porém há om outro papel de sua verdadeira incumbência que é o de manter o contato *online* com os alunos, mediar, motivar e facilitar o processo do ensino aprendizagem. Nesse processo estão envolvidos, além dos professores, programadores, gestores, coordenadores do curso e dos professores, que atuam, reciprocamente, para a garantia da qualidade do ensino. É um exemplo de trabalho compartilhado com intenções qualitativas e preservação da credibilidade.

A EaD deixa de oferecer um ensino de caráter paliativo ou emergencial e passa a responsabilizar-se por algo de credibilidade crescente. Contudo, faz-se necessário, saudar com otimismo a obsolência acelerada, da tecnologia na construção do conhecimento, uma vez que esta tem objetivado a integração de esforços para a consolidação de educação à distância, sobretudo na formação de professores, em todos os níveis. Assim percebemos as inconsistências do que está ofertado frente as demandas surgentes a cada minuto.

**Tabela 1** – Considerações EaD e Formação do Sujeito

| TÍTULO | AUTOR / ANO | CONSIDERAÇÕES |
|---|---|---|
| Investigando modelos pedagógicos para educação a distância: desafios e aspectos emergentes. | VENDRUSCOLO & BEHAR. (2016) | Os modelos pedagógicos atendem às características da geração emergente da EAD, com ênfase na aprendizagem centrada no estudante, o primado da flexibilidade, e da interação e o princípio da inclusão digital. Contudo não há consolidação conceitual do termo modelo pedagógico pela comunidade científica. |
| Educação a Distância: Desafios da modalidade para uma Educação 4.0 | MELO & OLIVEIRA (2019) | Educação 4.0 o aluno vive a experiência da aprendizagem por meio de projetos colaborativos, onde os professores e alunos atuam juntos. A EaD consegue suprir algumas demandas exigidas para uma Educação 4.0, contudo, os recursos tecnológicos passam a não ser tanto o foco e passa a ser o como utilizar as ferramentas digitais e como elas podem proporcionar interação, ludicidade e o fazer coletivo. |
| A educação a distância(EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19. | OLIVEIRA et al (2020) | o novo cenário educacional, após as mudanças ocasionadas pelo isolamento social, tendo como janela, a perspectiva do uso das tecnologias e da educação a distância. |
| Trabalho docente com videoaulas em EaD: dificuldades de professores e desafios para a formação e a profissão docente. | PENTEADO & COSTA (2021) | Em tempos de educação digital, a produção de videoaulas é uma prática constituinte do trabalho docente que precisa ser analisada e compreendida (inclusive para estudo da socialização profissional), e traz novos desafios para a formação docente, ainda mais quando as novas formas de mediação tecnológica trazem estruturas que modificam as condições de trabalho. |
| Certificação Intermediária nos Cursos de Tecnologia em EaD: desafios e possibilidades. | SILVA & ROSINDO (2023) | As IES devem manter-se atentas à formação em serviço, para seus docentes, em relação à certificação por competências (CC) ou Certificação Intermediária (CI), e oferecer ambiente inovador, articulado às demandas do mercado de trabalho, para seus alunos. trabalho. |

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

Os desafios, a utilização das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) e de que forma superar as dificuldades encontradas por indivíduos que almejam

uma _educação de qualidade. Para que ocorra melhorias nesta modalidade de ensino, os profissionais envolvidos devem desenvolver habilidades e competências para superar as dificuldades e adaptar suas práticas pedagógicas à realidade dos discentes, e além dos professores, os alunos também necessitam de conhecimento tecnológico para a utilização dos recursos disponíveis no ambiente virtual.

No entanto, entende-se, segundo BASTOS (2017), que a EaD origina de uma visão de prática de liberdade e desenvolvimento cultural na construção do conhecimento do sujeito e que depende do uso múltiplo de tecnologias para a consolidação do seu avanço. É admissível que a formação do indivíduo, através da educação à distância, deixou de ser algo experimental e passou a ser uma realidade consolidada no Brasil e no mundo e trouxe, além das transformações, a realização de muitos sonhos que antes pareciam impossíveis.

Com a oferta da facilidade de acesso as múltiplas informações possibilitadas pela internet, um dos maiores desafios atuais para o docente da EaD é a orientação norteadora do pensamento e a escolha essencial de uma gama de fontes informativas disponíveis. Portanto, para o desenvolvimento de um curso EaD, é imprescindível a capacidade interativa, objetividade e clareza nas informações, animação nos debates de cada disciplina e controle emocional e racional dos educandos.

Segundo Gatti (2005), “educar e educar-se à distância requer condições muito diferentes da escolarização presencial”. A educação à distância rompe os limites de temporaneidade, privando os participantes do contato físico constante. A necessidade de imprimir maior esforço na formação continuada dos docentes, pois para que o processo de formação do sujeito possa acontecer de forma efetivada é necessário que os professores envolvidos na educação à distância estejam preparados para trabalhar com a multimídia e equipamentos tecnológicos, desenvolvendo a melhor interlocução via canais de comunicação, proporcionando, assim, o desenvolvimento dos alunos por quem mantêm a interatividade.

É evidente que a comunidade de aprendizagem virtual tenha o potencial de identificar pontos críticos para encorajar a presença cognitiva dentro de chats síncronos. E o contínuo aprimoramento dos designs de ambientes de aprendizagem online, potencializam o valor dos ambientes de aprendizagem síncronos no suporte ao pensamento crítico mais profundo e à reflexão compartilhada entre os alunos.

De todos os requisitos que um programa EAD necessita, a interatividade é uma das mais preciosas para o seu sucesso, por ser uma qualidade social, indispensável a qualquer programa de educação à distância.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Admite-se que as Instituições de Ensino Técnico e Superior que promovem cursos à distância no Brasil, efetivou a inclusão social dos menos favorecidos à sociedade, pela democratização e favorecimento da acessibilidade aos meios de comunicação tecnológicos. BASTOS (2017) diz que o sucesso de um curso EaD está agora nas mãos e nas mentes daqueles que tem sonhos possíveis e criam ações para consolidá-los, apostando em suas próprias carreiras, sem confrontos, mas acreditando na evolução das relações interpessoais.

Em outras palavras, a Educação à Distância é um processo que vem descentralizando o acesso e socializando, democraticamente, oportunidades para todos, com intensidade e efetivação de benefícios oferecidos através dos mais admiráveis meios tecnológicos de comunicação, postos à disposição do conhecimento. Esse processo é uma atividade educativa influenciada pela dinâmica tecnológica por todos que fazem parte dela.

Os cursos EaD ainda apontam outra vantagem relativa ao desenvolvimento que é a necessidade de o sujeito adquirir conhecimento suficiente na área da informática para o domínio das ferramentas tecnológicas que lhes são exigidas. Dessa forma, o educando EaD estaria potencializando, ainda mais, os seus conhecimentos, tendo em vista a sua importância atualmente. Tudo isso são formas de lidar com a construção e a efetivação do conhecimento e seus impulsos, que exigem estratégias, ações inovadoras e inéditas para os sujeitos.

Mas traz no seu contexto inconsistências fruto da necessidade emergente de: atualização constante dos recursos tecnológicos ofertados, diversidade de instrumentos tecnológicos para acesso, formação continuada do corpo docente e atendimento as demandas atuais do MEC que incluem propostas de encontros síncronos e presencias mesmo na modalidade de EaD.

Conclui-se, portanto, que os cursos em modalidade EaD tem contribuído com as transformações educacionais, com a oferta de possibilidades para as pessoas que almejavam uma formação e não dispunham da disponibilidade de tempo exigido em um curso presencial, mas enfrentam novos desafios e inconsistências formativas no seu corpo docente que produz o conteúdo e faz a tutoria do EaD e no consistente engajamento do Estado e da sociedade no processo de ensino-aprendizagem como fator para a eficácia do Ensino a Distância no Brasil.

E pela complexidade e da realidade dinâmica da Educação em tempos tecnológicos e digitais esta pesquisa não se esgota aqui, mas serve de estímulo para outras reflexões, assim como a criação da ABED-Associação Brasileira de Educação à Distância, que juntamente com outros interlocutores, analisam e refletem a respeito do andamento do processo da EaD no Brasil.

## REFERÊNCIAS


BASTOS, Manoel de Jesus. **A Importância da EAD na Formação do Sujeito.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 71-81 Janeiro de 2017.

BELANGER, F.; JORDAN D. J. (2000) – **Evaluation and Implementation of Distance Learning**:Technologies, Tools and Techniques. USA: IdeaGroup Publishing, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.

CARMO, H. **Ensino Superior a Distância**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. Saber pensar. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo : Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

GATTI, Bernadete A. **Critérios de Qualidade**. In: Almeida, M. E; MORAN, J. M. (Org). **Integração das Tecnologias na Educação**. Série Salta para o Futuro, Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005. p. 143-145.

LIMA, Marilia Freires de; ARAÚJO, Jefferson Flora Santos de**. A utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem.** *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 23, 22 de junho de 2021.

MELO Melissa & OLIVEIRA Edson A. - **Educação a Distância: Desafios da modalidade para uma Educação 4.0** Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação - Vol. 5 nº 1 Ed. Especial: VI SEC Simpósio de Ensino de Ciências

OLIVEIRA, E. de S., FREITAS, TC, SOUSA, MR de, MESQUITA Mendes, NC da SG, ALMEIDA, T. dos R., Dias, LC, FERREIRA, ALM, & FERREIRA, APM (2020**). A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19**. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, *6* (7), 52860–52867. https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-799

PALLOFF, RM & PRAT, Keith, **Building Learning Communities in Cyberspace: effective Strategies for the Online Classroom** (Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficazes para a sala de aula online). São Francisco, CA: Jossey-Bass. **Creative Education ,** Vol.6 No.3 , 2015. Disponível em: https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=1424129. Acesso em 21 Ago 24.

PENTEADO Regina & COSTA Belarmindo. **Trabalho docente com videoaulas em EaD: dificuldades de professores e desafios para a formação e a profissão docente.** Revista Educ. rev. 37 • 2021 • https://doi.org/10.1590/0102-4698236284

SILVA, Rosinda et al. **Certificação Intermediária nos Cursos de Tecnologia em EAD: desafios e possibilidades**. In: ANAIS DO 28° CONGRESSO INTERNACIONAL DE Educação a Distância, 2023, Rio de Janeiro.

VENDRUSCOLO, Maria Ivanice; BEHAR, Patrícia Alejandra. **Investigando modelos pedagógicos para educação a distância: desafios e aspectos emergentes**. Educação. Porto Alegre, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 302-311, set. 2016 .

EIXO 7

# O CUIDADO E AS QUESTÕES URBANAS

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS ESCORPIÕES E PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM ÁREAS URBANAS.

*Islan Brandão Oliveira*[1]

*Katia Regina Benati*[2]

**RESUMO**

Os escorpiões estão se tornando cada vez mais comuns nos centros urbanos, logo, o encontro com eles acaba sendo cada vez mais frequente, juntamente com os acidentes, devido a sua toxina e, seu hábito de esconder-se em entulho, lixo e locais parados dentro de residências. Eles são controladores naturais de insetos e aranhas, o veneno de alguns têm interesse para a saúde, como é o caso do gênero Tityus, responsáveis pelos acidentes. A educação ambiental entraria como uma forma de lidar com os estes encontros nos centros urbanos, utilizando da sensibilização e ensinando técnicas de prevenção a moradores que vivem próximos à região de mata O estudo tem como foco a sensibilização de uma população sobre a importância dos escorpiões e a prevenção de acidentes nas áreas urbanas, tendo a educação ambiental como instrumento facilitador. Foi realizada uma pesquisa com moradores de Salvador, captando seus conhecimentos sobre os escorpiões urbanos, através de um questionário, que foi disponibilizado de forma digital em diferentes meios de comunicação. Foram obtidos dados de 21 dos 160 bairros, correspondendo a 33,6% dos bairros da cidade, após a análise dos dados, foram elaboradas estratégias visando uma futura ação de educação ambiental com os dados, devido a constatação de possíveis confusões quanto ao conhecimento prévio dos entrevistados. Com base no exposto, o estudo evidencia a necessidade de intervenções para promover a sensibilização da população urbana sobre o contato e prevenção de acidentes, através de medidas socioeducativas.

**Palavras-chave**: Aracnídeo, escorpiofauna, saúde pública.

## 1.INTRODUÇÃO

Os aracnídeos são animais quelicerados que fazem parte da classe Arachnida, sendo ela constituída pelas aranhas (Araneae), ácaros (Acari), opiliões (Opiliones), escorpiões (Scorpiones) e outros oito grupos menos conhecidos popularmente (BRAZIL; PORTO, 2010). Os escorpiões estão dentre os artrópodes mais antigos,

[1] Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Bahia. Bolsista de Iniciação Científica vinculado ao Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA) financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Islan.oliveira@ucsal.edu.br.

[2]Doutora em Ecologia, Docente do Curso de Ciências Biológicas (UCSAL). Pesquisadora do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA/UCSAL), Bahia, Brasil, katia.benati@ucsal.br.

entretanto, não estão entre os mais diversos, com 2696 espécies descritas até o momento (NTNU, 2022). Contudo mesmo os escorpiões não sendo um grupo tão diverso, existem diversas pesquisas relacionadas à saúde, devido a sua toxina.

São organismos que se adaptam muito facilmente ao ambiente, podendo estar presente tanto em áreas de mata quanto em ambientes urbanos. Algumas espécies se adaptam tão bem ao ambiente urbanizado que utilizam lixo e resíduos de construção, como abrigo, tornando as zonas urbanas atrativas para eles (MARTINS; JUNIOR, 2019). Provavelmente, por esse motivo que, os acidentes são mais notificados em zonas urbanas do que nas rurais, o que pode ser justificado pelo fato de os escorpiões facilmente encontrarem abrigo e alimento nas residências, ajudando na sua fácil proliferação (MELO, 2021). A maioria das espécies de escorpiões não fazem mal ao ser humano, como a Família Bothriuridae, ela possui apenas veneno para matar suas presas, como baratas e outros insetos, ela está distribuída em diversas partes do continente, ocorrendo na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Brasil, sendo assim considerada de importância ecológica, já que não causam acidentes graves e controlam o número de insetos (SILVA et al. 2005; SISSOM, 1990).

Em Salvador, as espécies que mais são notificadas são *Tityus Stigmurus, Tityus serrulatus* e *Tityus brazilae*, sendo o *T. Stigmurus* o que apresenta maior adaptação ao meio urbano, também é o principal de interesse para a saúde na regiãoe o principal causador de acidentes (LIRA. et al 2009). A presença desses animaisno meio urbano devido a sua fácil adaptação em ambientes alterados (MARTINS ; ALVES, 2019) e a falta de conhecimento da população sobre como evitar a proliferação desses animais e evitar os acidentes, pode agravar ainda mais a situação. Desta forma, a conscientização do ser humano, por meio das relações homem e meio ambiente, torna-se necessária e a educação ambiental é a maneira mais eficiente e viável, por ser um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida, vinculada à formação da cidadania e à reformulação de valores éticos e morais que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica (TOALDO e MEYNE, 2013).

Logo, a Educação ambiental se transforma em um ótimo instrumento para lidar com os aracnídeos, eles destacam-se pela sua periculosidade e pelo seu valor para a saúde, em foco ao escorpião, sua fama de invasor dá-se pelo fato de ser um

animal que se adapta facilmente, facilitando acidentes e encontros indesejados nas áreas rurais e urbanas (BRAZIL ; PORTO, 2010). Diante disso, o melhoramento na relação entre ser humano e aracnídeo pode ser melhorado utilizando da educação ambiental, como forma de prevenir acidentes e sensibilizar a população sobre a importância desse organismo no meio (RIBEIRO NETO et al, 2020). Assim, a educação ambiental pode auxiliar na mudança de comportamento e cuidados para evitar acidentes e proliferação desses animais, visto que o crescimento constante das cidades afeta os ecossistemas ao seu redor, causando a redução das matas e sua fragmentação. A fragmentação torna-se visível quando as porções de mata, suprimidas pela urbanização, ficam à mostra (SOUZA, 2013). Desta forma, a educação ambiental vem com o papel importante de despertar a consciência ambiental nas pessoas, fazendo com que elas entendam o papel dos organismos e o porquê eles continuam avançando para o ambiente urbano.

Portanto, torna-se importante estudar a relação de Salvador que morem próximo a um fragmento de mata, onde possa existir algum contato com escorpiões, para assim, entender e compreender as suas vivências, promovendo a difusão de informações que irão ajudar na prevenção de acidentes derivados deste contato direto, possibilitando a sensibilização dos moradores, além de identificar os organismos, podendo, através da identificação contribuir para estudos sobre a escorpiofauna local.

## 2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A cidade de Salvador é a maior cidade da Bahia, possuindo 2.900.319 habitantes (IBGE), além disso, possui vários fragmentos florestais isolados devido à construção, especialmente para moradias, onde animais como os escorpiões podem ser encontrados, possibilitando o encontro deles com o ser humano.

Para esse estudo, foi realizada uma pesquisa dos condomínios conectados a regiões de mata através da plataforma Google Earth.

A partir dos registros de acidentes em bairros conectados com mata, onde foi selecionado um bairro, para a realização da pesquisa com os moradores, que foi realizada na forma de questionário com aplicação online para os moradores a fim de traçar o perfil dos moradores e nível de conhecimento sobre esses aracnídeos.

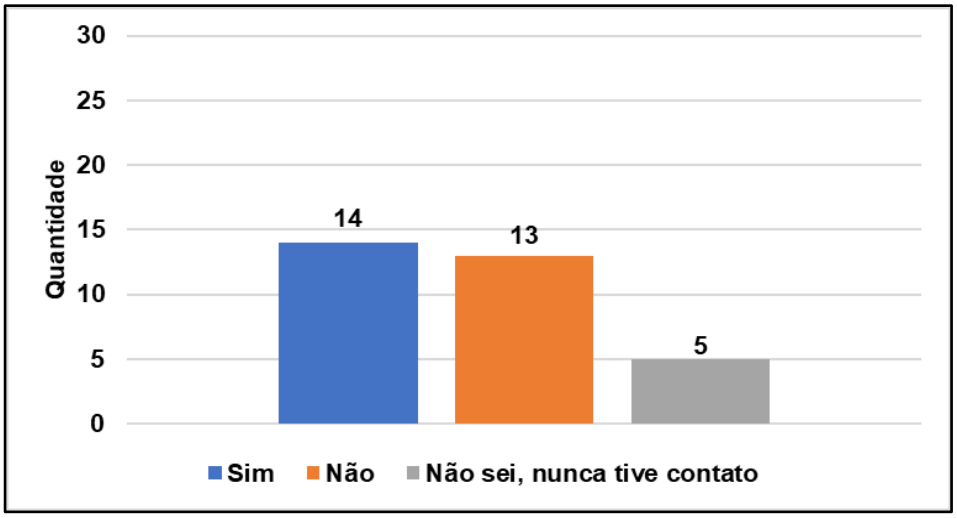
## 2.1 COLETA DE DADOS

O questionário foi realizado com uma linguagem de fácil entendimento, para melhor extração de dados possíveis para a pesquisa, ele possui 1 termo de consentimento inicial, 3 perguntas sobre informações gerais dos participantes, para entender se existe alguma correlação da área em que eles vivem com o possível avistamento do escorpião e, o restante das perguntas com o interesse voltado às experiências com o animal, totalizando 20 perguntas fechadas que avaliaram o conhecimento dos moradores sobre os escorpiões e se existe alguma vivência ou não com o animal. Foi entregue aos moradores através de meios de comunicação, como whatsapp e E-mails, os dados coletados foram colocados na plataforma Excel, analisados e colocados em tabelas, para maior compreensão dos resultados. As perguntas foram estruturadas da seguinte forma:

- **Direcionadas ao conhecimento acerca do animal:** Foram elaboradas perguntas para determinar o nível de conhecimento geral de cada morador;
- **Direcionadas a possíveis encontros ou acidentes com o animal:** Perguntas para entender se existe alguma vivência com os escorpiões.

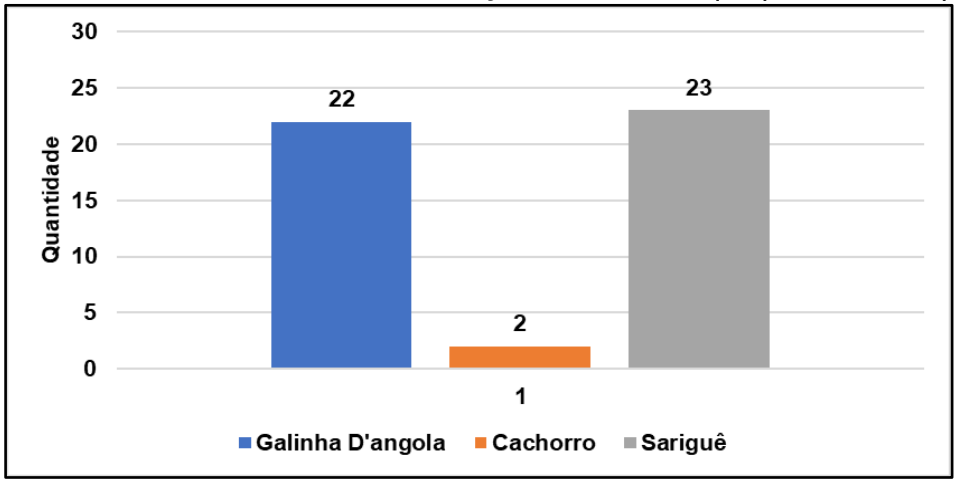
Foram obtidos dados de 21 dos 160 bairros, correspondendo a 33,6% dos bairros da cidade, com 32 respondentes. Destes, apenas 5 pessoas disseram que já avistaram escorpiões dentro do apartamento e 2 moradores de Piatã responderam que pelo menos 1 vez por mês encontram escorpiões em suas residências. Além disso, 14 (46,4%) dos participantes da pesquisa responderam que não possuem medo de escorpião, 13 (39,3%) disseram que possuem medo e 5 (14,3%) nunca tiveram contato (Gráfico 01).

Gráfico 01 - Quantidade de participantes da pesquisa, com moradores de Salvador, que responderam sobre o medo em relação aos escorpiões.



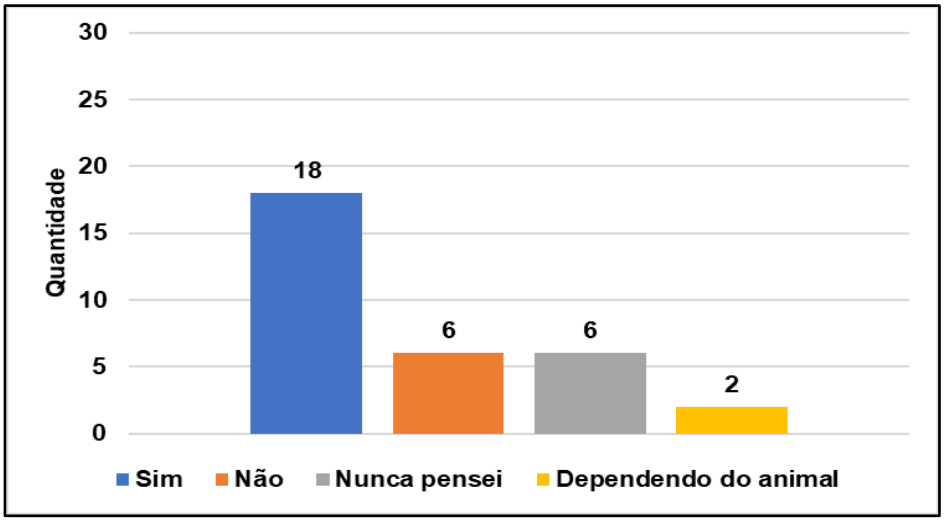

Quando perguntados sobre quais animais eles acreditam que predam o escorpião, 23 (71.9%) pessoas responderam Sariguê e 22 (68,8%) galinha d'angola (Grafico 02), indicando assim que eles possuem conhecimento sobre os animais que predam o escorpião, levando a crer que eles sabem a importância da presença destes animais, já que o sariguê é um importante controlador de pragas, devido a sua imunidade ao veneno de diversos animais peçonhentos, sendo um deles o escorpião, proporcionando, juntamente com a galinha d'angola, um equilíbrio ambiental(CAMILLO, et al; DICTORO).

Gráfico 02 - Quantidade de participantes da pesquisa com moradores de Salvador, que responderam sobre seu conhecimento em relação aos animais que predam escorpião.



Além disso, 18 (57,1%) responderam que seria possível conviver com animais silvestres, 6 (17,9%) nunca pensaram nessa possibilidade e 6 acreditam que os animais devam ficar longe (Gráfico 03), levando a acreditar que nem todos entendem a importância da coexistência com animais silvestres, uma vez que eles fazem um papel importante para a biodiversidade local, podendo conter o aumento do número de animais considerados pragas, como os escorpiões urbanos e dispersão de semestre de algumas plantas.

Gráfico 03 - Quantidade de participantes que responderam se é possível conviver com animais silvestres.

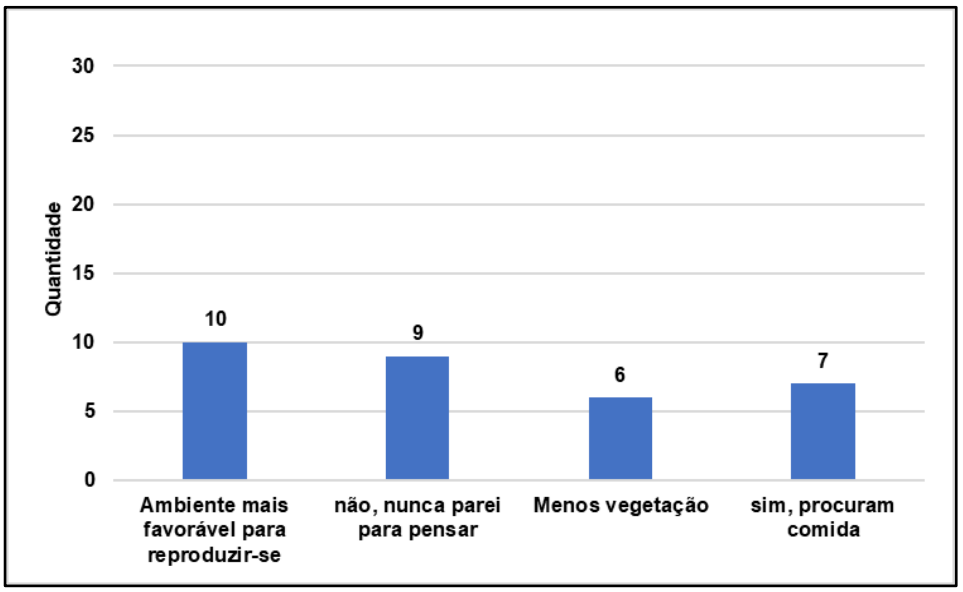



Todos os entrevistados responderam que gostariam de saber como se proteger destes animais, apesar de 23 dos 28 entrevistados nunca terem avistado um escorpião em apartamento.

Quando perguntados sobre quais motivos os escorpiões migram para o ambiente urbano, 10 (28,6%) responderam que o motivo seria ambiente mais favorável para reprodução e 9 (28,6%) responderam que nunca pararam para pensar, 6 (21,4%) acreditam que isto acontece devido ao número menor de vegetação e 7 (21,4) (Gráfico 04) acreditam que isto se dá pela procura por comida. Portanto, essa pequena variação nos resultados pode indicar que nem todos sabem o real motivo dos

escorpiões estarem no ambiente urbano, podendo assim gerar informações errôneas sobre o animal ou até mesmo mitos ao longo do tempo.

Gráfico 04 - Quantidade de participantes da pesquisa que responderam sobreo motivo do escorpião migrar para o ambiente urbano.




É notório que existe um conhecimento prévio sobre esses animais, uma vez que os participantes responderam que os escorpiões urbanos estão nestes ambientes justamente pela sua adaptação a ambientes antropizados, possuindo menos animais para sua predação e mais lugares para esconder-se. Possuindo como exemplo o escorpião amarelo, devido a sua forma de reprodução assexuada, realizada através da partenogênese, excluindo a necessidade de buscar um macho para reproduzir-se, priorizando assim o alimento e ambientes favoráveis para sua proliferação (PEREIRA, 2021). Em contrapartida, a mesma quantidade respondeu que nunca pararam para pensar sobre este assunto, como visto no gráfico, podendo assim indicar que uma parte desta amostra não possua informação sobre esse grupo de animais.

Por fim, houve um número positivo de pessoas que acreditam que os escorpiões possuem alguma importância ambiental 25 (81,5%), 4 (14,8%) não souberam responder e apenas 1 (3,7%) (Gráfico 05) não acredita que possuem importância ambiental. Quando perguntados sobre as ações que os escorpiões podem fazer em

prol do ambiente em que vivem, o maior resultado também foi positivo, 19 (60,7%) responderam que os escorpiões podem controlar pragas, 7 (25%) que são importantes bioindicadores, porém 4 (14,3%) responderam que apenas serviriam para o aumento no número de insetos e aracnídeos locais (Gráfico 06).

Gráfico 05 - Quantidade de participantes que responderam se consideram queos escorpiões tem importância para o ambiente.

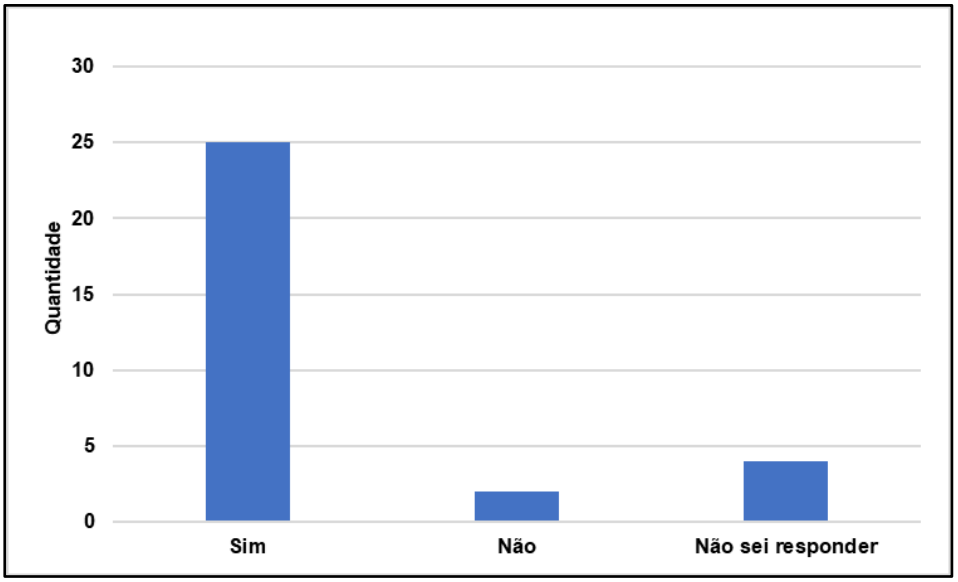
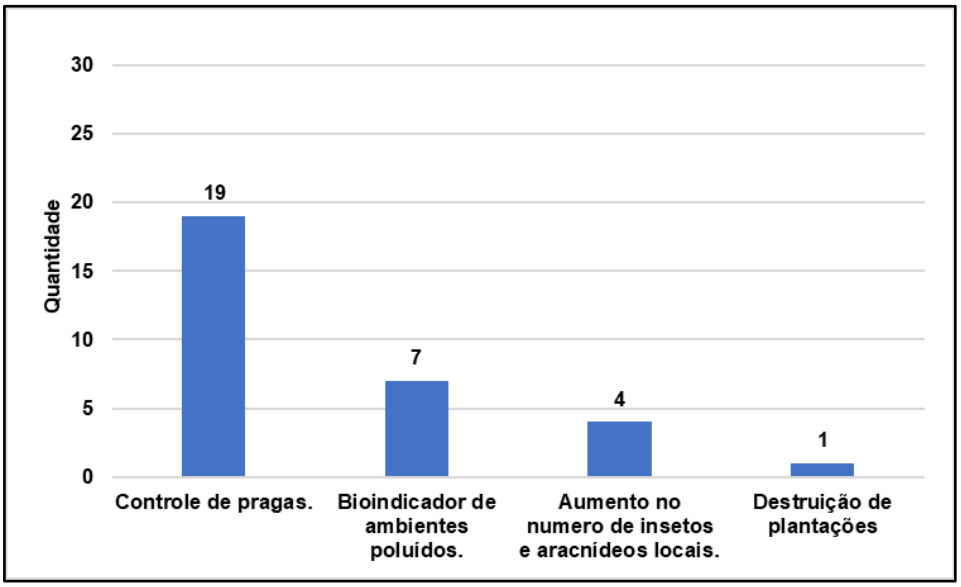



Gráfico 06 - Quantidade de participantes que responderam sobre as ações queos escorpiões podem fazer em prol do ambiente.



No geral, as respostas dos participantes demonstram que não há unanimidade em relação às informações sobre os escorpiões, já que o os números indicam que alguns, em alguns casos metade dos participantes, não souberam responder alguma das perguntas porque não tiveram contato ou eles nunca pararam para pensar sobre, logo, é necessário ampliar as políticas públicas e estratégias de educação ambiental para melhorar os resultados encontrados.

## 3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo podemos perceber que os participantes têm um bom nível de conhecimento sobre os escorpiões, e a maioria reconhece a importância desses animais para o ambiente. Entretanto, quase metade dos participantes possuem medo desses animais, indicando que ainda precisam obter conhecimento sobre como proceder na presença deles, assim como aumentar o nível de informação a cerca desses animais a fim de permitir que a população possa tomar os devidos cuidados, mas que também pensem na importância de manter a sua biodiversidade.

Por outro lado, é importante destacar que a amostra ainda é pequena para inferirmos melhor sobre o nível de conhecimento da população, indicando que se faz necessário ampliar esforços para melhorar o nível de conhecimento e consequentemente a relação entre esses os humanos e animais.

Considerando ainda que, a cidade de Salvador possui como bioma predominante a mata atlântica, e a perda constante dessa vegetação pode afetar no crescimento da proliferação dos escorpiões amarelos que são predominantes em espaços antropizados e com pouco saneamento básico, justificando assim o crescimento deles no ambiente  urbano. Logo, é importante realizar ações futuras com o foco na informação de prevenção e importância dos serviços ecossistêmicos vinculados a esta fauna específica, dentro de um bairro com residentes próximos à mata atlântica e que tiveram maior contato com estes animais, a fim de captar maior resultados e expor da melhor forma a importância deste organismo.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Universidade Católica do Salvador (UCSal) por proporcionar a oportunidade de desenvolver um projeto como este que partiu do meu interesse de desenvolver uma pesquisa com algo que gosto através da modalidade de Iniciação Científica (IC). Segundo, gostaria de agradecer a bolsa de IC proporcionada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por fornecer o auxílio necessário durante todo o período de realização desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

Martins, N. C. V., ; Junior, E. R. A. (2021). ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS

NO ESTADO DE MATO GROSSO. TCC-Biomedicina; SISSOM, W. D. Systematics, biogeography and paleontology. The biology of scorpions, v. 65, p. 64-160, 1990; Melo, T.

B. L. D. (2021). Acidentes com escorpião no Rio Grande do Norte: levantamento tóxico-epidemiológico no período de 2010 a 2017 (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte);

Lira-da-Silva, R. M., Amorim, A. M. D., Carvalho, F. M., ; Brazil, T. K. (2009). Acidentes por escorpião na cidade do Salvador, Bahia, Brasil (1982–2000). Gazeta Médica da Bahia, 79(1);

Silva, S. D., Tiburcio, I. C. S., Correia, G. Q. C., ; Aquino, R. C. T. (2005). Escorpiões, aranhas e serpentes: aspectos gerais e espécies de interesse médico no Estado de Alagoas. Maceió, AL: Edufal. (5);

Ferreira, L. C., ; Rocha, Y. C. S. (2019). Incidência de acidentes por escorpiões no município de Januária, Minas Gerais, Brasil/Incidence of scorpiotic acidentes in Januária, Minas Gerais, Brasil/Incidencia de accidentes por escorpiones em Januária, Minas Gerais, Brasil. Journal Health NPEPS, 4(1), 228-241; Cupo, P., Azevedo-Marques, M. M., & Hering,

S. E. (2003). Acidentes por animais peçonhentos: escorpiões e aranhas. Medicina (Ribeirão Preto), 36(2/4), 490-497;

Lira-da-Silva, R. M., Jordão, G. M., Silva, T. F., Candido, D. M., & Brazil, T. K. (2005). Ocorrência de Rhopalurus debilis (CL Koch, 1840)(Scorpiones, Buthidae) no estado da Bahia, Brasil. Biota Neotropica, 5, 213-215;

Silva, K. O., Rocha, M. A., da Silva, M. B., da Rocha, A. A., Fraga, R. E., Nishiyama, P. B., … & Rocha, M. A. (2020). Levantamento e aspectos epidemiológicos de aracnídeos de importância médica no município de Vitória da Conquista–Bahia,

Brasil. Brazilian Applied Science Review, 4(3), 1626-1649; BRAZIL, T. K; PORTO, T. J. Os escorpiões, (2010). 90f; RIBEIRO. D. G. N. GOMES. Y. C. FERREIRA. K. L. S. SIMONE. C. S. 2020. Escorpiões: um Estudo de Caso com Estudantes do Ensino Fundamental. 8f.

DICTORO, Vinicius Perez. Que bicho é esse?. **Guia Universitário de Informações Ambientais**, v. 2, n. 1, p. 37-38, 2021;

CAMILLO, Luana Coldebella et al. A DESMISTIFICAÇÃO SOBRE O GAMBÁ DE ORELHA BRANCA E A COBRA CORAL. **Anais da Feira de Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura doInstituto Federal Catarinense do Campus Concórdia**, v. 5, n. 1, p. 05-05, 2022; LOURENÇO, W. R. Parthenogenesis in scorpions: some history-new data. **Journal of Venomous Animals and Toxins including Tropical Diseases**, v. 14, p. 19-44, 2008.

# MUDANÇAS CLIMÁTICAS: APONTAMENTOS A PARTIR DA *LAUDATE DEUM, DO* SANTO PADRE FRANCISCO.

*Fernando Barreto Nunes Filho* [1]

*Maiesse Pinto El Sayegh* [2]

**RESUMO**

As preocupações sobre as mudanças climáticas e seus impactos sobre “nossa casa comum”, foram externadas pelo Santo Padre Francisco na exortação apostólica *Laudate Deum*. Em complemento, a importância de cuidar de cuidar dos mais vulneráveis, a defesa das suas dignidades, independentemente das circunstâncias. O documento papal lista uma série de evidências da urgência das ações e dos riscos envolvidos. Um grupo de cientistas liderados pelo P*rof. Johan Rockström*, no *Instituto Potsdam para Pesquisa de Impacto Climático*, publicou dois importantes estudos, em 2009 e 2023, nos quais exploraram o conceito de limites planetários (*planetary boundaries*), definindo uma distância segura de um nível perigoso (para processos sem limites conhecidos nas escalas continental a global). Nesse artigo pretende-se coletar evidências sobre a ocorrência de eventos climáticos extremos - chuvas de grande intensidade, concentradas em poucas horas, ou distribuídas em uma sequência contínua de dias, em Salvador. Essas ocorrências indicam que as ações de prevenção devem ser aceleradas. Por outro lado, os impactos são agravados devido à desigualdade espacial das cidades, estruturadas de modo a excluir a população mais pobre. Embora reconhecendo-se a importância de um planejamento integrado, articulado com os Planos Diretores Municipais, entende-se que a ação de adaptação deveria estar concentrada na educação e na difusão do conhecimento já adquirido sobre as mudanças climáticas. Faz-se necessária uma mudança cultural, na linha definida pelo Santo Padre Francisco na *Laudate Deum.* Na parte final dessa exortação apostólica é feito um convite para que cada um se empenhe nessa mudança:

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas. *Laudate Deum*. Educação ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

As preocupações sobre as mudanças climáticas e seus impactos sobre “nossa casa comum” foram externadas pelo Santo Padre Francisco na exortação apostólica *Laudate Deum*, mantendo a linha humanística adotada na carta encíclica *Fratelli tutti: “o* primado da pessoa humana e a defesa da sua dignidade, independentemente das circunstâncias”. Como o documento papal reconhece, esses seriam” os verdadeiros problemas da humanidade, [...] de tal modo que a ética prevaleça sobre os interesses locais ou contingentes”.

[1] Professor do curso de Engenharia civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduado em Engenharia Elétrica (UFBA); e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br
[2] Professora da Faculdade Batista Brasileira (FBB); Doutora em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduada em Economia (C.U. NEWTON PAIVA); mpfnunes@uol.com.br

Dirigido a todas as pessoas de boa vontade, o documento papal alerta que “nos últimos anos, não têm faltado pessoas que [...] citam dados supostamente científicos, [...] para pôr em ridículo quem fala de aquecimento global, recorre-se ao facto de que frequentemente se verificam também frios extremos [...]. Contudo, a realidade se impõe, “temos assistido a fenómenos extremos, aumentam também a intensidade e a frequência de fortes chuvadas e inundações nalgumas áreas, graves secas noutras, de calor extremo nalgumas regiões, e fortes nevadas ainda noutras”. (FRANCISCUS, 2023)

Com relação aos riscos que a humanidade enfrenta na transição do planeta do holoceno (10.000 anos) para o antropoceno (revolução industrial), *Rockstrom* et al (2009) publicaram dois importantes trabalhos, nos quais procuraram “Identificar processos-chave do sistema terra e uma tentativa de quantificar para cada processo o limite que não deverá ser ultrapassado se queremos evitar uma mudança global inaceitável.”

Apesar dos muitos alertas, o morador de Salvador, e os milhares de turistas que aqui passam suas férias, o “panorama sinistro da mudança climática” deve estar ocorrendo em outro planeta, não aqui, na “Cidade da Bahia”. Aqui, o que se ouve é “sempre chove nos meses de abril e maio”. Ou seja, suportando-se esse período de chuvas, com a graça e a proteção do Senhor do Bonfim, depois dele vêm o sol, o verão, e as festas diárias. Aliás, um dos slogans da Prefeitura de Salvador era “Sorria, você está na Bahia. Venha descobrir o que é que a Bahia tem”:

Numa linha contrária, o Relatório da CIDESAL sobre a Operação Chuva de 2023, juntamente com as ocorrências do 1º semestre de 2024, sinalizam para o crescimento dos riscos a cada novo período de chuvas. Confirmando os cenários previstos pelos que estudam e acompanham os dados climáticos, além do aumento na média mensal de chuva, houve também maior intensidade.

Nesse trabalho, faz-se uma rápida reflexão sobre as ocorrências na cidade de Salvador (BA), uma metrópole desigual, composta por encostas íngremes, sujeitas a deslizamentos, e ruas e avenidas construídas em “baixadas” sujeitas às inundações, a partir de “apontamentos selecionados na exortação apostólica *Laudate Deum.* Na elaboração” foram utilizadas informações divulgadas na referida exortação.

## 2 LIMITES PLANETÁRIOS

O texto papal justifica o título escolhido para a exortação apostólica - L*audate Deum*: “um ser humano que pretenda tomar o lugar de Deus torna-se o pior perigo para si mesmo”. (FRANCISCUS, 2023). A esse respeito, na análise do documento papal, destacou a atribuição de responsabilidade pela crise climática ali presente: “[...] líderes e empresas que, segundo ele, priorizam os lucros e ganhos de curto prazo [...] não se constituindo em um assunto que interesse às grandes potências econômicas, cuja preocupação é com o maior lucro possível ao mínimo custo e no menor tempo.”

Como reforço argumentativo, a *Laudate Deum* lista uma série de evidências de eventos extremos associados ao aumento de temperatura:

> - Oceanos - o aumento da temperatura global, a acidificação e a redução do oxigénio já são irreversíveis;
> - Temperatura – nos últimos 50 anos, aumentou com uma velocidade de 0,15ºC por decénio, o dobro dos últimos 150 anos; O aumento não se verificou apenas na superfície terrestre, mas também a vários quilómetros de altura na atmosfera, na superfície dos oceanos e mesmo a centenas de metros de profundidade. Isto aumentou também a acidificação dos mares e reduziu os seus níveis de oxigénio;
> - Glaciares continentais – não há inversão para o degelo dos polos; gelo da Antártica com menor extensão = 2,7 milhões de $km^2$;
> - *Permafrost* (Rússia) - o degelo dessa camada do subsolo da crosta terrestre está liberando CO2 e metano para a atmosfera.
>
> (FRANCISCUS, 2023)

Nesse item, a partir dessas evidências, são apresentados os conceitos dos trabalhos publicados por Rockstrom et al em 2009 e 2023.

### 2.1 LIMITES PLANETÁRIOS SEGUROS (2009)

Para evitar ultrapassar que um limiar crítico continental global em um processo do sistema terra, Rockstrom et al (2009) exploraram o conceito de limites planetários (*planetary boundaries*), definindo uma distância segura de um nível perigoso (para processos sem limites conhecidos nas escalas continental a global) ou do seu limite global. Ou seja, a abordagem dos limites planetários se concentra nos processos biofísicos do sistema terra que determinam a capacidade de autoregulação do planeta. Incorpora o papel dos limiares relacionados com processos de grande escala do sistema terra, cuja passagem pode desencadear mudanças não lineares no

funcionamento sistema terra, desafiando assim a resiliência socioecológica nas escalas regional e global. (BARBOSA, 2024) [3]

O conjunto dos limites planetários representa o espaço biofísico dinâmico do sistema terra, sendo uma proposta de estimativa de espaço operacional seguro para a humanidade em relação ao funcionamento do sistema terra. Em complemento, foi desenvolvido o conceito de Limiares (*Threshold*), definidos como “transições não lineares no funcionamento de sistemas humanos ambientais acoplados”; por exemplo, a retração abrupta do gelo no ártico causada pelo aquecimento global devido as ações do homem.

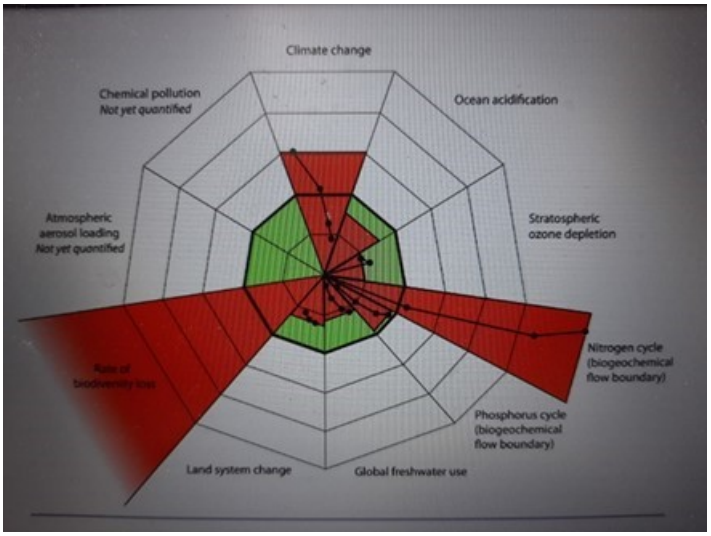
No trabalho coletivo, Rockstrom et al (2009) “identificaram processos-chave do sistema terra, e estimaram para cada processo um limite que não deveria ser ultrapassado se queremos evitar uma mudança global inaceitável. Esses processos estão listados a seguir:

- Mudança no clima;
- Acidificação dos oceanos;
- Depleção da camada de ozônio;
- Mudanças nos ciclos de N e P;
- Uso da água doce;
- Mudança no uso da terra;
- Taxa de Perda de biodiversidade;
- Carga de aerossóis na atmosfera;
- Poluição química. (ROCKSTROM et al, 2009)

Na Figura 01 estão representados 9 (nove) processos planetários, juntamente com seus respectivos limites. Foram consideradas a evolução quantitativa das variáveis de controle para sete limites planetários desde os níveis pré-industriais até o presente.

[3] BARBOSA, Francisco. **Limites planetários e segurança hídrica**: para entender a sustentabilidade, 21 mar. 2024. (palestra apresentada no curso Sustentabilidade e suas dimensões).

Figura 01 evolução quantitativa das variáveis de controle




Fonte: ROCKSTROM et al., 2009.

Nessa figura, o verde representa o espaço operacional seguro, com níveis de limite propostos em seu contorno externo; a extensão dos triângulos para cada limite mostra a estimativa da posição atual da variável de controle. O vermelho representa uma estimativa da posição atual de cada processo. Observe-se que no momento da publicação os limites de três sistemas já haviam sido ultrapassados: mudança no clima; mudanças nos ciclos de Nitrogênio (N); e a Taxa de perda de biodiversidade.

Figura 02 Quadro com as variáveis de controle para a mudança climática:

| Earth System process | Control variable | Threshold avoided or influenced by slow variable | Planetary Boundary (zone of uncertainty) | State of knowledge* |
|---|---|---|---|---|
| Climate change | Atmospheric $CO_2$ concentration, ppm;<br><br>Energy imbalance at Earth's surface, W $m^{-2}$ | Loss of polar ice sheets. Regional climate disruptions. Loss of glacial freshwater supplies. Weakening of carbon sinks. | Atmospheric $CO_2$ concentration: 350 ppm (350–550 ppm)<br><br>Energy imbalance:+1 W $m^{-2}$ (+1.0–+1.5 W $m^{-2}$) | 1. Ample scientific evidence. 2. Multiple sub-system thresholds. 3. Debate on position of boundary. |

Fonte: ROCKSTROM et al., 2009.

A fronteira da mudança climática, conforme destacado por Rockstrom et al. (2009), estavam sob discussão, mas haveria uma convergência crescente em direção a uma "proteção de 2 ° C", ou seja, conter o aumento da temperatura média global para não mais do que 2 ° C acima do nível pré-industrial. A justificativa para esse limite considerava as projeções científicas dos danos climáticos correspondentes.

## 2.2 LIMITES PLANETÁRIOS SEGUROS E JUSTOS (2023)

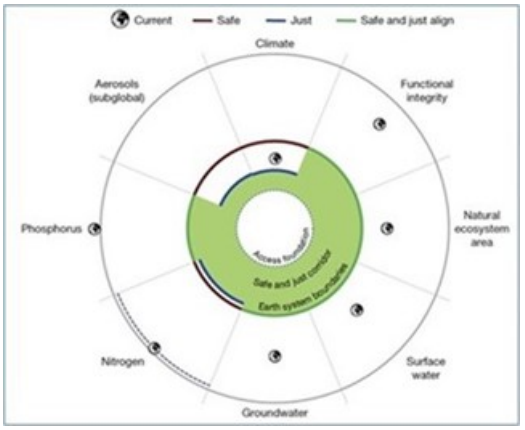
Em 2023, a mesma equipe que havia publicado o estudo em 2009, atualizou seus dados e publicou um novo estudo na revista Nature. Os conceitos também foram atualizados, sendo introduzida uma estrutura de “justiça”. Apesar dos autores reconhecerem que esse novo referencial conceitual tornaria os limites mais rígidos, eles defendem que além de condições ambientais que estabilizem os vários sistemas, era importante garantir que as sociedades desenvolvam suas ´potencialidades.

Nesse sentido, o referencial conceitual de justiça deveria assegurar para cada indicador, as condições necessárias para evitar “danos significativos” em escalas globais e locais, levando em consideração as seguintes considerações:

- Priorizar outras espécies e ecossistemas além da humanidade;
- Garantir a sobrevivência das gerações futuras;
- Considerar a diversidade de raça, classe e gênero, e suas respectivas condições de desigualdade, vulnerabilidade e capacidade de resposta” às mudanças nos sistemas planetários.

Conforme esse estudo, “a estabilidade e a resiliência do sistema terrestre e o bem-estar humano estão inseparavelmente ligados, mas suas interdependências são geralmente pouco reconhecidas; e tratadas de forma independente”. (Rockstrom et al., 2023) Como justificativa os autores defendem que apenas “manter a resiliência e a estabilidade do sistema terrestre e minimizar a exposição a danos significativos aos humanos devido a mudanças no sistema terrestre não suficiente para o conceito de justiça. A partir da literatura disponível, os autores quantificaram limites seguros e justos do sistema terrestre (ESBs) para clima, biosfera, ciclos de água e nutrientes e aerossóis em escalas globais e subglobais. Essa nova modelagem está ilustrada na Figura 3:

Figura 03 Evolução quantitativa das variáveis de controle




Fonte: ROCKSTROM et al., 2023

Os autores justificam ainda, que quase todos os limites globais para um planeta “seguro e justo” já foram ultrapassados, incluindo para o clima, ecossistemas e água doce. “Sete dos oito ESBs seguros e justos quantificados globalmente e pelo menos dois ESBs regionais seguros e justos em mais da metade da área terrestre global já foram excedidos” . Eles reconhecm que as considerações de justiça restringem os ESBs integrados mais do que as considerações de segurança para o clima e o carregamento de aerossóis atmosféricos, mas seria necessário salvaguardar o planeta para todas as pessoas, hoje e no futuro.

## 3 IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMATICAS EM SALVADOR

No texto papal há um alerta que revela a preocupação do Santo Padre sobre o primado da pessoa humana e a defesa da sua dignidade, isso é, o cuidar do outro: “os efeitos das alterações climáticas recaem sobre as pessoas mais vulneráveis, tanto a nível nacional como mundial. [...] Os ataques à natureza têm consequências na vida dos povos [...] um drama que nos prejudica a todos.” (Franciscus, 2023)

Em acréscimo, o envelhecimento da população, com vulnerabilidades associadas a co-morbidades, insegurança alimentar, e precarização da renda, contribuirá para aumentar a vulnerabilidade dos contingentes de renda mais baixa.

Nesse item são apresentados dados que articulam o quadro global de mudanças climáticas ao quadro local. Em 2023, os índices pluviométricos que foram superiores aos do ano anterior, foram superados pelos índices de 2024.

## 3.1 A DESIGUALDADE ESPACIAL DAS CIDADES

Considerando-se que a maior parte da população está nas cidades, sujeita a ocorrência de eventos climáticos extremos, a questão se transfere para as populações urbanas, que sofrem os impactos produzidos por chuvas de grande intensidade, concentradas em poucas horas, ou distribuídas em uma sequência contínua de dias.

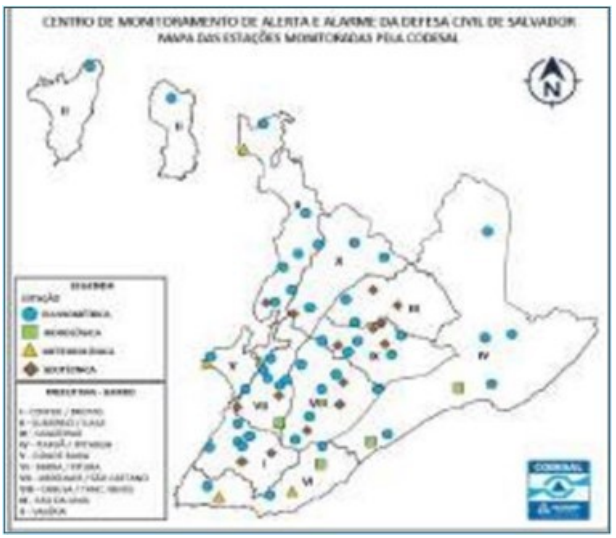
Contudo, tendo em vista a desigualdade espacial das cidades, estruturadas de modo a excluir a população mais pobre, esses contingentes serão desigualmente atingidos pelos efeitos das mudanças climáticas. A partir de uma visão urbanística da questão, atribui-se a responsabilidade pelas inundações à prioridade dada aos automóveis:

> a impermeabilização extensiva do solo urbano e a construção de pistas sobre cursos d'água;
> a água da chuva, que deveria ser absorvida pelo solo, corre rapidamente pelas ruas asfaltadas, pela rede fluvial e pelos córregos canalizados – e chega com força aos fundos de vale, onde as áreas de inundação foram ocupadas por avenidas. (ANDRÉS, 2020)

## 3.2 SALVADOR - OPERAÇÃO CHUVA (2023)

Os índices pluviométricos são acompanhados pela CODESAL, em tempo real, na através de uma rede composta por 74 estações de monitoramento (Figura 4):

Figura 4 CODESAL – Estações de monitoramento




Fonte: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/Operao_Chuva_2023.pdf

A CODESAL dispõe também de um Sistema de Alerta e Alarme que permite alertar os moradores em áreas dos riscos de deslizamentos de terra e alagamentos. Em situações de riscos extremos de deslizamentos de terra, é feita a evacuação preventiva das comunidades, buscando-se evitar tragédias.

A Operação Chuva de 2023, entre os meses de março e junho, registrou nas estações monitoradas pela Defesa Civil acumulados pluviométricos acima do esperado (em até 27%); os maiores registros foram: Rio Sena (1.231,5 mm); Sussuarana (1.220,8 mm); Plataforma (1.143,0 mm); Centro (1.122,6 mm); e Pau da Lima (1.097,2 mm). Destaque-se que, exceto na estação Centro, as demais estão localizadas em áreas com contingentes populacionais de baixa renda, espacialmente desiguais em relação ao restante da cidade. O mês mais chuvoso da Operação foi maio com acumulado pluviométrico de 355,2 mm, que corresponde a 17,5% acima da normal climatológica (302,2 mm)

Os dados a seguir, permitem uma compreensão da dimensão da Operação Chuva de 2023:

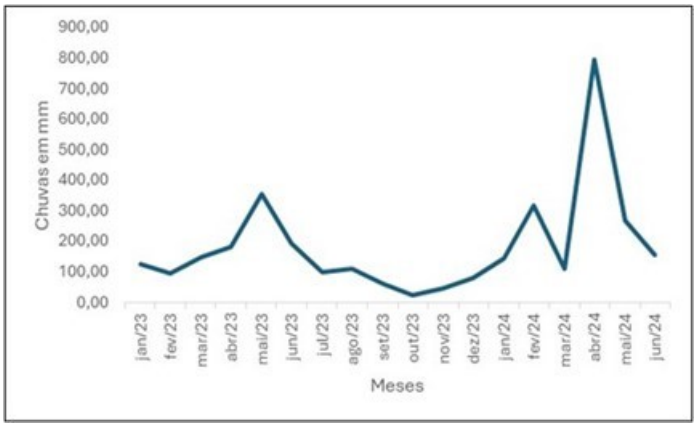
> # 5.651 vistorias de imóveis e de áreas de risco;
> # aplicação de 101.078 m² de lona plástica para impermeabilização em 606 áreas;
> # serviços de capinação, roçagem, retirada de entulho, remoção de terra, lixo e limpeza de valetas;
> # em um único dia (16 abril), acionamento das sirenes nas comunidades Voluntários da Pátria (Lobato), Vila Picasso (Capelinha), Bom Juá, Baixa do Cacau (São Caetano), Mamede (Alto da Terezinha), Moscou (Castelo Branco);
> # remoção de 307 pessoas para os abrigos em escolas municipais;
> # 2.114 solicitações de auxílio-moradia e auxílio-emergência.
> (SALVADOR, 2023)

## 3.3 SALVADOR - ABRIL/MAIO 2024

A situação da cidade de Salvador, em um cenário de mudanças climáticas, cercada por encostas íngremes, sujeitas a deslizamentos, e “baixadas” preparadas para inundações, representa um aumento da vulnerabilidade ressaltada no item anterior. Trata-se de uma cidade desigual, com uma concentração de moradores em domicílios localizados em áreas de risco. O que se constata é que os deslizamentos de encostas e as enchentes ocorrem em áreas com contingentes populacionais que já convivem com uma condição de vulnerabilidade econômica.

O acompanhamento da transição climática pela imprensa sinaliza para o crescimento dos riscos a cada novo período de chuvas: além do aumento na média mensal de chuva, houve também maior intensidade.

Figura 5 Chuva acumulada mensal, Salvador (BA), jan. 23 – jun. 24




Fonte: https://sisdagro.inmet.gov.br/sisdagro/app/monitoramento/bhs

Conforme ilustrado na Figura 5, no ano de 2023, o maior valor de chuva acumulada mensal foi registrado no mês de maio, com 355,2 mm; esse valor é menor (44%) do que metade da quantidade acumulada no mês de abril de 2024 (794 mm). Quanto à quantidade acumulada no período janeiro – junho, em 2024 foram registrados cerca de 1.797,77mm, aproximadamente 63% superior ao acumulado para o mesmo período, em 2023 (1.104,6mm). No que se refere à incidência diária, um indicador importante para os alagamentos de vias e córregos, o maior volume diário de chuva no período, em 2023, foi registrado em 14 de maio, com cerca de 47,8 mm. No ano seguinte, o maior valor de chuva acumulada em 24 horas ocorreu em 2 de abril, com 106,8 mm (220%). Esses dados evidenciam e sinalizam para o crescimento dos riscos a cada novo período de chuvas, em Salvador. (INMETRO, 2024)

O acompanhamento da cobertura jornalística proporciona uma visão da amplitude e da distribuição dos efeitos do período de chuvas. Em um dos dias mais críticos (8 de abril), a reportagem do G1 indicava: “Chuva em Salvador causa mais de 100 deslizamentos, alaga túnel e deixa milhares de alunos sem aula [...] até as 21h a Codesal registrou 141 deslizamentos de terra, 110 ameaças de deslizamentos, 121 avaliações de imóveis alagados e 17 desabamentos de muros”. (G1, 2024)

A Figura 6 apresenta algumas imagens coletadas na cobertura televisiva das ocorrências do dia 8 de abril. Na imagem à esquerda, uma das avenidas da cidade; na imagem central, o Túnel Gal Gosta, nas proximidades da Universidade Católica, e na figura à direita, o Campus da UFBA.

Figura 6 Imagens das ocorrências, 8 abr. 2024

Fonte: G1, 2024

Outro indicativo importante das ocorrências do dia 8 de abril de 2024 foram suas localizações. A Defesa Civil da cidade (Codesal) acionou as 14 sirenes do Sistema de Alerta e Alarme instaladas em áreas de risco prioritárias na cidade: **Mamede, Bom Juá, Irmã Dulce, Mangabeira 1, Mangabeira 2, Calabetão, Vila Picasso, Creche, Moscou, Voluntários da Pátria, Baixa do Cacau, Bosque Real, Olaria e Vila Sabiá.** (G1, 2024) A Figura 7 ilustra as localizações desses eventos:

Figura 7 Localizações das ocorrências, Salvador (BA), 8 abr. 2024

Fonte: G1, 2024

Independente do conhecimento urbano de Salvador (BA), a Figura 7 (anterior) apresenta uma concentração de ocorrências. Para aqueles que não conhecem a cidade, ela apresenta um formato triangular, com o famoso Farol da Barra, no vértice desse triângulo; em um dos lados, a margem da Baia de todos os Santos (no mapa, a esquerda); o outro lado é o Oceano Atlântico (no mapa, a direita). Sabendo-se que o vetor de crescimento das rendas mais altas se desenvolveu na direção Norte, ao longo da orla oceânica, pode-se constar que as ocorrências se concentraram nos contingentes populacionais de renda mais baixa.

## 4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

A CODESAL desenvolve um importante trabalho de planejamento e redução dos riscos de perdas materiais e humanas. Trata-se de um esforço reconhecido pelos contingentes de renda mais baixa. A proposta aqui apresentada, sinaliza para o reforço e o aprofundamento das ações direcionadas para a educação e a difusão do conhecimento já adquirido sobre as mudanças climáticas. Faz-se necessária uma mudança cultural, na linha definida pelo Santo Padre Francisco na *Laudate Deum.* Na parte final da exortação apostólica é feito um convite de reconciliação pessoal com "nossa casa comum", um convite para que cada um se empenhe nessa mudança:

> Os esforços das famílias para poluir menos, reduzir os esbanjamentos, consumir de forma sensata estão a criar uma nova cultura. O simples facto de mudar os hábitos pessoais, familiares e comunitários alimenta a preocupação pelas responsabilidades não cumpridas pelos setores políticos e a indignação contra o desinteresse dos poderosos. (FRANCISCUS, 2023)

Atualmente, numa linha próxima daquela definida pelo Santo Padre Francisco*, a* CODESAL desenvolve um projeto educacional nas escolas municipais, cujo objetivo é "Envolver o corpo docente, professores e gestores nas ações de defesa civil, tornando-os parceiros e disseminadores, contribuindo para o aumento da percepção dos riscos e redução de desastres, por meio de mudanças de hábitos dos estudantes do ensino fundamental"*.* O caráter interdisciplinar das mudanças climáticas permite que todas as disciplinas abordem os conceitos de riscos ambientais.

Uma iniciativa de menor porte está sendo iniciada no âmbito do curso de Engenharia da UCSAL. Apesar de se reconhecer que a tarefa não é simples, por representar uma mudança cultural, pretende-se através de um grupo de estudos, incorporar-se a linha geral de prevenção, seguindo a estratégia sugerida na *Laudate*

*Deum.* A expectativa é que os alunos vivenciam situações de risco, pessoalmente ou através relatos de familiares e colegas. Portanto, estariam mais propensos a aceitarem os convites para estudo e difusão do conhecimento.

Então, a partir de um grupo inicial de alunos, serão levantadas informações sobre vulnerabilidade, adaptação e percepção de risco de mudanças climáticas, em algumas áreas da cidade de Salvador (BA). Com algumas dificuldades, essa iniciativa foi aplicada em 2023, e 2024.1, de forma embrionária e restrita. Nesse semestre, pretende-se prosseguir as atividades de pesquisa e estudo das mudanças climáticas. Serão promovidas para o público interno ações de difusão do conhecimento, principalmente através da publicação BOLETIM ENGENHARIA SUSTENTAVEL, editado de forma informal pelo grupo, atualmente no Ano II, Nº 4.

Figura 8 Boletim Engenharia Sustentável. Ano II, Nº 4

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Atualmente, essa publicação é distribuída para os alunos do curso de Engenharia, e um grupo de egressos, estando no Repositório da UCSAL. Pretende-se, ainda, com o apoio dos alunos-pesquisadores, sistematizar o estudo das condições de adaptação e vulnerabilidade de algumas áreas selecionadas, e aplicar questionários para a percepção de risco de eventos extremos com alunos da UCSAL, e pequenas amostras dos moradores das áreas selecionadas. Pretende-se, ainda, estabelecer contatos com a Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS) e a CODESAL.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que se poderia pensar num primeiro momento, as preocupações do Santo Padre extrapolaram as abordagens ecológicas, estando revestidas por um humanismo de natureza apostólica: trata-se de uma questão “intimamente ligada à dignidade da vida humana [...] e prejudicará a vida de muitas pessoas e famílias [...] saúde, emprego, acesso aos recursos, habitação, migrações forçadas e noutros âmbitos”. (FRANCISCUS, 2023)

Nesse trabalho elaborou-se uma rápida reflexão sobre as ocorrências na cidade de Salvador (BA), em 2023 e 204, a partir de “apontamentos selecionados na exortação apostólica *Laudate Deum.* Em uma interligação do quadro global de mudanças climáticas com as ocorrências de 2023 e 2024, constata-se o crescimento dos riscos a cada novo período de chuvas: além do aumento na média mensal de chuva, houve também maior intensidade. Em acréscimo, as condições são mais críticas nas áreas que concentram os contingentes de renda mais baixa. Ou seja, a parcela de população mais vulnerável.

De forma geral, recomendou-se o incentivo a educação ambiental, em todos os níveis, por parte de órgãos de educação, escolas e governos. Nesse sentido, pretende-se manter uma ação de estudo e pesquisa sobre o tema. Essa recomendação se aproxima daquela definida pelo Santo Padre Francisco*,* na exortação apostólica *Laudate Deum*. Finalmente, o trabalho reconhece que no caso da capital baiana uma ação preventiva de conscientização dos riscos climáticos apresenta algumas dificuldades adicionais, associadas à concepção local de clima de verão.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Roberto (2020). A dupla exclusão: como a quarentena joga luz sobre as crises do clima e das cidades. **Piauí**, Edição 165, junho 2020. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-dupla-exclusao/. Acesso em: 25 jun. 2024.

FRANCISCUS. ***Laudate Deum****, 4 out. 2023.* Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 25 jun. 2024.

G1. **Chuva em Salvador causa mais de 100 deslizamentos, alaga túnel e deixa milhares de alunos sem aula,** 08 abr. 2024. Disponível em:

https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/04/08/chuva-em-salvador-estragos.ghtml. Acesso em: 25 jun. 2024.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil. **Balanço Hídrico Sequencial.** Disponível em: https://sisdagro.inmet.gov.br/sisdagro/app/monitoramento/bhs. Acesso em: 25 jun. 2024.

ROCKSTROM *et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity.* **Ecology and Society** 14(2): 32. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26268316. Acesso em: 30 ago. 2024.

ROCKSTROM *et al.* Safe and just Earth system boundaries. 104 **| Nature, Vol 619,** 6 July 2023, p. 102-111. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26268316. Acesso em: 30 ago. 2024

SALVADOR. Prefeitura Municipal. CODESAL**. O Projeto Defesa Civil nas Escolas (PDCE).** Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/Manuais/PDCE_2021_-_atual.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

SALVADOR. prefeitura municipal. CODESAL**. Plano municipal de contingência das chuvas, 2023.** Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images//PLANO_MUNICIPAL_DE_CONTINGNCIA_DAS_CHUVAS.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

# O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) E O DIREITO À MORADIA DIGNA EM CAMAÇARI/BA

*Cristianne Maria Oliveira Gomes Cunha* [4]

*Aparecida Netto Teixeira* [5]

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo discutir a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Camaçari/BA, abordando o impacto do programa nas condições habitacionais e na mitigação das desigualdades no município, bem como a partir das novas condicionalidades deste programa instituídas a partir da Lei nº 14.620/2023 e seus possíveis desdobramentos. A metodologia adotada constou de pesquisa bibliográfica e documental, bem como na análise dos indicadores sociais e econômicos do município. Como conclusão estima-se que a nova versão do PMCMV poderá desempenhar um papel crucial no provimento do direito à moradia no município, devendo, para tanto, propiciar a participação social; a integração com outras políticas urbanas; a participação e controle social e a fiscalização efetiva das ações pelo órgão de controle interno, em articulação com o Conselho Municipal de Habitação e o Concidades.

**Palavras-chave:** Programa Minha Casa Minha Vida. Camaçari/BA. Direito à moradia.

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento desordenado das cidades brasileiras tem proporcionado inúmeros problemas habitacionais. Segundo Kowarick (1993, p.33) essas questões se devem à incapacidade do poder público de programar formas mais racionais de ocupação do solo. Segundo Maricato (2016, p. 216) a articulação entre terra e financiamento é indispensável para a garantia de sucesso de uma ação que pretende minimizar os efeitos do mercado sobre o acesso à moradia. Para a autora o Plano Diretor Participativo, articulado ao Estatuto da Cidade, são mecanismos eficazes para garantir a função social da propriedade e ampliar o debate por uma cidade mais justa e inclusiva (Maricato, 2016, p.216).

Esta questão está associada à produção capitalista da cidade, a qual segundo Kowarick (1979, p. 56) organiza-se, não para prover os trabalhadores com os meios de vida fundantes para sua subsistência, mas para realizar um excedente que é

[4] Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC), Universidade Católica de Salvador, cristianne.cunha@ucsal.edu.br.

[5] Arquiteta e Urbanista. Profa Dra. Programa Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica de Salvador, aparecida.teixeira@ucsal.br.

privadamente apropriado. Adverte o autor que a espoliação urbana é um modelo perverso de crescimento do capital imobiliário que não só explora, como também saqueia os sujeitos periféricos. Para o autor, o trabalhador explorado e o morador espoliado são duas faces desse mesmo sujeito.

Apesar dos investimentos públicos em políticas sociais para atendimento às demandas habitacionais das populações de baixa renda, estes ainda tem sido insuficientes, fazendo com que muitas famílias sejam forçadas a viver em locais sem condições mínimas de habitabilidade.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) implantado em 2009, apesar de ter sido lançado como um programa habitacional, de fato constituiu-se em uma saída para a crise financeira no período, fomentando emprego e renda através da construção civil, como uma política anticíclica. O programa recebeu várias críticas por não definir critérios que garantissem qualidade das habitações, bem como pela implantação de conjuntos distantes e sem infra-estrutura, resultando na produção de não-cidades. A partir do ano de 2018, com a alteração do cenário político, o PMCMV foi sendo descontinuado, dando lugar ao Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), com alteração substancial na prioridade de atendimento para as faixas de maior renda (variando de R$7.000,00 mensais e anuais de até 84.000,00).

Em 2023, com a descontinuidade do governo, o PCVA foi revogado  e a Lei nº 14.620/2023 trouxe de volta ao cenário das políticas públicas o PMCMV, remodelado, ampliando seus objetivos, diretrizes, faixas de renda e incremento de novas condicionalidades ao programa.

Em Camaçari, município que se firmou como uma potência industrial da Região Metropolitana de Salvador, com todos os problemas habitacionais decorrentes, o PMCMV desempenhou um papel significativo na construção de novas moradias, com o aporte de recursos do governo federal nos últimos anos.

Nesse contexto, o presente artigo visa discutir, de forma inicial, a implantação do PMCVM neste município e os problemas decorrentes, bem como se as condicionalidades da nova versão deste programa, podem reduzir os problemas como a espoliação urbana e a segregação espacial.  A metodologia utilizada constou de pesquisa bibliográfica e documental, bem como na análise dos indicadores sociais e econômicos do município.

O artigo está estruturado em três itens. No primeiro aborda-se os indicadores sociais e econômicos do município para melhor entendimento da realidade local. O segundo apresenta o processo de ocupação urbana em Camaçari (BA), bem como os problemas decorrentes da implantação dos programas habitacionais no município e a luta por moradia digna e o terceiro aborda as novas condicionalidades do PMCMV e perspectivas futuras no município de Camaçari.

## 2. INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE CAMAÇARI, BAHIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COMPARATIVO COM O MUNICÍPIO DE CONTAGEM (MG)

Neste item trata-se de analisar os indicadores sociais e econômicos de Camaçari (BA), tomando por base a comparação com o município de Contagem (MG), por possuirem diversos elementos em comum, como o fato de serem grandes pólos industriais das respectivas regiões; de estarem próximos à capital, e pela diversidade ambiental proporcionando atrações turísticas naturais. Neste contexto, ambas as cidades têm particularidades que permitem a comparação entre os seus indicadores sociais para avaliar o impacto das políticas públicas e revelar disparidades entre os municípios.

Camaçari é um município complexo e contraditório, o que pode ser confirmado pelos seus índices. Possui área territorial de 785,421 km² (IBGE, 2022) e densidade demográfica de 382,43 hab/km2. A população total equivale é de 300.372 habitanes, distribuídos em três distritos, representados a seguir:

Quadro 1 - Distribuição da População de Camaçari

| Distrito | População (1.000 hab) | Porcentagem |
|---|---|---|
| Sede | 186 | 62% |
| Abrantes | 80 | 26,5% |
| Monte Gordo | 35 | 11,5% |
| **Total** | **301** | **100%** |
| Área Urbana | 290 | 96,7% |
| Área Rural | 10 | 3,3% |

Fonte: Elaborado pelos autores. Dados do Portal da Prefeitura Municipal de Camaçari – IBGE (2022)

De acordo com dados do IBGE (2022), o PIB per capita do município gira em torno de R$ 109 mil, com o município ocupando a 2ª posição do Estado e a 63ª e 67ª posições entre todos os municípios do país (IBGE, 2022).

Embora, apresente esses resultados na economia, a cidade ainda tem desafios a superar, sobretudo, quando se analisa os indicadores de trabalho e rendimento da sua população. Cerca de 24,39% fazem parte do mercado de trabalho, sendo o desemprego um grande problema. Destes 41,5% têm rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo (IBGE, 2022), o que indica que grande parte dos Camaçarienses não tem acesso aos melhores empregos da região.

Quando se analisa os indicadores de meio ambiente e infra-estrutura (IBGE, 2022), cerca de 86,96% da sua área territorial total não é urbanizada; 35,2% dos domicílios apresentam esgotamento sanitário inadequado, ocupando a 3º posição no Estado neste índice, o que revela um grande déficit habitacional qualitativo no município. Ao comparar os índices de determinados indicadores das cidades de Camaçari e Contagem, é possível observar certas disparidades, conforme demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Comparação de Indicadores - Camaçari/Ba x Contagem/MG

| Indicador | Índices dos Indicadores | |
|---|---|---|
| | Camaçari | Contagem |
| Densidade Demográfica (hab/km²) | 382,43 | 3.193,20 |
| IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal) | 0,694 | 0,756 |
| Mortalidade Infantil (óbitos por mil nascidos vivos (2022) | 14,55 | 10,45 |
| PIB per capita R$ (2021) | 109.866,84 | 54.136,41 |
| População ocupada % (2021) | 24,39 | 33,49 |
| Percentual da População com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo (2010) | 41,5% | 30,5 |
| Esgotamento sanitário adequado (2010) | 64,8 | 92,2 |
| População exposta ao risco em pessoas (2010) | sem dados | 13.029 |

Fonte: Elaborado pelo autor. Com base no Censo IBGE(2022).

Os dados indicam que Camaçari possui uma densidade demográfica significativamente menor, 11,97%, em comparação com Contagem, devido à sua maior extensão territorial. Outra diferença notável é o Pib per capita, com uma variação de um pouco mais de 50% entre as duas cidades. No entanto, Camaçari, apresenta índices inferiores a Contagem em indicadores sociais relevantes, como a porcentagem de população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, a população ocupada, o esgotamento sanitário adequado e a mortalidade infantil, o que revela a má distribuição dos recursos econômicos na cidade.

Quando se compara a posição das duas cidades nos quesitos de indicadores de outros municípios do país, do estado e da região geográfica imediata, são obtidas as seguintes posições distribuídas no quadro abaixo:

Quadro 3 - Comparação de Indicadores - Camaçari/Ba e Contagem/MG

| Indicador | Posição | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | No país | | No Estado | | Na Região Imediata | |
| | Camaçari | Contagem | Camaçari | Contagem | Camaçari | Contagem |
| População (2022) | 92º | 33º | 4º | 3º | 2º | 2º |
| Salário Médio Mensal dos Trabalhadores formais (2021) | 47º | 729º | 3º | 59º | 3º | 12º |
| Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade(2010) | 3987º | 3079º | 284º | 493º | 12º | 18º |
| Pib per capita (2021) | 170º | 801º | 5º | 80º | 2º | 6º |
| Mortalidade infantil óbitos por mil nascidos vivos (2022) | 1975º | 2920º | 201º | 385º | 13º | 15º |
| Área urbanizada (2019) | 42º | 43º | 3º | 3º | 2º | 2º |
| Área da unidade territorial (2022) | 1752º | 4269º | 201º | 644º | 1º | 15º |

Fonte: Elaborado pelo autor. Com base no Censo IBGE (2022).

O indicador de área urbanizada mostra uma similaridade entre as cidades, enquanto o Pib per capita revela a maior diferença entre elas. Camaçari se destaca

ocupando a segunda posição na região metropolitana de Salvador, a quinta no estado e a centésima septuagésima no país. No entanto, essa posição não reflete em melhores condições de emprego e renda para os seus munícipes.

A população de Camaçari, distribuída em 177.233 domicílios, é composta por 51,97% de mulheres e 48,03% de homens. A análise da pirâmide etária (IBGE, 2022), indica uma tendência de crescimento populacional. Isso se deve ao fato de que a população jovem é significativamente maior que a população idosa. Além disso, a maior parte da população se concentra na faixa etária economicamente ativa, especificamente entre 35 a 49 anos, conforme ilustrado no gráfico subsequente:

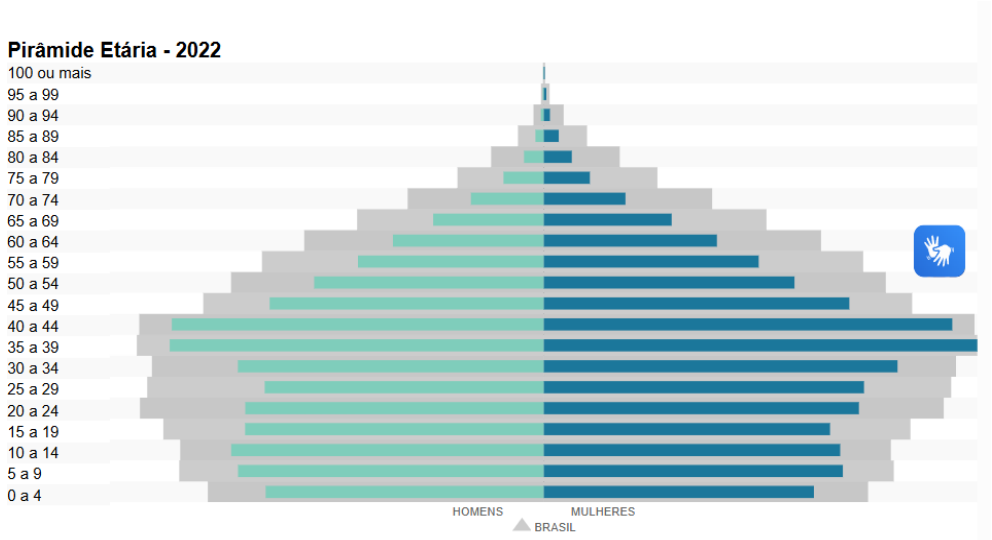



Gráfico 1 - Pirâmide Etária 2022

Fonte: IBGE (2022).

Uma análise dos indicadores sociais, revela que 161,04 mil indivíduos, correspondendo a cerca de 53,61% da população estão registrados no Cadastro Único do Governo Federal como pessoas de baixa renda. Em maio de 2024, 44,55 mil famílias receberam benefícios do Programa Novo Bolsa Família, das quais 89,65% são chefiadas por mulheres (ComunicaBR, 2024). Ao comparar os valores dos benefícios repassados aos cidadãos até maio/2024 entre os municípios de Camaçari e Contagem percebe-se uma menor dependência dos benefícios por parte dos cidadãos de baixa renda de Camaçari em relação aos de Contagem. (Quadro 4).

Quadro 4 - Dados do Indicador Benefícios aos Cidadãos

| Período | Cidade | Valores Recebidos |
|---|---|---|
| Até maio/2024 | Camaçari - BA | R$ 48.704.110,40 |
| Até maio/2024 | Contagem - MG | R$ 70.791.814,53 |

Fonte: Elaborado pelos autores. Com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal

A menor dependência de crédito social em Camaçari, em comparação com Contagem, pode ser atribuída a diversos fatores, como os projetos sociais desenvolvidos no município para as famílias em situação de vulnerabilidade social, tais como o projeto “Abrace Camaçari”.

## 3. A OCUPAÇÃO DO SOLO E AS QUESTÕES HABITACIONAIS EM CAMAÇARI, BA

Nas últimas décadas o poder público tem sido convocado a desempenhar um papel extremamente ativo na formação das cidades. Seguindo a tendência geral do sistema capitalista, que promove concentrações e centralizações, a cidade do capital competitivo dá espaço à cidade do capital imobiliário, ou monopolista ou oligopolista (Miraftab, 2016, p.363). Segundo Rolnik (2019) o movimento de aquisição de terras por capital financeiro tem tomado diversas formas. Uma delas é a aquisição através da "regularização" da propriedade e do seu registro como propriedade privada (Rolnik, 2019, p. 161).

A falta de controle da utilização e ocupação do solo pode proporcionar inúmeros riscos e vulnerabilidades ambientais. Segundo estudos, a falta de acesso a programas habitacionais tem levado famílias a se estabelecerem em áreas irregulares, muitas delas com riscos para os moradores e situadas em zonas de proteção ambiental. Em Camaçari, grande parte da população de baixa renda vive em ocupações e assentamentos, em condições precárias de habitação (Oliveira, 2020).

Estudo recente revelou que a estrutura urbana incipiente e insuficiente do município, juntamente com a sua localização, teve impacto na distribuição da habitação. A escolha de muitos trabalhadores bem remunerados do município de residir em

Salvador, resultou na concentração de trabalhadores de baixa renda na cidade. Outro fator é a disparidade entre a sede e a orla do município, marcada pela tipologia de ocupação diferenciada: enquanto a sede abriga os trabalhadores das indústrias em habitações com mínimas condições de habitabilidade, a orla concentra os trabalhadores de maior renda em casas típicas de veraneio (Oliveira, 2020).

O município de Camaçari também abriga uma população rural que luta pela manutenção do seu estilo de vida de agricultura de subsistência. De acordo com os dados do IBGE (2022) registram-se dois assentamentos que ainda resistem: Canto do Ouro, no distrito de Monte Gordo, e Sangradouro. Este último subdivide-se em duas comunidades localizadas no subdistrito de Arembepe e na sede.

No ordenamento urbanístico brasileiro destacam-se, em âmbito federal, duas legislações: a Lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que visa ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, e a Lei nº 13.465/2017, que trata da regularização fundiária de assentamentos urbanos consolidados. Esta lei representou um retrocesso em relação aos procedimentos de regularização fundiária plena contidas na Lei 11.799/2009 (LIMA, 2023).

No âmbito municipal, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município (PDDU-S) institui a política urbana municipal com base na valorização do meio ambiente, ocupação ordenada do solo, integração entre distritos e zonas da cidade, melhoria da mobilidade urbana, fomento ao desenvolvimento econômico e regularização fundiária. Estas medidas visam ampliar o protagonismo de Camaçari na região metropolitana e promover a qualidade de vida.

Segundo Novaes (2016, p.84), o processo de urbanização de modo excludente e concentrador de Camaçari produziu uma cidade espacialmente segregada. Vale ressaltar, entretanto, que esse processo não se deu sem luta por acesso à moradia adequada, seguindo a estratégia de confrontação dos movimentos soteropolitanos através da ocupação de terras e prédios vazios (Novaes, 2016, p. 95). A primeira delas ocorreu em 2014 nas casas inacabadas do conjunto habitacional Burissatuba , alvo de três ocupações sucessivas, durante as obras de requalificação. Sendo que na última, 128 famílias “invasoras” foram expulsas por cumprimento de mandado judicial e reintegração de posse, em fevereiro de 2015 (Oliveira, 2020, p.106).

Vieira e Costa (2020) enfatizam que é responsabilidade do poder público reorientar a política habitacional essencial para enfatizar o direito à moradia, em vez dos interesses capitalistas do setor imobiliário, que frequentemente perpetuam a segregação e exclusão. Apenas dessa forma, pode-se realmente contemplar a dignidade para essas famílias (Vieira e Costa, 2020, p. 79).

A redução de conflitos está condicionada à inclusão dos beneficiários selecionados entre as famílias que constam nos registros de déficits habitacionais do município. E a eficácia do programa em mitigar disputas por moradia está intrinsecamente ligada à sua capacidade de atender às necessidades das famílias mais carentes, conforme identificado pelos indicadores de déficit habitacional quantitativo e qualitativo.

Em 2024, a Prefeitura de Camaçari inaugurou o conjunto de casas horizontais de quatro cômodos, o Burissatuba, entregue a famílias de baixa renda. O conjunto possui uma área de 32 mil m² e integra o “Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários” que conta com investimentos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social(FNHIS) do governo federal (TV Câmara Camaçari, 2024). O projeto repete o padrão de implantação de unidades iguais e térreas, constituindo-se em um cenário de monotonia urbana.

Figura 2 - Conjunto Habitacional Burissatuba

Fonte: Google Earth, 2022.

A obra iniciada em 2013, fruto do Convênio com o Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 14.867.115,39, enfrentou dificuldades no esgotamento sanitário devido à paralisação das Obras Integradas do Rio Camaçari, pelos órgãos de controle externo.

Conforme dados do Relatório Comunica BR (2024) há uma previsão de construção de 1,71 mil moradias, distribuídas em oito novos empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV para o município de Camaçari. De acordo com o mesmo relatório, esses projetos já foram selecionados pelo Governo Federal em 2023 e devem receber investimentos nos próximos anos.

## 4. AS NOVAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA HABITACIONAL MCMV

O Ministério das Cidades publicou um relatório em 2023 sobre a nova versão do PMCMV, no qual destacou-se as novas práticas para melhorar o programa abrangendo a localização dos empreendimentos habitacionais; a ampliação da oferta de moradias, ampliando os limites das faixas de renda; o aumento da escala e celeridade; o acompanhamento progressivo; a adoção da NBR 15.575/2013 para melhoria da qualidade do padrão construtivo e adaptações para portadores de necessidades especiais.

Quadro 5: Linhas de Atendimento por Faixas do programa MCMV

| | Zona | Faixa 1 | Faixa 2 | Faixa 3 |
|---|---|---|---|---|
| Linhas de Atendimento | Urbano | FAR[6] / FDS[7]/ FGTS | FGTS | FGTS |
| | Renda Bruta Familiar Mensal | Até R$ 2.640 | Até R$ 4.400 | Até R$ 8.000 |
| | Rural | OGU | OGU/FGTS | FGTS |
| | Renda Bruta Familiar Anual | Até R$ 31.680 | Até R$ 52.800 | Até R$ 96.000 |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Relatório do Ministério das Cidades.

[6] O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) é um fundo privado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), capital próprio e operações de empréstimo junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal(CEF) que tem o objetivo de promover recursos para o financiamento habitacional para famílias de baixa renda, sendo responsável pelo patrimônio líquido até a transferência do bem aos beneficiários do programa.

[7] O Fundo de Desenvolvimento Social é um fundo com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), com prazo indeterminado, destinado a financiar projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular e também permite o financiamento em áreas de saneamento e infraestrutura, desde que esses projetos estejam vinculados aos programas de habitação.

A partir de 2023, o programa passa a ser dividido em três faixas de acordo com a renda familiar e com a origem de recursos, tanto na linha de atendimento urbano quanto na rural. (Quadro 5).

As novas “condicionalidades” (Ufabc, 2024) marcam o renascimento do programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei nº 14.620/2023, para tornar o “sonho da casa própria” uma realidade para inúmeras famílias sem acesso a crédito no país e “promover o direito à cidade” (Brasil, 2023).

De acordo com Inês Magalhães, na palestra “Desafios e Transformações na Política Habitacional: o novo “Minha Casa Minha Vida” (UFABC, 2024), a formação de um segmento específico de habitação social no mercado imobiliário privado pode impulsionar o crescimento das empresas de construção civil. Isso pode resultar em um aumento da demanda por trabalhadores, elevando o número de empregos disponíveis nos municípios em todo o Brasil.

Este aumento da oferta de trabalho pode, por sua vez, contribuir para a diminuição da taxa de desemprego na região metropolitana. Deste modo, a consolidação de um nicho de habitação social pode ter um impacto positivo significativo na economia local, tanto em termos de desenvolvimento empresarial, quanto de empregabilidade. Além disso, esses investimentos também geram a perspectiva de acesso a moradias adequadas e a disponibilidade de equipamentos públicos para a comunidade.

Ainda segundo Magalhães, a implementação de estruturas institucionais e financeiras, aliada à disponibilização de maior variedade de oferta de crédito nas três modalidades distintas de financiamento imobiliário para as pessoas de baixa renda - FAR , FDS e Rural - representa uma abordagem eficiente para facilitar o acesso ao crédito para famílias em busca de sua moradia própria. Essa iniciativa é um componente chave na estratégia de governança para reduzir as desigualdades no país, assegurando que mais cidadãos possam alcançar o sonho da casa própria.

Segundo informações da Caixa Econômica Federal para a inscrição das famílias é necessário a apresentação de documentos, como CPF, carteira de identidade, comprovante de residência e documentos de todos os membros da família para poder entrar na fila de acesso ao crédito. Esta fila é ranqueada de acordo com os critérios autodeclarados. Todos os cadastros são analisados conforme critérios legalmente

instituídos, tais como: renda familiar mensal dentro dos limites da faixa de renda, dados atualizados no Cadastro ùnico há no máximo 24 meses, obedecendo a ordem de prioridades: famílias em situação de vulnerabilidade, idosos, pessoas com deficiência e mulheres chefes de família.

Ainda segundo o Governo Federal, o controle dos tempos e dos padrões de entrega das unidades habitacionais financiadas com os seus subsídios são importantes vetores para gestão dos contratos sociais implementados no município. Embora, deva haver o respeito à competência dos entes subnacionais, estes devem implementar estratégias de aprimoramento do programa sem que implique em paralisações.

Segundo Magalhães, (UFABC, 2024) para o terreno são exigidos alguns requisitos quanto à localização, infraestrutura externa e interna disponíveis. Os condomínios construídos devem possuir componentes para uso racional da água e da energia, além de kits de equipamentos especiais adaptados aos portadores de necessidades especiais, exclusivamente nas unidades que tenham moradores portadores de deficiências.

Segundo informações do Portal da Prefeitura, em Camaçari, a previsão inicial de construção de 1.712 moradias de acordo com as “novas condicionalidades”, já autorizadas pelo Governo Federal, com o cadastramento das famílias a ocorrer no 2º semestre de 2024. Portanto, é essencial que os órgãos públicos locais e a sociedade civil exerçam uma fiscalização mais efetiva, contribuindo na prevenção de desvios de recursos e assegurando que as famílias contempladas possam desfrutar de moradias adequadas.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da produção de moradias sociais no Brasil, uma meta central do PMCMV, tem o potencial de atenuar as tensões relacionadas à habitação, desde que observados critérios como a qualidade das habitações e localização dos empreendimentos para assegurar uma moradia digna. Camaçari, como muitas cidades do país, enfrenta desafios, como o crescimento desordenado e a segregação dos espaços públicos, devido a décadas de abandono, violação e omissão do Estado, a favor dos direitos do capital imobiliário em detrimento do capital social.

Para correção do percurso o PMCMV pode desempenhar um papel crucial na transformação urbana da cidade através de um plano urbanístico participativo e integrado com outras políticas urbanas, além da fiscalização efetiva das ações pelo órgão de controle interno, em articulação com o Conselho Municipal de Habitação e o Concidades. Para tanto é necessário uma integração de forças políticas em prol do direito à cidade, com a integração de poderes locais e nacionais que tenham como propósito o desenvolvimento pleno da função social da cidade, conforme o Estatuto das Cidades, e a diminuição das desigualdades sociais e regionais de acordo com o inciso III, do art. 3º da Constituição Federal do Brasil.

Neste contexto, o PMCMV, em articulação com outras políticas urbanas, desempenha um papel significativo com o potencial de tornar o urbanismo mais humano e acolhedor com a inclusão da comunidade nas decisões sobre padrões, posição e aspectos funcionais nas habitações. Estima-se que a nova versão do PMCMV possa propiciar um urbanismo humano, contribuindo para mitigar as desigualdades sociais e resultar em projetos habitacionais mais acessíveis, adaptados ao local, com a melhoria da qualidade do espaço de convivência com áreas verdes, praças e ciclovias, bem como, sistema de transporte público eficiente e acessível.

Importante ainda ressaltar a importância da diversidade funcional no entorno para possibilitar a vida comunitária, além da garantia da regularização do imóvel assistida e subsidiada, inclusive alternativas para redução dos custos com condomínio, sobretudo para as famílias de baixa renda.

Desse modo, é essencial a avaliação dos resultados dessa política no município, aprimorando suas estratégias para garantir a adequação às exigências mínimas de localização do terreno, infraestrutura externa e interna das unidades e garantir o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n.º 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Dispõe sobre alterações no

Decreto-Lei nº 3.365/1941 (desapropriação por utilidade pública) e nas Leis nº 6.015/1973 (registros públicos) e nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano). Diário

Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 123, n. 123, p. 12345. 2o dez. 1999. Seção 2, pt. 3.

_____. Lei no 10.257 de julho de 2001. Estatuto das Cidades. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República.

_____. Lei Federal no 10.406 de janeiro de 2002. Presidência da República. Código civil brasileiro e legislação correlata. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 616 p.

_____. Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF, 2012

_____. Lei n.º 14.620, de 19 de dezembro de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 123, n. 123, p. 12345. 2o dez. 2023. Seção 2, pt. 3.

_____. Resolução nº 31 de março de 2005. Ministério das Cidades: Brasília, Conselho das Cidades, 2005.

_____. Instrução Normativa nº 28, de 04 de julho de 2023. Regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-Entidades) Ministério das Cidades: Brasília, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, 2023.

BAHIA. Lei Estadual nº 11.041 de maio de 2008. Institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Estadual De Habitação De Interesse Social e dá outras providências.

_____. Lei Estadual n.º 10.704 de 12 de novembro de 2007. Cria o Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades/BA e dá outras providências.

CEF. Caixa Econômica Federal. Página de Cadastro Único. Uma iniciativa do Governo Federal para identificar e conhecer as famílias brasileiras de baixa renda. Disponível em: Cadastro Único - Cadastros Sociais | Caixa. Acesso em: 10 de junho de 2024.

ESTEVE, Josep Mª Pascual. **Governança democrática: construção coletiva do desenvolvimento das Cidades.** Tradução: João Carlos Vitor Garcia. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad . Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 204 p.

LIMA, I. S. **A lei de regularização fundiária 13.465/2017: uma abordagem crítica a partir das entidades civis, movimentos sociais e ações diretas de inconstitucionalidade**. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade. Universidade Católica de Salvador, 2023.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

NOVAES, F. S. **Se Conselho fosse bom... A efetividade deliberativa de conselhos municipais de habitação na Bahia**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Escola de Administração, Salvador, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21428. Acesso em: 08 abr. 2020.

OLIVEIRA, B. H. Políticas públicas de regularização fundiária como instrumentos de concretização do direito fundamental à moradia: a implementação de políticas habitacionais no município de Camaçari-Ba a partir de 2010. Salvador, 2020. 217f.

PACHECO, S.; ARAÚJO, D. PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: uma análise crítica de suas tendências e resultados a partir de estudos e produções teóricas sobre o Programa. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/programaminhacasaminhavidaumaanalisecriticadesuastendenciaseresultadosapartirdeestudoseproducoesteoricassobreoprograma.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares:** A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

TV CÂMARA CAMAÇARI. Vereadores de Camaçari participam de entrega de habitações em Burissatuba. YouTube, 22 de março de 2024. Disponível em: Vereadores de Camaçari participam de entrega de habitações em Burissatuba (youtube.com). Acesso em: 26 de junho de 2024.

UFABC. **IV Ciclo de Debates sobre o Estado e o Mercado na Habitação do Brasil** Mesa II - Desafios e transformações na Política Habitacional: o novo “Minha Casa Minha Vida”. YouTube, 27 de março de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AC0gYi3ssbk. Acesso em: 20 de maio de 2024.

VIEIRA, E.; COSTA, H. **Residenciais de habitação de interesse social em Montes Claros**, Minas Gerais: estratégias e/ou adaptações de seus moradores. Revista Espinhaço, 2020, 9 (1): 72-81. https://doi.org/10.5281/zenodo.3941284